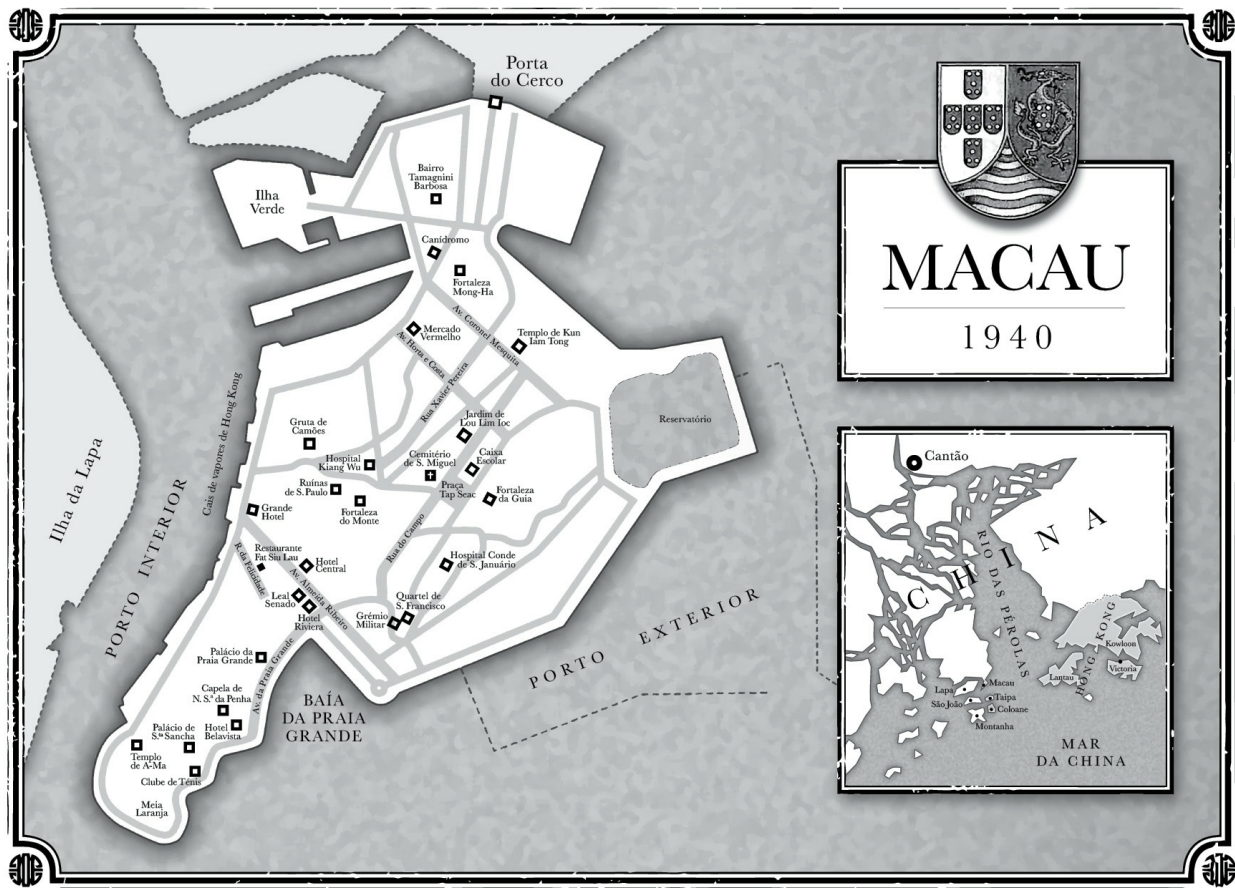


JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS

A Amante do Governador

r o m a n c e

gradiva



MACAU

1940



OBRAS DO AUTOR

ENSAIO

Comunicação, Difusão Cultural, 1992; Gradiva, 2015
Crónicas de Guerra I — Da Crimeia a Dachau, Gradiva, 2001
Crónicas de Guerra II — De Saigão a Bagdade, Gradiva, 2002
A Verdade da Guerra, Gradiva, 2002; Círculo de Leitores, 2003
Conversas de Escritores — Diálogos com os Grandes Autores da Literatura Contemporânea, Gradiva/RTP, 2010
A Última Entrevista de José Saramago, Usina de Letras, Rio de Janeiro, 2010; Gradiva, 2011
Novas Conversas de Escritores — Diálogos com os Grandes Autores da Literatura Contemporânea II, Gradiva/RTP, 2012

FICÇÃO

A Ilha das Trevas, Temas & Debates, 2002; Gradiva, 2007
A Filha do Capitão, Gradiva, 2004
O Codex 632, Gradiva, 2005
A Fórmula de Deus, Gradiva, 2006
O Sétimo Selo, Gradiva, 2007
A Vida Num Sopro, Gradiva, 2008
Fúria Divina, Gradiva, 2009
O Anjo Branco, Gradiva, 2010
O Último Segredo, Gradiva, 2011
A Mão do Diabo, Gradiva, 2012
O Homem de Constantinopla, Gradiva, 2013
Um Milionário em Lisboa, Gradiva, 2013
A Chave de Salomão, Gradiva, 2014
As Flores de Lótus, Gradiva, 2015
O Pavilhão Púrpura, Gradiva, 2016
Vaticanum, Gradiva, 2016
O Reino do Meio, Gradiva, 2017
Sinal de Vida, Gradiva, 2017
A Amante do Governador, Gradiva, 2018

JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS

A Amante do Governador

r o m a n c e

gradiva



© José Rodrigues dos Santos/Gradiva Publicações, S. A.

Revisão de texto
Helena Ramos

Capa
Armando Lopes (conceção gráfica)

Sobrecapa
Armando Lopes (conceção gráfica) / Getty Images (figura feminina)

Fotocomposição *e-book*
Gradiva Publicações, S. A.

Reservados os direitos para Portugal por
Gradiva Publicações, S. A.

Rua Almeida e Sousa, 21 – r/c esq. – 1399-041 Lisboa
Telef. 21 393 3760 – Fax 21 395 34 71
Dep. comercial: Telef. 21 397 40 67/8 – Fax 21 397 14 11
geral@gradiva.mail.pt

1.^a edição em *e-book* novembro de 2018
ISBN 978-989-616-865-0

gradiva

Editor
Guilherme Valente

O autor é o escritor preferido dos portugueses
segundo os estudos das Selecções do Reader's Digest
e do Prémio Cinco Estrelas.



Visite o site www.gradiva.pt Oportunidades fantásticas!

Ao meu pai,
Que Macau um dia levou

Apesar de esta obra ser de ficção,
os eventos históricos aqui narrados
são inspirados em acontecimentos verídicos

*Há larvas a matar-se por ninhos na pestana de um mosquito,
reinos minúsculos a digladiar-se por espaço na carapaça
de um caracol.*

*Se observarmos o nosso próprio mundo do alto dos céus,
veremos heróis sacrificarem-se por um grão de pó.*

Bai Juyi

Prólogo

De velas desfraldadas, o junco manobrou contra o vento húmido e quente e cortou as águas barrentas do delta do rio das Pérolas até passar perante a língua de terra que crescia no horizonte e deslizar graciosamente pela baía. O homem instalado na proa observava com atenção toda a manobra. Já próximo do cais, fez um sinal ao piloto e o junco guinou a bombordo. Descalço, a roupa em farrapos e coberta de nódoas, dir-se-ia que não passava de um vagabundo, mas os seus gestos enérgicos, prontamente obedecidos, denunciavam a autoridade de um capitão.

Gritou de repente uma ordem em cantonense e dois dos subordinados, chineses igualmente andrajosos, correram pelo convés para agarrar na âncora e lançá-la borda fora. O junco fixou-se então diante do cais, em plena curva da baía, a balouçar ao ritmo das ondas suaves que se desvaneciam contra o muro; dir-se-ia que lhe queriam bater mas faziam-no com tanta doçura que era como se o lambessem.

Plantado na ponte-cais da baía da Praia Grande a observar a aproximação e ancoragem do junco, Senna Fernandes levantou o braço e acenou na direção do capitão. Quando o homem na proa devolveu o gesto, pôs as mãos em concha à volta da boca, em altifalante.

“*Chou san, pang iao!*”, saudou em cantonense. “Bom dia, amigo!”

“*Chou san!*”

A resposta veio entrecortada pelo vento tépido da manhã, mas a distância não era grande e possibilitava a troca de palavras entre o

junco e o cais.

“Podemos avançar?”, perguntou da ponte-cais o português macaense.
“Temos de fazer isto depressa!”

“Venham!”

Enquanto o capitão e os marinheiros arriavam as velas do junco, de modo a estabilizarem a embarcação, Senna Fernandes virou-se para os cules e deu-lhes as suas ordens.

“*Fai ti! Fai ti!*”, disse. “Despachem-se!”

Os chineses depositaram duas sampanas na água, desceram para elas e remaram com vigor em direção ao junco. O trajeto foi curto e em menos de um minuto alcançaram a embarcação. Amarraram as sampanas ao junco e começaram a receber e a guardar os sacos que os marinheiros faziam descer em cordas. Na praia, Senna Fernandes dividia o olhar entre a operação que decorria em plena baía da Praia Grande e o espaço em redor, que perscrutava com preocupação; era importante que tudo decorresse depressa, para minimizar as possibilidades de os japoneses, ou os seus esbirros, aparecerem.

Os chineses do junco e das sampanas também estavam conscientes da necessidade de serem rápidos e depressa a operação que conduziam foi dada por concluída. As sampanas desprenderam-se do junco e começaram a deslizar para a ponte-cais com os sacos amontoados a bordo. Ato contínuo, as velas do junco foram desfraldadas e a âncora içada. Da proa, o capitão esfarrapado acenou em despedida.

“Até para a semana!”

O português acenou de volta.

“Adeus, *Imortal!*”, gritou. “*Tai ko! Tai ko!* És o maior!”

O junco virou-se na direção do horizonte e recomeçou a deslizar pelas águas castanhas de tão barrentas, as velas inchadas pelo vento, o perfil recortado pela ilha da Taipa, os marinheiros a correrem pelo convés em obediência às instruções infatigáveis do capitão.

Os sacos de serapilheira ainda estavam molhados quando Senna Fernandes e os seus homens acabaram de os empilhar na carga da

camioneta. Alguns cules afastaram-se com as sampanas enquanto outros saltaram para a carga e acomodaram-se entre os sacos como se estes fossem sofás. O português meteu a mão ao bolso, verificou que tinha a chave e dirigiu-se para a dianteira da viatura.

Nesse instante ouviu vozes excitadas atrás dele e virou-se para ver do que se tratava. Um grupo de chineses com ar de arruaceiros aproximava-se em passo lesto; eram os homens de mão dos japoneses. Senna Fernandes rangeu os dentes de frustração. Conseguira conduzir depressa toda a operação, mas pelos vistos não fora suficientemente lesto e via-se apanhado justamente no momento em que se preparava para partir.

Os quatro chineses rodearam a carga da camioneta e espreitaram os sacos de serapilheira. Trocaram entre eles algumas palavras em cantonense e um interpelou-o.

“*Ayah!*”, exclamou. “O que trazes aí dentro?”

O português atirou-lhe um esgar de desprezo.

“O que têm vocês a ver com isso?”

O chinês ladrou uma ordem aos seus homens e um deles saltou para a carga da camioneta e agarrou uma faca que trazia à cintura. Rasgou a serapilheira e do interior começaram a jorrar grãos em cascata.

“*Wah!*”, exclamou o chefe do grupo, os olhos carregados de fúria como se tivesse apanhado um homicida em flagrante. “Eu sabia! Você está a fazer contrabando de arroz!”

“Contrabando?”, devolveu Senna Fernandes. “Que disparate! Que eu saiba arroz não é ópio! Desde quando é ilegal comprar arroz?”

O chinês apontou-lhe o dedo acusador.

“O senhor sabe muito bem que todo o arroz que entra em Macau tem de pagar um imposto aos japoneses! Este arroz não pagou imposto! O senhor está a sabotar o trabalho das autoridades imperiais!”

“Ora essa! Quem disse que tenho de honrar as taxas dos japoneses? Isso não faz sentido nenhum, homem.”

O chinês fez um gesto para os sacos de serapilheira empilhados na carga da camioneta.

“Exijo que nos entreguem esse arroz contrabandeado.”

“Pare lá com a palhaçada”, retorquiu o português. “A Cruz Vermelha precisa do arroz. Não sei se sabe, sou o presidente da Cruz Vermelha de Macau e temos aqui muitos refugiados que vieram de Xangai e de Cantão por causa da guerra na China. Eles têm necessidade de...”

“Dá-nos o arroz”, cortou o chinês em tom ameaçador. “Imediatamente.”

Senna Fernandes abanou a cabeça.

“Era o que mais faltava! Esse arroz é meu. Estamos em Macau e aqui quem manda ainda são os portugueses. Os japoneses podem cobrar os impostos que quiserem fora de Macau, mas cá dentro não aceitamos ordens de ninguém.”

Os quatro chineses avançaram ameaçadoramente e o que parecia chefiá-los colou a cara a poucos centímetros do interlocutor, formando um quadro bizarro. Eram quatro chineses minúsculos a fazer frente a um português de fisionomia marcadamente oriental, um homem encorpado e um palmo mais alto e mais largo do que aqueles que o desafiavam.

“Dá-nos o arroz!”

De pernas firmemente plantadas no chão como se se preparasse para enfrentar um touro, Senna Fernandes abanou a cabeça.

“Não obedeco a um rufia, mas sim ao governador. Macau é uma colônia de Portugal e aqui vigora a lei portuguesa. Não estamos sob jurisdição japonesa e não temos culpa que este arroz tenha entrado sem pagar a vossa taxa. Tivessem sido mais competentes. Agora, nada feito.”

O chinês praguejou em cantonense e deitou a mão ao coldre, fazendo tenção de sacar uma pistola. Apercebendo-se da ameaça, o português esmurrou-o no estômago e quando o adversário se curvou deu-lhe uma joelhada na cara, deixando-o dobrado no chão. Dois outros chineses vacilaram, surpreendidos com o sucedido, mas o terceiro saltou prontamente sobre o adversário com um grito. Senna Fernandes desviou-se do pontapé e assentou o punho fechado sobre o nariz do

agressor e atirou-o igualmente ao chão. O sangue brotou às golfadas das narinas do homem, salpicando a terra de vermelho. Vencendo a hesitação, os outros chineses avançaram sobre o adversário, mas já sem grande convicção, e acabaram também por ser derrubados. O português era demasiado forte e corpulento para que os pequenos chineses o conseguissem abater.

Vendo os agressores no chão a gemer, Senna Fernandes ajeitou a camisa e as calças, pois a ação tinha-o deixado com as roupas em desalinho, e abriu a porta da camioneta. Saltou para o lugar do condutor, ligou a ignição e, lançando um derradeiro olhar aos homens que ainda se contorciam por terra, arrancou em direção à Cruz Vermelha com o seu carregamento de arroz.

As chinesas trajadas de branco secaram com lenços as lágrimas que lhes corriam pelos rostos pálidos, algumas sinceras e outras de carpideiras, e a multidão que enchera o Cemitério de São Miguel começou a dispersar. Senna Fernandes manteve o olhar por alguns momentos preso à campa coberta pela terra fresca que acabava de ser remexida. O doutor Chang tinha sido sempre um amigo leal. Sentiria falta dos seus conselhos avisados e das suas artes de terapia das agulhas, de que era um dos maiores especialistas em Macau.

O português respirou fundo e olhou para as filhas. Tal como o pai, ambas eram macaenses, ou seja, portuguesas de Macau com traços orientais de tal modo fortes que perante olhos menos conhecedores se confundiam facilmente com chinesas, embora contrastando na roupa e nos costumes. Enquanto no funeral os chineses trajavam de branco, a sua cor de luto, elas vinham de negro, como boas portuguesas e católicas.

“Meninas, vamos falar com a senhora Chang.”

As duas raparigas assentiram.

“Sim, pai.”

Os três aproximaram-se da viúva, uma idosa pequena e chorosa. As raparigas agarraram as saias e dobraram as pernas numa vénia e o pai

inclinou-se respeitosamente.

“Minha senhora, as nossas condolências”, disse Senna Fernandes em cantonense. “A memória do seu marido ficará eternamente nos nossos corações. A sua morte a todos entristeceu.”

A senhora Chang devolveu a vénia e os três Senna Fernandes retiraram-se, o dever cumprido. A multidão que comparecera ao funeral jorrava já para a rua e pai e filhas seguiram o exemplo. Franquearam os portões do cemitério e desceram para o Tap Seac, onde se situava o Liceu Infante D. Henrique, a escola portuguesa que as raparigas frequentavam.

“O que tem na mão, pai?”, perguntou uma delas, Deolinda, sempre atenta aos pormenores. “Magoou-se?”

Senna Fernandes olhou para a mão direita e inspecionou as pequenas crostas que lhe cobriam os nós dos dedos.

“Não foi nada.”

“Não foi nada, não”, corrigiu Deolinda, pegando-lhe na mão. “Alguma coisa aconteceu para o pai ficar nesse estado. O que foi?”

Senna Fernandes encolheu os ombros.

“Tive esta manhã uma chaticezita com os esbirros dos japoneses”, confessou. “Julgam que mandam aqui e fui forçado a explicar-lhes duas ou três coisas.”

As filhas estacaram no passeio, atónitas com o que haviam escutado.

“O pai andou à pancada com os japoneses?”

“Não andei à pancada com japonês nenhum, meninas. Não vale a pena exagerarem. Apliquei um corretivo a uns bandidolas chineses que andam para aí a mando dos japoneses, o que é diferente.”

“O pai está louco?”, protestou Conceição, a mais nova. “Não se brinca assim com os homens de mão dos japoneses! Não os vê a pavonearem-se pelas ruas de Macau? É preciso cuidado com essa gente!”

“Ó meninas, eles queriam roubar-me o arroz e isso eu não ia deixar. Se não os tivesse posto na ordem, ficavam-me com o carregamento que o *Imortal* me trouxe.”

“Ah, o *Imortal!*”, protestou Deolinda. “Esse só vai trazer chatices!”

Chegaram à esquina do liceu e Senna Fernandes soltou uma gargalhada despreocupada.

“Vocês sabem lá o que são chatices”, devolveu. “Olhem, meninas, chatice é a guerra na China e na Europa, chatice é os japoneses e os seus lacaios andarem por aí a...”

O percurso foi cortado nesse instante por uma bicicleta que invadiu o passeio e se lhes atravessou no caminho, impedindo-os de prosseguir. Os três olharam com surpresa para o veículo e viram o seu ocupante, um chinês descalço e de camisa interior branca, retirar da cintura um objeto metálico e voltá-lo para eles. Com estupefação, verificaram que se tratava de uma arma. Uma pistola.

“Cuidado!”

O chinês abriu fogo contra Senna Fernandes. Foram dois disparos, mas o português manteve-se em pé; dava até a impressão de que se tratava de uma brincadeira e a pistola se limitara a disparar pólvora seca.

“Pai!”

As raparigas gritaram e abraçaram o pai, num esforço desesperado para o proteger das balas mortíferas, mas nada disso demoveu o agressor, que voltou a premir o gatilho várias vezes. Três, quatro, cinco, seis tiros. Senna Fernandes voltou a ser atingido, dobrou-se para a frente e finalmente caiu, primeiro de joelhos, depois de bruços sobre o passeio, enquanto as filhas rolaram pelo chão a berrar e chorar com manchas vermelho-vivas a empaparem-lhes os vestidos negros.

Já sem balas, o chinês voltou a meter a pistola à cintura, empoleirou-se na sua bicicleta e começou a pedalar pela Rua do Campo em direção à Avenida do Coronel Mesquita no meio de um grande rebuliço, com os estudantes do liceu a correrem para o passeio para socorrer as vítimas ou para dar caça ao pistoleiro em fuga.

PARTE UM

A Porta do Cerco

*Conhece a glória.
Adere à desgraça.
Sê o vale do mundo.*

LAO-TSU

I

A detonação fez vibrar o ar, levando o general Artur Teixeira a interromper os movimentos dos dedos; apertava nesse instante o nó da gravata, mas o som, embora distante, correspondia inconfundivelmente ao tiro de uma peça de artilharia. Alarmado, abeirou-se da janela do pequeno compartimento que lhe havia sido destinado no aviso *Gonçalo Velho*, o moderno navio de guerra da Marinha portuguesa que o fora buscar a Hong Kong, e vislumbrou dois juncos de velas desfraldadas a deslizarem pelas águas lamacentas. Que diabo seria aquilo? Sem perder tempo, foi à gaveta e tirou a pistola. Antes da viagem tinha lido que aquelas águas continuavam infestadas de piratas. Seria o disparo o início de uma abordagem?

Sentiu movimento atrás dele e voltou-se; era o capitão Pires, na sua farda branca, que lhe fazia continência à entrada do quarto.

“Meu general, dá licença?”

“Com certeza”, retorquiu Artur com a pistola na mão, fazendo um gesto ao capitão de fragata para que entrasse. “Que barulho foi este? Passa-se alguma coisa?”

“Foi um tiro da fortaleza do Monte, meu general. Avistaram-nos e abriram fogo.”

O general fez uma careta, sem compreender. Um disparo? Fortaleza do Monte? O navio havia sido avistado? Tinham aberto fogo? Que diabo queria tudo aquilo dizer?

“Estamos sob ataque, capitão?”

Os olhos do oficial da Marinha pousaram por momentos na pistola e os seus lábios abriram-se num sorriso que o interlocutor intuiu esconder uma ponta de escárnio; muito gostavam os marinheiros de ver um oficial do Exército atrapalhado no mar.

“Chegámos, meu general.”

Ainda de pistola na mão, o passageiro saiu para o convés e contemplou a língua de terra que se estendia diante do aviso. Uma igreja coroava um monte à esquerda, enquanto o sopé era varrido por fileiras de árvores e edifícios de traça colonial. Havia uma baía cortada por um vasto aterro, onde ficava o porto, e por trás erguia-se um outro monte.

O *Gonçalo Velho* dirigiu-se para a baía, que cruzou com rapidez, e os tripulantes tomaram posições na proa. O navio pareceu abrandar, se não mesmo parar, e a um sinal do contramestre os homens lançaram a âncora.

“Para onde vamos?”

O oficial do *Gonçalo Velho* apontou para o grande aterro diante deles, com uma plataforma a avançar para o mar.

“Para ali”, indicou. “O Porto Exterior.”

Artur olhou naquela direção e, tal como os tripulantes do aviso, destrinçou os familiares panos verde-rubros no topo de alguns edifícios, assinalando a soberania portuguesa naquela terra pregada em pleno mar da China. Como era reconfortante ver aquelas bandeiras em paragens tão longínquas!

Haviam chegado ao destino.

“Vou preparar-me.”

O passageiro recolheu à cabina, um compartimento pequeno e espartano, como era de bom tom num navio de guerra. Guardou a arma, arrumou os documentos na pasta, fechou a mala e depositou-a à porta, onde um marinheiro a recolheu para com ela proceder ao desembarque; era impensável que o general se encarregasse de minudências daquelas, sendo quem era e estando nas circunstâncias em

que estava. Mirou-se uma última vez ao espelho e ajeitou a gravata.

Estava pronto para desembarcar em Macau.

O *Gonçalo Velho* ficara para trás e a lancha acostou ao Porto Exterior. Nesse instante, três hidroaviões passaram sobre o cais em voo rasante, dando as boas-vindas ao recém-chegado. Uma multidão acotovelava-se diante da plataforma. Viam-se bandeiras portuguesas desfraldadas, homens e mulheres a acenar, europeus e asiáticos misturados, todos com vestes domingueiras. Os militares usavam farda e, à frente de todos, os representantes oficiais apresentavam-se de fato e gravata, em balalaica ou em paramentos, aqui o presidente do Leal Senado, ali o bispo da diocese, acolá os chefes de serviços e os oficiais de terra e mar.

A maioria das pessoas que ali aconcorria, contudo, eram funcionários públicos ou meros habitantes. Pelas roupas percebia-se que se tratava de falantes de português; os cules e os que vestiam trajes tradicionais chineses encontravam-se mais à distância, quase alheados e a observar distraidamente os acontecimentos junto aos riquexós ou a bancadas de comida, como se tudo aquilo fosse afinal um espetáculo que não lhes dissesse respeito.

A prancha foi instalada, ligando a lancha ao cais, e o capitão Pires fez sinal ao passageiro.

“Meu general, faça o favor.”

Artur engoliu em seco. O momento chegara. Consultou o relógio e constatou que os ponteiros marcavam dezasseis horas e quarenta minutos. Respirou fundo e, ajeitando o casaco militar uma última vez, deu um passo em frente e calcorreou a prancha em passo seguro, quase com soberba, como se esperava de um vice-rei. Pisou o cais em pose majestática e viu um militar aproximar-se; era um europeu com insígnias de capitão do Exército.

“Senhor governador, seja bem-vindo!”, saudou o oficial, fazendo continência. “Sou o capitão Guilherme Tavares e estou encarregado da sua segurança.”

Apertaram as mãos.

“Como está, senhor capitão?”, disse Artur. “Se me permite, ainda não sou governador. Como sabe, isso só acontecerá no momento em que as chaves da cidade me forem entregues, nos paços do concelho.”

“Tem o meu general toda a razão. Peço-lhe, no entanto, que se mantenha junto de mim. A situação na nossa colónia ameaça tornar-se explosiva e a sua segurança é a minha prioridade.”

Estas palavras do capitão Tavares levaram o recém-chegado a soerguer uma sobrancelha. Pensou em questioná-lo sobre o que queria dizer, mas conteve-se; não era o sítio nem o momento de o fazer, considerando a cerimónia protocolar e a multidão que o aguardava. Deu por isso um passo em frente e acenou às pessoas que o tinham vindo acolher ao cais.

Ouviram-se aplausos, depressa interrompidos por uma ordem dada em voz de comando.

“Atenção!”

Um pelotão alinhou-se em formação numa clareira aberta no cais entre o mar de gente. Soou uma detonação e depois outra e a seguir outra; no total foram dezanove tiros.

“É a companhia de Artilharia que o saúda, meu general”, esclareceu o capitão Tavares, em sentido atrás do recém-chegado. “Os homens da parada pertencem à Companhia de Metralhadoras.”

Quando os disparos cessaram, uma banda iniciou uma marcha patriótica; pelo emblema pregado às camisas percebia-se que se tratava dos rapazes do Instituto Salesiano. Artur percorreu as fileiras da Companhia de Metralhadoras, fazendo assim a revista protocolar às tropas. Depois a banda tocou o hino nacional, que o novo governador e os militares escutaram em sentido e de mão colada à testa em continência, enquanto os civis entoavam as estrofes num coro mal afinado. Os últimos acordes desfizeram-se entre o clamor entusiástico da multidão.

“Viva o governador!”

“Viva Portugal!”

Um ronco poderoso abafou os gritos da multidão e duas motos da polícia cortaram a massa de gente e criaram uma clareira de imediato preenchida por uma limusina negra com uma bandeirinha portuguesa hasteada no *capot*; tratava-se de um imponente *Dodge*, que deslizou pelo cais até se imobilizar ao lado do general.

O capitão Tavares abriu a porta traseira e fez ao recém-chegado sinal de que entrasse.

“Meu general, faça o favor.”

Artur voltou-se para a multidão, acenou em despedida e, por entre uma ovação entusiástica, mergulhou na viatura oficial.

O automóvel deu uma grande volta pela cidade, segundo o *chauffeur* para que sua excelência tivesse um primeiro contacto com a realidade da colónia, embora Artur suspeitasse que se tratava de uma manobra para ganhar tempo enquanto a comitiva dos altos dignitários que o tinham vindo acolher ao Porto Exterior se deslocava apressadamente para o destino seguinte. Nada que incomodasse o novo governador. Em boa verdade pareceu-lhe até uma excelente ideia; teria uma pausa para respirar e captar o ambiente de Macau. Manteve por isso os olhos presos à paisagem, um grande espaço vazio no sopé de um dos montes da cidade, a colina da Guia.

“O que é isto?”

“São os aterros, excelência”, explicou o *chauffeur*. “Terras que acabámos de conquistar ao mar por ordem do senhor governador Tamagnini Barbosa, que Deus o tenha à Sua guarda.”

Tratava-se portanto de uma obra do seu antecessor, que falecera em funções.

“O que queria ele construir aqui?”

“Este novo porto, o Porto Exterior. Há ainda a ideia de fazer um grande reservatório de água potável e habitações, excelência.”

Depois de dar uma volta pelos aterros, o automóvel penetrou na zona urbana. No momento em que se embrenharam no emaranhado de casas tudo se tornou diferente. A cidade revelou-se densa, com os edifícios

muito concentrados e quase sem zonas verdes, muitas paredes escurecidas pela humidade. Não havia dúvidas, o espaço escasseava em Macau; isso explicava, de resto, os aterros onde se encontrava o Porto Exterior.

O que mais o espantou, contudo, para além de se verem chineses por toda a parte, uma proporção de talvez uns trinta para cada europeu, foi a estranha mistura entre a arquitetura colonial portuguesa e os edifícios tradicionais chineses. Isso e os letreiros nos enigmáticos caracteres que se amontoavam por toda a parte e em várias cores, todos eles traduzidos em letra pequena num português caricato. Havia o Ngai Pa Salaodebelela, o Mainato Veng Va, a Sopa de Denominada Kang Kei, o Heng Long Carne Ssadas, o Massagista Quedas e Pancadas Kung Man Kuai, o Hap Leng Loja de Venda Petoreo, a Vencla de Faznedas Meng Ket, uma mercearia identificada como Rceariam, as Obras de Papel de Cebo Veng Va, o Vinho de Tripénis, designação assaz bizarra que em nome da moral e dos bons costumes teria urgentemente de mandar corrigir, a estranha Associacao dos Indivíduos de Apelido Leong, a Associação de Empregaclos de Barbearias de Macau, o Despotivo Sá Kon Clubo, a Companhia Destruidora de Formiga Bran...

“O Leal Senado, excelência”, anunciou o *chauffeur*, interrompendo o fascinante espetáculo dos letreiros chineses traduzidos em português. “São os paços do concelho.”

O carro imobilizou-se por fim numa praça que se abria numa grande rua de comércio, evidentemente a Avenida Almeida Ribeiro, a principal artéria da cidade, que o general havia contemplado em fotografias antes de chegar à colónia. Uma guarda de honra, esta formada pela PSP, apresentava-se diante da porta da câmara municipal com um grande estandarte com a bandeira portuguesa e uma banda, que se pôs a entoar uma marcha de boas-vindas. Num canto aglomeravam-se várias individualidades chinesas e portuguesas, umas macaenses e outras da Metrópole, e ainda uma mão-cheia de mirones, que se detiveram no passeio para observar o que se passava.

Um polícia de uniforme de gala e luvas brancas abriu a porta da

viatura e Artur apeou-se.

“Bem-vindo, senhor governador.”

Assumindo de novo o comando das operações, o capitão Tavares pôs-se de imediato ao lado dele e ambos se perfilaram diante dos guardas da PSP com o estandarte. A banda entoou *A Portuguesa* perante a autoridade em sentido, encarando a bandeira de Portugal e a fachada do monumental edifício dos Correios. Quando o hino terminou, o capitão Tavares conduziu-o para o local onde se concentravam as individualidades da terra e começou por apresentá-lo a um chinês baixo e sorridente, que fez uma vénia antes de estender a mão.

“O senhor Ho Yu”, disse o capitão com deferência, insinuando assim a importância do homem. “É o presidente da Associação dos Comerciantes Chineses.” Baixou a voz, como se comunicasse um segredo. “Representa oficiosamente o governo chinês.”

“Qual? O pró-japonês ou o do Kuomintang?”

“O de Chungking, meu general. O do Kuomintang.”

O recém-chegado estendeu a mão a Ho Yu.

“Muito prazer”, saudou com um sorriso. “Teremos decerto muito que conversar. A sua presença no nosso território é uma honra.”

“A honra é minha, excelência”, devolveu o presidente da Associação dos Comerciantes Chineses num português mal articulado. “Seja bem-vindo à China.”

“China?”, estranhou Artur. “Creio que...”

Um encontrão pelas costas quase desequilibrou o novo governador, interrompendo a resposta.

“Peço perdão, meu general”, desculpou-se o capitão Tavares, puxando-o e encaminhando-o para a personalidade seguinte. “Deixe-me agora apresentar-lhe o senhor presidente do Leal Senado, engenheiro Victor Lopes.”

Depois de cumprimentar as personalidades que o aguardavam à entrada do Leal Senado, o recém-chegado foi conduzido para o interior do edifício e levado pela grande escadaria para o salão nobre. Como

anfitrião da cerimónia, o presidente do Leal Senado deu-lhe as boas-vindas, anunciou que “ia entregar a vossa excelência o governo desta colónia do Extremo Oriente, por determinação de sua excelência o ministro das Colónias, após o trágico falecimento do senhor governador Tamagnini Barbosa”, fez umas referências à história de Macau e ao facto de ter sido dos poucos territórios de Portugal onde a bandeira portuguesa permanecera hasteada durante todo o período da dominação espanhola, “o que lhe valeu com inteira justiça o epíteto de Cidade do Nome de Deus de Macau, como Ela não Há Outra Mais Leal!”, concluiu sob uma revoada de aplausos.

Terminado o discurso, o engenheiro Lopes pegou em duas grandes chaves que se encontravam numa salva de prata e voltou-se para Artur.

“Pelo poder de que fui investido, entrego-lhe, digníssimo general Artur Teixeira, as chaves da cidade e as chaves da colónia, fazendo votos para o sucesso da sua missão patriótica nesta hora grave que estamos vivendo em que as máquinas de guerra aniquilam gerações fortes”, disse, estendendo as chaves ao convidado. “Viva Portugal!”

Já com as chaves nas mãos, Artur retirou do bolso uma folha com notas que rabiscara durante a viagem e tomou a palavra decidido a ser breve; estava cansado, e na verdade não tinha nada de substância para dizer.

“Excelentíssimo senhor presidente do Leal Senado, senhor bispo, senhores oficiais, distintos convidados, minhas senhoras e meus senhores, tenho de agradecer a amabilidade das palavras que me foram dirigidas dizendo que é meu desejo que lhes seja feita justiça”, começou por declarar. “Não podiam esperar vossas excelências que nesta ocasião lhes viesse apresentar o meu programa de governo, pois não o tenho ainda, mas asseguro-vos que os princípios que vão orientar a minha ação são os do Estado Novo.” Depois de um elogio a Salazar, aos funcionários públicos e à população de Macau, fez uma referência ao bispo, agradeceu o acolhimento e terminou com um vibrante “tenho dito!”

A cerimónia de assinatura dos documentos de tomada de posse foi

presidida pelo juiz de direito da comarca e nesse momento o general Artur Teixeira tornou-se formalmente o novo governador de Macau. A primeira personalidade a apertar-lhe a mão para o congratular foi, como não podia deixar de ser, o presidente do Leal Senado, enquanto anfitrião daquela sessão.

“Parabéns, senhor governador!”, disse o engenheiro Lopes. “Embora, para ser sincero, não saiba se *parabéns* será a palavra certa.”

“Ora essa, porque não?”

O seu interlocutor suspirou, como se tivesse carregado todo o peso do mundo e se preparava para passar o fardo a outro.

“Vêm aí tempos muito difíceis...”

A cerimónia no Leal Senado terminou com um jantar no Salão Nobre, onde se trocaram brindes. O último ato protocolar do dia, porém, decorreu no edifício do governo, o Palácio da Praia Grande, a meio da avenida sinuosa que bordejava o mar. Depois de conhecer e cumprimentar os funcionários do palacete, o novo governador recolheu ao seu gabinete e dirigiu-se com a pasta a um pequeno compartimento cujo acesso era vedado por uma tabuleta a assinalar entrada proibida. Tratava-se da sala da criptografia.

Sentou-se na cadeira, abriu a pasta e retirou um envelope lacrado, que encetou. Do interior do sobrescrito saiu uma folha que trouxera de Lisboa com algarismos e letras; eram as cifras secretas, que continham a chave da máquina de encriptação. Ligou a máquina e ela começou a zumbir. Vendo-a funcionar, inseriu a chave. A seguir redigiu a primeira mensagem, a dar conta da sua entrada em funções, e enviou-a para a Metrópole. Depois desligou a máquina, fechou a porta da sala e voltou à secretária, em cuja gaveta superior depositou o seu revólver.

Respirou fundo e, descontraindo pela primeira vez nesse dia, foi à janela do gabinete contemplar a baía. As águas quentes do mar da China, que ali se misturavam com o caldo barrento do rio das Pérolas, acariciavam as muralhas em ondulações suaves; iam e vinham com mansidão. Como estava escuro, das ondas apenas via os reflexos e

escutava o marulhar. De olhos presos na cintilação da luz nas vagas, deixou-se ficar um longo instante; parecia hipnotizado mas estava simplesmente cansado. Consultou o relógio; eram nove da noite em ponto e tinha sono.

Deu meia volta e sentou-se no sofá. Inclinou-se sobre o móvel encostado à parede e rodou um botão. Uma voz em inglês irrompeu dos altifalantes da telefonia.

“... segue-se a semanas de escaramuças intermitentes entre o Exército Nacional chinês, chefiado por Chiang Kai-shek, e o Novo Quarto Exército comunista chinês, liderado por Mao Tse-tung”, noticiou o locutor num tom seco, quase como se se limitasse a comunicar o resultado de um *test match* no *cricket*. *“O exército do Kuomintang cercou e atacou os comunistas na localidade de Maolin, provocando um grande número de baixas entre os vermelhos. A batalha parece marcar o início do fim da frente unida estabelecida em 1937 entre as duas partes para defrontar o Exército Imperial japonês e...”*

Um toque na madeira arrancou-o do torpor com que seguia as notícias.

“Quem é?”

A porta abriu-se e Arthur reconheceu o capitão Tavares.

“Dá licença, senhor governador?”

Artur desligou a telefonia.

“Ainda por aqui, capitão?”, admirou-se. “Ouvii as notícias? Ainda hoje alguém me disse que se avizinhavam tempos difíceis. Pois parece que os chineses já andam às turras entre eles.”

“É o que consta, senhor governador. Deseja que contacte a nossa legação em Chungqing para saber o que se passa?”

O governador fez um gesto com a mão a convidar o responsável pela segurança a entrar e indicou-lhe o sofá.

“Antes disso sente-se aí, homem. Tenho umas perguntas para lhe fazer.” Levantou-se com um movimento enérgico. “Bebe alguma coisa?”

O visitante entrou no gabinete com passos hesitantes e manteve-se de

pé diante do sofá, acanhado e desconfortável.

“Obrigado, mas estou bem, senhor governador.”

Artur dirigiu-se ao bar e despejou um *Johnnie Walker* com gelo e soda num copo.

“Li os relatórios do meu antecessor e ele refere-se a si de uma maneira assaz elogiosa”, disse, voltando-se para o subordinado com o copo na mão. “Do que me foi dado perceber, o senhor capitão é o oficial responsável pela segurança do governador, mas creio que também foi ajudante de campo do meu antecessor, não é verdade?”

“Assim foi, senhor governador.”

Colando o copo aos lábios, bebericou o seu *whisky*.

“Pois acontece que não trouxe ninguém comigo para desempenhar essas funções, pelo que, considerando a sua experiência e impecável folha de serviço, gostaria que se mantivesse como ajudante de campo. Vê algum inconveniente?”

“É uma grande honra, senhor governador.”

Artur levantou a mão, como se dissesse que ainda era cedo para agradecimentos.

“Primeiro, no entanto, tenho de perceber que encontrão foi aquele que o senhor me deu no Leal Senado”, ressaltou, os olhos cravados no interlocutor. “E não me venha com histórias da carochinha porque sei muito bem que foi de propósito. Espero que tenha uma boa explicação para o sucedido.”

Ainda de pé, o oficial engoliu em seco.

“Quis evitar um incidente, senhor governador. As minhas desculpas.”

“Incidente? De que está o senhor capitão a falar?”

O capitão Tavares respirou fundo, sem saber por onde começar. Para explicar o incidente e torná-lo compreensível a quem nunca ali vivera precisava primeiro de o contextualizar.

“Se o senhor governador me permite, passei nesta colónia os últimos sete anos a servir como ajudante de campo do seu antecessor e fui-me apercebendo de questões de alguma delicadeza.”

“Tais como...?”

A contextualização teria de ser pormenorizada, compreendeu o ajudante de campo.

“O senhor governador permite que fale à vontade?”

“Exijo que o faça.”

O capitão Tavares espreitou a garrafa de *whisky*. Apetecia-lhe um copo, mas não tinha coragem de o pedir e, mesmo que o governador lho oferecesse, sabia que não seria capaz de beber diante dele.

“Sabe, senhor governador, encontramos-nos numa terra a muitos milhares de quilómetros da Metrópole e das outras colónias e onde as regras são muito diferentes das que vigoram no resto do império. Apesar da atual situação de fragilidade e pobreza, a China é uma civilização milenar que em nada fica atrás da nossa. Não estamos a falar de selvagens, como os da Amazónia ou do Congo. Tudo aqui é diferente.”

“Sei disso, capitão. E então?”

“O importante é perceber que eles se acham superiores e não se deixam assimilar por nós, ao mesmo tempo que nós também nos achamos superiores e não nos deixamos assimilar por eles. Conduzimos por isso existências paralelas e vivemos quase como se o outro não partilhasse o mesmo espaço. Por vezes cruzamo-nos, temos um contacto intermitente dominado pela cordialidade e pelo respeito mútuo, mas essa interação é breve e voltamos de imediato às nossas existências separadas, nós no nosso mundo e eles no deles, como se uns fossem fantasmas dos outros, cada qual a viver na sua realidade paralela.”

Artur esboçou uma careta, evidentemente sem entender estas palavras.

“Não tenho a certeza de o estar a seguir”, observou com uma expressão de incerteza na cara. “O que raio tem isso a ver com a pergunta que lhe fiz? Por que razão o senhor me deu o encontrão?”

“Porque a sua conversa com o senhor Ho Yu, apesar de breve, resvalou justamente para a questão a que os chineses são mais sensíveis. O problema da soberania. Logo que percebi que se podiam embrenhar nesse tema tão delicado, fiz o que pude para que não se criasse ali um incidente.”

“Está a referir-se às boas-vindas que ele me deu à China?”, perguntou o governador, elevando a voz. “Pois se o senhor me interrompeu por causa disso fez muito mal! Ao referir-se a Macau como sendo a China, o tipo questionou a nossa soberania e era meu dever pô-lo na ordem. Não o provoquei e fui provocado, coisa que não podia de modo algum deixar passar em claro. Agradeço pois que de futuro pense duas vezes antes de interferir na minha ação. Fiz-me entender?”

A repreensão não pareceu intimidar o capitão Tavares, o que surpreendeu o governador. Não deveria o seu subordinado tremer perante uma descompostura tão veemente?

“Se vossa excelência me permite, creio que o senhor governador o provocou sem consciência de que o estava a fazer.”

“Essa é boa! O que foi que eu disse de provocatório?”

“Logo quando o cumprimentou comunicou-lhe que era uma honra tê-lo no nosso território. Isso aos olhos de um chinês, e em particular de um representante oficioso do governo chinês, constitui uma provocação inequívoca.”

“Ora essa! Disse isso justamente para lhe ser simpático e para o fazer sentir-se acarinhado entre nós...”

“Eu sei, mas ele viu a coisa de maneira diferente.”

“O que quer dizer com isso?”

“Como lhe expliquei, não há questão mais sensível para os chineses que o problema da soberania. Do ponto de vista deles, Macau é uma parte inalienável da China.” Fez um gesto a indicar a janela do gabinete. “Tenho a certeza de que quando passou pela cidade o senhor governador notou que a esmagadora maioria da população não é portuguesa, mas chinesa. Está tudo escrito em caracteres chineses e poucos são os chineses que se deram ao trabalho de aprender a nossa língua. Eles não consideram os portugueses senhores desta terra, mas meros administradores que se encontram aqui de passagem. Ora, quando o senhor governador se dirige ao representante oficioso do governo chinês e lhe diz de chofre que é uma honra tê-lo no nosso território, isso de certo modo constitui para eles uma afronta à sua

soberania.”

“Mas Macau é de facto um território do nosso império...”

“Na nossa perspetiva, sem dúvida”, concordou o ajudante de campo.
“Mas, senhor governador, não na perspetiva deles.”

“Então o que é Macau para eles?”

“Um território chinês que os portugueses provisoriamente administram com a anuência da China. Nada mais.”

Esta explicação deixou o governador mergulhado no silêncio enquanto digeriria a ideia. Bebericou pensativamente mais um trago do seu *whisky* e, depois de pousar o copo, esfregou o queixo.

“Isso para nós não é tolerável”, sentenciou. “Se aceitássemos uma coisa dessas em Macau, teríamos de a aceitar em relação ao resto do império. Goa, Timor, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné, São Tomé... seriam tudo territórios autóctones que nós administramos provisoriamente. Se calhar também os Açores, a Madeira, o Algarve, a Beira Interior, Trás-os-Montes... sei lá.” Abanou a cabeça. “Absurdo! Não pode ser! Nem nós, nem os bifes, nem os franceses, nem qualquer império colonial aceita uma coisa dessas! No nosso caso até por maioria de razão, uma vez que consideramos que Portugal vai do Minho a Timor e todos os habitantes do império são portugueses, do pescador da Nazaré ao mineiro do Moatize e ao merceeiro de Damão.”

O capitão Tavares apontou para a janela.

“O senhor governador considera que os chineses lá fora são portugueses?”

“Se são de Macau, são com certeza portugueses. Não interessa a raça nem a cultura nem a religião. Quem vive no império português é por definição um cidadão português. Pode ser um português de primeira ou de segunda classe, claro, mas é sempre um português. Essa é, como sabe, a pedra basilar da filosofia do Estado Novo, na qual assenta o nosso império colonial.”

“Mas é importante que o senhor governador tenha consciência de que os chineses que aqui vivem não se consideram portugueses, mas chineses. E também a China os considera chineses.”

“Pois... estou a ver. Então como saímos deste impasse?”

“Se vossa excelência me permite, a força não é uma opção. Os tempos do coronel Mesquita, que entrou na China à frente de um punhado de homens para derrotar um exército que desafiara os portugueses, já lá vão.”

“Sei isso muito bem. E então?”

“A melhor forma de lidarmos com o problema da soberania é contorná-lo. Não lhes dizemos nada que possa ofender o conceito que eles têm da soberania de Macau e eles não nos dizem nada que possa ofender o nosso conceito de soberania.”

“Mas nessas condições o problema central não é resolvido.”

“O problema central é, nos termos atuais, irresolúvel”, atalhou o capitão Tavares. “É por isso que temos de o contornar. É que, depois da soberania, a coisa mais importante para os asiáticos em geral e os chineses em particular é a salvaguarda da face. Não podemos ofendê-los diretamente e eles evitam ofender-nos diretamente. Seguem o princípio de Sun Tzu segundo o qual nunca se deve encurralar um inimigo porque um inimigo desesperado é um inimigo muito perigoso. É preciso oferecer-lhe sempre uma escapatória. A perda de face é uma forma de encurralar a honra do adversário e isso torná-lo-á perigoso. Há pois que manter a face em todas as circunstâncias e ao mesmo tempo evitar que o adversário perca a dele.”

“Ou seja”, concluiu o governador, “devemos manter omissos o que nos separa.”

“Já vi que vossa excelência entendeu”, anuiu o ajudante de campo. “Quando não for possível e nós estivermos em posição de fraqueza, o adversário dar-nos-á uma saída honrosa. Da mesma maneira, quando não for possível evitar o confronto e nós estivermos numa posição vantajosa, devemos dar uma saída honrosa ao nosso adversário.”

“Uma ideia curiosa.”

“É esta a maneira oriental. Só mantendo-a presente poderá o senhor governador levar a sua missão a bom porto nestes tempos conturbados.”

Artur foi à janela e contemplou os juncos de velas desfraldadas que deslizavam pela baía da Praia Grande.

“Tenho uma outra pergunta para lhe fazer, senhor capitão”, disse. “Logo que desembarquei, esta manhã, o senhor falou na minha segurança e na possibilidade de a situação na colónia se tornar explosiva. O que queria dizer exatamente?”

“São os japoneses, senhor governador. Não sei se vossa excelência tem conhecimento, mas o Exército Imperial ocupou a província de Cantão e estacionou tropas junto à nossa fronteira. Os oficiais japoneses têm...”

O capitão Tavares calou-se a meio da frase e os olhares de ambos desviaram-se para a entrada do gabinete, para lá da qual se ouviam ordens gritadas e botas a calcorrear apressadamente o mármore polido do piso do palácio. Surpreendido com o súbito rebuliço no interior do edifício, o governador dirigiu-se à porta e abriu-a com brusquidão.

“O que se passa aqui?”, indagou com voz de trovão, dando um passo para o corredor. “Que algazarra vem a ser esta?”

Um homem fardado subiu as escadas e, estacando, fez continência.

“É um estafeta, senhor governador. Acabou de chegar da Porta do Cerco.”

Artur não ignorava que a Porta do Cerco era o ponto que assinalava a fronteira entre Macau e a China.

“E então?”

O oficial do palácio deu três passos em frente e estendeu um envelope ao superior. Intrigado, o governador encetou o sobrescrito e extraiu o despacho. Leu-o com uma única mirada e, pálido, voltou-se para o ajudante de campo, que o fitava com expectativa.

“Más notícias, senhor governador?”

Sem responder de imediato, Artur voltou a entrar no gabinete e dirigiu-se à secretária. Abriu uma gaveta, retirou o revólver que ali guardara e verificou que as munições estavam no tambor. Fechou-o e encarou por fim o subordinado, o ar grave e a voz trémula.

“Os japoneses estão a trazer artilharia para diante de Macau.”

II

O prisioneiro estava sentado de tronco nu, as mãos algemadas atrás das costas, a cabeça baixa, o olhar intimidado e submisso e as faces avermelhadas pelas sucessivas bofetadas que havia recebido nos últimos dez minutos. Em frente dele permanecia o cabo Pinto, um homem corpulento que parecia preparado para voltar a esbofeteá-lo ou até a esmurrá-lo e pontapeá-lo caso fosse necessário, mas Jorge Lobo acabara de entrar e os métodos musculados usados no interrogatório foram de imediato suspensos.

Depois de contemplar o prisioneiro por alguns momentos, o inspetor da Polícia Judiciária puxou de uma cadeira e arrastou-a para diante dele.

“*Pang iao*, conta-me coisas”, disse em cantonense quando se sentou. “Como te chamas?”

O suspeito manteve os olhos pregados no chão de cimento.

“Ip Cheong.”

Já era um avanço, considerando que antes das bofetadas o homem nem sequer o nome aceitara revelar.

“Porque mataste o senhor Senna Fernandes?”

O prisioneiro manteve-se calado. Ao fim de cinco segundos de silêncio, o cabo Pinto aplicou-lhe uma bofetada sonora.

“Fala, animal!”

A estalada devia ter ardido, pois os olhos do suspeito encheram-se de lágrimas involuntárias.

“Então?”, insistiu o inspetor Lobo. “Porque mataste o senhor Senna Fernandes?”

O homem permaneceu mudo, levando o cabo Pinto a intervir de novo. O polícia agarrou no cabelo negro e oleoso do prisioneiro e puxou-o violentamente para trás.

“Não ouviste a pergunta?”

Ip Cheong gemeu, mas não disse nada. Constatando que o suspeito precisava de ser mais espremido, Jorge Lobo inclinou a cadeira para a frente e aproximou a boca do rosto transpirado do homem.

“Que tu vais falar é seguro”, murmurou. “Falta saber se o farás a bem ou a mal.” Levantou o olhar para o subordinado e disse em português. “Mostra-lhe, Pinto.”

O cabo largou o cabelo do prisioneiro e dirigiu-se a um armário de parede. Abriu uma gaveta e retirou do interior uma pequena chibata, que abanou no ar para impressionar Ip Cheong.

“Estás a ver isto?”, perguntou em cantonense. “É pequenina, mas dói que se farta.”

O prisioneiro olhou horrorizado para a chibata e quase instintivamente encolheu-se na cadeira.

“Não!”, implorou. “Por favor, não!”

“Se não queres provar a chibata do Pinto, aconselho-te a começar a falar”, avisou Lobo. “Se de qualquer maneira acabarás por fazê-lo, porque não fazê-lo já? Poupavas-te muito sofrimento...”

O suspeito não tirava os olhos do objeto que dançava na mão do polícia.

“Deixem-me em paz! Por favor, deixem-me em paz!”

Era o momento psicológico adequado para o pressionar de novo.

“Porque mataste o senhor Senna Fernandes?”, insistiu o inspetor português. “Se fosse a ti começava a falar.”

“Não posso”, retorquiu Ip Cheong, sacudindo a cabeça. “Não posso.”

“Porquê?”

“Porque... porque... eles matam-me.”

A coisa tornava-se mais interessante, constatou Lobo. O suspeito começava a revelar coisas, mesmo que inadvertidamente. Urgia explorar-lhe o medo. O inspetor aproximou a cadeira e voltou a inclinar-se sobre o homem.

“Eles quem?”

“Não posso dizer.”

“Quem, homem? Quem é que te mata?”

Ip Cheong abanou repetidamente a cabeça.

“Não posso! Não posso dizer!”

“Mataste o senhor Senna Fernandes a mando de alguém?”, perguntou, testando a sua dedução. “Foi isso?”

O suspeito ainda sacudia a cabeça.

“Não posso dizer.”

Fez-se um longo silêncio na sala de interrogatórios. Jorge Lobo respirou fundo, avaliando a situação. O suspeito receava a chibata do cabo Pinto, embora evidentemente tivesse um medo ainda maior de alguém que decerto seria o mandante do crime.

“Quem é que apanhou este tipo?”, perguntou em português ao subordinado. “Foram os nossos homens?”

“Não, senhor doutor. Foram os alunos do liceu.”

“Eles estão aí?”

“Penso que já se foram embora, senhor doutor. Mas podemos mandá-los voltar cá, se achar necessário.”

O inspetor olhou de novo para o prisioneiro. Ip Cheong ainda tremia e não tirara os olhos da chibata que dançava nas mãos do cabo Pinto. Talvez fosse preciso usá-la, considerou. Ou talvez não. Qual o melhor caminho para chegar à verdade? Jorge Lobo ergueu-se bruscamente da cadeira e encaminhou-se em passos firmes para a porta.

“Chama-os.”

Mudando nervosamente a perna de apoio, o estudante que se encontrava perfilado diante da secretária do inspetor da Judiciária de Macau tinha um ar desconcertante de anjo, com a cara imberbe de

chinês e a pele láctea; apenas uns pelos sobre os cantos da boca denunciavam o sangue português e a entrada na puberdade. Depois de folhear o dossiê que tinha pousado sobre a secretária, Jorge Lobo ergueu os olhos para o rapaz.

“Chamas-te Licínio, não é verdade?”

“Sim, senhor.”

“Foste mesmo tu que apanhaste o assassino do senhor Senna Fernandes?”

“Sim, senhor.”

O inspetor recostou-se na cadeira e contemplou o rapaz com uma expressão cética a bailar-lhe nos olhos desconfiados.

“Como é que um artolas como tu tem força para dominar um tipo daqueles? Não sei se acredite...”

“Ele já não tinha balas na pistola.”

“Mesmo assim...” Afinou a voz. “Estamos a falar de um homem dos seus trinta e tal anos que acabou de matar alguém. Não é qualquer miúdo que deita a mão a um gajo assim. Quantos anos tens?”

“Dezasseis.”

“Como é que um garoto... enfim, um rapaz de dezasseis anos captura um criminoso?”

Licínio endireitou-se, deixando transparecer um vislumbre de orgulho pela sua proeza.

“Não foi difícil, senhor doutor. Ando no judo.”

Os olhos rasgados de Lobo voltaram a pousar no dossiê diante dele. Essa informação não estava ali. De resto, nem verdadeiramente interessava. Tivera curiosidade pelo que levara um estudante do liceu a arriscar a vida para deter um assassino e acabara de ter a resposta.

“Onde o apanhaste?”

“Foi na Avenida do Coronel Mesquita, senhor doutor. Ele abrandou e eu atirei-me a...”

“Espera, espera!”, pediu Lobo, erguendo a mão para o travar. “Estás a dizer-me que foste a correr atrás dele do liceu até à Coronel Mesquita? Tu a pé e ele de bicicleta ao longo de toda a Rua do

Campo?”

“Fui de bicicleta, senhor doutor”, esclareceu o estudante. “Quando ouvimos os tiros e nos apercebemos do que se estava a passar na esquina do liceu, eu e os meus colegas fomos a correr para o local. O pessoal foi ajudar o senhor Senna Fernandes e as filhas e eu, quando vi o assassino a fugir, fui buscar a minha bicicleta, que estava mesmo ali ao lado, e pedalei com toda a gana atrás dele.”

“Ah, bom.”

“A propósito, senhor doutor. É verdade que uma das filhas do senhor Senna Fernandes também morreu?”

“Não, safaram-se as duas”, disse Lobo. “Mas estavas tu a contar o que aconteceu quando o apanhaste...”

“Pois. Vi-o abrandar e acelerei e bati nele com toda a força. O homem magoou-se ao cair mas eu, por via das dúvidas, assestei-lhe um *ude garami* e ele ficou logo ali.”

“Assestaste-lhe o quê?”

Licínio corou.

“Um *ude garami*, senhor doutor. É um golpe de judo para prender o braço e imobilizar o adversário. Quer que lhe mostre como é?”

A mão de Lobo voltou a travá-lo.

“Dispenso”, disse. Pareceu pensativo. “Olha lá, percebeste por que motivo o tipo abrandou na Coronel Mesquita?”

“Sei lá. Pareceu-me aliviado.”

“Aliviado?”

“Pensou que se safava.”

“Aconteceu alguma coisa que lhe permitisse pensar isso?”

“Que eu saiba não.”

O inspetor esfregou o queixo pensativo.

“Ele sabia que ias atrás dele?”

“Claro que sim. Ao longo da Rua do Campo olhou muitas vezes para trás e viu-me.”

Recapitulando mentalmente o que lhe tinha sido dito e tudo o que sabia, Lobo achou que o comportamento do fugitivo nos instantes

anteriores à captura era realmente estranho. Se o homicida tinha a noção de que estava a ser perseguido, por que razão se sentira aliviado na Avenida do Coronel Mesquita? Nada daquilo lhe parecia fazer sentido.

“Olha lá, Licínio, em que ponto da Coronel Mesquita o tipo abrandou e tu o apanhaste?”

“Foi ali no cruzamento com a Xavier Pereira, senhor doutor. Penso que ele queria virar para a Xavier Pereira.”

A informação voltou a deixar Jorge Lobo pensativo. Invocou mentalmente o cruzamento da Coronel Mesquita com a Xavier Pereira; era um local com várias vivendas em estilo colonial. O que haveria ali de especial para deixar o assassino aliviado ao ponto de abrandar e se deixar apanhar? Levantou-se e foi à parede estudar o mapa de Macau que se encontrava pregado a toda a largura. Localizou a linha referente à Avenida do Coronel Mesquita, seguiu-a até à Xavier Pereira e estudou o cruzamento. Por mais que se esforçasse e estudasse aquele espaço, não enxergava ali nada de especial.

O impasse deixou-o frustrado. Consciente de que tinha de investigar mais para deslindar o mistério, deu meia volta e encarou o estudante.

“Mantém-te contactável, ouviste?”

O estudante encarou-o de olhos muito abertos, tentando perceber se aquilo significava o que ele pensava que significava.

“Posso ir-me embora?”

O inspetor pegou no guarda-chuva e, preparando-se para o abrir, saiu apressadamente do gabinete.

“Vai à tua vida que eu vou à minha.”

Passou pela sala de interrogatório, onde o cabo Pinto continuava a tentar arrancar informações ao prisioneiro à lei do estalo, e fez-se à rua.

III

De *Mausers Vergueiro* em punho, os soldados portugueses, incluindo alguns negros moçambicanos da sexagésima Companhia Indígena Expedicionária com cofiós vermelhos na cabeça, espalharam-se pelo passeio e pelo asfalto e bloquearam a circulação de transeuntes e automóveis na interceção da Avenida Almeida Ribeiro com o Porto Interior. O *Dodge* negro com a bandeirinha portuguesa desfraldada no *capot* estacionou na berma e o capitão Tavares abriu a porta traseira da viatura e fez continência.

“Senhor governador, está tudo a postos.”

O general Artur Teixeira apeou-se e, em passo rápido, os binóculos pendurados ao peito, franqueou a porta do Grande Hotel. O proprietário do hotel e outros responsáveis aguardavam-no no átrio e fizeram-lhe uma vénia.

“Excelência! É uma grande honra receber tão ilustre figura no nosso miserável estabelecimento.”

O governador vinha com pressa, mas sabia que não havia modo de contornar as questões de protocolo com os anfitriões, pelo que estendeu a mão e cumprimentou o milionário chinês que o viera acolher.

“A honra é minha”, disse. “Como sabe, no entanto, não vim aqui para usufruir das suas magníficas instalações, o que muito lamento, mas em missão militar. Espero não incomodar e garanto-lhe que serei rápido.”

“Excelência, não incomoda nada e permaneça o tempo que considerar

necessário.”

Despachadas as formalidades, o capitão Tavares abriu espaço entre os altos dignitários do hotel e conduziu o general até ao elevador. A estrutura de ferro rangeu e balançou durante a ascensão até ao nono e último andar do Grande Hotel, o maior arranha-céus da cidade, apontado até como “o mais alto prédio de todo o império colonial português”. A porta abriu-se e, rodeado por um cordão formado por vários soldados portugueses, o oficial conduziu o governador até ao terraço, onde funcionava um salão de dança, quase vazio nessa altura do dia.

O calor ali não era tão opressivo como lá em baixo na rua, talvez por se tratar de um ponto alto e o terraço beneficiar da brisa que descia do rio das Pérolas. Sem perder tempo, Artur precipitou-se para o parapeito que o responsável pelo pelotão lhe indicou. Aquele lado do prédio dava para o Porto Interior, onde o movimento era intenso; as bancadas de vendedores proliferavam por toda a parte, a rua fervilhava de cules, pescadores, vendedores, riquexós e bicicletas e as águas enchiam-se de mais de uma centena de sampanas e juncos, a maior parte das embarcações amarradas umas às outras junto aos cais, a começar pela ponte número dezasseis, mesmo em frente do Grande Hotel.

O capitão Tavares apontou para a faixa de terra do outro lado do porto, correspondente ao território chinês.

“Ali, senhor governador!”, disse. “Está a ver?”

Artur pegou nos binóculos e voltou-os na direção indicada. A imagem circular parecia saltar anarquicamente de um ponto para o outro, problema que resolveu estabilizando os cotovelos sobre o muro do terraço. A imagem fixou-se e ele estudou o que se passava na margem chinesa. Distinguiu centenas de homens a cavar a terra, vigiados por soldados de farda caqui, e vislumbrou alguns camiões militares.

“C’os diabos! Você tinha razão!”, disse sem tirar os olhos dos binóculos. “O que raio estão eles a fazer?”

“A cavar trincheiras, senhor governador”, esclareceu o capitão Tavares. Apontou para uma elevação situada atrás das escavações.

“Agora veja o que os japoneses puseram daquele lado.”

Os binóculos desviaram-se para o setor atrás dos trabalhos e Artur descortinou estruturas metálicas cinzentas que de início não identificou. Estabilizou melhor a imagem e estudou as estruturas.

“Caramba!”, exclamou, baixando os binóculos e encarando o oficial que ali o levara. “Aquilo são mesmo peças de artilharia!”

“Afirmativo, senhor governador.”

Voltou a colar os olhos aos binóculos e apontou-os de novo para as baterias, como se quisesse certificar-se do que vira momentos antes.

“Os tipos têm os canhões voltados para Macau!”, constatou, esforçando-se por ocultar o alarme que lhe incendiava já o espírito. “Já viu isto? Os japoneses apontaram-nos os canos!”

“Sim, senhor governador. A situação é alarmante.”

Artur baixou os binóculos e ficou a contemplar a olho nu a atividade dos japoneses na faixa de terra chinesa diante do Porto Interior. Nada daquilo se lhe afigurava uma boa notícia. Os japoneses tinham ocupado Cantão dois anos antes e começavam a mostrar os dentes e os músculos às potências europeias instaladas no Sul da China. Qual a intenção por detrás daqueles movimentos? Pretenderiam eles que...

Uma nuvem de fumo ergueu-se nesse instante diante de uma das distantes estruturas metálicas, seguindo-se um estampido que fez vibrar o ar. Formaram-se mais duas nuvens de fumo e, segundos depois, escutaram-se mais dois estampidos.

“Senhor governador!”, disse o capitão Tavares, muito alarmado. “É melhor sair daqui! Eles começaram a bombardear-nos! Temos de recuar para uma posição mais segura!”

“Calma.”

“Senhor governador, por favor. Os japoneses estão a disparar os canhões contra Macau. Temos de sair daqui!”

Os olhos de Artur mantiveram-se fixos nas nuvens de fumo que se formavam diante das peças de artilharia japonesas, tentando interpretar o que se passava. Teriam mesmo os japoneses começado a bombardear Macau? O que queria tudo aquilo dizer? Aguardou que as granadas

atingissem a colónia, para ver o que estavam eles efetivamente a alvejar, mas nada aconteceu. Os canhões encontravam-se voltados para Macau e abriam fogo, embora pelos vistos nenhuma granada atingisse a cidade.

Ao fim de alguns minutos, o governador descontraíu-se e virou as costas, esclarecido quanto às intenções das forças japonesas, e em passo tranquilo dirigiu-se à porta do terraço para regressar ao elevador e abandonar o Grande Hotel. Os disparos eram de pólvora seca.

“Estão a ver se nos intimidam.”

Ao descer no elevador, o governador pôs-se a cogitar na sua agenda no Palácio da Praia Grande, onde o esperavam uma série de despachos para assinar e um telefonema de condolências aos Senna Fernandes; haviam-no informado de que se tratava de uma das mais antigas e prestigiadas famílias da colónia e o homicídio no Tap Seac não podia ser ignorado. Além do mais, precisava de fechar a questão da formação do seu governo e havia ainda uma pasta-chave que urgia preencher. Teria de escolher bem, pois a situação que se vivia nesse momento em Macau nada tinha de normal e exigia alguém com o perfil certo. As forças japonesas mostravam-se crescentemente agressivas e, à luz do que acabara de testemunhar, a sua prioridade mais imediata só podiam ser os planos de defesa da colónia e a constituição de uma equipa à altura dos enormes desafios que se avizinhavam.

“Os homens que regressem ao quartel”, ordenou ao capitão Tavares, referindo-se ao contingente moçambicano. “Já não são necessários.”

“Sim, senhor governador.”

Enquanto o ajudante de campo dava a ordem e o contingente destroçava para ser transportado para o quartel de Mong Ha, Artur foi despedir-se do dono do hotel e agradecer-lhe a cooperação. Com a questão protocolar resolvida, encaminhou-se para o carro oficial de novo a matutar no que tinha visto do terraço e nas soluções para o problema que a artilharia japonesa representava. Como poderia Macau defender-se em caso de bombardeamento? Os acontecimentos da manhã mostravam que era imperativo atuar com urgência.

Entrou distraidamente no automóvel e o capitão Tavares juntou-se-lhe instantes mais tarde.

“O senhor capitão sabe onde é que a população de Londres se está a abrigar dos bombardeamentos alemães?”

“Não é no metropolitano, senhor governador?”

“Correto. Quer-me cá parecer que teremos de improvisar uma coisa semelhante.”

O ajudante de campo arregalou os olhos, mal acreditando no que ouvia.

“Vossa excelência tenciona construir um metropolitano em Macau?”, perguntou num tom de perplexidade. “Mas, enfim, nós não temos dimensão para...”

“Ó homem, não estou a pensar em metropolitano nenhum”, devolveu Artur. “O que acho é que temos de mandar construir um túnel onde as pessoas se possam abrigar no caso de os japoneses começarem a...”

“Mas já o temos, senhor governador.”

O chefe de governo franziu o sobrolho.

“Temos o quê?”

“O túnel, senhor governador. Já o temos.”

A revelação apanhou Artur de surpresa.

“Está a falar a sério?”

“Nunca o visitei, mas sei que existe. Vossa excelência deseja vê-lo?”

A pergunta forçou-o a reconsiderar os seus planos imediatos. Precisava de facto de voltar ao Palácio da Praia Grande para resolver os vários assuntos importantes que tinha pendentes, mas não podia ignorar aquela novidade. O seu olhar perdeu-se por momentos nas múltiplas tabuletas em caracteres chineses que enchiam a Avenida Almeida Ribeiro enquanto avaliava o que era mais urgente, se tratar das questões que o esperavam no seu gabinete, se visitar o túnel que pelos vistos já existia. A imagem dos canhões japoneses a dispararem sobre Macau veio-lhe mais uma vez à mente e a verdade é que os acontecimentos dessa manhã o haviam deixado tão chocado que acabaram por se sobrepor a tudo o resto.

“Vamos lá espreitar esse túnel.”

Depois de se ter embrenhado pela colina da Guia atrás de duas motos da PSP, a viatura oficial imobilizou-se no ponto mais alto do promontório, diante das muralhas fortificadas. Os dois passageiros apearam-se e contemplaram a velha estrutura militar à frente deles. As muralhas estavam cobertas de musgo e de manchas escuras de humidade, como carcomidas pelos séculos, e uma sentinela vigiava o acesso com uma *Mauser* a tiracolo.

O governador não conhecia o local, mas o ajudante de campo identificou-o.

“É a Fortaleza da Guia, senhor governador.”

A chegada inesperada da autoridade máxima da colónia desencadeou um rebuliço na Fortaleza de Nossa Senhora da Guia, como era oficialmente designada. Uma sentinela correu a avisar o oficial encarregado da pequena guarnição e pouco depois o oficial apareceu esbaforido; tratava-se de um tenente baixo, de cabelos desalinhados e olhar nervoso que vinha ainda a abotoar a camisa, enquanto o sargento mandava os homens formarem no centro do perímetro militar para apresentarem armas ao chefe do governo colonial.

“Senhor governador, é... é uma honra”, acolheu-o o responsável da guarnição depois de fazer continência, evidentemente atrapalhado por ter sido apanhado desprevenido. “Tenente Nóbrega, ao seu serviço”, identificou-se. “Se vossa excelência nos tivesse avisado teríamos organizado uma...”

“Isto é uma visita informal”, cortou Artur, apressado. “Será que nos pode levar ao túnel?”

O tenente Nóbrega vacilou por uma fração de segundo, admirado com o pedido, e voltou a fazer continência.

“Imediatamente, senhor governador.”

O comandante da guarnição voltou-se para os seus homens e o sargento gritou uma ordem à formatura.

“Atenção!”

Com os soldados alinhados em sentido, o tenente disparou várias ordens em sucessão.

“Alecrim, vai ao dispensário buscar a chave do A! Custódio, traz-me a lanterna do depósito! Mateus, a gasolina! Reinaldo, prepara-me um chá para sua excelência!”

Os vários soldados correram em diferentes direções, cada um com as suas instruções, e o oficial voltou-se de novo para Artur e fez mais uma vez continência.

“Vossa excelência dá licença que me retire por momentos para supervisionar as tarefas?”

“À vontade.”

Enquanto aguardava que a guarnição se organizasse, o governador manteve-se abrigado à sombra do paiol na companhia do ajudante de campo. O ar que envolvia a Fortaleza de Nossa Senhora da Guia, na colina mais alta da cidade, não era tão quente e abafado como o das ruas da cidade, lá em baixo, mas mesmo assim o calor apertava. Pareceu-lhe aconselhável resguardar-se na sombra.

“Ufa!”, bufou. “Isto parece um forno.”

Depois de secar as gotas de suor que lhe salpicavam a testa, Artur pôs-se a examinar o espaço onde se encontravam; teria aí uns oitocentos metros quadrados de diâmetro. Pelo alinhamento das muralhas detetou uma geometria trapezoidal na concepção da fortaleza. O seu olhar analítico foi atraído para a estrutura que dominava o complexo militar, uma torre branca e cilíndrica que prontamente reconheceu; já a observara amiúde à distância e ao longo do tempo notara que se tratava do único edifício que se podia ver de qualquer ponto da cidade.

“É o farol, senhor governador”, esclareceu o capitão Tavares, percebendo a sua curiosidade. “Marca o ponto mais elevado da colónia.”

“Já tinha reparado.” Lembrou-se de uma referência num livro qualquer lido durante a viagem para Macau. “Oiça lá, este farol não é o mais antigo de todo o Extremo Oriente?”

“Com efeito, senhor governador. E ao lado está a capela.”

Os dois contemplavam ainda as duas construções plantadas lado a lado, o farol e a capela, quando o tenente Nóbrega voltou a abeirar-se do governador. Além de já estar devidamente penteado, trazia consigo uma grande chave de ferro.

“Por aqui, senhor governador”, indicou, convidando os dois visitantes a passarem à frente. “O túnel está fechado há mais de um mês e, confesso, não sei se se encontra nas melhores condições...”

Guiados pelo tenente e escoltados por dois soldados da guarnição, o governador e o ajudante de campo atravessaram o pátio da fortaleza em fila indiana. O anfitrião parecia uma dona de casa a lidar com visitas inesperadas e Artur, intuindo-lhe o nervosismo, achou que devia acalmá-lo.

“Isto é um lugar com história, hem?”

“Se é, senhor governador!”, exclamou o comandante da guarnição, orgulhoso da responsabilidade sobre aquele posto. “Uma belíssima obra seiscentista, se quer que lhe diga. E muito bem posicionada, devo realçá-lo. Sabia vossa excelência que a fortaleza desempenhou um papel crucial na defesa da colónia quando os holandeses nos atacaram?”

“Falta saber é se terá a mesma eficácia diante dos japoneses...”

O tenente olhou para o chefe do governo e empalideceu.

“Os japoneses, senhor governador? Não me diga que...”

“Eu não digo nada, pois o futuro a Deus pertence. Mas não foi decerto por acaso que os meus antecessores mandaram construir o túnel que aqui está, pois não?”

O chefe da guarnição não respondeu, a considerar o assunto. Não havia também ele ouvido os disparos da artilharia japonesa essa manhã? Que mil problemas estariam nessa altura na forja?

“Aqui à esquerda, senhor governador.”

O grupo passou diante do farol e da capela e, logo a seguir, chegou a uma vedação em arame farpado com uma tabuleta a indicar zona de restrição militar. Franqueada a barreira, os homens meteram por um declive e, por entre a verdura, depararam-se com uma porta metálica de

acesso ao que parecia uma casamata situada por baixo do farol. A parede exterior ostentava uma data gravada no cimento.

1931.

“Caramba!”, admirou-se Artur. “Isto já tem dez anos! Não me digam que um dos meus antecessores previu há dez anos que os japoneses nos poderiam atacar...”

“Deixe-me lembrar-lhe que em 1931 ocorreu o incidente de Mukden, senhor governador, o tal que abriu caminho à expansão japonesa pela Manchúria. De qualquer modo, mesmo sem os japoneses, já havia por essa altura muita agitação na China, com as sucessivas guerras entre o Kuomintang, os senhores feudais e o Partido Comunista. O governo da colónia decidiu que seria avisado reforçar o sistema defensivo, não se fosse dar o caso de apanharmos com as sobras de toda a confusão.”

“Teve visão, sim senhor”, reconheceu Artur. Indicou a porta metálica. “Vamos, abra lá isso.”

Obediente, o tenente Nóbrega inseriu na fechadura a chave que trazia na mão, rodou-a e destrancou a porta. Com o acesso desimpedido, o comandante da guarnição voltou-se para trás e fez um sinal na direção de um dos soldados que os acompanhavam.

“Mateus, vai lá dentro ligar o gerador.”

“Imediatamente, meu tenente.”

O soldado macaense acendeu uma lanterna e, a segurar um balde que tresandava a gasolina, penetrou no espaço escuro. Artur espreitou para o interior e viu o foco de luz da lanterna de Mateus dançar nas paredes. O homem anichou-se a um canto, ouviu-se o som de líquido a ser despejado e logo a seguir o ronco de um motor. Nesse instante acenderam-se as lâmpadas pregadas nas paredes e todo o túnel ficou iluminado.

O tenente Nóbrega fez um gesto a convidar o ilustre visitante a passar-lhe à frente.

“Faça o favor, senhor governador.”

Com o caminho livre, Artur e a comitiva entraram no que parecia um corredor curto; as paredes eram abobadadas e estavam caiadas de

branco, embora amareladas pela iluminação, e o teto era percorrido por múltiplos fios elétricos em linhas paralelas.

“Não é muito grande”, constatou, quase dececionado. “Qual o tamanho disto?”

“Tem uns cinquenta metros, senhor governador.”

“Não dá para nada...”

O tenente ficou atrapalhado, quase como se fosse ele o visado pela observação.

“Bem... dá para a guarnição se abrigar em caso de bombardeamento, senhor governador. Este túnel A está alinhado no sentido sul-norte e...”

“Túnel A? Há mais?”

“Há o B e o C, senhor governador. E, se me permite, são os dois bem maiores que este. O B tem mais de duzentos metros e serve sobretudo de armazém, embora também possua vigias viradas para o mar, enquanto o C quase chega aos quinhentos metros. Esta rede subterrânea inclui depósitos e salas de descanso e está equipada com canhões entre as quatro vírgula seis e as quinze polegadas e meia.”

“Os túneis estão ligados uns aos outros?”

“Não, isso não. Mas foram concebidos de forma a darem acesso subterrâneo a vários pontos nevrálgicos, designadamente as baterias, a fortaleza e o quartel. E noutros pontos da colónia, senhor governador, há mais túneis semelhantes a estes.”

“Não me diga.”

“Existem túneis subterrâneos na colina da Penha, ali por cima do Palácio da Praia Grande, e também na Porta do Cerco. Dão para acolher uma guarnição de três mil homens, excelência.”

Artur inspecionou o túnel A e estudou-lhe as condições; não lhe pareceram más, sobretudo tendo em conta que os outros túneis eram pelos vistos ainda maiores que este. Ou seja, da perspectiva dos abrigos, a colónia parecia de facto bem apetrechada. Mas... e o resto?

Voltou-se para trás e encarou o tenente.

“Oiça lá, a fortaleza não tem um miradouro?”

Não se podia encontrar melhor local para observar Macau do que a Fortaleza da Guia, e isso tornava-se particularmente claro daquele ponto da muralha seiscentista para onde o tenente os levara. À esquerda viam-se, lá em baixo, os aterros com o Porto Exterior, o mar e as ilhas da Taipa e de Coloane; em frente estava a baía da Praia Grande, com o palácio cor-de-rosa do governo a meio da marginal e em cima a verdejante colina da Penha, coroada pela capela. Depois a cidade espraiava-se para a direita, com a Rua do Campo e a Caixa Escolar claramente visíveis em baixo, até à Porta do Cerco e à China lá ao fundo.

Plantado no miradouro, Artur suspirou, esmagado pela tarefa hercúlea que se erguia diante dele.

“Isto é impossível...”

O capitão Tavares olhou para o chefe do governo.

“Como disse, senhor governador?”

“Macau”, precisou Artur. “É impossível montar uma defesa eficiente. Já viu? A colónia é indefensável. Se os japoneses quiserem avançar, as forças à nossa disposição são demasiado pequenas.”

“Daremos luta, senhor governador.”

Depois de olhar de esguelha para o ajudante de campo para tentar perceber se estava a brincar, o chefe do governo colonial desviou a atenção para o navio que nesse instante se afastava da baía em direção à ilha da Taipa com pavilhão português hasteada na ré.

“Que barco é aquele?”

“É a canhoneira *Macau*, senhor governador”, identificou o capitão com evidente orgulho. “É a melhor unidade da nossa Marinha, apraz-me dizê-lo. Não foi por acaso que tratou da saúde aos piratas que há uns anos andavam a infestar as nossas águas. Tem um canhão de tiro rápido que, quando entra em ação, até dá gosto ver. Uma maravilha.”

Artur analisou a peça instalada na proa da canhoneira e fez um trejeito cético com os lábios.

“Uma maravilha, diz o senhor? Olhe, aquele canhão, embora seja de tiro rápido, é de curto alcance. Isso, meu caro, é fatal em combate.

Pensa que os japoneses se vão aproximar da nossa canhoneira para abrirem fogo? Nem pensar. Aquela pileca até pode ter sido adequada para enfrentar os piratas, não digo que não, mas é uma embarcação absolutamente obsoleta para a guerra moderna e não tem a menor hipótese diante de uma fragata japonesa. Ou o senhor capitão acha que tem?”

O ajudante de campo ficou paralisado.

“Bem...”

“Além daquela canhoneira”, acrescentou o governador, sem esperar pela resposta pois a pergunta tinha sido retórica, “de que mais unidades dispõe a nossa Marinha?”

“Há os dois avisos, o *Pedro Nunes* e o *Gonçalo Velho*, que vossa excelência bem conhece, e ainda umas lanchas. Isto para não falar dos hidroaviões, claro.”

O olhar de Artur desviou-se para a ilha diante da cidade.

“Quais? Os *Hawker Osprey* que estão na Taipa?”

“Esses mesmos, senhor governador.”

“Não me faça rir, senhor capitão. Estive a ler o relatório sobre os hidroaviões e... olhe, é uma desgraça. Para já, só dispomos de quatro desses aparelhos. Depois, apenas um está em condições de voar, o que é absolutamente risível. Os restantes encontram-se avariados à espera de peças sobressalentes e um deles, segundo constava do relatório, até já foi desmontado. A este respeito nem vale a pena falar mais. Além disso, o Centro de Aviação Naval está na Taipa, o que não faz sentido nenhum. Por uma questão de rapidez de operacionalidade, precisamos dos aviões aqui em Macau.”

“Podemos transferir a Aviação Naval para o Porto Exterior, senhor governador...”

“Faça isso. Mas, não sei se já reparou, os *Hawker Osprey* estão ultrapassados. Sabe o que me fazem lembrar? Aqueles aviões que vi nas trincheiras quando andei na Grande Guerra. Já observou as asas? São de lona! De lona, capitão! Nos dias que correm é ridículo um avião ter asas de lona. Não vale a pena alimentar ilusões, estes teco-tecos não têm

a menor hipótese perante os moderníssimos *Zero*. Uma destas peças de museu a combater com um avião japonês é a mesma coisa que um calhambeque a competir com um *Maserati*. Uma vergonha.”

O capitão Tavares parecia embaraçado com o parecer do governador sobre as forças navais e aéreas da colónia.

“Pois, não digo que não precisemos de...”

“A propósito dos teco-tecos, o hidroavião que partiu esta manhã já voltou da missão?”

“Ainda não, senhor governador.”

“Quando voltar, traga-me imediatamente o piloto ao palácio. Preciso de falar com ele.”

“Com certeza, senhor governador.”

Desviou o olhar para o tecido urbano que se estendia a seus pés. A cidade fervilhava de atividade, com as ruas apinhadas de transeuntes, bicicletas e riquexós. Observá-la dali era como estudar um mapa real e o que via deixava-o preocupado.

“Se os japoneses avançarem, o que temos nós afinal? Estas redes de túneis subterrâneos, um único avião operacional e um punhado de barcos obsoletos. Mais nada.”

“Temos mais alguma coisa, senhor governador. Dispomos de algumas peças de artilharia, de várias antiaéreas e ainda de um blindado, além de uma companhia de metralhadoras e de três companhias de infantaria.”

O governador soltou uma gargalhada.

“Ó capitão, isso não é nada. Acha que um avião caquético com asas de lona, uma canhoneira do tempo dos piratas, dois avisos e umas lanchas, uns canhões, um blindado e umas poucas centenas de soldados chegam para travar o Exército Imperial do Japão? Não me faça rir!”

“Podemos erguer uma defesa simbólica.”

“Podemos e devemos”, concordou Artur. “Mas também devemos ter os pés bem assentes na terra e perceber que temos tantas hipóteses de resistir aos japoneses como uma formiga de dar cabo de um elefante. Aliás, se formos a ver bem, os tipos nem sequer precisam de atacar a colónia.” Fez um gesto largo com o braço a abarcar a cidade. “Olhe

para isto. O território de Macau é minúsculo, já viu? Toda a cidade é do tamanho de... sei lá, de Cascais. Ainda por cima não temos produção agrícola.”

“Ah, sim. Dependemos totalmente dos produtos que vêm da China, sobre isso não há dúvidas.”

“Os japoneses nem precisam de se dar ao trabalho de nos atacar. Basta-lhes cortarem o acesso dos abastecimentos à Porta do Cerco e... puf, morremos todos de fome ou de sede. Fazem isto sem disparar um único tiro. Macau é absolutamente indefensável, essa é que é a realidade. Além do mais, repare que...”

Um rumor de motores em aproximação levou Artur a interromper o que dizia. Levantaram todos o olhar para o céu cinzento e aperceberam-se de que vários aviões desciam das nuvens sobre a baía da Praia Grande. Reconheceram as cores portuguesas na carlinga do aparelho dianteiro; evidentemente o *Hawker Osprey* que descolara para a missão dessa manhã. Os três aviões de trás eram diferentes; pareciam mais rápidos e, perceberam todos, tinham uma enorme bola vermelha pintada nas asas.

“Zero!”

Ouviu-se um matraquear longínquo e, atónitos, os militares plantados no miradouro da Fortaleza da Guia aperceberam-se de que um dos aviões japoneses abria fogo de metralhadora sobre o aparelho português. Já sobre Macau, o *Hawker Osprey* com a Cruz de Cristo pintada a vermelho na carlinga ziguezagueou para escapar às balas. De seguida os três *Zero* fizeram uma curva e deram meia volta, abandonando enfim a sua frágil presa.

“Co’a breca!”

Como se estivessem hipnotizados, o governador e os seus acompanhantes ainda viram o hidroavião completar uma curva larga e baixa por cima da colina onde se situava o palácio e descer para amarrar diante da Taipa. Quando o *Hawker Osprey* tocou na água, libertando um rasto de espuma, Artur despertou da sua estupefação e fez sinal ao capitão Tavares de que o acompanhasse. Os dois atravessaram a praça

d'armas da fortaleza e encaminharam-se apressadamente para o automóvel que os aguardava à saída do perímetro militar.

“O senhor capitão viu o que eu vi?”

O capitão Tavares assentiu, ciente da gravidade do incidente que acabara de ocorrer.

“Os japoneses já abrem fogo sobre nós.”

IV

Um céu de chumbo cobria Macau, banhando a cidade de uma tonalidade triste, como se um véu opaco filtrasse a luz e esbatesse as cores. A humidade quente da tarde tornava o ar pesado, pegando-se aos corpos com uma densidade pegajosa que colava as camisas às costas. Os transeuntes circulavam em passo cauteloso, protegendo-se com guarda-chuvas dos aguaceiros intensos que ocasionalmente se abatiam sobre as ruas acinzentadas e tendo sempre o cuidado de evitar as poças de água lamacenta que se acumulavam por toda a parte.

Logo que entrou no Hospital Conde de São Januário, Jorge Lobo mostrou o seu dístico da Judiciária à enfermeira, uma matrona com o nome *Odete* pregado ao peito.

“Onde estão as filhas do Senna Fernandes?”

“É por causa do crime? Ah, que coisa horrorosa!”, lamentou ela. “As meninas estão na enfermaria feminina, coitadinhas.”

Os dois percorreram um corredor do hospital, saíram para um pátio a céu aberto que atravessaram depressa para se protegerem da chuva e entraram num novo edifício. Cheirava a mercurocromo e álcool e desinfetante, como seria de esperar num hospital, mas o ambiente era abafado; nada de anormal, considerando que as janelas estavam cerradas por causa da chuva. A enfermeira Odete conduziu-o a uma sala com seis camas, três de cada lado e todas elas ocupadas, e aproximou-se de uma rapariga deitada, os olhos vidrados no teto e o braço engessado.

“Olá, Deolinda”, cumprimentou-a em tom deliberadamente ligeiro. “Tenho aqui uma pessoa da polícia que quer falar contigo.”

A rapariga pestanejou e desviou os olhos negros para o visitante, mas manteve-se calada.

“Sou o inspetor Jorge Lobo, da Polícia Judiciária”, apresentou-se. “Lamento muito o que aconteceu e quero que saiba que estou empenhado em tirar todo este caso a limpo de forma que se faça justiça. Para isso, no entanto, preciso da sua ajuda. Sei que ainda estamos muito em cima do acontecimento e que se calhar prefere estar sozinha, mas devo dizer-lhe que nestes casos a rapidez de atuação é fundamental para apanhar os criminosos.” Fez um gesto com as mãos. “Se achar que não está em condições de falar, contudo, compreendo perfeitamente e virei mais tarde.”

Deolinda fitou-o durante alguns segundos.

“O que deseja saber?”

Falou num fio de voz, mas com uma firmeza inequívoca. O polícia fez um sinal à enfermeira para se afastar e Odete obedeceu com relutância. Quando ela abalou pelo corredor, Lobo abeirou-se da cabeceira da cama.

“Creio que sabe que apanhámos o homem que disparou sobre vocês”, disse em voz baixa, para que a conversa não fosse escutada pelas pacientes que se encontravam nas outras camas, algumas atentas ao que se passava e a esforçarem-se por captar a conversa. “Tenho, no entanto, razões para acreditar que ele não atuou por livre iniciativa, mas a mando de alguém.”

A rapariga arregalou os olhos, surpreendida.

“De quem?”

“Isso gostava eu de saber. O seu pai teria porventura inimigos?”

A pergunta deixou Deolinda pensativa. Considerou a questão em silêncio, visualizando mentalmente uma série de rostos.

“Bem, o papá tinha problemas com um primo por causa de um apartamento de família em Hong Kong, mas não me parece que fosse caso para... para...”

“Onde está esse primo?”

“Acho que foi viver para a Austrália no ano passado.”

A pista não parecia promissora, refletiu Lobo. Passou os dedos pelo cabelo negro liso enquanto considerava o melhor caminho para prosseguir o questionário.

“Além desse primo, não haveria mais ninguém que lhe quisesse mal?”

A rapariga abanou a cabeça. Uma lágrima soltou-se do canto do olho, vagueando pela face pálida até chegar ao queixo e, empurrada pelo tremor de comoção, cair para o lençol.

“Não estou a ver”, murmurou. “O papá dava-se bem com toda a gente, coitadinho. Ele... ele era o presidente da Cruz Vermelha de Macau e ajudava muitas pessoas e... e...”

A paciente pôs-se a chorar baixinho e o inspetor pousou-lhe a mão no ombro, compassivo.

“Eu sei, eu sei”, disse, consolando-a. “Era um homem bom.”

“Pois era.”

Deolinda chorou durante um minuto, mas acabou por recuperar a compostura. Secou as lágrimas à fronha da almofada e respirou fundo, preparando-se para responder a novas perguntas.

“Portanto, se bem entendi, o seu pai, e com exceção do tal primo, dava-se bem com toda a gente.”

“Toda.”

“Nunca se metia em confusões nem se zangava com ninguém?”

“Quer dizer, às vezes a coisa explodia”, atalhou ela. “Ele é... era muito temperamental.”

“Tinha mau génio?”

“Oh, se tinha! Olhe, ainda ontem, por exemplo, quando vínhamos a sair do cemitério notei que tinha a mão ferida. Quando lhe perguntei o que era, acabou por me contar que andara de manhã à bulha com os esbirros dos japoneses, veja lá o senhor! À bulha com essa gente!”

O homem da Judiciária alçou uma sobrancelha.

“Os japoneses?”

“Não foram os japoneses, mas aqueles gangues de chineses que

trabalham para os japoneses.”

“Andou à bulha com eles? Porquê?”

“Sei lá. Parece que quiseram confiscar o arroz que o *Imortal* lhe trouxe e ele teve de defender o carregamento a soco e pontapé. O papá nessas coisas não se deixava ficar.”

A informação deixou Lobo mergulhado nos seus pensamentos. Na manhã do dia em que fora abatido numa esquina à vista de toda a gente, Senna Fernandes andara à pancada com os esbirros dos japoneses? Poderia uma coisa daquelas ser coincidência? E se...?

“C’os diabos!”

A máquina de escrever disparava pausadamente as letras, ao ritmo lento da inépcia do cabo Pinto a lidar com a burocracia policial; o agente da Judiciária era mais habilidoso a esmurrar prisioneiros do que a premir teclas. No momento em que se interrogava sobre a forma correta de escrever uma das palavras, se “victória” se “vitória”, viu o chefe entrar esbaforido nas instalações da polícia e suspendeu no ar o movimento dos dedos.

“Aconteceu alguma coisa, senhor doutor?”

Jorge Lobo não respondeu. Entrou intempestivamente no seu gabinete e foi direito à planta de Macau que tinha pregada na parede.

“Ó Pinto!”, chamou. “Anda cá!”

O subordinado, que já se apercebera de que alguma coisa se passava, apareceu imediatamente à porta.

“Sim, senhor doutor?”

“O suspeito revelou alguma coisa de novo?”

O cabo abanou a cabeça.

“Negativo, senhor doutor. Ainda lhe dei um apertão valente, mas o tipo fechou-se em copas. Está mais acagaçado do que se tivesse diarreia. Limitou-se a repetir que o matam se contar alguma coisa. Estou mesmo a acabar o relatório e se o doutor o quiser ler...”

Mas o inspetor não parecia minimamente interessado no documento que o subordinado datilografava com tão incompetente zelo. Os olhos

de Lobo mantinham-se presos ao emaranhado da planta da cidade. Estudou a Avenida Coronel Mesquita e o cruzamento com a Rua Xavier Pereira e pousou o indicador sobre a interceção.

“O nosso homem foi apanhado aqui, não é verdade?”

O cabo abeirou-se dele.

“Correto, senhor doutor.”

“O estudante que o perseguiu disse que o tipo abrandou no cruzamento e pareceu aliviado. A questão é esta: aliviado porquê? O que haveria aqui que o pudesse deixar aliviado?”

“Um quarto de banho, senhor doutor?”

O cabo Pinto era conhecido na Judiciária pelas piadolas despropositadas, pelo que Lobo ignorou a resposta. Manteve-se concentrado e fez o dedo deslizar pela planta, movimentando-o da Xavier Pereira até à Horta e Costa. Tudo lhe pareceu evidente.

“Diz-me, Pinto, quem está aqui a viver?”

O cabo perscrutou o local apontado no mapa, a interceção da Xavier Pereira com a Horta e Costa, e estreitou os olhos.

“Isso é a casa do Wong Kong Kit, senhor doutor.”

A atenção do inspetor desviou-se da planta para o subordinado, uma expressão de Eureka! a cintilar-lhe no olhar.

“Estás a perceber, não estás?”

O cabo Pinto fitou o chefe e a seguir olhou para a planta e depois de novo para o chefe.

“O senhor doutor está a insinuar que... que...”

Um vulto feminino apareceu nesse instante à porta do gabinete.

“Doutor Lobo, telefone para si.”

Não era uma hora conveniente, considerando que o inspetor estava nesse preciso instante concentrado na resolução do mistério do homicídio de Senna Fernandes e chegara a um ponto crucial do seu raciocínio, pelo que nem desviou o olhar para a secretária.

“Agora não, Helena.”

Mas a mulher não saiu da ombreira da porta; aquela chamada não era das que se pudessem ignorar com tamanha ligeireza.

“É o senhor governador a convocá-lo para o palácio.”

V

A lancha atracou junto à ponte-cais da baía da Praia Grande e o oficial aviador da Marinha que a embarcação trazia da Taipa aguardou que ela fosse amarrada a um dos pilares de madeira. Quando a lancha estabilizou, o oficial saltou para terra e, depois de se equilibrar, perfilou-se em sentido e fez continência ao governador.

“Tenente Silveirinha ao seu serviço, meu general.”

A continência foi devolvida por Artur. Rodou sobre os calcanhares e com um gesto convidou o oficial a acompanhá-lo. Percorreram a ponte-cais em passo rápido e entraram no automóvel oficial do governador, cuja porta traseira o motorista mantinha aberta.

“Que ninguém nos incomode.”

“Sim, senhor governador.”

O *chauffeur* fechou a porta e, em obediência à ordem, não se dirigiu para o seu lugar ao volante. Em vez disso permaneceu com o capitão Tavares perto da viatura, assegurando-se de que ninguém perturbava o governador e o seu convidado, ambos no banco traseiro.

“Observei o sucedido da Fortaleza da Guia”, disse Artur já a sós com o oficial aviador. “Vi os aviões japoneses a perseguirem-no e a abrirem fogo sobre si. Isso é muito grave. Os japoneses não podem abrir fogo contra os nossos aviões. Preciso de saber exatamente o que aconteceu para determinar o melhor curso de ação.”

Apesar da situação que vivera menos de uma hora antes, o tenente Silveirinha parecia calmo.

“Não há muito para contar, excelência. Em conformidade com as ordens do meu comandante operacional, eu e o tenente Dias descolámos da Taipa para a missão de reconhecimento que nos foi confiada.”

“Não iam armados, pois não?”

“Negativo, meu general. Tínhamos apenas o aparelho de rádio e a máquina fotográfica. Como estava eu a pilotar o avião, ambos eram manejados pelo tenente Dias.”

A confirmação tranquilizou Artur. O facto de o *Hawker Osprey* ir desarmado dar-lhe-ia munições convenientes no protesto que teria de ser feito junto das autoridades nipónicas.

“Muito bem. Então o que aconteceu?”

O tenente Silveirinha retirou um mapa cartográfico que trazia no bolso e desdobrou-o sobre o regaço.

“Seguimos por este caminho, rumo a leste, conforme as indicações”, disse, fazendo o dedo deslizar sobre o percurso entre a Taipa e umas ilhotas a meio do delta do rio das Pérolas. “Quando chegámos aqui, demos com vários navios com pavilhões do Sol nascente. Foi nesse instante que apareceram os aviões. Eram seis e vinham em dois grupos de três. Um dos grupos seguiu viagem e o outro virou agressivamente na nossa direção. Percebi que estávamos em perigo e dei imediatamente meia volta.”

“Eles abriram fogo...”

“Só quando já estávamos quase sobre Macau, meu general.”

“Acha que vos quiseram abater?”

A pergunta era importante, porque tinha repercussões na análise política e militar da situação que o oficial aviador não ignorava. O tenente respondeu com uma careta cética.

“Os *Zero* são infinitamente mais rápidos que o *Hawker Osprey*, meu general. Se nos quisessem de facto deitar a baixo tê-lo-iam feito antes de chegarmos ao nosso espaço aéreo. Se quer saber a minha opinião, penso que dispararam em jeito de aviso, nada mais. Como quem diz que não voltássemos a fazer a gracinha, não sei se me faço entender.”

Artur desviou os olhos do interlocutor e fixou-os no vulto silencioso

da ilha da Taipa. Não havia dúvida, considerou. Os japoneses estavam a apertar o nó. Primeiro instalavam artilharia diante do Porto Interior e punham-se a escavar trincheiras. Depois disparavam os canhões sobre Macau, presumivelmente com pólvora seca, uma vez que nenhuma granada tinha caído na colónia. Logo a seguir, uma esquadrilha japonesa perseguia um hidroavião militar português e já quase sobre Macau abria fogo de metralhadora contra ele, embora apenas em aviso. Fosse como fosse, eram já demasiados incidentes para serem simples coincidência. Os japoneses haviam pelos vistos decidido comunicar com os portugueses a tiro de canhão e metralhadora e cabia-lhe a ele interpretar esses sinais.

A sua atenção regressou ao oficial aviador.

“O senhor trouxe alguma coisa para mim?”

Após uma breve hesitação, o tenente Silveirinha deitou a mão ao bolso da camisa e estendeu um rolo fotográfico a Artur.

“Aqui tem, meu general”, disse. “Se vossa excelência não vir inconveniente, vou agora preparar o relatório do voo.”

O governador pegou no rolo e fez um gesto vago na direção do piloto do *Hawker Osprey*.

“Agradeço-lhe, tenente. Está dispensado.”

O oficial aviador fez continência e saiu do automóvel, deixando Artur entregue aos seus pensamentos. O *chauffeur* retomou de imediato o seu lugar ao volante e aguardou instruções. Não teve de esperar muito. Sentiu o governador inclinar-se para a frente e viu o rolo fotográfico que ele tinha na mão.

“Vamos revelar isto.”

A casa de mármore era uma vivenda colonial de dois andares e terraço situada na encosta da Guia, uma colina tranquila com uma panorâmica sobre os aterros do Porto Exterior de um lado e do outro voltada para a cidade. Aquela moradia encontrava-se no lado da cidade, na Calçada do Gaio, com vista sobre o Tap Seac, onde se situava a Caixa Escolar e o Liceu Infante D. Henrique.

Com a chave numa mão e a outra a segurar uma pasta de cartão, Artur abriu a porta e entrou no edifício, tendo o capitão Tavares seguido logo atrás dele. Um certo odor a bafio enchia o átrio e o pó flutuava no ar e produzia mil cintilações minúsculas sob o feixe de luz que descia de uma janela superior.

Antes de se encaminhar para a arrecadação, Artur voltou-se para o ajudante de campo.

“Vou lá para baixo”, disse. “Faça o telefonema.”

“Imediatamente, senhor governador.”

Enquanto o capitão Tavares se dirigia à sala onde se encontrava o telefone, Artur meteu por uma porta lateral e desceu para a arrecadação. Lá em baixo estava escuro; a única iluminação era a do hálito de luz que a escada parecia exalar. Depois de se habituar à escuridão, conseguiu distinguir a estrutura da garrafeira e, às apalpadelas, identificou a alavanca disfarçada de garrafa de vinho. Empurrou-a para cima e a garrafeira tremeu e emitiu um claque que soltou a estrutura.

“Ah, cá está...”

Movendo-se com cuidado, e sempre a tatear o espaço diante dele, Artur enfiou pela entrada secreta que se abriu atrás da garrafeira; a treva era aqui densa, pois o clarão de luz soprado das frinchas da porta não produzia neste ponto o menor efeito. Apalpou a parede e os seus dedos detiveram-se na protuberância do interruptor. Carregou nele e a luz acendeu-se. Já à vontade, puxou a garrafeira como se fosse uma porta e fechou-se no espaço oculto, agora perfeitamente iluminado. O corredor tinha apenas três metros de comprimento e desembocava numa salinha com uma mesa no centro e várias cadeiras em redor. Havia uma porta na outra parede. O visitante pousou a pasta sobre a mesa, sentou-se numa das cadeiras e aguardou.

Ao fim de cinco minutos ouviu um som. A porta na outra parede abriu-se e um homem de rosto e corpo oval e ar bonacheirão entrou na salinha com uma pasta na mão.

“Como está, senhor governador?”, saudou o recém-chegado num português correto mas com forte sotaque britânico. “Espero que vossa excelência não se encontre aqui há muito tempo à minha espera.”

Artur levantou-se e cumprimentou-o.

“Cônsul Reeves, como vai? Agradeço a disponibilidade para falar comigo tão em cima da hora.”

Sentaram-se ambos, frente a frente.

“Ora essa, senhor governador. De resto, o interesse é meu, não é verdade?”

Como bom amante do álcool, o cônsul britânico em Macau tinha o nariz e as faces abraseadas; decerto estivera a consumir porto ou *whisky*, como nele se tornara hábito, mas o português era suficientemente perspicaz para perceber que a queda de John Reeves pela boa pinga fazia parte do teatro em que se envolvia a arte da diplomacia, destinando-se sobretudo a levar os interlocutores, e sobretudo os adversários, a subestimá-lo. Um erro que Artur não cometeria.

“Tenho aqui uma coisa para si”, anunciou o governador, abrindo o envelope que pousara sobre a mesa quando chegara à salinha. “Lembra-se de me ter pedido que lhe fornecesse todas as informações de que dispusesse sobre a movimentação das forças japonesas nesta área?”

Os olhos azuis do cônsul acenderam-se como faróis ao ouvir estas palavras. Olhou com expectativa não disfarçada o envelope que o chefe do governo de Macau trouxera.

“Sim...”

Segurando-o pelas bordas para não imprimir dedadas nas imagens, Artur extraiu o conteúdo do sobrescrito e voltou-o na direção do diplomata.

“Um avião nosso captou no final da manhã de hoje estes *clichés*”, anunciou. “Acabámos de revelar o rolo e pensei que poderiam ser do seu interesse.”

O cônsul Reeves pegou nas fotografias a preto-e-branco e examinou-as. As imagens tinham sido tiradas por entre as nuvens e mostravam

uma fila de navios de guerra. O diplomata britânico inclinou-se para a pasta que pousara aos pés da cadeira e tirou uma lupa do interior. Assentou a lupa sobre as imagens e estudou-as com atenção.

“*Good Lord!*”, exclamou ao analisar o maior dos navios, a meio da fila. “Este é... é o *Isuzu*!”

“Correto”, assentiu Artur com um sorriso conhecedor. “Achei que ficaria interessado.”

“*Bloody hell!* Se o *Isuzu* está aqui, temos em cima de nós a Primeira Frota do Japão!”

“Com certeza. Aliás, identifiquei outras unidades que, tal como o *Isuzu*, vieram de Cantão. Porém, há também vasos de guerra que estão habitualmente estacionados nas bases japonesas na Formosa e em Xangai.”

A lupa percorreu os outros navios.

“Pois é, tem razão”, confirmou o inglês. “Olhe, este *destroyer* aqui é o *Izakuchi*, se não estou em erro. A última vez que o vimos pertencia à Sexta Divisão e encontrava-se ancorado na Formosa. E este... este parece ser... dir-se-ia um torpedeiro.”

“É o *Kari*, do Esquadrão de Torpedeiros estacionado em Cantão.” Apontou para outro barco japonês apanhado na fotografia. “E este é o *Hiyodori*, da Esquadra do Teatro na China, baseado em Xangai. Tal como o *Uiji* e o *Shinko Maru*, aliás, que também estão adstritos a Xangai mas que pelos vistos foram enviados para cá.”

Os olhos azuis do cônsul levantaram-se e fitaram os castanhos do governador português.

“Onde foram captadas estas imagens?”

“No delta do rio das Pérolas, a um terço do caminho entre Macau e Hong Kong”, precisou Artur. “No final desta manhã, como lhe disse.”

Reeves concentrou-se de novo nas fotografias.

“*Blast it!* Tão perto?”

“Receio bem que sim. E a questão é esta: se o *Isuzu* está aqui, é porque há mais navios de guerra nas redondezas. Os japoneses não iriam mandar para cá este cruzador sem uma boa escolta.”

“Sem dúvida. Devem ter nestas águas uma série de *destroyers* e de canhoneiras. Além dos navios de apoio, como cargueiros e navios de reabastecimento, claro.”

Artur apontou para um dos navios nas imagens.

“A presença do *Shinko Maru* também me parece significativa. Não sei se sabe, mas trata-se de um navio concebido para espalhar minas pelas águas. Isto quer dizer que eles andam a minar o delta do rio.”

“*Good Lord!*”

“Estamos perante uma ameaça muito séria, senhor cônsul. Os japoneses não estão a brincar e elevaram o nível de agressividade em relação a nós. De resto, ainda esta manhã fui ao terraço do Grande Hotel e constatei que instalaram do lado chinês canhões voltados para Macau. Chegaram a fazer alguns disparos de pólvora seca para nos intimidar.”

O cônsul guardou a lupa e encarou o interlocutor com uma expressão grave.

“Eu ouvi.”

“O que conclui de todas estas movimentações?”

“Concluo o mesmo que vossa excelência: isto está a aquecer”, disse. “Quando poderá o senhor governador enviar um novo avião para procurar o resto da esquadra japonesa?”

O português abanou a cabeça.

“Receio que uma coisa dessas já não seja possível”, indicou. “Quando se aperceberam da presença do nosso avião de reconhecimento, os japoneses mandaram vários *Zero*, presumivelmente vindos de Cantão ou de um porta-aviões que ainda não detetámos, e perseguiram o aparelho até ao nosso espaço aéreo. Despediram-se com uma rajada de aviso. Suspeito que, se enviar outra vez um avião para patrulhar aquela zona, os japoneses vão passar das ameaças aos atos e ele já não regressará.”

A situação não era boa.

“*Shit!*”, praguejou o inglês entre dentes. “Estava a contar convosco para nos ajudarem a coligir informação.”

“Eu sei. E colaboraremos sempre que pudermos, no fim de contas Portugal e a Inglaterra são velhos aliados... mas sempre com a máxima discrição, como deve compreender. Os japoneses estão a mostrar-se cada vez mais ameaçadores e há que ter o maior cuidado.”

“Compreendo. Nós próprios andamos a convidar os militares japoneses que chegaram à fronteira de Hong Kong para festas e *cocktails*, a ver se os amaciamos. Felizmente temos o capitão Boxer connosco. Viveu no Japão, fala japonês fluentemente e conhece-os bem. Pode ser que consiga alguma coisa, quem sabe?”

“Como é que os vossos serviços de informações avaliam a situação?”

O cônsul Reeves esboçou uma careta de preocupação.

“Oficialmente nada lhe posso revelar, como é evidente”, avisou. “Mas, no recato deste quartinho que em boa hora mandámos construir para estes encontros longe dos olhares indiscretos, posso confidenciar-lhe que as coisas não vão nada bem. Os japoneses estão apostados em quebrar a resistência dos chineses e querem cortar as rotas de abastecimento do exército de Chiang Kai-shek. Como sabe, a maior parte da ajuda militar aos chineses está a ser canalizada pela Indochina francesa e, devo reconhecer aqui entre nós, por Hong Kong.” Baixou a voz, em confidência. “Aliás, até há pouco tempo setenta por cento do material de guerra para a China vinha aqui da nossa colónia.”

“Pensei que vocês eram neutrais...”

O inglês encolheu os ombros.

“É verdade que Hong Kong declarou a neutralidade logo que o conflito sino-japonês começou, até porque a Inglaterra não quer ser arrastada para um confronto com o Japão ao mesmo tempo que anda em guerra com a Alemanha e a Itália, como deve compreender. Mas admito que estamos a fechar os olhos às atividades da resistência chinesa e só atuamos quando os protestos dos japoneses se tornam estridentes. Receio, contudo, que a nossa neutralidade esteja a ser demasiado benevolente para com os chineses, de tal modo que os nossos agentes começaram a informar-nos de que Tóquio tem agora os olhos postos em nós e na Indochina. Tornámo-nos um espinho nas costas do

Exército Imperial japonês. Pior ainda, parece que os generais japoneses acreditam que, se a nossa colônia cair, a resistência chinesa cairá também. Isso transforma-nos num alvo potencial, como deve imaginar.”

“Acha que eles vão mesmo atacar Hong Kong?”

O inglês pareceu cético.

“Não creio que se atrevam a tanto, pelo menos de imediato. Ninguém se mete com a Inglaterra assim sem mais nem menos, não é verdade? Além disso, os soldados japoneses são de pobre qualidade. Ainda noutro dia o general Maltby me dizia que os tipos veem mal e por isso não conseguem combater à noite. De resto, ao longo deste tempo todo não foram capazes de derrotar o exército chinês, que na verdade não passa de um bando de maltrapilhos. Aí se vê a que ponto são fracos os soldados japoneses.” Abanou a cabeça. “Não, eles não têm hipóteses conosco.” Levantou o indicador. “Mas a Indochina é diferente. A França está ocupada pelos alemães, que são aliados dos japoneses, pelo que é natural que Tóquio considere que os franceses têm o dever de interromper o abastecimento do Kuomintang. Se os franceses não o fizerem, estou certo de que os japoneses entrarão na Indochina.”

“Mas isso significa meterem-se diretamente com uma potência colonial europeia...”

“Eu sei.”

“Como vai Inglaterra reagir a isso?”

“Como lhe expliquei, já temos muito que fazer na Europa, pelo que nos encontramos enfraquecidos na Ásia. A questão não é pois o que fará Inglaterra, mas o que fará a América.”

“Acredita que Roosevelt vai intervir?”

“Militarmente? Duvido. Mas virão de certeza fortes sanções contra o Japão. Não ouviu Roosevelt falar há uns tempos na possibilidade de se pôr o Japão de quarentena? Se os americanos atuarem será para fazerem uma coisa nessa linha, está a ver? Uma quarentena.” Baixou a voz. “Na verdade, senhor governador, temos a informação de que Washington considera a hipótese de decretar um embargo petrolífero a

Tóquio. Se isso for para a frente, ninguém poderá vender petróleo aos japoneses.”

A informação deixou Artur boquiaberto.

“Caramba! Uma coisa dessas é... é forte.”

“Sem dúvida. Os japoneses terão de recuar, não vejo alternativa.”

O governador recostou-se por momentos na sua cadeira, ponderando as informações que acabara de obter e que teria de enviar, por mensagem cifrada, para Lisboa.

“Esperemos o melhor”, concluiu, “mas preparemo-nos para o pior.”

Nada mais havia a dizer. Os dois homens levantaram-se, apertaram as mãos, trocaram palavras amáveis em despedida e cada um desapareceu pela sua porta.

VI

Enquanto aguardava na salinha de espera que o chamassem, Jorge Lobo ia revendo as suas anotações. Estava preocupado com o caso que tinha entre mãos e não ignorava as graves implicações do que descobrira. Como iria desatar aquele nó? Teria capacidade para tal? Seria até conveniente que o fizesse? Acreditava que todos os crimes mereciam castigo, embora não pudesse encarar de ânimo leve as consequências que adviriam da aplicação cega da lei naquelas circunstâncias. Nesse sentido, a convocatória do governador viera em boa hora. O assunto teria forçosamente de chegar ao seu conhecimento antes do passo seguinte, dadas as evidentes ramificações políticas e militares do caso. Sim, a convocatória viera em boa hora.

O homem da Judiciária remexeu-se, desconfortável. Vendo bem, pensou, a convocatória era de tal modo oportuna que tanta oportunidade chegava a ser suspeita. A sua mente laboriosa pôs-se a cogitar na ordem que recebera para se apresentar no palácio. O que lhe queria o general Teixeira exatamente? Na verdade, repetiu com os seus botões, a convocatória era excessivamente oportuna para ser inocente. Seria um acaso que o novo responsável da colónia quisesse falar com ele logo no momento em que fizera aquela descoberta sobre o homicídio de Senna Fernandes? E se o governador tivesse sido informado? E se estivesse tudo relacionado? Sacudiu a cabeça como se quisesse expulsar o pensamento. Impossível, considerou. Como poderia o governador saber da evolução das investigações? Não podia. A

ocasião da convocatória, cogitou, não passava de uma coincidência. Na atividade da polícia, logo a outra parte da sua mente contrapôs, não havia coincidências. Se as duas coisas tinham ocorrido em simultâneo, a descoberta que encaminhava o caso para águas tão traiçoeiras e a convocatória para a reunião com o governador, só podia ser porque ambas estavam relacionadas. Não era afinal o que lhe dizia toda a sua experiência de inspetor da Judiciária? Um bom polícia, aprendera ele, desconfiava das coincidências.

A porta abriu-se de repente e a secretária do governador, uma senhora de meia-idade com um carrapito encavalitado na nuca, espreitou para a salinha de espera e fez-lhe sinal de que entrasse.

“Senhor doutor, faça o favor.”

O inspetor Lobo levantou-se de pronto, arrumando os papéis na sua pasta. Dentro de minutos tudo ficaria esclarecido. Se viesse a perceber que o governador já tinha conhecimento do rumo das suas investigações, isso quereria dizer que alguém o informara de tal. Quem poderia ter sido? Só via uma pessoa. O cabo Pinto, pois claro. Queriam lá ver que tinha um bufo na polícia? Mas, pensando melhor, como diabo poderia o seu subordinado ter informado o governador se ele próprio só se tinha apercebido da real dimensão do caso instantes antes de receber a chamada para se apresentar no palácio? Não, concluiu. O tema da convocatória teria forçosamente de ser outro.

O inspetor cruzou a porta e entrou no gabinete do governador de Macau. O general Artur Teixeira estava plantado diante de uma parede a admirar um quadro e voltou-se no momento em que sentiu movimento atrás dele.

“Ah, doutor Lobo!”, exclamou, aproximando-se em passada firme, quase marcial, de mão estendida. “Como está?”

Apertaram as mãos.

“Senhor governador, é uma honra.”

O anfitrião indicou os lugares e acomodaram-se nos sofás, diante de duas grandes ventoinhas. O vento suave que as hélices geravam era amenamente refrescante e tinha a vantagem acrescida de afugentar os

mosquitos.

“Tenho muito gosto em conhecê-lo”, disse o governador com um sorriso desarmante. “Sabe que ouvi falar muito de si?”

O visitante devolveu o sorriso, embora menos entusiástico e mais reservado.

“Bem me ardiam as orelhas...”

Artur soltou uma gargalhada.

“Não é caso para tanto, doutor!”, devolveu. “Até porque o que me disseram de si foi, devo sublinhá-lo, muito positivo. Gostará decerto de saber que é uma pessoa muito apreciada aqui em Macau.”

O inspetor Lobo ponderou estas palavras. Nada nelas indiciava que o seu interlocutor tinha o menor conhecimento da estranha direção que as suas investigações tomavam. Claro que poderia tratar-se de uma manobra dissimulada, até porque as conversas sérias muitas vezes começavam com amabilidades de circunstância, mas havia uma maneira de espreitar o baralho que o governador escondia nas mãos. Para isso bastava deixar cair uma referência ao caso e ver se ele pegava no assunto.

“É muito amável da sua parte”, disse. “O problema, senhor governador, é que ando agora muito preocupado com um homicídio que ocorreu ali ao lado do liceu, não sei se ouviu falar, de modo que fui apanhado um pouco de surpresa pelo seu convite.”

Uma sombra perpassou pelo rosto de Artur.

“Ah, o Senna Fernandes! Coitado! Já estive a falar com o tio para lhe manifestar as minhas condolências. É o senhor que está com o caso?”

“Sou.”

“O que aconteceu exatamente?”

Ou o governador era um bom ator ou de facto desconhecia os pormenores do homicídio, o que indicava não ser afinal esse o tema da convocatória.

“Um chinês matou-o a tiro na esquina do liceu e deixou as filhas feridas. Fui vê-las ao hospital.”

“É incrível.” Fez um estalido com a língua e abanou a cabeça. “E tudo

isso para quê? Para lhe roubarem um punhado de patacas?”

“É o que estamos a tentar perceber, senhor governador.”

“Esse caso tem de ser deslindado, doutor. Uma coisa dessas não pode passar impune, ouviu? Não se mata uma pessoa assim à luz do dia sem mais nem menos. Isso tem de ser tudo tirado a limpo.”

“Estou a fazer o meu melhor, senhor governador. Tenho aliás umas pistas que...”

“Mas não pelo senhor.”

O inspetor Lobo fitou o interlocutor com ar desconcertado, sem perceber o sentido do que ele acabava de dizer.

“Perdão?”

“Esse caso tem de ser deslindado, mas não pelo senhor.”

A frase era surpreendente e por instantes Lobo não soube o que responder. O que queria o governador dizer? Estaria a retirar-lhe a investigação? O facto é que não tinha autoridade para tal; era o governador mas não o diretor da Judiciária. Mais importante ainda, porque queria fazê-lo? Saber a afinal das implicações do caso e pretenderia matar a investigação à nascença, antes que se tornasse inconveniente?

O olhar do visitante endureceu.

“Espero que o senhor governador me perdoe, mas devo fazer notar que não dispõe de poderes para me dar essa ordem.”

A resposta apanhou Artur de surpresa.

“Ó doutor, está a falar de quê?”

“Da investigação, senhor governador”, indicou Lobo em tom suave, mas firme. “Como decerto é do seu conhecimento, trata-se de uma matéria da exclusiva responsabilidade da Polícia Judiciária.”

O general abriu os braços, como se estivesse perante uma evidência.

“Mas... com certeza, doutor. Nem eu estava a sugerir outra coisa. O que pensou o senhor?”

O inspetor encarou o anfitrião com uma expressão confusa, sem saber o que concluir. Estaria a fazer pouco dele?

“Bem... o senhor governador acabou de dizer que não me quer nesta

investigação.”

Os lábios do anfitrião curvaram-se num sorriso.

“Não é bem uma questão de eu querer ou não querer”, emendou. “É mais uma questão de que possivelmente o senhor doutor não poderá desempenhar essas funções.”

“Porque não, senhor governador?”

Artur recostou-se no sofá e contemplou o homem que tinha diante dele. Os olhos rasgados de Jorge Lobo revelavam os seus antepassados chineses, embora a mancha acinzentada da barba aparada assinalasse a sua costela portuguesa. O macaense, que na verdade havia nascido em Timor, tinha um olhar inteligente e perspicaz, apesar de nesse instante mal conseguir esconder uma certa desorientação quanto ao propósito da conversa. Não era de admirar, considerou o governador. Mantivera o jogo bem fechado. No entanto, chegara a hora de mostrar as cartas.

“É verdade que o senhor foi adotado?”

Lobo pestanejou, apanhado em contrapé pela pergunta. Esperava tudo menos uma questão do foro pessoal, ainda por cima tão delicada como aquela.

“Quer dizer... sim”, respondeu devagar enquanto se esforçava por adivinhar a razão da pergunta. “Porquê?”

“Conte-me a sua história.”

“Não tem muito que contar”, retorquiu, esforçando-se por ocultar o incómodo que o tema lhe suscitava. “O meu pai era um marinheiro português que passou por Timor, conheceu num sítio qualquer a minha mãe, julgo que era uma chinesa pobre, e desapareceu pouco tempo depois. Sem saber o que havia de fazer comigo, a minha mãe abandonou-me ainda bebé com uma nota a explicar as circunstâncias. Os padres puseram-me no orfanato e batizaram-me com o nome de Jorge, em homenagem a Jorge Álvares, o primeiro navegador europeu a chegar à China. Um dia um médico goês que foi a Timor, o doutor António Lobo, apareceu no orfanato para visitar um amigo e conheceu-me. Parece que ficou muito impressionado por constatar que aos cinco anos eu já sabia a tabuada e decidi...”

“O senhor aprendeu a tabuada aos cinco anos?”

O inspetor abanou a cabeça.

“Não”, corrigiu. “Aprendi aos quatro, mas ele cruzou-se comigo quando eu tinha cinco.”

“Caramba!”

“Foi justamente essa a reação do doutor Lobo. De modo que decidi adotar-me. Veio para Macau em comissão de serviço colonial e levou-me para casa dele. E assim fui educado pelo casal Lobo, que já tinha dois filhos e fez de mim o terceiro. Frequentei as aulas no Seminário de São José. Quando fiz quinze anos, o doutor Lobo reformou-se e decidiu regressar a Goa. A ideia não me agradou, pelo que lhe pedi para ficar por cá. A única coisa de que precisava, disse-lhe, era de um dinheirinho para tirar um curso por correspondência. Ele deu-me uma quantia que chegava para pagar metade do curso e partiu com o resto da família para Goa. O filho mais velho está agora em Timor e o mais novo é, creio eu, contabilista na Metrópole. Arranjei um quatinho miserável no Porto Interior e um empregozito na Melco para juntar o dinheiro que me faltava. Foi assim que tirei por correspondência o curso de Economia do Instituto Superior de Chicago e Montana.”

“Sempre os números, hem?”

O inspetor riu-se.

“Eu e os números temos uma relação antiga, senhor governador.”

“Bem vejo, bem vejo...”

As intenções do anfitrião permaneciam pouco claras, mas Lobo achou melhor ser paciente. Se o governador ainda não explicara o que pretendia, lá teria as suas razões. O que não o impedia de voltar a deixar cair um convite subtil a que expusesse o que queria dele.

“Presumo que não perguntou pelas minhas origens por mera curiosidade pessoal...”

Artur tirou uma caixa de cigarros do bolso de dentro do casaco. Abriu-a, expondo uma fileira de cigarrilhas escuras, e estendeu-a ao convidado, que recusou com um gesto. O governador extraiu uma cigarrilha, segurou-a entre os lábios e ateou um fósforo, encostando a

chama violácea à ponta da cigarrilha. Depois de libertar uma baforada aromática, cruzou as pernas e encarou o homem diante dele.

“De facto não”, admitiu. Inspirou o fumo da cigarrilha e largou mais uma nuvem. “Olhe, vou ser franco consigo. Estou a constituir o meu governo e preciso de um responsável pela área económica. Devido à guerra na Europa não tenho a menor possibilidade de trazer cá para a colónia um economista da Metrópole com esse perfil. Andei por aí a fazer umas perguntas e informaram-me de que o senhor, apesar de estar agora na Judiciária, é a única pessoa em Macau com formação em Economia, graças a esse seu curso por correspondência. Gostaria por isso de saber se estaria na disposição de aceitar o cargo de diretor dos Serviços de Economia e Finanças.”

O convite deixou Jorge Lobo momentaneamente mudo. Quando recebera a convocatória para a reunião não pudera impedir-se de considerar várias hipóteses, em particular, claro, as questões incómodas levantadas pela sua investigação ao homicídio de Senna Fernandes, mas um cenário daqueles nunca lhe ocorrera.

“Eu... enfim, não sei o que dizer.”

“Diga que sim.”

O inspetor ponderou o convite. Imaginou-se a ocupar o lugar e contemplou os problemas que teria de enfrentar. O desafio era imenso. A Ásia estava mergulhada em guerra, os japoneses haviam chegado às portas de Macau e começavam a deambular pela cidade como se fossem os seus senhores. O governador viera de fora, tinha acabado de assumir funções e ao que ouvira dizer desconhecia em absoluto as subtilezas da mentalidade asiática, podendo a qualquer altura cometer um deslize que os japoneses inevitavelmente aproveitariam para invadir a colónia. Toda aquela situação lhe parecia, em bom rigor, explosiva. Para que havia ele de meter-se num vespeiro desses?

Quando se preparava para recusar o convite, contudo, reconsiderou. Era justamente por a situação ser de extrema delicadeza e por o governador desconhecer a mente asiática que tinha a obrigação de o ajudar. Se não o fizesse, como poderia depois responsabilizá-lo por

qualquer erro que viesse a cometer? Não lhe estava a ser dada a oportunidade de impedir algum lapso? Em consciência, como poderia recusar o convite?

Exalou com profundidade, rendendo-se ao seu sentido de dever, e considerou todas as implicações que adviriam de uma eventual resposta afirmativa. A situação era complexa e para não fracassar concluiu que teria de assegurar algumas condições.

“A responsabilidade que o senhor governador me pede que assuma é muito pesada, sobretudo considerando os tempos que correm.”

“Tenho perfeita noção disso. Daí que precise de si.”

“Mas o senhor governador tem de compreender que, em tempos difíceis como os que vivemos, a economia e as finanças estão estreitamente relacionadas com todo o processo político. Não é possível tratar de uma coisa sem cuidar da outra, se é que me faço compreender.”

Artur hesitou perante a ambiguidade da frase.

“Não tenho a certeza de estar a acompanhar o seu raciocínio.”

“Como o senhor governador sabe, as decisões políticas têm uma dimensão económica e as decisões económicas têm uma dimensão política”, precisou. “Isto é uma realidade em qualquer situação, mas mais ainda num contexto tão complexo e delicado como o que vivemos agora, com a China em guerra e os japoneses às nossas portas com propósitos beligerantes. Isso acrescenta uma perigosa componente militar a este quadro, tornando ainda mais complexa toda a equação.”

“Percebo perfeitamente o que está a dizer. E então? Onde quer o senhor chegar?”

Lobo inclinou-se para a frente, cravando os olhos rasgados nos de Artur.

“Para poder exercer as minhas funções com eficácia, preciso de carta branca da sua parte.”

O governador esboçou uma careta que expressava a sua estranheza pela exigência.

“Carta branca? O que quer dizer com isso?”

“Quero dizer que preciso de total cobertura política para as decisões que tenha de tomar, mesmo que à primeira vista lhe pareçam questionáveis.”

O anfitrião remexeu-se, visivelmente desconfortável com a ideia. Largou uma nova baforada aromatizada da cigarrilha, como se quisesse ganhar tempo para pensar, e pigarreou.

“Oiça, doutor Lobo”, disse. “Eu convidei-o para o cargo de diretor dos Serviços de Economia e Finanças, não para o de governador de Macau. Naturalmente que tem a minha cobertura política para as decisões que precisar de tomar na sua área governativa. Essa cobertura manter-se-á enquanto eu mantiver a confiança política e pessoal na sua ação, como é evidente e natural. Mas, como deve calcular, cada macaco no seu galho. O senhor terá responsabilidade na sua área, embora não para além dela. Fiz-me entender?”

“Os tempos que se avizinham são de extrema dificuldade, senhor governador. Para manter Macau a salvo da guerra teremos de tomar medidas de exceção, medidas que um governador não pode adotar sem comprometer gravemente o nome de Portugal. Mas, se essas medidas forem tomadas por um mero diretor dos Serviços de Economia e Finanças, por exemplo, a margem de comprometimento é diferente. Vê onde quero chegar? Há coisas que um simples diretor pode fazer que um governador não pode. Essas coisas têm de ser feitas para salvar Macau, mas não são agradáveis nem bonitas. Será, aliás, da maior conveniência que o governador nem delas tenha conhecimento oficial, de modo a poder mais tarde negar a sua validade. Está a seguir o meu raciocínio?”

A mão de Artur oscilou no ar.

“Mais ou menos.”

“Deixe-me pôr as coisas do seguinte modo”, propôs. “Como sabe, ando a investigar o homicídio do Senna Fernandes. Temos um suspeito nos calabouços e estamos a interrogá-lo. Qual a maneira mais eficaz de o fazer? O meu subordinado dá-lhe uns valentes sopapos, mas em geral fá-lo nas minhas costas. Quando eu, inspetor, lá chego para falar com o

recluso está tudo legal. As ilegalidades ocorrem quando eu lá não estou. Deveria eu acabar com essas ilegalidades? À luz da lei, sim. Mas se acabar com elas nunca descobriremos quem mandou matar o Senna Fernandes, porque o suspeito jamais falará de livre vontade, como é bom de ver. Para que a investigação realmente avance é necessário dar umas galhetas a esse sujeito. Quem faz esse trabalho sujo é o meu subordinado, não sou eu. Mas eu dou-lhe cobertura tácita para ele fazer o trabalho sujo que tem de fazer. No fundo é isto que lhe estou a pedir para a governação. Macau não se salva da guerra se nos armarmos em virgens impolutas e fizermos tudo segundo as regras. Será preciso sujar as mãos. O senhor governador, no entanto, não o pode fazer. É como se o senhor fosse o inspetor da Judiciária. O inspetor tem de manter as mãos limpas, mas o facto é que precisa de alguém que lhe faça o trabalho sujo. Alguém que negocie, aldrabe, ceda, corrompa, alguém que faça tudo o que for preciso, mesmo o trabalho mais imundo, em prol de um bem maior. A salvação de Macau e da sua população. Se o senhor não tiver quem lhe faça esse trabalho, não nos salvaremos.”

“E o senhor está a propor sujar as mãos para salvar Macau?”

Jorge Lobo assentiu com um movimento da cabeça.

“É por isso que preciso de carta branca da sua parte. Os japoneses invadiram a China e estão prestes a entrar em rota de colisão com os Estados Unidos e as potências coloniais europeias. Não é preciso ser um génio para perceber que a guerra em breve se irá generalizar a toda a Ásia.”

“Não sei se será bem assim”, retorquiu Artur. “Se os japoneses se meterem com os europeus, na Indochina por exemplo, o Ocidente não se deixará ficar. Virão sanções muito violentas.”

“Se me permite, senhor governador, não serão meia dúzia de sanções que irão travar os japoneses.”

“Se envolverem um embargo petrolífero, travam. Sem petróleo, o exército japonês não se mexe.”

“Isso do embargo petrolífero... é uma hipótese teórica ou é a sério?”

“É a sério.”

O inspetor respirou fundo, agastado, e sacudiu negativamente a cabeça.

“Quem decidir uma coisa dessas, senhor governador, está a pensar como um ocidental. Acontece que os japoneses não são ocidentais.” Pousou o indicador nas têmporas. “É preciso conhecer a mentalidade asiática. Lao Tzu disse: “Quando cercares um exército, deixa um caminho livre. Não pressiones demasiado um inimigo desesperado.” Se o Ocidente decretar um embargo petrolífero ao Japão, os japoneses não terão alternativa senão lançar a guerra contra o Ocidente.”

“Não acredito nisso.”

Jorge Lobo voltou a tocar nas têmporas.

“Já lhe disse que é preciso conhecer a mentalidade asiática, e em particular a japonesa, senhor governador. Se forem encostados à parede, os japoneses não tomarão decisões em função dos seus interesses, nem sequer da sua sobrevivência. A única coisa que os preocupará, acredite em mim, será a salvaguarda da sua honra.”

“Ora, ora...”

“Quando isso acontecer, seremos apanhados pela tempestade de guerra e apenas teremos a nossa argúcia de portugueses para nos defendermos. A situação é de tal modo grave e delicada que isto não vai lá com paninhos quentes, senhor governador. Para grandes males, grandes remédios.”

O governador desviou os olhos de Lobo enquanto considerava o que acabara de escutar. A possibilidade de os japoneses atuarem de uma maneira diferente daquela que lhe parecia lógica nunca lhe ocorrera, mas o facto era que o seu interlocutor chamara a atenção para um aspeto importante da equação. E, na verdade, não estavam os japoneses a apontar canhões para Macau e não andava a sua frota nas imediações da colónia e a metralhar os seus aviões? Se as coisas corressem mal entre o Japão e as potências ocidentais, cenário que tinha de levar a sério, arriscava-se a ser o último governador português de Macau, uma distinção que não encarava com bons olhos. Para a evitar seriam decerto necessários compromissos que ele próprio, por uma questão de

prestígio, de facto não poderia fazer. Não havia dúvidas de que precisava de um *alter ego* para o trabalho sujo. A conclusão levou-o a considerar a proposta de Lobo com novos olhos. Realmente, porque não entregar essa tarefa a um subordinado que conhecia a mentalidade asiática melhor do que ele próprio? Não seria isso o mais sensato?

“De acordo”, anuiu por fim. “Enquanto o senhor apresentar resultados e mantiver a minha confiança pessoal e política tem carta branca para conduzir como entender as suas funções.”

Artur estendeu a mão para selar o acordo, mas o inspetor não a apertou.

“Se me permite, senhor governador, tenho ainda uma outra condição a apresentar-lhe.”

O anfitrião franziu o sobrolho, desagradado com a tática de impor uma condição atrás de outra.

“O que é agora?”

“Preciso de assumir o controlo das forças de segurança.”

“Isso nem pensar!”, cortou o governador no tom de quem não admitia sequer discutir o assunto. “Era o que mais faltava!”

“Precisarei de manobrar de forma a contornar os problemas de segurança que se levantarão inevitavelmente nos tempos que se avizinham.”

“Não vejo necessidade de tal coisa.”

O ainda inspetor da Judiciária inspirou como se quisesse ganhar fôlego. Tratava-se de um aspeto essencial das operações, embora compreendesse a relutância do governador em ceder-lhe os poderes de que precisava. Teria de o convencer, e para isso contava com um trunfo inesperado. Chegara a hora de o jogar.

“Sabe, senhor governador, já determinei a identidade dos mandantes do homicídio do Senna Fernandes.”

A mudança de tema foi tão abrupta que o anfitrião hesitou, sem ver a relevância de um tal assunto numa discussão daquela natureza.

“O que tem isso a ver com o que estamos a discutir?”

“Tudo”, retorquiu Lobo. “Se me permite, vossa excelência já vai

perceber porquê. Antes, porém, gostaria que me dissesse o que devo fazer com esta informação. Deverei prender os mandantes do crime?”

O governador esboçou um esgar de incompreensão, tão evidente era a resposta que nem percebia a dúvida.

“Mas... com certeza. De que está o senhor à espera?”

“Estou à espera que, primeiro, o senhor governador decrete o estado de emergência e o recolher obrigatório e ponha todas as nossas forças em alerta. É que logo que forem emitidos os mandados de captura o caldo vai entornar-se.”

“Ora essa! Porquê?”

O inspetor da polícia passou a língua pelos lábios finos, como se saboreasse o impacto da revelação.

“Foram os japoneses.”

Artur fixou-o de olhos arregalados e boca escancarada, pensando que tinha ouvido mal.

“Perdão?”

“Quem mandou matar o Senna Fernandes foram os homens do Kempeitai, a polícia militar japonesa.”

A expressão do governador era de absoluta estupefação.

“Está a brincar...”

“Infelizmente não. As ordens, senhor governador, vieram do Kempeitai.”

A notícia ainda estava a ser digerida pelo anfitrião, que contemplava já as graves implicações do que acabava de escutar.

“O senhor... o senhor tem a certeza?”

“Tanto quanto se pode ter a certeza num caso em que não há ainda uma confissão, sim. Tenho a certeza.”

“O que o leva a afirmar uma coisa dessas?”

“Várias descobertas que fiz ao longo do curto inquérito que levei a cabo”, indicou. “O Senna Fernandes teve de manhã uma alteração violenta com uns chineses que respondem perante o Kempeitai, por causa de um negócio de arroz. Como sabe, os japoneses estão no lado chinês da Porta do Cerco a controlar o acesso dos alimentos a Macau e

a cobrar dinheiro pelos sacos que passam. O Senna Fernandes andava a sabotar esse esquema.”

“Os japoneses não podem controlar coisa nenhuma.”

“Eles têm a força e do lado chinês farão o que entenderem. Nós não podemos responder com a força, pois não a temos. Resta-nos a astúcia.”

“É uma questão de princípio. Ao matarem um concidadão nosso na nossa colónia estão a pôr em causa a soberania portuguesa e uma coisa dessas não posso eu aceitar.”

“Se me permite, senhor governador, os tempos não estão de feição para quem queira pensar em questões de princípio. Deixe-me sujar as mãos e resolver as coisas, está bem?”

“O que propõe o senhor que se faça?”

“O que tiver de ser feito. Por uma questão de prestígio para o seu cargo, parece-me fundamental que o senhor governador não tome conhecimento do que serei forçado a fazer para manter a colónia fora da guerra. Lembre-se sempre: eu sou o seu polícia mau, sou o que dá as bofetadas que fazem as coisas andar. A sua função é aparecer na sala de interrogatório quando a parte ilegal e desagradável já tiver acabado, está a ver? O que quero dizer é que o senhor não pode ter conhecimento da sujeira. Olhe para o lado e finja que não vê. Da minha parte, serei suficientemente discreto para não o embaraçar.”

Artur manteve o olhar desconfiado.

“Pois, mas o senhor não me explicou como pode afirmar que os japoneses é que mandaram matar o Senna Fernandes.”

“O primeiro indício, como lhe disse, foi a altercação entre o Senna Fernandes e os esbirros chineses do Kempeitai. Parece que o nosso homem despachou quatro bandidos chineses a murro e pontapé. Creia-me, senhor governador, que na mentalidade asiática uma desfeita dessas só se resgata com a morte do prevaricador.”

“Isso é uma suposição sua. Quais os factos que ligam essa cena de pancadaria ao homicídio?”

“O chinês que abriu fogo sobre o Senna Fernandes é a ligação”,

esclareceu. “O homem não conhecia o Senna Fernandes de parte alguma nem com ele tinha qualquer problema. Assim sendo, qual a sua motivação para o matar? Nenhuma. Durante o interrogatório, e apesar de ter sido mais apertado que um porco em dia de matança, deixou escapar que jamais falaria porque senão seria morto. Morto por quem?, pergunto eu. Pelos verdadeiros mandantes do crime, claro.”

“Insisto na pergunta. Como liga o senhor esse chinês ao Kempeitai?”

“O suspeito fugiu de bicicleta até à Avenida do Coronel Mesquita. Segundo o relato do estudante que o perseguiu e capturou, o chinês abrandou ao chegar à Rua Xavier Pereira, comportando-se mesmo como se já estivesse em segurança. Ora quem vive para essas bandas? A quadrilha do Wong Kong Kit, claro. Presumo que o senhor governador saiba de quem se trata.”

Artur assentiu com um movimento lúgubre da cabeça. Quem não conhecia Wong Kong Kit?

“São os *gangsters* chineses que o Kempeitai usa como homens de mão para fazerem o seu trabalho sujo.”

No controlo absoluto deste tema, de resto uma sua especialidade na Judiciária, o inspetor recostou-se no sofá e cruzou a perna.

“O senhor governador acha mesmo que devo pedir ao juiz que emita um mandado de captura em nome do Wong Kong Kit e dos seus capangas, e ainda dos tipos do Kempeitai a quem o Wong Kong Kit está ligado, por suspeita do homicídio do Senna Fernandes?”

O governador comprimiu os lábios, encurralado pela argumentação do interlocutor.

“Estou a ver onde o senhor quer chegar.”

Lobo abriu as mãos, a evidência já exposta.

“É por isso que preciso de ter os homens das forças de segurança sob o meu controlo, está a ver? Não posso estar a dizer umas coisas aos japoneses enquanto diretor dos Serviços de Economia e Finanças e ao mesmo tempo as forças de segurança estarem do outro lado a levar a cabo ações que objetivamente ponham em causa tudo o que eu faça e diga e assim me descredibilizem aos olhos dos japoneses.” Exibiu as

duas mãos. “É fundamental que a mão direita esteja coordenada com a esquerda, se é que me faço entender.”

“Percebo o seu ponto de vista, mas não lhe posso entregar o controlo das forças de segurança.”

Lobo abanou a cabeça.

“Sem isso, nada poderei fazer. Não terei condições para conduzir a minha ação com eficácia, pelo que não poderei assumir as funções para que me convidou.”

“Espero que compreenda que, embora a minha recusa em ceder às suas pretensões resulte de uma questão de princípio, há outras considerações que ditam a minha posição”, disse Artur. “Sou o governador e tenho de ter o controlo de todos os aspetos da segurança da colónia. E há ainda mais questões que é importante manter presentes. Como sabe, temos há muito tempo um diferendo com a China em relação às ilhas que pertencem a Macau. Os chineses só reconhecem a Taipa e Coloane, mas nós entendemos que temos direitos históricos também sobre as ilhas da Lapa, da Montanha e de D. João. Preciso de controlar as forças de segurança para, no momento oportuno, fazer a ocupação dessas ilhas e reclamá-las para Portugal.”

“Quem sabe, senhor governador, se não serei capaz de manobrar os japoneses nessa questão? Serão certamente mais maleáveis do que os chineses, uma vez que as três ilhas nada lhes dizem, e pode ser que lhes dê a volta...”

A observação fez Artur vacilar. O alargamento do perímetro da colónia era um sonho antigo dos portugueses. Seria possível conduzir os japoneses de modo a concretizar a velha ambição do governo colonial de Macau?

“Oiça, proponho um compromisso”, sugeriu o governador. “Assumirei eu próprio a chefia das forças de segurança e consultá-lo-ei sempre que a ação dessas forças as puser em rota de colisão com os japoneses. Parece-lhe bem assim?”

O inspetor considerou a proposta. Não era exatamente o que pretendia, mas poderia viver com ela.

“Acho aceitável.”

O governador estendeu-lhe a mão e os dois homens selaram o acordo.
O governo de Macau estava enfim completo.

VII

Os soldados de farda caqui de sentinela à fronteira pegaram nas espingardas que traziam a tiracolo quando viram os soldados negros de cofió vermelho formarem duas filas por baixo da Porta do Cerco e deixarem passar um pequeno *Ford Model 48* preto com uma bandeirinha portuguesa a esvoaçar no *capot*. O veículo cruzou a linha de fronteira e imobilizou-se diante dos militares japoneses que lhe cortaram o caminho. Um cabo aproximou-se do veículo português e a janela traseira desceu para possibilitar a conversa.

“*Anata wa nani o shitai desu ka?*”

“*Zhongguó de? English?*”, respondeu o passageiro do *Ford*. “Fala chinês? Inglês?”

O cabo japonês deu meia volta e correu para um casinhoto à beira da estrada. Instantes mais tarde voltou acompanhado por um outro soldado.

“Oi cara”, disse o novo soldado num português com sotaque brasileiro. “Onde vai você?”

Os soldados japoneses que falavam português não eram tão raros quanto isso. Muitos homens do Exército Imperial vinham da comunidade japonesa de São Paulo.

“Chamo-me Jorge Lobo e sou membro do governo de Macau”, identificou-se o novo diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “Queira comunicar ao seu chefe a minha presença, se faz favor. Preciso de falar com ele.”

“Documentos, por favor.”

O português e o seu motorista entregaram os papéis aos japoneses, que os verificaram e trocaram umas palavras entre eles. Um dos soldados, o cabo que parecia responsável pelo pelotão fronteiriço, pegou nos documentos e voltou de novo ao casinhoto, presumivelmente para entrar em comunicação com os superiores. Lobo saiu e ficou encostado ao automóvel, a aguardar novidades e à conversa com o soldado que falava português.

“Como se chama você?”

“Tanaka.”

“Viveu no Brasil?”

“Nasci lá, mas minha família voltou para o Japão. Tenho ainda primos em São Paulo.”

Lobo indicou o espaço em redor.

“Está aqui há muito tempo?”

“Faz alguns meses. Fui chamado para o serviço no Exército Imperial e combati em Xangai e em Cantão. Agora estou aqui bancando de sentinela.”

“Diz isso como se o aborrecesse...”

“É, gosto de ação.”

O olhar do português desviou-se para a pistola que o interlocutor tinha à cintura e acendeu-se de admiração ao reconhecê-la.

“Isso é uma *Luger*?”

Tanaka sorriu.

“É verdade.”

“Mas... os soldados japoneses andam armados com pistolas dos oficiais alemães?”

“Apanhei ela de um coronel chinês que matámos em Cantão. O cara tinha essa pistola e fiquei com ela. Legal, né? O senhor entende de armas?”

“Bem, trabalhei na polícia algum tempo e... sim, acabei por ficar a saber umas coisas, o suficiente para perceber que não é uma pistola qualquer. É uma *Luger*.”

O japonês retirou a pistola da cintura e contemplou-a, revirando-a nas mãos como se a namorasse.

“É bacana essa *Luger*.”

“Como é o tiro? Tem precisão?”

“Muita. Quer ver?”

“Posso?”

Lobo pensou que o japonês lhe ia entregar a pistola para a analisar, mas o soldado fez algo absolutamente inesperado. Pôs o dedo no gatilho, ergueu o braço, apontou para dois camponeses chineses que nesse momento trabalhavam a terra a uns cem metros de distância e disparou. Um dos chineses tombou de imediato no chão.

“Viu?”, perguntou Tanaka com um sorriso, satisfeito com a sua pontaria. “Não falha.” Estendeu a *Luger* ao português. “Você quer experimentar no outro chinês?”

O governante ficou pálido a olhar para ele, a boca aberta e os olhos arregalados, estupefacto com a ligeireza com que o soldado japonês havia abatido o camponês; dir-se-ia que se tinha limitado a pisar uma barata.

“Eu... eu tenho aqui coisas para fazer.”

Esboçou uma vénia, abriu a porta do automóvel e sentou-se no banco traseiro, ainda sob o efeito do choque. Sacudiu a cabeça, recuperando a compostura. Não podia mostrar fraqueza diante dos japoneses, isso seria perigoso. Assumiu o controlo das emoções e fechou o rosto numa expressão esfíngica, esforçando-se por pensar noutras coisas. Como na verdade nada tinha para fazer nesse instante, inventou. Abriu a mala de mão que trouxera de Macau, pegou nuns papéis de serviço que se encontravam no interior e fingiu que os lia.

O cabo que se afastara reapareceu uns dez minutos mais tarde e disse umas palavras ao subordinado que falava português. O soldado Tanaka voltou a abeirar-se da janela traseira.

“Venham atrás de mim, por favor.”

A fila de sentinelas que barrava o caminho à viatura portuguesa

desfez-se nesse instante. Tanaka montou numa moto e arrancou com um rugido, largando uma densa nuvem de poeira no seu encalço. O motorista do *Ford* voltou a ligar o motor e seguiu o batedor, metendo pela estrada de terra batida em direção a Zhuhai, o vilarejo chinês situado logo a seguir à colônia portuguesa.

Depois de passarem por várias casas de camponeses e de verem chineses a trabalhar a terra com a ajuda de bois, Lobo e o seu motorista observaram o que parecia um pequeno quartel com uma enorme bandeira japonesa hasteada ao lado das torres de vigilância. A moto virou nessa direção e o carro acompanhou-a. Depois de o batedor falar com as sentinelas, os portões abriram-se e os dois veículos, a moto e o automóvel, entraram no perímetro militar japonês.

Havia grupos de homens a correr de tronco nu ao longo do quartel enquanto outros faziam exercícios de espada no meio da praça d'armas. Dir-se-iam samurais e os seus tempos a Idade Média. Os veículos recém-chegados atravessaram o quartel em ritmo lento e o guia levou-os até uma casa de adobe, diante da qual se imobilizou. O *Ford* deteve-se imediatamente atrás.

“Chegámos, pessoal”, anunciou o soldado japonês que os trouxera até ali. “Podem sair.”

O motorista da viatura oficial portuguesa, um chinês fardado a rigor, apeou-se e abriu a porta do passageiro. Do interior da viatura saiu Lobo impecavelmente vestido com um fato cinzento-claro e gravata verde, as mãos a segurarem uma garrafa.

“É aqui?”

“Levante as mãos, por favor”, ordenou Tanaka. “Tenho ordens para o revistar.”

“Com certeza.”

O português ergueu os braços e fez um Cristo enquanto o soldado nipónico lhe passava a mão pelo corpo para se certificar de que o visitante não viera armado. Inspecionou sobretudo o tronco e as pernas e, apesar de ter sido minucioso, depressa deu a tarefa por concluída.

“Venha comigo.”

Caminhando um passo atrás de Tanaka, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças de Macau penetrou na casa de adobe. O átrio era escuro e tinha uma bandeira japonesa e uma fotografia do imperador Hirohito pregada na parede. O seu acompanhante conduziu-o pelo corredor e, passando por uma porta entreaberta, Lobo observou duas chinesas sentadas diante de um toucador a pentearem-se. Uma delas virou-se nesse instante e fitou-o com grandes olhos azuis que o deixaram perturbado; era incrivelmente bela. Aquele olhar pareceu-lhe fixar-se no tempo, como uma fotografia eternizada pela retina, mas na verdade tudo não passou de um instante fugaz, o breve momento de uma batida do coração. O soldado diante dele continuou a caminhar e o português viu-se forçado a prosseguir, acompanhando o cicerone até à porta para onde o corredor os conduziu.

Entraram na sala. Lobo constatou que o espaço era exatamente o que imaginara para um chefe militar japonês. A decoração e o mobiliário revelavam-se espartanos; havia apenas uma mesa negra baixa rodeada de almofadas pousadas no chão sobre um vasto tapete, com um biombo a decorar um lado e um rolo branco ornamental com uma frase em caligrafia japonesa na outra parede. Tinha-se a impressão de que o dono da casa transportara um cantinho do Japão para o Sul da China.

Tanaka indicou-lhe as almofadas.

“Queira esperar.”

Deu meia volta e saiu da sala, ficando de sentinela à porta.

Um homem de meia-idade com um quimono azul entrou na sala uma hora depois e, detendo-se diante do visitante, que se levantara num salto, curvou-se numa vénia.

“*Ohayo!*”, saudou em japonês com o rosto fechado, mudando logo para um inglês hesitante. “Sou o coronel Sawa, o responsável do Kempeitai na zona de Zhuhai. É uma honra receber tão distinta visita.”

O português devolveu a vénia, profunda e lenta.

“A honra é minha, senhor coronel. Chamo-me Jorge Lobo e sou o responsável pelos Serviços de Economia e Finanças de Macau.” Deu um

passo em frente e estendeu a garrafa que tinha nas mãos. “Tomei a liberdade de lhe trazer este humilde presente. Espero que esteja a seu gosto.”

O coronel Sawa examinou a garrafa com uma expressão desconfiada.

“Isto é *saké* europeu?”

“Chama-se vinho do Porto e é uma especialidade de Portugal, a minha pátria. Atrevo-me a sugerir que vossa excelência experimente um travo deste nosso velho néctar.”

O anfitrião voltou-se para o soldado que ficara de plantão à porta da sala e ladrou uma ordem.

“*Koppu!*”

O soldado desapareceu pelo corredor e voltou de imediato com dois copos. O coronel abriu a garrafa e despejou o vinho sobre o copo, enchendo-o até à borda; era evidente que pensava tratar-se de um vinho seco normal. Lobo olhou para o seu copo e quase teve pena da bebedeira que o oficial japonês decerto apanharia se engolissem tudo aquilo até ao fim, como previsivelmente estava prestes a acontecer.

“Como se diz copo em japonês? *Koppu?*”

O coronel Sawa assentiu.

“*Hai.*”

“É uma palavra de origem portuguesa, não sei se sabe. Nós dizemos *copo*, vocês dizem *koppu*.”

“Como qualquer japonês”, retorquiu o oficial num tom seco, “estou plenamente consciente da influência dos *Porutogarujin* na cultura e na história do meu sagrado país.”

Meteu o copo à boca e, quase de uma só assentada, engoliu metade do vinho. Enrubesceu como um pimento e, com o efeito ardente do álcool, assomaram-lhe lágrimas aos olhos. Lobo fitava-o com expectativa. O que queria dizer aquela cara? Fitou o interlocutor, perguntando-se se o efeito do vinho do Porto assim bebido de uma única vez não seria demasiado forte.

“Gostou?”

Pela primeira vez o rosto sisudo do coronel Sawa abriu-se num sorriso

de boa disposição.

“Oya!”, exclamou. “Excelente!” Colou o copo à boca e bebericou mais um trago. “Excelente!” Mirou a garrafa com uma expressão apreciativa. “Isto é mesmo *saké* português?”

“Do melhor.”

O anfitrião fez um gesto para as pequenas almofadas em redor da mesa, uns *zabuton* evidentemente trazidos do Japão, e os dois homens acomodaram-se sobre elas. Mais habituado às cadeiras, o português estranhou sentar-se no chão, até porque a hora anterior que ali passara à espera lhe deixara dores nas costas, mas observou a forma como o japonês dobrava as pernas e assentava os joelhos nos *zabuton* e imitou-o, comportando-se quase como se aquela fosse a sua postura natural.

“Então a que devo o prazer da sua visita?”

O álcool fazia o seu efeito e o oficial tornara-se mais expansivo, o que encorajou o visitante.

“Achei que lhe devia uma cortesia”, indicou Lobo com o seu tato asiático. “O Exército Imperial japonês ocupou o Sul da China e chegou às portas de Macau. Como poderíamos nós ignorar tão ilustres guerreiros? Penso que chegou a hora de estabelecermos um diálogo mutuamente vantajoso e...”

“O que querem exatamente?”

O homem do Kempeitai era desconcertantemente direto, pensou o português.

“Bem.... gostaríamos de conhecer as vossas intenções em relação a Macau e, se possível, determinar a melhor maneira de nos relacionarmos e de resolver quaisquer problemas que, como é natural, possam surgir nestas circunstâncias pouco usuais.”

O coronel Sawa escutou-o com um brilho nos olhos que Lobo desejou fosse apenas um efeito do álcool, o que aliás parecia inevitável dada a quantidade de vinho do Porto que o dono da casa engolira de uma só vez.

“Em primeiro lugar, o Exército Imperial de sua majestade não veio ocupar o Sul da China, mas libertá-lo das nações capitalistas para criar

uma sociedade de nações proletárias e socialistas da Ásia”, declarou o militar nipônico em tom pomposo enquanto voltava a encher o copo. “E só não libertamos Macau porque cumprimos os acordos internacionais. O Japão é uma nação de bem, respeitadora da lei e da ordem. Mas não se esqueça de que temos um desígnio para a Ásia e para o mundo. Como decerto não ignora, o Japão foi escolhido pelas divindades do xinto como terra sagrada e é uma nação proletária que anseia pela revolução socialista que libertará a Ásia proletária da exploração capitalista. Presumo que nada disto lhe diga nada, claro, mas a vontade dos deuses é clara.”

“Claro que estou a par das sagradas leis do xinto e dos desígnios da revolução socialista, senhor coronel”, esclareceu o português, tentando amaciar o homem do Kempeitai. “Sei muito bem que todo o universo que nos rodeia foi criado pelos *kami* e que os japoneses são os seus descendentes, com a missão de libertar a Ásia proletária do capitalismo internacional.”

O coronel Sawa ronronou de agrado.

“Então está consciente de que a origem do povo *yamato* é divina. Acontece que a vossa civilização ocidental, como é secular, constitui uma afronta ao estatuto celestial da nação japonesa. Consequentemente, temos de libertar a Ásia, e depois o mundo, das vossas garras.”

“O Ocidente não é todo igual”, lembrou o governante de Macau, preocupado com corresponder aos preconceitos do seu interlocutor. “Lembre-se, caro coronel, que Portugal é uma nação profundamente religiosa. O secularismo existente noutros países ocidentais não nos contaminou. E não somos capitalistas. O nosso regime é aliás contra a democracia e o capitalismo.”

“Isso é algo que sem dúvida joga a vosso favor”, retorquiu o japonês, como se concedesse o seu divino perdão aos portugueses. “Mas vocês têm de compreender que sua majestade imperial é o ser supremo à face da Terra. O Japão tem sido governado por uma cadeia inquebrável e eterna de imperadores de origem divina. Sua majestade imperial é,

sublinho-o, a encarnação de Amaterasu Omikami, é Deus em forma humana. A nova ordem mundial socialista terá de ser estabelecida com sua majestade imperial no topo da hierarquia. Ele é o estado, a fonte da lei divina e de tudo o resto. Sem ele não há estado.”

As palavras do homem do Kempeitai deixaram Lobo por momentos congelado no seu lugar. Estava evidentemente diante de um ultranacionalista fanático do xinto, a religião mais antiga do Japão, e misturava o misticismo japonês com as ideias socialistas. Lidar com ele, previu, não seria nada fácil. Todo o xinto partia da premissa de que Amaterasu Omikami era o deus na origem do estado japonês e o imperador constituía a sua encarnação, da mesma maneira que para os cristãos Jesus constituía a encarnação de Deus. O coronel Sawa, percebeu o português, acreditava piamente nessa fantasia e casava-a com a escatologia messiânica socialista. Como iria ele manobrar uma figura daquelas?

“Compreendo perfeitamente o que me está a dizer”, anuiu o português. “Temos o maior respeito e consideração por sua majestade imperial e pelo seu estatuto divino, creia-me.” Fingiu um ar de comiseração. “Acontece que nós, miseráveis seres humanos, temos de viver com as nossas imperfeitas situações. Daí que tenhamos de estabelecer um entendimento entre nós. O Exército Imperial japonês está no Sul da China e temos muito gosto em acolher aqui em Macau os seus distintos oficiais. O problema é que Portugal declarou a sua neutralidade na guerra e, para o bem e para o mal, Macau é uma colónia portuguesa. Consequentemente, e por uma questão de princípio, a nossa soberania não pode ser posta em causa. Não podemos perder a face, como compreenderá.”

O coronel Sawa era um asiático e percebeu instantaneamente onde queria o seu visitante chegar.

“Enquanto Portugal se mantiver neutral, a soberania portuguesa será respeitada”, assegurou. “Naturalmente contamos com a vossa melhor colaboração para impedir que esta colónia seja usada como via de abastecimento e de apoio aos nossos inimigos, como se espera de um

país neutral. Parece-me uma contrapartida razoável.”

O homem do Kempeitai estava a impor subtilmente as condições para que a soberania portuguesa fosse respeitada, compreendeu Lobo.

“Com certeza que sim”, devolveu o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “Mas, senhor coronel, sermos neutrais implica que temos também de respeitar a neutralidade em relação aos chineses e aos ingleses. Não seria compreensível que, após declararmos a neutralidade, acabássemos por estar a ajudar um dos lados.”

“Não peço que nos ajudem, mas que impeçam a ajuda aos bandidos chineses”, contrapôs o coronel Sawa, referindo-se desse modo aos exércitos do Kuomintang e do Partido Comunista. “Não é pedir de mais em troca do nosso respeito pela soberania portuguesa, não lhe parece?”

O governante português teve de fazer um esforço para não engolir em seco.

“Com certeza”, devolveu, tentando permanecer o mais evasivo possível. “Estou certo de que seremos capazes de encontrar uma posição que acomode todos os interesses.”

“Sobretudo os nossos.”

O recado estava dado e a resposta fora suficientemente vaga para não comprometer Portugal, mas Lobo não tinha ilusões e sabia que os japoneses esperavam ser favorecidos; pior ainda, exigiam-no como contrapartida de não entrarem em Macau. Assim sendo, pareceu-lhe conveniente não aprofundar o assunto sob pena de chegar a um ponto em que tivesse de se submeter ao seu interlocutor ou fosse forçado a fazer-lhe frente. Havia pois que mudar o mais depressa possível o ângulo da conversa para uma área menos sensível e que lhe permitisse começar a trabalhar o seu anfitrião. Custasse o que custasse, tinha de o amolecer.

Agarrou na garrafa de vinho do Porto e deitou mais um pouco no copo do japonês.

“Por falar em acomodar os vossos interesses, já vi que está instalado nesta casinha a meio do quartel”, observou. “Imagino que isto seja desconfortável para si e para a sua família, não?”

O japonês franziu o sobrolho, sem perceber exatamente onde o visitante pretendia chegar.

“São os ossos do ofício de militar. Venho de uma família de samurais e um samurai vive onde tem de viver, independentemente dos confortos, desde que respeite o código do buxido.”

“Com certeza, mas decerto o buxido não proíbe um samurai de estar confortavelmente instalado, presumo eu. E se lhe arranjassemos um lugar mais agradável para viver?”

O coronel Sawa hesitou, tentando vislumbrar o sentido daquelas palavras. Percebia que havia ali uma insinuação, mas não conseguia perceber o que queria o português.

“O que tem o senhor em mente?”

“Macau, por exemplo. Estou certo de que poderíamos encontrar uma bela residência na nossa colônia, com toda a comodidade para si e para a sua família. O senhor é o chefe do Kempeitai no Sul da China e uma pessoa do seu estatuto deveria viver na cidade, em lugar consentâneo com a sua importância e com todos os confortos inerentes.”

“Mas o meu quartel-general é aqui em Zhuhai.”

“Ó senhor coronel, Zhuhai é um vilarejo perdido no meio do nada”, argumentou o governante português. “Em Macau teria uma bela casa e todos os confortos normais de uma cidade. Dispomos, por exemplo, de bons restaurantes, de cinemas e de hotéis com casinos e chás dançantes. Tenho a certeza de que a sua vida melhoraria imenso. E sempre que precisasse de vir aqui a Zhuhai metia-se no carro e em meia hora chegaria ao seu quartel-general. Nada mais simples.”

A sugestão deixou o japonês pensativo. A vida em Zhuhai era realmente difícil, tal o marasmo que impregnava aquele lugar, onde só havia agricultores pobres e tanto ele como as suas concubinas chinesas definhavam de tédio. Porque não ir viver para Macau? Em bom rigor, nada o proibia. Nenhum regulamento do Kempeitai o obrigava a residir no quartel. Em Pequim, por exemplo, vivera na cidade. Ali em Zhuhai fora-lhe entregue a casa no quartel apenas porque não havia nas redondezas qualquer habitação condigna para um oficial do seu posto.

O seu visitante, contudo, acabava de lhe dar uma bela ideia.

“O senhor seria capaz de me encontrar uma boa casa em Macau?”

No momento em que ouviu a pergunta, Lobo percebeu que tinha ganho a partida. Era, todavia, apenas uma partida. O seu trabalho ainda mal começara.

“Irei falar com o senhor governador e de certeza encontraremos uma coisa do seu agrado. Existem algumas residências em zonas simpáticas e é só uma questão de escolher. Temos o maior gosto em proporcionar uma existência agradável aos filhos do Sol nascente, a quem nos une uma amizade secular.”

“Excelente.”

“Claro que há sempre as questões de segurança”, apressou-se a indicar. “Temos de as enfrentar com determinação, não é verdade?”

O alcance da observação não foi imediatamente entendido pelo coronel Sawa.

“De que está o senhor a falar?”

“Da criminalidade, claro”, retorquiu o português, como se a resposta fosse evidente. “Ainda há uns dias mataram o presidente da Cruz Vermelha de Macau em plena luz do dia, veja lá.”

Ao perceber onde o interlocutor queria chegar, o japonês fechou o rosto.

“E o que tenho eu a ver com isso?”

“Nada”, devolveu Lobo. “Aliás, já apanhámos o assassino.”

“Folgo em saber.”

“Parece que está ligado ao bando de Wong Kong Kit, não sei se já ouviu falar...”

O coronel Sawa estreitou os olhos, ciente de que acabava de ouvir uma indicação de que as autoridades portuguesas estavam a considerar a possibilidade de avançar contra os seus aliados chineses.

“Não acredito numa coisa dessas”, disse em tom tenso. “De resto, o senhor Wong goza da nossa plena confiança. É uma pessoa honesta e não gostaríamos de o ver difamado nem perseguido por coisas que não fez. Foi aliás ele quem nos convenceu a manter o fluxo alimentar para

Macau.”

A mensagem era clara. O chefe local do Kempeitai acabara de estabelecer que Wong Kong Kit e o seu gangue se encontravam sob proteção japonesa e proibia qualquer iniciativa contra eles, sob pena de os abastecimentos alimentares à colónia serem cortados. Vinda de quem vinha, não era uma ameaça para se levar de ânimo leve.

“Se o senhor garante que Wong Kong Kit se encontra acima de qualquer suspeita, só me resta acreditar em si”, cedeu Lobo, ciente de que seria perigoso fazer finca-pé nesta questão. “Estou certo, no entanto, de que poderemos chegar a um entendimento consigo noutras matérias.”

O japonês olhou-o desconfiado.

“Como por exemplo?”

“As ilhas próximas de Macau”, indicou. “Sei que vocês estão a ter problemas com o uso dessas ilhas pelos bandidos chineses para contrabando de armas.”

“Afirmativo. Estamos até a considerar a possibilidade de colocar aí guarnições. Porquê?”

“Isso não seria um esbanjamento de recursos tão necessários noutros setores?”

O coronel Sawa encolheu os ombros, como se a questão o ultrapassasse.

“Não temos alternativa.”

Esta resposta era tudo o que o português queria ouvir.

“Claro que têm”, sorriu. “Nós podemos ocupar essas ilhas.”

“Vocês?”

“Claro. Há muito tempo que Portugal reivindica as cinco ilhas mais próximas como pertencentes à colónia de Macau, mas a China só reconhece a nossa autoridade sobre duas delas. Este momento pode ser o adequado para fazer valer a posição portuguesa.”

O homem do Kempeitai pensou na proposta. Se as ilhas eram um problema para o Exército Imperial e tinham de ser ocupadas para as neutralizar enquanto base de apoio à guerrilha chinesa, o que impedia

que a ocupação fosse feita pelos portugueses? A ele tanto lhe fazia que as ilhas fossem chinesas como portuguesas e a verdade era que se os *gaijin* de *Porutogaru* fossem para lá ficava resolvido o problema dos contrabandistas que operavam para o inimigo. Além do mais, o que lhe custava fazer esse favor aos portugueses? Estava nos seus poderes e seria uma retribuição adequada pela casa que o visitante tão generosa, e decerto interesseiramente, lhe oferecia em Macau. E, claro, não precisaria de desperdiçar soldados para garantir o controlo das ilhas; os portugueses fá-lo-iam pelos japoneses. Mataria assim dois coelhos de uma cajadada.

“*Hai*”, assentiu com vigor. “Temos acordo.”

VIII

Os trilhos da colina de Coloane estavam quase obstruídos pela vegetação, mas o guia, um chinês ossudo em tronco nu, ia vergastando os ramos com a sua catana de lâmina curta, desimpedindo o trilho havia muito em desuso. Atrás dele seguiam em fila indiana o capitão Tavares, um soldado timorense com a *Mauser Vergueiro* a tiracolo, o governador, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças e, a fechar o cortejo, um segundo soldado timorense da Primeira Companhia Indígena de Caçadores, estacionada em Coloane, a segunda ilha da colónia.

O ritmo era acelerado e o caminho íngreme, pelo que, chegados ofegantes a uma clareira, Artur levantou a mão e fez sinal ao grupo para se deter.

“É uma pausa curta”, bufou, secando com as costas da mão a transpiração que lhe cobria a testa. “Dois minutinhos.”

Os homens espalharam-se pela clareira e Lobo foi ter com o governador, que se sentara a descansar sobre uma rocha com vista para a praia de Cheoc Van, mesmo por baixo deles. A canhoneira *Macau* estava ancorada ao largo e a pequena praia diante da velha embarcação da Marinha portuguesa tinha um areal em curva separado por algumas rochas a meio, à beira da água. Vendo-a tão convidativa, Artur perguntou a si mesmo se, com aquele calor abafado, não teria sido mais sensato ficar na praia a tomar banho nas águas quentes do mar da China em vez de se meter naquela aventura colina a cima.

“O senhor governador ouviu a rádio esta manhã?”, perguntou Lobo ao sentar-se ao lado do chefe do governo. “Já sabe das notícias?”

“Está a falar do desembarque dos japoneses na Indochina?”

“Sim. O que acha disso?”

O assunto já tinha sido discutido algum tempo antes pelos dois, mas uma coisa era contemplar uma situação hipotética outra analisar algo que acabara realmente de acontecer.

“Espero que os japoneses saibam o que estão a fazer”, murmurou sombriamente, o olhar perdido nas pequenas ondas que lá em baixo se desfaziam sobre o areal amarelo de Cheoc Van. “Porque se não sabem depressa vão aprender.”

“Do ponto de vista da guerra com a China, faz todo o sentido”, argumentou Lobo. “Os chineses estão a usar o porto de Haiphong e a linha de caminhos de ferro sino-vietnamita para introduzirem armas, munições e combustíveis na China. Se querem ganhar a guerra, os japoneses têm de cortar essa via de abastecimento. Não vejo outra maneira. Mas...”

A frase ficou pendurada no ar e forçou Artur a desviar o olhar para o subordinado.

“Não é só isso que está em causa, pois não?”

A pergunta insinuava que havia uma resposta óbvia.

“Presumo que não se esteja a referir à resistência dos franceses...”

“Isso é irrelevante”, reconheceu o governador. “Os franceses não têm na Indochina qualquer hipótese de enfrentar os japoneses. A resistência deles não durará mais do que umas semanas. A verdadeira questão é, como sabe, ver o que fará o Ocidente.”

“Não me parece que a Inglaterra ou a América decretem guerra ao Japão por causa disto”, opinou Lobo com uma expressão carregada de ceticismo. “A questão é saber se avançarão para as sanções de que o senhor governador me falou no outro dia.”

“O bloqueio à venda de petróleo ao Japão? Sim, penso que é o que vai acontecer. Ninguém será autorizado a vender petróleo ao Japão. Já viu o que isso significa? Sem petróleo, os japoneses não conseguirão pôr os

aviões no ar nem os tanques a trabalhar. Nessas condições, meu caro doutor Lobo, os rapazes terão de meter o rabinho entre as pernas e dar meia volta.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças estreitou os olhos asiáticos.

“Só quem não conhece os japoneses e a cultura da Ásia pode pensar assim”, retorquiu. “Já lhe disse uma vez, senhor governador, e digo-o outra. Se o Ocidente encostar os japoneses à parede com um embargo petrolífero, a coisa vai acabar mal. Para os asiáticos é fundamental salvar a face e um embargo obrigá-los-á a defender a sua honra. Espero que o presidente Roosevelt tenha a noção disso.”

O tempo destinado ao descanso já passara e Artur pôs-se de pé, preparando-se para dar ordem de retomarem a marcha.

“O que é isso de defender a honra? O que está a sugerir?”

“Estou a sugerir que, encostados à parede, os japoneses se tornarão imprevisíveis”, retorquiu Lobo, levantando-se também. “Para salvar a face, poderão mesmo fazer o impensável.”

Desvalorizando o cenário que lhe era sugerido, o governador esboçou uma careta cética e, voltando-se para o grupo, levantou a mão e fez um sinal para a frente.

“Vamos.”

Os homens retomaram a marcha pela floresta que cobria a colina ocidental de Coloane. O tempo urgia e faltava-lhes completar o último troço para chegarem ao destino. O cume da ilha.

“Ali!”

O dedo do capitão Tavares estava apontado algures para o pico da ilha vizinha. Artur pegou nos binóculos e voltou-os para o ponto que lhe era indicado. Viu o perfil da floresta recortado contra o céu cinzento e, depois de vasculhar a área, detetou os homens e o poste que eles rodeavam na clareira onde se haviam juntado. A imagem dos binóculos escalou o poste e chegou à bandeira desfraldada no alto, as cores verde e vermelha com as quinas a amarelo a dançarem ao vento.

“Estou a ver, estou a ver!”, confirmou o governador, subitamente excitado. “São os nossos homens! A bandeira está mesmo hasteada sobre a ilha da Montanha! Ela é nossa!”

Um clamor efusivo ergueu-se do pequeno grupo para celebrar o feito dos soldados portugueses na ilha em frente. Lobo debruçou-se sobre a sua sacola e extraiu a garrafa de vinho do Porto que trouxera para assinalar a ocasião. Tirou a rolha e despejou o vinho em pequenos copos de vidro, que distribuiu pelos membros da expedição plantados ao alto da colina de Coloane.

“Hasteámos esta manhã a bandeira na ilha da Lapa e na ilha de São João”, disse, erguendo o copo em celebração. “E agora hasteámo-la na ilha da Montanha. Macau ficou maior e Portugal também!”

Com o tilintar característico do vidro a bater no vidro, Artur tocou com o copo nos copos dos restantes elementos do grupo.

“Viva Portugal!”

Beberam o vinho do Porto de uma vez só e, exaltados, repetiram a dose. O guia chinês quis mais, chegou a pegar na garrafa para voltar a encher o copo, mas o capitão Tavares opôs-se por razões práticas.

“Calma, calma! Olhem que ainda podemos precisar do homem sóbrio para sairmos daqui.”

Ficaram mais dez minutos a ver a bandeira portuguesa esvoaçar sobre a ilha da Montanha. No fim de contas não era todos os dias que se adicionavam novos territórios ao velho império. Quando tudo acalmou e sentiu que já não estavam ali a fazer nada, Artur deu ordem de marcha e retomaram o caminho de regresso à praia de Cheoc Van. Trotando pelo trilho, Lobo apressou o passo e colou-se ao governador.

“Quem nos garante que, uma vez terminada a guerra, a China não reocupa as três ilhas?”

“Ninguém”, respondeu Artur, vigiando o chão para ter a certeza de que não punha o pé em falso. “Para já são nossas. Depois logo se verá. Sonhar não custa, pois não?”

“Lá isso...”

“De qualquer modo, o senhor está de parabéns, doutor Lobo. Nunca

acreditei que conseguíssemos, mas a forma como o senhor negociou com os japoneses foi de mestre, há que reconhecê-lo.”

“Pois, mas agora precisamos de cumprir a nossa parte, senhor governador. A questão da casa para o coronel Sawa está desbloqueada?”

“Ainda esta manhã assinei a papelada, meu caro. Para a semana o homem já poderá vir para cá com o seu harém.”

Lobo sorriu.

“Concubinas, senhor governador”, corrigiu. “E, se me permite, são umas concubinas e peras!”

“Não me diga que as viu...”

“Vi pois.”

Artur abrandou o passo e voltou-se para trás, a curiosidade atiçada.

“E então?”

Sem se deter, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças soltou uma risada cúmplice e ultrapassou o chefe.

“O senhor governador há de ver.”

O junco encontrava-se ancorado a uns vinte metros da praia e os três chineses de pele bronzeada caminhavam pelo areal com metade do corpo ainda molhado, dois deles armados com velhas *Lee Enfield* inglesas semelhantes às que Artur chegara a utilizar na Flandres durante a Grande Guerra. O chinês do meio, um homem de camisa amarela com uma pistola enfiada nas calças, sobre a barriga, acenou à distância e Lobo devolveu a saudação.

“*Chou san, pang iao!*”

O grupo tinha acabado de descer até à praia de Cheoc Van, vindo da colina, e Artur olhou desconfiado para as espingardas que os chineses traziam nas mãos e para o homem da camisa amarela que parecia chefiá-los.

“Quem é?”

“É o Siu Keng Siu”, disse o diretor dos Serviços de Economia e Finanças, encaminhando-se já na direção dos chineses. “O *Imortal*.”

O olhar de Artur voltou a fixar-se no homem que tinha a pistola, estudando-o com mais atenção.

“Aquele é o famoso *Imortal*?”

“Ele mesmo”, confirmou Lobo. “Como o senhor governador me disse que precisávamos de nos articular com a resistência chinesa, tomei a liberdade de lhe pedir um encontro. Por razões de segurança, ele não me disse onde e quando apareceria. Pelos vistos é aqui e agora.”

Os dois governantes calcorream a areia escaldante de Cheoc Van, acompanhados pelo capitão Tavares e pelos dois soldados timorenses. O areal não era vasto e em alguns segundos o grupo chegou junto dos três chineses. Depois de se cumprimentarem, o *Imortal* foi direito ao assunto do momento.

“O que se passa ali em Tai Vong Cam?”, perguntou num português surpreendentemente correto, indicando a ilha da Montanha. “Vi a vossa bandeira hasteada.”

“A partir de hoje Tai Vong Cam e as outras duas ilhas pertencem a Macau”, explicou Lobo. “Temos lá alguns homens estacionados.”

“Quem vos deu a autoridade para fazerem isso?”

“Nós próprios. As ilhas estavam abandonadas e os japoneses preparavam-se para as tomar. Ou prefere que as deixemos aos japoneses?”

A pergunta era em si mesma um argumento poderoso e o *Imortal* nem precisou de dar a resposta. Em vez disso concentrou-se nos efeitos práticos dos acontecimentos para a sua atividade.

“Que consequências tem para nós a vossa presença nas ilhas? Não podemos continuar a usá-las?”

“Ouve, *Imortal*, os japoneses já perceberam que vocês andam a passar armas e munições pelas ilhas e era por isso que as queriam ocupar. Convencemo-los a deixarem-nas para nós. Isso quer dizer que vocês poderão continuar a utilizá-las, claro, mas precisam de ser muito mais discretos.” Levantou o dedo para sublinhar a ideia. “Isto é muito importante, ouviste? Se os japoneses perceberem que vocês continuam a usar as ilhas para abastecer as vossas forças, vamos ter problemas

sérios.”

“Entendi”, assentiu o *Imortal*. “Mas, estando lá os vossos soldados, como faremos os desembarques?”

Era uma pergunta que escapava à área de competências do diretor dos Serviços de Economia e Finanças.

“Faremos isso de duas maneiras”, interveio Artur. “Poderão desembarcar o material à noite, desde que avisem previamente os nossos homens. Sempre que isso não for possível, há a opção de meterem o material em caixas e de as enviarem para lá como se fossem abastecimentos para as nossas guarnições. Uma vez nas ilhas, o material será escoado para o seu verdadeiro destino. Não é a opção que prefiro, como deve compreender, mas pode ser feito em ocasiões excecionais, desde que haja artifícios que nos descomprometam no caso de os japoneses descobrirem a marosca, percebeu?”

“Não se preocupe, senhor governador”, assegurou o chefe da resistência chinesa. “Com quem nos articularemos para levar a cabo essas operações?”

Artur voltou o polegar para o seu ajudante de campo.

“O capitão Tavares apresentar-vos-á o chefe da guarnição da ilha da Montanha, o tenente Crespo. Depois tratarão com o tenente de todos os detalhes. Não quero nem posso saber de nada, ouviu? Lembre-se que somos absolutamente neutrais e assim teremos de continuar se queremos que Macau sobreviva a toda esta confusão.”

“A neutralidade de Macau é muito útil para a China, senhor governador”, reconheceu o *Imortal*. “Nada faremos que a ponha em causa e compreendemos que volta e meia precise de fazer uns gestos para agradar aos japoneses. Faz tudo parte do jogo.”

Artur esfregou as mãos, satisfeito com o entendimento com a resistência chinesa.

“Excelente!”

“Já agora, há uma questão para a qual precisamos da tua ajuda”, disse Lobo ao chinês. “De resto, ela também te envolve. Como deves saber, o Senna Fernandes foi assassinado.”

Ao ouvir o nome do falecido presidente da Cruz Vermelha de Macau, o *Imortal* respirou fundo.

“*Ayah!* Então não sei? Nesse dia fui eu à Praia Grande entregar-lhe um carregamento de arroz.”

“Se calhar foi por isso que o mataram. Apanhámos o homem que premiu o gatilho, mas temos razões para acreditar que o tipo pertencia ao gangue do Wong Kong Kit e que a ordem para o liquidar tenha sido dada pelo Kempeitai.”

“*Wah!*”, exclamou o chinês, espantado. Considerou a suspeita com um ar pensativo. “É possível.”

“Ou seja, o coronel Sawa está a usar bandidos chineses para matar portugueses. Pois nós queremos dar-lhes troco. Não podemos tocar diretamente nos tipos do Kempeitai nem no Wong Kong Kit, isso poria Macau em risco, mas precisamos de quem o faça por nós. Entendes?”

O *Imortal* coçou a cabeça.

“Precisam de mim para fazer o vosso trabalho sujo?”

“Queremos que faças para nós o que o Wong Kong Kit faz para os japoneses. O Kempeitai autorizou que se matasse o Senna Fernandes e nós queremos que mates alguém do Kempeitai e deixes uma fotografia do Senna Fernandes sobre o corpo do japonês, para eles perceberem que não podem fazer o que querem e que as coisas têm consequências. Mas é fundamental que a emboscada aconteça na China, para que eles não possam retaliar contra nós, e não queremos que aconteça nada ao coronel Sawa. Estamos a tentar controlá-lo.”

O chinês anuiu.

“O Senna Fernandes era meu amigo. Tenho muito gosto em vingá-lo.”

A acompanhar em silêncio esta parte da conversa, o governador interveio.

“Se me permite, não está em causa apenas a morte de Senna Fernandes. Precisamos que a resistência chinesa reprima, e se necessário elimine, os bandidos pró-japoneses que provoquem desordens em Macau. Não toquem neles em Macau, mas logo que regressem à China limpem-lhes o sebo.”

“O que ganhamos nós com isso?”

Artur indicou a ilha da Montanha, para lá da colina que abrigava a praia de Cheoc Van.

“O acesso às ilhas, desde que discreto para não nos pôr em causa junto dos japoneses.”

O *Imortal* fez uma careta.

“Na verdade, precisávamos de ajuda noutras áreas...”

“Quais?”

“Temos pessoal ferido nos combates com os japoneses e não dispomos de forma de tratar deles. Será que nos podem enviar médicos e enfermeiros?”

Artur trocou um olhar com Lobo antes de responder.

“Faremos melhor do que isso”, disse. “Desde que não se apresentem como soldados, mas como civis, trataremos deles nos nossos hospitais. Não nos podem enviar milhares de feridos, claro, isso levantaria suspeitas e esgotaria a nossa capacidade de resposta, mas podemos perfeitamente aceitar um determinado número de casos que vocês considerem prioritários.”

“Ótimo!”, sorriu o *Imortal*, mostrando os dentes de ouro que lhe ornamentavam a boca. “Precisamos também de autorização para vir a Macau comprar medicamentos e munições e para fazer campanhas de angariação de fundos para a resistência chinesa. Acha que isso é possível?”

“Desde que seja tudo feito com a devida discrição, não vejo problemas. É porém fundamental que os japoneses não se apercebam de nada. A nossa neutralidade não pode de modo algum ser posta em causa, ouviu? Esse ponto é crucial.”

“Esteja descansado, senhor governador.”

Nesse instante o capitão Tavares fez um sinal a indicar o relógio e Artur compreendeu que teriam de partir; não podia arriscar-se durante mais tempo a ser descoberto pelos japoneses numa conversa com o chefe da resistência chinesa. De resto, o essencial estava acordado. O governador despediu-se do *Imortal* e afastou-se com Lobo e os soldados

timorenses em direção ao bote da Marinha portuguesa, deixando o ajudante de campo a tratar com o chefe da resistência chinesa dos pormenores operacionais relativos à passagem de abastecimentos para a China através da ilha da Montanha.

Artur e Lobo caminhavam em silêncio, mergulhados nos seus pensamentos. Sabiam ambos que se encontravam envolvidos num jogo perigoso e que qualquer erro poderia revelar-se fatal. Na verdade, procuravam o exercício impossível de satisfazer todas as partes sem se comprometerem em parte alguma. Mas o jogo tinha o seu quê de excitante, sobretudo quando era apimentado por inesperados toques de exotismo. Ao entrar no bote que o levaria à canhoneira, o pensamento de Artur desviou-se para as palavras de Lobo quando desciam a colina e, com um leve sorriso, fixou-se na perspectiva de conhecer o coronel Sawa.

“Sempre quero ver as concubinas do homem.”

IX

Uma brisa quente e húmida soprava de mansinho pela colina da Penha, acariciando as ruelas arborizadas que se inclinavam pelas encostas daquele recanto pacato da velha colónia portuguesa. Consciente de que chegava atrasado e amaldiçoando-se por ter ficado demasiado tempo no palácio a escutar as notícias na rádio de Hong Kong sobre o embargo que a América acabava de decretar à venda de petróleo e de metais ao Japão, Artur apressou o passo. Ia de fato de gala e acompanhado pelo capitão Tavares quando por fim franqueou o portão e se encaminhou para a entrada da vivenda colonial.

O anfitrião, o coronel Sawa, esperava-o no alpendre vestido com um *montsuki hakama*, o quimono negro que constituía o traje tradicional mais formal da cultura japonesa. Quando se imobilizou diante do chefe do Kempeitai para o Sul da província de Cantão, Artur estendeu-lhe a mão, mas o coronel Sawa ignorou-a e curvou-se numa vénia.

“*Hajimemashite!*”, saudou com formalidade, mudando logo a seguir para inglês. “Bem-vindo à minha humilde casa.”

Vendo que o japonês não lhe ia apertar a mão, e sem perceber se o fazia por desconhecimento do costume ocidental ou por descortesia intencional, o governador português adaptou-se à situação e devolveu a vénia.

“O prazer é todo meu, senhor coronel”, disse, também em inglês. “Agradeço o gentil convite para a inauguração da sua casa aqui em Macau e devo dizer que fico muito contente por contar com tão distinto

convidado na nossa colônia. Espero que seja feliz em Macau e faça votos para que a sua presença facilite a comunicação entre nós e permita superar quaisquer mal-entendidos que possam inadvertidamente surgir.”

Os lábios do chefe do Kempeitai curvaram-se num sorriso levemente trocista.

“A comunicação fica sempre facilitada quando um lado tem a força e o outro não, não lhe parece?”, retorquiu com um toque de insolência. Fez um sinal a indicar o interior da casa. “Faça o favor de entrar.”

Havia alguma tensão na maneira como o anfitrião o acolhera e estas últimas palavras deixaram Artur apreensivo. O tom provocador do militar japonês, com a despropositada e desnecessária referência à força do Japão e à fraqueza de Portugal, pareceu-lhe não augurar nada de bom. Por outro lado, considerou, poderia dar-se o caso de o bloqueio que a América acabara de decretar à venda de petróleo ao Japão estar a influenciar negativamente o estado de espírito dos militares nipônicos.

A receção na nova casa do coronel Sawa deveria ser um acontecimento festivo, até porque as autoridades portuguesas tudo haviam feito para facilitar as coisas, mas as notícias relativas à escalada da tensão internacional pareciam contaminar o ambiente. Apesar disso, um grupo de oficiais japoneses, incluindo dois de farda, enchia o salão da vivenda com gargalhadas e um burburinho de conversa. Ao ver o visitante entrar, os militares calaram-se e puseram-se em sentido, fazendo uma curta vénia, à qual Artur respondeu com outra semelhante. O coronel Sawa apresentou-os um a um e a seguir mandou que servissem os acepipes. Vários empregados vestidos de farda branca, evidentemente soldados japoneses destacados para aquele serviço, apareceram com bandejas repletas de iguarias. Algumas eram pratos chineses já familiares ao governador, outras delícias japonesas que nunca provaria.

O anfitrião apontou para um acepipe frito e estaladiço com aspeto vagamente familiar.

“Experimente este.”

Sentindo todos os olhos pousados nele, Artur pegou na peça amarela e trincou-a, sentindo-a estalar entre os dentes.

“Hmm... nada mau.”

“Não lhe parece familiar?”

O português analisou o acepipe.

“De facto”, anuiu. Fitou interrogativamente o seu interlocutor. “O que é?”

“*Kakiage*, uma espécie de *tempura*. Trata-se de um prato que os portugueses deixaram no Japão.”

Artur voltou a observar a iguaria.

“Pois é”, reconheceu. “Chamamos-lhe *peixinhos da horta*.”

“*Peishi no dota*?”

O desajeitado sotaque japonês fez o governador sorrir.

“É isso mesmo.”

Depois de levar o convidado a experimentar outras especialidades do seu país, incluindo ostras agridoces, *ebi-shinjyo* empanado, *sashimi* com gelatina de *yuzu* e *niguirizushi*, o chefe do Kempeitai ofereceu-lhe *saké* quente e arrastou-o para um canto discreto do salão, com o pretexto de lhe mostrar uma antiguidade de porcelana chinesa que adquirira em Pequim. Tratava-se de um vaso que, segundo ele, pertencera à dinastia Ming, peça valiosa como mais nenhuma na sua casa.

“À exceção das minhas meninas, claro.”

“O senhor trouxe a família?”, admirou-se o governador, sem perceber porque não o informara Lobo do facto. “Pensei que...”

“Não são as minhas filhas, que não tenho, mas as minhas concubinas”, corrigiu o coronel Sawa com um esgar fanfarrão. “Já as vai conhecer, pois daqui a pouco virão aqui alegrar a nossa festinha. Isso não o incomoda, espero.”

A referência às concubinas fez Artur corar. Nunca pensara que o oficial japonês viesse a reconhecer com tanta candura que vivia com concubinas e que até o provocasse com o assunto.

“Eu?”, atrapalhou-se o governante, vacilando tanto que algumas gotas do copo de *saké* que segurava entre os dedos caíram para o chão.

“Ah, perdão.” Voltou a encarar o japonês. “Claro que não me incomoda. Terei muito prazer em conhecer as senhoras suas... quer dizer, suas... enfim, suas... uh... concubinas.”

Estavam longe dos restantes convivas e o anfitrião sentou-se num canapé ao lado do vaso.

“Excelente”, disse, fazendo um gesto para o espaço que deixara vazio no canapé. “*Doozo o-kake kudasai*. Por favor, sente-se. Esteja à vontade.”

O governador não se sentia à vontade. Constatara que ele e o capitão Tavares, que trocava umas palavras com alguns militares do Kempeitai, eram as únicas pessoas no salão que não tinham nacionalidade japonesa e sentia uma hostilidade latente e surda por detrás das palavras e do olhar do anfitrião, como se o japonês se considerasse ele próprio o verdadeiro governador de Macau e o encarasse como um usurpador. Havia que mostrar-lhe que não deveria confundir a cortesia portuguesa com submissão.

“Obrigado, mas prefiro ficar de pé.”

O coronel Sawa arqueou as sobrancelhas, surpreendido com a recusa.

“Sente-se, por favor”, insistiu o japonês, fazendo um novo gesto para o espaço vazio no canapé. “Temos uma coisa importante para discutir.”

“Já lhe disse que não me apetece sentar-me”, devolveu Artur com firmeza. “Mas, se quiser mesmo conversar, podemos dar uma volta pelo seu jardim”, concedeu, abrindo uma via para salvar a face do anfitrião. “Ouvi dizer que há por aqui um poiso com uma belíssima vista sobre a baía da Praia Grande. Gostaria de ver isso.”

O homem do Kempeitai hesitou. Não estava habituado a ser contrariado e teve vontade de iniciar um braço-de-ferro com o convidado e forçá-lo a ceder, mas conteve-se. Não lhe pareceu provável que o governador recuasse, sobretudo depois da recusa explícita, e não valia a pena precipitar um confronto tão cedo. A seu tempo as coisas aconteceriam, isso parecia-lhe inevitável. Mas não nesse momento.

“Muito bem”, concordou, levantando-se. “Vamos então apreciar essa vista.”

Ainda com os copos de *saké* nas mãos, contornaram a vivenda pelo espaço verde que a cercava. Havia alguns japoneses à paisana a fazer a segurança para lá do muro, no passeio fronteiro à casa, mas dentro do perímetro do jardim encontravam-se sozinhos. Artur ainda pensou em esperar que o japonês comesse a conversa, mas achou que uma atitude excessivamente passiva da sua parte poderia enviar o sinal errado, pelo que tomou a iniciativa de provocar a discussão.

“Então o que me quer dizer?”

O coronel Sawa completou uns passos meditativos, avaliando a melhor forma de abordar o assunto.

“O senhor governador não ignora o comportamento ultrajante que os americanos acabaram de assumir contra sua majestade imperial e a sagrada nação do Japão, presumo.”

“Está a referir-se ao embargo americano?”

Os dentes do oficial japonês quase rangeram ao escutar estas duas últimas palavras.

“É uma ignomínia!”, rosnou, começando por falar em voz baixa mas intensificando o tom a cada palavra. “Um golpe baixo! Uma sujeira da pior espécie! Aqueles vermes arrepender-se-ão da miserável afronta que acabaram de nos fazer! Quem pensa aquela gente que é para humilhar assim a grande nação *yamato*? Acham mesmo as nações capitalistas que podem vergar os desígnios revolucionários das nações proletárias asiáticas?”

O chefe do Kempeitai ficou quase ofegante, o rosto enrubescido, os olhos em fúria. Não pareceu a Artur o momento mais adequado para o contrariar.

“O embargo criou realmente um problema”, assentiu o governador, de resto nada surpreendido com a evolução dos acontecimentos. “Imagino que esta decisão tenha graves consequências para o Japão.”

“É um desastre!”, reconheceu o coronel Sawa, esforçando-se por se manter calmo. “Mais de setenta por cento do ferro e noventa por cento do cobre de que o meu país precisa vem dos Estados Unidos. Sem esses metais, como vai a nossa indústria aguentar-se? E com os combustíveis

é ainda pior. É certo que dispomos de reservas para mais uns dois anos, sobretudo com racionamentos. Mas não temos quaisquer ilusões. A menos que encontremos depressa novas fontes de abastecimento, estamos metidos num sarilho sério. Muito sério mesmo. Ainda por cima aqueles cães cortaram-nos a navegação pelo Canal do Panamá.”

“Oíça, não faria mais sentido vocês chegarem a um acordo com os Estados Unidos?”

“Não vê o que as nações capitalistas querem?”, explodiu o japonês, elevando a voz de novo. “Teríamos de sair da Indochina e da China e do Manchukoku e... sei lá. São essas as condições. Uma tal coisa é impossível! Impossível! Seria uma humilhação intolerável! A derrota do socialismo asiático. O Ocidente capitalista quer escarrar na nossa cara. Desdenha de nós porque não somos brancos, somos asiáticos. Chamam-nos amarelos, acham-nos sub-humanos e não nos aceitam! A nós, um povo de origem divina guiado pelo filho do Céu!” Brandiu o punho no ar, como se tivesse o presidente Roosevelt diante dele. “*Oya!* Isto não vai ficar assim. Não vai não! *Yare yare!*”

“Vocês não têm alternativa”, observou Artur, expondo o que lhe parecia uma evidência. “O que podem fazer?”

“Há sempre uma alternativa!”

“Qual? O único petróleo existente nas proximidades é o das Índias Orientais Holandesas. O que querem vocês fazer? Vão invadir as Índias Orientais Holandesas para irem lá buscar o petróleo?”

Fez a pergunta para expor o absurdo da proposição, mas o súbito silêncio do interlocutor, que emudeceu como se tivesse sido apanhado em flagrante, deixou-o chocado.

“Isso é um assunto para ver a seu tempo”, limitou-se o japonês a dizer, esforçando-se por encobrir a sua primeira reação à ideia. “Para já pretendemos explorar as alternativas.”

“Meu Deus!”, exclamou o governador português, ainda mal refeito do espanto e mirando-o, atónito. “Vocês estão mesmo a pensar em invadir as Índias Orientais Holandesas!”

“Já lhe disse que pretendemos explorar as alternativas.”

“O que pensam vocês que os americanos farão se o Japão invadir as Índias Orientais Holandesas para furar o embargo petrolífero?”, perguntou, ignorando o desconforto do homem do Kempeitai com o assunto. “Entrarão em guerra convosco! Não sabe que os americanos começaram a posicionar a sua esquadra do Pacífico no Havai? Porque pensa que o fizeram? Para ficarem mais perto da Ásia e para vos mostrar que intervirão se acharem que o Japão foi longe de mais. E invadir as Índias Orientais Holandesas para furar o embargo petrolífero americano é, creio eu, ir longe de mais. O presidente Roosevelt não se vai deixar ficar porque uma coisa dessas constitui um desafio direto à sua autoridade.”

O coronel Sawa manteve-se mudo por alguns momentos. Chegaram a um banco na borda do jardim e a paisagem abriu-se para a baía da Praia Grande, as águas sulcadas pelas sampanas e pelos juncos de velas abertas ao vento como borboletas gigantes, o brilho de sol a refletir-se em mil pirilampos que estrelejavam na crista da ondulação suave. Era a vista esplendorosa que o jardim da vivenda tinha para oferecer, mas Artur ignorou-a, tão preocupado estava com as ramificações do que percebia ser o raciocínio dos japoneses.

“As decisões que tiverem de ser tomadas sê-lo-ão a seu tempo e no lugar próprio”, disse o chefe do Kempeitai num registo frio. “A sagrada nação do Japão não se deixará humilhar e sua majestade imperial saberá o que fazer para posicionar o nosso país no lugar cimeiro que pela ordem natural das coisas é o seu, o de guia da esfera socialista na Ásia. Cada japonês cumprirá o seu dever com honra e devoção ao imperador, pois não há maior serviço que o de servir o Japão e sua majestade imperial, e o meu dever será cumprido aqui em Macau. Era para isso que queria solicitar os seus bons serviços, senhor governador.”

As palavras do coronel Sawa fizeram Artur franzir as sobrancelhas. Que serviços poderia ele prestar que tirassem o Japão daquele aperto? Que esperavam os japoneses dos portugueses?

“Ajudá-lo-ei no que estiver ao meu alcance”, disse, para logo emendar e introduzir uma cláusula de exceção. “Desde que a vossa solicitação

não entre em conflito com os nossos deveres de neutralidade, bem entendido.”

Os olhos do japonês percorreram a marginal que se desenhava ao longo da linha de costa junto à Praia Grande e detiveram-se nos aterros que haviam tapado parte da baía, alterando o seu traçado original e estabelecendo uma vasta superfície plana que terminava nos aterros para o Porto Exterior.

“Timor.”

A palavra foi pronunciada de forma tão abrupta que o governador não a entendeu no primeiro instante, e quando por fim apreendeu o que ele dissera não percebeu o seu alcance.

“Perdão?”

“Como o senhor não ignora, foram descobertas importantes reservas petrolíferas na vossa colónia de Timor. Gostaríamos que fosse entregue ao Japão uma concessão para explorar esse petróleo.”

O pedido foi formulado em voz baixa mas atingiu Artur com a força de um murro, tal a sensibilidade do tema. Apanhado de surpresa, o governador vacilou e recuou um passo para recuperar o equilíbrio. Havia de facto petróleo em Timor, lembrou-se nesse instante. Uma boa quantidade, ao que parecia. Isso conferia àquela colónia portuguesa uma inesperada importância estratégica. Concentrou-se de novo nas palavras do interlocutor e relacionou as descobertas com as necessidades urgentes do Japão à luz do embargo americano. Tudo se tornava evidente. Mas o pedido do chefe do Kempeitai seria mesmo um pedido ou constituía na verdade uma ameaça encapotada? Uma vez que o coronel Sawa não desmentira a intenção de tomarem as Índias Orientais Holandesas para furar o embargo petrolífero, estariam os japoneses a contemplar a possibilidade de também invadirem Timor? Uma coisa dessas seria um desastre, percebeu intuitivamente. Arrastaria Portugal para a guerra e implicaria o fim de Macau. A ameaça era mais real do que inicialmente suspeitara e a catástrofe pareceu-lhe de repente iminente, como se pudesse acontecer já no dia seguinte.

“Uma decisão dessas, como decerto compreenderá, não depende de

mim”, retorquiui quase num sussurro, falando devagar para medir as suas palavras dada a extrema sensibilidade do assunto. “Será o meu governo em Lisboa que se pronunciará.”

“Estou ciente disso. De resto, fui informado de que o governo de sua majestade imperial está neste momento de suprema gravidade para a nossa sagrada nação a contactar o vosso embaixador em Tóquio para lhe transmitir o nosso pedido. É esse o canal normal.”

“Então o que espera de mim?”

Os olhos rasgados do japonês adquiriram uma estranha intensidade, como se reforçassem as palavras que se preparava para enunciar.

“Gostaríamos que fizesse ver ao seu governo quão crucial é para Macau que essa concessão petrolífera em Timor nos seja entregue. Portugal diz-se uma nação amiga do Japão, não é verdade? Pois está na hora de mostrar em atos o que até agora só enunciou por palavras.”

Artur pigarreou.

“Oiça, coronel Sawa, Portugal é uma nação amiga do Japão, disso não pode ter dúvidas. As nossas relações são antigas, como sabe. Fomos os primeiros europeus a chegar ao vosso país, construímos cidades como Nagasáqui, introduzimos invenções europeias no Japão e influenciámos a vossa cultura. Muitas das vossas palavras são na verdade portuguesas e nós próprios temos palavras japonesas na nossa língua. Mas não se esqueça que Portugal é também uma nação amiga da China e de Inglaterra, países com os quais temos igualmente uma velha relação histórica. Nenhum amigo nos pode pedir que atuemos contra outro amigo, em particular quando os nossos amigos estão em conflito entre si.”

“Nós também somos amigos da China. Se entrámos neste país foi para o libertar dos capitalistas estrangeiros e da escumalha que o anda a destruir. Se não formos nós, quem travará os capitalistas e os comunistas, que só defendem os interesses nacionalistas da Rússia? Chiang Kai-shek?” Abanou a cabeça. “Oya, nem pensar! Esse nem conseguiu travar a criação de soviets na China, o incapaz. É o Japão que está a salvar a China!”

“Pois, não discuto”, limitou-se Artur a dizer. “O importante é que entenda que somos um país neutral nesta guerra. Não podemos ajudar uns contra os outros, se é que me faço entender.”

“Entendo perfeitamente”, assentiu o japonês. “Mas sei que a Austrália também se candidatou a essa concessão petrolífera em Timor. Não a vão entregar à Austrália em detrimento do Japão, pois não?”

Tratava-se de uma excelente pergunta, percebeu o governador.

“Quer dizer... uh...”, atrapalhou-se, sem saber como responder. “Enfim, trata-se, como lhe disse, de uma decisão que terá de ser tomada em Lisboa. Não posso responder pelo meu governo, como é evidente. Terei de comunicar o que o senhor coronel me disse agora e solicitar instruções e... e...”

“Então contacte o seu governo”, sugeriu o chefe do Kempeitai. “E, se fosse a si, sublinhava junto do seu presidente do Conselho a importância de nos fazer prova da tão propalada amizade de Portugal para com o Japão. Caso contrário veremos que tudo não passa de palavras bonitas mas ocas e tiraremos as devidas conclusões.” Fez um gesto largo a indicar a baía da Praia Grande. “Se isso acontecer, toda esta cidade em breve será nossa.”

Os dentes de Artur rangeram ao escutar estas palavras.

“Isso é uma ameaça?”

O coronel Sawa deu meia volta e recomeçou a caminhar em passo firme em direção à vivenda, dando aquela conversa por terminada. A meio do percurso parou e olhou para trás.

“É um conselho de bom amigo.”

Com as cortinas corridas, a sombra abateu-se sobre o salão. Artur e o capitão Tavares acomodaram-se entre os militares japoneses e aguardaram o início do espetáculo prometido pelo coronel Sawa. Dois músicos chineses entraram descalços na sala com os seus instrumentos e acocoraram-se sobre uma esteira de bambu que estenderam no chão. Fez-se um silêncio absoluto.

Uma rapariga deslizou para o centro em passos muito curtos, como se

tivesse as pernas presas pela saia apertada; vinha envolvida num complicado vestido de seda escarlata e com a cara tapada por um leque. Os japoneses aplaudiram. Logo que a ovação morreu, soaram os primeiros acordes dos instrumentos.

A rapariga abriu o leque e começou a cantar.

*“Nà nán feng chui lái qingliáng
Nà yèying ti sheng qichuàng
Yuè xià de hua er dòu rúmèng
Zhiyou nà yèlái xiàng
Tuluzhe fēnfāng*

*Wo ài zhe yèsè mángmáng
Ye àizhe yèying gechàng
Gèng ài nà hua yìbān de mèng
Yongbàozhe yèlái xiàng
Wēnche yèlái xiàng”*

A rapariga era bela e tinha uma voz doce e encantadora, mas o que mais chamou a atenção de Artur foram os olhos. Havia algo de pouco comum naqueles olhos; sob os efeitos da maquilhagem dir-se-ia mesmo serem azuis, hipótese evidentemente absurda. Sentiu-se enfeitiçado pela cantora, mas de repente apercebeu-se de que o coronel Sawa o observava e forçou um bocejo para ocultar o interesse.

“O que canta ela?”, perguntou num sussurro, inclinando-se para o lado. “É uma canção de amor?”

“A canção chama-se *Yèlái Xiàng*, ou *Fragrância da Noite*”, retorquiu o chefe do Kempeitai. “Fala de rouxinóis que cantam e de flores cujo perfume é revelado pela noite, como no caso das onagras, que só se abrem depois do crepúsculo. Um belo poema japonês.”

Esforçando-se por se abstrair da rapariga, Artur concentrou-se nas palavras que ela entoava com infinita ternura.

“Mas ela não está a cantar em japonês...”

“É mandarim”, esclareceu o coronel Sawa. “Esta canção é muito

popular na China, não sabia? É cantada por Li Xianglan.” Soltou uma gargalhada baixa. “Os tolos dos chineses pensam que Li Xianglan é chinesa, mas na verdade é japonesa.” Arqueou os olhos, muito satisfeito com a revelação. “Sabe qual o verdadeiro nome dela? Yamaguchi. Nasceu no Manchukoku, filha de pais japoneses. É a nossa arma secreta para penetrar no coração dos chineses. Grande golpada, hem?”

Depois de *Yèlái Xiang*, a rapariga cantou mais duas canções. A terceira era mais animada e requeria movimentos de dança com maior amplitude. Com a apertada saia de seda escarlate, no entanto, a cantora tinha dificuldade em corresponder às exigências do ritmo da canção e, num passo mais complicado, tropeçou e estatelou-se no chão. Os militares do Kempeitai desataram a rir-se, divertidos com o acidente, mas Artur saltou do seu lugar e, preocupado, precipitou-se sobre ela.

“*Are you alright?*”, perguntou-lhe. “Está bem?”

A cantora virou para ele a cara embaraçada e o governador apercebeu-se, atónito, de que não era a maquilhagem que lhe dava cor aos olhos. A rapariga, apesar de asiática, tinha de facto os olhos azuis. Trancaram por um momento o olhar um no outro, mas foi só um breve instante porque tinham a sala inteira a observá-los. Artur ajudou-a a levantar-se e depressa regressou ao seu lugar, procurando disfarçar a perturbação que ela lhe causara. O facto é que aqueles olhos lhe puseram o coração aos saltos.

Os instrumentos voltaram entretanto a tocar e a rapariga começou a trautear uma nova canção.

*“Méigui méigui zui jiao mei,
Méigui méigui zui yànli zhang
Xià kai zài tóu shàng”*

A meio da melodia, e esforçando-se ainda por esconder o efeito que a cantora produzira nele, Artur inclinou-se para o coronel Sawa.

“Não sabia que havia japonesas de olhos azuis...”

O anfitrião fez um ar admirado.

“A cantora é chinesa, senhor governador.”

“Mas... não me tinha dito que ela era uma japonesa do Manchukoku?”

A admiração transformou-se numa gargalhada.

“Isso é Li Xianglan!”, disse. “Li Xianglan é uma grande estrela na China.” Fez um gesto para a rapariga dos olhos azuis que cantava no meio da sala. “Esta não é Li Xianglan. É Hua, a minha concubina chinesa. Uma não tem nada a ver com a outra.”

“Ah, entendi.”

Uma sombra abateu-se sobre Artur. A rapariga que cantava para eles não era uma simples cantora contratada pelos japoneses para a ocasião, mas alguém que lhe estava absolutamente vedado. Bem que Lobo o tinha avisado para as concubinas do chefe do Kempeitai. Como era possível que uma flor assim estivesse submetida a um bruto como o homem sentado ao lado dele? Assistiu ao resto do espetáculo com um inesperado peso na alma. Só tinha vontade de que tudo terminasse depressa para se despedir e ir-se embora.

Ao fim de alguns minutos, a concubina terminou a canção e fez uma prolongada vénia; havia concluído a sua atuação. Artur aplaudiu com entusiasmo moderado mas o desconsolo que lhe toldava o espírito evaporou-se e um raio de Sol encheu-lhe o coração quando, no momento em que se afastou, a chinesa dos olhos azuis lhe lançou uma miradela intensa, breve mas suficientemente deliberada para lhe fazer perceber que ele também não lhe fora indiferente. Afinal a onagra abriu-se antes do crepúsculo e descobria que o seu perfume era para ele e só para ele.

X

A hora do despacho era talvez o momento mais aborrecido do dia de Artur na atividade governativa, mas o governador tinha plena consciência de quão importante era o documento legislativo que Lobo lhe entregara nessa tarde para assinar. Leu o texto duas vezes, de modo a certificar-se de que nada lhe escapara, e quando acabou levantou os olhos e encarou o seu diretor dos Serviços de Economia e Finanças.

“Isto vai custar-nos uma pipa de massa...”

O subordinado assentiu.

“O diretor do BNU já me garantiu que irá financiar a operação”, disse. “E asseguro-lhe, senhor governador, que daqui a uns tempos faremos uma peregrinação a Fátima para agradecer à Virgem termos atuado tão atempadamente. O investimento que vamos agora levar a cabo vai mais do que compensar num futuro infelizmente não muito longínquo.”

A atenção de Artur regressou ao texto jurídico que se preparava para assinar, como se soubesse que tinha de o fazer mas precisasse de novos argumentos para ganhar coragem.

“E se os japoneses recuarem? Estaremos a gastar uma verdadeira fortuna para nada, já viu?”

Lobo abanou a cabeça.

“Não vão recuar”, disse com segurança. “Conheço bem a mentalidade asiática. Quando se encosta um japonês à parede e não se lhe dá uma escapatória honrosa que lhe salve a face, ele enfrenta o adversário. Os

japoneses preferem a morte à desonra e desonra é o que os espera se recuarem agora.”

“Portanto, o senhor está seguro de que vão mesmo para a guerra...”

“Não tenha dúvidas, senhor governador. Perante o seu código de honra, inspirado na ética do buxido, o caminho do guerreiro, o embargo americano não lhes deixa alternativas. Terão de lutar.”

Ao governador a postura dos japoneses parecia incrível, pois ninguém de bom senso pensaria em desafiar a América e sobreviver, mas as palavras do diretor dos Serviços de Economia e Finanças batiam certo com o que percebera da conversa com o coronel Sawa no dia da festa de inauguração da sua casa em Macau. Não fora o chefe do Kempeitai que lhe dera a entender que o próximo passo do Japão não seria ceder aos americanos, mas continuar em frente e invadir as Índias Orientais Holandesas para ter acesso ao petróleo que para lá havia? Um ato desses inevitavelmente arrastaria os americanos para a guerra, embora pelos vistos nada disso parecesse travar os japoneses. Havia que reconhecer que, sendo um país tão pequeno, o Japão tinha muita coragem para desafiar um colosso como a América. Ou talvez a palavra correta não fosse *coragem*, mas *inconsciência*. Ou *loucura*. De que hipóteses dispunha o minúsculo Japão, por mais afinada que fosse a sua máquina de guerra, perante a gigantesca e poderosa América?

“Em quanto tempo se monta esta operação?”

“Em menos de um mês, senhor governador. Logo que o despacho seja publicado no *Boletim Oficial*, o BNU disponibilizará o dinheiro e entrarei em contacto com a Royal Dutch Shell para comprar o petróleo. O combustível será todo armazenado nos tanques da Pan Am perto do reservatório. Não é de mais sublinhar a importância estratégica de possuir uma reserva destas nas atuais circunstâncias internacionais. Lá diz o ditado, mais vale prevenir que remediar.”

“Muito bem”, concluiu Artur com um suspiro resignado, pegando na caneta. “Vamos lá despachar isto.”

“Avance à confiança, senhor governador.”

O chefe do governo colonial retirou a tampa da caneta e, colando a

ponta de aparo ao papel, garatujou com um movimento nervoso a sua assinatura na parte de baixo do documento. *Artur Teixeira*. A seguir guardou a caneta no bolso interior da balalaica e soprou sobre o rabisco, tentando apressar a secagem da tinta; o clima húmido de Macau mantinha a tinta molhada durante demasiado tempo e não havia nada como o método tradicional para acelerar o processo. Quando a tinta enfim enxugou, pegou no despacho e estendeu-o ao subordinado.

“Aqui está.”

Lobo pegou no documento e guardou-o numa pasta. Ao preparem-se para se levantar, soaram dois toques na porta do gabinete e o governador mandou entrar. A porta abriu-se e o ajudante de campo invadiu o gabinete com um pequeno papel nas mãos.

“É um telegrama urgente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, senhor governador”, anunciou o capitão Tavares, estendendo-lhe a comunicação que acabava de chegar de Lisboa. “Já foi decifrado e tomei a liberdade de o trazer de imediato porque me pareceu que vossa excelência deveria tomar conhecimento do seu conteúdo o quanto antes.”

As palavras do ajudante de campo, um homem habitualmente comedido, deixaram Artur preocupado. Pegou no texto datilografado pelo oficial de cifras e leu-o de pronto.

“Meu Deus!”

Dessa vez foi Lobo que ficou alarmado.

“Aconteceu alguma coisa, senhor governador?”

Artur releu o telegrama duas vezes, tentando perceber se havia *nuances* no seu conteúdo, mas por mais que o dissecasse a mensagem que ele continha não se alterava. Deixou cair o papel sobre a secretária e, ainda abalado, encarou o diretor dos Serviços de Economia e Finanças.

“Lisboa entregou a concessão de Timor à Austrália.”

Um burburinho tranquilo, pontuado pelo som das pancadas dos tacos nas bolas de bilhar e por uma ou outra gargalhada, percorria o Grémio

Militar, o clube onde habitualmente se juntavam os militares destacados para Macau e respetivas famílias. Logo que entrou nas instalações do clube, Lobo ficou na dúvida sobre se deveria ir almoçar ou se seria melhor tomar primeiro um aperitivo. Acabou por optar pelo aperitivo e dirigiu-se ao bar.

“Um *whisky*, se faz favor”, pediu logo que se sentou ao balcão. “Com gelo e soda.”

Respirou fundo, por causa do calor mas também a tentar descomprimir. A verdade é que não se sentia particularmente à vontade ali, pois havia uma lei não escrita segundo a qual o Grémio Militar era coutada exclusiva dos portugueses da Metrópole, e em particular dos militares. O lugar dos macaenses era antes o Clube de Macau, este ainda mais seletivo e refinado pois os da Europa apenas tomavam banho uma vez por semana e os macaenses não queriam “gente de unhas sujas” no seu clube. Respirava-se segregacionismo nos clubes. Porém, visto ser um governante, como agora era, essas convenções deixavam de se lhe aplicar, ou pelo menos era nisso que queria acreditar.

Olhou em redor e observou um punhado de oficiais portugueses da Metrópole à volta do bilhar, todos com cigarros e tacos nas mãos. Uma nuvem acinzentada cobria a mesa, e dois lançaram-lhe olhares inquisitivos, vagamente de repreensão, como se questionassem o que estaria um macaense ali a fazer. Ignorou-os e olhou para a sala de restaurante, do outro lado, onde algumas famílias almoçavam e as mulheres dos que estavam no bilhar tomavam chá e jogavam à canasta. Três crianças brincavam no chão com soldadinhos de chumbo e um grupo de raparigas adolescentes languescia na varanda a sonhar com namoricos. Dir-se-ia que nada de especial se passava na colónia e que a vida seguia o seu curso normal.

Logo que o *whisky* com gelo e soda foi servido pelo empregado, um rapaz que devia ser soldado e fora destacado para aquele serviço no Grémio Militar, Lobo sorveu um primeiro gole. Pareceu-lhe um bálsamo. O dia estava muito quente, embora não mais do que o habitual; eram comuns em Macau as jornadas de ar abafado, húmido e

opressivo. Quando meteu o copo à boca para um segundo trago sentiu movimento atrás de si e virou a cabeça; tratava-se do capitão Tavares, que também saíra do palácio para almoçar, que se abeirava dele com um copo de *whisky* na mão.

“Então, doutor?”, interpelou-o o ajudante de campo do governador. “Há novidades?”

“Nada de especial.”

O oficial acomodou-se ao balcão sobre o banco ao lado do diretor dos Serviços de Economia e Finanças.

“O senhor não acha este silêncio estranho?”

“Não lhe chamaria estranho, mas inquietante”, indicou Lobo. “Estou muito preocupado com tudo isto. Soa como a bonança antes da tempestade.”

O capitão Tavares bebericou o seu *whisky*.

“Talvez estejamos a exagerar”, considerou, esforçando-se por acalmar os seus receios. “No fim de contas os japoneses sabiam que a concessão petrolífera também estava a ser disputada pelos australianos. Estando a Austrália mesmo ao lado de Timor, é natural que tivesse melhores hipóteses de a ganhar, não é verdade? Com certeza os japoneses entendem isso...”

“Não se iluda, meu caro capitão”, atalhou o governante. “Eles não vão perdoar-nos esta desfeita. Neste momento estão calados a estudar a resposta que nos vão dar. Quando ela vier, garanto-lhe que não será agradável.”

“Se o Japão entrar em guerra com os Estados Unidos, o senhor acha que os japoneses nos podem atacar?”

A pergunta fez Lobo olhar em redor, preocupado em assegurar-se de que ninguém os ouvia; apenas o rapaz do bar, aparentemente ocupado a limpar copos no lavatório do bar, se encontrava nas proximidades.

“Fale mais baixo”, soprou num sussurro tenso e ríspido. “O senhor capitão não quer espalhar o alarme, pois não?”

“Ah! Desculpe!”

O governante engoliu de uma só vez o resto do *whisky* que tinha no

copo.

“Claro que nos podem atacar”, confirmou em voz baixa. “De certeza que vão invadir as Índias Orientais Holandesas e tomar conta da Concessão Internacional em Xangai. É justamente por isso que tantos portugueses de Xangai estão agora a vir para Macau. Depois vão avançar contra as colónias inglesas. Singapura e Hong Kong estão a preparar-se para o pior. Se atacarem Hong Kong, o que os impede de atacarem também Macau? Não passamos de um grão de pó no grande mapa da Ásia.”

O capitão Tavares mordeu o lábio inferior.

“Pois...” Também ele bebeu de uma assentada o *whisky* que lhe restava no copo. “Esta história de lhes termos negado a concessão petrolífera em Timor deixou-nos numa situação delicada.”

“E de que maneira!”

O ajudante de campo mirou o copo vazio que tinha na mão, como se ponderasse pedir mais.

“O que acha o doutor que podemos fazer?”

“Do ponto de vista militar, e como o senhor capitão sabe melhor do que eu, pouca coisa”, devolveu Lobo com indiferença, quase como se o assunto nem merecesse ser discutido. “Mas tomei precauções do lado logístico. O combustível que comprámos à Royal Dutch Shell já chegou e estou de olho nos contratos para o petróleo de Timor. Além disso, assinei esta manhã um despacho para adquirirmos grandes quantidades de alimentos, uma vez que decidi encher os armazéns do estado com víveres, sobretudo arroz. E estou a finalizar um plano de racionamento para ativar em caso de necessidade. Como sabe, ainda hoje entraram na colónia quase dez mil refugiados chineses. De que maneira vamos alimentar esta gente toda?”

“O senhor doutor pensa que...”

A pergunta do oficial foi interrompida pela entrada abrupta no Grémio Militar de um soldado que reconheceu como estafeta do Palácio da Praia Grande. O homem vinha ofegante e dirigiu-se diretamente a eles; estacou diante do bar e fez continência ao superior hierárquico.

“Meu capitão, dá licença?”

“Diga.”

“O meu capitão tem ordens para se apresentar imediatamente no palácio”, anunciou. Virou-se para o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “E o senhor doutor também. Está a ser organizada uma expedição de urgência à ilha da Lapa.”

“À Lapa? O que se passa?”

O soldado arfava e o seu peito ribombava; até falar parecia difícil. Fez uma pausa para recuperar o fôlego e, após respirar fundo e engolir em seco, deu a notícia.

“Os japoneses atacaram-nos.”

XI

A lancha *Comandante Talone* encostou-se à estrutura de madeira que formava o cais de Wan Chai, a principal povoação da Lapa, e um marinheiro português saltou para o pontão e estendeu o braço para ajudar Lobo a apear-se. Atrás do governante vieram o capitão Tavares e o pelotão que fora colocado à sua disposição para acudir à guarnição da ilha.

“Continuo a achar que o senhor doutor não devia ter vindo”, grazinou o ajudante de campo do governador enquanto percorriam o pontão. “Esta operação é militar e não faz sentido que integre civis.”

Como em resposta, Lobo deitou a mão à cintura e extraiu o seu revólver. Abriu o tambor da arma e verificou as munições.

“Disparate!”, retorquiu. “Não se esqueça de que trabalhei vários anos na Judiciária. Estive envolvido em muitas escaramuças com a mafia chinesa dos casinos e sei disparar uma arma.”

“Com o devido respeito, não estamos aqui a lidar com as tríades, mas com o Exército Imperial japonês. É outro campeonato.”

“O campeonato pode ser diferente, mas o jogo é o mesmo”, argumentou Lobo. “Além do mais, o senhor governador concordou que a minha presença na ilha poderia ser decisiva. Este problema não se resolve a tiro, mas com diplomacia. É justamente por isso que aqui estou, não se esqueça.”

O oficial resmungou algo incompreensível, mas decidiu não entrar novamente em debate. Já exprimira a sua opinião na reunião de

emergência que haviam tido ao princípio da tarde no palácio e não valia a pena regressarem ao assunto. Bem ou mal, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças viera com eles e só lhe restava aceitar essa realidade.

Virou-se para trás e encarou os seus homens.

“Pessoal, verifiquem as armas”, ordenou. “Que ninguém abra fogo sem a minha ordem, entenderam?”

“Sim, meu capitão.”

Uma cacofonia de cliques e clagues metálicos encheu o ar enquanto os soldados verificavam as munições das *Mauser Vergueiro*, mas todos tiveram o cuidado de manter as espingardas travadas de modo a evitar acidentes. Os elementos do pelotão sentiam-se nervosos e ao mesmo tempo excitados; queriam ação mas simultaneamente temiam-na. O próprio Lobo, que nos seus tempos na Judiciária ganhara ampla experiência em tiroteios, sobretudo na zona do Porto Interior, constatou que as mãos lhe tremiam e as pernas pareciam esparguete cozido. O capitão tinha razão, como bem sabia; enfrentar o Exército Imperial não tinha comparação com uma escaramuça com *gangsters* chineses. Para se confortar, no entanto, pensou que a arma mais importante ao seu dispor não era o revólver que levava na mão, mas os conhecimentos que trazia na cabeça. Só ele poderia manobrar a situação para evitar o pior, e para isso seriam fundamentais as suas capacidades de análise e persuasão.

As ruas de Wan Chai estavam desertas, o que surpreendeu os recém-chegados. O capitão lançou um olhar inquisitivo na direção do elemento da guarnição portuguesa que os fora acolher à ponte-cais da Lapa.

“Onde está a população?”

“Fugiu para a zona da nossa guarnição, meu capitão. Os chineses têm muito medo dos japoneses e refugiaram-se junto dos nossos homens. Isto está muito feio.”

O capitão Tavares resmungou em voz baixa. Como poderia um punhado de soldados portugueses, uns da Metrópole, outros de Macau

e outros de Moçambique, proteger a população chinesa dos japoneses? Tudo aquilo lhe parecia irrealista. Contudo, não havia dúvidas de que alguma coisa teria de ser feita, ou pelo menos tentada.

“Leve-me à guarnição.”

O guia fez um gesto.

“Sigam-me.”

O grupo largou as ruas abandonadas de Wan Chai e seguiu pela estrada que escalava a encosta. O calor continuava a apertar e os soldados começaram a consumir a água que traziam nos cantis. A estrada formou uma curva e pararam para descansar cinco minutos. Lobo aproveitou para contemplar a cidade de Macau do outro lado do braço de água; via-se dali com grande pormenor a Ilha Verde, o Porto Interior e a Penha, embora de outra perspetiva.

Quando o capitão Tavares deu ordem, retomaram o caminho e chegaram a um posto militar com a bandeira hasteada no topo de um poste.

Ao aperceber-se da aproximação do pelotão de reforço, o soldado de sentinela chamou o alferes que comandava o posto e ambos fizeram continência ao superior hierárquico, que se abeirou deles.

“Então?”, quis saber o capitão, lançando olhares desconfiados em redor. “O que se passa?”

“Os homens do Wong Kong Kit tomaram a aldeia de Pak San, meu capitão. Exigem que nos retiremos imediatamente da Lapa.”

O oficial esboçou uma expressão de estranheza.

“O Wong Kong Kit?”, admirou-se. “Pensei que tinham sido os japoneses que haviam desembarcado.”

“Os japoneses estão a coordenar a operação, meu capitão”, assegurou o encarregado do posto na estrada. “Vimo-los chegar à ilha nos barcos militares que despejaram os homens do Wong Kong Kit. Depois tiraram as fardas e puseram-se à paisana para ajudar os *gangsters* a tomar Pak San. A população fugiu, como é evidente, e procurou refúgio no nosso posto número quatro, em Nam San. É lá que está toda a gente.”

O olhar do capitão Tavares desviou-se para Lobo, que seguia a

conversa com grande atenção.

“O que me diz disto, doutor?”

“Temos de ir falar com os japoneses”, retorquiu o governante, voltando-se para o alferes. “Onde é essa aldeia?”

O homem apontou para um trilho que saía da estrada e descia para o outro lado da Lapa.

“Se forem por aqui, chegam lá em meia hora, não há que enganar. Mas é preciso ter cuidado, eles instalaram um posto adiantado.”

Ao ouvir a informação, o capitão Tavares voltou-se para o homem que se encontrava ao seu lado.

“Põe um lenço branco na tua *Mauser*”, ordenou. “Vamos descer.”

O Sol descaía já para o horizonte, arrancando do céu as primeiras pinceladas de amarelos e laranjas, tão vigorosas e vivas que se diriam ainda frescas numa tela. Lobo calculou que dentro de hora e meia seria noite; havia que estugar o passo. O que valia era que o trilho os levava a descer pela encosta, pelo que o grupo se movimentou mais depressa do que o alferes previra.

Depois de franquearem um arbusto, os homens do pelotão estacaram e o que ia à frente sussurrou para trás.

“Estão ali!”

Lobo estudou o sítio indicado; tratava-se de um posto de observação, presumivelmente erguido pelo bando de Wong Kong Kit. A posição dos esbirros dos japoneses era ocupada por três homens e defendida por uma metralhadora pesada assente num tripé. Parecia evidente que o armamento era japonês, pois simples bandidos chineses não tinham acesso a esse tipo de armas.

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças agarrou na *Mauser* com o lenço branco e içou-a bem alto, de modo a garantir que os homens do posto a viam.

“*Pang iao!*”, chamou em cantonense. “Amigos! Queremos parlamentar. Chamem o vosso chefe.”

Os homens que manejavam o posto trocaram umas palavras entre eles

e, parecendo de acordo, fizeram sinal a Lobo de que se aproximasse. Antes de avançar, o governante virou-se para o capitão Tavares.

“Protejam os flancos. Já volto.”

“Nós vamos consigo, doutor”, disse o oficial. “Não me parece nada aconselhável que...”

“Fiquem aqui”, insistiu Lobo num tom perentório. “Dê-me apenas um homem para me ajudar numa qualquer eventualidade.” Encolheu os ombros e esboçou um sorriso resignado. “Não é que me valha muito se as coisas correrem mal, não é verdade? Mas... enfim.”

Um soldado foi destacado para escoltar o diretor dos Serviços de Economia e Finanças e ambos avançaram em direção ao posto de Wong Kong Kit, a *Mauser* com o lenço branco bem erguida no ar para que a vissem. Quando chegaram junto do posto, os três *gangsters* desarmaram-nos.

“*Chu mea?*”, perguntou um deles em cantonense. “O que querem?”

“Sou Jorge Lobo, do governo de Macau. Chamem o vosso chefe, se faz favor. Precisamos de conversar.”

O homem que o desarmou era sem dúvida chinês, até porque o cantonense que falava não podia ser confundido com outra língua. Os outros dois, todavia, permaneceram calados e só quando se afastaram uns passos é que se lhes ouviu a voz.

“*Wong o yonde akiyamakure!*”

“*Hai.*”

Falaram em voz baixa, quase num sussurro, mas Lobo escutou-os e percebeu. O alferes tinha razão; eram de facto japoneses. Ficou a ver o homem que recebera a ordem afastar-se a correr em direção à aldeia de Pak San. As primeiras casas vislumbravam-se para lá de um renque de árvores. Percebendo que não lhe restava senão aguardar, o governante português sentou-se sobre um tronco de árvore pousado no chão e descansou.

A luz minguava já e o crepúsculo dava gradualmente lugar à noite quando escutaram vozes e o ruído de corpos a restolhar nos arbustos.

Puseram-se de pé num salto e viram vultos aparecerem no caminho que conduzia ao posto. Os recém-chegados detiveram-se na clareira e o que parecia chefiar o grupo, um homem baixo de cara abolachada com uma cicatriz no queixo, foi ter com Lobo e interpelou-o.

“O que desejam?”

Apesar da penumbra, o português reconheceu o recém-chegado; era Wong Kong Kit.

“Queremos saber o que se está a passar”, respondeu. “Quem vos deu autorização para desembarcarem nesta ilha? Não sabem que, por acordo com as autoridades japonesas, a Lapa está sob jurisdição portuguesa? Façam o favor de sair daqui.”

A ordem não pareceu impressionar Wong, que fungou e lançou um escarro para o chão.

“Agora quem manda aqui sou eu”, disse. “Vocês têm até à meia-noite para abandonarem a ilha.”

“Como se atreve a dar-nos ordens? Quem julga você que é?”

“Sou o novo dono de Wan Zai.”

Wan Zai, sabia Lobo, era o nome chinês da ilha da Lapa.

“Perdão?”

O recém-chegado voltou-se para trás e fez um sinal aos homens que o acompanhavam. Um deles içou nesse instante uma bandeira do Sol nascente, arrancando um sorriso confiante ao *gangster* chinês que parecia chefiar o grupo. Wong voltou-se de novo para o seu interlocutor e apontou-lhe o dedo.

“Até à meia-noite quero todos os portugueses fora de Wan Zai, entendeu? E também terão de sair de Da Hengqin e de Chiao Hengqin.” Eram as ilhas da Montanha e de D. João. “Que não fique ninguém.”

A bandeira japonesa permanecia bem visível entre o grupo que desembarcara na Lapa. Metade dos ocupantes tinha a pele tisonada pelo sol, evidentemente piratas chineses de Wong Kong Kit, mas outros eram pálidos e Lobo não tinha dúvidas de que se tratava de soldados japoneses à paisana ali enviados para coordenar a ação dos *gangsters*.

“O que acontecerá se não sairmos?”

O chinês voltou a lançar um escarro para o chão, desta feita tão perto dos pés de Lobo que uma parte do cuspo lhe salpicou as botas. Satisfeito com a forma como consumara o insulto, e confiante de que a força estava do seu lado, Wong Kong Kit virou as costas e começou a afastar-se.

“Irão arrepender-se.”

XII

Foi talvez a ralação que despertou Lobo. Abriu os olhos e voltou-se para a janela. Estava escuro e quando viu o manto estrelado percebeu que ainda era noite. Espreitou o relógio e constatou que os ponteiros indicavam cinco horas. Em breve nasceria o dia e teria de se levantar, mas não para já. Virou-se para o outro lado e apesar do calor tapou a cabeça com o lençol de modo a proteger-se dos mosquitos e tentou adormecer. No entanto, as palavras ameaçadoras de Wong Kong Kit continuavam a ecoar-lhe nos ouvidos.

Irão arrepender-se.

O que queria o homem dizer com aquilo? Os piratas chineses, apoiados pelos japoneses, tinham dado aos portugueses até à meia-noite para abandonarem a Lapa, prazo que havia expirado cinco horas antes. Depois de consultarem o governador via rádio, ficara decidido que a guarnição permaneceria na ilha, uma vez que estava fora de questão Portugal obedecer a ordens de piratas. Se os japoneses queriam mesmo que os portugueses abandonassem as ilhas da Lapa, de D. João e da Montanha, teriam de deixar de se esconder atrás dos seus homens de mão chineses e conversar diretamente com as autoridades de Macau. Caso contrário, nada feito.

“Alerta!”, berrou de repente uma voz, rompendo a quietude da noite.
“Às armas!”

Os gritos vinham do exterior da casa de adobe do posto número quatro, onde Lobo pernoitava. Quando ouviu a perturbação lá fora,

saltou da cama e foi à janela ver o que se passava. As achas quase extintas da fogueira ateadas na véspera emitiam um hálito avermelhado, suave mas suficientemente forte para deixar adivinhar as formas em redor. Acenderam-se focos de luz no interior das casas, evidentemente lanternas ligadas pelos elementos da guarnição portuguesa, e o governante apercebeu-se de dois vultos que se aproximavam.

“Que se passa?”

Após uma hesitação, os vultos dirigiram-se a ele e em alguns instantes reconheceu o alferes e o guarda com quem ele e o pelotão de reforço se haviam cruzado já perto do final da tarde e que lhes tinham indicado o caminho para a aldeia de Pak San.

“O posto na estrada foi atacado”, anunciou o alferes numa voz tensa. “Eles vêm aí!”

“Eles quem?”

“Os japoneses, quem havia de ser? Temos de nos defender!”

Lobo fez da janela um gesto para o tranquilizar; era fundamental que ele explicasse o que se passara, para que se pudessem tomar decisões.

“Calma, homem. Conte lá o que aconteceu.”

O alferes abeirou-se da janela; tinha um olho pisado e cortes ensanguentados na testa. Além disso vinha a transpirar e a arfar; parecia claro que corraera sem parar desde que saíra do posto da estrada.

“Foi há uma hora”, disse atabalhoadamente, fazendo uma pausa para recuperar o fôlego. “Apareceram no posto aí uns quinze chineses, ou talvez fossem japoneses disfarçados, não sei. Entraram pelo posto e atacaram-nos com paus e facas. Eu e o guarda Alberto defendemo-nos a murro e pontapé e, logo que pudemos, sacámos das pistolas e abrimos fogo. Vieram dois deles a baixo. Depois fugimos e corremos para aqui.” Virou-se para trás, como se estivesse encurralado. “Acho que... acho que eles vêm para aqui!”

O capitão Tavares apareceu nesse instante de pistola na mão e ainda a vestir a camisa.

“O que é? O que se passa?”

“Ponha os seus homens em estado de prontidão!”, ordenou Lobo.

“Os tipos vêm aí e temos de nos defender. Os homens do posto da estrada abateram dois e os japoneses com certeza vêm com ganas de se vingar.”

O posto número quatro parecia em polvorosa. Soou o toque de alerta e em poucos minutos a guarnição ocupava já as posições previamente marcadas, as *Mausers Vergueiro* apontadas para o escuro. A população chinesa que ali se abrigara, ao perceber o que se passava, pegou nas trouxas e fundiu-se com a noite para não mais ser vista.

Quando verificou que os homens se encontravam já a postos, o capitão Tavares foi com dois soldados ao depósito e os três retiraram uma velha metralhadora *Vickers* da Grande Guerra, que montaram apressadamente num ninho protegido por sacos de terra. Ao cabo de dez minutos já estava tudo pronto para a defesa de Nam Sam.

Faltava os japoneses chegarem.

O céu clareou devagar até por fim o Sol espreitar por cima do recorte sinuoso da vizinha Macau e o dia nascer com uma luz límpida. Acocorado num buraco escavado na terra com o revólver da Judiciária na mão, Lobo começou a interrogar-se quanto à sensatez de ter vindo à ilha da Lapa. Afinal talvez o capitão Tavares tivesse razão; se era para combater, o assunto deveria realmente ser deixado aos militares. A sua função era negociar com os japoneses, mas como o faria se eles não se assumiam e preferiam dissimular a mão por detrás dos piratas chineses? Tudo aquilo lhe parecia de facto um outro campeonato.

“Atenção!”, soou uma voz. “Eles vêm aí!”

Um silêncio absoluto abateu-se de imediato sobre todas as posições que defendiam o posto. Praguejando em voz baixa por não ter uma *Mauser* consigo, Lobo encostou-se aos sacos de terra e espreitou pela abertura de tiro tentando identificar a ameaça. Nada vislumbrou.

“Calma”, disse o capitão Tavares. “Ninguém abre fogo sem a minha ordem!”

Parecia evidente que os restantes elementos da guarnição já haviam avistado movimento, mas Lobo não. Arrastou-se para junto de um

soldado macaense que tinha a espingarda apontada.

“Estás a vê-los?”, sussurrou. “Onde estão eles?”

O soldado indicou um ponto à direita da estrada.

“Ali.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças virou-se nessa direção e efetivamente lobrigou um grupo de homens a aproximar-se; vinham armados com *Arisakas*, as espingardas japonesas, e ainda algumas metralhadoras portáteis. Pela indumentária pareciam piratas, decerto os capangas de Wong Kong Kit, mas Lobo não tinha dúvidas de que havia japoneses entre eles.

A voz do capitão Tavares cortou o ar.

“Fogo!”

A *Vickers* começou de imediato a ladrar furiosamente e os soldados portugueses dispararam de todas as posições com as espingardas. O próprio Lobo estendeu o braço e desferiu dois tiros com o revólver na direção do local onde momentos antes avistara os atacantes. Ao fundo o movimento cessou e a força sino-japonesa pareceu imobilizada pelos disparos nutridos dos defensores do posto número quatro.

“Cessar fogo!”, gritou o oficial que comandava a guarnição portuguesa, tentando sobrepor a voz àquele inferno de detonações. “Cessar fogo!” O tiroteio parou tão depressa como começara. “Poupem munições e só disparem quando os virem a movimentar-se, entenderam? Quero-os imobilizados nas suas posições!”

Lobo espreitou para a posição dos piratas e dos japoneses e constatou que ninguém ali se mexia. Se a ideia do oficial era travá-los, pelos vistos estava a resultar. De repente viu aparecerem homens fardados de caqui, claramente soldados do Exército Imperial japonês, e duas bandeiras do Sol nascente foram içadas. Travados pela defesa portuguesa, pelos vistos os japoneses tiravam a máscara e assumiam a sua identidade. Nesse instante soou mais uma rajada da *Vickers* e alguns disparos e os soldados japoneses esconderam-se, embora mantendo as bandeiras içadas.

“Capitão Tavares!”, chamou Lobo, preocupado com a forma como o

jogo de máscaras evoluía. “Eles estão a apresentar-se como uma força japonesa. Parece-me melhor suspender a defesa do posto!”

“Negativo, doutor”, foi a resposta do oficial. “Negativo. É muito arriscado pararmos abruptamente o combate. Eles podem ganhar ânimo e vir por aí fora até nos caírem em cima.”

“Mas assim podem acusar-nos de abrir fogo sobre uma força japonesa! Isso não pode ser!”

Fez-se um curto silêncio no posto número quatro. Um movimento súbito nas linhas portuguesas chamou a atenção de Lobo; era o capitão Tavares que corria curvado em direção a ele. Ao chegar ao local onde o governante se abrigara, o oficial atirou-se contra os sacos de areia que protegiam a posição.

“Por favor, não me questione em frente dos meus homens”, pediu em voz baixa. “E muito menos numa altura destas. Não é um bom exemplo. Se nos começamos a questionar uns aos outros, daqui a pouco ninguém obedece a ninguém e está tudo perdido.”

“Entendo perfeitamente. Mas não se esqueça de que vim nesta operação para lidar diplomaticamente com os japoneses. Uma vez que, ao içarem a bandeira do Japão, eles assumiram a sua verdadeira identidade, cabe-me a mim encarregar-me deste assunto. Caso contrário está criado um incidente com repercussões potenciais graves para Macau.”

“Se eles quiserem mesmo apresentar-se como japoneses podem levantar uma bandeira branca e vir aqui conversar connosco. A menos que façam isso, não acho desejável interromper o combate. Seria darmos parte de fracos, e isso não devemos fazer em circunstância alguma.”

“Compreendo, capitão. Mas agora não podemos ignorar que estamos a disparar contra japoneses, pois não?”

“Claro que podemos.”

“E o que lhes dizemos quando mais tarde nos questionarem por abirmos fogo contra as suas tropas?”

“Dizemos-lhes que disparámos sobre uma força de bandidos chineses

que a meio do combate resolveu enganar-nos com fardas e bandeiras japonesas”, sugeriu o capitão Tavares. “Como nos recusamos a acreditar que o Exército Imperial japonês tenha decidido entrar na Lapa sem nos consultar nem sequer informar, partimos do princípio razoável de que se trata de piratas a fazerem-se passar por quem não são. Será isso que teremos de dizer caso os japoneses mais tarde nos peçam explicações.”

Apesar do nervosismo que sentia naquele momento de grande tensão, Lobo não conseguiu reprimir uma gargalhada. Não estava mal argumentado, considerou, admirando a subtileza do raciocínio do ajudante de campo do governador. Pelos vistos o homem aprendera nos corredores do Palácio da Praia Grande algumas coisas sobre as *nuances* semânticas do diálogo diplomático.

“Bem... podemos de facto argumentar dessa maneira”, admitiu. “Desde que saíamos vivos desta situação, claro.” Voltou a verificar a posição dos atacantes. “De qualquer modo, tenho de falar com o senhor governador o mais depressa possível.”

“O rádio permanece no quarto superior”, disse o capitão Tavares, indicando com o polegar a casa onde haviam pernoitado. “Mas ontem à noite o operador foi ao posto da Ribeira Grande ajudar a reparar uma avaria no aparelho da nossa guarnição e ainda não voltou.”

“Não há mais ninguém que saiba operar o rádio?”

“Receio bem que não.”

A contrariedade era de monta. Lobo teve vontade de questionar a decisão de autorizar a saída do operador de comunicações num momento tão sensível como aquele, mas dominou-se. Em vez disso praguejou e, resignando-se ao facto consumado e à sua própria impotência, encostou-se aos sacos de areia e calou-se.

Ao final da manhã a *Vickers* voltou a disparar e os soldados portugueses mais uma vez acompanharam a metralhadora com as suas *Mausers*. Percebendo que algo estava a acontecer, Lobo espreitou de novo pela abertura de tiro na posição onde se encontrava e viu os

japoneses procurarem refúgio entre as casas de Nam San.

“Meu capitão!”, chamou um soldado. “Veja! Eles estão a movimentar peças de artilharia!”

De início foi difícil enxergar as peças identificadas pelo soldado, mas Lobo acabou por localizá-las; eram três canhões de pequeno calibre que os japoneses empurravam para uma posição vantajosa. A *Vickers* concentrou o fogo desesperado sobre os homens que empurravam as peças de artilharia, o que dificultou os esforços dos japoneses, mas ao fim de duas horas, e porque a metralhadora não podia estar sempre a disparar para não esgotar as munições, os atacantes conseguiram virar a artilharia para o posto número quatro.

De repente formaram-se vários algodões de fumo branco diante dos canhões, acompanhados logo a seguir pelas respectivas detonações. Um silvo cortou o ar em crescendo e os soldados portugueses encolheram-se nos seus buracos. Soaram três estrondos violentos no posto e Lobo sentiu pedrinhas choverem-lhe sobre a cabeça.

“Estão todos bem?”, perguntou o capitão Tavares quando a saraivada de terra e pedras terminou. “Alguém ficou ferido? Há algum camarada atingido?”

Os soldados responderam um a um, confirmando que haviam escapado ilesos e que ninguém à sua volta fora ferido. Formaram-se de imediato novas nuvenzinhas brancas diante dos canos dos canhões japoneses, ouviram-se as detonações com o devido atraso de um segundo ou dois e tudo se repetiu, embora dessa vez as granadas tivessem caído mais perto das posições defensivas portuguesas, evidentemente devido à correção do tiro.

“Ai!”, gemeu uma voz. “Aiaiai...”

“Que foi?”

“É o Samuel, meu capitão. Ficou ferido na perna.”

O enfermeiro da unidade correu para tratar o soldado. Samuel era moçambicano e o enfermeiro informou que tinha sido atingido por um estilhaço de granada mas que o caso não parecia grave. Para todos os efeitos, a segunda salva mostrou que a defesa do posto número quatro

não era sustentável diante da artilharia japonesa, até porque os artilheiros iriam decerto corrigir de novo o tiro, e o capitão Tavares tomou a decisão que se impunha.

“Abandonar as posições!”, gritou. “Todos imediatamente para a zona das alfândegas!”

A ordem foi prontamente obedecida e o posto número quatro ficou deserto em apenas dois minutos. O novo bombardeamento japonês, lançado pouco depois, não teve outro efeito que levantar nuvens de poeira em posições já abandonadas.

Os portugueses ocuparam os edifícios das alfândegas, de resto uma posição previamente estudada e preparada pelo capitão Tavares, e posicionaram-se em zonas protegidas por estruturas de betão que os canhões japoneses, devido ao seu pequeno calibre, não tinham capacidade de penetrar. Depois de reinstalada a *Vickers*, e constatando que os japoneses tentavam nesse instante sair das casas de Nam San onde se haviam abrigado e avançar para o posto entretanto já deserto, o oficial português decidiu fixá-los nas suas posições.

“Fogo à vontade!”

Os soldados portugueses concentraram fogo nutrido sobre a força sino-japonesa, abatendo alguns elementos e forçando os restantes a recuar. Logo que eles regressaram ao abrigo das casas de Nam San, o tiroteio foi interrompido. Mais do que nuncaurgia poupar munições.

A resposta veio dez minutos mais tarde, quando os canhões japoneses bombardearam os edifícios das alfândegas. Os disparos de artilharia prolongaram-se durante quase uma hora mas, como as proteções do novo posto eram mais sólidas, os portugueses mantiveram-se nas suas posições. Vendo que o bombardeamento não produzia os efeitos desejados, os japoneses acabaram por suspender o tiro.

“Acho que já entenderam que não nos tiram daqui”, constatou Lobo, ainda a tremer devido aos efeitos aterrorizadores das explosões e da excitação que ao mesmo tempo o invadira. “Só com artilharia pesada.”

“Ou a aviação”, alvitrou um soldado.

A perspectiva de os japoneses chamarem os *Zero* para descarregar bombas sobre as alfândegas da Lapa não os deixou animados. Se os aviões entrassem em ação dificilmente resistiriam, e nem sequer dispunham de antiaéreas que lhes permitissem montar um simulacro de defesa. Tudo aquilo parecia uma loucura e Lobo receava que estivessem a ir longe de mais. Combater os japoneses não era uma boa ideia.

“Doutor Lobo!”, chamou o capitão Tavares. “O operador de rádio já chegou do posto da Ribeira Grande.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças abandonou a sua posição e foi ter com o recém-chegado, que reconheceu. Tratava-se do Sales, um rapaz que pertencia a uma velha família de Macau e trabalhara na Melco antes de ser recrutado para o serviço militar obrigatório.

“Liga-me para o Palácio da Praia Grande”, ordenou. “Preciso de comunicar urgentemente com o senhor governador.”

Sales apontou para o posto número quatro.

“O rádio está lá em cima, doutor.”

Mais uma contrariedade, pensou Lobo, agastado, antes de se virar para o capitão Tavares com a expressão de quem pedia uma solução para o caso. O responsável pelo contingente, percebendo a importância de se contactar o governador, olhou em volta e apontou para o operador de rádio e para outros três homens, um dos quais o alferes que fugira do posto da estrada após o primeiro ataque dos piratas e dos japoneses.

“Aproveitem a pausa nos combates para irem lá a cima buscar o rádio e o resto das munições e as caixas de primeiros socorros que ficaram no depósito. Nós fazemos a cobertura.”

Depois de municiarem as *Mausers*, os soldados partiram e Lobo foi com eles; se não fosse possível trazer o rádio, pelo menos falaria com o governador a partir do posto abandonado.

Meteram por um trilho que lhes pareceu seguro, uma vez que ficava fora da linha de vista das casas ocupadas pelos japoneses em Nam San,

e depressa chegaram ao posto. O local parecia deserto, mas todo o cuidado era pouco. Progrediram devagar e cheios de cautelas, correndo de árvore em árvore e vigiando todo o espaço com os dedos nos gatilhos. Os soldados entraram por fim nas casas de adobe e revistaram-nas, assegurando-se de que não haviam sido tomadas pelos atacantes.

“Perímetro seguro”, decretou o alferes após passar a última casa a pente fino. “Depressa!”

O operador de rádio e Lobo convergiram apressadamente para o quarto superior da casa principal, onde o posto de rádio fora montado, enquanto os outros três homens se dirigiram ao depósito de munições. O governante temia que o aparelho se revelasse demasiado grande para ser transportado por apenas dois homens, mas ao chegar ao quarto superior constatou que a peça, apesar de pesada, podia de facto ser carregada por ambos.

“Em quanto tempo consegue desmontar isto?”

As mãos de Sales afadigavam-se já sobre o rádio, desligando fios e separando as secções.

“Três minutos.”

Foram na verdade oito, porque a antena era delicada e acabaram por ser necessárias cautelas adicionais para a retirar, mas o aparelho foi mesmo desmontado e os dois transportaram-no para baixo sem pronunciarem mais nenhuma palavra. Encontraram-se à porta com os outros três soldados, que os aguardavam já com caixas de munições e de primeiros socorros entre os braços, e sem perder tempo fizeram-se ao trilha. Com tanta carga o regresso aos edifícios das alfândegas adivinhava-se difícil, mas pelo menos era a descer.

O operador de comunicações e Lobo treparam para o topo do edifício da alfândega ainda com as diversas partes do aparelho nos braços. Escolheram uma janela voltada para Macau e fora da linha de vista da posição japonesa e instalaram-se ali. Sales pôs-se a montar o rádio, juntando as peças e assentando a antena sob a janela. Ao fim de quinze

minutos voltou-se para o governante e sorriu.

“Já está.”

Após os primeiros testes, o antigo técnico da Melco conseguiu ligação com o posto do Palácio da Praia Grande, a que comunicou o pedido de Lobo de que chamassem o governador. O diretor dos Serviços de Economia e Finanças de Macau ocupou então o lugar de Sales e pôs os auscultadores nos ouvidos; apenas se ouvia estática, como seria de esperar. Aguardou novidades e depressa a ligação foi retomada.

“*Aqui general Artur Teixeira*”, disse de repente uma voz familiar aos auscultadores, quebrando a estática. “*Escuto.*”

“Senhor governador, fala Jorge Lobo. Estou a falar da ilha da Lapa.”

“*Caramba, doutor! Finalmente!*”, exclamou Artur com evidente alívio. “*Anda tudo aos tiros por aí? O que se passa?*”

“As nossas posições foram atacadas esta madrugada pelos piratas chineses”, disse Lobo, consciente de que era provável que os japoneses estivessem a intercalar a comunicação. “Ordenaram-nos que abandonássemos a ilha, mas rejeitámos a exigência porque, conforme as suas instruções de ontem à noite, as forças portuguesas não recebem ultimatos de piratas. Eles atacaram-nos ao nascer do Sol e nós resistimos. Agora ergueram bandeiras japonesas, claramente a fingir que são do Exército Imperial, mas não caímos no engodo. Mantemos as posições. Solicito instruções.”

A primeira resposta foi o som da estática a rasgar o ar. O ruído prolongou-se por alguns segundos, até ser de novo interrompido pela voz longínqua do governador.

“*As autoridades japonesas dizem que os combates mostram que a nossa presença nas ilhas suscita resistência das populações locais e dizem que precisam de entrar na Lapa para restabelecer a tranquilidade. Em conformidade, e para garantir as boas relações de vizinhança, amanhã pelas oito da manhã seguem para Wan Chai dois batelões dos Serviços Marítimos com instruções de retirar todas as nossas forças da Lapa. A operação será protegida por lanchas e vedetas da Polícia Marítima.*” Nova pausa com estática. “*Confirme que compreendeu*

estas instruções.”

“Afirmativo, senhor governador. O que faremos se os piratas nos voltarem a atacar?”

“Recebi garantias das autoridades japonesas de que os piratas não voltarão a incomodar a nossa guarnição. Se por acaso incomodarem, têm naturalmente ordem para atuar com a firmeza que a situação e o bom nome de Portugal requerem. Mais alguma dúvida?”

“Negativo, senhor governador.”

“Bom regresso.”

A comunicação foi dada por concluída e Lobo, consciente de que não conseguira com a sua presença na Lapa evitar o pior, desligou o aparelho de rádio com um gesto brusco, carregado de frustração. Depois levantou-se e desceu do edifício para transmitir as instruções ao capitão Tavares. Havia que enviar estafetas aos vários postos da guarnição portuguesa na ilha com ordens de desmontarem tudo e de se concentrarem pela manhã na ponte-cais de Wan Chai. Macau acabava de perder três ilhas.

XIII

Os dois batedores da PSP travaram as motos no meio da rua e o automóvel negro que eles escoltavam parou igualmente. Depois de inspecionar o local, um dos batedores voltou-se para trás e fez um sinal previamente combinado na direção do motorista do carro oficial. O *chauffeur* correu a janela de vidro que o separava dos passageiros e o capitão Tavares, que se encontrava ao lado do motorista, inclinou a cabeça para trás.

“O caminho parece livre, senhor governador”, anunciou. “Mas julgo que seria mais prudente eu próprio ir verificar.”

“Esteja à vontade, capitão.”

O primeiro a sair foi o ajudante de campo, que varreu o espaço com o olhar para confirmar a informação dada pelos batedores; de facto, teve a impressão que o caminho estava desobstruído. Convencido, abriu a porta traseira.

“Faça o favor, senhor governador.”

Artur apeou-se e Lobo veio atrás dele. Acompanhados pelo capitão Tavares, os dois governantes encaminharam-se para o monumento; tratava-se de uma grande estrutura de alvenaria amarela recortada em pedra e com um arco aberto no meio para as pessoas passarem. Uma inscrição horizontal no topo registava a frase *A pátria honrai que a pátria vos contempla* e as placas laterais assinalavam sem explicações adicionais uma data, 22 de agosto de 1849. Lá em cima, no topo do mastro, bailava uma bandeira portuguesa.

A Porta do Cerco.

A estrutura marcava o limite fronteiro de Macau e fora erguida na sequência da espantosa e desconcertante vitória do coronel Mesquita, na altura ainda um mero segundo-tenente, sobre o exército chinês. O dia 22 de agosto de 1849, sabiam Artur e Lobo, não dizia respeito à data da inauguração da Porta do Cerco, como se poderia pensar, antes assinalava o assassinato do governador Ferreira do Amaral, o homem que rejeitara a tutela chinesa sobre Macau e afirmara a soberania portuguesa naquele pedaço de terra.

Os chineses haviam posto a cabeça do governador a prêmio e, no dia seguinte ao do seu assassinato, tinham concentrado forças no Forte de Passaleão, junto à fronteira da colónia, dando assim indicações de que se preparavam para uma invasão. Perante a ameaça chinesa, o então segundo-tenente Vicente Nicolau de Mesquita, um macaense nascido em Moçambique que era ajudante de campo do Conselho do Governo e oficial do batalhão de Artilharia de Macau, decidiu empreender uma ação preventiva e punitiva que todos reputaram de insana.

O segundo-tenente Mesquita não era homem para se deixar intimidar. Pegou numa *howitzer* e, sem mais, abriu fogo contra o forte chinês. A seguir, e à cabeça de apenas trinta e seis milicianos, cruzou a fronteira e avançou contra os soldados chineses que se amontoavam do outro lado. Trinta e sete portugueses armados com espingardas diante de quatrocentos chineses equipados com vinte canhões. Uma perfeita loucura. Os chineses abriram fogo de artilharia contra o punhado de atacantes, mas por milagre nenhum português foi atingido e nem um fugiu perante a gritante desproporção de forças. Seriam suicidas? Acreditariam mesmo que podiam vencer o exército chinês? O facto é que, quando chegaram diante do forte, os portugueses dispararam as suas espingardas e instalaram o pânico entre os soldados chineses, muitos deles tão supersticiosos que talvez acreditassem estar perante um inimigo protegido por forças sobrenaturais. A verdade é que o incrível aconteceu e o exército chinês debandou no meio do caos.

Pouco depois já a bandeira portuguesa flutuava sobre o Forte de

Passaleão, perante a incredulidade da multidão de chineses, portugueses e outros europeus que se juntara na fronteira de Macau e daí testemunhara o feito de armas. Nunca por aquelas paragens se tinha visto coisa assim. Foi para comemorar a espantosa proeza do segundo-tenente Vicente de Mesquita, mais tarde promovido a coronel, e dos seus trinta e seis milicianos, que a Porta do Cerco fora construída e que duas estátuas de bronze tinham sido inauguradas pouco tempo antes, a do coronel Mesquita diante do Leal Senado e a do governador Ferreira do Amaral a cavalo nos aterros do Porto Exterior.

O peso da história estava bem presente nas mentes de Artur e Lobo quando nessa manhã se encaminharam para o monumento. Dois soldados moçambicanos estavam de sentinela com os seus cofiós vermelhos na cabeça, como de costume, mas um pormenor destoava do que habitualmente acontecia naquele local. A Porta do Cerco era o ponto de passagem diário de verdadeiras multidões que iam e vinham entre Macau e a China, mas nesse momento não havia ninguém a atravessar o seu arco central. O único som audível era o dos passos dos três homens a encaminharem-se para a estrutura. E o da bandeira verde e vermelha a sacudir-se ao ritmo das chicotadas aplicadas pelas incansáveis rajadas de vento.

Os três portugueses abeiraram-se do monumento e imobilizaram-se por baixo dele. Artur estudou o horizonte no lado chinês. Na base de um poste com a bandeira do Sol nascente, uns trezentos metros à frente, vislumbrou os soldados do Exército Imperial; estavam parados a conversar, as espingardas a tiracolo, os cigarros entre os dedos ou pendurados nos lábios a fumar.

“Acha que estão ali mais japoneses que de costume?”

A pergunta deixou Lobo intrigado. Analisou a guarnição nipónica durante alguns segundos e abanou a cabeça.

“Parecem-me os mesmos, senhor governador. Porquê?”

“Recebi esta manhã um telegrama confidencial do governador de Hong Kong que me pareceu inquietante. Dizia que os serviços secretos britânicos calculam haver cinco mil soldados japoneses na fronteira

entre a China e Hong Kong, mas que os soldados indianos que se encontram estacionados no setor começaram a informar que veem uns vinte mil soldados japoneses em atividade frenética e com equipamento de combate. Ele não sabe em quem acreditar, se nos serviços secretos se nos soldados indianos, e perguntou-me o que se passava na nossa fronteira.”

A direção do seu olhar foi desviada por uma indicação de Lobo.

“Em termos de concentração de tropas está tudo normal”, disse. “Mas veja ali, senhor governador.”

Por detrás da linha de militares japoneses, à esquerda e ao fundo da estrada, Artur avistou uma fila de camiões e de carroças imobilizadas e com caixas e sacos apinhados na carga. A fila perdia-se no horizonte, indicando que muitos mais veículos se aglomeravam para além da fronteira.

“São os abastecimentos alimentares?”

“Sim, senhor governador”, confirmou o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “Há já três dias que os japoneses não deixam passar comida para Macau.”

“Explicaram porquê?”

“Não disseram nada, receio bem. Podemos especular, claro, mas não temos factos. Haverá uma relação entre o corte dos abastecimentos a Macau e a concentração de tropas junto à fronteira com Hong Kong? Ou não passará tudo de mera coincidência?”

Artur massajou pensativamente o queixo.

“Estamos então com um bloqueio alimentar”, concluiu, preocupado. “O que podemos fazer para minorar os efeitos, doutor?”

“Como sabe, senhor governador, logo que os japoneses entraram na Indochina erguemos armazéns para guardar reservas de comida destinadas a situações de necessidade extrema, como é o caso. Mas as nossas reservas são muito limitadas, como vossa excelência não ignora. Temos em armazém apenas uns quatro mil sacos de arroz, pelo que já mandei fazerem-se buscas a todas as casas para identificar alimentos açambarcados e requisitá-los. Espero conseguir juntar assim outros

quatro mil sacos.”

“Quanto tempo aguentaremos?”

A pergunta tinha uma resposta assustadora, como Lobo sabia. Ainda assim, para a dar era preciso enquadrá-la.

“As contas têm de ser feitas na relação entre a quantidade de bens alimentares que temos em armazém e a população da colónia. A chegada dos japoneses a Cantão, como é do seu conhecimento, trouxe para Macau milhares de refugiados chineses. E agora que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Holanda congelaram as contas bancárias do Japão e decretaram o embargo petrolífero, muita gente em Hong Kong está também a fugir para cá, com receio de que os japoneses retaliem e ataquem as possessões britânicas. A população da nossa colónia aumentou consideravelmente, como sabe. Isto significa que temos muito mais bocas para alimentar e que...”

“Quanto tempo aguentaremos?”

A repetição foi feita no mesmo tom da primeira pergunta e mostrava que o governador estava perfeitamente ciente do contexto em que tudo acontecia. Percebendo que dele se esperava uma resposta direta e rigorosa, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças abandonou os rodeios.

“Quatro dias.”

O silêncio no interior do automóvel oficial durante o percurso de regresso era absoluto. O motorista virou pelo Canídro na direção do Porto Interior, em busca de um atalho, e o carro meteu por uma rua pejada de comércio chinês, mas os seus ocupantes ignoraram a atividade no exterior, tão compenetrados estavam das questões que os preocupavam e que decorriam do evoluir dos acontecimentos. Ninguém alimentava ilusões quanto à gravidade da situação e os dois governantes sabiam que, custasse o que custasse, era urgente encontrar uma solução para o bloqueio alimentar imposto pelos japoneses.

“Teremos de decretar o racionamento”, sugeriu Lobo por fim, quebrando o mutismo para expor o plano que elaborava havia já algum

tempo para fazer frente a uma eventualidade destas. “Acho melhor criarmos uma Comissão de Racionamento que organize a população e estabeleça cadernos que nos permitam verificar quem já recebeu senhas e quantas. Vou aliás dar instruções à Imprensa Nacional para que imprima esses cadernos e também as senhas. Cada pessoa terá direito a uma e nenhum estabelecimento será autorizado a vender bens alimentares a quem não esteja na posse dessas senhas.”

“E como as fará chegar a quem de direito?”

“A minha ideia é dividir Macau sucessivamente por freguesias, bairros e ruas. Os responsáveis por cada edifício, sejam eles os senhoriais sejam os delegados, terão de fazer uma lista das pessoas que aí vivem com o nome do chefe de família e o número de adultos e de crianças, e entregá-la à Comissão de Racionamento, para que seja possível dar-lhes as senhas. Depois terão de as distribuir pelas famílias.”

“Parece-me bem. Mas o que fará o doutor aos chineses que vivem nos barcos? Como sabe, estamos a falar de muitos milhares de pessoas. Como lhes entregará as senhas de racionamento?”

“Teremos de tratar cada barco como se fosse um imóvel. O responsável de cada embarcação terá de fazer a sua lista e entregá-la também à comissão de racionamento.”

A solução pareceu engenhosa a Artur.

“Não se esqueça de que, com o aumento da procura e a redução da oferta, a pressão para os preços dispararem é muito grande. Será preciso igualmente agir com firmeza sobre os especuladores...”

“Com certeza, senhor governador. Teremos de impor preços razoáveis, para evitar que os comerciantes peçam fortunas pelos produtos, e atuar vigorosamente contra as mercearias, as padarias e os armazéns que não respeitem essas tabelas. E quem adquirir esses produtos não poderá revendê-los a preços diferentes. Só com mão pesada poderemos travar o mercado negro.”

Tudo aquilo já Artur vira na Alemanha quando lá estivera em missão diplomática, além de que sabia que um sistema semelhante se encontrava nessa altura em vigor em Portugal para fazer frente à

carência de produtos provocada pela guerra na Europa. O racionamento não era agradável, mas tornara-se uma inevitabilidade nos tempos que corriam. Não estava ali, no entanto, o cerne da questão.

“Tudo isso tem de ser feito de imediato”, reconheceu o governador com um suspiro. “Mas o doutor sabe que não é essa a principal dificuldade que temos em mãos, não sabe? O problema de fundo é que temos de nos entender com os japoneses. E não há sistema de racionamento, por mais rigoroso que seja, que nos resolva isso. Apenas nos permitirá ganhar algum tempo, talvez uns dias, mais nada.”

“É verdade”, reconheceu Lobo. “Se me permite, sugiro que...”

O som tricotado de uma rajada de metralhadora cortou o ar e interrompeu a conversa. Alarmados, os ocupantes do carro oficial viraram-se para o lado onde soaram os tiros e viram passar um automóvel apinhado de soldados japoneses, uns a rirem-se e um outro com uma espingarda automática nas mãos. O da arma voltou a premir o gatilho e libertou mais uma rajada para o céu. O caos alastrara na rua, com os chineses em pânico a gritarem e a correrem em todas as direções com receio de serem alvejados; alguns escondiam-se por detrás dos carrinhos ambulantes dos vendedores, outros refugiavam-se nas sampanas amarradas ao cais e havia até quem se atirasse à água.

“O que raio se passa?”

“São os japoneses, senhor governador”, disse Lobo. “Há já alguns dias que é um pandemónio aqui no Porto Interior. Embebedam-se, abrem fogo, extorquem dinheiro aos comerciantes, provocam desacatos... é o fim.”

“E porque não atua a polícia?”

A pergunta fez o diretor dos Serviços de Economia e Finanças engolir em seco.

“Porque o proibi.”

A informação deixou Artur momentaneamente boquiaberto. Arregalou os olhos e fitou o subordinado com ar perplexo.

“Proibiu? Mas... porquê?”

Os olhos de Lobo estreitaram-se de modo a sublinhar a importância

do que ia dizer.

“O senhor governador quer mesmo dar ordens à polícia para deter os soldados japoneses? Não acha que é justamente isso que eles pretendem? É que, a mim, quer-me cá parecer que os japoneses andam à procura de um pretexto para intervir aqui em Macau. É esse pretexto que lhes estamos a negar.”

“Mas não os podemos deixar fazer o que lhes apetece, doutor! A nossa credibilidade está em jogo!”

“E a nossa sobrevivência também, se me permite.”

“Pois, mas a nossa sobrevivência está ligada à nossa credibilidade. Se deixarmos que nos pisem, não sobrevivemos.”

Lobo ficou a ver o carro com os japoneses desaparecer ao fundo da rua enquanto refletia sobre a posição do governador. De facto, a permissibilidade da polícia portuguesa poderia ser interpretada pelos japoneses como um sinal de fraqueza, uma impressão que teria de ser dissipada se queriam mantê-los em respeito.

“É difícil encontrar o equilíbrio correto numa situação tão delicada como esta, mas temos de tentar”, reconheceu. “Sugiro por isso que falemos com o coronel Sawa para tentarmos chegar a um entendimento qualquer. Se o acordo não for possível, passaremos à ação, prenderemos os soldados japoneses e... paciência, seja o que Deus quiser. O que acha, senhor governador?”

A ideia mereceu o assentimento de Artur.

“Faça isso.”

Depois de o diretor dos Serviços de Economia e Finanças dar as suas instruções, o *chauffeur* virou o volante à esquerda e o carro mudou o trajeto, subindo a rua rumo ao novo destino, a casa do chefe do Kempeitai.

XIV

A passagem da concubina chinesa de olhos azuis pelo salão, em passos tão curtos que parecia deslizar sobre água, desconcentrou Artur, ainda mais porque, tal como da outra vez, ela lhe devolveu o olhar, embora por apenas um instante, fugaz mas revelador. Esvoaçou como um fantasma. Logo que o vulto da rapariga se volatilizou ao fundo do corredor o governador recuperou a concentração e voltou de novo a atenção para as palavras do anfitrião.

“... infeliz circunstância, mas não há nada que eu possa fazer.”

O rosto sorridente do coronel Sawa mostrava que troçava dos portugueses.

“Oiça, coronel”, disse Artur. “Os seus homens não podem andar aos tiros em Macau. Não podem frequentar os hotéis e os restaurantes e sair sem pagar. Não podem meter-se com os civis nem extorquir dinheiro aos comerciantes, e muito menos fazer arruaças. Esse comportamento dos seus militares não é razoável nem aceitável.”

O chefe do Kempeitai encolheu os ombros.

“Tudo isso acontece fora da minha jurisdição”, desculpou-se, ainda com o sorriso insolente desenhado na cara. “A soberania de Macau é portuguesa, pelo que vos cabe a vós impor a ordem.”

“Prefere então que sejamos nós a prendê-los a serem vocês a discipliná-los?”

O semblante do japonês fechou-se nesse instante.

“Não disse tal coisa. A detenção de soldados do glorioso Exército

Imperial por parte de forças estrangeiras é um ato muito grave e gerará uma reação séria e musculada da nossa parte. Não podemos, como decerto compreende, permitir que se toque nos nossos bravos militares. Uma coisa dessas poderia até ser encarada como um ato de guerra.”

Um esgar de frustração perpassou pelo rosto de Artur.

“Deixe-me ver se compreendo”, disse. “Por um lado o senhor admite que nos cabe a nós impor a lei e a ordem em Macau. Mas, por outro, diz que não podemos atuar contra os soldados japoneses que põem em causa a lei e a ordem em Macau.”

O japonês não tinha intenções de ser sério, percebeu.

“O meu honorável amigo interpretará as minhas palavras como muito bem entender.”

A conversa adquiria aqui aspetos verdadeiramente surrealistas. Ciente de que os problemas não se localizavam numa única área mas se estendiam a outras, e de que tudo estava ligado a tudo, o governador mudou o ângulo da conversa.

“E os abastecimentos alimentares a Macau?”, quis saber. “Ainda hoje estive na Porta do Cerco e constatei que há muitos camiões e carroças do lado chinês à espera de entrar, mas os vossos militares não os deixam passar. Isso preocupa-me porque esses abastecimentos são essenciais. Pode esclarecer-me sobre o que está a acontecer?”

“Oh, meros problemas burocráticos. Esses veículos não têm os papéis em ordem. De resto, daqui a alguns dias deverá chegar a Macau um cônsul do meu país para nos ajudar a lidar com todos os documentos necessários para esses comerciantes saírem dos setores controlados pelas nossas forças. Estou certo de que isso facilitará as coisas.”

“Sim, já fui informado pelo meu governo da chegada do vosso cônsul, mas não me foram dados pormenores. Sabe informar-me de quem se trata?”

“Ignoro.”

“Bom, mas posso ao menos confiar que, quando o cônsul vier, tudo ficará resolvido?”

O japonês fez uma careta.

“Não exatamente. Sabe, excelência, temos de ter cuidado porque há muitos bandidos chineses a infiltrar-se em Macau e a usar a vossa colónia como ponto de partida para ações contra o Exército Imperial. Somos por isso forçados a passar tudo a pente fino, e é sobretudo esse problema que tem atrasado a circulação e a passagem dos alimentos. Precisamos de nos certificar de que os elementos criminosos não estão a utilizar os veículos de abastecimento alimentar para se refugiarem em Macau, para abastecerem de armas e munições as redes de bandidos ou para se infiltrarem por detrás das nossas linhas. Temos de inspecionar tudo, até os tanques de combustível e os pneus.”

“Quando pensa que estarão concluídas essas inspeções?”

A mão do japonês agitou-se no ar, indicando que apenas dispunha de uma estimativa.

“Dois ou três meses”, alvitrou. “Talvez um pouco mais.”

Artur ficou chocado.

“Como?”, exclamou, estupefacto. “Vocês vão levar vários meses a inspecionar os veículos que querem entrar em Macau? Mas... mas não nos aguentamos todo esse tempo sem abastecimentos!”

O coronel Sawa simulou uma tristeza resignada.

“Infelizmente a situação militar assim o exige, excelência. Vivemos tempos difíceis e, apesar de toda a nossa boa vontade, não podemos fazer melhor...”

O governador respirou fundo, cansado daquela charada. Sentia a paciência esgotar-se perante a evidente atitude dúplice, e sobretudo provocatória e achincalhante, do seu interlocutor.

“Oiça, coronel, assim não nos entendemos”, disse, esforçando-se por manter a compostura. “Depois de terem concordado que ocupássemos a Lapa, D. João e Montanha, os senhores resolveram desembarcar nessas ilhas e entraram em combate com as nossas forças. Agora, a pretexto de procedimentos burocráticos e mais não sei quê, decidiram cortar o abastecimento alimentar a Macau e o senhor anuncia-me que levará meses até que o primeiro camião possa passar a fronteira. Como se isso não bastasse, os vossos soldados estão a comportar-se na nossa colónia

de forma ofensiva e verdadeiramente inaceitável. Isto não pode continuar assim, como deve compreender. Temos de encontrar uma solução que seja satisfatória para todas as partes.”

O homem do Kempeitai manteve a pose dissimulada.

“Creia-me, excelência, quando digo que fazemos tudo o que podemos para evitar problemas com as autoridades portuguesas”, disse com fingida humildade. “Mas, como decerto compreenderá, também temos as nossas razões de queixa. A decisão de entregar a concessão de Timor à Austrália, por exemplo, não nos caiu bem.”

A conversa entrara na questão central, percebeu Artur. O japonês acabava de tocar no verdadeiro problema. O petróleo de Timor. Tudo o que se estava a passar começava e acabava aí.

“O senhor sabe muito bem que essa decisão não foi tomada por nós, mas pelo meu governo em Lisboa”, lembrou, pesando as palavras, dada a extrema sensibilidade do tema. “Gostaria muito de a poder desfazer. Infelizmente não está ao meu alcance.”

“Admito-o, embora deva sublinhar que a sua impotência nos é indiferente. O facto é que esperávamos que um país que se diz nosso amigo, como é o caso de Portugal, nos atribuisse essa concessão, sobretudo nesta hora difícil em que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Holanda nos estão a negar acesso aos combustíveis. Os amigos ajudam-nos quando precisamos, não é? Mas o que vemos nós afinal? Que a concessão foi entregue à Austrália!” Abanou a cabeça. “Isso não é o comportamento de um país amigo!”

“Somos amigos do Japão, mas também somos amigos da China, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Na verdade somos um país neutral.”

“Entregar a concessão de Timor à Austrália não foi uma decisão neutral.”

“Não entregámos a concessão a um inimigo do Japão”, lembrou. “Que eu saiba, o vosso país não está em guerra com a Austrália.”

“Ainda não.”

A forma como o oficial japonês respondeu, sublinhando a palavra *ainda*, desconcertou Artur. O coronel falava como se a guerra com as

potências ocidentais fosse um dado adquirido.

“Talvez venha a estar, não digo que não, mas para já não está e é isso que neste momento importa”, observou o governador. “O facto é que não entregámos a concessão a um país que seja atualmente vosso inimigo. Além do mais, os senhores têm de compreender que a Austrália se encontra mesmo ao lado de Timor e que, assim sendo, de um ponto de vista estratégico outra decisão não faria sentido. Como poderíamos negar a concessão à Austrália se Timor tanto depende da boa vontade dos australianos?”

“E Macau porventura não depende da nossa boa vontade?”

“Mas, senhor coronel, asseguro-lhe que, se for encontrado petróleo em Macau, teremos muito gosto em ceder a concessão ao Japão...”

Foi a vez de Artur de usar de um tom irónico, o que não foi apreciado pelo coronel Sawa.

“Peço-lhe que não brinque com a minha humilde pessoa, excelência!”, rosnou o japonês. “Sabemos muito bem que Macau não tem petróleo, pelo que isso não faz o...”

“Permitem-me?”

A interrupção foi feita por Lobo, que até aí assistira em silêncio ao duelo de palavras entre o governador e o chefe do Kempeitai. Tornara-se claro para ele que a conversa tinha desembocado num beco sem saída e cabia-lhe arranjar uma solução que lhes permitisse sair do impasse.

“O honorável doutor Lobo deseja falar?”, sibilou o coronel Sawa com despeito. “Não será certamente para me informar de que foi encontrado petróleo em Macau, presumo eu.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças ignorou a alfinetada e fez um gesto a indicar a sala contígua, onde se encontravam as concubinas chinesas do anfitrião.

“O senhor coronel sabe que o senhor governador nunca conheceu concubinas?”, observou para o japonês. “É uma magnífica tradição oriental que a Europa apenas conhece de reputação. Tenho a certeza de que o senhor governador muito apreciaria travar conhecimento com elas. O senhor coronel não se importa, pois não?”

Apanhado de surpresa, o coronel Sawa olhou-o com uma expressão desconcertada; parecia evidente que não sabia o que pensar da sugestão e muito menos como responder.

“Perdão?”

Lobo inclinou-se para a frente e baixou a voz, quase como se tivesse um segredo para partilhar.

“Penso que existe uma solução para este caso”, soprou. “Mas, por razões institucionais, creio ser da maior utilidade que o senhor governador não esteja presente nessa parte da conversa, se é que me faço entender.” Olhou para o japonês. “Se sua excelência se afastar por alguns momentos, por exemplo para conversar com as simpáticas senhoras que consigo vivem de modo a conhecer melhor as nossas milenares tradições asiáticas, estou certo de que entre nós alcançaremos um entendimento aceitável para ambas as partes e, devo dizer, muito interessante para si pessoalmente. O que me diz?”

O governador e o homem do Kempeitai trocaram um olhar, quase como se se consultassem um ao outro. Após alguns momentos de indecisão, Artur assentiu e o japonês também. O que tinham afinal a perder? O coronel Sawa virou-se para trás e levantou o braço para chamar a sua concubina favorita.

“Hua! Anda cá!”

A rapariga chinesa movia-se com uma graciosidade que o longo cabelo negro apanhado sobre a nuca acentuava, sobretudo porque assim realçava o pescoço longo e delicado e a sua natural pose aristocrática. O que nela mais impressionava, porém, eram os olhos profundamente azuis; pareciam topázios cintilantes cravados no rosto lácteo. A concubina pousou no regaço o tecido que bordava quando fora chamada, levantou a cara para ele e esboçou um sorriso reservado.

“O senhor é mesmo o governador de Macau?”, perguntou em inglês. “Não está a brincar comigo?”

“Claro que não. Porque duvida?”

Ela baixou os olhos.

“É que... parece tão novo.”

Artur riu-se.

“Tomo essas palavras como um cumprimento”, disse. “Qual é o seu nome? Lian-hua?”

“Significa Flor de Lótus.”

“Um nome lindo para uma mulher deslumbrante”, observou ele. “Onde aprendeu o seu inglês?”

“Numa escola da universidade americana em Pequim. O meu pai era lá professor.”

A informação era surpreendente, sobretudo tendo em conta que a rapariga estava reduzida à condição de concubina. Artur pensara que Lian-hua não passava de uma analfabeta de origem humilde, mas pelos vistos não era esse o caso.

“Se não é indiscrição, o que faz num sítio destes a filha de um professor de uma universidade americana? Por que razão... enfim, por que motivo se tornou uma... uma...”

“Concubina?”

Artur respirou fundo, simultaneamente embaraçado e aliviado por Lian-hua ter pronunciado a palavra que ele sentia interdita nos seus próprios lábios.

“Isso. Porquê?”

A chinesa estreitou os olhos, como se o avaliasse.

“O senhor é amigo do coronel Sawa?”

A pergunta surpreendeu Artur. Onde pretenderia ela chegar com aquela questão? Estaria a tentar saber o que pensava ele do seu senhor para depois passar a informação ao japonês? Ou tratar-se-ia de algum teste?

“Bem... não propriamente”, respondeu com tato. “Digamos que os nossos interesses estão neste momento em choque.” Encarou-a inquisitivamente. “Porque pergunta?”

“Porque preciso de saber se posso confiar em si.”

“Mas... com certeza que sim. Passa-se alguma coisa?”

Lian-hua voltou-se para a porta, certificando-se de que nenhum

ouvido indiscreto os escutava. Com eles na salinha encontrava-se Ching-lan, também designada por Primeira Concubina, a bordar um tecido, mas esta não constituía motivo de preocupação porque não falava inglês e por isso nada entendia da conversa.

“O meu pai é do Kuomintang e foi condenado à morte por atividades antijaponesas”, murmurou a chinesa muito depressa. “O coronel aceitou suspender a sentença por tempo indeterminado se eu me tornasse sua concubina. É por isso que me encontro nesta situação.”

A revelação deixou Artur por momentos sem saber o que dizer. Aquilo parecia-lhe quase escravatura. Manteve o olhar cravado nela, siderado por ouvir uma história daquelas e a mente a fervilhar em busca de uma solução. Devia haver uma saída para um caso assim. *Tinha* de haver uma saída. Como era possível que, em pleno século xx, ainda acontecessem coisas dessas?

“Oiça”, ouviu-se a dizer quase como se a sua boca tivesse vontade própria, “eu posso ajudá-la.”

“Como?”

“Dou-lhe abrigo e proteção.”

Lian-hua esboçou um sorriso triste e abanou a cabeça.

“Creio que o senhor não compreendeu o que lhe expliquei”, contrapôs, continuando a falar em voz baixa mas desta feita mais devagar. “Na verdade já sou livre de deixar o coronel Sawa, compreende? Posso fazê-lo agora mesmo se assim o entender. No entanto, não o farei porque na verdade sou prisioneira dele. É que, como lhe disse, se me for embora o meu pai será executado. Está por isso fora de questão eu abandonar o coronel. Se me vierem aqui buscar, será contra a minha vontade e farei tudo para regressar. A verdade é que me tornei escrava dele e não há nada que o senhor, por mais bem intencionado ou poderoso que seja, possa fazer para anular esta situação.” O sorriso voltou, um pouco menos triste. “A menos que invada a China, ocupe Pequim, entre nos calabouços do Kempeitai e liberte o meu pai, é claro.”

O governador devolveu-lhe o sorriso.

“E porque não?”

A chinesa inclinou a cabeça para o lado.

“Os príncipes encantados não ex...”

“Senhor governador!?”

A voz de Jorge Lobo, vinda de fora da salinha, tornou claro que a conversa do diretor dos Serviços de Economia e Finanças com o chefe do Kempeitai estava concluída, o que significava que se haviam também esgotado os momentos que Artur podia partilhar com a concubina dos olhos azuis.

“Podemos ver-nos outra vez?”

“Perdão?”

“Gostaria de voltar a vê-la. Acha que é possível?”

Lian-hua olhou em redor, desorientada e quase assustada.

“Eu... está louco? Eles vêm aí!”

“Podemos voltar a ver-nos?”

“Mas... como?”

“Costuma sair à rua?”

“Bem... vou todas as quartas-feiras ao Mercado Vermelho e...”

“Viu o oficial português de bigodes que está lá fora?”

“Sim.”

“Trata-se do capitão Tavares e é de confiança. Vou mandá-lo na próxima quarta-feira ao Mercado Vermelho, está bem? Ele estará lá à uma da tarde e levará uma mensagem minha para si. Pode ir ter com ele?”

A rapariga hesitou; tudo aquilo era tão inesperado que se sentia incapaz de tomar uma decisão.

“Vou... vou pensar.”

Artur quis argumentar e convencê-la a ir, dizer-lhe que podia confiar nele e garantir-lhe que a protegeria, mas teve de se calar porque nesse instante o coronel Sawa entrou na salinha acompanhado por Lobo. O japonês atirou um olhar desconfiado a Lian-hua, tentando ler-lhe o rosto, mas a chinesa estava já agarrada ao tecido que havia pousado no regaço e bordava com tanto afinco que dir-se-ia ter sido a única coisa

que fizera na última hora.

Quando o *Dodge* oficial arrancou e começou a descer a colina rumo ao Palácio da Praia Grande, Lobo surpreendeu um estranho sorriso desenhado nos lábios do governador. Esteve para o ignorar, até porque tinha novidades palpitantes para lhe dar, mas a curiosidade acabou por se revelar mais forte.

“Que tal a concubina dos olhos azuis?”

A pergunta fez Artur estremecer. Seria assim tão fácil ler-lhe os pensamentos?

“É uma rapariga culta”, disse com o ar mais casual e desinteressado de que foi capaz. “Mas, sabe, estava sobretudo a pensar na sua conversa com o coronel Sawa.”

“Ai sim?”, riu-se o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “O senhor governador costuma pensar em mim e no coronel com esse olhar?”

Artur estreitou as pálpebras.

“Olhe, doutor, sabe qual é o meu hábito? Demitir subordinados indiscretos.”

O remoque fez Lobo endireitar-se no lugar.

“Peço desculpa.”

“Está desculpado”, retorquiu o governador. “Então conte lá a sua conversa com o coronel Sawa. O que aconteceu?”

Os olhos do responsável pela Economia faiscaram de orgulho e o seu rosto pareceu ganhar vida.

“Consegui uma trégua.”

“O que quer dizer com isso?”

“O coronel Sawa concordou deixar passar os abastecimentos alimentares para Macau e pôr fim aos distúrbios que os seus homens andam por cá a fazer. Esta trégua perdurará até à chegada do cônsul do Japão, com quem teremos de alcançar um entendimento definitivo.”

Artur balançou afirmativamente a cabeça, impressionado com o sucesso da negociação levada a cabo pelo subordinado.

“Parece-me excelente”, disse. “O senhor está de parabéns.”

“Não me dê já os parabéns porque ainda não lhe contei tudo”, avisou Lobo. “Há um preço a pagar por estas cedências do coronel. Como deve calcular, ele não faz isto pelos nossos lindos olhos.”

“O que vai isso custar-nos?”

“Teremos de lhe entregar vinte mil patacas.”

O governador quase deu um salto no lugar.

“O doutor subornou-o?”

“Foi para o corromper que pedi para falar com ele a sós. O senhor governador não podia, como é natural, ser diretamente envolvido nesse assunto nem dele ter conhecimento aparente, mas a verdade é que só assim o consegui demover. O problema é que não possuo essa quantia e o dinheiro terá de ser entregue até ao final da semana, caso contrário o acordo deixa de ter efeito. Além do mais sublinho que se trata de uma mera trégua e que quando o cônsul do Japão cá chegar teremos de nos entender com ele.”

A viatura entrou na Avenida da Praia Grande, marginal ao mar, e aproximava-se já do palácio do governo. Os olhos de Artur ficaram por momentos presos às velas de um junco que deslizava pelas águas a caminho da ilha da Taipa, mas os seus pensamentos já se centravam no que estava para além do acordo arrancado com o chefe do Kempeitai.

“Vou pedir autorização a Lisboa para pagar esse valor”, disse, derrotado, quase como se quisesse despachar a questão. “Mas em toda esta história há um pormenor que me inquieta.”

“O quê, senhor governador?”

Com os batedores a bloquearem o trânsito que vinha em sentido contrário, o carro oficial cruzou a avenida e entrou no perímetro do Palácio da Praia Grande para se imobilizar diante da porta do edifício.

“Por que motivo o Japão vê necessidade de enviar um cônsul para Macau?”, questionou-se. “Que acontecimentos justificam uma tal presença diplomática na nossa colónia?”

“Talvez a ocupação japonesa de Cantão...”

“Mas os japoneses ocuparam Cantão em 1938, doutor! Passaram-se

três anos sem que houvesse um cônsul em Macau. O que os levou a decidir criar agora esse posto? Tem de haver outra explicação.”

“Acha que está para suceder alguma coisa?”

O chefe do governo não chegou a responder à pergunta porque nesse instante se apercebeu de que o automóvel estava havia alguns segundos imobilizado diante do palácio e ainda ninguém abrira a porta. Estranhando, olhou para fora e viu o capitão Tavares, que saíra à frente, com cara de caso à conversa com o tenente encarregado das comunicações; já lhe conhecia aquela expressão e sabia que era sinal de que alguma coisa importante acontecera. Ainda de semblante carregado, o ajudante de campo aproximou-se da viatura negra e, com um gesto tenso, abriu a porta para o governador sair.

“O que se passa, capitão?”, perguntou Artur ao apear-se. “Há algum problema?”

“Foram os japoneses, senhor governador.”

“O que fizeram eles agora?”

O capitão Tavares desviou o olhar para o tenente com quem estivera a falar, como se pedisse que confirmasse a notícia que acabava de lhe dar, tão inaudita ela lhe parecia. O tenente assentiu com a cabeça e o ajudante de campo voltou a encarar Artur.

“Atacaram os americanos no Havai.”

PARTE DOIS

A Porta da Fúria

*Todos os mares, em toda a parte,
São irmãos uns dos outros.
Por que razão então os ventos e as ondas da discórdia
Se abatem com tal fúria sobre o mundo?*

IMPERADOR MEIJI

I

Um som cavado e profundo, como o ribombar dos trovões de uma tempestade distante, impôs o silêncio no gabinete. Artur ditava o telegrama a explicar a Lisboa a situação que se vivia em Macau e a expor as consequências previsíveis do ataque japonês dessa manhã à esquadra americana no Havai, solicitando por isso autorização para pagar as vinte mil patacas de suborno ao chefe do Kempeitai, quando o estrépito abafado e ameaçador, apesar de longínquo, se começou a fazer sentir.

“Será um tufão?”, interrogou-se Lobo, que ajudava o governador a compor o texto. “Que estranho! Estamos em dezembro, a época já passou...”

Quase instintivamente, os dois governantes e o estenógrafo que anotava o texto voltaram-se para a varanda, cujas portas estavam entreabertas para deixar entrar ar fresco.

“Não pode ser um tufão, doutor”, retorquiu Artur. “Já viu o céu?”

Um azul límpido enchia o dia e além disso o mar permanecia tranquilo, o que nunca acontecia quando as grandes tempestades no mar da China se aproximavam da colónia. Em dias de *tai fun*, os grandes ventos, o firmamento fechava-se num cinzento sombrio e o mar encrespava-se. Não era o que estava a suceder nesse momento, e todos perceberam que não podia tratar-se de uma tempestade.

“Se não é um tufão, o que é isto?”

Um pressentimento súbito apossou-se de Artur. Levantou-se e,

mortalmente inquieto, precipitou-se para a varanda.

“Será na Porta do Cerco?”, interrogou-se. “Querem lá ver que os japoneses...”

Contagiado pelo alarme, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças saiu também para a varanda e escutou o rumor surdo e sinistro que fazia o ar estremecer.

“Não, é mais distante”, constatou, tranquilizando-se. Virou a atenção para o mar, fixando a linha do horizonte diante do palácio. “Além do mais vem de leste...”

A observação deixou o governador por momentos aliviado. Concentrou-se na origem do som e assentiu.

“Tem razão, doutor. Vem do mar.”

Os dois homens ficaram alguns minutos à escuta. O rumor era contínuo, como de uma trovada longínqua e permanente a rolar, mas por vezes tornava-se tão intenso que fazia tiritar os vidros das janelas. Desconcertados, ambos tentavam perceber do que se tratava. Vários transeuntes haviam-se imobilizado lá em baixo nos passeios, atentos igualmente ao estranho som e também eles confusos quanto à sua origem. O que diabo estaria a provocar aquele ribombar sinistro e inquietante? Artur lembrou-se de um sismo que uma vez tinha sentido no Algarve e do ronco que a terra por momentos libertara. Seria aquilo o murmúrio de um terramoto? Mas o barulho que ouvira na juventude fora um breve arrulhar, coisa de dois ou três segundos, enquanto o ruído que escutava nesse instante parecia não cessar; era um murmurejo contínuo, incessante e tenebroso.

Sentiram passos atrás deles e viram o capitão Tavares invadir a varanda com uma expressão grave.

“Senhor governador, já sabe o que se está a passar?”

Artur indicou a linha de horizonte com o polegar.

“Está a referir-se a este barulho?”

“Recebemos uma comunicação urgente”, balbuciou. “É... é o nosso cônsul em Hong Kong.”

“O que aconteceu?”

O ajudante de campo deitou a mão ao bolso e estendeu ao governador um papel amarelo e ligeiramente amarfanhado; tratava-se evidentemente de um telegrama.

“Os japoneses estão a bombardear Hong Kong!”

O ambiente era caótico na sala de reuniões do Palácio da Praia Grande. Os telegramas amontoavam-se na mesa, mas Artur varreu-os com o braço para o chão de modo a libertar espaço. Abriu um grande mapa de Macau e pousou-o sobre a mesa, de modo a expô-lo ao olhar dos vários membros do governo. O gabinete reunira-se de emergência para lidar com a situação provocada pela eclosão da guerra entre o Japão e as potências ocidentais e o mapa seria indispensável na busca das soluções para os múltiplos e graves problemas que se anteviam para a vida na colónia.

“Meus senhores, encontramos-nos perante uma grave crise e a nossa prioridade neste momento é proteger Macau e os seus habitantes”, começou o governador por dizer. “Uma outra prioridade é lidar com os refugiados que inevitavelmente para aqui virão, incluindo os portugueses de Hong Kong.” Hesitou. “Estamos a falar exatamente de quantas pessoas?”

“Apesar de Hong Kong ser uma colónia britânica, a sua primeira comunidade foi de portugueses”, esclareceu Lobo. “No consulado estão recenseados dois mil portugueses e os registos da administração inglesa apontam para outros dois mil.”

“Portanto mais ou menos quatro mil pessoas.”

“Correto. Note-se que a maior parte já nem fala português, apenas *patois*. São no entanto portugueses. Conheço até um que de português apenas conhece umas palavras mas que, dias antes de a mulher dar à luz, veio aqui a Macau buscar terra. Voltou para Hong Kong e pôs a terra debaixo da cama onde decorreu o parto. Tudo para que o filho nascesse sobre terra portuguesa. Estamos a falar de gente assim.”

A história impressionou os outros membros do governo, constituído por portugueses da Metrópole e que estavam menos familiarizados com

o perfil dos portugueses da Ásia.

“Que eles são compatriotas nossos é coisa que nem vale a pena discutir”, sentenciou Artur. “A questão é que teremos de abrigar até quatro mil pessoas. Contudo, os nossos recursos são muito limitados e precisamos de saber onde os iremos alojar.”

“Uma parte importante tem família cá, pelo que ficará acomodada nas casas dos familiares”, sugeriu Lobo. “Os restantes terão de ir para edifícios públicos que seremos forçados a transformar em abrigos para refugiados. Julgo que o setor da administração pública com mais instalações adequadas para esta situação é o da educação.”

“Doutor Teles?”

O diretor dos Serviços de Educação acercou-se da planta da cidade e inclinou-se sobre ela.

“Existem em Macau mais de cem escolas, mas só quatro são do governo colonial. Há ainda mais sete que subsidiamos e dez escolas municipais. Ou seja, apenas podemos dispor das instalações de vinte e uma escolas, o que de resto não é coisa pouca.” Indicou vários pontos no mapa. “Podemos entregar a Caixa Escolar aos refugiados, por exemplo. O Liceu Infante D. Henrique e a Escola Luso-Chinesa são outras opções a considerar, além das restantes escolas centrais. Sugiro também que vejamos se há maneira de envolver os Salesianos e a Santa Rosa de Lima neste esforço. Temos de falar com o senhor bispo. É preciso meter a Igreja, a Santa Casa da Misericórdia e a Cruz Vermelha Portuguesa ao barulho. Estou certo de que todos darão o seu contributo.”

“Há ainda outras possibilidades, para além das escolas”, observou Artur. “O Grémio Militar, desde já. Temos de o requisitar.”

“E os militares?”, admirou-se o comandante da PSP. “Para onde vamos nós?”

“Os militares irão beber copos e jogar bilhar para outra freguesia”, retorquiu o governador com impaciência. “A hora é demasiado grave para que os senhores oficiais se preocupem com o lugar onde se entretêm. Em caso de necessidade, o Grémio Militar será transformado

em albergue de refugiados e o assunto está encerrado.”

“Podemos igualmente considerar vários clubes”, adiantou Lobo. “Temos o Clube União, o Clube dos Sargentos e o Clube de Macau, e ainda teatros, cinemas, repartições, apartamentos e até hotéis.”

“Não se esqueça, senhor doutor, de que o Hotel Belavista já está entregue aos refugiados portugueses que vieram de Xangai”, lembrou o diretor dos Serviços de Turismo. “Existe também a possibilidade de requisitar o Tung Hui.”

“Tung... quê?”

“Tung Hui. Aquele vapor que está ancorado no Porto Interior. Nada impede que coloquemos refugiados no navio, pois não? Está vazio e tem cabinas e refeitórios, pelo que me parece que reúne as condições mínimas para acolher gente.”

“Há outro importante problema que convém não esquecer”, lembrou o diretor dos Serviços de Justiça. “Os refugiados chineses.”

“Numa situação destas a grande maioria dos chineses regressa às suas aldeias de origem no interior da China”, contrapôs Lobo. “Os que nos devem realmente preocupar são os portugueses de Hong Kong, uma vez que estes não têm aldeias para onde regressar. É verdade que também virão para aqui chineses, mas as associações chinesas de Macau encarregar-se-ão deles. De resto, o maior fluxo de chineses ocorreu quando os japoneses tomaram Cantão, se bem se lembram. O que não quer dizer que não tenhamos agora de receber uma nova vaga, claro. O acordo que temos com as associações chinesas, porém, é elas tratarem dos refugiados chineses e nós dos portugueses. E se vierem ingleses, como julgo ser natural, acolhê-los-emos e pediremos ao cônsul Reeves que a Inglaterra lhes dê uma ajuda financeira. Cada um encarrega-se dos seus, embora todos nos entreajudemos.”

“Parece-me razoável e prático”, concordou o governador. “Mas quando chegamos a questões como o racionamento alimentar, por exemplo, o governo colonial não pode limitar as suas decisões à comunidade portuguesa. O sistema de racionamento tem de ser universal, caso contrário não vai funcionar. Estamos de acordo quanto

a isso?”

Um murmúrio de aprovação percorreu a mesa.

“Se me permite, senhor governador, o sistema de racionamento, sendo universal, deve atender às especificidades culturais de cada comunidade”, observou o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “Os chineses, por exemplo, usam o arroz como base da sua alimentação. Consequentemente, teremos de destinar mais arroz a cada chinês do que a cada português. Sugiro rações de dezasseis taéis de arroz para cada chinês e oito taiéis para cada português. Já com o pão seria o inverso. Os portugueses comem mais pão do que os chineses, portanto terão direito a rações maiores.”

“Muito bem, mas temos de lidar com várias questões relacionadas com o comércio alimentar”, sublinhou Artur. “A primeira é o açambarcamento, como é evidente. Disseram-me agora que a notícia do ataque japonês ao Havai e a Hong Kong está a provocar aqui em Macau uma autêntica corrida às mercearias. As pessoas puseram-se a comprar tudo o que podem, com medo de que venha a faltar num futuro próximo. E é bem possível que os japoneses nos voltem a cortar os abastecimentos, sobretudo se estiver nos seus planos atacar Macau, como estão a fazer a Hong Kong.”

A possibilidade encontrava-se na mente de todos, mas ninguém até então ousara mencioná-la em voz alta.

“O que podemos fazer, senhor governador?”

“Vou decretar o estado de sítio”, anunciou Artur. “Alguém tem objeções?”

Fez-se um silêncio súbito na mesa. O estado de sítio e o recolher obrigatório eram medidas extremas, mas ajustadas à gravidade dos acontecimentos. O responsável pela Economia exprimiu o sentimento geral.

“Tem de ser feito.”

“Precisamos também de lidar com a questão do controlo dos preços”, disse o governador. “Ao que me disseram, as mercearias começaram a pedir valores exorbitantes pelos bens que têm nas prateleiras. Não

podemos permitir isso. É preciso que os bens alimentares de primeira necessidade não se esgotem e sejam vendidos a um preço razoável.”

“Há que resolver imediatamente todos esses problemas”, concordou Lobo. “A indicação ao meu dispor é que algumas lojas estão a vender o pico de arroz a quatrocentas patacas. Isso é absolutamente inaceitável. Temos de mandar encerrar todas as mercearias, exceto aquelas que aceitem os preços tabelados e façam vendas apenas a troco das senhas de racionamento que vamos distribuir. Só assim controlaremos o problema. Por outro lado, e agora que pelo menos temporariamente resolvemos com os japoneses o problema da entrada dos bens alimentares em Macau, dei ordens para que se adquira tudo o que existe no mercado. No caso do arroz, por exemplo, os armazéns do estado estão a comprá-lo a cem patacas o pico, mas teremos de o vender a setenta.”

A ideia foi acolhida com algumas reservas por parte do diretor dos Serviços de Turismo.

“Vamos perder dinheiro...”

O responsável pela Economia esboçou um semblante de resignação.

“Sim, bem sei que teremos prejuízo, mas tem de ser feito. Já falei com o diretor do BNU e esta operação será financiada pelo banco.”

“E onde vai o BNU arranjar o dinheiro?”

“Às moedas chinesas de prata. Com a subida do preço da prata, descobrimos que essas moedas têm um valor intrínseco superior ao nominal. A prata de uma moeda de dez yuan vale na verdade uns treze yuan. O que o BNU está a fazer há algum tempo é comprar todas as moedas chinesas de prata que encontra no mercado. Toda a prata que o banco tem atualmente nos seus cofres já vale dois milhões de patacas e vai valer mais em breve. O ataque desta manhã a Hong Kong bloqueou os movimentos de capitais e a população chinesa depressa irá perceber que é melhor comprar prata e guardá-la em casa do que deixar as notas nos bancos, uma vez que em breve elas não vão valer nada. Isso significa que a reserva de prata do BNU irá valorizar-se nos próximos dias e daqui a umas semanas valerá uns cinquenta por cento mais do

que vale hoje. Toda essa prata poderá ser utilizada para comprar arroz e assim alimentar a população, embora eu receie que não dure muito tempo.”

“Pois. O que faremos quando a prata se esgotar?”

“Teremos de rezar para que a guerra acabe depressa.”

“Mas ela ainda mal começou...”

“Por falar em dinheiro”, atalhou o governador, pondo fim à troca de palavras entre os dois membros do seu executivo. “Os refugiados portugueses que chegarem de Hong Kong vão precisar de um pé-de-meia para as suas despesas. Estava a pensar em criar uma linha de crédito superior a quatro mil patacas para esse efeito. E o que...”

A porta da sala de reuniões abriu-se de repente e o capitão Tavares entrou apressadamente com um papel na mão, evidentemente outro telegrama, e aproximou-se da cabeceira da grande mesa em torno da qual todo o governo se reunia de emergência.

“Com a sua licença, senhor governador”, disse, entregando o telegrama. “Acabou de chegar de Hong Kong.”

Artur passou os olhos pelo texto.

“É um pedido de ajuda do nosso cônsul interino em Hong Kong”, anunciou. “Parece que uma multidão de portugueses se refugiou no consulado para escapar ao ataque japonês e outra multidão está concentrada no Clube Lusitano. O cônsul solicita a retirada de toda esta gente para Macau.”

Fez-se um silêncio pesado à volta da mesa.

“Receio que os nossos meios marítimos não nos permitam extrair a comunidade portuguesa de Hong Kong”, observou o comandante Jesus, responsável da Polícia Marítima. “Os avisos *Gonçalo Velho* e *Pedro Nunes* foram mandados regressar à Metrópole para evitar incidentes com a Marinha japonesa. Só nos restam a canhoneira *Macau* e umas lanchas e vedetas, nada que permita trazer muita gente de uma só vez, como devem calcular. Teríamos de fazer muitas viagens e não sei se conseguiríamos passar pela esquadra japonesa que está a isolar Hong Kong.”

“Se me permitem, há uma solução”, interveio Lobo. “Para prevenir situações como esta mandei abrir atempadamente em Hong Kong uma conta de dez mil patacas no Hong Kong & Shanghai Bank. Sugiro que usemos esse dinheiro para alugar aos japoneses um navio de transporte. Tratando-se de um navio japonês, não terá dificuldade em furar o bloqueio naval.”

O governador encarou o seu diretor dos Serviços de Economia e Finanças com admiração. Jorge Lobo parecia ter solução para todos os problemas, mesmo os mais complexos.

“Excelente, doutor!”, exclamou. Voltou-se para o capitão Tavares. “Temos de mandar instruções ao cônsul interino relativas a essa conta e à melhor forma de a utilizar.”

“O nosso cônsul interino em Hong Kong não é capaz de dar conta do recado, senhor governador”, defendeu Lobo. “O senhor João Bosco Correa é uma pessoa sensata e tem muito boa vontade, mas conta já setenta e quatro anos e falta-lhe agilidade. Não me parece que devamos deixar-lhe sobre os ombros toda a responsabilidade de retirar de Hong Kong a comunidade portuguesa. Ele precisa de ajuda de alguém que conheça bem o terreno.”

“O que sugere?”

Os olhos rasgados do responsável pela Economia percorreram os colegas do governo de Macau antes de se cravarem no governador. Tinha uma resposta para a pergunta, mas não sabia se ele iria gostar dela.

“Eu vou a Hong Kong.”

II

As colunas de fumo negro enrolavam-se pelo céu a cima; dir-se-ia que havia vulcões em erupção para os lados dos Novos Territórios que os britânicos tinham alugado à China no final do século anterior para expandir o perímetro de Hong Kong. O matraquear distante das metralhadoras, sempre entrecortado por detonações ocasionais, tornava-se mais audível à medida que se aproximavam da colônia britânica; a direção de onde vinham os sons de guerra indicava que se combatia na zona da fronteira.

Depois de passar pela frota japonesa com o salvo-conduto passado pelo coronel Sawa a troco de um suborno de mil patacas, a lancha da Polícia Marítima de Macau entrou no canal que separava a ilha de Hong Kong do território continental de Kowloon e dos Novos Territórios sob administração britânica, a bandeira portuguesa içada na proa a proclamar neutralidade. De binóculos colados aos olhos, Jorge Lobo estudou a estrutura urbana nas duas margens. Os prédios emparelhados como árvores em floresta densa pareciam desertos e não se via viva alma nas ruas viradas para o mar, nem mesmo na imponente sede do Hong Kong & Shanghai Bank, o maior edifício da colônia britânica e uma das poucas construções ali existentes com mais de quatro andares.

“A população deve estar escondida”, observou ao lado o capitão Lemos, que chefiava a lancha. “Não é caso para menos, não acha?”

O oficial português tentou sorrir para cortar a tensão, mas o ambiente

era demasiado pesado e o sorriso desfez-se. O diretor dos Serviços de Economia e Finanças fixou a atenção na margem esquerda e fez um gesto para lá.

“É melhor atracarmos em Kowloon.”

“É aí que está a comunidade portuguesa, doutor?”

Lobo apontou para o ponto mais alto da ilha de Hong Kong, um monte verde pontuado por magníficas mansões que se erguia no lado direito.

“Uma grande parte dos portugueses de Hong Kong vive ali em Matto Moro, no sopé do Peak”, indicou. “Mas o cônsul informou-nos de que tem centenas de pessoas refugiadas na sua casa em Ho Man Tin, aqui em Kowloon. É por isso que temos de ir para ali.”

A lancha portuguesa passou diante do porto de Victoria, a cidade da ilha de Hong Kong, e virou à esquerda, dirigindo-se ao cais de Kowloon no setor de Tsim Sha Tsui. Quando a embarcação se aprestava para embater no cais, o piloto virou a bombordo e, com destreza, encostou suavemente à estrutura. Logo que as amarras ficaram seguras, um marinheiro montou a prancha e Lobo pegou no seu saco e saltou para terra firme.

O capitão da lancha consultou o relógio.

“Quanto tempo esperamos por si, doutor? Olhe que os japoneses, quando nos concederam a autorização especial para passar pelo bloqueio naval a Hong Kong, tornaram muito claro que teríamos de voltar no máximo até às cinco da tarde...”

“Não esperem por mim. Voltem imediatamente para Macau.”

“Mas...”

Como se nada mais restasse para dizer, o governante virou as costas e pôs-se a caminho com o saco debaixo do braço.

“Não se preocupem”, disse, já a afastar-se. “Só regressarei com os refugiados.”

O uivo angustiado de uma sirene obrigou Lobo a deter-se. O que queria o alarme dizer? Atravessava a pé o bairro de Tsim Sha Tsui,

ainda perto do porto de Kowloon, e via fumo negro a jorrar em golfadas para o firmamento para os lados do aeroporto de Kai Tak e do bairro de Sham Shui Po. A cidade de Kowloon era pouco mais do que uma zona residencial tranquila onde os mercados funcionavam nos jardins públicos, e a guerra apenas agravara a aridez da área urbana. As ruas peçadas de papéis e capacetes abandonados estavam desertas, embora se visse uma ou outra pessoa a atravessar os passeios em passo acelerado.

“Desculpe”, disse, interpelando um transeunte chinês com ar assustado que arrastava uma mala pelo asfalto. “O que significa esta sirene?”

O homem nem parou.

“*Ayah!* Não ouviu os aviões esta manhã?”, retorquiu o chinês quase como se a pergunta não fizesse sentido. “Isto é o alerta de ataque aéreo, não sabe? Significa que daqui a uns vinte minutos eles vêm aí outra vez e...”

Uma zoadada calou-o. O homem arregalou os olhos e, tomado de pânico, saiu da rua e procurou refúgio num beco. Lobo observou-o com estupefação, perguntando-se se ele próprio não deveria seguir-lhe o exemplo. O zumbido irrompeu com fragor como se o céu desabasse sobre a rua, levantando poeira e fazendo tremer o chão, o ar e os vidros das janelas, e o português viu o firmamento cobrir-se de aviões japoneses em voo rasante ao solo, as carlingas prateadas a cintilarem, as sombras a correrem pela rua como fantasmas fugidios. Os aviões passaram com um rugido e grande aparato e em alguns instantes já o som diminuía e eles estavam sobre a água e depois sobre a ilha de Hong Kong, largando pequenos projéteis sobre o porto de Victoria e as encostas dos montes. Em redor do Peak formavam-se pequenas nuvens, seguidas dos estampidos das detonações que segundos depois chegavam a Kowloon. Até àquele momento a ilha não apresentava sinais de ter sido tocada, mas nessa altura já várias colunas de fumo negro se alteavam dos pontos bombardeados.

“*Wah!*”, exclamou o chinês que se abrigara no beco e regressara à rua

para ver o bombardeamento no outro lado do canal. “Os alertas já soam em cima dos raides!” Pôs a mão em pala sobre os olhos para os proteger do sol e poder observar Victoria. “Os japoneses atacam a ilha! *Ayah!* Nem ali se está seguro!”

O homem parecia hesitar quanto ao que fazer perante esta evolução dos acontecimentos, se deveria seguir caminho em direção ao porto para tentar a travessia até à ilha de Hong Kong, se permanecer em Kowloon e aguardar aí o que o destino lhe reservasse, mas Lobo interrompeu-lhe os pensamentos.

“Oíça, qual é o melhor caminho para Ho Man Tin?”

O chinês olhou para o português como se este estivesse louco e Ho Man Tin fosse o último dos sítios para onde uma pessoa sensata devesse ir nesse instante, mas acabou por fazer um movimento com a mão e indicou uma rua que cortava à direita.

“Vá por ali”, apontou. “E entregue a alma aos seus antepassados!”

“*Stop!*”

O cano enferrujado da velha espingarda colou-se ao peito de Lobo, que se viu forçado a parar e a erguer os braços mal entrou na rua. Os três rapazes diante dele tinham feições euro-asiáticas, dois deles mais pronunciadamente chineses e o que segurava a arma um pouco mais europeu. Era normal os euro-asiáticos penderem mais para um lado ou para outro; chegara a conhecer irmãos em que isso acontecia. Vendo-os com ar aguerrido e dedo nervoso colado ao gatilho, concluiu que faziam parte dos bandos de delinquentes que andavam a pilhar a cidade. Ao longo do caminho até ali cruzara-se com suficientes lojas saqueadas e com as montras partidas para ter ilusões quanto ao que se passava nas ruas de Kowloon desde o início do ataque japonês e da consequente quebra da ordem pública.

“*You want my money?*”, perguntou em inglês, deitando as mãos ao bolso. “Querem o meu dinheiro?”

“*We want you out*”, retorquiu o rapaz que segurava a arma num inglês perfeito. Quem o ouvisse e não o visse pensaria tratar-se de

alguém nascido e educado na distante Inglaterra. “Queremos-te daqui para fora.”

“*If he moves, shoot him, Fonseca*”, aconselhou um dos seus companheiros sem tirar os olhos do estranho. “Se ele se mexer, abate-o, Fonseca.”

Lobo dera já um passo para trás para se ir embora, mas deteve-se. O nome que o rapaz chamara ao que apontava a espingarda fê-lo voltar-se.

“Fonseca?”, perguntou, mudando de imediato para português. “Vocês são portugueses?”

Os rapazes olharam-no com uma expressão desconcertada, já não tão firmes e agressivos como instantes antes. Parecia evidente que não tinham percebido as palavras do desconhecido, mas haviam reconhecido o idioma.

“*Num faz asnéra grandi-grandi*”, recomendou um deles, falando para os companheiros. “*Vai chamá Correa azinha-azinha!*”

Um dos rapazes fez meia volta e desatou a correr pela rua. Perante o que acabava de ouvir, Lobo não conseguiu reprimir um sorriso. Não havia dúvida, os rapazes eram portugueses de Hong Kong; confrontados com alguém que falava português moderno, haviam respondido em *patois*, um dialeto que derivava do português quinhentista e ainda era usado pelas comunidades de origem portuguesa que proliferavam pelas costas da Ásia, de Malaca a Xangai e passando por Macau e Hong Kong. Ele próprio falava *patois* e entendera que o rapaz que se afastara tinha recebido ordens para ir chamar um tal Correa *azinha-azinha*, ou depressa, mas optou por se manter em silêncio.

Só tinha de esperar.

O velho apareceu na rua de chapéu branco e fato de linho claro, com uma gravata azul-marinha de pontinhos brancos, e caminhava com a ajuda de uma bengala de madeira exótica envernizada. Era a elegância personificada; dir-se-ia um *dandy* tropical. Tinha o cabelo branco

puxado para trás e um bigode branco farfalhado e vinha acompanhado pelo rapaz que o fora chamar *azinha-azinha*.

Ao chegar-se ao pé do homem a quem os jovens apontavam a velha espingarda, o recém-chegado ajeitou os óculos redondos e estreitou as pálpebras, reconhecendo-o.

“Doutor Lobo?”

O governante de Macau sorriu e estendeu-lhe a mão.

“Como vai, doutor Bosco Correa?”, cumprimentou-o em português. Fez um sinal na direção dos rapazes. “Já vi que tem aqui uma bela guarda pretoriana...”

O cônsul interino de Portugal em Hong Kong fez um gesto com a mão na direção dos jovens, como se estivesse a afugentar moscas.

“*Fonseca, vai sosegá!*”

Ao ouvir a ordem em *patois*, e constatando que o cônsul conhecia o recém-chegado, o rapaz da espingarda baixou a arma e esboçou um sorriso embaraçado.

“*Disculpa iou-sa atrevimento.*”

Num gesto amistoso, Lobo pousou a mão no ombro dele.

“Não se preocupe, Fonseca. Fez bem o seu trabalho.”

O cônsul Correa agarrou o visitante pelo braço e puxou-o, começando a caminhar de regresso à casa de onde viera.

“Tivemos de montar guarda à rua”, justificou-se. “Sabe, isto tornou-se um inferno. A polícia e a tropa estão mais preocupadas com os japoneses do que com manter a ordem, pelo que houve pessoas que começaram por aí a saquear casas e lojas e a fazer trinta por uma linha. O barulho das pilhagens na Nathan Road ouvia-se a um quilómetro de distância, veja lá. Para nos protegermos da desordem, fomos forçados a criar patrulhas de defesa. Estes rapazes fazem parte de uma delas e estão encarregados de guardar a rua.”

Passaram pelo corpo de um chinês deitado no passeio com o peito empapado de sangue seco.

“Os japoneses já passaram por aqui?”

O cônsul lançou um olhar superficial ao cadáver, como se ele não

tivesse mais valor do que a carcaça de uma ratazana.

“Não. Este é um dos tipos que esta manhã tentou entrar na minha casa para assaltar os portugueses que aqui se vieram refugiar. Os rapazes apanharam-no e fuzilaram-no. Os outros saqueadores fugiram e não voltaram.” Sorriu. “Quem tem cu tem medo!”

Um arrepio percorreu o corpo de Lobo. Virou-se para trás e espreitou a figura do jovem Fonseca agarrado à sua espingarda. Percebeu que pouco antes, quando ele lhe apontara a arma ao peito e o mandara parar, não estava a brincar.

“Livra!”

Escurecia já no momento em que cruzaram o portão guardado por outros dois jovens e entraram no quintal da vivenda do cônsul. Lobo deparou-se com um verdadeiro acampamento. Havia tendas montadas ao longo do jardim e do quintal e pessoas a deambular por toda a parte; eram famílias com panelas e lenha e crianças e roupa estendida. A vivenda tinha igualmente as varandas transformadas em alojamentos improvisados para abrigar mais famílias, e lá em cima, bem no topo, como um farol que a todos orientasse, esvoaçava a bandeira portuguesa.

“Estão na minha casa umas quatrocentas pessoas”, indicou o cônsul Correa, conduzindo-o para a porta principal. “São sobretudo portugueses que vivem aqui em Ho Man Tin ou que vieram de Kowloon Tong e que se sentem mais protegidos num sítio onde esteja içada a nossa bandeira. Como o consulado se encontra no edifício do Bank of East Asia, na Des Voeux Road, e é um apartamento demasiado pequeno e sem condições nenhuma, decidi transferir as operações para a minha casa. Sempre dispomos de mais espaço aqui, não é verdade?”

A noite caía e a temperatura também. Muitos dos refugiados alumiam as velas e chegavam o lume às pilhas de lenha para acender fogueiras. O anfitrião conduziu o visitante para o interior da vivenda, onde também havia velas acesas por toda a parte.

“Não tem luz?”

“A eletricidade foi cortada ontem à noite”, disse o cônsul. “Também o telefone está inoperacional. Isto é uma desgraça, doutor. O pior é a água, que foi igualmente cortada. A água é o que mais falta faz.”

Um cheiro a detritos e urina e fezes percorria o ar, misturando-se com o de comida a ser cozinhada.

“Não me diga isso. Então como consegue o senhor dar de beber e de comer a toda esta gente?”

O anfitrião revirou os olhos.

“Um tormento, nem imagina!”, desabafou. “Felizmente os rapazes fizeram um furo no quintal e encontrámos uma fonte subterrânea. Estamos a usar esse poço para nos remediarmos.”

Sentiram um vulto passar por eles e o cheiro a fezes tornou-se muito intenso. O sopro amarelado das velas iluminou um homem que quase corria a carregar dois baldes, ambos tão pesados que ele não conseguiu evitar o embate em Lobo. “*Disculpa!*”

O vulto cruzou a porta de entrada e desapareceu para lá dela.

“Os esgotos não funcionam”, explicou o cônsul. “O saneamento é o nosso principal problema. Tive de organizar um serviço para transportar os excrementos em baldes lá para fora. Abrimos umas valas no quintal e atiramos a porcaria toda lá para dentro.”

O visitante esboçou uma careta enojada e estremeceu.

“Caramba!”, exclamou. “Isto vai mal...”

O dono da casa levou-o escadas a cima e, com uma vela na mão, conduziu-o a um compartimento com uma cama larga, uma mesa e várias cadeiras.

“Estes são os meus aposentos, o único sítio onde não deixei ninguém vir”, disse, sentando-se numa das cadeiras. “Aqui estamos à vontade para falar. Onde irá passar a noite?”

Lobo olhou em redor.

“Confesso que tinha pensado em pedir-lhe para me acomodar, mas já vi que tem aqui tanta gente e está de tal modo pressionado que não é uma boa ideia. Acho que vou pernoitar ao Hotel Península.”

“Se tem dinheiro, parece-me melhor”, assentiu o cônsul Correa. “E

quais são os seus planos aqui em Hong Kong?”

“Vim para organizar a saída da comunidade portuguesa”, explicou o governante de Macau. “Já percebi que o senhor tem aqui quatrocentas pessoas em sua casa. Onde poderei encontrar mais portugueses?”

“Acho que muita gente se refugiou no Clube Lusitano, em Matto Moro. Também o Clube de Recreio, aqui perto, está cheio de portugueses. E há, claro, os duzentos portugueses que fazem parte do Corpo de Defesa dos Voluntários de Hong Kong. Foram formadas duas companhias portuguesas, a quinta, chefiada pelo capitão Chris Castro, e a sexta, do capitão Botelho, ambas posicionadas na ilha. Tanto quanto sei, temos homens nossos na defesa de Mount Davies, ao lado do Peak, e outros em Shouson Hill. Rezo para que não lhes aconteça nada.”

“Todos os portugueses de Hong Kong têm os papéis em ordem? Bilhete de identidade, passaporte...”

A pergunta deixou o cônsul momentaneamente calado. Abriu uma gaveta e tirou uma pasta, que começou a folhear.

“Vou ser sincero consigo”, disse. “A maior parte dos portugueses de Hong Kong, como sabe, nem português fala. Muitos são descendentes de macaenses que para aqui vieram no século passado e que se tornaram súbditos britânicos. Mantêm os nomes portugueses, falam *patois* em casa e orgulham-se das suas origens, mas do ponto de vista estritamente jurídico não têm direito à nossa nacionalidade. O que tenho estado a fazer é... é... enfim, é dar-lhes passaportes para que se possam proteger dos japoneses.”

Os dois homens trancaram o olhar por alguns instantes, um a pedir cumplicidade, o outro a ponderá-la.

“Pois sim”, aprovou Lobo por fim. “Fez muito bem.”

O cônsul Correa suspirou de alívio.

“Graças a Deus!”, exclamou. “A questão agora é saber como vamos tirar estas pessoas daqui.”

“Deixe-me localizar toda a gente e falar com as autoridades britânicas”, indicou Lobo. “Preciso que me entregue uma lista com os nomes das pessoas que estão aqui na sua casa e que queiram ir para

Macau. Faça o favor de passar a palavra, para que possamos juntar o maior número possível de portugueses. Terei também de ir ao Clube Lusitano e ao Clube de Recreio. Logo que esteja tudo pronto, contactá-lo-ei para executarmos a operação.”

Passaram a meia hora seguinte a ver a pasta com os nomes registados no consulado, tendo o diretor dos Serviços de Economia e Finanças de Macau anotado os endereços daqueles que não tinham aparecido no consulado mas poderiam querer sair.

Quando deu a tarefa por concluída, Lobo levantou-se para se despedir.

“Andar pelas ruas de Kowloon à noite é perigoso”, observou o cônsul, acompanhando-o à porta. “Vou mandar uma das minhas patrulhas levá-lo ao Península.”

Os dois homens despediram-se junto ao portão e Jorge Lobo fez-se ao caminho, escoltado por Fonseca e pelos seus dois companheiros, os passos dos quatro homens a ecoarem pelas calçadas como se fossem eles as únicas almas vivas na cidade.

As ruas de Kowloon estavam mergulhadas na escuridão. A noite era apenas iluminada pelo clarão dos incêndios e das explosões que invadiam o céu com um hálito vermelho sinistro, projetando sombras fantasmagóricas assustadoras sobre a rua e os muros; dir-se-ia que se abriam ali as portas das chamas eternas. E o que era a guerra senão o próprio Inferno?

III

Foi com uma vénia formal e sorrisos reprimidos que o governador de Macau e o cônsul do Japão se cumprimentaram diante do pelotão de soldados portugueses que formara no pátio do Palácio da Praia Grande. Os dois voltaram-se de seguida para a unidade militar e o capitão Tavares gritou uma ordem.

“Apresentar armas!”

Os soldados corresponderam com um movimento sincronizado. De seguida, um tenente fez um gesto no ar e a banda da PSP desatou a tocar uma marcha, os instrumentos a sobreporem-se por momentos ao rumor distante de guerra que soprava de Hong Kong. A seguir foram entoados os acordes dos hinos português e japonês e no final o governador e o cônsul avançaram lado a lado e passaram revista ao pelotão.

Concluída a cerimónia, Artur fez um sinal ao visitante a indicar as escadas e ambos subiram ao primeiro andar do palácio, hirtos e formais, acompanhados uns degraus atrás pelo capitão Tavares. Uma vez no piso superior, o governador deu indicações ao seu ajudante de campo de que não desejava ser incomodado e fechou-se com o diplomata na sala azul.

“Meu caro Fukui!”, exclamou Artur quando ficaram a sós, dando um abraço ao seu velho amigo japonês. “Como está você?”

O cônsul Satake Fukui devolveu o sorriso.

“Excelente, meu honorável amigo!”, disse com evidente regozijo no

seu português aprendido em Tóquio e desenvolvido em Berlim graças ao convívio com o seu anfitrião português. “Melhor ainda por vê-lo de tão boa saúde!”

“E a sua mulher? Não veio?”

“Tivemos um terceiro filho...”

“A sério? Parabéns! Vocês é que são uma máquina de produzir crianças, hem? Isso é só despachar filharada!”

“O que quer, Artur-san? É preciso dar súbditos a sua majestade imperial!”

“Mas, diga-me, onde está a sua mulher?”

“*Yare yare*, nem me diga nada! Por causa desta nova criança, a Ren não quis vir. Diz que está farta de viver no estrangeiro e que tem saudades do Japão, que precisa da ajuda da mãe para tratar das crianças, que a China não é saudável para os japoneses... eu sei lá! O facto é que foi para Quioto.”

“Oh, que pena! Teria muito gosto em vê-la.”

“De qualquer modo, ela manda-lhe cumprimentos e pediu-me que lhe diga que pensa todos os dias em si e que vai muitas vezes ao templo budista perto de casa para rogar pelo seu *karma*.”

“Uma joia, essa sua mulher.”

Tratava-se de um feliz reencontro, uma vez que eram grandes amigos dos tempos das suas missões em Berlim, os postos anteriores de ambos e o sítio onde se haviam conhecido, pelo que foi ainda a sorrir que se acomodaram nas cadeiras em estilo D. João V junto à lareira que aquecia a sala azul naquela manhã gelada. Antes de se sentar, Fukui pegou num embrulho com as duas mãos e, solene, estendeu-o ao seu anfitrião.

“Andei a pensar num presente auspicioso para quando o visse e trouxe-lhe isto”, disse com uma vénia. “Espero que seja do seu agrado.”

Artur recebeu o embrulho com as duas mãos, gesto que sabia ser essencial na etiqueta japonesa, uma manifestação de respeito e apreço, e desfez o papel que o cobria.

“Ah! Um livro!”

“Uma coleção de poemas budistas que encontrei em Nagasáqui traduzida em português. Espero que o meu honorável amigo os aprecie.”

O governador colou o livro ao peito.

“Agradeço-lhe do fundo do coração”, disse. Sem perder tempo, dirigiu-se ao bar e pegou numa garrafa. “Tenho também aqui uma coisinha que decerto o irá alegrar...”

Os olhos de Fukui cintilaram ao ver a bebida que o anfitrião lhe servia.

“Ah, Artur-*san*, que saudades do vosso magnífico vinho do Porto! Terminei há dois meses a última garrafa que o meu honorável amigo me deixou em Berlim e já tinha saudades deste néctar dos céus...”

Os copos tilintaram e, depois de saborearem o primeiro trago, sentaram-se ambos. O japonês passeou o olhar pelos azulejos portugueses e pelas tapeçarias feitas a partir de uma pintura de João Botelho e duas de Almada Negreiros, mas o anfitrião não o deixou alongar-se na contemplação daquelas peças; havia muita conversa para porem em dia.

“Quem diria que nos voltariámos a encontrar, hem?”

“É verdade, Artur-*san*”, assentiu Fukui. “Parece realmente mentira! Ainda no outro dia estávamos a testemunhar o início da guerra na Alemanha e agora... agora encontramos-nos aqui. As voltas que a vida dá!”

A coincidência era de facto extraordinária. Enquanto elemento das forças armadas, Artur Teixeira desempenhara funções como adido militar da legação portuguesa em Berlim, cidade para onde Fukui fora destacado no quadro da representação diplomática japonesa. Ambos se conheciam desse tempo em que haviam formado uma sólida amizade.

“Olhe, quando soube noutro dia que era o meu amigo quem vinha para aqui ocupar o lugar de cônsul, nem sabe a alegria que senti”, revelou o governador. “Foi uma grande surpresa, nem imagina.”

“Ah, com certeza que imagino, até porque a alegria é recíproca. Aliás, tenho de lhe confessar que pedi a Tóquio que adiasse o mais possível a

comunicação a Lisboa da minha identidade, justamente para lhe fazer uma surpresa. A minha ideia era aparecer aqui sem que o meu honorável amigo soubesse que era eu o novo cônsul, está a ver? Infelizmente não nos foi possível, por razões burocráticas e protocolares, manter o meu nome mais tempo em segredo.”

“Mesmo assim foi uma bela surpresa. E como estava Berlim quando deixou a cidade?”

“Com as boatarias e a loucura de sempre. Os alemães andam convencidíssimos de que vão conquistar tudo e o problema é que se tem mesmo a impressão de que ninguém os consegue travar. Quando há umas semanas saí de Berlim, a Wehrmacht estava a uns meros onze quilómetros de Moscovo e apenas o Inverno lhes susteve o avanço. Parece que estão quase quarenta graus negativos na Rússia, veja só.”

“Ufa, é fresquinho. Os russos é que ficaram admirados quando viram os boches entrarem-lhes pelo país dentro, hem?”

“Se quer que lhe diga, foi bem feito. Não se lembra da forma miserável como eles se entenderam com os nazis para esquartejar a Polónia? A aliança dos socialismos rivais! Pois agora foram eles próprios a levar com os alemães, para ver se gostam! É fácil dispor dos outros, é duro quando os outros dispõem de nós.”

“As montras das lojas de Berlim continuam a exhibir os mesmos produtos que depois ninguém pode comprar?”

“Estão na mesma.”

“E as anedotas? Os alemães ainda se riem?”

“Oya, há umas incríveis!”

“Conte, conte.”

Fukui afinou a voz.

“Bem, a última que corre é sobre o Goebbels. Como sabe, toda a gente na Alemanha o odeia, até os nazis. Então parece que o bom do ministro da Propaganda estava a afogar-se num lago do Tiergarten quando um rapaz, ao aperceber-se da situação, mergulhou e foi lá salvá-lo. Uma vez cá fora, o Goebbels perguntou-lhe: então, rapaz, como te posso agradecer? Diz-me o que queres e tê-lo-ás. E o rapaz

respondeu: bem, eu gostaria de ter um funeral de estado muito bonito. O Goebbels ficou admiradíssimo com este pedido. Um funeral, com a tua idade?, questionou. Mas tu não vais morrer em breve. E o rapaz disse: espere até eu chegar a casa e contar ao meu pai quem é que salvei de morrer afogado!”

Os dois soltaram uma gargalhada.

“Ah, meu caro Fukui! Você tem um jeitão para as anedotas.”

“Não sou eu quem as inventa...”

“Mas tem talento para as contar”, disse. Ajeitou a sua posição para se pôr confortável e mudou de assunto. “Bem, a Alemanha já lá vai. Estamos aqui na Ásia e a situação, parece-me a mim, vai de mal a pior. Como diabo é possível que o Japão tenha decidido meter-se nesta alhada com a América?”

O diplomata japonês esboçou um semblante de desalento e engoliu um trago de vinho do Porto, como se precisasse da bebida para abordar aquele tema.

“Às vezes nem eu percebo como chegámos a isto”, confessou. “Talvez tenha sido a grande roda da causalidade que aqui nos trouxe, quem sabe?”

“A roda da causalidade?”

“Isso é uma coisa que vocês, os ocidentais, com o vosso raciocínio baseado na lógica, em definições, axiomas e pensamento dedutivo e indutivo, têm dificuldade em entender. Os japoneses adotaram a tecnologia ocidental, mas mantiveram a cultura oriental. Para nós não há raciocínio lógico, apenas permanente contradição, *yin* e *yang*. Os deuses e os homens, o espírito e a matéria, o bem e o mal, tudo isso são opostos que se fundem harmoniosamente na grande roda da causalidade. É por isso que uma coisa pode ser boa e má ao mesmo tempo. Enquanto os ocidentais criticam o comportamento contraditório, nós abraçamo-lo. Somos capazes de sorrir depois da morte de um familiar e de empurrar no elétrico uma pessoa que tratávamos com extrema delicadeza quando nos visitou em casa. Foi com este tipo de contradição que os nossos militares nos meteram nesta

loucura na China. Os oficiais assassinavam um político liberal e depois apresentavam desculpas à mulher pelo inconveniente causado, os nossos soldados embarcaram para a China para resgatar os chineses do imperialismo capitalista e russo e agora massacram-nos impiedosamente. *Yin e yang*, contradições permanentes. Deixámo-nos ir porque, não passando de gotas no oceano do nada, abraçamos a crença budista de que a roda da causalidade, ao girar eternamente, nos apanhou na espiral dessa loucura. Somos fatalistas e abraçamos o inevitável com resignação.”

O governador fez um trejeito com os lábios e mirou o amigo de lado, numa expressão carregada de ceticismo.

“O senhor está a tentar convencer-me de que se meteram com os americanos por causa de uma roda da causalidade? Que conversa vem a ser essa?”

“Tenho a noção de que é impossível explicar isto a um ocidental, mas a estratégia dos nossos militares evoluiu erraticamente e foi mudando consoante os ventos. A guerra na China está a correr mal? É melhor retirarmo-nos. No dia seguinte os alemães derrotaram os ingleses e os franceses? É melhor atacarmos os capitalistas ocidentais. Num momento queremos abandonar a China, no momento a seguir decidimos atacar todo o Ocidente. *Yin e yang*, contradição permanente. Em público falávamos de guerra contra a América, em privado enviávamos mensagens de paz aos americanos. O presidente Roosevelt foi incapaz de compreender a nossa essência contraditória e, de equívoco em equívoco, acabámos a bombardear Pearl Harbor.”

“E vocês acreditam mesmo que podem vencer esta guerra?”

“Quer a resposta oficial? Sim, acreditamos. Como sabe, quatro dias depois de termos arrasado a frota americana em Pearl Harbor a Alemanha declarou guerra aos Estados Unidos. Isto significa que os americanos não se irão preocupar apenas connosco. Aliás, temos até esperança de que considerem o teatro europeu prioritário, o que nos dará uma folga importante. Por outro lado, enfrentarmos os americanos é a única hipótese que temos de vencer. Se não lutássemos, teríamos de

nos inclinar perante a América e isso seria a derrota. Como decidimos lutar, pelo menos sabemos que podemos ganhar. Assim sendo, foi a decisão certa. Além do mais, por que razão é aceitável que a Inglaterra ocupe a Índia, a Malásia, Hong Kong e Singapura, a América ocupe as Filipinas, a França ocupe a Indochina e a Holanda ocupe as Índias Orientais, mas é um crime hediondo o Japão entrar nos mesmos territórios para os libertar?”

“É uma boa pergunta”, admitiu Artur. “Mas não respondeu à questão que lhe apresentei. Vocês acreditam mesmo que podem vencer esta guerra?”

“A resposta oficial é aquela que lhe dei enquanto diplomata do Japão.” Fez uma curta pausa. “Agora, se quer a minha opinião pessoal, dá-la-ei com estatísticas. Por cada vinte toneladas de aço que a América produz, o Japão produz uma. Por cada cem litros de petróleo que a América produz, o Japão produz um. Por cada dez toneladas de carvão que a América produz, o Japão produz uma. A vantagem americana é de cinco para um na produção de aviões, dois para um na de navios, cinco para um na força de trabalho. Usando a lógica dedutiva ocidental, o que conclui o meu honorável amigo desta desproporção?”

“O Japão não tem hipótese.”

O cônsul japonês esboçou um semblante resignado.

“Nada mais somos, Artur-san, do que uma ínfima gota apanhada pela eterna voragem da roda da causalidade e lançada no grande oceano do nada. Conhece porventura a palavra japonesa *sayonara*?”

“Isso é *adeus*, não é?”

“Em bom rigor, *sayo* significa *assim*, e *nara* significa *se*. *Sayonara* é literalmente *se assim*. Ou, num português mais correto, *assim seja*. É uma expressão de fatalismo oriental. Ao dizer *sayonara*, dizemos *assim seja*. Dizemos *sayonara* a cada momento da vida porque a vida é um sonho e tudo está em mudança. Aceitamos a mudança e despedimo-nos de cada momento, dizemos *sayonara* a cada instante como se estivéssemos permanentemente a despedir-nos da vida, *assim seja*. Tudo muda na grande roda da causalidade. O pequeno Japão não tem

hipóteses perante a grande América? *Assim seja.*”

Tornava-se claro para Artur que o amigo de Berlim se encontrava algo deprimido com a evolução dos acontecimentos. Talvez não fosse bom prosseguir com aquele tema. O melhor seria aligeirar as coisas.

“Então diga-me lá”, interrompeu num tom subitamente jovial, mudando o rumo da conversa. “Onde está hospedado?”

O cônsul desenhou um gesto vago no ar.

“No Hotel Central, receio bem.”

“Receia? Mas porquê?”, surpreendeu-se o governador. “O Central é o melhor e mais moderno hotel de Macau. Encontra-se em plena Avenida Almeida Ribeiro e possui dois restaurantes, cabeleireiro, lojas, casino, salas de entretenimento... eu sei lá, tudo o que há de mais conveniente! Não poderia encontrar melhor sítio, meu caro!”

“Oya, o problema é justamente o entretenimento”, disse o japonês, forçando um sorriso. “Logo na primeira noite o empregado perguntou-me se eu precisava de uma rapariga. Fez a pergunta como quem queria saber se eu desejava sabonete no quarto de banho, está a ver? De modo que me interroguei logo quanto à qualidade e ao nível do estabelecimento onde me tinha hospedado.”

O anfitrião fez um gesto de resignação.

“Ah, mas aqui em Macau é tudo assim, meu caro”, disse. “Aceitar essa realidade e conviver com ela é para mim como engolir sapos vivos, percebe? Vai frontalmente contra a minha formação cristã, mas... enfim, as coisas às vezes são como são, não como gostaríamos que fossem, não é verdade? *Yin e yang*, como o meu amigo diz.”

“Assim é, Artur-san. O que não nos impede de atuar para contornar essas situações.” Cruzou a perna. “Por acaso não haverá aqui em Macau uma qualquer moradia que possa alugar e onde eu me possa instalar?”

“Temos de ver isso”, devolveu Artur pensativamente. “Sabe, o problema é que a maior parte das moradias foram tomadas pelas famílias ricas de Hong Kong. Precavendo-se contra quaisquer surpresas, vieram para cá ainda antes de vocês atacarem. É por isso que todas as

habitações condignas estão ocupadas, receio bem. Mesmo os apartamentos e anexos mais miseráveis se encontram cheios de refugiados que chegaram de Hong Kong, Cantão, Xangai e de sei lá onde. Isto está aflitivo, o meu amigo nem imagina! De modo que não temos capacidade de acolher mais gente.”

“Compreendo perfeitamente. De qualquer modo, Artur-*san*, se descobrir qualquer coisa não se esqueça de me avisar.”

“Com certeza. De resto, se ajudei a encontrar casa para o coronel Sawa, por maioria de razão ajudá-lo-ei a si.”

A referência ao chefe do Kempeitai fez Fukui remexer-se com evidente desconforto.

“A propósito de coronel Sawa, que tal se dá com ele?”

O governador fez uma careta.

“Olhe, não quero falar mal dos seus compatriotas...”

O japonês riu-se.

“Não diga nada, já entendi tudo. Eu próprio conheço muito bem o coronel Sawa. Bem de mais, para ser sincero.”

“A sério?”

“E mais não digo, porque não posso.”

“Bom, mas o que nos interessa o coronel Sawa? O Fukui encontra-se aqui e não imagina como estou contente por revê-lo. Tenho a certeza de que nos iremos entender às mil maravilhas.”

Ao ouvir estas palavras o diplomata suspirou, como se uma nova sombra manchasse a ocasião.

“O aborrecido, meu honorável amigo, é que já não somos meras testemunhas descomprometidas dos acontecimentos à nossa volta, como acontecia nos nossos tempos de Berlim, mas atores”, observou, levantando o dedo para enfatizar a ressalva. “Ainda por cima atores que estão posicionados, receio bem, em campos opostos.”

“Que é isso, homem? O Japão está em guerra, mas que eu saiba não é contra Portugal...”

“E esperemos que nunca venha a ser, Artur-*san*”, retorquiu Fukui lugubrememente. “Posso garantir-lhe, de resto, que tanto quanto me foi

dado entender não é essa a presente intenção de Tóquio. Aliás, se fosse não teria sido criado este posto nem eu teria aceitado vir para aqui, creia-me. Tenho demasiado respeito por si, pelos portugueses e pelo nosso passado comum para me prestar a um papel desses. Mas não temos maneira de saber qual vai ser a evolução dos acontecimentos, pois não? Não se esqueça, a grande roda da causalidade está sempre a rodar, tudo é mudança e impermanência. Um momento é *yin*, o outro é *yang*, agora amigos e amanhã inimigos.”

“Caramba! Que mau agoiro!”

O japonês fez um gesto a indicar a janela.

“Veja o que se está a passar à nossa volta, meu honorável amigo. Depois de ter dado cabo da esquadra americana do Pacífico e de conquistar Hong Kong, que nas nossas previsões não deverá aguentar mais de uma semana, o Exército Imperial irá tomar as Índias Orientais aos holandeses, de modo a aceder ao petróleo aí existente e furar assim o embargo ocidental. Depois será a vez de expulsarmos os americanos das Filipinas e os ingleses da Malásia e de Singapura. Aliás, e tanto quanto sei, as nossas tropas desembarcaram já na Malásia e preparam-se para lançar o assalto a Singapura. Quem sabe se não iremos também à Índia britânica e à Austrália? Não dizem os nossos ideólogos nacionalistas socialistas que o nosso desígnio é libertar a Ásia proletária da exploração a que os capitalistas ocidentais a sujeitaram e sujeitam ainda e do imperialismo russo que se esconde por detrás da retórica comunista soviética? Vamos estabelecer aquilo que no ano passado designámos esfera de coprosperidade na grande Ásia oriental, uma comunidade de nações em que todos os proletários asiáticos são iguais.”

“Iguais aos japoneses?”

“Em teoria”, retorquiu num tom a roçar a ironia. “Mas, quando alguns desses nossos ideólogos falam em igualdade, não se esquecem de enfatizar que esta esfera terá de ser liderada pela raça *yamato*, a vanguarda que guiará a esfera socialista asiática.”

“Essa esfera da coprosperidade parece-me uma espécie de versão japonesa do Terceiro Reich...”

“Claro que o desejo é estabelecer na Ásia uma espécie de Terceiro Reich”, assentiu. “O que está na mente de algumas pessoas no meu país é que os alemães dominem a Europa e nós dominemos a Ásia, e as coisas podem não se ficar por aqui. O Terceiro Reich alemão e a esfera da coprosperidade japonesa serão o primeiro passo para mais tarde se estabelecer o princípio do *hakko ichiu*, ou todo o mundo debaixo do mesmo teto, o objetivo último da história da humanidade segundo os ideólogos xinto do meu país. O *hakko ichiu* prevê que o imperador do Japão, que é a encarnação de Deus na Terra, estenda o seu domínio a todo o planeta, unindo assim toda a humanidade e colocando-a inteiramente sob proteção divina. Deste modo a guerra fica justificada. Lutamos contra os outros povos... para bem deles.”

Artur esboçou uma careta.

“O meu amigo acredita mesmo nisso?”

Fukui encolheu os ombros.

“Não é difícil adivinhar o que penso de todas estas ideias xintoístas, socialistas e nacionalistas”, disse, assim a distanciar-se nas entrelinhas. “O meu honorável amigo está a imaginar o senhor Hitler, com as suas pretensões relativas a uma suposta superioridade racial ariana, a aceitar sua majestade imperial como seu suserano?”

“Não me parece...”

O cônsul esboçou um gesto vago com a mão.

“As nossas opiniões pessoais a este respeito são, receio bem, absolutamente irrelevantes. O que é importante para a nossa conversa são as consequências para este cantinho onde agora nos encontramos, Macau, da guerra que começou entre o Japão e as potências ocidentais. Já reparou que a bandeira portuguesa neste território será em breve o único estandarte ocidental hasteado em soberania entre a Índia e a América? E já viu em que posição a criação da esfera de coprosperidade deixará esta vossa colónia?”

A sombra que enturvava o espírito do diplomata transferiu-se para o rosto do governador.

“Um dia teremos também de sair.”

Fukui anuiu.

“Desde o momento em que o Japão aniquilou a esquadra americana no Havai, em que atacou Hong Kong e iniciou o assalto a Singapura, para o bem e para o mal, já nada é o mesmo na Ásia. A grande roda da causalidade está a girar. As circunstâncias alteraram-se significativamente e isso terá, como é natural, grandes repercussões aqui em Macau.”

“O meu amigo quer dizer que também vamos ser atacados?”

“Afasto para lá o mau agoiro! Que eu saiba não há planos a curto e médio prazo, como lhe disse. A longo prazo será decerto diferente, uma vez que não faz sentido que os americanos, os ingleses, os holandeses e os franceses saiam e os portugueses permaneçam. Lá diz o nosso *slogan*, a Ásia é para os asiáticos.” Fez uma careta. “Mas estamos a antecipar uma discussão que só será feita daqui a muito tempo e em circunstâncias decerto diferentes das atuais, pois tudo está em permanente mudança, por isso parece-me melhor nem perdermos tempo com isso. O que nos deve preocupar agora é o presente e a esse respeito o que lhe posso dizer, meu honorável amigo, é que o governo imperial aguarda a melhor cooperação das autoridades portuguesas. Uma cooperação ainda mais forte do que até agora, se me é permitido dizer.”

“Mas Portugal é um país neutral...”

“Com certeza. Aceitamos, respeitamos e até encorajamos a vossa neutralidade. As instruções que recebi de Tóquio, contudo, vão no sentido de lhe solicitar uma neutralidade cooperante, se assim lhe posso chamar. Note que Macau está a partir de agora totalmente isolado do mundo ocidental. Todo o território em volta, e por milhares e milhares de quilómetros quadrados, é agora controlado pelo exército, pela aviação e pela marinha imperiais. Este lado do Pacífico está prestes a tornar-se um mar japonês, o que acontecerá quando Singapura, as Filipinas e as Índias Orientais holandesas caírem nas nossas mãos. Não está com certeza à espera que as forças imperiais aceitem de ânimo leve que um grão de pó como Macau venha a tornar-se um problema, pois não?”

Artur hesitou. Com o ataque e a presumível queda de Hong Kong, Macau ficaria de facto inteiramente à mercê dos japoneses. Como poderia ele contrariar a força da história?

“O que entende o meu amigo por neutralidade cooperante?”

O diplomata japonês abriu a pasta que trouxera para este primeiro encontro entre ambos e retirou um documento que entregou ao governador.

“Eis as minhas credenciais enquanto cônsul do Japão”, disse. “É pois na qualidade de representante oficial do governo de sua majestade imperial que agora me pronuncio.” Ato contínuo, extraiu um papel que pousou no regaço para o consultar. “O Japão é um país de bem que se está a esforçar por libertar a Ásia da ocupação ocidental e estabelecer a paz, a harmonia e o bem-estar no continente. Assim sendo, e levando em conta as relações históricas entre Portugal e o Japão, solicitamos do governo português de Macau que não preste auxílio aos inimigos do nosso país, designadamente através da reexportação de mercadorias provenientes da China, e que proíba a publicação na imprensa chinesa de Macau de textos desfavoráveis ao Japão ou ao governo chinês apoiado pelo Japão.”

“Nada a obstar quanto à censura da imprensa, aliás prática normal em Portugal”, aceitou Artur. “De resto, os próprios ingleses, que se gabam da sua democracia e da liberdade de expressão, praticam-na em Hong Kong, não é verdade?”

“Desde 1925”, lembrou Fukui. “Não só obrigaram os jornais chineses a submeter os seus artigos a censura prévia, de modo a eliminarem textos que nos fossem desagradáveis, como ainda decretaram a censura de todo o correio entre Hong Kong e a China.”

“Eu sei, meu caro amigo. Nesse aspeto esteja descansado. Se a liberal Inglaterra pratica a censura, Portugal praticá-la-á também. E posso além disso assegurar-lhe que não temos autorizado a passagem pelas nossas águas territoriais de mercadorias que sirvam os inimigos do Japão, a exemplo do que os ingleses começaram também a fazer. Presumo que se esteja a referir a armamento, munições e outro material

do gênero, não é verdade?”

“Assim é, meu honorável amigo”, assentiu o diplomata. “Mas faço notar que temos informações segundo as quais um bandido chinês, um tal... *Murtal*, anda a dedicar-se ativamente a esse contrabando.”

“Trata-se, como o meu amigo bem disse, de contrabando. O *Imortal* é um pirata chinês, não nos podemos responsabilizar pelos seus atos. Naturalmente que, se o virmos em ação, tudo faremos para o deter. No entanto, e se o poderoso Exército Imperial japonês não lhe consegue deitar a mão, como se pode esperar que as exíguas forças portuguesas de Macau o façam?”

O cônsul ajeitou os óculos e voltou a baixar os olhos para o papel que tinha sobre o regaço.

“Compreendo perfeitamente, Artur-san”, disse. “Mas, nesse caso, estou instruído pelo meu governo para lhe solicitar que as autoridades portuguesas procedam a inspeções regulares e de surpresa a todas as embarcações que entrem nas vossas águas, de modo a neutralizar totalmente o contrabando de armas e munições para os bandidos chineses. A instância do meu governo, rogo também que mande encerrar a atividade em Macau de todas as organizações ligadas ao governo ilegítimo de Chungking, das que fornecem mero apoio logístico e financeiro às que exercem ações de espionagem, e ordene a deportação de todos os indivíduos perigosos que as nossas forças imperiais lhe indiquem para que os possamos neutralizar.”

As palavras do japonês fizeram Artur franzir o sobrolho.

“Querem que deportemos pessoas que vocês nos indiquem?”, estranhou. “Mas isso é fazer de nós vossos lacaios. Devo lembrar-lhe que Portugal é um país soberano e neutral.”

“Longe de mim pôr em causa essa soberania e essa neutralidade, meu honorável amigo. É justamente por isso que lhe peço que deporte pessoas que ponham em causa a justa posição neutral que Portugal adotou.” Pigarreou, quase embaraçado com o que ainda tinha para dizer. “Aliás, só com essa cooperação da vossa parte nos será possível cooperar convosco, quer a permitir a passagem de abastecimentos

alimentares para Macau, quer até a facilitar o transporte para esta colônia dos elementos da comunidade portuguesa apanhados no fogo cruzado da libertação de Hong Kong.” Estreitou os olhos para sublinhar o que dissera. “Espero que o meu honorável amigo entenda o alcance das minhas desafortunadas palavras...”

O governador endireitou-se na cadeira e sentiu um suor frio percorrer-lhe as têmporas. Acabara de escutar uma ameaça velada. O que o cônsul na verdade lhe dizia, decerto em obediência a instruções de Tóquio, era que o Japão iria estrangular Macau e infernizar a vida dos portugueses de Hong Kong se as suas exigências não fossem aceites. Estava pois em causa a segurança dos seus compatriotas e a própria sobrevivência da colônia, algo que não podia ignorar. Nessas circunstâncias, o que fazer? Deveria manter a sua posição? Ou seria melhor tornar-se mais flexível?

“Bem, não há dúvidas de que os seus pedidos se inserem na política de neutralidade proclamada por Portugal”, disse, ensaiando o recuo. “Agradeço até a vossa cooperação, uma vez que nos ajudará a melhor cumprir com as nossas obrigações.”

O cônsul Fukui suspirou de alívio.

“Sabia que o meu honorável amigo compreenderia.”

“Sem dúvida que compreendo. No entanto, devo sublinhar que o modo de execução que o senhor sugere é, se me permite dizê-lo, ofensivo da nossa soberania. Como lhe disse, não somos lacaios das autoridades japonesas nem como tal poderemos ser encarados ou tratados. Para que deportemos alguém não basta que as autoridades japonesas nos apontem este ou aquele indivíduo. É preciso que tenhamos provas de que essas pessoas estão de facto envolvidas em atividades que violam os nossos deveres de neutralidade, se é que me faça entender.”

“Meu honorável amigo, a sua interpretação dos pedidos do meu governo está a ser feita demasiado à letra”, contrapôs o diplomata japonês em tom conciliatório, esforçando-se por encontrar um entendimento aceitável para ambas as partes. “A realidade prática do

dia a dia encarregar-se-á de resolver quaisquer dificuldades que venham a surgir.”

“Isso é o que o meu amigo me diz agora verbalmente, mas não é o que fica escrito”, argumentou Artur, indicando o papel aberto no regaço do seu interlocutor. “Tem de compreender que, na minha posição, preciso de ter o maior cuidado com os documentos nos quais ponho a minha assinatura.”

O cônsul do Japão respirou fundo. Por um lado entendia a posição do governador português, mas por outro tinha as suas ordens para cumprir.

“Poderei, se quiser, introduzir algumas clarificações a estes nossos pedidos”, sugeriu Fukui, procurando um compromisso. “Por exemplo, ficaremos com a responsabilidade de chamar a atenção do governo de Macau para movimentos de embarcações que nos pareçam suspeitos. Ou seja, não estaremos a solicitar nenhuma ação, mas simplesmente a informar as autoridades portuguesas. Parece-lhe bem assim?”

O governador ponderou a proposta de olhos perdidos nos motivos dos azulejos que decoravam a sala azul. O seu amigo dos tempos de Berlim transformava a exigência japonesa numa mera troca de informações. Assim postas as coisas, o acinte da exigência desaparecia.

“Parece-me aceitável.”

“Em troca, pedimos que o governo de Macau nos ceda uma cópia da lista dos navios registados na sua autoridade portuária”, apressou-se o japonês a acrescentar. “Queremos também que nos seja fornecida uma cópia do manifesto de cada navio.”

“Isso é que já não pode ser.”

“Mas, meu honorável amigo, não vê que se trata de algo necessário para que não façamos acusações infundadas?”

“Não vejo problema em ceder-vos uma cópia da lista dos navios que temos registados”, concedeu. “A cedência dos manifestos, no entanto, é outra coisa. Se começássemos a dar-vos esses manifestos estaríamos a passar-vos informações de que somos fiéis depositários e a atuar assim efetivamente como espiões do Japão. Uma coisa dessas é, como deve

compreender, atentatória da nossa dignidade e soberania. Não a podemos aceitar.”

“Fiquemo-nos então pela lista dos navios registados em Macau”, cedeu Fukui. “Quanto às deportações, assumiremos a responsabilidade de fornecer as provas contra os indivíduos que acusamos de violar a neutralidade portuguesa. O governo de Macau avaliará essas provas e decidirá em conformidade. Se achar que as provas são fortes, procederá à deportação dos suspeitos. Se as achar fracas, nada fará. Parece-lhe bem?”

Também aqui, e após uma breve reflexão, Artur fez com a cabeça um movimento de aprovação; parecia-lhe evidente que Fukui recuara até onde podia.

“Perfeitamente correto.”

“Por fim, a nossa exigência de que suprima totalmente qualquer atividade de contrabando de armas e munições para os bandidos chineses implica, como é óbvio, que o governo de Macau atuará dentro das suas possibilidades. Ou seja, se não tiver poderes para suprimir essas atividades, o que se compreende devido às limitações de meios, não as suprimirá.”

“Não tenho objeções a essa brilhante formulação.”

O rosto do cônsul Fukui abriu-se num sorriso luminoso, e o seu semblante exprimiu até mais alívio do que satisfação. Pôs-se de pé e, quase exuberante por ter conciliado o irreconciliável, fez uma vénia e a seguir apertou com vigor a mão do seu velho compincha de Berlim.

“Se assim é, meu honorável amigo, temos acordo.”

IV

Uma batida na porta, suave mas determinada, despertou Lobo. As cortinas filtravam a luz do Sol. O dia já havia nascido e o hóspede do Hotel Península ergueu a cabeça da almofada. Ainda estremunhado, virou-se para a entrada do quarto.

“O que é?”

“*Toilet service, sir*”, foi a resposta. “Serviço de quarto de banho.”

“*Come in.*”

A porta abriu-se e um chinês com a farda branca do hotel entrou a carregar dois baldes negros e desapareceu dentro do quarto de banho. Embora se tratasse do mais luxuoso estabelecimento de Hong Kong, pois o Península ufanava-se até de ser “o mais esplêndido hotel a oriente do Suez”, a qualidade do serviço degradara-se para níveis que seriam inimagináveis apenas uns dias antes. Os canos estavam secos e as sanitas não funcionavam, mas a gerência tinha criado um novo sistema. Os empregados andavam de quarto em quarto com baldes de água do mar para despejar nas retretes e água doce que era deixada nos lavatórios e nas bacias, acudindo assim às mais elementares necessidades da sua prestigiada e exigente clientela.

Depois de o pacote sair do quarto, Lobo foi tratar da sua higiene com a água limpa que enchia o lavatório. Vestiu-se a contemplar a paisagem para lá da janela, em particular as grossas colunas de fumo que se erguiam da ilha de Hong Kong. Quando saiu deparou-se com uma azáfama tensa no *lobby*, onde gente abastada se misturava com

homens fardados num ambiente de mal disfarçada ansiedade; muitos altos oficiais britânicos viviam no Península e, apesar dos bombardeamentos, não pareciam dispostos a trocar os seus luxos, mesmo que em acelerada degradação, pelo desconforto dos abrigos subterrâneos. Se tivessem de cair com Hong Kong, ao menos caíam em estilo.

O pequeno-almoço ainda era servido no grande salão e o português aproveitou para se empanturrar, pois seria provavelmente a sua única refeição do dia. Enquanto devorava um prato de *bacon* com *baked beans* e ovos, ouviu três oficiais britânicos na mesa vizinha falar sobre os problemas que os Royal Scots e as unidades indianas estavam a ter na defesa de Shing Mun.

“Não sei se o *HMS Prince of Wales* e o *HMS Repulse* vão chegar a tempo de salvar Kowloon”, observou um deles. “*I say*, o vale de Shing Mun vai cair a qualquer instante e a Gin Drinkers’ Line não se aguentará muito mais tempo. *Wait and see.*”

“*Blast it!*”, exclamou outro. “Onde diabo estão o *Prince of Wales* e o *Repulse*?”

“No golfo do Sião, *old boy*. Navegam a todo o vapor e quando cá chegarem vão furar o bloqueio japonês e salvar a colónia. Só temos de nos aguentar uma semana, *chaps.*”

“Kowloon não é o melhor sítio para nos defendermos...”

“*You’re damn right.* As nossas forças terão de aguentar os *Japs* o mais tempo possível, o que suspeito não será mais do que vinte e quatro a quarenta e oito horas, *I daresay*. Depois serão forçadas a recuar para a ilha de Hong Kong. De resto, a retirada dos civis de Kowloon está prestes a começar. *I say*, foi uma imprudência terem-se deixado tantas mulheres e crianças deste lado.”

“*Heavens!*”, suspirou um dos ingleses. “Por que razão não foram todas as mulheres e crianças para a Austrália? Não foi o governador que há alguns meses ordenou a sua retirada? *For Christ’s sake*, o que estão elas ainda aqui a fazer em Hong Kong?”

“Então não sabes da história, *old boy*?”, riu-se outro com nervosismo.

“Quando foste fazer a tua comissão a Rangun rebentou aqui uma polémica dos demónios. O pessoal achou que a ordem de evacuação era um exagero e os homens organizaram o Clube dos Maridos Solteiros e puseram-se a protestar. Queriam as mulheres e as crianças de volta, foi um *hullabaloo* infernal. O pior é que a ordem de evacuação permitia exceções para mulheres com funções imprescindíveis e de repente todas as mulheres e filhas das pessoas importantes foram declaradas absolutamente imprescindíveis. Parecia que a própria sobrevivência do império dependia da sua presença em Hong Kong. Só te digo, foi uma controvérsia de proporções épicas!”

A referência à retirada dos civis suscitou o interesse de Lobo. Depois de engolir o que restava do seu sumo de laranja, e tendo já concluído o pequeno-almoço, o português levantou-se e acercou-se da mesa vizinha.

“Desculpem, *gentlemen*, mas não pude deixar de vos ouvir falar na retirada dos civis”, disse. “Será que me podem indicar a quem me devo dirigir para conhecer pormenores da operação? É que tenho centenas de civis a meu cargo e preciso de lhes dar destino.”

Os militares britânicos lançaram-lhe um olhar indecifrável e demoraram a responder, talvez incomodados por se verem importunados por um euro-asiático que tivera o desplante de escutar a conversa. Um deles, no entanto, e embora mantendo uma expressão altiva, acabou por responder.

“*I say*, fale com o major Alistair Holgate”, disse. “É ele o encarregado da operação.”

“Onde posso encontrá-lo?”

O oficial fez um gesto displicente na direção do mar para lá da enorme janela do restaurante do Hotel Península.

“No cais.”

Milhares de chineses em pânico enchiam toda a zona ribeirinha de Kowloon a gritar com dólares de Hong Kong nas mãos para os donos das sampanas que formigavam nas águas serenas do canal que separava Kowloon da ilha de Hong Kong. Todos queriam fugir para a ilha e

estavam dispostos a desembolsar verdadeiras fortunas por um lugar numa sampana. Os funcionários que se esforçavam por estabelecer a ordem eram engolidos pela multidão histérica e mesmo os polícias pareciam impotentes para travar o caos. Alguns davam tiros para o ar, numa tentativa de impor a ordem, mas outros, acreditando que seriam fuzilados se fossem apanhados pelos japoneses, pareciam mais interessados em escapar eles próprios de Kowloon do que em fazer o seu trabalho.

Logo que chegou ao local, Lobo procurou informar-se sobre o paradeiro do major Alistair Holgate e à terceira tentativa foi encaminhado por um soldado canadiano para um posto militar à entrada de um dos pontões. Dirigiu-se para lá e encontrou o oficial britânico a uma mesa a ditar a um subalterno o que parecia uma lista de nomes. Holgate era um oficial da velha guarda, de grandes bigodes grisalhos e cachimbo na mão, que assumiu uma pose sobranceira quando o governante de Macau se aproximou dele e se identificou.

“Disseram-me que o senhor está encarregado da evacuação de Kowloon”, disse. “Gostaria de saber se também poderá arranjar um barco que retire a população portuguesa para Macau.”

“Impensável”, exclamou o major inglês. “*I say*, o senhor não sabe que os *Japs* estabeleceram um bloqueio naval? Nenhum navio pode sair das águas territoriais de Hong Kong. É demasiado perigoso.”

“E se eu alugar um navio japonês? Seria possível autorizá-lo a atracar para levar a nossa gente?”

O oficial fez um gesto categórico com a mão.

“De modo nenhum. Qualquer embarcação japonesa que aqui entre será imediatamente afundada. Os únicos navios que entrarão no canal entre Hong Kong e Kowloon são os *HMS Prince of Wales* e *Repulse*, que vêm a caminho e vão pôr os *Japs* na ordem, *I daresay*.”

A missão de retirar a comunidade portuguesa de Hong Kong, previsivelmente difícil, tornava-se impossível. Enquanto os combates decorressem, percebeu Lobo com angústia, não haveria maneira de organizar a operação que o trouxera à colónia britânica.

“E a retirada para a ilha? Para onde se devem dirigir os portugueses que estão aqui em Kowloon?”

“De que portugueses está o senhor a falar? De europeus?”

A pergunta atrapalhou Lobo.

“Bem... a comunidade portuguesa em Hong Kong é euro-asiática, como decerto sabe.”

O major Holgate pôs o bocal do cachimbo na boca e largou uma baforada aromática.

“A operação de evacuação destina-se exclusivamente a mulheres e crianças britânicas.”

“Não há problema. Quase todos os portugueses de Hong Kong dispõem de passaporte britânico.”

Nova baforada do fumo do cachimbo.

“Quando digo mulheres e crianças britânicas, *old boy*, estou evidentemente a referir-me a mulheres e crianças brancas.”

“Mas os portugueses de Hong Kong têm sangue europeu!”

“E chinês, *I daresay*.”

“E então? Não têm passaportes britânicos legítimos? Não estão neste momento a combater no Corpos de Voluntários de Hong Kong e a defender Mount Davies e Shouson Hill? Se são suficientemente bons para morrer pela Grã-Bretanha, porque não serão suficientemente bons para ser salvos pela Grã-Bretanha?”

O oficial britânico respirou fundo e, com ar enfadado, voltou a pegar na lista com os nomes que ditava ao subalterno.

“Lamento, *old boy*, mas só serão autorizadas mulheres e crianças brancas a inscrever-se na lista para o *ferry* que vai para a ilha”, disse em tom final. “Já levámos o maior número de portugueses possível, devo aliás sublinhar que foram os únicos asiáticos que beneficiaram desse favor, mas não temos capacidade para mais. Não podemos encher Victoria de refugiados, não temos recursos para os acolher e manter em caso de cerco prolongado. Os asiáticos que queiram ir para a ilha de Hong Kong só o poderão fazer com uma autorização especial.”

“Os portugueses também precisam dessa autorização?”

O major Holgate hesitou.

“Bem... não”, acabou por admitir enquanto remexia na ponta dos bigodes. “Mas o *ferry* agora é só para brancos. Os portugueses que queiram ir para Victoria que aluguem sampanas, se puderem. E aconselho que o façam rapidamente, porque Kowloon pode cair já amanhã.” Tocou com a ponta dos dedos na testa, em despedida. “Tenha um bom dia.”

“Mas...”

“Tenha um bom dia, já lhe disse!”

O oficial ignorou o governante português e recomeçou a ditar nomes como se nada tivesse acontecido. Vendo que dali não viria ajuda nenhuma, Lobo levantou-se e encaminhou-se em fúria para a porta de saída. Ia depressa, mas não tão depressa que não ouvisse um militar inglês encarregado das comunicações tirar os auscultadores que o ligavam a um enorme aparelho de rádio e voltar-se para os camaradas com o alarme a retinir-lhe na voz.

“*Good Heavens!* Os *HMS Prince of Wales* e *Repulse* foram afundados pelos *Japs!*”

Todos pararam nesse momento o que estavam a fazer, as faces pálidas e os olhos arregalados no horror da compreensão. Aquela notícia significava que, à exceção dos americanos que retiravam do Havai em direção à Califórnia para lamber as feridas abertas pelos japoneses em Pearl Harbor, já não havia nenhum navio de guerra britânico ou americano a navegar nas águas do Índico ou do Pacífico.

Hong Kong estava entregue à sua sorte.

Uma pequena multidão de portugueses de Hong Kong enchia o Clube de Recreio, situado em Kowloon entre o Hotel Península e a casa do cônsul de Portugal. Os mesmos problemas de falta de eletricidade, de água canalizada e de esgotos dificultavam a vida das famílias que ali se refugiavam, e o fragor das explosões na zona da fronteira, embora se tivesse tornado já uma rotina, enervava ainda toda a gente.

“Já sabia que os ingleses não nos iam levar para a ilha”, admitiu o

responsável do clube, John Telles, com um trejeito resignado quando o visitante lhe deu conta da sua conversa com o oficial encarregado de retirar os civis britânicos de Kowloon. “É sempre assim com os bifes. Essa gente é do pior que há!”

“Mas vocês não se dão bem com eles?”

Tal como Lobo, Telles era euro-asiático.

“Damo-nos otimamente. Os ingleses gostam da comunidade portuguesa porque somos trabalhadores leais nas suas firmas e porque temos jeito para o futebol, mas a verdade é que não nos tratam como iguais e fazem o que podem para nos manter à distância em tudo o que diz respeito a relações sociais. Olhe para mim. Apesar de ter muito êxito nos negócios e possuir uma bela mansão com vista para Repulse Bay, não há ninguém que me alugue uma casa no Peak. Já ofereci fortunas, propus-me até pagar o dobro do que era pedido, mas ninguém me arrendou nada por eu não ser totalmente branco.”

“Não é ilegal recusar o aluguer por um motivo desses?”

O cônsul riu-se.

“O que é ilegal é um asiático ou um euro-asiático alugarem uma casa no Peak, homem! Há uma lei de 1904 que impossibilita o aluguer de propriedades no Peak a pessoas que não sejam totalmente brancas. Os próprios chineses só lá podem ir se forem convidados ou para fazer entregas.”

O governante português olhou-o de sobrolho erguido.

“Mas *Sir* Robert Ho Tung não é euro-asiático?”

“Claro que é. Embora o pai seja holandês, ou belga, a mãe era chinesa.”

“E ele tem um *bungalow* no Peak, não tem? Ainda há duas semanas, antes de a guerra começar, tenho ideia que deu lá uma receção para celebrar as suas bodas de diamante e lembro-me que o senhor governador veio de propósito de Macau para estar presente...”

“Essa receção foi no Hong Kong Hotel, mas é verdade que *Sir* Robert tem casa no Peak. No entanto, mesmo sendo ele um dos homens mais ricos do mundo, só a conseguiu adquirir porque aproveitou um buraco

na lei de 1904. A lei diz que os asiáticos não podem alugar, mas é omissa em relação a comprar. O que *Sir Robert* fez foi comprar o seu *bungalow*, que na verdade foram três *bungalows*, no coração do Peak.”

“Ah, bom.”

“A discriminação aqui é tramada, meu caro. Olhe, os ingleses não me deixam frequentar o Hong Kong Club nem sequer comprar bilhetes para o St. Andrew’s Ball, ali no Hotel Península. A total integração com esta gente é impossível. E se algum inglês casar com uma das nossas raparigas, ou com uma chinesa, é de imediato rejeitado pelos seus. Quando os tipos organizaram a retirada de mulheres e crianças britânicas para a Austrália como medida de prevenção de um eventual ataque japonês, tornaram claro que a evacuação só envolvia brancos. Os portugueses e outros euro-asiáticos com passaporte britânico ficaram para trás.” Abanou a cabeça. “Isto não é Macau, meu caro. Os bifes são tramados.”

Nada daquilo constituía propriamente novidade para Lobo, que ao longo dos anos visitara amiúde Hong Kong e sempre sentira um certo desconforto junto dos altivos ingleses. Era verdade que em Macau a comunidade portuguesa não constituía um exemplo acabado de perfeita integração entre europeus e euro-asiáticos; cada grupo tinha os seus pontos de encontro social, os macaenses em torno do Clube de Macau e os da Metrópole no Grémio Militar, e os complexos de superioridade e inferioridade vinham por vezes à tona. Nada, no entanto, que se comparasse com a tensa realidade social de Hong Kong.

“Oíça, já vi que só no final dos combates serei capaz de arranjar transporte para tirar a nossa gente daqui”, disse o governante que viera de Macau, voltando a atenção para o que lhe parecia verdadeiramente importante naquele momento. “Mantenha a bandeira portuguesa hasteada para quando os japoneses chegarem, está bem? E arranje-me uma lista com os nomes de todos os portugueses que querem ir para Macau.”

“Vou já preparar isso, doutor. E depois o que faço?”

Lobo encaminhou-se para a porta, pondo um ponto final na visita ao

Clube de Recreio.

“Dar-lhe-ei instruções logo que tenha novidades”, respondeu. “Agora vou a casa do cônsul para o informar de que a evacuação é impossível enquanto decorrerem combates. Depois irei à ilha ver o que se passa no Clube Lusitano.”

John Telles acompanhou-o até à rua.

“Se for à ilha”, disse o responsável do Clube de Recreio ao despedir-se com um aperto de mão, “lembre-se que já não poderá voltar a Kowloon.”

V

Algumas das emendas que Artur fizera ao texto que tinha pousado na mesinha diante dele eram de tal modo incompreensíveis que teve a impressão de ser incapaz de as ler com a fluidez que a gravidade do momento impunha. Tirou a caneta do bolso e rasurou as correções, reescrevendo-as por cima em maiúsculas, de modo a garantir que ficavam legíveis.

“Um minuto, senhor governador”, disse o técnico do estúdio, erguendo o indicador para reforçar a informação. “O Johnny Reis vai anunciar a sua comunicação.” Fez um gesto com a cabeça para a lâmpada atrás do microfone. “Quando aquela luzinha verde se acender, vossa excelência está no ar e pode começar a falar.”

De auscultadores nas orelhas, Artur respondeu com um murmúrio de assentimento e voltou a sua atenção de novo para o texto. Sabia que teria de se apressar. Alterou mais uma palavra, sempre em maiúsculas para depois não se enganar quando chegasse a ela, mas o resto pareceu-lhe bem.

Dando-se por satisfeito, pegou enfim na folha. Os dedos tremiam-lhe ligeiramente e fez um esforço para os controlar. Em vão. Parecia-lhe incrível que estivesse nervoso. Sentira-se à beira de um ataque de nervos quando se submetera aos bombardeamentos alemães da Grande Guerra e combatera o inimigo nas trincheiras, o que considerava absolutamente natural e compreensível dado o risco de morte iminente que essas situações envolviam. O que não conseguia entender era que o simples

ato de falar a um microfone, coisa que de modo algum punha a sua vida em risco, o pudesse enervar tanto. Como fariam aqueles locutores do Rádio Clube de Macau, a emissora que ele próprio criara no ano anterior para emitir programas em português, cantonense, inglês e japonês, para se manter tão calmos?

Um sinal horário soou na cabina e Artur endireitou-se e engoliu em seco. O coração começou a bater com mais força e os dedos tremeram-lhe ainda mais; a reação do seu corpo parecia-lhe ridícula, mas o facto é que não conseguia dominá-la.

“São quinze horas, está a sintonizar o Rádio Clube de Macau, a emitir em mil duzentos e cinquenta quilociclos e no comprimento de onda de dezanove metros”, anunciou Johnny Reis, o locutor de serviço, no seu vozeirão. “Caros radiouvintes, vamos agora escutar uma comunicação de sua excelência o governador de Macau, general Artur Teixeira.”

A luz verde atrás do microfone acendeu-se e Artur, quase como se saísse do seu corpo, ouviu-se a si próprio a falar.

“Cidadãos de Macau, na hora grave que atravessa o mundo, a ação daqueles sobre quem pesam as responsabilidades de governar tem de exercer-se mais por obras do que por palavras”, começou por dizer, falando pausada e solenemente. “Não podem contudo os governos isolar-se sem faltar ao dever de procurar a cooperação da população, que, sendo-lhes necessária em todas as circunstâncias, é essencial nos momentos de emergência. É no cumprimento deste dever que o governador de Macau dirige à população estas breves palavras. No conflito que assola o mundo, a posição de Macau é a fixada superiormente pelo governo da nação: neutralidade rigorosa e honesta. Contra o que muitos cuidam, não é uma posição de comodidade porque implica obrigações, bem duras por vezes, e no caso especial de Macau temos de esperar horas de provação e momentos difíceis. Desejo vincar bem este ponto. Ninguém tenha a ilusão de que lhe será permitido viver uma vida fácil porque não consentirá o governo da colónia que alguém se exima a sacrifícios. Estes têm de ser e serão distribuídos por todos, proporcionalmente à capacidade de cada um. Não tem o governo o

direito de entrar no foro íntimo de ninguém, nem sequer de indagar ou discutir simpatias individuais, mas não abdica do direito de regular os atos de todos pelo objetivo do bem comum. Aos portugueses reputo absolutamente desnecessário dizer que só compreendo que pratiquem atos pró-Portugal. Aos súbditos das nações beligerantes que em Macau encontram indistintamente acolhedora hospitalidade, compreendo que nos seus corações vibre o amor das pátrias respetivas e arda o desejo de as ver vitoriosas, mas por respeito à bandeira portuguesa em cuja sombra se acolhem impõe-se-lhes o dever de guardar nas suas consciências esses desejos, não os exteriorizando por atos públicos que o governo da colónia se verá na necessidade de reprimir severamente. Para a população em geral apelo para que tenha calma e aceite com resignação os inevitáveis sacrifícios, porque da desordem ninguém beneficia, e portanto, sendo contra o bem comum não pode ser permitida pelo governo, nem sequer em assomo. E neste ponto julgo ser meu dever dizer que considero os desordeiros mais perigosos os que provocam a desordem nos espíritos, e contra eles o governo da colónia será mais do que duro porque será implacável. Espera e ardentemente deseja porém o governador não ser obrigado ao cumprimento do dever de castigar. E espera mais. Espera receber a cooperação da população, não pelo egoísmo pessoal de ver facilitada a sua árdua missão, mas por um motivo bem mais nobre — o desejo de aliviar, por pouco que seja, a tarefa incomparavelmente mais pesada daqueles grandes portugueses a quem, em especial, incumbe guardar o império: o venerando presidente do Conselho, o professor António de Oliveira Salazar, e o senhor ministro das Colónias, a cujo nobilíssimo exemplo nós, portugueses, recorreremos para temperar as nossas almas. E perante a grandeza do sacrifício, da coragem moral, do abnegado patriotismo daqueles grandes portugueses, o governador de Macau curva-se, recolhido.”

A luz verde apagou-se e soou o hino nacional.

VI

A situação na casa do cônsul não se tinha alterado. Tal como na véspera, e a exemplo do que acontecia igualmente no Clube de Recreio, pairava no ar um forte fedor ácido a excrementos que o aroma quente dos alimentos já a serem cozinhados para o jantar não conseguia abafar. O visitante chegou perto do final da tarde para o que disse ser “uma visita-relâmpago”. Depois de lhe ter sido oferecido um chá, Jorge Lobo explicou ao responsável diplomático interino que a evacuação de Kowloon organizada pelos britânicos se limitava a mulheres e crianças brancas, o que não surpreendeu o anfitrião.

“Com os bifes outra coisa não seria de esperar”, observou o cônsul Correa com secura e uma amargura indisfarçável. “Já os topo à distância.”

Depois de engolir o chá de um só gole, Lobo pousou a chávena sobre a mesa e levantou-se, determinado a respeitar o anúncio de que a visita seria mesmo de relâmpago.

“Quando tiver novidades sobre a evacuação para Macau, o que só deverá acontecer depois de terminarem os combates, entrarei em contacto consigo. Se precisar de mim entretanto, estarei no Península.”

O cônsul Correa puxou-o pelo braço.

“Antes de se ir embora, doutor, tenho um caso para lhe apresentar”, disse. “Gostaria que me desse instruções sobre como proceder.”

“O que se passa?”

O anfitrião não respondeu de imediato. Em vez disso, conduziu o

visitante pela casa e saiu para a traseira do quintal. Também aqui havia tendas por toda a parte e as famílias portuguesas de Hong Kong acocoravam-se em redor das fogueiras enquanto as chamas lambiam os tachos. O cônsul ziguezagueou por entre as tendas e deteve-se diante de uma fileira de casinhas habitualmente reservadas aos cães. Várias pessoas ocupavam esses cubículos transformados em refúgios improvisados, e na última delas, diante da qual o dono da casa se plantou, encontrava-se uma rapariga muito loira a dormitar encostada à rede de proteção.

“*Miss Nadezhda!*”, chamou, tentando despertá-la. “*Wake up, miss Nadezhda!*”

A rapariga estremeceu e acordou, assustada. Os olhos eram de um azul-claro desconcertante e os lábios tinham a espessura de gomos de toranja.

“*Mister Correa!*”, exclamou ela num inglês com sotaque estranho. “Aconteceu alguma coisa?”

“Está aqui o governante de Macau de quem lhe falei”, anunciou o cônsul, indicando com um gesto o seu acompanhante. “É o doutor Jorge Lobo. Só ele pode dar solução ao seu caso.”

Os olhos da rapariga loira desviaram-se para o visitante.

“Por favor, *doctor* Lobo. Preciso da sua ajuda. *Mister* Correa disse-me que o senhor é a única pessoa que...”

“Espere”, travou-a Lobo. “Quem é a senhora?”

“*Miss Nadezhda* apareceu aqui esta manhã a pedir que a ajudássemos a ir para Macau”, explicou o cônsul. “Diz que lhe roubaram o passaporte português, que todo o processo relativo à sua identidade se encontra no consulado de Xangai e que precisa de voltar urgentemente para Macau. Acolhi-a e coloquei-a nesta casinha no quintal, mas expliquei-lhe que só o governo de Macau poderia dar solução ao seu caso, uma vez que, como é evidente, não tenho possibilidade de consultar o seu processo em Xangai.”

A atenção do diretor dos Serviços de Economia e Finanças voltou-se para a rapariga; ela tinha um ar vulnerável e desesperado.

“*Are you Portuguese?*”, perguntou. “É portuguesa?”

“Yes.”

“Porque não fala português?”

“Fui educada em Xangai e lá não falava português. Vim aqui a Hong Kong passar uma semana de férias e a guerra começou de repente. Quando tentava apanhar o *ferry* para Victoria apareceu um desses bandos de saqueadores e roubou-me o passaporte e o dinheiro.” Fez um gesto a exhibir o seu despojamento. “Fiquei sem nada. Foi por isso que vim para aqui.”

“Qual é o seu nome completo?”

“Chamo-me Nadezhda Maria Gunkalsh Skuratova.”

Lobo franziu o sobrolho.

“Olhe que esse nome não me parece português...”

“Maria e Gunkalsh são nomes portugueses.”

O governante fez uma careta.

“Gunkalsh? Português?”

“Sim. Português.”

A rapariga parecia tão convicta que Lobo hesitou. Estaria ela a pronunciar o nome de forma errada? Que nome português haveria com uma sonoridade semelhante a Gunkalsh?

“Será... Gonçalves?”

“Isso!”, exclamou ela, aliviada por reconhecer o nome. “Gunçalvesh!”

“Como se chamavam os seus pais?”

A pergunta paralisou Nadezhda. Arregalou os olhos azuis, como se fizesse um esforço de memória.

“O meu pai chamava-se Skuratov. A minha mãe era... Gunçalvesh.”

“Pois, mas quais os nomes próprios?”

A rapariga olhou de esguelha para o cônsul, quase como se lhe pedisse ajuda, mas acabou por assumir um esgar de derrota.

“Sabe, como não falo português não sei pronunciar os nomes”, justificou-se, encolhendo os ombros. “Peço desculpa.”

Lobo alçou o sobrolho, desconfiado.

“Não sabe os nomes dos seus pais?”

“Eles... eles morreram quando eu era pequena”, explicou, o rosto vermelho de embaraço. “Fui educada em Xangai por uma parente do meu avô russo. Skuratov é um nome russo, não sei se percebeu.”

“Hmm...”, murmurou o visitante, tentando perceber o caso. “Conhece Macau porventura?”

“Vivo lá.”

“A sério?”, admirou-se Lobo. “Onde?”

As faces dela voltaram a enrubescer.

“No... no Hotel Central.”

A referência ao luxuoso hotel da Avenida Almeida Ribeiro fez o governante cair em si. O Central era o principal centro de jogo e de prostituição de Macau, sendo famosas as suas “bailarinas” russas. Se esta beldade vivia lá, não seria decerto uma menina de coro. Tudo lhe pareceu encaixar. A ignorância em relação aos nomes dos pais e as referências ao passaporte obtido em Xangai, onde o consulado tinha reputação de fornecer documentos de identidade portugueses a troco de belas maquiagens por baixo da mesa, aliadas aos nomes russos e à ligação ao Hotel Central tornavam claro que a origem portuguesa da loira não passava de uma patranha.

“Lamento, *miss*, mas nada posso fazer por si.”

Vendo a porta fechar-se e a sua situação complicar-se, a rapariga reagiu de imediato. Com um salto inesperado, ajoelhou-se diante do diretor dos Serviços de Economia e Finanças de Macau e abraçou-se às pernas dele.

“Por favor, *doctor!*”, implorou, os olhos azuis luminosos a cintilarem de comoção. “Ajude-me!”

Lobo tentou desvencilhar-se daquele abraço.

“Largue-me, *miss!*”, ordenou, procurando afastar os braços das suas pernas. “Não posso fazer nada por si, já lhe disse! O seu caso é...”

Uma rajada de metralhadora cortou nesse instante o ar e impôs o silêncio na casa. Os tiros tinham sido disparados muito perto dali e foram acompanhados por outros disparos.

“*Sium Correa! Sium Correa!*”, gritou em *patois* um homem que

apareceu no quintal a correr. “*Vem azinha-azinha!*”

“*Qui passa?*”

“*Iou num sabi! Tem tiro di soldado!*”

Convergiram apressadamente para a porta da rua, onde se haviam refugiado os jovens portugueses que faziam sentinela à casa do cônsul. Uma vez que o cônsul, septuagenário, caminhava mais devagar, sempre com a ajuda da bengala, Lobo chegou primeiro e espreitou de imediato pela frincha da porta. No ténue lusco-fusco do anoitecer rápido, começou por nada ver a não ser a rua deserta.

“*Qui cuza?*”, perguntou em *patois*.

Em resposta, um dos jovens apontou para uma esquina.

“*Olá esquerda*”, indicou o rapaz em *patois*. “*Unga soldado di India.*”

Lobo olhou para lá e apercebeu-se de movimento. Estreitou as pálpebras e, ao ver o turbante e as barbas negras, concluiu que o moço tinha razão; era de facto um soldado indiano, decerto de um dos regimentos do Punjab ou de Rajput que os britânicos haviam posto a combater os japoneses. O indiano recuava cosido às paredes, como um espectro a fundir-se com a penumbra. O português abriu o portão e espreitou para a rua.

“*Hey, boy, what’s going on?*”, quis saber. “Ei, rapaz, o que se passa?”

A resposta não foi dada pelo soldado a quem se dirigia, mas por um sussurro fantasmagórico que emergiu da obscuridade junto ao portão.

“Volte para casa, *sahib*. Estamos a retirar.”

Lobo deu um salto de susto. Não se apercebera do segundo soldado indiano a uns meros três metros de distância. Fixou os olhos no manto escuro de onde a voz viera e apercebeu-se enfim de que havia ali um vulto protegido pelo anoitecer e pela sombra do muro.

“A retirar?”

O indiano passou curvado diante do portão sempre a recuar, a espingarda com a baioneta suja de sangue seco virada para o fim da rua, a pólvora a fumer do cano, o olhar cansado e o dedo nervoso a afagar o gatilho.

“Os japoneses estão ali ao fundo.”

Foi uma noite inquieta, pontuada por explosões e disparos, mas os sons da guerra foram-se afastando gradualmente em direção ao mar. Quando o dia rompeu, impusera-se sobre Kowloon um estranho silêncio, apenas interrompido por súbitas e furiosas trocas de tiros para os lados do Hotel Península e do cais e pela passagem ocasional de aviões japoneses que iam despejar bombas sobre Hong Kong.

No perímetro da casa do cônsul de Portugal as conversas eram sussurradas, quase como se tivessem medo de atrair a atenção do exército invasor. Ninguém o disse abertamente, por se tratar de algo óbvio ou talvez pela superstição de quem receava atrair o azar simplesmente por enunciar o que a todos parecia ser a realidade, mas ninguém duvidava que Kowloon caíra já nas mãos dos japoneses.

“Já viu a rapidez com que a defesa britânica se desmoronou, doutor?”, perguntou o cônsul Correa, agarrado a uma chávena de chá. “Foi em menos de uma semana...”

Lobo coçou o couro cabeludo, impressionado com a rápida evolução dos acontecimentos. Planeara apanhar nessa manhã uma sampana para ir à ilha de Hong Kong visitar o Clube Lusitano e dar instruções para a retirada dos portugueses que aí tinham procurado refúgio e voltar à noite a Kowloon, mas tornara-se claro que nada disso era já possível.

“É assustador”, concordou ele. “Isto não augura nada de bom...”

Esse primeiro dia decorreu sem outras grandes novidades, para além dos sons da guerra que entretanto se transferiram para a ilha de Hong Kong, evidentemente sob bombardeamento. O que mais os perturbou nessa jornada foram os ocasionais gritos de mulheres, depressa silenciados. Os portugueses refugiados na casa trocaram nessas ocasiões olhares incomodados e conhecedores, que o cônsul decifrou para Lobo.

“Tudo isto é porque, ao que nos disseram os soldados canadianos, o exército japonês emitiu um édito”, murmurou lugubrememente. “Durante quarenta e oito horas, todas as casas desta zona são bordéis e todas as chinesas são consideradas prostitutas.”

Um novo grito, este bem próximo, chegou da rua e fez estremecer homens e mulheres que o escutaram no quintal. Lobo ia levar a chávena

à boca para engolir mais um trago de chá mas suspendeu o movimento.
“Coitadas...”

Saltitando entre os refugiados que se acotovelavam no quintal, Lobo ia comparando as fotografias das fichas que tinha nas mãos com os rostos das pessoas com as quais se cruzava, esforçando-se assim por memorizá-los. Já que não tinha modo de sair de casa do cônsul, decidira aproveitar o tempo livre nesse segundo dia em que estavam ali fechados para conhecer melhor os portugueses que naquela casa se haviam refugiado.

“*Dá licença?*”, perguntou em *patois*, acorrendo-se diante de uma tenda no quintal. “*Posso fazê pergunta?*”

“*Qui ramêde*”, devolveu uma mãe com um bebé ao colo. “*Mas iou num sabi nada.*”

Um súbito burburinho interrompeu-os. Lobo olhou na direção do bulício e viu várias mulheres a esconderem-se nas tendas com as filhas enquanto os homens se mostravam agitados. Intrigado, o governante de Macau levantou-se, abandonou a refugiada que interpelara e encaminhou-se para a zona do portão, onde algo parecia estar a acontecer. Os refugiados formavam nesta altura uma barreira compacta e Lobo teve de abrir caminho entre eles.

“*Dá licença, sium?*”, perguntou, forçando os homens da frente a darem um passo ao lado para que ele pudesse avançar. “*Dá licença?*”

Furou a barreira e deu com um grupo de soldados asiáticos fardados de caqui. O da frente era um oficial bem nutrido com óculos redondos e vestígios de bigode nos cantos da boca e atrás dele encontravam-se vários soldados com espingardas e baionetas apertadas. Tratava-se de japoneses.

Assumindo as suas responsabilidades, Lobo deu um passo em frente e o oficial olhou para ele.

“*Anata wa joushi desu ka?*”

Questionado em japonês, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças de Macau hesitou.

“*You speak English?*”, perguntou. “Fala inglês?”

O japonês abanou a cabeça, mostrando que nada compreendera, e rodou os olhos pelos refugiados.

“*Dare ka nihongo hanaseru hito wa imasu ka?*”

Fez-se um silêncio embaraçado. Como ninguém respondeu, o oficial voltou-se para os seus homens e ladrou uma ordem. Os soldados baixaram as espingardas com as baionetas e apontaram-nas agressivamente para a barreira que os refugiados haviam formado. Depois deram um passo em frente. Impotentes perante a ameaça, os portugueses de Hong Kong afastaram-se de imediato e os japoneses atravessaram a barreira e invadiram o quintal.

Alguns soldados começaram a vasculhar nas tendas e ouviram-se gritos de mulheres. Os refugiados agitaram-se e a tensão tornou-se palpável. Os soldados saíram das tendas a puxar várias raparigas pelo cabelo e os familiares delas, percebendo o que se passava, avançaram para as socorrer. Foram de imediato travados pelas baionetas e pelos amigos, que percebiam que qualquer ação naquelas circunstâncias constituía um suicídio.

“Vocês não podem fazer isto!”, interveio Lobo, apontando para a bandeira portuguesa no alto do edifício. “Estão numa representação diplomática de Portugal!”

Os japoneses nem se dignaram erguer o olhar para a bandeira. Formaram um cordão, sempre com os canos das espingardas e as baionetas voltadas para os refugiados, e arrastaram as raparigas em direção ao portão para as levarem para a rua. Elas choravam e esperneavam e os familiares urravam e vociferavam, embora ninguém se atrevesse a atacar os japoneses. Contudo, Lobo conseguiu furar o cordão e bloqueou o caminho aos militares. De imediato dois soldados colaram a ponta das baionetas ao pescoço dele e olharam para o seu oficial, à espera da ordem para o degolarem.

“*Yamete!*”

Os olhares de todos, e em particular dos japoneses, voltaram-se para a mulher que falara. Era Nadezhda, a loira de Xangai, a encarar os

invasores com uma expressão de desafio a faiscar nos olhos azul-claros.

“*Kimi wa dare da?*”, perguntou o oficial japonês.

A loira apontou para a bandeira de Portugal no topo do edifício e disparou uma série de frases em japonês, das quais a única palavra perceptível, talvez pela referência às quinas, era *Porutogaru*, pronunciada três vezes. Ao ouvi-la dirigir-se-lhe na sua língua, o oficial levantou a cara para a bandeira como se a visse pela primeira vez. A rapariga continuou a vociferar em japonês e a seguir apontou para o portão de saída em pose autoritária. Dir-se-ia a própria imperatriz do Japão.

“*Deteike!*”

Com ar desorientado, o oficial nipónico olhou de novo para a bandeira portuguesa e depois para os seus homens, como se estivesse indeciso. De repente pôs-se em sentido e gritou uma ordem. Os soldados largaram as raparigas portuguesas e elas correram em lágrimas de regresso às tendas espalhadas pelo quintal. Os japoneses puseram as espingardas a tiracolo, formaram uma fila e começaram a sair ordeiramente. Quando todos os soldados estavam já na rua, o oficial fez continência à bandeira, esboçou uma vénia para os portugueses, rodou sobre calcanhares e desapareceu para além do portão.

Um clamor ergueu-se da multidão de refugiados e todos se voltaram para Nadezhda e aplaudiram. A rapariga sorriu e baixou os olhos, quase embaraçada por se ter tornado o alvo de todas as atenções. As portuguesas que tinham sido arrastadas pelos soldados japoneses saíram das tendas e foram abraçá-la e beijá-la. Algumas traziam flores, outras perfumes e havia ainda quem tivesse joias nas mãos para lhe oferecer, mas Nadezhda tudo recusou.

“Não fiz mais do que o meu dever”, justificou-se em inglês. “Não têm nada que agradecer.”

O cônsul Correa apareceu no quintal. Só adormecera já de madrugada devido aos seus problemas de saúde. No fim de contas tinha setenta e quatro anos e a tensão de ver Kowloon cair deixara-o extenuado. Visto que acordara tarde, não presenciara os acontecimentos da manhã. Os

refugiados informaram-no do que se passara e o cônsul, agarrado à sua bengala, desceu para cumprimentar Nadezhda.

“*Thank you, miss Nadezhda*”, agradeceu. “Muito obrigado por tudo.”

“Não tem de quê, senhor cônsul.”

“A menina vai hoje almoçar comigo e com o doutor Lobo. Já mandei guisar uma perna de frango só para si e vamos abrir uma garrafinha de *champagne* que tenho guardada para as grandes ocasiões.” Fez um gesto a convidá-la para o interior da casa. “Ande, venha daí.” Virou-se para o diretor dos Serviços de Economia e Finanças de Macau. “E o doutor também, claro. A mesa já está posta.”

Os três sentaram-se à mesa para almoçar, coisa que naquela casa não acontecia desde o início da guerra. Duas refugiadas sorridentes apareceram de imediato com um tacho a fumer e a tal garrafa de *champagne* reservada para os momentos especiais. Despejaram arroz e a perna de frango no prato de Nadezhda e arroz molhado com o caldo do frango, mas sem carne, nos pratos dos dois homens.

“Não sabia que falava japonês, *miss Nadezhda*”, observou Lobo. “Onde aprendeu?”

“Por favor, chamem-me Nadja.”

“Nadja, então.”

“Pois, em relação à sua pergunta, a verdade é que comecei a aprender japonês na minha escola em Dairen, na Manchúria”, explicou ela. “Além disso, em Xangai tinha muitos clientes... quer dizer, lidava muito com japoneses.” Corou, ciente de que a sua verdadeira profissão já não era segredo para os parceiros de mesa mas esforçando-se ainda assim por salvaguardar as aparências. “E no Hotel Central, em Macau, também. Não sei se sabem, mas vão para lá muitos militares japoneses jogar e divertir-se. De modo que aproveitei ser dotada para línguas e fui aprendendo a falar o idioma deles.”

“É notável”, assentiu o cônsul. “Verdadeiramente notável.”

“O mais notável é que tenha convencido os japoneses a irem-se embora”, acrescentou Lobo. “O que disse ao oficial?”

“Nada de especial.”

“Oh, vá lá...”

À luz do que sucedera meia hora antes, a curiosidade dos portugueses era natural.

“Desde que vim para Macau que tenho lido muita coisa sobre a presença de Portugal na Ásia e a importância do país na história da China e do Japão. Daí que, quando falei com o oficial, lhe tenha perguntado se reconhecia a bandeira que está içada em cima da casa. Disse-lhe que ele e os seus homens haviam invadido instalações diplomáticas de Portugal e quis saber se tinha noção de que país era Portugal.”

“E o oficial?”

“Depois de ver a bandeira respondeu que sim.”

“E o que lhe disse você?”

“Pedi-lhe que, tendo em conta a ligação histórica de Portugal ao Japão, respeitasse a memória dos seus antepassados e se retirasse. Acho que o oficial japonês ficou impressionado, talvez por também ter estudado história, porque mandou os homens saírem e despediu-se com uma continência à bandeira portuguesa.”

Os dois portugueses ficaram silenciosos um longo momento, estupefactos com o que a rapariga acabava de lhes contar. O primeiro a reagir foi o cônsul Correa. Pegou na garrafa de *champagne* que as refugiadas tinham deixado sobre a mesa. Com um ruído oco e seco, a rolha saltou e o líquido dourado começou a jorrar em golfadas que foram de imediato deitadas nos copos.

“Caramba!”, exclamou o cônsul. “Uma coisa dessas merece uma celebração!”

Os três pegaram nos copos cheios e ergueram-nos bem alto, tocando uns nos outros com tilintares alegres. Lobo nada dissera até aí porque o relato de Nadezhda o comovera de uma estranha forma, mas percebeu que chegara o momento de expressar o que sentia.

“Não sei se a Nadja nasceu portuguesa”, disse com o seu copo de *champagne* encostado ao dela. “Mas não há dúvida de que ganhou hoje

o direito a sê-lo.”

VII

Depois de mais uma visita para inspecionar a circulação de pessoas e bens na Porta do Cerco, Artur deu ao *chauffeur* indicações de que queria regressar ao palácio, não pelo Porto Interior, mas pela Avenida Almirante Lacerda. O motorista presumiu que se tratava de uma medida de segurança para evitar os tiroteios no outro trajeto, sobretudo considerando que o capitão Tavares dessa feita não os tinha acompanhado para assegurar uma proteção adicional, mas as motivações do seu passageiro eram na verdade outras.

O *Dodge* oficial negro meteu pelo percurso indicado e, ao passar pelo Mercado Vermelho, o governador inclinou-se para a frente e bateu no vidro que o separava do *chauffeur*.

“Pare aqui.”

“Sim, senhor governador.”

A viatura do estado encostou-se ao passeio da Almirante Lacerda e imobilizou-se. Sem baixar o vidro, Artur perscrutou a massa de gente que entrava e saía do grande edifício de tijolo vermelho inaugurado poucos anos antes, mas não identificou quem procurava. Olhou para a torre do relógio na fachada do mercado e verificou que já passava das três e meia da tarde; não lhe parecia razoável que ela ainda ali se encontrasse, embora não estivesse disposto a desistir. Pôs os óculos escuros, na esperança de se manter incógnito, e abriu a porta traseira da viatura.

“Já venho.”

O *chauffeur* deu um salto no lugar, surpreendido e alarmado com a iniciativa.

“Mas, senhor governador, não é seguro vossa excelência...”

Calou-se quando percebeu que Artur já ali não estava para o ouvir.

Sem escolta nem acompanhantes, o chefe do governo esforçou-se por permanecer incógnito entre a massa de gente que por ali circulava e cruzou em passo rápido a porta do Mercado Vermelho. Ao entrar no grande recinto, sentiu o bafo fedorento das entranhas dos animais invadir-lhe as narinas. Um rio de pessoas circulava entre as bancadas onde talhantes e peixeiros exibiam os seus produtos, aves e animais às voltas dentro de jaulas de bambu, peixe e marisco a chapinhar em grandes alguidares. Aqui viu um homem dissecar uma corvina ainda aos saltos, ali deparou-se com um carnicheiro a decapitar galinhas vivas com um cutelo, acolá um outro ia arrancando as pernas a rãs que tentavam pular dali para fora. Sobre as roupas dos comerciantes e até sobre a clientela projetavam-se jatos de sangue, mas nada daquilo parecia incomodar quem quer que fosse.

De repente viu-a de costas, os longos cabelos negros a descenderem sobre o que parecia um vestido cor-de-rosa, e apertou o passo até a alcançar.

“Lian-hua, *I’m here!*”, chamou-a. “Estou aqui!”

A rapariga virou-se para ele e fitou-o com a surpresa e a curiosidade a morderem-lhe o olhar rasgado.

“*Nei kiu ngo?*”

Ao observá-la agora de frente, Artur levou a mão à boca.

“Ah, peço desculpa!”

Não era Lian-hua.

Encontrou o capitão Tavares a deambular pelo primeiro piso do Mercado Vermelho, o olhar a saltitar entre as raparigas que via passar por ali; dir-se-ia um Don Juan à cata de presa. O ajudante de campo quase pulou de susto quando Artur apareceu diante dele.

“Senhor governador!”, exclamou, surpreendido. “O que está aqui a... quer dizer, como apareceu cá?”

“Vim de automóvel, claro.”

O capitão procurou rostos familiares em redor, evidentemente a tentar identificar os seguranças que acompanhavam o chefe do governo.

“Mas... ninguém veio consigo?”

“Não estou impedido de passear, pois não?”

O governador a andar sozinho num mercado apinhado era coisa nunca vista em Macau, sobretudo em tempos daqueles.

“É preciso ter cuidado, senhor governador. Temos de acautelar a segurança, nunca se sabe o que pode acontecer.”

Artur fez com a mão um gesto a desvalorizar o problema.

“Ah, disparate!”, exclamou. Olhou em redor. “Então? Encontrou-a? Onde está ela?”

A pergunta deixou o ajudante de campo embaraçado.

“A senhora... a senhora não apareceu, senhor governador.”

O rosto de Artur fechou-se num esgar dececionado. Permaneceu um instante em silêncio a digerir a novidade enquanto perscrutava a multidão, sempre na esperança de a vislumbrar.

“O nosso capitão não se terá enganado?”, quis saber com uma expressão desconfiada nos olhos. “O senhor chegou aqui mesmo à uma da tarde? Não se terá desencontrado dela?”

“Cheguei à hora certa, senhor governador”, garantiu o capitão Teixeira, quase ofendido por ver o seu brio posto em causa. “Para dizer a verdade, por precaução vim até mais cedo. Entrei ao meio-dia e meia e daqui ainda não saí, como vê. Percorri o mercado de uma ponta à outra e andei sempre em zonas onde podia ser facilmente observado. Se ela aqui estivesse, ter-me-ia visto e eu tê-la-ia visto. Tenho por isso a certeza absoluta de que a senhora não apareceu.”

Os factos eram os factos e Artur percebeu que só tinha de os aceitar. Pressentira na casa do coronel Sawa que a sua presença não fora indiferente a Lian-hua, mas a realidade era o que era; a concubina chinesa estava numa situação de grande delicadeza e nada mais natural que ser assaltada pelas dúvidas. Porque iria ela arriscar a vida do pai, preso em Pequim pelo Kempeitai sob ameaça iminente de execução,

para se encontrar com um estrangeiro com quem apenas tinha conversado um punhado de minutos? Bem vistas as coisas, fora ingênuo em alimentar aquela fantasia. Estaria a solidão a fazê-lo perder o tino?

“Oiça, capitão, a senhora em causa é uma figura muito importante”, disse, justificando perante o subordinado o seu interesse por Lian-hua. “Como concubina do chefe do Kempeitai tem acesso a informações que nos podem ser infinitamente úteis. É imperioso que fique do nosso lado, entendeu?”

“Sim, senhor governador”, assentiu o capitão Tavares em tom neutro, evidentemente sem pretender dissecar as motivações do governador. “E agora? O que fazemos?”

Artur lançou uma nova olhadela para a multidão que enchia o Mercado Vermelho, esperando contra a esperança que ela ainda aparecesse, mas os rostos que via em redor eram totalmente desconhecidos. Respirou fundo, resignado, e indicou a porta da rua.

“Vamos embora.”

O serviço de Fukui não era fantástico, mas os *volleys* que o cônsul japonês fazia quando subia à rede mostravam-se verdadeiramente mortíferos. Após três pontos sucessivos perdidos dessa maneira, Artur decidiu alterar a tática. Na sequência do serviço seguinte, e quando viu o diplomata subir mais uma vez à rede para executar o seu temível *volley* com a precisão do golpe de espada de um samurai, o governador respondeu com uma paralela de direita.

“Aaaah!”, gemeu na conclusão da jogada, irritado consigo mesmo e com vontade de espatifar a raquete sobre o cimento do *court* do Clube de Ténis Militar. “Como é possível?, meu Deus!”, clamou para os céus em desespero. “Que enervação!”

A resposta paralela tinha falhado a linha-limite do *court* pela exasperante distância de apenas um dedo, ou pelo menos assim lhe parecera.

“Foi um bom jogo, Artur-san”, disse o cônsul junto à rede. “Tem é de afinar os ataques mais fortes, porque senão vai sempre falhar a linha.

Basta bater mais curto.”

“O quê?”, admirou-se o português. “Já acabou?”

“Dois *sets* a zero, meu honorável amigo. Este seu miserável adversário teve hoje a suprema felicidade de ganhar.”

“Mas só aqui estamos há uma hora!”

“O ténis, Artur-*san*, não é jogado ao tempo, mas aos pontos.”

Resignado, o governador aproximou-se da rede e apertou a mão ao adversário, como era regra de boa conduta na modalidade, e encaminharam-se ambos para os bancos.

“Você é um ás com a raquete”, reconheceu, conformado com a derrota. “Costuma jogar?”

Fukui indicou com o polegar os *courts* vizinhos.

“Inscrevi-me ontem ali no Clube de Ténis Civil”, disse. “Tem melhores condições que aqui o Ténis Militar, receio bem. O que é bizarro, considerando que são um ao lado do outro.”

“Pois, é verdade. Suponho que seja um problema de gestão. Com a trapalhada que para aí vai, os militares têm outras preocupações e aqui o clube acabou por ser negligenciado.”

“O que mais me atrai no Clube de Ténis Civil é, confesso, a sua secção de golfe. Iniciei-me há pouco tempo e queria ver se praticava um bocadinho o meu *swing* e também o *putter*. O problema é que o clube não tem campo de golfe.”

“Pois não. O único que existe é o espaço verde no meio do hipódromo, que é explorado pelo Clube Melco. Porque não se inscreve lá?”

“O Clube Melco é inglês, meu honorável amigo...”

Artur deu uma palmada na testa.

“Ah, pois é!”

“Mas não acha estranho o Ténis Civil ter uma secção de golfe e não haver um campo de golfe?”

“Sabe o que é, Macau é demasiado pequeno para campos de golfe, pois ocupam grandes extensões. Se calhar a melhor maneira de dar a volta ao problema seria o Ténis Civil chegar a um acordo com o Clube

Melco para utilizar também o relvado do hipódromo.”

“Parece-me uma boa ideia, Artur-san. Era uma maneira de contornar o problema.”

“Não sei é se o cônsul Reeves iria gostar...”

O cônsul japonês preferiu não comentar a observação. Em vez disso, indicou o jardim por cima do rochedo no sopé do qual se encontravam os dois clubes de ténis.

“Como a sua casa é já ali em cima, suponho que venha aqui muitas vezes jogar.”

“Nem por isso”, disse Artur. “Os meus afazeres não me deixam tempo, receio bem. Mas hoje tive uma pequena decepção e... enfim, achei que uma jogatana me ajudaria a desanuviar.”

“Uma decepção no trabalho?”

“Não. De outro foro.”

Fukui sorriu, conhecedor.

“Ah, as senhoras. Faz bem em não descurar essa frente. Nem só de trabalho pode um homem viver, não é verdade?”

O rumor distante da trovoada de guerra era tão constante que se tornara já parte do ambiente, prova de que a tudo os seres humanos acabavam por se habituar, mas naquele momento ocorreu uma detonação mais forte e a terra tremeu ligeiramente, como se um camião de várias toneladas tivesse passado na marginal a toda a velocidade.

“Ena, esta foi violenta.”

“De facto”, assentiu o japonês. “O assalto a Hong Kong está a durar mais que o previsto.”

“Talvez, mas acredite que está a ser mais rápido do que os bifes desejariam”, disse o governador. “Pelos vistos os vossos militares querem apressar a coisa.”

Os dois homens viraram-se para a marginal e o mar e ficaram a contemplar a linha do horizonte para lá da qual se encontrava a vizinha colónia britânica. Viam-se nuvens ao longe, mas era impossível determinar se se tratava de nuvens climatéricas normais ou de fumo de guerra. O rugido distante das explosões mantivera-se constante ao

longo do dia, embora tivessem ocorrido algumas interrupções.

“O seu subordinado ainda não deu notícias?”

“Receio bem que não”, foi a resposta de Artur. “As comunicações estão difíceis, aparentemente devido aos cortes sucessivos de energia em Hong Kong. A lancha da Polícia Marítima que o levou conseguiu voltar e o comandante disse-me que, ao despedir-se em Kowloon, o doutor Lobo afirmou que só regressará quando puder trazer a comunidade portuguesa.”

“Ainda não o conheci, mas parece-me que esse vosso Lobo é um homem e peras.”

“Do melhor. Não terá tarefa fácil, atrevo-me a dizer, considerando o bloqueio naval que a vossa marinha decretou.”

Fukui guardou a raquete no saco que trouxera.

“A propósito, e se o meu honorável amigo me permite, deixe-me fazer-lhe uma recomendação para prevenir males maiores”, indicou. “Convinha evitar a navegação enquanto durarem os combates em Hong Kong. A nossa marinha pode confundir os vossos navios com os do inimigo e... enfim, seria muito desagradável se algo acontecesse.”

“Entendi”, respondeu o português, vendo ali a oportunidade para levar a conversa para onde lhe interessava. “No outro dia o meu amigo disse-me que o governo japonês não tem intenção de atacar Macau. Considerando, porém, que todas as colónias europeias no Extremo Oriente estão a ser atacadas, como se explica isso?”

O cônsul Fukui sentou-se no banco, secou a testa transpirada com as costas da mão e encarou o adversário do ténis.

“Que vantagem teríamos em atacar Macau, Artur-san? Vocês não produzem nada.”

“Isso é verdade.”

“Considerando que Portugal decretou a sua neutralidade e que existem laços históricos entre os nossos dois países, o meu governo achou por bem nada fazer. Além do mais os nossos amigos alemães indicaram-nos ser conveniente não vos incomodar, de modo a não vos empurrar para o lado dos Aliados. E... enfim, há também a questão do

Brasil, não é verdade?”

“O que se passa com o Brasil?”

“Não sei se sabe, mas temos uma enorme comunidade japonesa em São Paulo. O meu governo receia que qualquer ação contra as possessões portuguesas na Ásia provoque uma retaliação brasileira contra a nossa comunidade. Isso seria algo que naturalmente gostaríamos de evitar.”

“Nesse caso, Macau está em segurança...”

O japonês balançou a mão no ar, num gesto de incerteza.

“Gostaria de lhe dar uma resposta categórica, Artur-san, mas as circunstâncias são as que são e em nome da nossa amizade tenho de ser honesto consigo... dentro dos limites impostos pelos deveres das minhas funções diplomáticas, claro. Se um dia os nossos militares concluírem que existe vantagem em invadir Macau, nada os trará. Por isso, está tudo em aberto.”

A mensagem pareceu clara a Artur. Os japoneses estudavam ainda o que fazer com Macau e não haviam tomado uma decisão definitiva. Quando a tomassem, a colónia seria invadida.

Ou poupada.

O que não valia a pena, concluiu Artur, era preocupar-se em demasia com coisas que ainda não tinham acontecido e que, em boa verdade, não dependiam de si. Varreu assim o assunto da mente e, ainda a transpirar devido à partida de ténis que acabava de disputar, consultou o relógio.

“Oiça, quer ir a minha casa tomar banho?”

O Palácio de Santa Sancha, que era a residência oficial do governador, situava-se mesmo por cima dos dois clubes de ténis, como Fukui já notara, pelo que se tratava de uma solução prática.

“Que bela ideia, Artur-san.”

O português abriu o saco que deixara aos pés do banco e lançou a sua raquete e as bolas de ténis lá para dentro.

“Então vamos”, disse, espreitando o relógio de pulso. “Temos de estar lavados e vestidos pelas quatro horas.”

“Porquê a pressa?”

Sem perder tempo, Artur atirou o saco sobre o ombro e encaminhou-se em passo acelerado para a saída do *court*.

“Daqui a pouco são as notícias.”

Ainda molhados do banho e a secarem o cabelo com as toalhas, os dois homens convergiram de calções e tronco nu para a sala de estar do palacete. Artur acororou-se diante do aparelho de rádio, um belo móvel de madeira de cerejeira em estilo *Art deco* com um logótipo Detrola 222 incrustado, e girou um botão. Dos altifalantes saltaram primeiro um estalido elétrico e a seguir uns zumbidos de estática. Percorreu as frequências e imobilizou-se na primeira onde havia emissão e de onde saiu uma voz em inglês a fazer uma preleção sobre a máxima *keep smiling, we can take it!* ainda em voga em Inglaterra por esses dias, apesar do final do Blitz.

“O meu honorável amigo ouve a BBC?”, admirou-se Fukui. “Pensei que estava proibida em Macau.”

“A escuta de todas as emissoras estrangeiras é interdita na nossa colónia, meu caro”, devolveu o governador. “Aliás, não é só na colónia. Em todo o império português.” Levantou o sobrolho. “Assim sendo, e ciente de que o senhor respeita escrupulosamente a lei, presumo que não escute a rádio de Tóquio, não é verdade?”

O japonês enrubescou.

“Bem... quer dizer...”

Respondendo com um sorriso, Artur rodou mais uma vez o botão do aparelho, o que fez desaparecer a emissão de Londres e reaparecer o som da estática.

“Deixe estar que o cônsul Reeves também ouve a BBC.” Baixou a voz, como se fizesse um aparte. “Ele e metade da população de Macau, bem entendido.”

Dos altifalantes do Detrola 222 voltou a brotar o som de estática, intercalado com momentos em que se ouviam emissões nas mais diversas línguas. Depois do inglês apareceu o chinês e a seguir o italiano

e a cada momento a estática regressava à medida que o governador ia girando o botão das frequências.

“De que está o meu honorável amigo à procura?”

Como em resposta, a estática foi cortada pelo som longínquo de uma voz masculina, arrastada e acompanhada por guitarras, a cantar com melancolia um fado triste.

“... *conhecer*
Mentira no teu amor
De raiva desfiz o cravo
Não mais quis...”

“Ah, aqui está!”, exclamou Artur, triunfante. “Sabe o que é isto? A telefonia portuguesa. Uma maravilha, hem?”

“... *por ti sofrer*
Deitei fora a murcha flor
Deixei de ser teu escravo.”

O fado terminou e uma voz cavada encheu o altifalante.

“*Foi Alfredo Marceneiro com o seu Fado Cravo*”, identificou o locutor. “*Senhoras e senhores radiouvintes da Emissora Nacional, são nove horas. Espaço agora para o noticiário.*”

Fez-se uma longa pausa e, por entre o silêncio e a estática característica das escutas em onda curta, ouviu-se o sinal horário a pontuar com solenidade as nove da manhã, hora de Lisboa. Seguiu-se o genérico das notícias e depois surgiu a voz de um segundo locutor.

“*Boa noite. O governo emitiu uma nota de protesto pela invasão de Timor. A notícia de que tropas australianas e holandesas entraram no Timor português e violaram a soberania de Portugal provocou forte comoção pelo país inteiro. O embaixador português em...*”

Plantados na sala a escutar o noticiário, o governador e o cônsul japônês trocaram um olhar de espanto.

“Artur-san!”, exclamou Fukui. “Portugal entrou na guerra?”

VIII

Vista da margem de Kowloon, a ilha de Hong Kong parecia transformada numa cordilheira de pequenos vulcões fumegantes. Os incêndios lavravam em pontos específicos em resultado de um bombardeamento que parecia seletivo, uma vez que o essencial dos ataques incidia aparentemente em objetivos militares e edifícios governamentais. Pelos vistos não haviam sido usadas bombas incendiárias e a baixa de Victoria permanecia intacta sob o céu de cinza. De Tsim Sha Tsui podia-se escutar o costurar distante das metralhadoras e uma ou outra detonação ocasional que o vento soprava para o continente. Apesar disso, naquele instante os combates pareciam ter-se acalmado. Ninguém, porém, duvidava que em breve recrudeseriam com redobrada violência. Era assim a natureza da guerra; a fúria momentânea surgia amiúde intercalada por longos momentos de bonança tensa.

Depois de estarem por um longo minuto plantados junto ao cais dos paquetes em Tsim Sha Tsui com a atenção presa às colunas de fumo e à fachada arruinada da outrora magnífica sede do Hong Kong & Shanghai Bank, Jorge Lobo e Nadezhda viraram as costas e atravessaram a Salisbury Road para se dirigirem ao Hotel Península. Ao vê-los aproximarem-se, uma sentinela japonesa deu alguns passos para o lado e, de espingarda com baioneta fixa no cano, intercetou-lhes o caminho.

“*Yamete!*”, rugiu, fazendo gestos agressivos a ordenar-lhes que

parassem. “*Doko ni iku no?*”

Como sempre quando eram interpelados pelos militares japoneses, foi Nadezhda quem falou.

“*Akiyama shougun to au yakusoku wo shiteiru no desuga.*”

Depois de lhes inspecionar os documentos, e impressionado pela europeia que falava japonês e dizia que tinha um encontro com o general Akiyama, o soldado deixou-os passar. Cruzaram a praça abraçada pelas alas imponentes do edifício e atravessaram a porta para entrar no hotel. A última vez que ali estivera, dias antes da queda de Kowloon, Lobo vira o átrio a fervilhar de oficiais britânicos. O hotel continuava cheio de oficiais, mas eram agora japoneses.

“*Doko ni ikeba Akiyama shougun ni ae masuka?*”

Com a sua voz tenra, Nadezhda inquirira pelo general Akiyama. Uma ordenança fez-lhes sinal de que a seguissem e conduziu-os até à sala de chá. Deixou-os à porta e dirigiu-se a um oficial careca e arredondado, uma espécie de Buda com farda verde e óculos redondos, que se encontrava sentado a uma mesa a rabiscar papéis. Depois de ouvir a ordenança, o oficial olhou para os visitantes que tinham ficado à entrada da sala de chá e, visivelmente curioso, fez-lhes sinal de que se aproximassem.

“Sou o general Akiyama”, identificou-se num inglês hesitante, sem se levantar para os cumprimentar. “O que desejam?”

O oficial nipónico não os convidara para se sentarem à mesa, pelo que ambos permaneceram de pé.

“O meu nome é Jorge Lobo e sou governante de Macau”, identificou-se o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “Esta senhora é Nadezhda Skuratov e é a minha tradutora. Viemos aqui solicitar a sua ajuda porque fomos informados de que o senhor general está encarregado do racionamento e da distribuição de alimentos. Acontece que as lojas permanecem fechadas, como o senhor sabe, e temos quatrocentos portugueses refugiados no Consulado de Portugal aqui em Hong Kong. A comida acabou e precisamos de abastecimentos. Existem nas nossas instalações muitas mulheres e crianças e temos urgência

em...”

“São portugueses?”

“Sim, senhor general. Há em Hong Kong muitos portugueses. Uns estão na ilha refugiados no clube português e outros aqui em Kowloon, designadamente no consulado e no Clube de Regatas.”

O oficial nipónico tomou nota numa folha pousada sobre a mesa.

“Esta tarde mandarei alguns homens entregar-vos sacos de arroz”, sentenciou. “Quanto aos portugueses que estão na ilha, para já nada podemos fazer, como compreenderão. No entanto, quando os ingleses se renderem, o que está para muito breve, remeterei alimentos para o vosso clube, fiquem descansados.”

“Muito obrigado, general.”

O general Akiyama voltou a atenção para os papéis com os quais trabalhava quando Lobo e Nadezhda chegaram, evidentemente a dar a audiência por terminada, mas os dois visitantes mantiveram-se de pé diante dele e o japonês voltou a levantar a cabeça para os encarar.

“Mais alguma coisa?”

“Permita-me, general, falar-lhe nos portugueses que se encontram detidos pelo vosso exército.”

O japonês esboçou um semblante de admiração.

“Detivemos portugueses?”

“Algumas centenas de civis portugueses integram a Força de Voluntários de Defesa de Hong Kong, senhor general. Creio saber que muitos foram aprisionados pelo vosso exército. Será que me pode informar sobre o seu paradeiro?”

O oficial não respondeu de imediato. Pegou num dossiê volumoso que se encontrava pousado no chão e folheou-o. O texto em caracteres japoneses pareceu indecifrável aos visitantes, mas era evidente que se tratava do registo dos prisioneiros feitos durante os combates. O general Akiyama dedilhou as folhas até se imobilizar numa delas.

“Ah, cá está!”, exclamou. “São as companhias cinco e seis da Força de Voluntários, correto?”

“Sim, senhor general.”

O japonês estudou com mais atenção a informação que constava da folha.

“Os combatentes portugueses estão a ser encaminhados para o complexo de Sham Shui Po”, informou. Alçou o olhar inquisitivo para os visitantes. “Não compreendo, pensei que Portugal era um país neutral. Por que razão estes portugueses se alistaram para nos combater?”

Um suor frio percorreu o corpo de Lobo; precisava de dar uma resposta convincente.

“A Força de Voluntários é uma unidade de civis, senhor general. Estamos a falar de miúdos que acharam que tinha piada brincar aos soldados. Não são ingleses, não são militares e nem sequer têm treino adequado. Os ingleses vestiram-lhes uma farda e disseram-lhes que defendessem Hong Kong. Se fosse no Japão, o senhor não faria o mesmo?”

“O que eu faria é irrelevante para o caso”, cortou o oficial. “O facto é que pegaram em armas contra nós. O que deseja saber sobre eles?”

“Bem... enfim, gostaria de lhe perguntar se... enfim, quando vão ser libertados para regressar às suas famílias?”

“Voluntários ou não, a partir do momento em que pegaram em armas contra o Exército Imperial tornaram-se soldados inimigos. Além do mais violaram a neutralidade do seu próprio país, pelo que ficarão presos até que se tome uma decisão sobre o seu destino.”

Não havia muito por onde contra-argumentar, percebeu Lobo. O mais que podia fazer era tentar atenuar os estragos.

“Como lhe disse, sou governante de Macau e tenho a responsabilidade de me assegurar de que estes meus compatriotas estão a ser devidamente tratados. Podemos ao menos visitá-los para saber se se encontram bem?”

O general Akiyama recostou-se no seu lugar e respirou fundo enquanto encarava os visitantes. Ponderou o pedido por alguns momentos e acabou por se decidir.

“Apareçam amanhã ao meio-dia em Sham Shui Po.”

A chegada dos soldados japoneses com dez sacos de arroz foi nessa noite muito celebrada pelos refugiados que se concentravam na casa do cônsul, pois a comida quase acabara. Os sacos foram armazenados para consumo do arroz em regime de racionamento rigoroso nos dias seguintes, mas logo que os japoneses se foram embora decidiu-se celebrar o êxito da embaixada de Lobo e Nadezhda com uma ração reforçada nesse primeiro dia.

“Precisamos de acompanhar o arroz com alguma carne”, observou um dos rapazes que faziam habitualmente a patrulha de segurança na rua. “Sei de um cão que está abandonado no quintal da dona Hortense e que...”

Um coro de protestos calou-o de imediato.

“Carne de cão, não!”, protestou logo um dos mais velhos. “Isso é para os chineses, não para nós. Somos portugueses, que diabo! Haja decoro!”

O velho era um euro-asiático com fortes traços orientais. Na verdade só com muito boa vontade e um grande esforço de imaginação parecia possível descortinar na sua fisionomia chinesa algum vestígio dos antepassados portugueses, mas a posição obteve acolhimento quase unânime.

“O Danilo tem razão!”, concordou um outro refugiado. “Nós não comemos carne de cão. Era o que mais faltava!”

O jovem que fizera a sugestão olhou para o grupo com um misto de incredulidade e desânimo.

“Então o que comemos para acompanhar com o arroz?”

“Metemos umas ervinhas”, sugeriu dona Conceição Thompson d’Avillez, conhecida por ser uma cozinheira de mão cheia. “Podemos muito bem viver sem carne. Uma dieta de vegetais é mesmo do que estamos a precisar.”

Não que a ideia agradasse à maioria, “as ervas não puxam carroça”, resmungou entre dentes um outro refugiado, mas todos se resignaram à decisão. O importante é que eram portugueses e não comeriam carne de cão; pelo menos enquanto a fome fosse suportável, a sua identidade

lusitana teria precedência sobre os seus estômagos humanos.

A decisão foi acompanhada com alívio pelo cônsul Correa e por Lobo, que não intervieram mas a tudo assistiram.

“Ufa!”, riu-se o governante. “Estava a ver que íamos ter caniche para o jantar!”

“Eu não era capaz”, disse Nadezhda. “Ou se calhar era. Nunca se pode dizer nunca, não é verdade?”

“O quê? Comias um cão? Eras capaz disso?”

“Olha, Jorge, quando era miúda passei muita fome na Ucrânia, foi um verdadeiro horror. Depois disso, creio que para sobreviver sou capaz de comer seja o que for.”

“Até cães?”

O olhar de Nadezhda ganhou intensidade, como se quisesse mostrar que as suas palavras não constituíam mera *boutade* do momento, mas refletiam a verdade mais profunda.

“Até ratazanas.”

Desde o dia em que os soldados japoneses haviam invadido a casa do cônsul, Lobo e Nadezhda tinham-se tornado quase inseparáveis. Nessa noite jantaram o arroz de ervas na companhia dos refugiados e após a refeição todos se concentraram no quintal para assistir ao espetáculo que alguns elementos da comunidade haviam preparado. A noite foi assim preenchida por uma interpretação de canções tradicionais portuguesas feita por um coro improvisado entre os refugiados com um exótico sotaque euro-asiático e que começou com uma das músicas mais populares entre os portugueses de Hong Kong.

“Ao passar a ribeirinha
Pus o pé, molhei a meia
Pus o pé, molhei a meia...”

“Não percebo a letra”, sussurrou Nadezhda com um sorriso, aproximando a boca da orelha dele para não perturbar o coro nem os espectadores. “Mas parece-me um bocado repetitiva, não?”

Lobo riu-se.

“É uma canção popular com uma letra ingénua”, respondeu, encostando-se por sua vez à orelha dela; pareciam dois adolescentes a partilhar segredinhos. “Quais são as canções populares que conheces?”

“A *Kalinka*.”

“Qual, aquela canção russa? A letra não é também repetitiva?”

A rapariga calou-se para recuperar a letra de memória, “*Kalinka, kalinka, kalinka moya! V sadu yagoda malinka, malinka moya!*”, os versos a aflorarem-lhe aos lábios num murmúrio quase inaudível.

“Pois, tens razão.”

O rosto do amigo abriu-se numa expressão triunfante. O governante concentrou-se no coro, mas instantes depois falou de novo à orelha da rapariga.

“Explica lá, Nadja, como é possível que, sendo portuguesa, só conheças canções tradicionais russas...”

Nadezhda corou.

“Eu... foi o meu avô russo que me ensinou.”

Lobo inclinou a cabeça com ar cético.

“Ouve, já te disse que não tens de te preocupar com o passaporte português pois fizeste mais que o suficiente para o merecer”, assegurou-lhe. “Gostava é que começasses a confiar em mim e me contasses a tua verdadeira história. Salta à vista de qualquer pessoa que a tua origem portuguesa não passa de uma história da carochinha. Que eu saiba não tenho cara de papalvo, pois não?”

A rapariga manteve-se silenciosa por um longo momento. Os olhos azuis luminosos imobilizados fitavam o coro como se olhassem mas não vissem. Por fim voltou a encará-lo, como se o avaliasse uma derradeira vez, e respirou fundo em rendição.

“O que queres saber?”

“A tua história”, disse ele como se se limitasse a expor um direito. “Quero saber quem tu és verdadeiramente.”

“Não irás usar contra mim o que te possa contar?”

Lobo fechou o olhar nela, como se lhe dissesse que na fase em que se

encontravam a questão já nem sentido fazia.

“Achas?”

Os lábios dela curvaram-se num sorriso frágil, quase triste.

“Está bem, confio em ti.”

Foi a vez dele de sorrir, mas com segurança, indicando-lhe assim que nada tinha a temer.

“Para começar, és tão portuguesa como o Zé dos Bigodes, não é verdade?”

Ao ouvir a alcunha que os portugueses davam habitualmente a Estaline, Nadezhda transformou o seu sorriso melancólico numa gargalhada divertida e inopinadamente ruidosa, que atraiu os olhares de censura dos outros refugiados, interessados na atuação do coro e perturbados pelo zumbido incómodo daquela conversa paralela.

“Tens razão, sou russa. Ou meio russa, meio ucraniana, depende do ponto de vista.” Virou-se para a frente e espreitou o coro que cantava ainda, com os refugiados a juntarem-se no refrão apesar de muitos não entenderem sequer as palavras que cantavam. “Se calhar era melhor irmos para outro lado...”

A multidão animara-se com a canção tradicional portuguesa e havia de facto muito barulho em redor deles.

“Tens razão”, assentiu Lobo. “Aqui não se consegue conversar.”

Trocaram um olhar cúmplice fugaz e, como se estivessem coordenados, levantaram-se ambos. Sem que ninguém desse por eles, abandonaram o quintal onde todos se concentravam e desapareceram nas entranhas da casa momentaneamente deserta.

A história de Nadezhda levou quase uma hora a contar e foi intercalada por pausas carregadas de comoção nos momentos mais delicados, em particular quando a russa falou sobre a fome na Ucrânia, o irmão, a irmã e o pai, e nas circunstâncias que haviam feito dela a pessoa em que se tornara. Quando por fim se calou, fez-se um silêncio prolongado entre ambos. Lobo manteve-se imóvel durante dois longos minutos, a amadurecer o que acabara de ouvir, mas o seu mutismo

tornou-se de tal modo profundo que deixou a rapariga inquieta.

“Aposto que, depois de te ter contado tudo, me vês de uma forma diferente”, disse Nadezhda, torcendo os dedos para dominar o nervosismo. “Se calhar já nem vais querer voltar a recorrer aos meus serviços de tradutora.” Encolheu os ombros e premiu os lábios, como se se esforçasse por ganhar determinação. “Não faz mal, eu já estou habituada a...”

“Não digas disparates, Nadja”, cortou ele. “A tua vida resulta das tuas circunstâncias, não foste tu que a escolheste.”

“Claro que fui eu que a escolhi”, insistiu a russa. “Podia ter escolhido limpar escadas num prédio de Xangai, por exemplo. Ou descascar batatas na cozinha de um restaurante miserável num bairro pobre dos arredores da Concessão Internacional. A opção existia. No entanto, segui o caminho que segui.”

Lobo pousou nela um semblante de compreensão.

“Seguiste o caminho que o bom senso te fez seguir. As circunstâncias eram as que eram e tu tiveste de fazer escolhas difíceis.”

A russa colou a ele o olhar azul, o brilho a cintilar ao ritmo trémulo da luz que a humidade lhe refletia nas pálpebras.

“Tu... tu compreendes?”

“Claro que compreendo. Passaste por experiências muito difíceis e não conheço muita gente que fosse capaz de as superar dessa maneira. É preciso muita coragem para enfrentar o que enfrentaste.”

Ela recuou de modo a mergulhar os olhos na sombra e esconder a comoção. Nada mais disseram porque entretanto o coro se calara e ouviam vozes a aproximar-se. A festa no quintal havia terminado e toda a gente recolhia às tendas para passar a noite.

O cônsul Correa entrou nessa altura na casa e surpreendeu-os à meia-luz na sala.

“Vocês estão aqui?”, perguntou, apoiando-se na sua bengala. “Caramba, perderam um espetáculo do arco-da-velha! Muita desta gente não fala sequer português, mas conhece as letras de todas as canções tradicionais. É incrível! Até o *Malhão* sabem cantar!”

Lobo forçou um sorriso.

“Nós ouvimos.”

O velho cônsul bocejou.

“Bem, vou-me deitar. Quando subir, doutor, veja se não faz barulho porque, como sabe, tenho o sono leve.” Fez com a mão um gesto de despedida. “Boa noite.”

O diplomata subiu devagar as escadas, a ponta da bengala a tiquetaquear na madeira dos degraus, e deixou-os de novo sozinhos. Quando a porta do quarto se fechou no andar superior, Nadezhda inclinou-se para a frente, de modo a sair da sombra onde se havia refugiado.

“Ainda dormes no quarto com o cônsul?”

Esboçando uma expressão de exasperação conformada, Lobo revirou os olhos e suspirou.

“Infelizmente”, confirmou. “Havias de ouvi-lo, o homem ressona que nem uma trompa. Ufa, parece uma locomotiva a vapor a acelerar pelas estepes do teu país! Nada o trava!”

A russa riu-se com a analogia.

“Olha lá, porque não vens para o canil? Eu sei que não é tão chique, mas talvez seja mais calmo.”

Quem ainda dormia no canil era a própria Nadezhda, pelo que a sugestão lhe pareceu um convite.

“Ir para o canil... contigo?”

“Não é para o canil comigo, tonto”, corrigiu a rapariga. “Mas o espaço ao lado do meu está vazio. Porque não levas a tua manta para lá? Assim não tens de aguentar os roncos do cônsul e eu não estou à mercê de ninguém. Fazemos companhia um ao outro.”

A sugestão fez Lobo a afagar o queixo.

“É capaz de não ser má ideia...”

Depois de trocarem um último olhar de assentimento, levantaram-se. Nadezhda saiu de imediato em direção ao canil, que desde que se refugiara naquela casa se tornara o espaço onde pernoitava, enquanto Lobo subiu ao quarto para ir buscar as suas duas mantas antes que o

cônsul adormecesse.

O cônsul Correa vestia as calças do pijama quando, ao ver o convidado pegar nos dois cobertores e dirigir-se à porta para sair do quarto, percebeu as suas intenções.

“Então, doutor?”, admirou-se. “Não dorme aqui?”

“Vou apanhar ar fresco.”

A confirmação deixou-o boquiaberto.

“Quer dormir lá fora?!”

“Espero que não se importe.”

“Mas... mas...”

Sem dar oportunidade ao anfitrião para contra-argumentar, o governante de Macau escapuliu-se apressadamente do quarto, desceu as escadas a correr e saiu para o quintal, dirigindo-se ao canil.

Apesar da escuridão, a russa ultimava os preparativos para passar a noite e Lobo estendeu uma manta no retângulo vedado ao lado do dela, os dois espaços cercados por uma rede de proteção e apenas separados por outra rede. Essa manta não servia para o cobrir, mas para substituir o colchão, pelo que prontamente se deitou por cima dela e se tapou com a segunda manta, enquanto Nadezhda, recolhida ao seu espaço, se estendia sobre uma fileira de três almofadas de sofá que serviam de colchão e se cobria com a sua manta. Estava escuro e a única luz que os iluminava era o minguante da Lua e os pontos pestanejantes das estrelas cosidas ao manto negro do firmamento.

Ouviam-se conversas murmuradas em redor e uma ou outra tosse ocasional ou o vagido de um ou dois bebês sobre o fundo permanente dos sons da guerra, um trovejar distante como o marulhar incansável do mar. Por vezes a tempestade recrudesceu e era pontuada amiúde pelo matraquear esporádico das rajadas de metralhadora, lembretes das batalhas que ainda se travavam na ilha de Hong Kong e da morte que os rondava. Na treva cada um vislumbrava apenas o vulto sombrio do outro. Lobo esteve tentado a estender a mão e tocar nela, sentiu que Nadezhda o consentiria, mas não se atreveu. A simples presença do

outro, porém, pareceu deixá-los a ambos em paz, pois depressa fecharam os olhos e resvalaram com doçura para o sono.

IX

Com um lenço de renda, o cônsul Reeves enxugou as gotas de transpiração que lhe encharcavam a testa. Apesar do frio que se fazia sentir na rua, a câmara secreta instalada entre a sua vivenda e a casa vizinha estava sobreaquecida. Depois de guardar o lenço no bolso, o inglês olhou para o embrulho pousado sobre a mesa.

“O que é isto, senhor governador?”

“É a sua prenda”, sorriu Artur. “Presumo que se tenha apercebido de que hoje é 24 de dezembro, véspera de Natal.”

O cônsul pegou no embrulho e estudou-o distraidamente; era claro que o seu espírito se encontrava bem longe dali.

“Agradeço a sua atenção”, murmurou, a voz tensa. “Mas, se quer que lhe diga com toda a franqueza, a minha vontade de comemorar o Natal é absolutamente nula. Sabe, a situação em Hong Kong está a deteriorar-se para além do imaginável.”

“Os combates já vão na terceira semana. Na sua opinião, quanto tempo mais irá durar a resistência?”

Reeves abanou a cabeça com desalento.

“Pouco, receio bem. As tropas japonesas tomaram posições estratégicas em Repulse Bay e com isso cortaram a ilha de Hong Kong a meio. Há zonas cobertas de escombros e de cadáveres. O edifício mais moderno da cidade, a sede do Hong Kong and Shanghai Bank, está todo esburacado e parte do telhado dos escritórios do jornal *South China Morning Post* desabou, mas parece que as pessoas continuam lá a

trabalhar. As vivendas do Peak foram arrasadas e disseram-me que muitas mulheres andam de espingarda a guardar o que resta das suas casas. Os hospitais estão a abarrotar de feridos e corre que os japoneses entraram num hospital militar improvisado, montado no Stephen College, e espetaram baionetas nos soldados que encontraram nas camas.”

“Não acredito...”

“É o que constava numa comunicação via rádio que acabei de receber de Fort Stanley e cujo teor já encaminhei para Londres”, devolveu o cônsul lugubrememente. “Parece que os japoneses levaram as enfermeiras e outras mulheres inglesas para uma sala do Stephen College, violaram-nas em grupo e depois mataram-nas. A seguir pegaram em quatro soldados britânicos e, diante deles, cortaram a língua de um camarada e as orelhas de outro e mandaram-nos para Fort Stanley, onde o governador se entrincheirou, para que o informassem de que este comportamento só irá acabar quando ele aceitar render-se. O Gabinete de Guerra ordenou entretanto a destruição dos depósitos de combustível, para que não caiam nas mãos do inimigo, e o contra-ataque que lançámos em Wong Nei Chong fracassou. Os japoneses entraram em Victoria e já chegaram ao bairro de Wanchai. Não há água, não há luz e a rede de esgotos deixou de funcionar. Um mar de fogo devasta várias partes da ilha e o inimigo já faz a limpeza de toda a metade ocidental. Toda a resistência se centra agora em Fort Stanley, na verdade o nosso derradeiro bastião.”

“Quanto tempo vai aguentar Fort Stanley?”

“Talvez mais algumas horas.” Baixou a voz, em jeito de confidência. “O governador recebeu ordens do primeiro-ministro para resistir o mais possível, mas pelas indicações que tenho amanhã ver-se-á forçado a apresentar a rendição aos japoneses.” Riu-se sem vontade. “Que rico Natal, hem?”

Fez-se silêncio na câmara secreta. De ombros caídos e olhar consternado, o cônsul parecia vergado pelo desalento e pela derrota.

“Lamento muito ouvir isso.”

Reeves suspirou.

“E sabe o que é pior?”, perguntou em voz baixa. “A minha mulher está por lá.”

“Perdão?”

Sempre cabisbaixo, o diplomata britânico assentiu.

“Quis ir a Hong Kong fazer as compras de Natal e aproveitou para passar uns dias em casa de uma amiga que vive no Peak. Acabou por ser surpreendida pelo ataque japonês, como é bom de ver.” Sacudiu a cabeça, irritado consigo mesmo. “Que estupidez! Para que foi ela meter-se em Hong Kong justamente numa altura destas? Belo *timing*, hem?”

Artur endireitou-se na cadeira.

“Tenho um homem neste momento em Hong Kong a tratar do transporte para retirar a comunidade portuguesa, o que acontecerá logo que os combates parem e seja possível dialogar com os japoneses”, revelou. “Trata-se do doutor Lobo, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. Se me der o contacto da sua mulher, vou ver se lhe passo a informação e talvez ele a consiga retirar de lá, quem sabe?”

O rosto de Reeves animou-se por um instante, mas logo voltou a vergar-se de desânimo.

“Não faço ideia onde a Maggie se encontra”, murmurou. “Apenas sei que escapou do Peak porque conseguiu fazer chegar uma mensagem a Fort Stanley, que a reenviou para mim. Desde então não tive notícias dela.”

Depois de respirar fundo, o governador arrastou a cadeira para trás e levantou-se.

“Se tiver novidades da sua mulher, passe-me a informação para ver o que posso fazer”, disse. “Talvez o consiga ajudar. De resto, quero que saiba que acolheremos de braços abertos qualquer súbdito britânico que consiga sair de Hong Kong. A única coisa que lhe peço é que se articule com o seu governo em Londres para lhes financiar o sustento aqui em Macau.”

“Agradeço-lhe, senhor governador.”

Passando os dedos pelo cabelo, Artur ganhou balanço para abordar o outro tema que tinha em mente.

“Oiça, os meus homens comunicaram-me que viram há dias fumo negro a sair da chaminé da sua casa. O senhor por acaso andou a queimar alguma coisa?”

Reeves recostou-se na cadeira e manteve os olhos presos no interlocutor.

“Andei, sim. Pus-me a queimar todos os documentos sensíveis que havia no consulado.”

“Porquê?”

“Porque estava à espera que a todo o momento vocês me entrassem pela casa dentro e me apreendessem tudo o que cá tenho. Até as cifras se desfizeram em cinzas!”

O português alçou as sobrancelhas.

“Íamos entrar pelo vosso consulado?”, admirou-se “Por que raio pensou o senhor tal coisa?”

“Por causa de Timor, claro”, retorquiu o cônsul britânico. “Mal ouvi as notícias de que os australianos e os holandeses tinham entrado em Timor pensei que Portugal nos ia declarar guerra. De resto, as reações da vossa imprensa pareceram confirmar os meus piores receios. Só descansei quando ouvi o discurso do doutor Salazar.” Sorriu. “Ah, um mestre, o vosso Salazar! Conseguiu fazer um discurso inteiro a condenar a nossa entrada em Timor sem pronunciar uma única palavra ou expressão que possa ser considerada violenta. Notável, hem? Aposto que muitos dos que são contra a Inglaterra ficaram dececionados.”

“Pois, a neutralidade portuguesa mantém-se”, sentenciou Artur. “Apesar do que aconteceu em Timor, nada mudou.”

“Portanto, *business as usual*...”

Satisfeita a curiosidade relativa ao fumo negro que fora visto a sair da chaminé do consulado britânico, o governador levantou-se e fez tenções de se ir embora, mas deteve-se e voltou a sentar-se.

“Ah, já me esquecia. O senhor conhece porventura o cônsul japonês que aqui chegou há dias?”

“*Mister Satake?*” Abanou vigorosamente a cabeça. “Não. Para ser sincero, nem tenho interesse em conhecê-lo.”

“Pois faz mal”, observou Artur. “Conheci-o em Berlim e é uma pessoa irrepreensível, aquilo que em inglês se chama um verdadeiro *gentleman*. Creio que nos poderá ser muito útil nos tempos difíceis que se adivinham. Penso por isso que o senhor teria todo o interesse em não o hostilizar.”

“Se o senhor governador o diz, acredito”, anuiu o inglês. “Acontece que o Foreign Office acabou de distribuir indicações a todo o corpo diplomático no sentido de evitar o contacto com os nossos colegas japoneses. No caso de este se revelar inevitável, como acontece nas receções sociais, estamos apenas autorizados a fazer o que Londres designa como uma *vénia fria*.”

“*Vénia fria?* O que raio é isso?”

Reeves sorriu.

“Não faço a mínima ideia!”, admitiu. “Já me pus ao espelho a ensaiar uma *vénia fria* e não me parece que tenha sido bem-sucedido. Talvez a ideia seja cumprimentá-los com pedras de gelo na mão.”

“Oiça, senhor cônsul, por vezes quando nos encontramos numa situação tão singular como esta somos obrigados a desobedecer às regras instituídas”, disse o governador, ignorando o seco humor inglês. “Insisto na conveniência de o senhor desenvolver boas relações com o cônsul Fukui. Poderá ser muito útil, acredite em mim.”

“Isso é bonito de dizer, mas como farei eu para ter boas relações com ele, como o senhor me recomenda, e manter-me frio, como o Foreign Office exige?”

O governador passou o olhar pelo quarto secreto onde se encontravam.

“O cônsul Fukui está hospedado no Hotel Central e precisa de arranjar uma casa aqui em Macau. Como sabe, trata-se de uma grande dificuldade da nossa colónia, uma vez que as melhores moradias foram tomadas pelos milionários de Hong Kong que aqui se vieram instalar ainda antes de os japoneses atacarem. De modo que a única vivenda

suficientemente digna que se encontra disponível é esta do governo de Macau.”

“Esta qual?”, admirou-se o cônsul Reeves. “Está a referir-se à vivenda vizinha, onde o senhor entra para estes nossos encontros secretos?”

Um balanço afirmativo de cabeça confirmou a hipótese.

“Correto, senhor cônsul.”

“Mas... mas isso é uma loucura!”, exclamou o inglês. “O senhor quer instalar aí o cônsul japonês? Isso significa que os consulados de Inglaterra e do Japão vão ficar lado a lado!”

“Não há alternativa, receio bem”, disse Artur. “De qualquer modo, isso dar-vos-á a oportunidade de falarem com absoluta discrição. Se quer que lhe diga, parece-me perfeito.”

O diplomata britânico parecia atarantado.

“Oiça, não sei se posso aceitar uma coisa dessas!”, exclamou. “Ser vizinho do cônsul japonês e encontrar-me discretamente com ele neste quarto secreto? Isso é... é impensável!”

O português pôs-se de pé.

“Faça como entender”, disse. “O facto é que não há mais moradias disponíveis, pelo que vamos alugar esta ao cônsul japonês. Se o senhor se entender ou não com ele não é problema meu. Peço-lhe, no entanto, que seja civilizado, como sei que será.” Estendeu-lhe a mão para dar a conversa por finalizada. “Tenha um bom dia.”

Apesar de ainda se encontrar aturdido com a sugestão, o cônsul Reeves apertou-lhe a mão e os dois homens separaram-se, cada um a dirigir-se à porta que o levaria para a sua vivenda. Antes de desaparecer pelo corredor, contudo, o inglês ainda se voltou para trás e forçou um sorriso, acenando com o embrulho que Artur lhe oferecera e que ainda não encetara.

“Feliz Natal, senhor governador.”

X

O complexo de Sham Shui Po não passava de um conjunto de edifícios esventrados e rodeados por uma vedação de arame farpado, com o acesso defendido por um ninho de metralhadora e por várias sentinelas japonesas. Assumindo as suas funções de tradutora, Nadezhda aproximou-se de um soldado e pediu-lhe que fosse chamar o oficial encarregado das visitas aos prisioneiros.

“*Koko de mate*”, disse o soldado antes de se afastar. “Esperem aqui.”

Enquanto aguardavam junto ao ninho de metralhadora ficaram ambos a espreitar o que se passava no interior do perímetro prisional. Viam-se vários edifícios longos, como hangares, sem portas nem janelas, embora houvesse sacos e lençóis a cobrir os buracos que outrora tinham estado tapados pelos vidros. Alguns soldados japoneses circulavam de um lado para o outro e, pelo entulho acumulado e pelo aspeto desconchavado do campo, percebia-se que estava tudo ainda em fase de organização, o que se tornou especialmente evidente quando vislumbraram um grupo de prisioneiros britânicos e canadianos a desenrolar mais rolos de arame farpado para proteger o acesso ao complexo, sob o olhar vigilante das sentinelas armadas de espingardas com baionetas e espadas.

“Coitados...”, murmurou Lobo. “Já viste? De um momento para o outro transformaram-se em escravos dos japoneses.”

“Espera-os um Natal duro, hem?”

A observação da russa levou o governante de Macau a fitá-la com

uma expressão pensativa.

“Pois é, Nadja”, assentiu, balouçando afirmativamente a cabeça. “O Natal é já amanhã.”

“O Natal dos cristãos ortodoxos é só daqui a duas semanas, no vosso Dia de Reis”, disse. “Mas para prenda já me contentava com sair deste inferno e ir para Macau. Se me vejo longe de Hong Kong até parece mentira.”

Como a sublinhar o que ela acabara de dizer, uma sucessão de explosões fê-los virar-se para a ilha de Hong Kong, onde os combates pareciam recrudescer. Havia nuvens de fumo sobre o casario distante para além de Repulse Bay e na zona de Stanley, assinalando os pontos de choque entre as linhas japonesas, sempre em avanço, e os derradeiros bastiões da resistência britânica.

“Não sei quanto tempo mais Macau permanecerá incólume”, observou o português lugubrememente. “Depois de Hong Kong cair, e pelos vistos já está quase, poderemos bem ser nós o próximo alvo.”

Escutaram gritos nesse instante e ambos se viraram na direção do som. Do outro lado do passeio, duas sentinelas vergastavam uma chinesa com uma vara de bambu. Não era a primeira vez que viam um incidente do género nesse dia; ainda uma hora antes, quando vinham a caminho de Sham Shui Po, se haviam deparado com um soldado que arrastava uma chinesa pelo cabelo. Na manhã da véspera tinham observado soldados japoneses a atirarem vários chineses à água num dos cais de Kowloon e à tarde haviam-se cruzado na zona de Whampoa com um oficial que usava um idoso chinês como cadeira.

“Já viste isto?”, perguntou Lobo, chocado com o que se passava do outro lado do passeio. “Se calhar era melhor intervirmos.”

“Estás doido, Jorge?”, opôs-se Nadezhda. “Nem penses em tal coisa! Ainda te dão um tiro...”

As sentinelas pararam nesse instante de vergastar a chinesa e ela aproveitou para se afastar o mais depressa possível, embora a coxear e dorida. O incidente tinha terminado e o português suspirou, numa mistura de alívio e resignação.

“Pois, tens razão.”

“Isto está a tornar-se uma rotina. Todos os dias se veem coisas destas. Então não te lembras de ainda ontem nos termos deparado com aqueles...”

A conversa foi interrompida pelo reaparecimento da sentinela que haviam interpelado à entrada do quartel. O soldado vinha acompanhado por um oficial que caminhava com um bastão na mão, um japonês de meia-idade, barrigudo e de óculos redondos, a sombra de um bigode a aflorar-lhe aos cantos da boca.

“Sou o capitão Honda, encarregado deste campo de prisioneiros”, apresentou-se o oficial em inglês. “O que desejam?”

Pareceu-lhes bom sinal o japonês falar inglês. Depois de se apresentar a si e a Nadezhda, Lobo explicou ao que vinham.

“Enquanto governante de Macau, gostaria de conhecer as condições em que se encontram os prisioneiros portugueses da Força de Voluntários de Defesa de Hong Kong. O general Akiyama disse-me ontem que viesse aqui a Sham Shui Po para os ver. Será que o senhor comandante me dá licença de visitar os portugueses?”

“Este campo apenas foi criado há dois dias”, respondeu o capitão Honda. Fez um gesto para o espaço que o arame farpado cercava. “Como pode ver, está tudo um caos. Os chineses levaram toda a madeira dos edifícios para a usarem como lenha e não dispomos ainda das condições adequadas. Vamos trabalhar nas próximas semanas para reparar o campo e pode ser que até consigamos trazer eletricidade para aqui.”

“Há muitos portugueses no campo?”

“Alguns. Parece que a maior parte está na ilha de Hong Kong. Só quando os combates acabarem é que os poderemos trazer para cá.”

“Mesmo havendo poucos, será que posso falar com eles?”

O capitão Honda hesitou antes de responder.

“Os contactos com os prisioneiros devem sempre ser estabelecidos através da Cruz Vermelha”, lembrou. “Mas como os senhores vieram por indicação do general Akiyama, e uma vez que o campo não está

ainda a funcionar em pleno, vou abrir uma exceção.” Fez um gesto com a mão a convidar os dois visitantes a segui-lo. “Venham daí.”

Passaram pela abertura no arame farpado e entraram no perímetro do campo de Sham Shui Po. Havia escombros e lixo por toda a parte. Aqui e ali viam-se prisioneiros indianos ou de ar europeu, decerto britânicos ou canadianos, todos ainda de uniforme à conversa em pequenos grupos ou sentados de cócoras no chão. O capitão Honda acercou-se de um soldado japonês e dirigiu-lhe uma pergunta. Depois de fazer continência, o soldado apontou para um barracão e o comandante do campo encaminhou-se para lá em passos firmes com os convidados no encalço.

Cruzaram a entrada, que tinha um lençol sujo a servir de porta, e passaram por dois quartos carregados de destroços antes de desembocarem num espaço vasto, evidentemente as camaratas. Um cheiro a urina impregnava o ar e viam-se mantas estendidas no chão, por entre lixo e escombros, e uma dezena de homens de aspeto asiático à conversa, todos com uniformes britânicos da Força de Voluntários.

Ao verem o capitão Honda entrar na camarata, os prisioneiros puseram-se em sentido e fizeram continência. O comandante do campo fez-lhes sinal de que se pusessem à vontade e chamou um deles, aparentemente o mais velho.

“D’Armada Remédios”, apresentou-se o prisioneiro. “Às suas ordens, senhor comandante.”

Com o polegar, o capitão Honda indicou Lobo e Nadezhda atrás dele.

“Estes senhores são do governo de Macau e vieram ver-vos.”

A informação fez D’Armada Remédios arregalar os olhos, a chama da esperança a incendiar-lhe o rosto.

“*Really?*”, exclamou. “A sério? Vieram... vieram libertar-nos?”

“Infelizmente não”, corrigiu Lobo, mudando para português para que o oficial japonês não entendesse a conversa. “O senhor fala português, espero eu...”

Tão depressa quanto se acendera, a esperança apagara-se do rosto do prisioneiro e transformara-se numa decepção mal disfarçada.

“Sim, claro.”

“Gostaria de vos levar comigo, mas os japoneses consideram-vos prisioneiros de guerra por terem pegado em armas contra eles”, explicou o governante de Macau. “A título excepcional, no entanto, permitiram que vos viesse visitar para me assegurar de que estão a ser bem tratados. É mesmo assim?”

“Vai-se andando...”

“O que quer dizer com isso? Os japoneses maltrataram-vos?”

“Não, isso não”, devolveu D’Armada Remédios de modo enfático. “É verdade que alguns oficiais se mostram maldosos e que os tipos são implacáveis com os chineses, que matam por dá cá aquela palha, uma vergonha, mas a nós nunca nos chatearam. Aliás, aqui o capitão Honda tem sido muito correto connosco.” Assinalou o espaço em volta. “O problema são as condições em que aqui estamos. Como pode constatar, isto está longe de ser o Hotel Península... E o senhor ainda não viu as latrinas. Um nojo, só lhe digo. Isto para não falar na comida, como é bom de ver. Nem aos cães se dá coisa igual.”

Lobo voltou-se para o comandante do campo.

“Capitão, os portugueses vão ficar muito tempo nesta imundice?”

“O destino dos prisioneiros portugueses é este campo de Sham Shui Po”, confirmou. “Mas logo que os combates acabem iremos pô-los a limpar o campo e a torná-lo habitável. Ser-lhes-ão atribuídas tarefas e andarão ocupados. Um padre católico disponibilizou-se para vir cá dar apoio aos prisioneiros portugueses e vamos entregar-lhe uma dessas casinhas para que funcione como capela. Para os tempos livres, planeamos trazer livros e montar aqui uma biblioteca e até estou a pensar em mandar vir instrumentos musicais para que os prisioneiros organizem umas bandas e deem concertos.”

“E a comida?”

O capitão Honda fez um gesto resignado.

“Para já temos muito pouco”, admitiu. “Mas logo que os combates acabem haverá arroz e hortaliças. Com um bocado de sorte, seremos capazes de trazer também peixe para os prisioneiros comerem uma vez

por semana.” Levantou um dedo para sublinhar a ressalva. “Mas isso só acontecerá depois de os ingleses se renderem.”

Fez-se um silêncio pesado nas camaratas e os prisioneiros e os visitantes desviaram os olhos para a fumarada que se erguia ainda do setor de Repulse Bay. Depois do que vira e ouvira ali no campo que albergava os combatentes portugueses, Lobo deu consigo a pensar que bem fariam os ingleses se se rendessem.

E quanto mais depressa melhor.

XI

O céu clareava perto da alvorada, banhando com uma luz ainda ténue o cais do Kowloon Star Ferry. Um mar de vultos enchia o embarcadouro de malas, cestas e trouxas e as pessoas falavam em murmúrios e esforçavam-se por conter aquela estranha mistura de medo e excitação que por todas elas perpassava como uma corrente elétrica. Seguravam entre os dedos, como se de ouro se tratasse, os bilhetes que haviam adquirido nos balcões da Steamboat Company a dois, três e cinco ienes. O mês de fevereiro de 1942 começara seis dias antes e fazia muito frio. Uma frente gelada oriunda da Sibéria descera pela Ásia até ao mar da China, pelo que quase toda a gente vestia *min toi* coloridos.

O burburinho baixo da multidão cessou no instante em que as pessoas que enchiam o cais viram a figura confiante de Jorge Lobo atravessar o cordão de soldados japoneses que isolava o porto e cortar pela massa de viajantes na companhia da rapariga loira que nos últimos dois meses o seguia como um anjo da guarda. Entre os portugueses que haviam procurado refúgio na casa do cônsul corriam mexericos ardentes de que entre o “doutor Lobo” e a “russa” havia mais do que uma simples relação de trabalho; alguém disse que os surpreendera até a darem as mãos às escondidas, mas mesmo que isso não passasse de fantasia bastava vê-los olharem-se para se perceber o que sentiam um pelo outro.

Alheios às alcoviteirices, os dois encaminhavam-se para a prancha que dava acesso à sombra do gigantesco e silencioso vulto encostado à

ponte-cais, o navio onde todos deveriam entrar. O nome escrito na ré em caracteres japoneses e latinos identificava-o como *Shirugani Maru*. Os recém-chegados deram uns passos na prancha que ligava o cais ao *Shirugani Maru* e, elevando-se já acima da multidão, pararam para a encarar.

“Meus amigos, agradeço a vossa paciência”, disse o governante português perante o silêncio total. “Desde que aqui cheguei, já lá vão dois meses, não tenho feito outra coisa que não seja esforçar-me por conseguir transporte para retirar a comunidade portuguesa de Hong Kong. Enquanto os combates prosseguiam, e como decerto sabem, isso não foi possível. Mas logo que os ingleses se renderam, no dia de Natal, retomei as diligências para juntar todas as pessoas da comunidade portuguesa e encontrar e alugar um navio que nos levasse a todos para a terra onde estaremos em segurança. Essa terra é Macau e o navio é o *Shirugani Maru*, que está atrás de mim.”

A última tirada foi acolhida por uma ovação e muitas palmas da massa humana que enchia o cais do Kowloon Star Ferry, com algumas pessoas de tal modo entusiasmadas que atiraram lenços e chapéus para o ar.

“Viva Portugal!”

“Viva a pátria!”

Uma corrente de emoção pareceu ligar instantaneamente a multidão e em alguns segundos já todos cantavam o hino nacional, entoando “*Às armas! Às armas!*” com especial empolgação. Só depois de as vozes emudecerem e a calma regressar é que Lobo retomou a palavra.

“Tenho aqui comigo a lista com os nomes dos passageiros que vão nesta viagem”, disse, acenando com uma folha. “São ao todo novecentas e quarenta e sete pessoas. Presumo que estejam na posse do *registration card* que os japoneses passaram, correto?”

Um murmúrio de assentimento ergueu-se da multidão.

“Muito bem, lembrem-se que quem não tiver esse cartão não pode fazer a viagem”, reforçou. “Peço também que não larguem as crianças. Na minha lista constam setenta crianças e duzentos adolescentes.

Convém que ninguém se perca.” Pousou os olhos na folha que tinha na mão. “Vou chamar-vos um a um por ordem alfabética. Se algum dos presentes não constar da lista, veremos como resolver o problema, até porque onde cabem novecentas e quarenta e sete pessoas podem caber mil. Mas, se houver demasiada gente, quem não estiver na lista terá de ficar.”

Algumas vozes de protesto levantaram-se da massa humana.

“Não pode ser!”

“Querem abandonar-nos?”

Lobo ergueu os braços para travar os contestatários.

“Tenham calma, não se preocupem”, apressou-se a esclarecer. “Iremos organizar outras viagens e haverá novas oportunidades para irem para Macau. Esta tarde, por exemplo, sairá do Wing Lok Wharf, no porto de Victoria, na ilha de Hong Kong, um outro navio japonês alugado pelo governo de Macau para retirar a comunidade portuguesa. Mesmo que falhem essa viagem, ainda serão organizadas outras ligações. Para estarem a par das novidades basta manterem-se em contacto com o cônsul Correa.”

Uma mão ergueu-se da multidão e Lobo fez sinal para que a pessoa que a tinha levantado falasse.

“Os marinheiros no barco são portugueses?”

“Infelizmente não”, foi a resposta. “O navio é japonês e a tripulação também. Sei que vocês viveram momentos difíceis e até têm familiares que combateram no Corpo de Voluntários de Defesa de Hong Kong e que estão detidos pelos japoneses no campo de prisioneiros de Sham Shui Po ou enterrados no Stanley Military Cemetery. Peço-vos, no entanto, que ponham os ressentimentos de lado e se comportem como dignos representantes de um país neutral. É preciso respeitar os tripulantes japoneses, sobretudo se queremos que eles continuem a colaborar connosco e a levar mais portugueses de Hong Kong para Macau. Fui informado de que nenhum deles fala português nem inglês.” Virou-se para trás e indicou a sua acompanhante. “É para isso que temos connosco a nossa amiga Nadja. Como sabem, ela ajudou-nos

imenso ao longo destes dois meses com o seu domínio da língua japonesa e contribuiu em muito para que conseguíssemos alugar estes navios. Se a nossa missão tiver êxito, a ela também o devemos. A Nadja será a nossa intérprete sempre que for preciso e por favor não hesitem em recorrer aos seus serviços.” Passou os olhos pela multidão. “Mais alguma dúvida?”

Uma outra mão agitou-se no ar.

“Quando podemos embarcar?”

Uma gargalhada percorreu a massa de viajantes. Lobo sorriu e desceu até à base da prancha com a lista na mão. Consultou o primeiro nome e leu-o em voz alta.

“Abel Chang Richardson d’Ávila!”

A visão dos contornos distantes das ilhas de Coloane e da Taipa e logo a seguir da península de Macau, provocou uma explosão de excitação a bordo. Alguém gritou “Macau à vista!” e os passageiros acorreram à proa num frenesim histórico, quase a atropelar-se uns aos outros, cada um a querer empoleirar-se e posicionar-se da melhor forma para observar a colónia e tentar destrinçar algures a bandeira de Portugal, como se o retângulo de pano verde e vermelho a dançar ao vento fosse a saia da mãe, um manto protetor à sombra do qual se poderiam resguardar dos horrores do mundo.

“*It’s Macau! It’s Macau!*”

Diante do *ferry* japonês, como se o guiasse pelo vasto delta do rio das Pérolas, seguia uma vedeta da marinha portuguesa que viera ao encontro do *Shirogane Maru* a meio da viagem. O aparecimento da vedeta provocara na altura a primeira grande vaga de excitação a bordo. Era como se a escolta feita pela pequena embarcação portuguesa pusesse já todos os passageiros fora do alcance da vasta frota japonesa que sulcava aquelas águas; dir-se-ia que o Golias nipónico se amedrontara com o David lusitano. Mas mesmo a animação desse instante empalidecia perante a euforia e a comoção que se instalaram a bordo quando viram recortado no horizonte o perfil das colinas de

Macau.

“*Oh, my God!* Estamos a chegar!”

O vapor foi-se aproximando de terra e o desenho das colinas da Penha e da Guia ganhou maior nitidez sob o céu de cobre e a luz prateada que iluminava o dia frio e nublado. O vento era cortante e parecia rasgar a pele, mas ninguém arredou pé porque não havia quem aceitasse perder o momento do reencontro com Portugal, o país que para muitos até ali não passara de uma referência mítica dos serões de histórias de família e que nesse instante, ali diante dos seus olhos, se tornava realidade palpável.

“Quando chegarmos vamos cantar, ouviram?”, gritou uma voz em inglês. “O hino e a Maria da Fonte.”

Para Lobo nada daquilo era grande novidade. Vivera em Macau quase toda a vida e fizera centenas de vezes a viagem entre a colónia portuguesa e Hong Kong. Mas ver os portugueses de Hong Kong empoleirados na proa a quererem abraçar Macau como se enfim se reencontrassem com os pais perdidos tinha o seu quê de comovente. Todos pareciam obedecer a um chamamento dos antepassados, os olhares ansiosos presos àquele pedaço de terra secular, os refrões em português das canções da velha pátria decorados palavra a palavra pelos que não falavam a língua. A angústia pelo futuro forçava-os a agarrarem-se à memória do passado.

O navio passou ao largo da baía da Praia Grande, cruzou a Penha e voltou-se para a direita, contornando a Meia Laranja.

“Estamos a virar para o Porto Interior”, explicou Lobo, consciente de que, apesar da proximidade de Hong Kong, nem todos ali conheciam a colónia portuguesa. “Olhem para ali!”, apontou. “Estão a ver o cais?”

Todos os olhares convergiram para o local indicado. Um mar de gente enchia a ponte-cais do Porto Interior e inúmeras bandeiras portuguesas bailavam sobre as cabeças; parecia que Macau em peso tinha acorrido ao cais para acolher os compatriotas em perigo.

A visão foi demasiado forte para muitos dos refugiados, sobretudo os mais velhos, afogados pela nostalgia das histórias lendárias que os pais

lhes haviam contado na infância sobre aqueles portugueses que eram as suas raízes. Uns taparam a cara de modo a esconder as lágrimas que lhes molharam as pálpebras e outros começaram a chorar abertamente, homens e mulheres num pranto a sentir naquela multidão o abraço que Portugal e Macau lhes davam. Alguns ainda soletraram da proa as primeiras estrofes da Maria da Fonte, “*É avante portugueses, É avante não temer!*”, mas viram o governador português lá em baixo no cais a olhar com ansiedade para o navio que acostava e logo se calaram, as vozes embargadas pela emoção do encontro que era um reencontro. Nunca haviam imaginado que as suas vidas tivessem tanta importância para pessoas que jamais as tinham visto, pessoas como o velho côsul Correa, que os protegera na sua casa em Kowloon, ou como o diretor Jorge Lobo, que atravessara o bloqueio japonês para os ir buscar a Hong Kong, ou como o governador Artur Teixeira, que percorria o cais do Porto Interior de um lado para o outro, como um animal acossado, nervoso e inquieto, os olhos desassossegados presos aos refugiados que Macau resgatava aos japoneses. Os homens e mulheres e crianças que enchiam o convés do *Shirugani Maru* até podiam ter os olhos rasgados, mas nunca em parte alguma houvera portugueses mais portugueses.

A multidão no cais agitava-se, berrando e acenando com as mãos aos refugiados que se debruçavam sobre os ferros da balaustrada do *Shirugani Maru* a devolver os acenos. Gritavam-se nomes e entre o cais e o navio cruzavam-se frases em inglês, em *patois* e em português, “*Manel, I’m here!*”, “*Ouvi, vós sabi ondi fica Deolinda?*”, “*trouxeste a Maria?*”. A confusão era tal que todos ouviam tudo e ninguém percebia nada. As vozes sabiam a pastel de nata e ginjinha e soavam a fado e cheiravam a mar e a velhas naus. Era toda uma história a vibrar no ar.

Uma porta no casco do navio abriu-se de repente e viram-se marinheiros japoneses, coordenados com elementos da Polícia Marítima portuguesa, a montarem uma prancha para ligar o barco ao cais. Fez-se um silêncio brusco no Porto Interior e todos pareceram suspender a respiração. O governador abeirou-se da prancha e aguardou a evolução

dos acontecimentos. Uma menina de seis anos espreitou pela porta do *Shirugani Maru* com uma boneca na mão. Imediatamente atrás surgiu um casal sorridente, ela com um bebé ao colo, ele de braço no ar a acenar.

“Viva Portugal!”

“Viva Salazar!”

Um frémito imenso eletrizou o ar. A multidão recomeçou a gritar, com tanta ou mais intensidade do que no momento em que o navio atracara, e aquela primeira família percorreu a prancha até pôr os pés em terra firme. Artur ajoelhou-se e abraçou a menina com a boneca.

“Olá, pequerrucha!”, murmurou. “Bem-vinda a Macau!”

A menina olhou para os pais, quase assustada, mas eles devolveram-lhe um sorriso como se lhe assegurassem que estava tudo bem e apertaram a mão que o governador de Macau lhes estendera em boas-vindas.

“*Thank you, governor*”, agradeceu o pai da menina. “*Thank you very very much.*”

Um a um, os refugiados iam descendo a prancha e quando chegavam ao cais cumprimentavam Artur. Os seus destinos variavam consoante os casos. Muitos tinham familiares em Macau, que acorriam ali para os abraçar e os levavam com eles, presumivelmente para as suas casas. A maioria, todavia, não mantivera qualquer ligação à velha colónia portuguesa e não conhecia ninguém. Nesses casos quem lhes dava apoio imediato era o capitão Tavares e o presidente do Clube de Macau, que os encaminhavam para os autocarros e lhes davam as instruções em português, o que era raro, ou em *patois* ou inglês.

“O autocarro vai levar-vos para o Clube de Macau”, anunciava-lhes o presidente da instituição, repetindo sucessivamente o seu discurso numa das três línguas. “Temos lá tudo preparado para vos acolher. Os que não couberem no Clube de Macau vão para a Escola Luso-Chinesa, para a Caixa Escolar, para o Grémio Militar, para o Clube Primeiro de Junho e para outros lugares. Não se preocupem, temos lugar para todos, ninguém vai ficar na rua. Dormirão nas instalações que vos

forem destinadas e irão comer ao Colégio dos Salesianos. O almoço hoje, ficam já a saber, é pão saloio e peixe. Como este é o primeiro dia poderão comer toda a quantidade que quiserem. Amanhã começa o racionamento.” Concluía o discurso a apontar para as bagagens. “Atenção que as vossas malas não cabem nos autocarros. Ponham-lhes etiquetas e elas ficarão a cargo da PSP, que as levará em camiões. Fiquem descansados, nada irá desaparecer.” Depois apertava-lhes as mãos. “Ide com Deus.”

A receção ao primeiro lote de refugiados prolongou-se por duas horas. Depois de todos abandonarem o *Shirugani Maru*, Artur viu as duas últimas pessoas a despedirem-se dos marinheiros japoneses e a descerem a prancha. Era Jorge Lobo que enfim desembarcava, acompanhado por uma rapariga loira e atraente que o governador não reconheceu. Os dois homens apertaram as mãos em terra firme.

“Seja bem-vindo, doutor”, acolheu-o Artur. “Muitos parabéns! Missão cumprida, hem?”

“Receio que a nossa missão só agora tenha realmente começado, senhor governador.”

“É capaz de ter razão”, assentiu o responsável máximo da colónia. Contemplou-o dos pés à cabeça. “Você vem mais magro, homem...”

Lobo riu-se.

“A dieta em Hong Kong é rigorosa.”

O governador olhou para a acompanhante do diretor com uma expressão inquisitiva.

“A dieta pode ser rigorosa, mas já vi que Hong Kong tem outras atrações...”

O subordinado deu um passo para o lado e fez um gesto a indicar a rapariga loira.

“Miss Nadja, que nos salvou dos soldados japoneses e que foi a nossa intérprete ao longo destes dois meses”, apresentou-a. “Roubaram-lhe o passaporte português e prometi que lhe arranjaríamos um novo.”

Com um gesto galanteador que aprendera no Colégio Militar, Artur

inclinou-se e beijou a mão de Nadja.

“Encantado, *miss*.”

A rapariga soltou um risinho divertido e, desprendendo a mão, deu uns passos no cais e voltou-se para Lobo, o rosto a adquirir de repente uma fisionomia grave, quase triste.

“Parece que os nossos caminhos se separam aqui, Jorge”, murmurou. “Achas que nos voltaremos a encontrar?”

Lobo enrubesceu e engoliu em seco; era evidente que se sentia dividido. Percebera que a pergunta dela encerrava um convite e não sabia como responder. Queria dar o passo que ela provocava, ansiava mesmo por isso, mas tinha consciência de que um mundo inteiro os separava. Afinal Nadezhda era uma rapariga de *cabaret* e ele um governante de Macau. Como encararia a conservadora sociedade católica da colónia uma aproximação dele a uma mulher daquelas? De regresso à colónia, onde tinha uma importante posição social e política a defender, poderia manter o contacto com ela? Uma coisa dessas, percebeu, era absolutamente impensável.

“Talvez nos cruzemos por aí”, retorquiu de maneira propositadamente vaga. “Quem sabe?”

Uma sombra de decepção abateu-se sobre o rosto incandescente da russa; não eram as palavras que ela desejava.

“Compreendo”, disse com jovialidade forçada. “De qualquer modo, tive muito gosto em conhecer-te.”

Sem que ele o esperasse, colou-lhe um beijo molhado na face e virou-se bruscamente, encaminhando-se em passo rápido para os cules sentados junto aos seus riquexós a aguardar os clientes. Lobo ficou plantado no cais a vê-la afastar-se e a perguntar-se se decidira bem. Não era assim que queria as coisas mas sabia que não podia querer outra coisa; desejava que ela se voltasse e temia que o fizesse. A impressão doce do beijo ardente queimava-lhe a face como ferro incandescente. Dir-se-ia que tinha sido marcado. Tornara-se assim propriedade e a proprietária, percebeu com a angústia dos desemparedados, era ela.

XII

A atenção de Jorge Lobo estava presa à prancha que os marinheiros chineses haviam montado diante da porta aberta no casco do *Ling Nam Maru*, ligando o *ferry* à ponte-cais dezoito do Porto Interior. Depois da viagem inaugural do *Shirogane Maru*, as ligações marítimas entre Hong Kong e Macau foram retomadas e intensificara-se o fluxo de pessoas que enchiam os vapores para se refugiarem na colónia portuguesa.

Desde que desembarcara vindo de Hong Kong, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças viera muitas vezes ao cais do Porto Interior ver a chegada de refugiados. Voltara nesse dia para cumprir o ritual; fazia-o por dever profissional de governante, mas também porque era uma maneira de se manter ligado à experiência que vivera na colónia britânica. O que houvera de mau nessa experiência parecia ter sido varrido da sua memória e apenas o bom perdurava. E o bom chamava-se Nadezhda.

Se o seu sentido de dever e de bom tom social lhe impunham que não a buscasse no Hotel Central, era como se a procurasse entre aquela gente que vinha de Hong Kong. Cada chegada trazia a esperança renovada de a ver desembarcar como naquele dia desembarcara ao lado dele. Tinha a impressão de se manter ligado à russa através dos refugiados e, se quisesse ser honesto consigo próprio, teria de reconhecer que era por isso que vinha assistir àqueles desembarques. O dever profissional não passava de um pretexto. A verdade, a terrível verdade, é que não podia encontrar-se com Nadezhda mas morria de

saudades dela.

“Quem vem neste barco?”, perguntou o capitão Tavares, que o governador enviara ao Porto Interior para apoiar o acolhimento aos refugiados provenientes de Hong Kong. “Portugueses?”

“Alguns”, confirmou o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “Mas creio que a maior parte são chineses.”

“Quem se encarrega deles, doutor? Somos nós?”

Lobo fez um sinal com a cabeça a indicar um grupo de chineses a alguns metros de distância, todos eles a observarem o *Ling Nam Maru* com uma expressão expectante nos rostos.

“São eles”, disse. “Ficou combinado que nós deixaremos todos os refugiados entrarem em Macau e trataremos dos de origem portuguesa, mas quem tratará dos refugiados chineses são as associações chinesas. Ou seja, cada um cuida dos seus.”

O olhar do ajudante de campo do governador mantinha-se colado aos chineses ao seu lado.

“E quem são esses aí?”

“Pertencem à Associação dos Quatro Setores, não sei se já ouviu falar. Parece que representa quatro profissões, as de professores, comerciantes, jornalistas e artistas, e foi nomeada pelos responsáveis da comunidade chinesa para acolher os refugiados deste navio que agora chegou de Hong Kong. Há outras associações chinesas encarregadas de outros refugiados.”

O capitão Tavares permaneceu um instante a contemplar os representantes da Associação dos Quatro Setores, tentando adivinhar pelos trajos e pelos semblantes qual deles era o artista, o professor, o comerciante ou o jornalista, e os seus pensamentos só foram quebrados no instante em que ouviu uma ovação e alguns gritos e se virou para a porta aberta no casco do *Ling Nam Maru*. Os primeiros passageiros do vapor começaram a desembarcar e, pelas roupas que vestiam, a origem da grande maioria confirmou-se.

“São chineses”, constatou o ajudante de campo do governador. “Para onde os vão levar, doutor?”

“Para o hipódromo do Jockey Club.”

“Então e as corridas de cavalos?”

“Acabaram, meu caro capitão. Os refugiados são mais importantes do que os cavalos, não lhe parece? Acabaram as corridas de cavalos e acabou o golfe do Clube Melco e do Clube de Ténis Civil. Entregámos o hipódromo da Areia Preta às associações chinesas para que elas acolham aí estas revoadas de refugiados que vêm da China. Parece que já se puseram a construir barracas na pista e no relvado e a cultivar hortas por toda a parte. Como o hipódromo fica perto da Porta do Cerco, estamos a dirigir para aí muitos dos chineses que atravessaram a fronteira nos últimos dias.”

“Já me disseram que na Porta do Cerco o movimento é de facto muito intenso.”

“Sim, passam para cá mais de mil refugiados por dia, é uma loucura”, confirmou Lobo. “Isto vai ser um problema sério porque não sei se teremos capacidade para acolher tanta gente. No fim de contas, não podemos receber aqui a China inteira...”

Os chineses acabados de chegar de Hong Kong continuaram a fluir das entranhas do *ferry* para a prancha e a desaguar na ponte-cais, encaminhando-se de imediato para a área onde os elementos da Associação dos Quatro Setores, identificados por um grande cartaz, lhes davam acolhimento. Apareceram no meio dos recém-chegados alguns elementos da comunidade portuguesa, recebidos por Lobo e por voluntários da Cruz Vermelha e do Clube de Macau que se identificavam com uma bandeira portuguesa e os conduziram a um autocarro. Como era habitual, nenhum dos portugueses acabados de chegar de Hong Kong falava português moderno; apenas *patois*, além de inglês e cantonense.

“Para onde vão estes refugiados, doutor?”, quis saber o capitão quando os primeiros portugueses se acomodaram no autocarro. “É tudo para a Caixa Escolar?”

“Já está cheia”, foi a resposta do governante. “Estes serão acomodados no Hotel Riviera.”

“Ena, que luxo!”

Alguma coisa ali não batia certo. Ao fim de uma hora plantado junto à ponte-cais dezoito a observar a corrente humana que jorrava do *Ling Nam Maru* com bagagens e cestos e trouxas e tudo o mais, Lobo percebeu enfim o que o estava a incomodar havia já algum tempo.

“É curioso ainda não terem desembarcado refugiados britânicos”, observou. “Será que os japoneses não os deixam sair de Hong Kong?”

O capitão Tavares apontou para um vapor ancorado para lá do *ferry* que continuava a libertar passageiros.

“Os bifes, doutor? Estão ali!”

A atenção do governante desviou-se para o segundo vapor, que já tinha visto mas cuja presença não lhe chamara a atenção; o Porto Interior estava repleto de embarcações e não havia modo de identificar instantaneamente a origem de cada uma delas. Lobo estudou com cuidado o navio que lhe fora apontado. À distância era difícil identificar as figuras que circulavam no *deck*, mas ao fim de alguns segundos pareceu-lhe distinguir algumas cabeças loiras na zona da proa.

“Caramba, estão mesmo ingleses no barco!”, exclamou. “O senhor tinha razão, capitão.” Hesitou, como se algo acabasse de lhe ocorrer. “Oiça lá, o cônsul Reeves já sabe da chegada deste vapor?”

“Logo que o navio foi avistado e identificado, um estafeta da Polícia Marítima saiu para levar a informação ao Palácio da Praia Grande. Presumo que de lá informem o cônsul. Pode levar algum tempo, até porque isto foi à hora do almoço e já sabemos como são os funcionários públicos, mas ele será avisado.”

Ao contrário das sampanas que balouçavam suavemente nas águas tranquilas do Porto Interior, o *ferry* com os refugiados britânicos era tão pesado que permanecia fixo no pequeno canal, o enorme perfil recortado diante da ilha da Lapa.

“Porque não desembarcam eles?”

“Estão à espera de vaga”, disse o capitão Tavares. “Como vê, as pontes-cais dezoito e vinte e dois são as únicas com capacidade para

receber um navio desta envergadura e estão ambas ocupadas. Só depois de um destes *ferries* sair é que o dos bifes poderá acostar.”

“Ah, bom. Vão ter de esperar.”

Procuraram ambos um lugar para se sentarem, mas não havia nada, pelo que se resignaram à ideia de que teriam de aguardar de pé. Para se distraírem, ficaram a apreciar toda a atividade humana em redor.

“Olha, olha”, disse o ajudante de campo do governador, a atenção fixada num ponto do cais. “O nosso amigo está ali.”

Quase automaticamente, Lobo olhou na mesma direção e viu seis homens na borda do cais, junto à água, a mirarem o canal. Estavam vestidos à civil, mas usavam botas e polainas militares e ouviam atentamente um deles, que parecia o chefe.

“Aquele não é o coronel Sawa?”

“Precisamente”, confirmou o capitão Tavares. “O que estará esse idiota aqui a fazer?”

“Terá vindo ver os refugiados?”

“Deve é andar à cata de mais uma concubina.”

O governante observou atentamente o comportamento do chefe do Kempeitai. Embora também fosse espreitando o *ferry* que viera de Hong Kong cheio de britânicos, o japonês parecia sobretudo interessado em duas embarcações amarelas que percorriam o canal entre o Porto Interior e a Lapa, dando a impressão de que conversava com os seus homens a respeito delas.

“Ele está a olhar para ali”, constatou Lobo, apontando para as duas embarcações. “Que barcos são aqueles?”

“São as nossas dragas. O Porto Interior tem tendência a assorear e elas estão a retirar a areia para manter o canal transitável. Sem elas, os *ferries* não poderiam entrar nestas águas.”

“Porque estará o tipo a observá-las?”

Como que em resposta, o coronel Sawa e os seus homens deram meia volta e afastaram-se do cais, dirigindo-se à marginal. Entraram numa viatura *Ford V8* cor de mostarda com distintivos vermelhos e brancos japoneses colados às portas e ao para-lamas. O automóvel arrancou

com o chefe do Kempeitai e o seu adjunto sentados no banco traseiro, enquanto os seus quatro acompanhantes se mantinham em pé, dois em cada estribo lateral, apoiados nas portas abertas e de metralhadoras em punho, algumas apontadas para fora, até desaparecerem ao fundo da marginal para os lados da Porta do Cerco.

Plantado no cais, o governante português abanou a cabeça e bufou, irritado com a pose dos militares japoneses.

“A lata desta gente!”

A corrente de refugiados que descia do *Ling Nam Maru* tornara-se mais intermitente. Já restavam poucas pessoas no *ferry*, pelo que Lobo se pôs a contar o número de portugueses que se encontravam no autocarro. Somou vinte e seis, incluindo as crianças. Os dois homens deixaram-se ficar mais algum tempo no cais do Porto Interior com os voluntários da Cruz Vermelha e do Clube de Macau, todos a aguardarem que desembarcassem os últimos viajantes para poderem dar ordem ao motorista do autocarro de que seguisse para o Hotel Riviera.

Um automóvel com uma pequena *union jack* britânica a esvoaçar na ponta do *capot* apareceu nesse momento no Porto Interior e estacionou ao lado do autocarro. A porta do condutor abriu-se e o vulto arredondado do cônsul Reeves apeou-se.

“Onde está o *ferry* com os meus refugiados?”

Lobo indicou o vapor que o capitão lhe assinalara.

“Ali. Está à espera que uma das pontes-cais fique livre para acostar e deixar sair os passageiros.” Analisou a viatura do diplomata. “Precisa de ajuda para os transportar?”

“Isso está tratado.”

“E tem onde os instalar?”

“Já falei com o governador”, retorquiu Reeves, o escasso cabelo loiro a revoltear desordenadamente. “Em princípio vamos metê-los no Clube Melco. Estamos neste momento a alugar autocarros para virem aqui buscá-los.”

O olhar de Lobo desviou-se por momentos para o *ferry* com os

refugiados britânicos.

“É verdade que a sua mulher ficou retida em Hong Kong?”

O cônsul suspirou.

“Infelizmente”, confirmou. “Já falei com o cônsul Fukui a solicitar-lhe os seus bons serviços e sei que ele contactou as autoridades militares japonesas em Hong Kong. Estou esperançado de que a deixem vir para cá. Pode até ser que esteja neste *ferry*, quem sabe?”

“Esperemos que sim”, disse Lobo, entendendo melhor a ansiedade que parecia afligir Reeves. “Oiça, se precisar de alguma coisa não hesite em falar comigo, está bem?”

O diplomata britânico mostrava-se de tal modo desassossegado que não respondeu; provavelmente nem sequer ouvira a oferta do governante português. Como um sonâmbulo, caminhou pelo cais até à borda da água e ficou a contemplar o navio ancorado atrás do *Ling Nam Maru* com tal intensidade que se diria estar a tentar vislumbrar se era da mulher alguma das cabeças loiras que deambulavam pelo *deck* distante.

Tornara-se entretanto claro que do *ferry* encostado à ponte-cais dezoito já não sairia mais nenhum passageiro. Os representantes da Associação dos Quatro Setores ultimavam os preparativos para levar os chineses recém-chegados para o hipódromo da Areia Preta e Lobo, sempre articulado com os elementos da Cruz Vermelha e do Clube de Macau, fez sinal de partida ao motorista do autocarro dos portugueses.

“*What the hell is that?*”, rugiu de repente o cônsul Reeves. “O que diabo é aquilo?”

Os portugueses voltaram-se para o diplomata britânico, que permanecia no limite do cais a observar o *ferry*, e tentaram perceber o sentido da pergunta.

“Que se passa, senhor cônsul?”, indagou o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “Há alguma coisa errada?”

“Aquele... aquele navio com a bandeira japonesa!”, balbuciou Reeves, de novo despenteado pelo vento, a inquietação a incendiar-lhe o rosto. “Já viram? O que significa isto?”

O autocarro português arrancou nesse momento. Lobo e o capitão Tavares, já livres de responsabilidades, atravessaram o cais e juntaram-se ao cônsul Reeves para ver o que se passava na faixa de água que separava o Porto Interior da ilha da Lapa, então ocupada pelas forças nipónicas. Uma pequena embarcação com uma bandeira japonesa na ré, proveniente da Lapa, encostara-se ao vapor com os refugiados britânicos e a tripulação parecia envolvida em grande atividade junto ao *ferry*.

“Que estranho”, observou Lobo, sem entender o que se passava. “O que está ele a fazer?”

Os três homens permaneceram um longo minuto a observar o que se passava. A certa altura, as figuras minúsculas de cabelo loiro que se encontravam no *deck* do vapor puseram-se a esbracejar freneticamente, umas em direção à pequena embarcação japonesa outras para o cais, como se quisessem chamar a atenção de alguém.

“*Good Heavens!*”, exclamou Reeves, cada vez mais alarmado com aquilo a que assistia. “Alguma coisa de muito errado se está a passar ali. Eles... eles estão a pedir ajuda!”

“Mas ajuda para quê?”

Os marinheiros japoneses deram por terminado o que quer que estavam a fazer e a sua pequena embarcação começou a mover-se. Quando se afastou uns dez metros do *ferry*, o que parecia ser um cabo ergueu-se da água, ligando a embarcação japonesa ao navio que chegara de Hong Kong.

“Começaram a rebocar o vapor!”, constatou o capitão Tavares, o primeiro a perceber o que realmente se passava. “Estão a ver? Os japoneses querem tirar os refugiados ingleses daqui!”

O cônsul Reeves estava embasbacado.

“*This is preposterous!*”, vociferou o diplomata, o rosto enrubescido e o alarme transformado em fúria. “Isto é inaceitável! Estes criminosos estão a rebocar o *ferry* dos refugiados!”

O que se passava diante deles era tão inesperado que Lobo teve dificuldade em compreender o raciocínio dos japoneses.

“Isto não faz sentido”, observou, os olhos colados à cena. “Se os japoneses não querem os refugiados ingleses aqui em Macau, por que razão deixaram o *ferry* sair de Hong Kong?”

“É um vapor de carreira, doutor”, lembrou o capitão Tavares. “Provavelmente os bifes foram ao cais da Steamboat Company e compraram os bilhetes para vir para aqui. Os japoneses só se devem ter apercebido da situação quando eles cá chegaram e...”

“Isso não faz sentido, capitão”, cortou Lobo. “O *ferry* jamais partiria de Hong Kong se os passageiros não estivessem na posse da carta de registo passada pelos japoneses. Cá para mim há aqui um conflito interno qualquer entre os japoneses. Uns acham que os refugiados devem vir para aqui e os outros o contrário.”

“*I don’t care!*”, protestou Reeves, inconformado com o que se passava nas águas entre Macau e a Lapa. “Quero lá saber! É preciso travar aquele rebocador! Não podemos aceitar uma coisa destas!”

“Mas o que podemos fazer?”

“Atuem!”, exigiu, quase como se culpasse os portugueses pelo que se passava. “Façam alguma coisa! Travem os japoneses!”

Lobo esboçou um esgar de perplexidade.

“O senhor quer que entremos em combate com os japoneses?”

“Sim! Travem-nos!”

O cônsul britânico parecia fora de si e os dois portugueses entreolharam-se. A fúria de Reeves era compreensível, não só porque se tratava de compatriotas seus mas também porque alimentava a esperança de que a mulher viesse naquele *ferry*. Porém, os portugueses tinham de considerar o caso mais friamente. O caminho mais seguro seria pedir a intervenção do cônsul do Japão. Lobo sentiu-se tentado a optar por essa via, mas percebeu de imediato que o processo seria demorado e que quando e se o cônsul Fukui fizesse alguma coisa já o vapor estaria em Hong Kong. Não havia tempo para tentar a via diplomática. E se queriam fazer alguma coisa útil teriam de atuar depressa, pois o rebocador puxava já o *ferry* para fora do Porto Interior e em breve sairia das águas territoriais de Macau e ficaria fora do

alcance das autoridades portuguesas.

“O que acha, capitão Tavares?”, perguntou o governante. “Temos meios para intervir rapidamente?”

O oficial do exército português olhou em redor e fixou-se no posto da Polícia Marítima.

“Considerando que o rebocador vai desaparecer daqui a alguns minutos, só vejo aquele posto”, disse. “Pode ser que dali tenhamos meios para enviar as lanchas da Polícia Marítima ou até a canhoneira e tentar travar o reboque do vapor.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças puxou o capitão pelo braço e seguiram ambos em passo rápido para o posto, enquanto o cônsul Reeves ficava na borda do cais a ver o *ferry* ser arrastado pelos japoneses para o mar alto. Quando chegaram ao posto depararam-se com dois polícias portugueses, ambos macaenses, também a observar o que se passava na faixa de água entre Macau e a Lapa.

“Que meios têm ao vosso dispor para intervir de imediato?”, quis saber o capitão Tavares. “A canhoneira pode entrar em ação?”

Vendo o ajudante de campo do governador, os dois homens puseram-se em sentido e fizeram continência.

“Negativo, meu capitão!”, respondeu o graduado. “A canhoneira está na Taipa em manutenção.”

“E as lanchas?”

O graduado apontou para duas pequenas embarcações da Polícia Marítima amarradas ao cais.

“Estão ali, mas...”

A frase ficou a meio.

“Mas o quê, homem? Desembuche, não há tempo a perder!”

O polícia baixou os olhos, quase envergonhado.

“As tripulações foram almoçar, meu capitão.”

“Chame-as imediatamente!”

A exigência do oficial fez o graduado encolher-se ainda mais.

“É que foram comer à... à Rua da Felicidade, meu capitão.”

Percebendo o verdadeiro sentido da informação, Lobo e o capitão

Tavares praguejaram e reviraram os olhos de exasperação e impotência. A Rua da Felicidade era onde se concentravam as prostitutas de Macau. O “almoço” das tripulações das duas lanchas arriscava-se a ser demorado.

O oficial fez um gesto a indicar o rebocador japonês e o *ferry* de Hong Kong, ambos prestes já a abandonar o Porto Interior.

“Então o que podemos fazer para os parar, homem? Quais são os meios que tem ao seu dispor para uma atuação imediata?”

O graduado indicou com a cabeça uma velha *Lewis* plantada no murete do posto.

“Só esta metralhadora, meu capitão.”

Os olhos dos dois recém-chegados convergiram para a arma. O capitão Tavares aproximou-se da *Lewis* e estudou-a com a mão pensativa a massajar a cara.

“O que acha, doutor?”

Lobo suspirou, resignado.

“É o que temos, capitão. Vamos a isto.”

O oficial hesitou.

“Mas as ordens do senhor governador vão no sentido de não se abrir fogo contra os japoneses, doutor...”

O responsável pela Economia levantou os olhos da *Lewis* para o rebocador que arrastava o *ferry* para fora das águas territoriais portuguesas e depois para a *Lewis* novamente antes de se fixar no interlocutor.

“Eu sei, mas temos de fazer alguma coisa.”

“Não podemos entrar em combate com os japoneses, doutor. As ordens do senhor governador são muito claras.”

“O senhor governador deu essa ordem a conselho meu”, explicou Lobo. “Mas lembro-me bem de há alguns meses termos combatido os japoneses na Lapa, capitão.”

“É verdade. Acontece que nessa altura fingimos que se tratava de piratas chineses.”

A atenção de Lobo voltou-se de novo para o rebocador e a bandeira

japonesa que a embarcação ostentava na ré.

“Este rebocador veio da Lapa, não é verdade?”, perguntou em tom meditativo, como se falasse tanto para si como para o interlocutor. “Podemos argumentar outra vez que pensávamos que se tratava de piratas chineses...”

“Faço notar que o rebocador tem hasteada a bandeira japonesa, doutor. O argumento não colhe.”

“Também na Lapa os homens que combatemos traziam bandeiras japonesas e isso não nos impediu de abrir fogo sobre eles.”

“É diferente, doutor. Se bem se lembra, na altura alegámos que pensávamos que as bandeiras japonesas que víamos nas mãos dos piratas estavam a ser usurpadas.”

“E o que nos impede de alegar agora a mesma coisa?”, questionou o governante, apontando para o rebocador e para o *ferry* que era arrastado. “Não estamos porventura a assistir a um ato de pirataria? Não autorizaram os japoneses a saída destes refugiados de Hong Kong? Quem nos garante que os tripulantes do rebocador não são piratas chineses a tentar fazer-se passar por japoneses? Vamos deixá-los raptar refugiados que as próprias autoridades japonesas permitiram que saíssem de Hong Kong?”

Sem resposta capaz de desmontar este argumento, e talvez sem o desejar sequer, o capitão Tavares suspirou.

“Então o que faço? Abro fogo sobre o rebocador?”

Chegara a hora da verdade. Dentro de poucos minutos a embarcação japonesa estaria fora do alcance da metralhadora instalada no posto da Polícia Marítima. Lobo precisava de tomar uma decisão e não se podia enganar. Se avaliasse mal os riscos, quem sabe se, em retaliação, os japoneses não invadiriam Macau como haviam invadido Hong Kong? Por outro lado, o *ferry* encontrava-se em águas territoriais de Macau. Ao entrar no Porto Interior sem autorização e rebocar o *ferry* que legitimamente ali entrara não estavam os japoneses a violar a soberania portuguesa? Como ignorar uma afronta dessas?

“Abra fogo.”

O capitão Tavares não voltou a hesitar. Destrancou a *Lewis*, verificou as munições, rodou-a de modo a apontar para o rebocador e premiu o gatilho. O inferno pareceu ter sido desencadeado naquele momento no posto da Polícia Marítima. Ladrandos raivosamente, a metralhadora descarregou rajada sobre rajada em cima da embarcação japonesa. Ao lado do rebocador sucessivos penachos de espuma ergueram-se das águas, orientando o oficial português e ajudando-o a corrigir o tiro. O pequeno barco foi atingido à quarta rajada. Nessa altura virou a estibordo e acelerou, esforçando-se desesperadamente por escapar às balas portuguesas. Devido à correção de rota, a nova sequência de tiros falhou o alvo, mas a sexta rajada voltou a flagelar o rebocador. A melhor tática, como sabia o capitão Tavares, era concentrar o tiro num único ponto do casco de modo a abrir um buraco suficientemente largo para permitir a entrada de grandes quantidades de água e assim afundar a embarcação, mas quando voltou a carregar no gatilho apenas foram disparadas três balas e os tiros seguintes foram a seco.

“Depressa!”, gritou para os elementos da Polícia Marítima que com eles se encontravam no posto. “Deem-me mais munições!”

Os dois polícias esboçaram um esgar de impotência.

“Quais munições?”

“As munições, homem!”, exasperou-se o capitão Tavares. “Passe-me as munições!”

“Mas, meu capitão, não há mais.”

O oficial arregalou os olhos, surpreendido.

“O quê?”

“A metralhadora só tinha essas munições, meu capitão. Faz parte das regras de racionamento. Como sempre se presumiu que, em caso de necessidade, seriam a canhoneira ou as lanchas da Polícia Marítima a entrar verdadeiramente em ação, a maior parte das munições foram desviadas para aí. Ora, e como lhe disse, as tripulações foram à... à...”

“Às putas, eu sei”, exclamou o capitão Tavares com desânimo. “Por causa disso aqueles cabrões vão fugir.”

Os olhos dos quatro homens instalados no posto da Polícia Marítima

convergir para o rebocador e para o *ferry* que resvalavam para fora do Porto Interior. Os dois navios, um minúsculo a puxar um gigante, deslizavam pelas águas suaves e contornavam já a colina da Penha. Tornou-se óbvio que em breve estariam definitivamente fora do alcance das armas portuguesas.

Percebendo na angústia do momento que tinha ainda uma última cartada a jogar, Lobo apontou para as lanchas amarradas ao cais.

“Se as tripulações não estão cá, porque não vamos nós para uma das lanchas?”, sugeriu. “Algum de vocês sabe pilotá-las?”

“Ambos sabemos”, reconheceu um dos elementos da Polícia Marítima. “O problema é que não temos aqui as chaves de ignição.”

Não se tratava verdadeiramente de um problema, pensou Lobo, que, ato contínuo, e obedecendo ao seu velho instinto de agente da Judiciária, saiu do posto e correu para as lanchas. Compreendendo a ideia, o capitão Tavares foi no seu encalço.

“Depressa!”, gritou. “Soltem as amarras!”

Os polícias seguiram atrás e só perceberam o plano quando viram Lobo saltar para uma das lanchas e desmontar a estrutura em torno da entrada para a chave da ignição. Enquanto o governante pegava nos fios para estabelecer contacto e o capitão Tavares destrancava a metralhadora da lancha e assentava as munições, um dos polícias entrou na embarcação para a pilotar e o outro ficou no cais a soltar as amarras.

No momento em que a lancha se libertou nas águas adormecidas do Porto Interior, o motor emitiu um ronco e a embarcação começou a afastar-se do cais.

“Depressa!” gritou Lobo, de olhos fixos no *ferry* que contornava a colina da Penha. “Temos de os apanhar antes que abandonem as nossas águas!”

A seu favor jogava a lentidão com que o rebocador e o vapor com os refugiados se movimentavam, ao contrário da pequena e ágil lancha da Polícia Marítima. A embarcação cobriu depressa a distância que os separava do *ferry* e, na aproximação, o capitão Tavares apontou a

metralhadora para o rebocador e olhou para o diretor dos Serviços de Economia e Finanças, como se lhe pedisse autorização.

“Disparo, doutor?”

“Uma primeira rajada de aviso para a proa”, indicou Lobo, o instinto de ex-agente da Judiciária a tomar conta do seu processo de decisão. “Se não perceberem a mensagem, afunde-o.”

Não foi precisa nova ordem. O militar carregou de imediato no gatilho e libertou uma saraivada de balas contra a proa da pequena embarcação japonesa. A lancha portuguesa contornou o rebocador e posicionou-se ameaçadoramente à sua frente, bloqueando-lhe o caminho. O confronto tornara-se inevitável. O rebocador parou e as duas tripulações ficaram frente a frente, preparando-se para o embate. Quando tudo parecia prestes a decidir-se em combate naval, contudo, os portugueses viram o rebocador japonês soltar-se do *ferry* e, devagar, dar meia volta e rumar à ilha da Lapa, abandonando a sua gigantesca presa.

Um clamor ergueu-se do vapor e as balaustradas do *ferry* encheram-se de refugiados que gritavam e acenavam efusivamente, uns com bandeiras e outros com lenços. De corações ainda aos saltos, Lobo e os seus homens deixaram-se cair nas bordas da lancha, extenuados e a tremer de nervos. Só ao fim de um minuto conseguiram sorrir, um sorriso que se transformou na risada nervosa de quem sabia ter enfrentado a morte e saído vencedor.

Dessa vez, e só dessa vez, os portugueses ganharam.

XIII

O valor datilografado na folha branca extraiu de Artur um resmungo de desagrado. Manteve os olhos longamente fixos nos algarismos, um três e um zero, seguidos de um cifrão e dois zeros, como se acreditasse que de tanto olhar o valor pudesse mudar, e esboçou uma careta de desagrado. Endireitou-se na cadeira e bufou com frustração.

“Trinta patacas, doutor?”, questionou. “Hoje em dia trinta patacas não chegam para nada!”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças, que se sentava diante da secretária do governador para o despacho semanal, encolheu os ombros numa postura de conformismo.

“Não digo que não, mas é o que podemos dar.”

Artur apoiou os cotovelos sobre a secretária e inclinou-se para o subordinado.

“Oiça, doutor, mandei afetar todas as receitas do jogo à ajuda aos refugiados. Com certeza desse modo conseguimos dar-lhes um subsídio mensal superior a trinta patacas!”

A resposta de Lobo foi o simples abanar de cabeça característico dos responsáveis pelas Finanças em qualquer governo do planeta.

“A principal fonte de receita dos casinos de Macau eram os jogadores que vinham de Hong Kong, senhor governador. Quando Hong Kong caiu perdemos esses jogadores. Os casinos do Hotel Central e do Grande Hotel, por exemplo, viram a faturação cair a pique. O que nos vale são as famílias ricas que vieram de Hong Kong. São elas e os

japoneses quem mais aposta agora.”

“O que os casinos faturam ou não faturam não me diz respeito”, cortou o chefe do governo. “O dinheiro que eles entregam ao estado são os dois milhões de dólares de Hong Kong anuais que concordaram pagar em troca da concessão do jogo. Assim sendo, pagam-nos sempre o mesmo, haja muitos ou poucos jogadores.”

“Receio que não seja bem assim, senhor governador”, contrapôs Lobo. “O período da concessão do jogo está a expirar e em breve haverá um novo concurso. Se existirem menos apostadores isso desvalorizará a concessão, está a ver? Assim sendo, os concorrentes avançarão com propostas inferiores aos atuais dois milhões de dólares de Hong Kong.”

“O quê?”, alarmou-se Artur. “Isso não pode ser! Não nos podemos dar ao luxo de perder esse dinheiro, doutor! Precisamos dele para aguentar os refugiados.”

“Tem toda a razão, senhor governador, mas tudo depende do valor da concessão. Se há menos jogadores nos casinos há menos dinheiro para o estado. Tão simples quanto isto.”

“Oiça, o doutor vai ter de resolver essa questão.”

“Farei o que puder, senhor governador. Mas o nosso problema não se limita ao perigo de uma descida das receitas por via da desvalorização da concessão do jogo. A despesa é na verdade o nosso grande problema. Não se esqueça que estamos a destinar grande parte do orçamento da colónia ao aluguer de instalações para albergar os refugiados. O Hotel Belavista, o Grémio Militar, o Teatro D. Pedro V, o canídromo, os bairros 28 de Maio e Tamagnini Barbosa, as instalações da fábrica da Ilha Verde... tudo isso custa uma verdadeira fortuna, como bem sabe.” Indicou o valor estabelecido no despacho que aguardava assinatura. “Nestas condições, receio que só possamos atribuir trinta patacas mensais aos refugiados portugueses. Nem mais um cêntimo. E, para ser sincero, nem sei se conseguiremos honrar o compromisso.”

“Mas trinta patacas não dão para nada, doutor!”, insistiu Artur. “Só um par de sapatos custa trinta e duas patacas...”

“É o que podemos dar, senhor governador. E é melhor do que têm os refugiados chineses, como bem sabe.”

O chefe do governo voltou a concentrar-se no valor escrito na folha do despacho e abanou a cabeça, inconformado.

“E se pouparmos mais noutras coisas?”

“Em quê, senhor governador? Como é do seu conhecimento, já estamos a esmifrar tudo!”

“Há sempre coisas em que podemos poupar um pouco mais, doutor. Olhe, ainda ontem o diretor dos Serviços de Saúde me disse que deu ordens para que no Hospital Conde de São Januário se comesçassem a usar os dois lados do papel higiénico.”

Lobo soltou uma gargalhada.

“O quê?”

Artur não se riu e lançou até um esgar reprovador na direção do subordinado.

“Qual é a piada?”

“Desculpe, senhor governador”, corrigiu o diretor dos Serviços de Economia e Finanças, esforçando-se por retomar a compostura perante a manifesta desaprovação do seu chefe. “É que estava a imaginar o doutor Ritchie ou o doutor Leão sentados na retrete do hospital e a tentarem usar os dois lados do papel higiénico.”

“Isto não é para rir, doutor.”

“Eu sei, eu sei.” Reassumiu a pose séria. No fim de contas o assunto era realmente grave. “De qualquer modo, não é a poupar no papel higiénico que vamos arranjar dinheiro para aumentar o subsídio aos refugiados, lamento dizê-lo. Onde podíamos fazer poupanças substanciais, já fazemos. O resto são trocos.”

Constatando que a ideia do diretor dos Serviços de Saúde não colhia, o chefe do governo releu o despacho uma última vez e, com um suspiro de resignação, pousou-o sobre a mesa, pegou na caneta e garatujou o nome na parte de baixo da folha. Deixou a tinta secar durante alguns segundos e a seguir pegou no documento e estendeu-o ao subordinado.

“Enfim, trinta patacas sempre é melhor que nada...”

Lobo pegou no despacho e verificou a assinatura.

“Nem sei, como já lhe disse, se temos até capacidade de honrar este compromisso”, lembrou, as dúvidas a assaltarem-no de novo agora que o documento estava aprovado. Fitou o governador, uma ideia a vir-lhe ao espírito. “Sabe o que devíamos fazer? Quando estava em Hong Kong apercebi-me de que a maioria destes refugiados tem cidadania britânica. Muitos só vieram ao consulado em grande aflição solicitar os documentos portugueses porque precisavam deles para fugir dali. Como tinham avós portugueses, concedemo-los. Mas acho que devíamos falar com o cônsul Reeves e dizer-lhe que a Inglaterra tem de assumir as despesas dos refugiados de nacionalidade inglesa. Isso aliviaria imenso as nossas contas.”

“Já falei com ele sobre isso.”

“E então?”

“Concordou, claro. Está apenas à espera de autorização de Londres para poder entregar-nos o...”

Um toque na porta interrompeu a conversa. O governador perguntou quem era e a porta abriu-se, revelando a figura do capitão Tavares.

“O senhor governador dá licença?”

“O que é, capitão?”, retorquiu Artur com uma ponta de impaciência. “Não vê que estamos a despacho? O senhor já sabe que só deve interromper-me em caso de urgência.”

“É que tem aqui uma visita, senhor governador.”

“Ela que espere, ora essa! Desde quando uma visita é um caso de urgência?”

O ajudante de campo hesitou.

“É... é o adjunto do coronel Sawa. O major Ishikawa. Diz que tem a maior urgência em falar consigo.”

Impôs-se um silêncio brusco no gabinete e Artur, recostando-se na cadeira, trocou um olhar preocupado com Lobo.

“Oh, oh!”, exclamou. “Isto deve ser por causa do tiroteio no Porto Interior. A ideia de dispararmos sobre o rebocador japonês que tentou levar o *ferry* dos refugiados ingleses ainda nos vai dar problemas

sérios...”

“Diga-lhes que nunca imaginámos que o rebocador fosse mesmo deles e que achámos que eram piratas chineses”, sugeriu o responsável pela Economia. “No fim de contas, as autoridades japonesas em Hong Kong tinham autorizado a saída do *ferry* para Macau, não tinham? Parece-me lógico alegar que nunca imaginámos que não o quisessem em Macau.”

“Não se preocupe, fez muitíssimo bem em atuar e eu apoio-o”, tranquilizou-o o governador. “Isso nem tem discussão. Só faltava deixarmos os japoneses sequestrarem navios na nossa colónia e ficarmos de braços cruzados a vê-los.”

“Agradeço-lhe, senhor governador. Mas não ignora como tudo isto é delicado. Abrir fogo contra os japoneses pode ter repercussões graves...”

Artur levantou a mão, como a travar o diretor dos Serviços de Economia e Finanças.

“Não se preocupe, doutor. Agora chegou a minha vez de fazer frente aos japoneses.”

A posição do chefe do governo confortou o subordinado. Havia, porém, o problema adicional de o próprio Lobo ter participado ativamente na ação contra a embarcação japonesa.

“O que direi ao major Ishikawa se ele me perguntar se eu estava na lancha que atacou o rebocador?”, quis saber o responsável pela Economia. “Não se esqueça que o coronel Sawa andou meia hora antes a deambular pelo Porto Interior e é possível que me tenha visto por lá.”

O chefe do governo indicou uma porta lateral do seu gabinete.

“É evidente que o doutor não pode estar presente nesta conversa”, constatou. “Saia por ali e aguarde na sala azul, se faz favor.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças pegou na pasta e abalou do gabinete pela saída indicada. Ainda encostado à porta principal, o capitão Tavares aguardava instruções quanto ao oficial do Kempeitai que aparecera de surpresa no Palácio da Praia Grande.

“Mando-o entrar, senhor governador?”

Ainda a segurar com os dedos o despacho que assinara pouco antes a

atribuir o subsídio de trinta patacas a cada refugiado português, Artur olhou para a resma de outros documentos que Lobo lhe tinha trazido para rubricar e que aguardavam a sua atenção a um canto da secretária. Nenhum deles era urgente, sabia perfeitamente, mas achou que daria um sinal errado se recebesse de imediato o homem do Kempeitai. Não podia tratar o japonês com excessiva deferência, de modo a não dar uma impressão de submissão, mas também não o poderia tratar com desdém, para não o hostilizar. Precisava de lhe conceder um tratamento equilibrado, cordial e amigável, embora firme.

Pegou na caneta e retirou do topo da resma o primeiro dos documentos que aguardavam a sua atenção.

“Faça-o esperar meia hora”, disse. “Depois traga-o cá.”

E começou a assinar os novos despachos.

Quando trinta minutos mais tarde a porta se voltou a abrir, Artur manteve-se mais alguns instantes a estudar o documento que tinha em mãos, como se o papel que lia fosse bem mais importante do que o visitante que recebia. Só depois de rabiscar o nome no fundo da página ergueu o olhar e encarou o japonês.

“Ah, major Ishikawa!”, exclamou com o sorriso de quem acabava de ter uma agradável surpresa, levantando-se para ir à porta acolhê-lo. “Que bons ventos o trazem?”

Depois de bater com os calcanhares, à maneira militar, o oficial japonês fez uma vénia curta e manteve o rosto sisudo fechado.

“Senhor governador, quero protestar por me ter feito esperar”, rosnou com os lábios tensos e num inglês sincopado. “Não estou habituado a ser tratado assim quando me apresento perante as autoridades locais.”

O sorriso desfez-se no rosto de Artur.

“Lamento que se sinta ofendido”, devolveu com súbita frieza. “Acontece que o senhor não se encontra num território conquistado nem se apresentou perante um vassalo. A soberania de Macau é portuguesa e eu sou o governador. Embora tenha o maior gosto em receber os meus amigos japoneses, como compreenderá o senhor não

anunciou previamente a sua visita e eu tinha outros compromissos. Ou é hábito no Japão as pessoas de bem não respeitarem os compromissos que assumem?”

A pergunta apanhou o visitante em contrapé. Percebendo que não tinha maneira de argumentar, o major Ishikawa nem sequer tentou fazê-lo. De resto, e sendo ele um oficial do temido Kempeitai, a arte das palavras não constituía o seu forte. Era um homem de ação, habituado a que a sua presença infundisse temor e gerasse um sentimento de intimidação, mas não sabia lidar com um estrangeiro que lhe fazia frente.

“A questão está encerrada”, limitou-se a dizer. “Vim aqui em nome do coronel Sawa tratar de um assunto urgente.”

O anfitrião fez um gesto a indicar os sofás do seu gabinete e arrastou o japonês para lá.

“Sente-se, major”, convidou-o. “Deseja um chá? Um café?”

O major Ishikawa deixou-se cair num canapé.

“Desejo as dragas.”

“Perdão?”

“O Alto Comando Imperial no Mar da China precisa de dragas para as suas operações”, revelou. “Verificámos que Macau dispõe de duas dessas embarcações. Vim aqui exigir que as entreguem.”

Perplexo com a forma e o conteúdo da solicitação, Artur sentou-se no sofá e manteve os olhos cravados no visitante.

“O que quer dizer quando fala em exigir?”, questionou. “Com que direito exige o senhor as dragas? Que eu saiba o Japão não tem o direito de exigir nada que não lhe pertença.”

“O Alto Comando Imperial precisa das dragas que se encontram aqui em Macau”, repetiu o militar. “Exigimos que as entreguem.”

“A que propósito?”

“Sabemos que uma das dragas é holandesa. Acontece que o Exército Imperial derrotou os holandeses nas Índias Orientais. Assim sendo, os bens dos holandeses são agora propriedade do Japão. A draga holandesa é nossa. Tem por isso de nos ser imediatamente entregue.”

“Peço desculpa, mas a Holanda continua a ser proprietária da draga. Não vos podemos entregar o que não nos pertence, como deve calcular. Não é assim que procedem as pessoas honestas.”

“Podem entregá-la e entregá-la-ão”, sentenciou o oficial do Kempeitai. “Assim como nos entregarão a outra draga que se encontra aqui em Macau.”

O sangue de Artur começou por esta altura a ferver. Nunca esquecia, no entanto, que era fundamental manter a boa relação com os japoneses e fez um esforço suplementar para se dominar.

“A nossa draga é necessária para desassorear o Porto Interior”, disse com a maior calma de que foi capaz. “Tal como a draga holandesa, de resto. Foi aliás por isso que a alugámos a uma companhia holandesa de Batávia. O mar está sempre a arrastar areia para o Porto Interior e, de modo a mantê-lo navegável, precisamos que as dragas retirem essas areias.”

“Nós também precisamos delas. Como o Exército Imperial é o senhor da Ásia, as suas necessidades sobrepõem-se às necessidades de Macau e do seu ridículo Porto Interior. Façam o favor de as entregar.”

“Com certeza que não vou entregar nada.”

A resposta do governador foi de tal modo perentória que o japonês estreitou as pálpebras e assumiu um semblante ameaçador.

“Com certeza que entregará. Caso contrário...”

A frase ficou em suspenso, sugerindo mil coisas mas não concretizando nenhuma.

“Caso contrário, o quê?”

“Viremos aqui a Macau e levá-la-emos à força.”

Fez-se entre ambos um silêncio súbito, embora breve. A conversa do homem do Kempeitai estava a irritar o português, mas neste ponto Artur já não foi capaz de se conter. Antes que conseguisse raciocinar com clareza e dominar a sua ira, ergueu-se de um salto e apontou com firmeza para a porta do gabinete, o dedo a tremer no ar.

“Ponha-se da rua!”, vociferou, rubro de fúria. “Na rua imediatamente! Quero-o fora daqui, ouviu? Fora daqui!”

O major Ishikawa abriu a boca de pasmo, estupefacto com esta reação. Era claro que nunca esperara ver um estrangeiro insurgir-se contra ele tão intempestivamente.

“Como?”

“Capitão Tavares!”, chamou Artur em voz alterada, voltando-se para a porta. “Capitão Tavares! Venha cá, se faz favor!”

A porta abriu-se e o ajudante de campo espreitou para o interior do gabinete, espantado com o tom exaltado com que fora chamado.

“Sim, senhor governador?”

“Ponha-me este senhor na rua imediatamente!”

O capitão português hesitou, duvidando por momentos ter ouvido bem. Mas o rosto avermelhado do governador e a sua evidente irritação tornavam claro que a ordem era para valer. Entrou no gabinete e abeirou-se do militar japonês, que ainda não recuperara da surpresa.

“Senhor major, faça o favor de me acompanhar.”

Quase maquinalmente, o oficial do Kempeitai ergueu-se do seu lugar e deixou-se guiar para fora do gabinete. Quando cruzou a porta para o corredor, contudo, deteve-se e virou-se para trás, o punho fechado na direção de Artur em postura ameaçadora.

“O senhor irá arrepender-se!”

XIV

Logo que os clarinetes e os saxofones da banda filipina de Ading Monsalud, emprestada pelo Hotel Riviera para o evento de caridade, começaram a tocar a balada seguinte, a assistência agitou-se e, reconhecendo a canção, desfez-se em aplausos e assobios entusiásticos. O vocalista, o tal Ading Monsalud, deu um passo de dança que o aproximou da berma do palco e pôs-se a cantar a música de Glenn Miller ainda na moda.

*I stand at your gate and the song that I sing is of moonlight.
I stand and I wait for the touch of your hand in the June night.
The roses are sighing a Moonlight Serenade.*

*The stars are aglow and tonight how their light sets me dreaming.
My love, do you know that your eyes are like stars brightly beaming?
I bring you and sing you a Moonlight Serenade.*

A balada era de tal modo melódica e poderosa que Lobo se deixou levar pelo seu encanto, embalado pelo ritmo lento e sofisticado da canção. Sentiu uma mão tocar-lhe no braço e voltou-se para ver quem o interpelava.

“*Moonlight Serenade* é uma maravilha, não é?”

Reconheceu Ivete Estorninho, a tia de um amigo seu dos tempos da juventude. Apesar dos quarenta e muitos anos, era uma mulher à frente do seu tempo; talvez isso se devesse à educação que tivera em Hong Kong, onde integrava a comunidade portuguesa.

“Olá, dona Ivete. Como está?”

“Quando oiço esta música sinto-me ótima. A bem dizer, não consigo parar de dançar.”

“Tem razão, é uma grande melodia.”

A tia do amigo fez com o polegar um gesto a indicar um grupo de raparigas sentadas a uma mesa.

“Porque não convida a Carminho para um pé de dança?”, desafiou-o. “Estou certa de que ela adoraria.”

O olhar de Lobo desviou-se para a rapariga indicada. Nunca falara com ela, apenas a conhecia de vista, mas Maria do Carmo Assumpção, ou Carminho, como lhe chamavam os amigos e até os admiradores anónimos, era a menina que mais atraía as atenções dos portugueses na colónia. Tratava-se de uma joia de olhos amendoados e cabelo longo e luzidio, possivelmente das mais vistosas raparigas da comunidade portuguesa de Hong Kong. Viera para Macau com a família numa das primeiras levadas de refugiados e constituía um bom exemplo de como o velho cruzamento do sangue português com o chinês produzia das mais belas mulheres da Ásia.

“A Carminho tem mais em que pensar do que em dançar comigo”, observou ele. “Há para aí tanto rapaz novo de olho nela...”

“Não digo que não, doutor”, sorriu Ivete. “Não digo que não. Mas olhe que o seu feito em Hong Kong não passou despercebido a ninguém.”

“Ora essa, dona Ivete! Que feito?”

Ela riu-se.

“Oh, sabe muito bem! O senhor doutor e o cônsul Correa são os heróis dos portugueses de Hong Kong, pois então. Se não fossem vocês, ainda estávamos lá a penar.”

“Não fiz nada de especial para além do meu dever. As decisões foram tomadas pelo governo de Macau e eu limitei-me a executá-las.”

Ivete assumiu uma expressão condescendente.

“Está bem, está bem, como queira. O facto, no entanto, é que as moças o têm todas na mira. Até a Carminho noutro dia observou que o

senhor, tão bem apessoado e com uma carreira tão brilhante à sua frente, é um partidão.”

“Que é isso, dona Ivete?”, exclamou ele, a corar. “Que eu saiba o único partidão que existe para aí é a União Nacional. Salazar não deixa que apareçam outros partidos nem partidões.”

“Pois, faça-se desentendido.” Voltou a indicar a rapariga. “Porque não a convida para dançar?”

“Oiça, vim aqui ao Teatro D. Pedro V como representante do governo para apoiar este baile da Hong Kong Portuguese Residents Association. É muito importante esta iniciativa de angariação de fundos para ajudar os voluntários portugueses detidos pelos japoneses no campo de prisioneiros de guerra de Sham Sui Po.”

Estreitando os olhos e de braços cruzados, Ivete Estorninho inclinou a cabeça e respirou fundo, como quem dizia que não tinha paciência para estar ali a ouvir aquela conversa.

“Doutor Lobo, permite-me que lhe faça uma pergunta?”

“Com certeza, dona Ivete.”

“Porque não se casou ainda?”

O homem voltou a ficar vermelho.

“Quer dizer, eu... eu...”

“De que está o senhor à espera para arranjar uma rapariga boa e constituir família? A vida são dois dias, doutor Lobo. Quando der por ela... puf, já é um velho. Se não casar agora, casa quando? Quando tiver os cabelos todos brancos? Ora, ora!”

“Bem, dona Ivete, não é fácil encontrar a pessoa certa, para mais quando assumimos esta responsabilidade de governar num período tão difícil e exigente como este que vivemos hoje. A verdade é que não tenho tempo para andar por aí a cortejar moças e a...”

“Não diga disparates”, cortou Ivete, puxando-o pelo braço. “Ande daí, vou apresentar-lhe a Carminho.”

“O que é isso, dona Ivete?”, resistiu ele, tentando desenvencilhar-se. “Para que me quer ela conhecer? Além do mais, a senhora sabe que o meu domínio do *patois* não é perfeito.”

Indiferente aos protestos do governante, a mulher continuou a arrastá-lo até à mesa onde se concentravam as raparigas.

“Um dia o senhor ainda me vai agradecer, doutor Lobo. Além do mais, e para sua informação, a Carminho fala português melhor do que o Camões, ouviu? Apesar de ter nascido e vivido toda a vida em Hong Kong, os pais arranjaram-lhe um professor e puseram-na a falar a nossa língua que é uma maravilha. Já vai ver.”

“Mas, dona Ivete...”

Não pôde terminar o protesto porque se encontravam já junto das raparigas. Vendo-o diante delas, as moças puseram-se a rir em voz baixa, com as mãos à frente da boca e a trocar segredinhos.

“Carminho, apresento-te o doutor Lobo”, disse Ivete, desempenhando o seu papel de casamenteira. “Creio que ele tem um convite para te fazer.” Virou-se para o homem que arrastara para ali. “Não é verdade, doutor Lobo?”

Sentindo todos os olhos postos nele, e com gotas de transpiração a brotarem-lhe do topo da testa, o governante forçou um sorriso.

“Pois... uh... enfim, Carminho, é... é um prazer conhecê-la.”

“O prazer é todo meu, doutor.”

Pressentindo que ele buscava uma maneira de se livrar da situação, Ivete deu-lhe uma cotovelada.

“Então o convite, doutor? Não se esqueça do convite...”

As raparigas riram-se descaradamente e, sentindo-se um idiota, Lobo engoliu em seco; não conseguiria escapar.

“A menina porventura quererá... enfim, gostaria de dançar comigo?”

“Com muito gosto.”

A rapariga levantou-se e deu-lhe a mão. Encaminharam-se ambos para a pista de dança diante do palco e juntaram-se aos restantes pares. A banda filipina terminara já *Moonlight Serenade* e atacava, com vocalista e coro feminino, um dos outros êxitos do momento.

*How I love the kisses of Dolores
Aye-aye-aye Dolores*

*Not Marie or Emily or Doris
Only my Dolores*

*From a balcony above me
She whispers "Love me" and throws a rose
Ah but she is twice as lovely
As the rose she throws*

A canção era bem mais alegre e mexida que a balada anterior e Carminho, que entrara no ritmo e rodava já a saia pela pista, ria-se e parecia voar-lhe nos braços.

“Este *Dolores* é divertidíssimo, não acha?”

“Muito.”

“O que pensa do cantor?”

Lobo fez um trejeito com a boca.

“Nada de especial”, retorquiu, encolhendo os ombros. “A bem dizer, nem o conheço. Nunca me foi apresentado.”

A rapariga soltou uma gargalhada, deixando ver uma fileira perfeita de dentes brancos.

“Claro que não lhe foi apresentado, doutor. Como haveria de ser se vive lá na América?”

“Como se chama?”

“Frank Sinatra. Tem um vozeirão, hem?”

“Pff!”, bufou Lobo com desdém. “É com certeza um desses cantores que aparecem e desaparecem sem deixar rasto. A música americana está cheia de artistas assim.”

“O doutor acha?”

“Então não se lembra do Robert Johnson, menina? Ou da Kate Smith? Ainda há uns anos não havia bailarico em que as músicas deles não fossem tocadas. Dizia-se que eram o máximo e mais isto e mais aquilo. E agora, como é? Nunca mais se ouviu falar deles. Nunca mais. O mesmo vai acontecer a este Frank qualquer coisa, verás.”

“Pois, é capaz de ter razão.”

A canção entretanto acabou e Lobo não tinha vontade de dançar a

música seguinte. Por outro lado, a rapariga era de facto encantadora. Que mal haveria em ficarem a conversar? Talvez o ajudasse a esquecer Nadezhda, para quem os seus pensamentos se desviavam amiúde. A russa que conhecera em Hong Kong deixara-lhe marcas. Desde que se haviam separado no cais do Porto Interior que não parava de pensar nela, mas sempre que se deixava vencer pela saudade repetia a si próprio os factos que haviam ditado a decisão de se afastar: tratava-se de uma rapariga de *cabaret* e era impensável alimentar uma tal relação. Como iria a sociedade macaense reagir se fosse visto a conviver com uma mulher daquelas? Todas as portas se fechariam, todas as costas se voltariam.

Para compensar, e além de ter uma graça natural, Carminho vinha de boas famílias e era uma pessoa com quem poderia, e até deveria, frequentar acontecimentos sociais. Talvez Ivete Estorninho tivesse razão, refletiu. Chegara a hora de investir numa relação. Se Nadezhda lhe estava vedada, porque não Carminho?

“E que tal se fôssemos beber alguma coisa?”, convidou-a. “Quer uma laranjada? Uma groselha?”

“Um capilé.”

Saíram da pista e dirigiram-se a uma longa mesa com uma toalha verde, onde se concentravam as bebidas. Uma tabuleta pregada à parede informava que todo o lucro gerado pelo consumo seria canalizado para a ajuda aos prisioneiros portugueses em Hong Kong. Lobo pagou dois capilés e sentaram-se ambos a uma mesa perto da pista.

“Então onde está a menina alojada?”

“Não me chame menina, doutor”, protestou ela, fazendo beicinho. “Já tenho dezoito anos...”

“Pronto, senhorita.”

“Não. Chame-me Carminho.”

“Está bem, Carminho. Mas nesse caso não me chame doutor, senão até pareço um velho. Chame-me Jorge.”

“Sim, doutor.” Arregalou os olhos. “Perdão, Jorge.”

Riram-se ambos.

“Então onde está a Carminho a viver desde que chegou de Hong Kong?”

“Estou com os meus pais e os meus irmãos e irmãs na Caixa Escolar, ali no Tap Seac.”

“E que tal?”

“É bem melhor do que estar agora em Hong Kong, posso garantir-lhe!”, disse ela. “Para começar temos água corrente e eletricidade, coisa que já não havia em Matto Moro. Há dois meses que não tomava banho, o Jorge nem imagina como estava porca quando cá cheguei. Puf, era cá um pivete!...”

“É impossível uma rapariga como a Carminho cheirar mal.”

“É porque não me conheceu na altura”, riu-se ela. “Ah, mas desde que estamos na Caixa Escolar que me tenho vingado. Chego a tomar três banhos por dia!”

“Três? Mas... e deixam-na? Então e o racionamento? Veja lá se gasta a água toda que há em Macau...”

“Tem razão.” Fechou momentaneamente as pálpebras, quase como se lhe estivessem a despejar água sobre a cabeça e ela fruisse o momento. “Mas tomar banho é tão bom...”

“Pois, embora seja melhor moderar-se. Nem terá outro remédio, porque esta semana vai começar o racionamento de água.”

Com um gesto solene, quase como se estivesse diante da bandeira a ser içada na Caixa Escolar ao som do hino nacional, a rapariga pousou a palma da mão sobre o coração.

“*Cross my heart*”, disse. “Prometo não voltar a gastar litros e litros de água no banho.”

“E que mais faz na Caixa Escolar?”

“Passo muito tempo na varanda a ver os estudantes do liceu português. Também acho piada às paradas no Tap Seac organizadas pela Mocili... a Modaci... ai, como se chamam os escuteiros?”

“Mocidade Portuguesa?”

“Isso. É divertido vê-los desfilar com as bandeiras e cantar aquelas cançonetas e tudo isso. O resto do meu tempo é passado a ajudar na

organização dos jogos de hóquei e dos bailes.” Fez um gesto em redor. “Por exemplo, ajudei a montar este baile onde estamos agora.” Apontou para as fitas coloridas que pendiam do teto. “Vê isto aqui? Fui eu que fiz. Não está catita?”

“Uma maravilha.”

“E já andamos a programar a próxima iniciativa. Estamos a pensar numa quermesse.”

“Não há dúvida de que a comunidade portuguesa que chegou de Hong Kong está a dinamizar a vida desportiva e social aqui em Macau. Agora há mais desporto, mais bailes, mais teatro...”

Carminho esboçou uma careta.

“Então não?”, concordou. “Quando cá cheguei era tudo muito amorfo, nunca imaginei tamanha sorna. As pessoas passavam a vida nas missas e em casa a tricotar e essas palermices todas. Uma maçada! Arregaçámos as mangas e pusemos toda a gente a jogar hóquei no Tap Seac e a divertir-se em festas e no teatro. As pessoas aqui passam a vida a queixar-se e não sabem o que têm de bom. Tivessem elas passado o que passámos em Hong Kong quando os japoneses vieram e saberiam o que é ter verdadeiros motivos de queixa.”

“Queixar-se é da natureza dos portugueses, deixe lá.”

“Ah, mas não pode ser! Temos de nos divertir! Quem sabe o que nos reserva o dia de amanhã?”

“Lá isso tem razão. Além do mais, o...”

“Chiu!”, cortou a rapariga. “Oiça.”

*In a garden what a garden,
Only happy faces bloom there
And there's never any room there
For a worry or a gloom there*

“O que foi?”

Com um grito excitado, Carminho deu um salto e pôs-se em pé, puxando-o para a pista.

“Adoro esta *polka!*”, exclamou, mexendo o corpo de um lado para o

outro. “É das Andrews Sisters! Não é o máximo?”

Todos os elementos da banda filipina cantavam em coro e o ritmo acelerado da *polka* pôs toda a gente na pista do Teatro D. Pedro V a saltar de um lado para o outro. Carminho parecia a mais entusiasmada. A rapariga girava e bailava e rodopiava pela pista, soltando gargalhadas e rodando a saia com tal alegria que arrancou “olé!” e aplausos na sala, um espetáculo dentro do espetáculo. O ambiente tornara-se de tal modo festivo que alguns dos convivas saltaram para a pista de laranjadas e capilés nas mãos. Com tanta animação e tantos encontrões num espaço tão apertado, um deles deixou cair uma laranjada na pista no preciso instante em que Carminho girava sobre um calcanhar. O pé escorregou no piso molhado e a rapariga deu um trambolhão tão aparatoso que fez parar a música.

“Ai ai ai!”

Um silêncio brusco impôs-se no salão, apenas quebrado pelos gemidos da rapariga. Vendo-a contorcer-se de dores, Lobo debruçou-se sobre ela.

“Carminho! Sente-se bem?”

“Ai ai!”

“Onde lhe dói?”

Uma máscara dorida parecia desfigurar o rosto da rapariga, que se dobrou sobre o pé direito.

“Aqui!”, queixou-se. “Dói-me aqui!”

O governante encarou a multidão que os rodeava em plena pista de dança do Teatro D. Pedro V.

“Está aqui algum médico?”, quis saber. “Alguém que possa ajudar?”

Uma senhora de meia-idade emergiu da massa de gente e ajoelhou-se ao lado da rapariga dorida.

“Sou enfermeira no Conde de São Januário”, apresentou-se, inclinando-se sobre a paciente. “Então onde lhe dói?”

A multidão improvisava já uma liteira e alguém se afastou a dizer que ia buscar uma carrinha para a levar para o hospital. Vendo Carminho entregue a mãos conhecedoras, Lobo passou-lhe os dedos pela fronte,

para a acalmar, e pegou-lhe na mão trémula. Sentindo-o a segurá-la, a rapariga fitou-o e esboçou um sorriso fraco, como se a mão que a confortava fosse a compensação pela dor que a atormentava.

“Vem comigo, Jorge?”

XV

A atividade no Hospital Conde de São Januário tinha uma intensidade febril. Havia tantos pacientes que alguns aguardavam deitados nos corredores enquanto os médicos e as enfermeiras acorriam aos casos prioritários. Na sua anterior função de inspetor da Judiciária, Lobo visitara o hospital com frequência e a verdade é que nunca o vira tão movimentado como nesse dia. Aguardou algum tempo no corredor com Carminho, mas ao fim de meia hora concluiu que a espera se estava a tornar exagerada e decidiu intervir. Entrou na enfermaria mais próxima e deparou-se com um médico que conhecia.

“Ó doutor Ritchie, veja-me lá a rapariga que veio comigo”, pediu. “A pobre está ali cheia de dores.”

“Não vê a confusão que para aqui vai?”, retorquiu o médico macaense enquanto examinava uma criança. “Temos muitos pacientes e precisamos de atender os casos prioritários.”

Os olhos do visitante percorreram a multidão que se apinhava na enfermaria e se acotovelava nos corredores do hospital.

“De onde vem toda esta gente, doutor?”

“São os refugiados”, explicou o doutor Ritchie. “Estão a chegar aos milhares a Macau e começamos a esgotar a capacidade de os atender. Os casos de má nutrição dispararam.” Indicou a criança que tratava. “Olhe-me para este desgraçado. Na última semana só comeu dois pratos de arroz e está muito fraco e vulnerável a doenças. Suspeito que sofre de cólera.”

“A sério?”

“E não é caso único. Só hoje já apanhei outros dois miúdos assim. Como se estão a concentrar demasiadas pessoas em Macau e a comida não chega para todos, há para aí muitos refugiados que ficaram debilitados e adoeceram. Já estive a discutir esta situação com os meus colegas. O doutor Leão, o doutor Vargas Moniz e o doutor Gomes da Silva também se cruzaram hoje com vários casos do género e partilham a minha opinião: rebentou na cidade uma epidemia de cólera.”

A notícia era grave, embora não fosse surpreendente. Devido às suas funções, Lobo sabia que a população de Macau havia disparado com a entrada na colónia de milhares de refugiados por dia. Como os recursos alimentares permaneciam escassos, a comida, ou a falta dela, estava a tornar-se um problema sério. O racionamento já fora imposto, mas havia tantos refugiados que muitos não tinham casa e dormiam nas ruas, escapando assim ao controlo das autoridades. Uma vez que os seus nomes não estavam registados nos cadernos da Comissão de Racionamento, não recebiam as suas doses. Nessas condições, o estranho seria que não comesçassem a surgir casos de subnutrição e as consequentes epidemias.

“Quando tivesse um pouco de tempo livre”, pediu, “agradecia-lhe que fosse ver ali aquela menina. Pode ser?”

O médico limitou-se a grunhir e o governante não percebeu se era de assentimento se de alívio pela perspectiva de deixar de ser incomodado, mas não insistiu e regressou para junto de Carminho. Ao ver Lobo aproximar-se, a rapariga esboçou um esgar dorida.

“Ainda dói?”

“Muito”, confirmou ela num queixume. “Tenho medo.”

“Que disparate, está no hospital e não lhe vai acontecer nada.” Fez um gesto a indicar o espaço em redor. “Olhe à nossa volta e verá casos mil vezes piores.” Apontou para o pé direito da rapariga. “Comparativamente, isso é uma coisa insignificante.”

“Ah, mas tenho medo.” Carminho lançou-lhe um olhar de súplica. “Será que me poderia dar a mão?”

Lobo entrelaçou os dedos nos dela, perguntando-se se a moça estaria assim tão mal ou se não se trataria antes de uma manha de fêmea. A verdade é que, com os seus olhos achocolatados e amendoados e as linhas delicadas do rosto, era realmente bonita. Se queria a mão dele para a aconchegar e reconfortar, porque não fazer-lhe a vontade? Quantos homens não dariam um braço para lhe poder dar a mão?

“Então o que temos aqui?”

O doutor Ritchie apareceu nesse instante e encarou Carminho com uma expressão inquisitiva.

“Ai, doutor”, voltou ela a gemer. “Dói-me o pé. Escorreguei e magoei-me a sério. Ui, dói que se farta!”

O médico analisou o pé e, com muito cuidado, apalpou-lhe a superfície. A rapariga gemeu de dor. Mudando de tática, o doutor Ritchie pegou no pé pelo calcanhar e movimentou-o muito devagar, certificando-se sempre de que a dor não se tornava insuportável. Após alguns testes, sempre a mexer o pé para aqui e para ali e a testar os pontos onde ela sentia dor, emitiu o seu veredito.

“Não parece partido”, sentenciou. “Eu diria que estamos perante uma simples entorse. É dolorosa, mas não é grave. De qualquer modo vou pedir à enfermeira que lhe faça um raio X de modo a ter a certeza de que não existe qualquer fratura. Logo que vierem os resultados voltarei aqui para a ver e decidiremos o que fazer.”

Uma enfermeira veio buscar Carminho e levou-a para uma sala ao fundo do corredor, presumivelmente onde se faziam os raio X aos pacientes. O médico entretanto foi chamado para atender outro caso e Lobo ficou só. Encontrou uma cadeira vazia e sentou-se nela, à espera que a rapariga concluísse o exame ao pé e a observar a atividade à sua volta. O movimento nas urgências e nas enfermarias não abrandara; teve aliás a sensação de se ter até intensificado, pois ainda mais gente parecia encher as salas e o corredor, como se um rio tivesse inundado o hospital.

As portas das urgências abriram-se de repente com um estrondo,

atraindo o olhar de toda a gente.

“Abram alas!”, gritou alguém, a voz a sobrepor-se ao burburinho permanente do hospital. “Chamem um médico!”

O governante viu duas padiolas entrarem, empurradas por um enfermeiro português e três soldados de farda caqui, aparentemente japoneses. O que lhe chamou a atenção, contudo, foi que atrás deles vinham vários oficiais com ar consternado. O doutor Leão, um goês arredondado de ar patusco, apareceu nesse momento no corredor e as macas detiveram-se mesmo diante de Lobo. Estendidos sobre elas estavam vários militares japoneses com as fardas ensanguentadas. O doutor Leão sentiu as pulsações de um deles e abanou a cabeça.

“Este está morto”, constatou. De imediato mediu o pulso ao segundo militar. “Ainda vive.” Apontou para o fundo do corredor. “Levem-no para a sala de operações!”

O médico acompanhou as padiolas até à porta que indicara e desapareceu atrás dela. O olhar de Lobo desviou-se então para os oficiais japoneses e, para sua surpresa, reconheceu entre eles o coronel Sawa. Tinha um ar desalinhado, com a camisa pintalgada de sangue e um olhar vagamente ausente.

“Senhor coronel”, interpelou-o. “O que aconteceu?”

O chefe do Kempeitai olhou para o governante português e levou um longo instante a reconhecê-lo.

“São os bandidos!”, rosnou. “Os chineses atacaram-nos, esses cães!”

“Aqui em Macau?”

“Não. Em Zhuhai.” Abotoou a camisa. “Montaram-nos uma emboscada. Quando eu vinha para Macau, abriram fogo sobre o meu automóvel e atingiram o meu motorista e a minha ordenança, que ia ao lado do motorista.” Atirou um olhar furioso a Lobo. “Vocês é que têm a culpa disto!”

O português arregalou os olhos.

“Nós?!”

“Sim, vocês, os portugueses!”, insistiu, apontando-lhe o dedo. “Esta emboscada foi montada a vosso mando ou pelo menos com a vossa

cumplicidade ou conivência!”

“O senhor coronel não sabe o que diz!”, retorquiu Lobo. “Essa acusação só se compreende por ser feita por alguém que se encontra em estado de choque. Se os senhores foram atacados em Zhuhai, como nos pode responsabilizar? Como sabe, a soberania portuguesa em Macau termina na Porta do Cerco. Não temos a menor responsabilidade pelo que se passa em Zhuhai nem em nenhum outro ponto do território chinês.”

O coronel do Kempeitai voltou uma fotografia para o diretor dos Serviços de Economia e Finanças.

“E isto, o que é?”

O português fixou o olhar no homem retratado na imagem e reconheceu o rosto sorridente de Senna Fernandes, o presidente da Cruz Vermelha de Macau que os homens de Wong Kong Kit haviam assassinado no ano anterior a mando do Kempeitai.

“O que tem o pobre do senhor Senna Fernandes a ver com isto?”

“Depois de terem varrido os meus homens a tiros de metralhadora, os bandidos chineses atiraram para o carro esta fotografia”, disse. “Ficou claro que se tratou de uma retaliação portuguesa pela morte desse perigoso contrabandista.”

Jorge Lobo sentiu a irritação trepar-lhe às faces, mas fez um esforço para a dominar. As palavras do chefe do Kempeitai arrastavam-no para um terreno perigoso e não se podia deixar levar pela emoção. Por outro lado, também era imperativo não dar parte de fraco. De resto, sabia perfeitamente que o seu interlocutor tinha razão. Não fora ele próprio que encarregara o *Imortal* de vingar o homicídio de Senna Fernandes? Se os militares japoneses haviam contratado piratas chineses para matar um português, os portugueses tinham contratado um contrabandista chinês para matar os militares japoneses. As trocas de tiros não passavam de mensagens que as duas partes trocavam, num jogo de espelhos repleto de sombras e dissimulações.

“Em primeiro lugar, o senhor Senna Fernandes não era um contrabandista, mas o presidente da Cruz Vermelha e um homem de

bem muito respeitado em Macau”, devolveu o português em tom tenso. “A sua morte foi uma tragédia e creia-me, coronel, que um dia ainda apanharemos os responsáveis. Haverá de ser feita justiça sobre a mão que executou o crime e a boca que o ordenou.”

“Estará o senhor a insinuar alguma coisa?”

“Não estou a insinuar nada, estou a afirmar. Mas não posso deixar de notar que o senhor achou que o ataque ao seu automóvel foi uma retaliação pelo cobarde homicídio do senhor Senna Fernandes. Porque haveria o senhor de pensar em retaliação? Acaso terá alguma informação pertinente para deslindar o mistério em torno desse homicídio?”

“Com certeza que não!”

“Não esperava outra resposta da sua parte”, disse Lobo sibilamente. “De qualquer modo, o facto de a emboscada ter sido levada a cabo em Zhuhai é prova suficiente de que não estamos envolvidos no caso.”

O coronel Sawa espetou a fotografia de Senna Fernandes diante do rosto do governante português.

“Ai não?”, vociferou. “Então por que motivo os bandidos nos atiraram esta fotografia?”

“Isso é um truque clássico da contrainformação, senhor coronel. Surpreende-me que não se tenha apercebido disso, pois, sendo o senhor um oficial do Kempeitai, já devia estar familiarizado com essas táticas. O que os bandidos evidentemente fizeram foi tentar desviar as atenções. Montaram-vos a emboscada e lançaram-vos a fotografia para vos pôr na pista errada. Parece-me clara a intenção de criar problemas entre as autoridades portuguesas e os militares japoneses.”

“*Yare yare!* Que disparate!”

“Não acredita? Olhe, a prova do que estou a dizer é que o senhor está vivo. Já pensou por que razão os bandidos dispararam sobre os seus homens, mas não sobre si?”

A pergunta apanhou o chefe do Kempeitai em contrapé.

“Bem...”

“Não o mataram a si e lançaram-lhe a fotografia porque queriam que

o senhor coronel nos responsabilizasse pela emboscada. Pelos vistos o truque funcionou, uma vez que está a fazer justamente o que eles queriam que fizesse. Já reparou nisso?”

Embora falso, o argumento era convincente e deixou o coronel Sawa mergulhado na dúvida e na indecisão. Sendo igualmente um perito em contrainformação, o oficial japonês tinha plena consciência de que numa guerra muitas coisas não eram o que pareciam e de que a dissimulação espreitava em cada acontecimento. Teriam mesmo os chineses organizado a emboscada e atirado a fotografia de Senna Fernandes para o carro de modo a criar problemas entre os portugueses e os japoneses? Ou tratar-se-ia de facto de uma retaliação portuguesa pelo homicídio do presidente da Cruz Vermelha?

A realidade, percebeu, é que dificilmente conseguiria apurar a verdade. No fim de contas, talvez os portugueses não tivessem nada a ver com a emboscada. O ataque ocorrera em Zhuhai e ele próprio fora poupado às balas assassinas dos chineses. Se se tratasse de uma retaliação, parecia-lhe claro, teria realmente sido abatido. Ou faria a sua sobrevivência parte do plano para baralhar as pistas? Estariam os portugueses a fazer jogo duplo e teriam ordenado o ataque em moldes que tornavam claro tratar-se de uma retaliação pela morte do presidente da Cruz Vermelha, mas em condições que lhes davam uma base sólida para negar qualquer envolvimento na emboscada? Tudo aquilo se lhe afigurava terrivelmente confuso e não conseguia decidir-se por uma versão dos acontecimentos.

“Bem, teremos de investigar melhor o caso”, acabou o japonês por conceder. “Vamos tentar apanhar os bandidos. Garanto-lhe que, se lhes conseguirmos deitar a mão, sei como fazê-los cantar. Confessarão tudo e dir-nos-ão quem foram os mandantes do ataque.”

“Não tenho a menor dúvida quanto à eficácia dos vossos métodos”, observou Lobo com ar grave. “Ajudar-vos-emos no que for necessário, claro. Precisam por acaso da colaboração da nossa polícia?”

O coronel Sawa esboçou um esgar de desdém.

“Colaboração vossa? Não. O Kempeitai sabe muito bem como

investigar um caso destes.”

Ignorando o tom de desprezo que embebia as palavras do oficial japonês, o governante português fez um gesto a indicar a farda do interlocutor.

“O senhor não ficou ferido, pois não?”

O coronel do Kempeitai observou a própria farda, salpicada pelo vermelho escuro do sangue já seco dos seus homens, e encarou de novo o interlocutor, o olhar duro e sombrio a chispar insinuações.

“Pior ficará quem nos fez isto.”

A noite caíra em Macau e, devido ao intenso movimento daquele dia no hospital, Carminho ficara para último lugar nas prioridades do doutor Ritchie. Enquanto o médico atendia um novo caso, na circunstância dois bebês que haviam dado entrada no Conde de São Januário muito debilitados, a rapariga fora levada para uma enfermaria. Logo que a viu reaparecer vinda da sala de raio X, Lobo foi fazer-lhe companhia.

“O que disse a enfermeira?”, quis saber. “A radiografia mostrou alguma coisa de especial?”

“Parece que não há fratura”, devolveu Carminho, sentada numa cama com a perna direita pendurada na borda de modo que nada tocasse no pé magoado. “Mas a enfermeira disse que o médico ainda vai ter de ver o raio X para se ter a certeza que está tudo bem.”

“Claro que está tudo bem”, opinou ele. “Isso não passa de uma entorse e de certeza que...”

“*Tasukete!*”

Os gritos interromperam a conversa. O olhar de ambos desviou-se para o corredor, de onde os berros pareciam vir. De início Lobo pensou que se tratava de um paciente que tivesse acabado de dar entrada no hospital, mas apercebeu-se de imediato de que a perturbação decorria na enfermaria masculina, do outro lado do corredor. Prestou atenção às palavras e não reconheceu português nem *patois*, cantonense ou inglês.

“*Korosa nai de!*”

Os gritos, compreendeu com espanto, eram em japonês. Levantou-se de um salto da cadeira e correu para o corredor, onde tinham afluído vários enfermeiros e alguns pacientes. Os gritos em japonês pararam entretanto e o português viu emergir da porta da enfermaria masculina dois chineses com um machado e facas a pingarem sangue vermelho-vivo. Lobo ainda pensou em intervir, mas percebeu que não tinha hipóteses de os enfrentar apenas com as mãos. Além do mais, os homens não perderam tempo e depressa desapareceram por uma porta lateral.

“Socorro! Ajudem!”

Os pacientes instalados na enfermaria masculina começaram a gritar e o governante e os enfermeiros acorreram ao local.

“Depressa!”

Estendido na cama, o peito transformado numa papa de sangue e os olhos vidrados na morte, estava o corpo do japonês que sobrevivera à emboscada dessa tarde em Zhuhai. Ao lado da cabeça, sobre a almofada, encontrava-se pousada uma fotografia. Ao vê-la, Lobo percebeu que o *Imortal* tinha ido longe de mais, pois fazer uma coisa daquelas em Macau ligava irreversivelmente a colónia à vingança contra os japoneses.

Com o mal já feito, o mais importante nesse momento era controlar os danos. Girou sobre calcanhares e encarou os enfermeiros.

“Ninguém fala desta imagem a ninguém”, ordenou o governante. “Não o dirão à polícia e muito menos aos japoneses, entenderam?”

“Mas, senhor doutor...”, argumentou um dos enfermeiros. “Temos obrigação de relatar às autoridades o homicídio!”

“Relatem, com certeza, mas façam o favor de omitir a existência da fotografia. Isso é imperativo.”

“Porquê, senhor doutor?”

Lobo fitou-os com intensidade.

“Porque não queremos retaliações dos japoneses”, disse. “Se eles souberem que os assassinos deixaram aqui esta imagem, as consequências para Macau poderão ser terríveis.”

Não havia quem desejasse represálias dos japoneses. Os rumores e histórias de abusos na China e em Hong Kong eram tantos e tão terríveis que definitivamente ninguém pretendia ver tal coisa na colônia. Os enfermeiros acabaram por anuir. O governante pegou na fotografia e guardou-a no bolso, ciente de que o homicídio só podia ser a conclusão do trabalho que os homens do *Imortal* haviam iniciado nessa tarde com a emboscada ao carro do coronel Sawa em Zhuhai.

A prova era a fotografia, um retrato de Senna Fernandes.

XVI

Os chineses avançavam em fila, cabisbaixos, alguns de bicicleta ou a empurrarem carroças, outros de trouxas às costas ou a arrastarem malas, muitos rodeados pelas famílias, alguns sozinhos, todos vergados pelo medo e ao mesmo tempo aliviados por ali chegarem, por passarem pelo grande arco e pela sombra da estranha bandeira verde e vermelha, receando apenas os homens negros que nunca haviam visto; pareciam-lhes ferozes, e eram afinal os soldados de Moçambique que os fitavam com curiosidade e de espingardas a tiracolo.

“O fluxo de gente não para, senhor governador”, observou o capitão Tavares. “Não sei como vamos aguentar isto.”

De olhos fixos no mar de gente que afluía sem cessar a Macau, Artur manteve-se algum tempo em silêncio. Poucos como ele eram capazes de compreender a gravidade da situação e o significado profundo do que se passava ali, naquele momento, na Porta do Cerco. Os refugiados vinham em vagas sucessivas, quase ininterruptas. Apareciam milhares por dia e a colónia tinha já tanta gente que a capacidade de alojamento entrara em rotura; os bairros sociais 28 de Maio e Tamagnini Barbosa estavam lotados, o mesmo acontecendo com a Chácara Leitão, o Armazém, o Grémio Militar, o navio *Tung Hui* e a Escola Luso-Chinesa, e nem nos albergues para indigentes cabia mais ninguém. O número de pessoas a pernoitar na rua disparara e não havia modo de se lhes arranjar um teto. Nunca a crise de alojamento fora tão grande.

O mais grave, porém, nem era a habitação, mas o que acontecia nesse

momento para além da linha de fronteira e que atraiu o governador para a Porta do Cerco.

“Fique aí”, disse para o ajudante de campo. “Vou espreitar o que se passa do outro lado.”

“Sim, senhor governador.”

O chefe do governo de Macau abeirou-se do arco do monumento fronteiriço de modo a poder observar melhor o lado da China. Ao vê-lo aproximar-se, uma sentinela moçambicana com o cofió vermelho na cabeça pôs-se em sentido e fez continência. Artur devolveu a saudação e pousou afetuosamente a mão no ombro do soldado.

“Então, rapaz? Como te chamas?”

“Alberto Mpagua, senhor governador.”

O soldado tinha linhas e círculos rasgados nas faces e na testa e ao responder deixara ver os dentes aguçados, marcas de guerreiro na sua cultura do Norte de Moçambique.

“És maconde?”

“Sim, senhor.”

“Há quanto tempo fazes o serviço na Porta do Cerco?”

“Há mais de um ano, senhor governador.”

Artur voltou-se para a fila de gente que afluía sem cessar a Macau vinda da China.

“O que me dizes disto?”, quis saber. “Achas que está a entrar mais gente que o habitual?”

“Xi, patrão, é maningue gente!”, confirmou o soldado da Sexagésima Companhia Indígena Expedicionária, fazendo um gesto a indicar as filas de refugiados. “Mais ainda do que antes.”

Não havia estatísticas exatas, os chineses não eram registados à entrada da colónia e os cálculos acabavam por ser feitos apenas por aproximação, mas essa era a impressão geral. O afluxo de refugiados não parara de aumentar e tornara-se ainda mais intenso nos últimos dias, como se a China inteira estivesse a mudar-se para Macau. Em breve a colónia ficaria submersa em gente.

Aquilo era apenas a ponta do icebergue. O problema mais sério

escondia-se longe dos olhares. O governador fixou-se nos soldados estacionados do outro lado da fronteira. Os militares japoneses estavam à conversa; uns riam-se e fumavam ou bebiam cerveja, mas a maioria limitava-se a observar a fila de chineses que convergia sem cessar para a Porta do Cerco.

“E comida?”, perguntou Artur à sentinela. “Tens visto sacos de arroz ou de qualquer outro alimento a entrar? Há alguém que traga gado? Galinhas, patos... qualquer coisa?”

O soldado negro abanou a cabeça.

“Não senhor.”

“Quando é que a comida deixou de entrar?”

O moçambicano fez um esforço de memória.

“Ontem, senhor.”

O governador lançou um derradeiro olhar à guarnição japonesa que se aglomerava do outro lado da fronteira e à fila ininterrupta de refugiados chineses que passava por baixo da Porta do Cerco. Depois rodou sobre os calcanhares e dirigiu-se em passo firme ao seu automóvel, onde o *chauffeur* e o capitão Tavares o aguardavam.

“Vamos embora.”

O estampido de uma arma provocou o alarme dentro do carro. O motorista carregou de imediato no acelerador, percebendo que teriam de sair dali o mais depressa possível, e o capitão Tavares tirou a pistola do coldre e procurou alvos ameaçadores para lá da janela, pronto a abrir fogo. Foi nessa altura que Artur interveio.

“Esperem!”, disse. “Quero perceber o que se está a passar!”

“É muito perigoso, senhor governador!”, exclamou o ajudante de campo, já com o dedo no gatilho. “Bem desaconselhei que viéssemos por aqui!”

“Esperem, já disse!”

O capitão Tavares lançou um olhar de reprovação na direção do motorista, mas manteve-se calado. Contra a opinião avisada do ajudante de campo, o *chauffeur* escolhera regressar da Porta do Cerco

ao palácio pelo Porto Interior. Fizera-o, como era evidente, porque sabia que o governador gostava de ver a atividade comercial da colônia e inspecionar as zonas mais frequentadas pelos japoneses, mas o facto é que havia por ali tiroteios diários. Se o motorista tivesse juízo, nada daquilo teria acontecido.

Nesse momento já nada havia a fazer a não ser lidar com a situação, e foi o que o oficial fez. Estudou o espaço em redor e viu chineses armados numa sampana que se dirigia para uma canhoneira ancorada ao largo do porto, enquanto os elementos da Polícia Marítima os observavam do cais com uma expressão de impotência.

“Os tiros vieram dali”, indicou o capitão Tavares. “Acho que foram os chineses da sampana que dispararam.”

Sem perder tempo, Artur saiu do automóvel e foi ter com o contingente da Polícia Marítima. O ajudante de campo ia atrás, sempre de pistola na mão, o olhar alerta. Vendo o governador aproximar-se, os polícias puseram-se em sentido e fizeram continência.

“Então o que se passa?”, quis saber Artur. “Quem abriu fogo?”

O homem mais graduado, um tenente macaense com uma penugem suave em lugar de bigode, deu um passo em frente.

“Foram os chineses, senhor governador”, indicou o tenente. “Os da canhoneira.”

Artur fixou os olhos na canhoneira.

“E porque não responderam vocês?”

“Porque temos ordens para não abrir fogo sobre os japoneses, senhor governador.”

“Mas aqueles tipos não são japoneses...”

O tenente apontou para uma posição na ilha da Lapa, do outro lado do canal, onde se encontrava hasteada uma bandeira do Sol nascente.

“Os japoneses estão ali, senhor governador. Foram eles que mandaram a canhoneira chinesa intercetar um barco de pesca que regressava ao Porto Interior. Foi por isso que não disparámos.”

O governador ficou a observar os homens na sampana a subirem para a canhoneira e a posição dos japoneses na Lapa, tentando perceber o

que estava a acontecer.

“O que tinha o barco de pesca?”, quis saber. “Pertence aos nacionalistas? Trazia armas ou munições?”

“O barco de pesca trazia peixe, senhor governador.”

Artur fez uma careta de incompreensão.

“Peixe? Não pode ser!”

O tenente levantou o braço e apontou para uma pequena embarcação chinesa encostada ao cais, vazia e a balouçar ao sabor das ondas como se estivesse abandonada.

“É este barco e nós vimos tudo, senhor governador. Quando ele voltou ao Porto Interior, os da canhoneira vieram da Lapa, invadiram as nossas águas territoriais e abalroaram o barco. Vimo-los a despejar o peixe na água e a ameaçar os pescadores. Depois dispararam um tiro para o ar, penso que para os assustar, e foram-se embora. Os pescadores ficaram borrados de medo e já cavaram. É por isso que o barco está abandonado.”

Todo o episódio parecia ininteligível.

“Mas qual é o problema de os pescadores trazerem peixe?”, questionou-se o chefe do governo colonial, atónito. “O que têm os japoneses a ver com isso?” Abanou a cabeça. “Não entendo nada!”

“Os japoneses não se contentaram em mandar a canhoneira chinesa incomodar os pescadores, senhor governador”, acrescentou o tenente. “Temos informação de que há uma hora a mesma canhoneira intercetou a carreira para a Taipa e a mandou de volta. Além disso, parece que os japoneses estabeleceram um cordão naval em torno de Macau e não deixam ninguém entrar nem sair por via marítima. Estamos totalmente bloqueados.”

O governador sentia-se embasbacado com todas aquelas novidades. Os japoneses tinham interrompido os abastecimentos alimentares por via terrestre, conforme constataria meia hora antes na Porta do Cerco, e pelos vistos haviam imposto um verdadeiro bloqueio marítimo à colónia portuguesa, como se a pusessem de quarentena. A realidade impôs-se ao espírito do governador.

“Querem vencer-nos pela fome.”

Foi a criança que chamou a atenção de Artur. Depois de terem voltado a entrar no automóvel, e quando já se aproximavam do entroncamento com a Avenida Almeida Ribeiro, à vista do Grande Hotel, a imagem do menino deitado no chão arrancou o chefe do governo de Macau dos seus pensamentos e trouxe-o para o presente.

“Alto!”, ordenou. “Encosta aí.”

A viatura imobilizou-se de imediato junto à berma e o capitão Tavares, que como sempre ocupava o lugar ao lado do *chauffeur*, voltou-se para o banco traseiro.

“Aconteceu alguma coisa, senhor governador?”, quis saber, solícito. “Como viu, este sítio é pouco recomendável e...”

“O que é aquilo?”

O capitão voltou-se para o ponto do passeio para onde o governador apontava. Viam-se quatro pessoas muito magras deitadas no chão, todas elas chinesas, incluindo a criança que intrigara Artur. Os adultos estavam estendidos de bruços, as roupas em farrapos e as trouxas abandonadas em redor, e apenas o menino se encontrava deitado de costas, a barriga inchada voltada para o ar.

“Bem... são chineses.”

“O que estão eles a fazer?”

O capitão Tavares estranhou a pergunta, cuja resposta lhe parecia embaraçosamente evidente, e lançou um novo olhar na direção das quatro pessoas.

“A dormir, presumo eu. Está a ver as trouxas, senhor governador? São refugiados e devem andar exaustos. Se calhar vieram a pé de Cantão ou até de mais longe, quem sabe? Isto está infelizmente a acontecer com muita frequência. Já não há teto para toda esta gente que chega da China e os recém-chegados dormem ao relento.”

Artur manteve o olhar cravado na criança, perscrutando-a com detalhe enquanto esfregava pensativamente o queixo.

“Acha que sim? Então, se estão a dormir, por que razão o miúdo não

tem os olhos fechados?”

O capitão Tavares observou os olhos do menino; eram grandes e de facto estavam semicerrados e fixos no infinito, como se olhassem e não vissem. Além disso, havia moscas a sobrevoarem a criança e algumas pousavam-lhe sobre a cara e até nos cantos dos olhos sem que ela as enxotasse, nem sequer com os movimentos reflexos de quem dormia.

Intrigado, o ajudante de campo abriu a porta do carro e dirigiu-se ao menino. Acocorou-se diante dele, pegou-lhe no pulso e sentiu-o. Ao fim de alguns segundos virou-se para trás.

“Está morto.”

Ao ouvir a confirmação do que já suspeitava, o governador também se apeou e foi verificar o que se passava com os três adultos igualmente estendidos no passeio. Como estavam todos deitados de bruços, teve de os contornar para lhes ver as caras esqueléticas, quase transformadas em caveiras, com os olhos inchados e vidrados.

“Isto é fome”, concluiu depois de contemplar os corpos escanzelados. “Não devem comer nada há semanas.”

“Já viu, senhor governador?”, disse o capitão Tavares, apontando para outro ponto do passeio. “Ali há mais.”

Artur levantou a cabeça e constatou que de facto havia vários cadáveres estendidos no chão, dois aqui, um ali, três acolá. Uma multidão de chineses deambulava como habitualmente pelo Porto Interior, mas observando-os melhor o chefe do governo percebeu que havia neles algo de diferente. As pessoas caminhavam sem rumo aparente, silenciosas e indiferentes aos corpos que jaziam no passeio, os esgares sonolentos e os movimentos fracos e lânguidos. Tentavam andar mas já mal se arrastavam.

“Meu Deus!”, exclamou, atónito com o que via. “Está toda a gente a morrer de fome!”

Abalado com a enormidade do que acabara de descobrir, e sentindo que era sobre os seus ombros que recaía a responsabilidade por tudo o que acontecia na colónia, Artur dirigiu-se ao automóvel sem pronunciar mais uma palavra. A hora, sabia, não era de falar.

Era de agir.

XVII

O ambiente que reinava nessa tarde na sala do conselho governamental do Palácio da Praia Grande não estava talvez carregado com a tensão elétrica da reunião que decorrera no dia em que os japoneses tinham atacado os americanos no Havai, e sobretudo os britânicos na vizinha Hong Kong, mas era igualmente pesado. O que estava em causa nesta ocasião não tinha relação direta com a sobrevivência de cada uma das pessoas naquela sala, como acontecera no ano anterior, mas suscitava questões fundamentais relacionadas com a moral e a consciência a que ninguém podia ficar indiferente.

“O que vi esta manhã no Porto Interior não se pode repetir”, declarou Artur no final da exposição dos factos que testemunhara quando se deparou com os cadáveres dos famintos. “A questão é esta: o que podemos nós fazer para alimentar os refugiados que nos chegam todos os dias? Onde iremos buscar comida para toda a gente?”

A pergunta ficou por momentos a pairar. Ninguém parecia capaz de lhe dar resposta, ou pelo menos de querer fazê-lo. Os diversos diretores de serviço entreolharam-se, acabrunhados e embaraçados, como se atirassem uns para os outros a responsabilidade de tomar a palavra. Perante o olhar expectante e cada vez mais impaciente do governador, e sabendo que era ele o braço-direito do chefe do governo e o responsável pelas contas públicas da colónia, acabou por ser o diretor dos Serviços de Economia e Finanças a quebrar o silêncio e a enunciar o que, pelo menos a ele mas provavelmente a todos os outros presentes, parecia

penosamente óbvio.

“Não podemos fazer nada.”

Não era com certeza a resposta que Artur queria ouvir, e o seu semblante refletiu isso mesmo.

“Nada?!”, indignou-se, erguendo a voz. “O que está o doutor a sugerir? Que os deixemos morrer à fome? Há sempre coisas que se podem fazer!”

“Peço desculpa, senhor governador, mas esta situação é impossível. O que podemos fazer?”

A pergunta surpreendeu o chefe do governo de Macau, tão evidente lhe pareceu o curso de ação a tomar.

“Temos de os alimentar, claro. Precisamos de atualizar urgentemente os cadernos de racionamento de modo a incluir os novos refugiados que vão chegando a Macau. Essa atualização tem aliás de passar a ser feita todas as semanas, uma vez que entram na colónia uns mil a dois mil refugiados por dia. Caso contrário, muita gente ficará de fora do sistema de distribuição de senhas e morrerá de fome.”

Os diretores dos serviços trocaram de novo olhares embaraçados e a atenção de todos voltou-se mais uma vez para Lobo, como se o elegessem porta-voz naquela questão tão delicada. O responsável pelos Serviços de Economia e Finanças respirou fundo, resignando-se à ideia de que lhe cabia a ele assumir a pele do mau da fita naquela reunião.

“Se me permite, senhor governador”, disse na sua voz mais macia, “com que comida os iremos alimentar?”

“Com qual haveria de ser, ó doutor?”, retorquiu Artur, uma ponta de irritação a colorir-lhe o tom da resposta. “Com a que está nos armazéns, pois então!”

“As nossas reservas alimentares já só duram para mais uma semana, receio bem”, esclareceu o responsável pela Economia em tom lúgubre. “E isto se apertarmos ainda mais o racionamento, claro. Caso contrário, só teremos comida para quatro dias.”

Não era um cenário encorajador. Perante o que acabava de ser dito pelo governante que tinha a pasta da Economia, e que pelos vistos

poucos naquela sala sabiam, Artur percebeu que era fundamental manter a cabeça fria.

“E se distribuirmos a comida que existe a toda a gente, não apenas aos que estão registados nos cadernos da Comissão de Racionamento?”, quis saber. “Nessas circunstâncias, as nossas reservas alimentares duram exatamente para quanto tempo?”

“Tudo o que temos em armazém e nas mercearias não chega sequer para alimentar todas as pessoas que estão em Macau, senhor governador. Esgotar-se-ia a comida toda num único dia e ainda haveria gente que nada receberia. É essa a verdadeira dimensão da catástrofe que temos diante de nós.”

A revelação provocou um silêncio total na sala de reuniões. Artur ficou a mirar Lobo com uma expressão atónita, como se o que acabara de escutar fosse uma enormidade indigerível. Até os restantes diretores de serviços pareciam estupefactos.

“O quê?!”

“A situação é muito grave, senhor governador”, repetiu Lobo num tom monocórdico, esperando assim não alarmar ainda mais as já alarmadas pessoas que se reuniam na sala. “Como vossa excelência decerto não ignora, desde os recentes desentendimentos que os militares japoneses tiveram connosco que a situação se tornou insustentável. Eles voltaram a bloquear o fornecimento de alimentos à colónia, por via terrestre ou marítima, e ao mesmo tempo estão a facilitar a entrada em Macau de mais e mais refugiados chineses, numa estratégia claramente delineada para nos estrangularem. O plano dos japoneses é muito simples: encham-nos de bocas para alimentar, mas não deixam entrar a comida que as alimentará. A fome está a alastrar e com ela vêm as doenças. Já se declarou uma epidemia de cólera, conforme tive oportunidade noutro dia de constatar no Hospital Conde de São Januário, e começaram a morrer pessoas por inanição. Nestas condições, receio bem, encontramo-nos à beira da catástrofe completa. Isto tornou-se insustentável e a nossa capacidade de resposta é nula. Reparem, se nem maneira temos de sustentar a nossa própria

população, como faremos para alimentar os milhares de refugiados que nos chegam todos os dias? Como pode o pequeno Macau, que nem sequer campos agrícolas tem, alimentar a imensa China?” Abriu os braços, como se expusesse a evidência. “É impossível.”

O retrato traçado por Lobo não podia ser mais sombrio, mas o governador sabia que tudo aquilo era verdadeiro. Não vira nessa manhã as filas ininterruptas de refugiados a entrarem pela Porta do Cerco? Não constataria com os próprios olhos que estava em curso um bloqueio japonês ao abastecimento alimentar de Macau?

“Quantas pessoas haverá neste momento na colónia?”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças fez um rápido cálculo mental.

“É muito difícil apresentar um número exato”, retorquiu. “Mas desde o início da guerra que tem entrado uma média de dois mil refugiados por dia pela Porta do Cerco, não é verdade? Assim sendo, pelas minhas contas Macau deve ter neste momento uma população muito superior a meio milhão de pessoas, talvez já próximo de um milhão.”

Fez-se um bruaá na sala de conferências.

“Jesus!”, exclamou o diretor dos Serviços de Saúde, assombrado com o número. “Como é isso possível?”

Todas as pessoas presentes na mesa sabiam que a capacidade máxima de Macau, uma cidade pequena e com enorme falta de alimentos e água, andava na ordem das duzentas mil pessoas. Tudo o que fosse acima dessa população produzia uma pressão insustentável sobre os seus poucos recursos. Acontecia que, antes de a guerra alastrar pela China em 1937, a minúscula colónia portuguesa dispunha na verdade de cento e cinquenta mil habitantes e era já o território mais povoado do planeta. Ora, se a população atingira quase o milhão de pessoas, a catástrofe tornara-se inevitável. Não era possível alimentar toda aquela gente, mas pelos vistos essa tornara-se a realidade com que estavam confrontados e com a qual tinham de lidar.

“Onde iremos arranjar a água, a comida e o alojamento para esta população toda?”, perguntou o governador. “Temos capacidade para

tal?”

“Claro que não”, sentenciou Lobo, expressando o que todos sabiam. “Uma situação destas está para além de tudo o que possamos fazer. Penso até que, por cruel que seja a minha ideia, será contraproducente começarmos a distribuir comida por todas as pessoas que não se encontram registadas nos cadernos da Comissão de Racionamento.”

“Como pode dizer uma coisa dessas, doutor?”, indignou-se o governador. “Deixamo-las morrer à fome?”

“Não temos alternativa, receio bem. Se não há comida que chegue, como alimentar todos? Além do mais, se começarmos a distribuir por toda a gente os poucos alimentos de que dispomos, não só a escassa comida que se encontra guardada em armazém se esgotará num único dia, conforme já expliquei, como começará a correr por toda a província de Cantão a notícia de que os portugueses andam a oferecer alimentos a quem tem fome. Quando isso acontecer, meus senhores, não teremos de lidar com quase um milhão de pessoas, um número já incrível para as nossas muito limitadas capacidades, mas com um número bem acima disso.”

“Quantas pessoas?”

“Dois milhões? Talvez cinco, quem sabe se dez milhões de pessoas... Ou mais ainda. Imaginem um número qualquer e ele será possível, dada a imensidão da China e a sua miséria. Estão a perceber o que irá acontecer? Virá a China inteira para Macau!”

Esmagado por este cenário, Artur fechou os olhos e esfregou as têmporas com as pontas dos dedos; tudo aquilo assumia as proporções de um pesadelo.

“Estou a ver.”

“Temos de abandonar essa ideia.”

O governador abanou a cabeça, incapaz de se dar por vencido.

“Mesmo assim, não podemos permanecer indiferentes”, insistiu. “Precisamos de falar com a Igreja e vamos organizar peditórios e quermesses, inventaremos o que for preciso para arranjar dinheiro, mas uma coisa é certa: iremos mesmo montar uma sopa dos pobres. Não

podemos deixar as pessoas morrerem sem fazer nada. Isso não é aceitável.”

“Com que comida montamos a sopa dos pobres?”

“A que houver. Os refugiados receberão nem que seja só uma refeição por dia. Nem que sejam alimentados apenas com restos e com migalhas e comida de cão. A sopa dos pobres tem de ser criada.”

Não era uma sugestão, perceberam todos na sala de conferências. Tratava-se de uma ordem e cabia a cada um fazê-la cumprir.

“Concordo com a ideia da sopa dos pobres”, interveio o diretor dos Serviços de Saúde. “Mas aviso já que, pelo que me foi dado observar sobre o estado em que chegam a Macau muitos destes refugiados, ela não vai servir de muito. Dadas as circunstâncias, as refeições que podemos oferecer serão sempre pouco nutritivas e apenas retardarão muitas mortes.”

“Ganharemos tempo antes de se encontrar outra solução...”

“É um facto, e é por isso que entendo que devemos avançar com a ideia.” Levantou um dedo para fazer uma ressalva. “Porém, temos de nos preparar para um problema adicional. Os cadáveres que começam a aparecer de pessoas que morreram de fome, e que vão continuar a aparecer mesmo que haja sopa dos pobres, irão decompor-se. Os riscos para a saúde pública, como devem calcular, são imensos. Não podemos deixar os corpos abandonados nas ruas. Há que dar uma solução também a este problema.”

O governador virou-se para o presidente do Leal Senado.

“A autarquia tem meios para... enfim, fazer a limpeza da cidade?”

O responsável pela edilidade da colónia esboçou um movimento afirmativo com a cabeça.

“Dispomos de uma carrinha dos Correios que pode ser usada para esse... serviço. O problema é saber o que faremos com os corpos. Se esta situação se agravar, receio que os cemitérios da cidade sejam demasiado pequenos para acolher tantas vítimas.”

“Só vejo uma solução”, atalhou o diretor dos Serviços de Saúde. “Teremos de os queimar. Caso contrário, os riscos são enormes.”

“Meus senhores, nós somos cristãos católicos”, atalhou o governador. “Incinerar cadáveres não é uma prática compatível com a nossa cultura.”

“Senhor governador, se me permite o atrevimento, a gravidade da situação requer medidas excepcionais”, insistiu o médico responsável pelas condições sanitárias da colônia. “A incineração é a medida preventiva mais adequada e segura para este problema.” A solução não era do agrado de Artur, que se pôs a equacionar outras possibilidades.

“E se enviássemos os corpos para a Taipa?”, propôs o chefe do governo. “A ilha está quase deserta e o que para ali não falta são terrenos baldios que podemos transformar em cemitérios. Era uma questão de arranjar um batelão e mandar para lá os cadáveres.”

“Envolveríamos a Polícia Marítima na operação?”, quis saber o comandante dessa força. “Isso implica alugarmos o batelão. Devo lembrar que não dispomos de orçamento para tal.”

Vendo a questão do dinheiro ser levantada, o diretor do BNU quebrou o silêncio.

“Isso resolve-se”, assegurou. “Além do mais, a verba não deve ser significativa.”

O diretor dos Serviços de Saúde voltou a levantar a mão, pedindo de novo para intervir.

“Se me permitem, preciso também de mais dinheiro para tratar das epidemias”, disse. “É que não temos apenas problemas de cólera, o que já não seria pouco. A excessiva concentração de população, os problemas de higiene e a má nutrição constituem um *cocktail* explosivo, potenciador de uma série de problemas sanitários.”

“Há doenças além da cólera?”

“Com certeza que há! É certo que a cólera é a ameaça mais grave, mas também temos muitos casos de tuberculose, disenteria, paludismo e beribéri. Há imensos óbitos que resultam destas doenças. Felizmente a situação ainda está controlada, mas descontrolar-se-á em breve se nada fizermos.”

Pelo tom com que o responsável de Saúde falava, Artur percebeu que

estava ali a ser apontado um problema potencialmente incontrolável.

“O que poderemos fazer?”

“A primeira coisa é arranjar mais médicos. Só dispomos aqui na colônia de seis médicos, de um farmacêutico e de uma dezena de enfermeiros. E há quase um milhão de pacientes potenciais.” Abanou a cabeça. “Assim não é possível, meus senhores.”

“É preciso contratar mais.”

“Mas onde iremos nós desencantar médicos e enfermeiros, senhor governador?”, quis saber o diretor dos Serviços de Saúde. “Como sabe, neste momento não é possível entrar nem sair de Macau, os japoneses bloquearam a navegação no mar da China. Não há maneira de mandar vir gente da Metrópole.”

“Vamos buscá-los a Hong Kong.”

“A Hong Kong? Mas esses médicos não têm os cursos homologados pelo Ministério da Saúde de Portugal...”

“Com o devido respeito, senhor doutor, a burocracia deve ser neste momento a última das nossas preocupações”, atalhou Artur com secura. “Pelo que percebi da sua exposição, ou arranjam os médicos ou é uma catástrofe. As coisas são tão simples quanto isso. Consequentemente, se não os podemos ir buscar a Portugal, temos de os ir buscar a Hong Kong. A realidade impõe-se.”

“Tem vossa excelência toda a razão, mas há mais problemas”, apressou-se o responsável pela Saúde a acrescentar. “Precisamos de começar urgentemente uma campanha de vacinação da população contra a cólera. Sublinho a urgência desta medida.”

“Isso é bonito de dizer”, observou o comandante da Polícia Marítima, um homem com longa experiência em Macau. “Como sabe, muitos chineses resistem às vacinações...”

“Temos de os forçar.”

“Como tenciona fazer isso? Aponta-lhes uma pistola à cabeça?”

O diretor dos Serviços de Saúde pareceu ficar bloqueado.

“Pois... enfim...”

O governador interveio.

“Há uma maneira”, disse. “Decretamos que só pode receber senhas para comprar alimentos quem apresentar na mercearia um certificado de inoculação. Ou seja, quem não for vacinado não come. Isso resolverá o problema.”

A sugestão foi acolhida com aprovação geral e os pormenores da operação de vacinação começaram a ser discutidos pelos vários governantes sentados à mesa. Uns suscitavam algumas questões, outros apresentavam sugestões diferentes, poucos permaneciam em silêncio.

Um dos que se mantiveram calados durante esta parte da conversa foi o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. Quando a discussão terminou, contudo, foi o primeiro a falar.

“Há uma questão fundamental de que nos estamos a esquecer”, disse Lobo. “E é só a coisa mais importante que urge resolver.”

Estas palavras deixaram todos os presentes na sala a tentar adivinhar que questão seria essa. Artur tinha consciência de que todo o problema era de uma enorme complexidade e, no meio de tanta confusão e imprevisto, parecia-lhe natural que se subestimassem, ou mesmo esquecessem, alguns aspetos importantes.

“Está a falar de quê, doutor?”

“Dos japoneses”, esclareceu Lobo. “A nossa prioridade é desbloquear o abastecimento alimentar à colónia. Se isso não for rapidamente resolvido, estamos todos perdidos. Não haverá senhas de racionamento nem carrinhas para levar cadáveres nem campanhas de vacinação que nos salvem. Ou a comida entra, ou é o fim.”

Ninguém naquela sala ignorava que o responsável pela Economia tinha razão. Se as reservas alimentares para as pessoas registadas nos cadernos da Comissão de Racionamento só davam para uma semana, e isso no limite, a questão do bloqueio alimentar japonês era o problema prioritário. Consciente de que lhe cabia a ele a responsabilidade pela negociação com os japoneses, e sabendo que se encontrava numa posição de fragilidade e inteiramente à mercê deles, o governador endireitou-se na sua cadeira e bufou como se ganhasse balanço para a tarefa.

“Vou falar com os tipos.”

XVIII

O dia acabara de nascer e fazia muito frio nessa manhã. Dizia-se que o inverno era nesse ano mais rigoroso que o normal devido a uma corrente oriunda na Sibéria. Ninguém sabia de ciência certa se assim era, mas o facto é que os termómetros haviam descido até aos três graus e a humidade fazia com que parecesse ainda mais frio. A sala mais aquecida do Palácio da Praia Grande era justamente o gabinete do governador, onde a lareira tinha de ser mantida acesa em permanência. Foi para aí que Artur levou o seu primeiro e importante convidado do dia.

A amizade com o cônsul Fukui permitia um ambiente descontraído entre ambos, embora o governador tivesse a consciência de que, quando se chegava a negócios ou a assuntos de estado, não existiam amizades, apenas interesses.

“Lamento ter demorado tanto tempo a responder ao seu gentil convite, meu honorável amigo”, disse o diplomata japonês, bebericando o chá que lhe fora servido em porcelana portuguesa juntamente com o pão, a fruta e o *siu mai* cantonense do pequeno-almoço. “Acontece que tive de ir a Cantão tratar de uns assuntos e só ontem à noite regressei a Macau.”

“Não tem de se desculpar”, retorquiu o anfitrião. “Eu é que agradeço a prontidão com que aqui veio logo que teve conhecimento do meu pedido para que nos encontrássemos, para mais a uma hora tão matinal.” Desviou os olhos para o relógio de parede. “Sempre são sete

da manhã, não é verdade?”

“Não se preocupe, estou habituado a acordar cedo.”

“Aproveito para lhe endereçar os meus agradecimentos pelos esforços no sentido de conseguir a libertação e a transferência para Macau da mulher do seu colega britânico. Considerando que os vossos dois países estão em guerra, o seu gesto foi muito apreciado.”

“Oh, não custou nada. A senhora Reeves encontra-se bem?”

“Parece que veio um pouco abalada e com os nervos... como direi?, de certo modo frágeis. O cônsul Reeves está muito preocupado, mas um dos nossos médicos já está a tratar dela.”

“Lamento saber isso”, disse o japonês. “Enderece, por favor, os meus melhores cumprimentos ao meu colega e inimigo e os meus votos de um pronto restabelecimento à sua senhora.”

“Dar-lhe-ei o recado, fique descansado.” Afinou a voz, ansioso por ultrapassar a parte social da conversa. “Sabe, meu caro amigo, pedi para falar consigo porque preciso de discutir um assunto de grande delicadeza e urgência.”

O diplomata japonês pousou a chávena de chá na mesinha ao lado do sofá onde se sentava, percebendo que iam entrar na questão central que motivara aquele convite para o pequeno-almoço.

“Com certeza, *Artur-san*. Em que lhe posso ser útil?”

O governador voltou a afinar a garganta.

“Não sei se é do seu conhecimento, mas o abastecimento alimentar a Macau foi interrompido na semana passada. A vossa guarnição em Zhuhai não está a deixar passar os fornecimentos de arroz e de outros bens, conforme foi acordado entre nós. Este problema tem de ser resolvido com urgência, uma vez que as nossas reservas em armazém se encontram perto do fim, penso que com o racionamento apertado já só dão para mais dois dias, e a fome grassa na colónia.”

O cônsul Fukui respirou fundo.

“Estou a par dessa infeliz situação.”

“É imperativo retomar o normal abastecimento da colónia. O que poderemos fazer?”

O japonês remexeu-se no lugar, evidentemente pouco à vontade.

“As minhas instruções sobre esse assunto vão no sentido de lhe comunicar que a atividade dos bandidos chineses na província de Cantão nos obriga a medidas extraordinárias e que passam por um controlo rigoroso de tudo o que entra pela fronteira e pelas águas em redor de Macau. O abastecimento alimentar não se encontra pois interrompido, mas meramente atrasado. As inspeções efetuadas pelo Exército Imperial tornaram-se muito rigorosas e é isso que tem retardado a entrada dos alimentos na vossa colónia.”

Quando o cônsul se calou, o governador não retomou de imediato a palavra. Desviou o olhar para a janela e observou os juncos que cruzavam de vela desfraldada a água lamacenta da baía da Praia Grande. Depois contemplou os riquexós que percorriam a avenida e os cules que os puxavam, admirando como com tanta falta de comida ainda tinham forças para um trabalho tão pesado. Por fim, após um silêncio longo e propositado, Artur voltou a encarar o interlocutor japonês.

“Com o devido respeito, o meu amigo não está com certeza à espera que eu acredite que os abastecimentos não foram nada interrompidos e que é tudo resultado das inspeções mais demoradas, pois não? É que eu já no passado ouvi esse argumento e veio a comprovar-se que não passava tudo de uma desculpa esfarrapada para camuflar uma chantagem. O que lhe peço, meu caro amigo, é que me explique o que realmente se está a passar. Isto é uma mera retaliação pelos recentes incidentes entre nós e os vossos militares ou trata-se de algo mais importante? E quanto tempo vai durar? Esclareça-me, por favor.”

Fukui forçou um sorriso.

“Como lhe disse, Artur-san, o que lhe comuniquei resulta de ordens que recebi de instâncias superiores sobre o assunto em apreço”, observou, medindo cada palavra. “Gostaria de ir mais longe, como é natural, mas infelizmente não posso. Tal como com frequência acontece consigo, tenho de me cingir às minhas instruções.”

O silêncio voltou ao gabinete, mas desta feita o governador não

desviou o olhar para a janela. Em vez disso, manteve os olhos cravados no japonês, como se o dissecasse.

“O meu amigo tem alguma ideia do que se está realmente a passar nesta colónia?”

A pergunta surpreendeu o cônsul.

“Perdão?”

“O senhor percorreu as ruas de Macau nos últimos dias?”, insistiu Artur. “Tem visto o que se passa?”

“Como lhe disse, Artur-san, tive de ir a Cantão em missão oficial e só ontem à noite regressei a Macau.” Fez um gesto a indicar a rua para além da janela. “Mas, que eu saiba, está tudo normal. Eu sei que a guerra provoca situações infelizes e que a colónia enfrenta dificuldades, mas quem não as enfrenta nos dias que correm? Se o meu honorável amigo for a Cantão ou a Hong Kong verá que as populações estão a sofrer muito mais. Por comparação, poderíamos até descrever Macau como um verdadeiro paraíso, se me permite a expressão.”

“Um paraíso, diz o meu amigo?”

“Ah, sem dúvida nenhuma.”

Com um movimento brusco, o governador levantou-se e foi até à porta. Abriu-a e chamou o seu ajudante de campo, que se encontrava num gabinete contíguo.

“Ó capitão Tavares, mande o *chauffeur* preparar a viatura se faz favor”, ordenou. “Eu e o senhor cônsul temos de sair.”

“Qual o destino, senhor governador?”

A pergunta era normal, uma vez que envolvia preparativos e questões relacionadas com a segurança. Artur voltou-se para trás e encarou Fukui com uma expressão de desafio.

“Vamos dar uma voltinha pela cidade.”

Foi logo quando viraram para a Avenida Almeida Ribeiro, a seguir ao Hotel Riviera e ainda antes de chegarem ao Leal Senado, que deram com os primeiros corpos estendidos no passeio. Obedecendo à ordem do governador, o *chauffeur* imobilizou o automóvel diante do edifício

dos Correios e os dois passageiros apearam-se, acompanhados pelo sempre vigilante capitão Tavares, e encaminharam-se para junto de dois chineses deitados no chão de barriga para baixo, os membros ossudos em posições pouco naturais e os olhos inchados vidrados num ponto indefinido.

“Verifique-lhes a pulsação”, sugeriu Artur. “Verá em que estado se encontram.”

O cônsul japonês abeirou-se dos cules e estudou-lhes os semblantes, embora tendo o cuidado de não lhes tocar.

“Estão mortos.”

“De fome”, apressou-se o português a acrescentar. “Morreram de fome, meu caro amigo.”

“Não terá sido antes de frio?”, questionou-se o japonês, ajeitando o casaco para se proteger do frio húmido que vinha da Sibéria. “Esta gente está mal agasalhada e passa a noite ao relento...”

“Não nego que o frio possa ser a causa imediata”, concedeu o governador. “Mas como não comem há semanas estas pessoas não têm qualquer resistência às baixas temperaturas e às doenças. A mínima coisa mata-os. Podemos enganar-nos a nós próprios e dizer que os refugiados estão a morrer de frio ou de doenças, mas a verdade é que não têm resistência porque andam famintos. No fundo morrem de fome, mesmo que as causas imediatas sejam outras.”

Fukui nada disse, mas tornou-se evidente que se sentia chocado com o que acabava de testemunhar, para mais porque os cadáveres se encontravam à vista de todos na principal artéria da cidade. Voltaram ambos para o automóvel e seguiram viagem. O diplomata japonês ia mais atento aos vagabundos nos passeios. Alguns dos que estavam deitados ainda se mexiam, muito fracos, enquanto outros pareciam imóveis.

“Está ali um deitado ao lado da porta do restaurante”, constatou o cônsul, abismado. “Será possível? Morre de fome ao lado da comida!”

“É incrível, não é?”

“*Yare yare!*”, exclamou. “Caramba!” Olhou em redor. “Ninguém

vem recolher estes cadáveres?”

Com um movimento característico do braço esquerdo, Artur consultou o relógio de pulso. Os ponteiros marcavam sete e quarenta e cinco da manhã.

“Estas mortes ocorrem em geral durante a noite e a recolha dos corpos é feita ao nascer do dia. Temos agora uma carrinha dos Correios que às sete e meia começa a fazer a ronda da cidade e daqui a pouco deve passar por aqui para recolher os cadáveres.”

A atenção de Fukui concentrou-se na multidão. Quando meteram pela marginal do Porto Interior, talvez a parte mais marcadamente chinesa da cidade, estudou melhor os cules andrajosos, as camisas em farrapos, os corpos reduzidos a pele e osso, as crianças com ar envelhecido, as barrigas inchadas e os olhos sonolentos e salientes. Alguns vagabundos esgravatavam as caixas de lixo e outros, agachados nas esquinas, catavam parasitas no cabelo e no corpo, incluindo no púbis, e metiam-nos à boca como alimentos. Mais adiante viram um refugiado agachado de cócoras a defecar em pleno passeio. O governador espreitou de esguelha o seu convidado.

“Isto é o caos.”

O automóvel abandonou o Porto Interior e começou a subir a encosta. Meteu por ruelas estreitas e desembocou numa rotunda, que Fukui reconheceu como estando situada perto das ruínas de São Paulo. Nessa altura o carro oficial encostou ao passeio e imobilizou-se junto ao portão de um grande edifício. O capitão Tavares saiu e dirigiu-se ao imóvel.

“Onde estamos?”

“No hospital chinês Kiang Wu”, esclareceu Artur. “O primeiro presidente chinês, Sun Yat-sen, trabalhou aqui. Quando cheguei a Macau, isto funcionava muito mal. Havia sujidade por toda a parte e a taxa de mortalidade era altíssima. Chamei as figuras chinesas de mais elevada estatura moral e disse-lhes que assim não podia ser e que pusessem gente boa à frente do Kiang Wu. Assim fizeram e a verdade é

que agora a qualidade do hospital chinês é igual à do português. A nova gestão é muito competente e dedicada. Juntamente com a Sociedade de Caridade Tung Sin Tong, o Kiang Wu tem sido um parceiro chinês valiosíssimo nesta crise.”

O ajudante de campo aproximou-se na companhia de um chinês de bata branca e os dois ocupantes do automóvel saíram à rua.

“*Chou san!*”, cumprimentou o chinês, dando os bons dias.

O governador apertou a mão do homenzinho e apresentou-o ao acompanhante.

“O doutor Lin, o diretor do hospital.”

O grupo encaminhou-se para os portões e estacou junto ao corpo esquelético e contorcido de uma criança chinesa deitada no passeio, à entrada do hospital. Inclinando-se sobre a criança, os visitantes constataram que, embora de olhos fechados, estava morta.

“Peço desculpa, não tínhamos reparado nela”, disse o doutor Lin. “Alguém deve ter depositado o cadáver aqui há pouco tempo para nos passar a responsabilidade, e a despesa, de a enterrar.”

O diretor do hospital deu um berro em cantonense e apareceu um enfermeiro que foi de imediato ao portão recolher o corpo.

“Quando se trata de crianças, muita gente em Macau pensa logo no Kiang Wu”, observou Artur. “Não é o seu hospital que costuma receber crianças abandonadas?”

“Correto, senhor governador”, confirmou o chinês. “Nós, as freiras canossianas e as freiras de Maryknoll acolhemos os pequenos órfãos e enjeitados.”

“Pois, mas vamos ter de transferir essa responsabilidade para a administração central. De resto, já falei com o presidente do Leal Senado para que se crie o Asilo das Crianças Abandonadas. Temos já em vista para o efeito um prédio no bairro Tamagnini Barbosa. O problema será tirar de lá os ocupantes atuais, mas penso que terá de ser feito.”

O grupo entrou no perímetro do Kiang Wu e, ainda no exterior, deparou-se com vinte cadáveres enfileirados sobre o chão de cimento,

no meio de poças de água lamacenta deixadas por um aguaceiro noturno. Uma nuvem de moscas sobrevoava os corpos já em putrefação, a pele pálida com partes azuladas, a carne a exalar um fedor repugnante.

“Quem é esta gente?”, quis saber Fukui. “São os pacientes que morreram no hospital?”

O doutor Lin abanou negativamente a cabeça.

“Os que morrem no Kiang Wu são logo enterrados”, esclareceu. “Estes já estão a apodrecer. São os corpos dos famintos encontrados nas vielas das redondezas. Trouxemo-los aqui para lhes passar a certidão de óbito e dar-lhes destino. Nos últimos tempos estão a aparecer diariamente no nosso hospital uma ou duas dezenas destes cadáveres.”

O governador fez um gesto a indicar a rua.

“É melhor voltarmos para o carro.”

O diretor do hospital esboçou um esgar de surpresa.

“Vossas excelências não entram? Teríamos muito gosto em oferecer-vos um chá e mostrar-vos as nossas instalações.”

“Fica para outro dia, doutor”, devolveu Artur. “Acho que já vimos aqui o que eu queria que o senhor cônsul visse.” Apertou-lhe a mão. “Tenha um bom dia.”

Voltaram ao automóvel e, logo que se instalaram, o governador inclinou-se para a frente e indicou ao motorista que os levasse ao destino seguinte.

“A Ilha Verde.”

Parecia que se dirigiam para a Porta do Cerco, mas logo após o canídromo o carro virou à esquerda e entrou na Ilha Verde. Tratava-se de uma zona onde originalmente havia uma pequena ilha, situada entre Macau e a Lapa, e que acabara por ficar ligada à colónia portuguesa, primeiro através de uma ponte e depois de um grande aterro, de tal modo que a ilha havia desaparecido e dela só restava o nome.

Estacionaram diante de um edifício com a fachada escurecida pela humidade, como era comum em Macau, e Fukui, que não sabia onde

estava, lançou um olhar inquisitivo ao governador.

“É o Refúgio dos Mendigos”, esclareceu Artur. “São as instalações de uma fábrica abandonada que entregámos à associação chinesa Tong Sin Tong para os refugiados que andam por aí a vagabundear sem lugar onde dormir. A associação recolhe-os na rua e mete-os aqui.”

Logo que cruzaram o portão e passaram por um mar de gente de aspeto imundo tiveram o primeiro choque. Cheirava a fezes e havia dejetos por todo o espaço envolvente, mas o que realmente os abalou foi ver dezenas de cadáveres amontoados sob o alpendre, seminus e, como sempre, esqueléticos. Havia moscas por toda a parte e um odor pestilento enchia o local.

“Se me permitem a sugestão”, disse o capitão Tavares, já experiente naquelas andanças, “seria melhor taparmos a cara.”

O ajudante de campo cobriu a boca e o nariz com um lenço e Fukui e o governador seguiram-lhe o exemplo antes de entrarem no edifício. O fedor no interior revelou-se quase insuportável e tiveram de fazer um esforço para não fugirem dali. Sempre com os lenços na cara, deram uns passos hesitantes pelos corredores do asilo e verificaram que as paredes se encontravam esventradas, sem canos nem lâmpadas ou torneiras.

“Isto são destroços”, observou o cônsul japonês. “Verdadeiras ruínas.”

“Foram os próprios refugiados que deram cabo disto tudo”, esclareceu Artur. “O edifício foi entregue à associação com canalizações e iluminação e tudo a funcionar, mas os próprios mendigos saquearam o que encontraram. Em menos de uma semana o asilo ficou neste estado.”

“Mas... porquê? Porque esventraram eles o sítio onde viviam?”

“Para venderem as peças no mercado, claro.”

Ziguezagueando entre montículos de excrementos e poças de urina, depararam-se com um quarto onde se amontoavam mais cadáveres. O governador contou-os. Somavam dezoito.

“Que horror!”, exclamou Fukui, impressionado com a visão macabra. “Ninguém dá de comer a esta gente?”

“Começámos a distribuir canja de arroz uma ou duas vezes por dia, em função das nossas disponibilidades financeiras e dos donativos que a associação Tong Sin Tong recebe”, esclareceu Artur. “Infelizmente a canja não é muito rica e o bloqueio imposto pelos vossos militares agravou as coisas. Como o arroz escasseia no mercado, o preço disparou e, por mais que nos esforcemos, não conseguimos manter a distribuição da sopa. É um desastre.”

Ouviram um gemido débil e avançaram para o compartimento seguinte do outro lado do corredor. Encontraram aí uma dezena de corpos magríssimos estendidos no chão de uma sala. Os movimentos nos olhos revelavam que ainda estavam com vida, mas as respirações eram pesadas e alguns gemiam sem força.

“Desgraçados”, murmurou o capitão Tavares, impressionado. “Estes não passam desta noite.”

Aperceberam-se de movimento à esquerda e surpreenderam uma chinesa esquelética sentada sobre um cadáver. Devia ser uma rapariga, mas parecia envelhecida e esgravatava com os dedos num montículo de fezes. A certa altura parou e extraiu o que parecia um grão de milho que não fora digerido. Analisou o grão amarelo e meteu-o à boca, mastigando devagar. Agoniado com a visão, o cônsul japonês virou-se e, dobrando-se sobre si mesmo, vomitou para o corredor.

“É... é melhor sairmos daqui”, balbuciou Fukui logo que se restabeleceu. “Não se pode estar neste sítio.”

“Tem razão”, concordou Artur, que também se sentia indisposto. “Vamos embora.”

Voltaram ao exterior, onde o ar, que antes lhes parecera pestilento, se lhes afigurou puro, quase perfumado. O capitão Tavares dirigiu-se ao carro com a ideia de abandonar aquele local de morte, mas o cônsul japonês abanou a cabeça.

“Preciso de apanhar um pouco mais de ar fresco”, disse. “Será possível darmos um pequeno passeio?”

“Com certeza.”

Nenhum dos visitantes ficara indiferente ao que havia testemunhado e

Artur juntou-se ao diplomata num passeio retemperador pelo perímetro do asilo. Como havia centenas de refugiados andrajosos espalhados pelo quintal, alguns a defecar e a maioria com ar sujo, optaram por ir para junto do mar. O Porto Interior começava à esquerda e do outro lado do canal via-se a ilha da Lapa. Abeiraram-se da água lamacenta que chapinhava de mansinho sobre a margem húmida e aperceberam-se de que algumas pessoas se encontravam uns metros adiante. Espreitaram nessa direção e, no meio de um enxame de moscas, depararam-se com um punhado de refugiados com a água pelos joelhos, inclinados diante da boca de um grande tubo de onde jorravam golfadas sucessivas de um líquido pastoso, amarelado e malcheiroso.

“O que estão eles a fazer?”, perguntou Fukui, intrigado com a cena. “Não me diga que... que...”

Ficaram ambos boquiabertos quando compreenderam o que aquele tubo era e o que faziam os refugiados.

“São os esgotos!”

Os chineses, de tronco nu com as costelas e os ossos salientes, pegavam nas massas fecais despejadas pelo tubo de esgoto e desfaziam-nas devagar com as mãos, numa busca meticulosa pelos restos de comida intacta. Apanhavam alguns grãos de arroz, milho ou feijão que engoliam logo. Com o rosto transfigurado de estupefação, Artur apercebeu-se de que um deles encontrara uma espinha de peixe e a roía com os dentes.

“Ah, não!”, gemeu o cônsul japonês, virando-se de costas. “Isto é de mais! Não é possível uma coisa destas!”

Os dois homens afastaram-se de imediato e dirigiram-se em passo lesto ao automóvel, onde os esperavam o *chauffeur* e o capitão Tavares. O carro arrancou e abandonou a Ilha Verde como se fugisse do inferno.

Como sempre, e apesar dos incidentes diários que ali ocorriam, o motorista escolheu a marginal do Porto Interior para regressar ao palácio. As sampanas, os juncos e os barcos de pesca estavam todos recolhidos no cais, amarrados uns aos outros, sem se atreverem a sair

ao mar, como faziam em alturas de tufão, embora o motivo pelo qual se mantinham no porto nada tivesse a ver com os grandes ventos que sopravam no verão, mas com a canhoneira chinesa que se encontrava do outro lado do canal, junto à Lapa, ao serviço dos japoneses. Quem quisesse entrar ou sair do porto seria interceptado pela canhoneira, e se os portugueses intervissem para ajudar os pescadores chineses teriam a seguir de enfrentar os militares japoneses.

Artur deixou o carro percorrer a marginal, mas a meio do porto inclinou-se para a frente e deu um toque no vidro que separava os passageiros do banco dianteiro, onde se encontravam o motorista e o ajudante de campo.

“Pare aqui!”, ordenou, apontando para a berma. “Quero mostrar ali uma coisa ao senhor cônsul.”

Por esta altura já o capitão Tavares percebera o que o governador tinha em mente e, apesar de não gostar de parar naquela parte da cidade, dessa feita nem abriu a boca. Em vez disso, saltou para a rua e, já de pistola em punho de modo a dissuadir qualquer malfeitor de tentar o que quer que fosse, abriu a porta traseira da viatura para deixar o chefe do governo e o diplomata saírem.

“Quer mostrar-me a canhoneira chinesa que os nossos militares estão a usar?”, hesitou Fukui. “Receio já conhecer bem esta situação.”

Puxando-o pelo braço, Artur arrastou o cônsul japonês até junto de uma camioneta com o logótipo dos CTT pintado nas portas e que se encontrava na berma do cais, sobre o mar. Um grupo de homens com máscaras sobre a cara descarregava o que pareciam ser sacos, atirando-os para um barco que se encontrava atracado um metro mais abaixo.

“O que lhe quero mostrar, meu caro amigo, é isto.”

Quando se aproximou da camioneta, o diplomata percebeu que os homens de máscara não lançavam sacos da carga do veículo dos Correios para a embarcação, mas gente. Pegavam em corpos que mais pareciam esqueletos cobertos de pele, segurando-os pelas pernas e pelos braços, e jogavam-nos pelo ar em direção ao mar. Fukui espreitou pela borda do cais e viu os corpos caírem na carga de um batelão com sons

ocos, os cadáveres de pessoas que em vida nunca se tinham visto a abraçarem-se em poses bizarras e contorcendo-se em posições impossíveis.

“O que estão eles a fazer?”

“Lembra-se de lhe ter dito que uma camioneta dos Correios começou a fazer pela manhã a ronda da cidade para recolher corpos?”, perguntou o governador. “Este é o destino que lhes é dado. Como não temos terrenos aqui na cidade para os enterrar, metemo-los no batelão e enviamo-los para a ilha da Taipa, onde são sepultados em valas comuns.”

O japonês manteve o olhar fixo nos cadáveres que se iam amontoando na carga do batelão. Embora a maior parte fossem adultos, pelo menos uns trinta por cento seriam crianças. A cena constituía uma forte reminiscência da massa de cadáveres que Fukui tinha visto aos treze anos na baixa de Tóquio, na sequência do grande terramoto de 1923. A diferença é que o que se passava em Macau era uma catástrofe de origem humana e provocada pelos seus próprios compatriotas.

“Quantos corpos estão eles a recolher?”

A atenção de Artur estava igualmente presa aos cadáveres do batelão, e desviou-se para os que se encontravam ainda na carga da camioneta dos Correios. Os carregadores pegaram em mais um corpo, este de uma mulher, e atiraram-no pelo ar para a embarcação lá em baixo como se não passasse de um saco de arroz.

“Mais de uma centena por dia.”

XIX

O sorriso do senhor Ah Kuok, proprietário do Hotel Central e presidente da Sociedade de Jogos e Entretenimento de Macau, não servia apenas para extravasar a alegria que sentia naquele momento tão importante para a sua empresa e para os seus bolsos. Na verdade, o senhor Ah Kuok queria também que o diretor dos Serviços de Economia e Finanças visse os seus resplandecentes dentes de ouro. Quem enchia assim de ouro a sua boca, sabia-se por toda a China de ciência certa, só podia ter os bolsos cheios. O senhor Ah Kuok fazia pois questão de que todos soubessem que era ele um dos homens mais ricos de Macau.

“Falta pouquinho, doutor”, disse o magnata chinês com entusiasmo, espreitando o relógio de parede e esfregando as mãos de satisfação. “É já daqui a dez minutos, não é?”

Sentado de perna cruzada atrás da sua secretária, Jorge Lobo pousou os olhos sobre o envelope branco que o milionário ali depositara.

“O importante não é a hora, senhor Ah Kuok. O importante é o valor da sua oferta.”

“Verá que é generosa”, assegurou o magnata num português de tal modo carregado com um sotaque chinês caricatural que ia transformando os *r* em *l*. Na verdade dizia *velá que é uma ofelta genelosa*. “*Ayah*, muito generosa mesmo.”

“Melhor que os dois milhões de dólares de Hong Kong que o senhor pagou pela última concessão dos jogos?”

O chinês pareceu ficar aflito com a pergunta.

“Bem... não tenho liberdade para divulgar o valor antes de fechar o concurso, excelência.”

Ou seja, percebeu Lobo, a proposta não excedia os dois milhões de dólares de Hong Kong. Pior, provavelmente era até menos do que isso. Não se tratava de uma boa notícia.

“Oiça, seria bom que a vossa sociedade fosse desta vez muito generosa. Sabe, o dinheiro da concessão será todo encaminhado para o apoio aos refugiados e decerto o senhor não desconhece os tempos difíceis que estamos a viver, pois não? Uma boa oferta da Sociedade de Jogos e Entretenimento de Macau em troca da concessão dos jogos poderia salvar muita gente, como deve calcular.”

“Sim, doutor”, disse, ainda a esfregar as mãos. “A oferta é muito generosa, esteja descansado.”

O governante manteve os olhos perscrutadores cravados no magnata; era mais uma vez como se tivesse regressado aos seus velhos tempos de inspetor da Judiciária e estivesse a dissecar um suspeito com o olhar, procurando mostrar-lhe que a ele ninguém o enganava.

“De certeza que não está a tirar partido de a sua sociedade ser a única empresa a concorrer este ano à concessão de jogos do próximo triénio?”

O senhor Ah Kuok levantou as mãos repletas de anéis de diamantes e de outras pedras preciosas e sacudiu veementemente a cabeça, a inocência personificada.

“*Ayah!*”, exclamou, quase escandalizado com a sugestão. “Isso não, doutor! A nossa oferta é a melhor possível! Não tenha a menor dúvida a esse respeito. A melhor possível!”

Lobo acariciou o envelope pousado sobre a sua secretária.

“E de certeza que o senhor não tem nada a ver com o facto de mais ninguém ter concorrido a esta concessão?”

“Com certeza que não! Por quem nos toma, doutor? Por *gangsters* americanos? Acha que sou o Al Capone de Macau?” Soltou um riso forçado. “Como podíamos nós adivinhar que seríamos os únicos a concorrer à concessão, doutor? Impossível saber tal coisa, doutor! Impossível!”

“Não acha estranho que, havendo tanto dinheiro em jogo, a sua sociedade seja a única a concorrer?”

“Estranhíssimo!”, concordou o milionário, esboçando um esgar de admiração exagerada. “Estranhíssimo! É para mim uma enorme surpresa! *Wah!* Quem diria? Só nós é que somos concorrentes? É... é estranho! Se o senhor não me dissesse, não acreditaria!”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças não insistiu. O facto de a concessão do jogo em Macau só ter atraído um concorrente parecia-lhe por de mais suspeito e não havia desmentidos que o convencessem do contrário. Decerto os militares japoneses haviam metido o dedo no assunto. Provavelmente tinham entrado em segredo no capital da Sociedade de Jogos e Entretenimento de Macau e, à custa de ameaças e até de umas estaladas criteriosamente distribuídas, haviam logrado afastar toda a concorrência potencial. Mais ninguém se atrevera a candidatar-se à concessão do jogo em Macau, deixando a sociedade liderada pelo senhor Ah Kuok a sós na corrida. Nessas condições, raciocinou Lobo, o valor contido no envelope teria forçosamente de ser uma ninharia. Quem se candidatava sozinho, e sobretudo sabendo que estava sozinho, decerto não fora ao limite.

“Então como vão os seus negócios?”, perguntou o anfitrião, mudando inesperadamente o ângulo da conversa. “O Hotel Central está bem?”

“Muito bem, muito bem! Abrimos agora um cabeleireiro para satisfazer a clientela, excelência. É um filipino que conseguiu escapar de Hong Kong e que trabalhava no Hotel Península. Apesar dos seus trejeitos de menina, é um génio com a tesoura. Se o doutor quiser um corte moderno, ele estará à sua disposição. Não pagará nada, é oferta da casa.”

“Agradeço-lhe, senhor Ah Kuok, mas não preciso. O meu barbeiro faz bem o seu papel.” Afinou a voz. “Sabe, há uma pessoa que eu muito considero e que está a trabalhar no seu hotel...”

“Ai sim?”, admirou-se o milionário chinês. “Quem é?”

“Trata-se da menina Nadezhda Skuratov.”

Ah Kuok fez um esforço de memória, tentando identificar o nome.

“Confesso que... que não estou a ver quem...”

“É uma rapariga russa.”

Os olhos pequenos do chinês incendiaram-se.

“*Ayah!*”, exclamou, abrindo-se num grande sorriso. “O senhor doutor gosta das nossas *taxi-girl* russas?”

“Está a entender-me mal”, corrigiu-o Lobo, já arrependido por ter levantado a questão. “Refiro-me a uma russa em particular. Chama-se Nadezhda Skuratov, uma loira que veio de Xangai, não sei se está a ver.”

“*Miss Nadja? Ayah!* Sim, ela é muito apreciada pela clientela.” Baixou a voz em confidência. “Quererá porventura vossa excelência que a mande a sua casa para o servir? É oferta da casa, não paga nada.”

“Não, não. Nada disso.”

O proprietário do Hotel Central pareceu aliviado.

“Ah, ainda bem!”, suspirou. “Sabe, *miss Nadja* tem uma personalidade difícil. Não faz tudo o que queremos e, para ser sincero, nem sei se a conseguiria convencer a servi-lo. Ela é muito admirada pela clientela, não há dúvida, mas o problema é que não vai com qualquer homem. Já tivemos muitos problemas por causa disso.” Bufou. “*Ayah!* Que feitiço! Nem lhe conto!”

“Ainda bem!”, exclamou Lobo, deixando talvez transparecer em demasia o seu interesse na rapariga. “De qualquer maneira, era só para dizer que tenho muito apreço por ela. Trate-a bem, ouviu?”

“Sim, sim. Vou tratá-la muito bem, doutor. Fique descansado. Uma amiga de sua excelência é uma rainha nas minhas mãos.” Levantou os olhos de novo para o relógio. “Está quase na hora, não está?”

O anfitrião espreitou também o relógio.

“Falta um minuto, senhor Ah Kuok”, confirmou Lobo. “Um minutinho apenas.”

Nesse instante abriu-se a porta do gabinete e a secretária do diretor dos Serviços de Economia e Finanças espreitou pela porta e, sorrindo, acenou com um sobrescrito branco.

“Acabou de chegar uma nova proposta, doutor!”

“A sério?”, espantou-se o governante. “Então dê-me lá isso, dona Graciete. Chegou mesmo a tempo porque está na hora de se abrirem os envelopes, não é verdade? Mais um minutinho e seria tarde de mais...”

A secretária entregou-lhe o sobrescrito e o governante pousou-o ao lado do envelope com a oferta da Sociedade de Jogos e Entretenimento de Macau. O semblante do senhor Ah Kuok, no entanto, alterou-se radicalmente. A satisfação e a impaciência deram lugar a uma súbita palidez. O chinês dava a sensação de estar chocado ou até incrédulo com o inesperado volte-face tão em cima da hora. Como era possível uma coisa daquelas?, parecia perguntar a si próprio. A transpiração desceu-lhe abundante da fronte lívida e, de olhos esbugalhados e respiração acelerada, fixou a atenção no sobrescrito acabado de chegar, piscando os olhos como se quisesse certificar-se de que via bem.

“Uma... uma nova proposta?”, titubeou quando recuperou a fala. “O... o doutor vai aceitá-la?”

“Com certeza, senhor Ah Kuok!”, anuiu Lobo com um ar muito satisfeito. “Isto é um concurso, não é? Já dizem os portugueses, até ao lavar dos cestos é vindima. A nova proposta chegou a tempo, como teve oportunidade de constatar, e pode ser melhor do que a sua, quem sabe? Quem esperou pelo último minuto para apresentar uma proposta decerto fez uma aposta vencedora, não acha? Provavelmente a pessoa que apresentou esta oferta de última hora vai ficar com o exclusivo do jogo nos próximos três anos. Pergunto-me quem será o feliz contemplado.”

“Uh... quer dizer...”

“Para todos os efeitos, quem ficará a ganhar serão os refugiados.” Sorriu com ar irónico para o atarantado visitante. “Estou certo de que isso o enche de júbilo...”

O magnata chinês engoliu em seco.

“Eu... quer dizer...” Esboçou um esgar de pânico. “Será... será que o senhor doutor faria a gentileza de me conceder cinco minutos mais para que a minha sociedade possa rever a sua proposta?”

Lobo apontou para o relógio de parede.

“Mas, senhor Ah Kuok, o prazo está esgotado!”

“São só cinco minutos, doutor!”, implorou o milionário, já a transpirar abundantemente e a juntar as palmas das mãos como se rezasse. “Por favor, são apenas cinco minutinhos!”

Dir-se-ia que o senhor Ah Kuok estava prestes a deixar-se cair de joelhos, pronto a rastejar se necessário fosse, para conseguir o tempo adicional de que precisava; no fim de contas era o rei do jogo e tornava-se evidente, pelo menos para ele, que estava à beira de perder a concessão, tão modesta seria a sua própria proposta.

“Isso dar-lhe-ia a si uma vantagem injusta sobre a sua concorrência”, sentenciou o português, abanando a cabeça. “Não pode ser.”

Para espanto do governante, o senhor Ah Kuok caiu mesmo de joelhos diante dele.

“Por favor! Por favor!”

Depois de olhar em volta, como se quisesse assegurar-se de que ninguém os via, Lobo respirou fundo e, com ar de quem corria um enorme risco, estreitou as pálpebras.

“Nada disto é regulamentar, mas...” Deixou a frase no ar, aparentando que entreabria a porta, embora com grande relutância. “Oiça, é por ser o senhor, e só por isso, que admito abrir uma exceção.” Levantou o indicador. “Porém, tenho uma condição.”

Quase a chorar de alegria, o homem mantinha as palmas das mãos coladas uma à outra.

“O que quiser, doutor! O que quiser!”

“No caso de a sua oferta vir a revelar-se a melhor e o senhor ganhar a concessão, quero que tome boa nota dos gastos dos oficiais japoneses nos seus casinos. Entregar-me-á os valores que eles perderem para que eu depois lhes devolva na forma de taxa para aquisição de alimentos.”

O rosto do dono dos casinos contraiu-se numa expressão de perplexidade.

“O doutor vai devolver-lhes o dinheiro? Mas... mas porquê?”

“Porque precisamos de os manter contentes e viciados no jogo. Queremos que tenham sempre dinheiro, para que possam voltar e

continuar a jogar. Enquanto se divertirem nos nossos casinos não andarão a pensar em invadir-nos. O que eles gastarem a jogar terá, de uma forma ou de outra, de voltar aos bolsos deles. Compreendeu?”

“*Wah!* Isso custar-me-á uma fortuna!”

“Fique descansado, não precisa de fazer isso com todos os oficiais. Só os de topo, ouviu? Os coronéis e os generais. Os outros jogarão por sua conta e risco, evidentemente.”

“Só os coronéis e os generais?”

“Só esses. Se o senhor não aceitar, lamento mas não será autorizado a reformular a sua proposta pelo contrato de concessão do jogo em Macau.” Fixou os olhos no dono dos casinos. “Então? Está de acordo?”

O senhor Ah Kuok fez as contas de cabeça; vendo bem, não havia tantos coronéis e generais japoneses como isso, o que queria dizer que o prejuízo não seria muito grande. Além do mais, o governante tinha razão; era boa política manter os altos oficiais contentes. A irritação dos militares podia ser contraproducente. Se os japoneses invadissem Macau, seria um desastre para os casinos.

“Está bem, pode contar comigo, doutor.”

“Se assim é, dou-lhe a oportunidade de reformular a sua proposta.” Mostrou-lhe todos os dedos da mão direita. “São apenas cinco minutos, e nem mais um segundo, percebeu? Depois o concurso fecha e não voltarão a ser aceites propostas novas.”

Com profusos agradecimentos, o magnata pôs-se de pé, pegou no seu envelope e retirou-se do gabinete a recuar de costas e a desfazer-se em vénias, como se Lobo fosse o próprio imperador. Quando a porta se fechou e ficou sozinho, o governante recostou-se no seu assento e aguardou de braços cruzados, perguntando a si mesmo se o homem levaria realmente cinco minutos a regressar.

Na verdade apenas precisou de dois porque instantes mais tarde o ainda concessionário dos jogos regressou ao gabinete e, de mão trémula, pousou sobre a secretária do diretor dos Serviços de Economia e Finanças o envelope branco com a nova oferta da Sociedade de Jogos e

Entretenimento de Macau.

“Aqui está, doutor e excelência”, sussurrou, a voz quase sumida. “Muito obrigado pela sua compreensão. Fico-lhe eternamente grato. Nem sei como exprimir o meu agradecimento.”

Em vez de abrir o envelope que acabava de receber do ainda concessionário dos jogos, Lobo pegou no outro sobrescrito, aquele que a secretária lhe tinha trazido mesmo em cima da hora, e rasgou-o pela borda. Perante o olhar expectante do rei do jogo de Macau, retirou o papel do interior e voltou-o na direção do milionário chinês para o deixar ver em primeira mão a oferta concorrente.

“Senhor Ah Kuok, parabéns!”, anunciou com um sorriso malicioso. “Parece que ganhou!”

De boca entreaberta e olhos arregalados numa expressão de absoluta estupefação, o senhor Ah Kuok esquadrinhou o papel em busca do valor nele inscrito pelo concorrente desconhecido, mas por mais que se esforçasse não o lobrigou.

O papel vinha em branco.

XX

Foi já quando passavam pela Avenida Almeida Ribeiro diante do Leal Senado, de regresso ao Palácio da Praia Grande, que o cônsul Fukui pôs fim ao seu mutismo pensativo. Sentado ao lado do governador, o diplomata japonês reajustou a sua posição no assento e olhou para o anfitrião, a decisão enfim tomada.

“Meu honorável amigo, temos realmente de encontrar uma maneira de dar a volta a esta terrível situação”, começou por dizer. “Mas não será fácil, Artur-*san*. A irritação dos nossos militares com o governo de Macau é muito grande e não tenho modo de os controlar.”

“Se não tem mão neles, não pode ao menos pedir ajuda a Tóquio?”

“O que pensa o meu honorável amigo que tenho feito desde que cá cheguei? Estou em contacto permanente com o meu governo, sublinhando a importância de os nossos militares terem um comportamento digno e humano que prestigie o Japão. Mas está tudo a ser muito difícil e aconselho-o a ter a maior prudência e preparar-se para o pior, se é que me faço entender.”

Esta recomendação continha tantas insinuações que fez Artur estreitar as pálpebras.

“O que quer dizer com isso?”, questionou, apalpando o terreno. “Acha que pode haver uma atitude mais agressiva com Macau?”

“Pode ser.”

“Isso quer dizer o quê?”, inquiriu, quase a sentir que tateava no escuro e que, por mais que avançasse, não encontrava um limite. “Não

está decerto a referir-se a uma invasão como a de Hong Kong, pois não?”

Esperava que o japonês desmentisse prontamente essa possibilidade, mas a resposta foi rápida e não veio nesse sentido.

“Pode ser.”

Esta última afirmação teve o efeito de um murro no estômago e fez o governador suspender por momentos a respiração. A ponderação que tempos antes Fukui lhe tinha dito estar a ser feita pelos japoneses fora pelos vistos concluída e não era favorável à colónia portuguesa. Subitamente pálido e com um suor frio a percorrer-lhe o corpo, esforçou-se por recuperar do impacto do golpe e reordenar os pensamentos.

“Estou a ver”, murmurou por fim. “O seu governo tem agora desígnios sobre Macau e prepara-se para lançar uma operação militar destinada a...”

“Compreendeu-me mal, meu honorável amigo”, apressou-se Fukui a interromper. “O meu governo em Tóquio não tem desígnios sobre Macau, Artur-san, isso posso assegurar-lhe. Tal como desde o início, as nossas intenções para com os portugueses são as melhores possíveis. Repito-lhe que nós, os japoneses, não esquecemos a nossa história nem o papel que Portugal nela desempenhou. Desde que o país mantenha a neutralidade, Tóquio não levantará problemas.”

A observação fez Artur remexer-se no assento, o olhar a transbordar de perplexidade.

“Espere aí”, disse, levantando a mão. “Afinal há ou não o perigo de uma invasão japonesa de Macau?”

“Já lhe disse que há, e aviso-o de que é uma possibilidade que está neste momento a ser seriamente equacionada, mas...”

“Oiça, isto não faz sentido nenhum!”, protestou o governador. “Então e essa conversa de que o Japão não nos levantará problemas? Se as intenções do seu governo são as melhores possíveis em relação aos portugueses, como se explica que admita invadir Macau? Que eu saiba existem melhores maneiras de expressar boas intenções para com os

outros do que provocar uma guerra e invadir um território...”

O cônsul fez um estalido com a língua, impaciente por não estar a ser compreendido.

“Quem quer invadir Macau não é o meu governo”, explicou em voz baixa, quase como se partilhasse um segredo. “É o Exército Imperial.”

O português sacudiu a cabeça, ainda mais confuso.

“Perdão? Que eu saiba o Exército Imperial responde ao governo, não é verdade?”

“Formalmente”, retorquiu Fukui em tom críptico. “Mas na prática receio que não seja bem assim.”

“O que quer dizer com isso?”

“Que no Japão os militares são um estado dentro do estado. Isto é uma subtilidade que o Ocidente ainda não percebeu e que ajuda a explicar toda esta embrulhada em que estamos metidos. As decisões fundamentais que nos trouxeram para a guerra não foram tomadas pelos nossos sucessivos governos, mas pelos nossos militares. Consegue perceber isso? Na verdade os governos nunca quiseram esta confusão que se instalou na Ásia. Foi o Exército Imperial que tomou as decisões cruciais.”

O esgar de Artur exprimia uma estupefação sem limites.

“Como é possível uma coisa dessas? Como pode um país atacar outro sem que o governo do atacante o deseje? Isso não faz o menor sentido!”

O cônsul fez com as mãos um gesto vago no ar.

“No entanto, é o que se passa com o Japão nesta guerra”, insistiu. “Lembra-se do incidente de Mukden, em 1931, que levou à invasão, ocupação e anexação da Manchúria?”

“Está a referir-se àquele episódio em que rebentaram com uma linha de caminho de ferro e depois culparam os chineses?”

“Esse mesmo. Acontece que todo o incidente foi provocado e orquestrado por um bando de oficiais ultranacionalistas fanáticos que pertenciam ao Exército de Kwantung, a pequena força militar que tínhamos na Manchúria por acordo legítimo com a China. Quando o incidente ocorreu e o Exército de Kwantung desatou a ocupar cidades

na Manchúria e a invadir toda a região, o governo não sabia de nada. Os nossos governantes em Tóquio tiveram uma surpresa desagradável no momento em que tomaram conhecimento do que se estava a passar. Como as vitórias se sucediam e o entusiasmo no país crescia, no entanto, o governo de então ficou sem margem para desautorizar os militares. Como poderia fazê-lo se somávamos vitórias atrás de vitórias? E não precisava o Japão de terras onde tivesse acesso a matérias-primas e para onde a sua população excedentária pudesse ir? Mesmo que os nossos governantes quisessem anular aquele avanço, e havia quem quisesse, não o poderiam fazer, sob ameaça de morte. Os militares ultranacionalistas mais jovens, verdadeiros fanáticos de ideologias xinto, socialista e nacionalista, adotaram a prática de assassinar todos os políticos e chefes militares que mostrassem o menor sinal de querer evitar a guerra revolucionária que iria libertar o que designavam o proletariado asiático do capitalismo ocidental e do imperialismo russo que se esconde por detrás do Comintern soviético. Chegaram a executar um primeiro-ministro e vários ministros. Foi assim que acabámos por anexar a Manchúria.”

“Isso é... é incrível!”

“A verdadeira história por detrás da descida do Japão ao inferno da guerra é esta”, sublinhou Fukui. “Já o incidente da Ponte Marco Polo, que em 1937 conduziu à invasão do resto da China, também não foi desejado nem planeado pelo nosso governo. Ocorreram umas escaramuças menores nessa ponte entre as tropas nacionalistas chinesas e o Exército Imperial japonês e quando tudo parecia resolvido houve mais incidentes, provavelmente criados pelos comunistas chineses para provocar uma guerra entre os japoneses e o Kuomintang. Um bando de oficiais japoneses caiu na armadilha e decidiu dar uma lição aos chineses, tendo enganado o governo ao dizer que se tratava de uma pequena operação punitiva que duraria no máximo três meses. O governo de Tóquio foi totalmente ludibriado. A partir daí, como sabe, foi o caos. O presidente chinês, Chiang Kai-shek, decidiu passar ao contra-ataque e lançou operações contra o setor japonês de Xangai.

Quando demos por ela, a guerra já se tinha generalizado e toda a situação entrou em roda livre. Tivemos de tomar os bairros chineses de Xangai e, num esforço para estrangular o Kuomintang, avançámos para a capital da China, Nanquim, e depois para outras cidades chinesas. O problema é que os chineses começaram a usar a Indochina francesa para se abastecerem militarmente, o que nos obrigou a invadir a Indochina de modo a cortar o mal pela raiz.”

“Olhe que não foi só por isso. A Indochina, segundo creio saber, possui importantes matérias-primas...”

“Admito. De qualquer modo, as coisas em vez de por fim se acalmarem só se agravaram ainda mais. Em retaliação pela invasão da Indochina, os Aliados decretaram-nos sanções pesadíssimas, interditando-nos o acesso ao petróleo que movimenta as nossas forças armadas e aos metais imprescindíveis à nossa indústria. A ameaça de paralisia do Japão tornou-se assim muito real. O mais sensato seria recuar, mas os ultranacionalistas socialistas nem queriam ouvir falar numa cedência aos capitalistas e o país optou por uma louca fuga em frente. Foi assim que atacámos a esquadra americana em Pearl Harbor. A ideia era neutralizar os americanos de modo que eles não pudessem acudir aos holandeses quando avançássemos para os campos petrolíferos das Índias Orientais holandesas. Resolvemos assim o problema imediato do acesso às fontes de energia, mas criámos um problema ainda maior. Foi como se, para apagar cada novo incêndio, lançássemos sobre as chamas gasolina em vez de água.” Fez um gesto de impotência com as mãos. “E tudo isto porquê? Porque o nosso governo não tem modo de controlar os militares idealistas e o seu projeto de socialismo nacionalista pan-asiático.”

O automóvel chegou ao Palácio da Praia Grande e o capitão Tavares, como sempre o primeiro a apear-se, abriu-lhes a porta.

“E que tal se tomássemos um aperitivo?”, convidou Artur quando saíram para o exterior. “Tenho ali um porto que é uma maravilha.”

“Muito bem”, assentiu o japonês. “Até porque temos de encontrar uma solução para este imbróglio.”

Os azulejos tradicionais portugueses da sala azul rodeavam os sofás em que os dois homens se instalaram. O governador mandou que fosse servida a garrafa de *Graham's* que só era oferecida a convidados especiais, no que foi prontamente obedecido. Quando o capitão Tavares e os empregados abandonaram por fim a sala, os dois amigos tocaram os cálices um no outro e provaram o néctar do Douro.

“Ah, uma maravilha!”, exclamou Fukui depois de bebericar um trago, contemplando o líquido escuro que dançava no seu cálice. “Isto é um tesouro dos deuses.”

“Vejo que mantém os gostos que tinha em Berlim”, sorriu Artur. Cruzou a perna, pondo-se confortável, e afinou a garganta. “Onde íamos nós na nossa conversa?”

“Explicava-lhe eu, Artur-san, que o meu governo não tem mão nos militares e que foi por isso que mergulhámos na guerra.”

“Ah, sim.” Esboçou uma expressão pensativa. “O que o senhor me está a dizer, se bem o entendo, é que Macau se encontra inteiramente à mercê do coronel Sawa e dos seus capangas.”

“É isso, receio bem. O meu governo não tem a menor intenção de ocupar Macau, mas nada nos garante que os nossos militares não cometam uma loucura e, como tantas vezes fizeram no passado, não criem uma situação de facto consumado, está a ver? Perante o comportamento do Exército Imperial, as garantias que eu e o meu governo lhe possamos dar de nada valem, receio bem. O facto é que tenho sinais de que, desde os últimos incidentes, o coronel Sawa anda a discutir a possibilidade de entrar por aqui dentro. É por isso que lhe dou um conselho de amigo: faça com que os militares não vejam vantagem em invadir Macau. Se conseguir isso, consegue tudo.”

“O que querem eles de nós exatamente?”

“Querem fazer dinheiro, por exemplo. O soldo do Exército Imperial é miserável e eles precisam de ir buscar fontes suplementares de rendimento a qualquer sítio. Esta história do bloqueio alimentar agora imposto a Macau não tem apenas causas militares ou políticas, mas também económicas. Eles pretendem dominar o comércio da colónia de

modo a lucrarem com ele. Meta-os no negócio e as coisas acalmarão. Se não os pode derrotar, compre-os.”

“Na verdade o doutor Lobo já lançou uma iniciativa para dar dinheiro aos vossos oficiais, usando para isso os gastos que eles próprios fazem nos nossos casinos.”

“É uma excelente ideia, mas alargue-a ao comércio, Artur-san. Faça-os ganhar dinheiro com a entrada de alimentos em Macau. Isso ajudará imenso, vai ver.”

“E chegará para resolver os problemas?”

“Bem... há sempre ponderações militares a fazer. Esta exigência das dragas, por exemplo. O coronel Sawa precisa das vossas dragas para uma base de submarinos que os nossos militares estão a construir na ilha chinesa de Hainan. Se o coronel não arranjar as dragas, o Alto Comando Imperial do Mar da China poderá substituí-lo na chefia local do Kempeitai, o que ele quer a todo o custo evitar. Começou por bloquear Macau, mas poderá invadir a colónia se não conseguir o que quer. Vocês têm de dar atenção a isso. Além do mais, estes incidentes todos com os nossos militares, como o tiroteio com o rebocador e o atentado em Zhuhai contra o coronel Sawa, estão a acicatá-los ainda mais.”

Dessa vez foi Artur a mirar o líquido escuro que lhe restava no cálice. Via o vinho, mas meditava em tudo o que escutava.

“Esse coronel Sawa”, quis saber, “é um ultranacionalista socialista?”

“Nacionalista sincero, socialista de ocasião. Conheço-o desde a minha infância e posso garantir-lhe que se trata de um sujeito desagradável. É um fanático xinto, tradicionalista e com um grau de mestre Zen. Tem pretensões a samurai, como pode ver.” Arqueou as sobrancelhas para sublinhar o que ia dizer a seguir. “Mas não é imune aos prazeres da vida, se é que me faço entender...”

“Está a referir-se ao dinheiro?”

“E não só.”

“Às concubinas?”

“As concubinas permitem-lhe aliar a faceta tradicionalista ao prazer.

Mas há outros prazeres que ele apreciava.”

“Por exemplo?”

“Olhe, o coronel Sawa é um amante das bebidas espirituosas.” Levantou o cálice ao nível da cara. “Isso é algo que os senhores podem usar a vosso favor. Conhecendo-o como conheço, suspeito que conseguiriam arrancar-lhe muita coisa à custa deste vosso maravilhoso vinho do Porto. Parece que já lho deram a provar e o homem gostou. Ainda no outro dia me perguntou onde se poderia desencantar uma garrafita destas.”

O governador fixou por momentos os olhos no cálice do interlocutor, como se o líquido escuro contivesse o germen da solução. Uma ideia iluminou-lhe então os olhos.

“E se eu organizasse uma receção?”

“O que quer dizer com isso?”

“Abria as portas do palacete que me serve de residência, o Palácio de Santa Sancha, e oferecia uma receção aos nossos amigos japoneses. Convidava-o a si e ao coronel Sawa e até montávamos uma sessão de degustação de vinho do Porto. O que acha?”

Fukui ponderou a sugestão e foi a parte relativa à degustação que aparentemente o convenceu.

“Parece-me uma excelente ideia, Artur-san.”

“O melhor seria que todos viessem com as suas mulheres. Isso amenizaria o ambiente, não lhe parece?”

O japonês hesitou.

“Sim, talvez.” Voltou a hesitar. “O problema é que a minha mulher não está cá, como sabe, e...”

“Mas o coronel Sawa tem duas”, apressou-se Artur a lembrar. “Podia perfeitamente emprestar-lhe uma delas.”

“Não são mulheres dele, são concubinas.”

“O que interessa isso? Ele que as traga! Uma será a acompanhante dele e a outra a sua acompanhante. Estou certo de que a si o coronel não recusará uma coisa dessas. E as pobres raparigas poderão assim sair da casa onde estão enfiadas há não sei quanto tempo e conviver um

pouco. Decerto o meu amigo, a pretexto de precisar de uma acompanhante para as suas funções de representação de sua majestade imperial, o conseguirá convencer.”

“Sabe, as minhas relações pessoais com o coronel Sawa não são as melhores...”

“Mas têm relações institucionais, não é verdade? Se for para benefício do Japão, ele não lhe empresta uma das suas concubinas?”

O cônsul não respondeu diretamente à pergunta.

“E o meu honorável amigo?”

“Eu? Eu sou o anfitrião, não há problema.”

“Se é para organizar uma recepção com as mulheres, o senhor terá também de arranjar uma, tenha paciência”, argumentou Fukui. “Ou todos trazem acompanhantes ou ninguém traz.

“O senhor empresta-me a concubina do coronel.”

O cônsul soergueu uma sobrancelha.

“Qual delas?”

A pergunta levava Artur para o ponto onde queria ser levado desde que tivera a ideia da recepção. Colou o cálice aos lábios e de uma assentada engoliu todo o vinho do Porto que lhe restava. Quando voltou a encarar o japonês tinha os olhos a brilhar, talvez por efeito do álcool, quem sabe se por causa da ideia atrevida que lhe bailava no espírito.

“A dos olhos azuis.”

XXI

O aparecimento de Jorge Lobo na Caixa Escolar quase provocou um tumulto entre os refugiados portugueses de Hong Kong, muitos dos quais largaram o que faziam e acorreram a cumprimentá-lo. Todos o conheciam da operação que os retirara da colónia britânica.

“Então, doutor?”, dizia um. “Como vai isso?”

“Por onde tem andado o doutor?”, perguntava outro. “Quer almoçar connosco?”

Cercado e à beira de ser engolido pela multidão, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças forçou um sorriso.

“Vim só fazer uma visitinha”, disse, acabrunhado com toda a atenção que lhe era dedicada e quase arrependido por ter ali aparecido; a última coisa que desejava era dar nas vistas, sobretudo considerando os motivos da sua presença. “Estão todos bem por aqui?”

A pergunta foi feita por cortesia, mas suscitou um coro desordenado de respostas.

“Uma maravilha, doutor! Uma maravilha!”

“Isto é um paraíso comparado com Hong Kong, doutor!”

“O problema é a comida, doutor. Não acha que nestes últimos tempos se está a exagerar no racionamento?”

“Hoje são só duas malgas de arroz para uma família inteira, doutor. Assim não é possível.”

Vendo que não tinha maneira de se desfazer rapidamente da multidão que o rodeava, Lobo encheu-se de paciência e conversou com os

refugiados durante quinze minutos, explicando-lhes que havia dificuldades em obter abastecimentos alimentares, devido aos obstáculos levantados pelos japoneses no lado chinês da fronteira, e garantindo-lhes que o governo estava a trabalhar numa solução. Seguiu-se um coro de invetivas contra “os cabrões dos japoneses” e ameaças de darem “uns valentes sopapos nesses camelos” quando os vissem entrar no Grande Hotel ou no Hotel Central, mas depressa os ânimos acalmaram.

Devido à insistência dos refugiados, Lobo viu-se forçado a dar uma volta pela Caixa Escolar e ver as condições de alojamento das famílias. Havia por toda a parte crianças a brincar e roupa pendurada a secar, enquanto no pátio o visitante se deparou com as marmitas ao lume e um aroma a arroz a encher o ar. Algumas mulheres jogavam *mahjong*, decerto a prepararem-se para o torneio que a União Nacional organizava esse fim de semana, enquanto outras faziam bordados para o Clube da Florinha, que estava a organizar um bazar de caridade, e outras ainda ensinavam o hino nacional às crianças, pois estas apenas conheciam o *God Save the King*, que haviam aprendido em Hong Kong. Todas suspenderam o que estavam a fazer para o irem ver.

Passado o entusiasmo e a curiosidade iniciais, todavia, muitos dos residentes foram regressando às suas atividades e o visitante, que pelo final da visita já era acompanhado apenas por um punhado de pessoas, viu a oportunidade de se escapulir.

“Agradeço a gentileza do vosso acolhimento”, disse em jeito de despedida. “Já agora, e antes de me ir embora, será que me poderiam indicar onde vivem os Assumpção, se faz favor?”

“Ali no segundo andar, doutor. Quer que vá chamar o Augusto?”

“Não, não. Eu vou lá.”

“Nós vamos consigo, doutor.”

“Não, não. Trata-se de um assunto privado.”

Libertando-se enfim dos refugiados, o governante escalou as escadas até ao segundo andar e foi perguntando pelos Assumpção até dar com o compartimento que procurava. A porta estava aberta para deixar entrar

ar fresco e viu uma mulher de avental com uma esfregona nas mãos a fazer a limpeza; era a mãe de Carminho. A senhora apercebeu-se da presença de um vulto à porta e parou a lida da casa.

“Posso ajudá-lo?”

“Bom dia, dona Assumpção. Ando à procura da Carminho. Ela está?”

Apesar da sombra que no corredor se abatia sobre as feições do visitante, a senhora reconheceu-o.

“Doutor Lobo!”, exclamou, largando imediatamente a esfregona e apressando-se a tirar o avental. “Ah, o senhor doutor não avisou que vinha cá. Que vergonha, isto está uma confusão!”

“Não se preocupe, por favor. Vim apenas ver se estava tudo bem e se podia dar uma palavra à Carminho.”

“Ela foi ao Colégio de Santa Rosa de Lima dar aulas de Inglês, mas deve estar a chegar. O meu marido também não se encontra aqui. O Augusto foi aos Correios e só deve voltar daqui a pouco.” Esboçou um gesto convidativo. “Quer entrar e tomar qualquer coisa enquanto espera? Não temos vinho, receio bem, mas posso fazer um capilé que é uma delícia.”

“Não se preocupe, dona Assumpção. Estou só de passagem.” Fez com a mão um gesto de despedida. “Tenha um bom dia, dona Assumpção. Enderece, por favor, os meus melhores cumprimentos ao senhor seu marido.”

Antes que a mulher insistisse que ele entrasse e tomasse o capilé, decerto reservado para ocasiões especiais, Lobo abalou dali e desceu ao rés do chão. Despediu-se apressadamente dos refugiados e, antes que voltassem a interpelá-lo, abandonou o perímetro residencial que havia sido entregue aos portugueses de Hong Kong.

Os estudantes chineses jogavam basquetebol no pequeno retângulo de cimento da Caixa Escolar, enquanto os portugueses corriam de um lado para o outro de *sticks* na mão no grande campo de hóquei, de um lado a excelente equipa do Clube de Hóquei de Macau e do outro os refugiados em representação de Hong Kong. A formação de Macau

conquistara enorme reputação na Ásia pela sua qualidade, tendo feito antes da guerra digressões triunfais em Xangai, Singapura e Hong Kong, pelo que estava naturalmente a vencer.

Consciente de que Carminho ainda ia levar algum tempo a aparecer, e interessado no jogo, Lobo juntou-se à pequena multidão que assistia ao *match*.

“Ena, doutor!”, interpelou-o um refugiado de Hong Kong que o reconheceu entre os espectadores. “Já viu quem é o capitão da nossa equipa?”

O governante procurou o homem da braçadeira na formação de Hong Kong e, para sua surpresa, percebeu que o capitão da equipa era o próprio cônsul britânico.

“O cônsul Reeves?”, admirou-se. “Ele joga hóquei?”

“Não é muito jeitoso, mas dá umas tacadas”, disse o refugiado. “O mais engraçado é o nome da nossa equipa, não sei se reparou. Somos os Valentes.” Piscou o olho, em busca de cumplicidade. “Percebe a piada, doutor? Os Valentes...”

Lobo devolveu-lhe um olhar opaco.

“Não.”

“Então olhe para o emblema da equipa.”

Cosido às camisolas da equipa de Hong Kong estava um V tão grande que arrancou do diretor dos Serviços de Economia e Finanças um sorriso. O V de Valentes parecia-se estranhamente com o V de Vitória que a BBC andava a espalhar pelos quatro cantos do planeta. Ou seja, percebeu, o cônsul arranjava maneira de pôr o V de Vitória dos Aliados nas camisolas da sua equipa sem que pudesse ser acusado de estar a fazer política.

“Um sacripanta, este cônsul!”

Vários grupos de raparigas apareceram na Caixa Escolar com os uniformes do Colégio de Santa Rosa de Lima. Percebendo que as aulas tinham terminado, Lobo redobrou de atenção. Acabou por ver Carminho uns minutos mais tarde, caminhando pelo passeio à conversa

com outra rapariga. As duas passaram diante do Liceu Infante D. Henrique e o governante, cruzando a Rua do Campo, intercetou-lhes o caminho.

“Olá, Carminho!”

O olhar da rapariga iluminou-se.

“Jorge! Por aqui?”

“Já vi que o seu pé está melhor...”

Como que a confirmar a observação, Carminho ergueu no ar o pé que torcera durante a festa no Teatro D. Pedro V.

“Oh, não me dói nada, vou e venho para o colégio sem qualquer problema.” Pestanejou de forma insinuante. “Sabe o que lhe digo? Estou pronta para outro bailarico!”

A sugestão era pouco subtil.

“Calha bem porque ando agora com um problema que talvez me possa ajudar a resolver”, disse ele. “O senhor governador vai organizar uma receção na sua residência oficial e todos os convidados são obrigados a levar acompanhante. Gostaria de saber se a Carminho está disponível para... enfim, para...”

“Isso é um convite?”

“Bem... sim.”

A rapariga soltou uma gargalhada e recomeçou a andar, atravessando a rua na companhia da amiga e encaminhando-se para a Caixa Escolar.

“Vou pensar nisso.”

Não era a resposta que Lobo esperava.

“É que preciso de uma decisão rápida”, argumentou, quase a implorar. “Sabe, a receção é já este domingo e tenho de comunicar ao palácio o nome da minha acompanhante.”

Carminho parou no outro lado da rua.

“Porque quer o Jorge que eu vá?”, atirou. “Apenas porque precisa de uma acompanhante?”

O governante coçou a nuca.

“Sim... não...”, balbuciou, com dificuldade em formular o pedido de outra maneira. “Estou a convidá-la porque... enfim, porque,

conhecendo o seu apreço pelas festas, pensei que teria prazer em vir...”

A rapariga acenou e deu meia volta, recomeçando a caminhar.

“Adeus.”

“... e também porque gosto muito da sua companhia.”

Lobo ficou plantado no passeio, de ombros descaídos a vê-la afastar-se. Carminho e a amiga abeiravam-se do campo de hóquei, mas, quando parecia que estavam já longe de mais, a rapariga virou-se uma última vez para trás e lançou-lhe um sorriso de quem gostara enfim da resposta.

“Venha buscar-me no domingo.”

XXII

A orquestra filipina de Pinky Peneda, contratada ao Hotel Riviera por especial recomendação de quem já a vira atuar, tocava no jardim do Palácio de Santa Sancha um *swing* suave ao qual nenhum dos homens, na verdade, prestava a menor atenção. O inverno estava a acabar e o rigoroso frio siberiano que descera pela Ásia até ao mar da China já se desvanecera, substituído pelo tempo ameno mais característico da primavera. Os empregados circulavam de farda branca e luvas a segurar bandejas com acepipes, sumos, capilés e vinhos que os convivas iam provando e debicando no meio de risadas discretas e conversas tranquilas, com a magnífica baía a espraiar-se em baixo.

“Então é aqui que o senhor governador vive?”, disse o coronel Sawa enquanto contemplava o palacete cor-de-rosa em estilo português, a bandeira das quinas a esvoaçar no topo. “Pois parece-me muito bem instalado.”

“É um belo palácio, sem dúvida. Sabe que ainda há uns tempos foi utilizado como hospital infantil e como museu? Só há coisa de dois anos voltou a ser a residência oficial do governador.”

“Um hospital de verdadeiro luxo”, observou o japonês. “Acho que no dia em que conquistar Macau virei aqui instalar-me.”

A vontade de Artur ao ouvir esta evidente provocação foi pôr o militar japonês imediatamente na rua, a exemplo do que fizera semanas antes com o seu adjunto. Como se atrevia o homenzinho a afrontá-lo daquela maneira? Mas o português sabia que se encontrava numa

posição de extrema vulnerabilidade e que qualquer manifestação impetuosa de orgulho teria consequências desastrosas para a colônia que governava.

“Os senhores invadirão Macau quando muito bem entenderem”, retorquiu, evitando apimentar as palavras com a acidez que lhe mordida a língua. “Mas quando isso acontecer, senhor coronel, irei plantar-me na Porta do Cerco e serei a primeira pessoa que terão de matar.”

A resposta gelou os presentes. Arremessando um fugaz olhar reprovador ao chefe do Kempeitai, Fukui viu-se forçado a intervir.

“Queira desculpar o coronel, senhor governador”, disse o diplomata. “O sentido de humor dos nossos militares pode ser mal interpretado por quem não está familiarizado com ele. O Japão é uma nação amiga e o governo imperial não tem, como é evidente, a menor intenção de desrespeitar a neutralidade e a soberania portuguesa.”

“O senhor coronel é um homem com excelente sentido de humor”, devolveu o governador, intimamente agradecido ao seu amigo japonês por ter puxado as rédeas para travar o militar. “Conheço perfeitamente as boas intenções do governo japonês em relação a Portugal e a Macau.”

Mas o coronel Sawa, ainda de olhos postos no Palácio de Santa Sancha, tinha mais coisas para dizer.

“Tenho estado a pensar que o seu palacete é muito melhor do que a casa que o senhor me disponibilizou.”

“Ah, não se queixe, coronel”, devolveu Artur em tom leve, determinado a contornar a nova provocação. “Quem o ouvir até vai pensar que o senhor vive numa barraca.”

“Uma barraca, não direi. Mas não se compara com isto.”

O governador esboçou um gesto a indicar as duas chinesas elegantemente vestidas e maquilhadas, quase como se fossem princesas Ming, que se encontravam sentadas diante da orquestra filipina a escutar o *swing*.

“Não se queixe, coronel. Olhe que o recheio da sua casa é bem melhor do que o da minha...”

A observação derreteu o semblante agressivo do chefe do Kempeitai.

“Só uma delas está por minha conta, receio bem.” Virou-se para o cônsul. “Aqui o cônsul Satake ficou-me com a outra chinesinha.”

“Só por esta noite, coronel”, sorriu o diplomata, satisfeito por ver a conversa derivar para terrenos menos pantanosos. “Só por esta noite. Olhe que eu cá não quero confusões com a minha mulher, ouviu? Se lhe chega a Quioto a notícia de que vim a uma receção na residência do governador de Macau com uma concubina chinesa como acompanhante, posso garantir-lhe que está o caldo entornado.”

“Não vejo porquê”, admirou-se Sawa com um trejeito de desdém. “Desde quando é que as mulheres podem pôr em causa as tradições da nossa pátria sagrada? O concubinato é uma instituição legítima do país, faz parte do *kokutai*, a alma do Japão. Diria até que a tradição exige que uma família japonesa tenha concubinas.”

“Sua majestade imperial não tem concubinas e, que eu saiba, isso não pôs em causa o *kokutai*”, lembrou Fukui sibilamente. “Aliás, e se o senhor coronel bem se recorda, após a princesa Nagako lhe ter dado apenas filhas, e foram quatro em sucessão, foi sugerido a sua majestade imperial que arranjasse concubinas que lhe gerassem os filhos varões que a princesa Nagako não parecia capaz de gerar. Pois sua majestade imperial recusou a ideia e, veja só!, acabou por ser premiado com o príncipe Akihito.”

“Sua majestade imperial, sendo uma divindade em carne humana, é um caso à parte”, resmungou o coronel. “De qualquer modo, a tradição das concubinas mantém-se. E não cabe às mulheres criticarem os homens por optarem por ter concubinas. Era o que mais faltava as mulheres porem-se a mandar nos homens! Isso violaria as tradições e o *kokutai* do Japão.”

“A culpa é minha”, atalhou o português, intuindo que a tensão se transferira para os dois japoneses e esforçando-se por manter um ambiente agradável. “Eu é que insisti que os meus convidados viessem acompanhados pelas respetivas mulheres ou concubinas. Se calhar fiz mal...”

“Fez bem”, exclamou o cônsul, percebendo a preocupação do anfitrião em manter Sawa bem-disposto. “As mulheres sempre dão outra alegria a este nosso convívio, não é verdade?” Atirou um esgar conciliatório na direção do chefe do Kempeitai. “Além do mais, e mesmo não aderindo à tradição das concubinas, devo dizer que nada tenho contra a instituição. No fim de contas, não foi o coronel Sawa que teve a amabilidade de me emprestar uma das suas preciosidades para esta recepção?”

Artur fez um gesto para as duas chinesas sentadas diante da orquestra filipina como duas colegas bem comportadas.

“Se não se importar, senhor coronel, daqui a pouco irei mostrar o palácio às suas senhoras. Espero que não se importe.”

O militar ronronou, agradado pelo recuo de Fukui e pela deferência do anfitrião em relação às suas concubinas.

“Com certeza que não me importo, senhor governador. Devo até dizer que elas ficaram entusiasmadíssimas quando souberam que também tinham sido convidadas para este evento.” Curvou-se numa vénia. “Da minha parte, e consciente de que o concubinato não é uma tradição ocidental, devo exprimir o meu profundo apreço pelo facto de o convite se ter estendido a elas.”

Foram as primeiras palavras realmente amigáveis do oficial japonês, algo que não escapou à atenção dos interlocutores. O governador pigarreou, mantendo sempre presente que a recepção não era uma mera confraternização social e ciente de que o homem do Kempeitai apenas aceitara comparecer porque Fukui lhe tinha indicado que poderia haver importantes novidades em relação às pretensões do Exército Imperial.

“Eu é que agradeço tê-las trazido consigo”, disse Artur. “Isso, aliás, deixa-me em dívida com a sua pessoa. Portanto, se tiver algum pedido a fazer-me, eu diria que esta é a altura certa.”

O coronel Sawa trocou um olhar com Fukui, como se lhe perguntasse se chegara o momento de falarem sobre o que realmente interessava. O diplomata fez um suave movimento afirmativo com a cabeça.

“Se fosse a si aproveitava, coronel.”

Quase instintivamente, o oficial japonês endireitou-se e assumiu uma posição formal.

“O que me preocupa neste momento são as duas dragas que os senhores têm aqui Macau”, disse. “Como creio ser do seu conhecimento, senhor governador, existe um enorme interesse da nossa parte em ter acesso a essas embarcações, cuja utilidade me parece duvidosa na sua colônia.”

Artur esboçou um sorriso.

“Não me diga, senhor coronel, que quer trocar as suas duas concubinas pelas minhas duas dragas?”

A observação levou o chefe do Kempeitai a forçar uma gargalhada; não tinha a certeza de apreciar gracejos que envolvessem as suas chinesas, mas via a porta entreabrir-se e havia que agarrar a oportunidade para resolver o problema sem mais delongas.

“Estava a pensar noutro tipo de troca, senhor governador”, ressaltou. “Poderíamos, talvez, alterar as regras burocráticas que nos forçam a proceder a inspeções demoradas a todos os produtos que entram em Macau. Claro que, por razões de segurança, para fazer face aos bandidos chineses e às suas ações de sabotagem, essas inspeções são inevitáveis. Mas talvez possamos ser mais flexíveis quando lidamos com os alimentos, por exemplo. Se formos mais lesto nessas inspeções, estou certo de que os abastecimentos mais depressa entrarão na colônia.”

Quase sem aviso, a conversa tinha entrado no ponto fulcral.

“Deixe-me ver se entendo bem”, retorquiu Artur, falando devagar para que não houvesse equívocos. “Se eu lhe ceder as dragas, os senhores deixam passar os abastecimentos alimentares?”

“Nós sempre deixámos passar esses abastecimentos”, sublinhou o japonês, pesando as palavras para não ser apanhado em falso. “O que lhe posso garantir é que, num gesto de boa vontade da nossa parte para corresponder à sua boa vontade em ceder-nos as dragas, alteraremos as regras de inspeção de forma tal que, no mesmo dia ou no dia seguinte, os alimentos que nos cheguem à fronteira possam entrar em Macau. São

duas excelentes formas de mostrar apreço mútuo, não acha?”

O negócio parecia simples, pensou o anfitrião. O problema, como sempre, estava nos detalhes. Era fundamental que os termos do acordo ficassem de tal modo claros que a questão não pudesse reemergir no futuro.

“Sendo assim, em troca das dragas não haverá nunca mais os problemas de abastecimento a Macau. É isso?”

“Volto a dizer que os dois assuntos não se encontram necessariamente relacionados”, insistiu o japonês, sempre cuidadoso nas palavras. “Estamos apenas a falar em troca de sinais de boa vontade, nada mais.”

Ou seja, percebeu Artur com desânimo, não havia garantias de coisa alguma. Com todas aquelas cautelas na forma como se fraseava o acordo tornava-se claro que os militares japoneses desejavam manter a possibilidade de voltar a bloquear o abastecimento alimentar a Macau, arma que pelos vistos tencionavam usar sempre que lhes conviesse.

O governador lançou um olhar inquisitivo a Fukui e constatou que o diplomata mantinha um semblante impenetrável, evidentemente sem querer meter-se na questão ou talvez sem sequer o poder fazer. Voltou-se de novo para Sawa. O coronel aguardava uma resposta, mas Artur sabia que precisava de ponderar o assunto antes de a dar.

“Meus senhores”, disse, dando um passo para o lado. “Gostaria de vos mostrar o local do planeta onde se concentra mais boa vontade. Sabiam que ele está aqui em Macau?”

O chefe do Kempeitai arqueou as sobrancelhas, na expectativa de vir dali a cedência que tanto esperava.

“Onde, senhor governador?”

Preparando-se para desferir a estocada da tática dilatória que acabara de improvisar, o anfitrião respondeu com um sorriso e pôs-se a caminhar para o *belvedere*, o mirante sudeste, onde tinha sido instalada uma mesa repleta de copos e sobre a qual se destacavam duas garrafas.

“Num copo de vinho do Porto.”

XXIII

Os ponteiros do relógio de pulso marcavam as sete e um quarto. Exasperado, Jorge Lobo exalou um suspiro ruidoso e impaciente e fixou os olhos na varanda do segundo andar da Caixa Escolar, como se acreditasse que assim conseguiria apressar as coisas. Pela enésima vez desde que ali chegara, mudou a perna em que se apoiava.

“O que diabo estará ela a fazer?”, resmungou entre dentes. “Vamos chegar atrasados!”

Ao plantar-se na Caixa Escolar, meia hora antes, tentara ser discreto, mas uma coisa dessas revelara-se mais uma vez impossível, como sempre que se aproximava de um local onde se encontrassem refugiados portugueses de Hong Kong. Nesse meio tempo surgiram mais queixas quanto ao racionamento, uma vez que a distribuição de arroz, já de si diminuta, voltara a ser cortada pela metade. O governante só acalmara a multidão quando dera garantias de que se estava perto de uma solução com os militares japoneses do outro lado da fronteira.

O que não lhes dissera, porque não podia, é que só existia arroz para uma última distribuição, dado que as reservas nos armazéns do estado se haviam esgotado e o mesmo acontecera com o produto das buscas feitas às mercearias privadas e às residências particulares para apreender todos os alimentos ainda existentes na colónia. Se não se fechasse um entendimento com o coronel Sawa nessa noite de domingo, terça-feira já não haveria alimentos para distribuir. A carrinha dos Correios continuava todas as manhãs a recolher mais de uma centena de

cadáveres de famintos chineses, aos quais se juntavam diariamente os corpos de uma dezena de refugiados portugueses, e em breve esse número iria disparar. Macau estava à beira do precipício.

“Vamos?”

O súbito aparecimento de Carminho desfez a torrente de preocupações que nesse instante jorrava pela mente do diretor dos Serviços de Economia e Finanças. A rapariga vinha deslumbrante num vestido negro, um sorriso de luz e o longo cabelo preto a cair sobre os ombros, um toque de *maquillage* a realçar-lhe os olhos levemente amendoados e também os lábios bem desenhados nas feições simétricas do rosto.

“Caramba!”, exclamou Lobo, embasbacado com a visão. “Valeu a pena a espera!”

Centenas de refugiados de Hong Kong espreitavam do pátio, das janelas e da varanda da Caixa Escolar, comentando entre sussurros o que já todos descreviam como “o namorico da Carminho com o doutor”, mas a rapariga parecia indiferente à bisbilhotice.

“Então?”, perguntou ela quando se abeirou do acompanhante, fazendo um gesto para exhibir o vestido. “Estou bem?”

Lobo mantinha ainda o olhar de pasmo.

“Se está bem? Está... está ótima! Maravilhosa!”

Se havia coisa que a rapariga sabia era que acabava de fazer uma aparição que ninguém podia ignorar. De resto, os olhos assombrados dos transeuntes colados nela constituíam prova disso, mas uma coisa era sabê-lo intimamente e outra ouvi-lo do homem a quem pretendia agradar.

“Parece-lhe mesmo?”

“Nunca vi coisa igual!”, assegurou ele. “Dir-se-ia uma estrela das fitas americanas! Onde arranjou esse vestido?”

“A dona Hortense era a modista preferida dos moradores do Peak em Hong Kong. Foi ela que me fez estes trapinhos para a *soirée* no palacete.”

Os olhares indiscretos dos refugiados na Caixa Escolar e dos

transeuntes no passeio estavam a tornar-se incomodativos e Lobo percebeu que tinham de sair dali o mais depressa possível. Da berma do passeio levantou a mão para os cules e com um assobio chamou um riquexó. Logo que o veículo se aproximou, saltaram ambos para o interior.

“*Pang iao*”, disse Lobo em cantonense ao cule. “*Tai ngo hoi ou tok fu*”, indicou. “Para o Palácio de Santa Sancha.” Fez uma pausa. “*Fai ti, fai ti!*”, acrescentou. “E depressa!”

Uma vez informado do destino, o chinês desatou a correr pela rua, puxando o riquexó com uma destreza e força tais que deixaram o governante surpreendido. Se quase não havia comida no mercado, onde iria o cule buscar energias para acelerar daquela maneira, para mais a puxar um veículo? O homenzinho era magro e as veias das pernas desenhavam-se quase como se quisessem saltar da carne, a exemplo de resto do que sucedia com a generalidade dos cules que puxavam os riquexós pela colónia. Lobo presumiu que o chinês recorresse a opiáceos para arranjar forças.

Depressa, contudo, a atenção do governante se desviou para a sua graciosa acompanhante.

“Alguma vez a Carminho foi a Santa Sancha?”

“Está a brincar comigo?”, riu-se ela, dando um saltinho no assento do riquexó. “Estou excitadíssima! Não sabia que se podia entrar assim na casa do senhor governador...”

A ingenuidade da observação fez Lobo rir-se.

“Se se for convidado, claro que pode.”

“Em Hong Kong nada disto era possível”, observou a rapariga. “Os ingleses nem sequer deixavam que os asiáticos, mesmo os da comunidade portuguesa, atravessassem a porta do Hong Kong Club, veja lá! E também não podíamos comprar bilhetes para ir ao Hotel Península participar no St. Andrew’s Ball.” Esboçou uma expressão de despeito. “Puf, como se aquela parvoíce dos bifes fosse grande coisa!”

“Pois aqui em Macau é diferente.”

O olhar de Carminho desviou-se para alguns famintos deitados no

passeio da Rua do Campo.

“E... e vai haver comida?”

“Sim, claro. Foram contratados os serviços de restauração do Grande Hotel, que por servir clientela japonesa arranjou maneira de se abastecer diretamente na China. Ouvei dizer que na receção haverá *dim sum* e até pato à Pequim.”

Ao ouvir os nomes dos pratos, a rapariga arregalou os olhos.

“A sério? Ena, catita!” Exalou um suspiro de alívio. “Estou com uma fome louca, nem imagina!” Mostrou os dedos das mãos. “Está a ver isto? Até já ando a comer as peles junto às unhas, tal é a larica! O racionamento anda a dar cabo de mim, dos meus pais, de toda a gente. Sabe o que foi o meu almoço hoje?” Exibiu dois dedos. “Duas colheres de arroz branco! E já ontem foi a mesma coisa. Acha normal?”

“Pois, isto não está fácil...”

Os olhos negros de Carminho ficaram por momentos presos às costas escanzeladas e transpiradas do cule que corria pela rua a puxar o riquexó. Parecia perdida no corpo do chinês mas era evidente que a sua mente passarinhava noutras bandas.

“Acha que posso levar comida para casa? Isto é, se sobrar alguma coisa, claro...”

A resposta foi dada com uma careta.

“Isso é que já não me parece. Tanto quanto sei, os restos serão entregues à Cruz Vermelha.”

A informação deixou Carminho dececionada.

“Oh, que pena!”

A rapariga voltou a concentrar-se nas ruas. O riquexó já havia passado pela sede do BNU e entrava no troço da Avenida da Praia Grande que conduzia ao palácio. Uma multidão ociosa de refugiados chineses continuava a encher os passeios, os corpos sempre esqueléticos, os olhares vazios e mortiços de quem não comia havia vários dias.

A atenção de Carminho fixou-se de repente num cartaz que anunciava a exibição em breve de *O Grande Ditador* numa das melhores salas de cinema da colónia.

“Olha, o Charlot!”, exclamou, subitamente excitada. Virou-se para o acompanhante e esboçou uma expressão de súplica. “Oh, adorava ir ver! O Charlot é tão engraçado...”

Nova careta de Lobo.

“Não sei se será possível”, retorquiu. “O Charlot pôs-se a gozar com Hitler e os alemães andam a fazer uma pressão danada para impedir a exibição do filme. Dadas as relações que eles têm com os japoneses e o compromisso do nosso governo de não permitir ações de propaganda de nenhum dos lados, em respeito pela neutralidade declarada por Portugal receio que nos vejamos forçados a ceder.”

“Isso quer dizer o quê?”

“Que se calhar a fita não vai passar aqui em Macau.”

Novo esgar dececionado da rapariga.

“Oh...”

“Mas não se preocupe”, apressou-se ele a acrescentar, consciente de que não podia ser o eterno arauto de más notícias. “Para compensar, posso levá-la a ver o *Citizen Kane*. Está em exibição ali no...”

“Oh, isso é um tédio!”, cortou ela com um esgar contrariado. “Uma amiga minha que está no bairro Tamagnini Barbosa disse-me que até adormeceu a meio.”

“Ah, bom.”

Carminho recostou-se no assento, o olhar enfastiado, mas de repente o rosto iluminou-se.

“Sabe o que eu gostava mesmo de ver? O *Dumbo*!”

“Hã?”

“O *Dumbo*! Está anunciado naquele cinema perto do Hospital de São Rafael, não viu?”

O acompanhante fitou-a com incredulidade.

“Quer ver um filme de desenhos animados?”

A rapariga deu saltinhos de entusiasmo no assento do riquexó, animada pela perspetiva de ver a fita de Walt Disney.

“Não era giro?”

A excitação que ela exibia de forma tão natural forçou-o a mostrar-

lhe um sorriso de boa vontade.

“Sim, claro”, balbuciou com a maior convicção que conseguiu imprimir às palavras. “Então está bem, na próxima semana levo-a ao Império para ver o... o *Dumbo*.”

Carminho quase o abraçou.

“Catita!”

“Não se esqueça que hoje temos uma banda do Hotel Riviera a tocar na receção. De certeza que vai gostar!”

Carmino deu um novo salto no assento.

“Uma banda do Riviera?”, exclamou, excitada. “Não me diga que é o... o... o Art Carneiro!”

“Infelizmente não. O Riviera precisa dele para o chá dançante, parece que por ser português atrai muita gente, de modo que só conseguimos o Pinky Peneda. Também não é mau, pois não?”

A rapariga recostou-se e, cruzando os braços, encolheu os ombros com resignação.

“Oh! Preferia mil vezes o Art Carneiro.”

O riquexó virou nessa altura à direita e começou a escalar a encosta para subir até à residência oficial do governador. O cule abrandou consideravelmente o ritmo, pois puxar um riquexó em terreno plano ou numa subida não era a mesma coisa, e assim sendo passaram a progredir a passo.

“*Pang iao!*”, chamou Lobo em cantonês, dirigindo-se ao cule. “Daqui a quanto tempo chegaremos lá?”

Por entre expressões como “capitalistas exploradores da classe trabalhadora” e “burgueses que sugam o sangue do operariado”, o cule respondeu com um chorrilho dos piores insultos e dos palavrões de cariz sexual mais rasteiro existentes no dialeto cantonense; as expressões eram tão desbragadas que deixaram os dois passageiros embaraçados.

“Os cules andam cada vez mais mal-educados”, observou Carminho, empalidecendo. “Agora sempre que andamos de riquexó é isto, já viu? E quanto mais lhes pagamos mais malcriados parecem. Toda a gente se

queixa do mesmo. De há uns tempos para cá, estão a mostrar-se impossíveis.” Bufou e abanou a mão diante da cara como se fosse um espanador. “Puf, um verdadeiro horror!”

“Isto são influências dos comunistas chineses”, observou Lobo. “Agora que o Kuomintang deixou de os perseguir, andam a prometer uma revolução na China para depois da guerra com os japoneses e dizem que os pobres é que subirão ao poder e vão exterminar os burgueses.”

“Uma revolução comunista na China? Deus nos livre!”

Pressionado pelo tempo, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças espreitou o relógio. Os ponteiros marcavam sete e quarenta e cinco, o que significava que já estavam quinze minutos atrasados em relação à hora prevista para o início da receção. E o cule puxava o riquexó pela encosta a ritmo de passeio.

“O governador vai dar cabo de mim...”

XXIV

“Vou dar cabo do Lobo...”

As palavras de Artur foram sussurradas entre dois goles de vinho do Porto e depois de mais uma vez ter espreitado para o alpendre do palacete que dava acesso ao jardim e de onde vinham apenas as risadas e os murmúrios das senhoras portuguesas que jogavam às cartas. O governador tinha a maior urgência em se aconselhar com o responsável pela Economia sobre a proposta de acordo que o coronel Sawa lhe havia apresentado dez minutos antes no jardim, mas o facto é que o subordinado ainda não aparecera e sem o ouvir nada seria feito. Teria de ter paciência.

“Como disse, Artur-*san*?”, quis saber Fukui, também agarrado a um copo de porto. “Perguntou-me alguma coisa?”

“Não, nada”, retorquiu o português. Lançou um olhar a Sawa, que por essa altura já ia no terceiro cálice. “Pelos vistos o seu coronel está a gostar do vinho...”

“Eu tinha-lhe dito, meu honorável amigo, que ele aprecia os néctares portugueses”, anuiu o cônsul. “Conheço-o bem de mais.”

“O que acha da proposta do coronel?”

Fukui fez uma curta pausa antes de responder, como se considerasse o que deveria dizer como amigo que não compromettesse os seus deveres enquanto diplomata.

“Penso que é de agarrar”, acabou por aconselhar. “Os nossos militares estão numa posição de força e não têm vontade nem vocação

para regatear e negociar. Creio que a proposta do coronel é definitiva e não haverá cedências. De resto, a forma como o senhor tratou o adjunto dele, quando foi ao palácio pedir-lhe as dragas, deixou-o indisposto.”

“O adjunto foi incorreto”, argumentou o português. “Além do mais, não veio pedir-me as dragas. Veio exigí-las. Pior ainda, ameaçou usar a força para entrar em Macau e capturá-las. Não podia aceitar um comportamento tão insultuoso, como deve calcular.”

“Fez muito bem, meu honorável amigo. Eu próprio já aconselhei o coronel Sawa a fazer uso de maior tato. Mas o facto de o Artur-san ter feito o que tinha a fazer não impede que os nossos militares, e o coronel em especial, tenham reagido mal. E, bem vê, houve ainda aquele atentado contra a vida dele, que não ajudou nada.”

“Isso foi na China.”

“Sei muito bem. Mas a fotografia que os chineses deixaram, ligando o ataque ao assassinio do antigo presidente da Cruz Vermelha de Macau, convenceram-no de que havia mão portuguesa por detrás do atentado.”

“E não haveria mão japonesa por detrás da morte do antigo presidente da Cruz Vermelha?”

A pergunta tinha ido direita ao alvo e o cônsul, decerto sabendo mais do que admitia, enrubesceu.

“Bem... que seja do meu conhecimento nada se provou.”

Artur teve vontade de responder que, que fosse do seu conhecimento, nada se provara também sobre o envolvimento português no ataque ao coronel Sawa em Zhuhai, mas conteve-se; havia assuntos de tal modo sensíveis que requeriam o maior dos cuidados. De um só gole, engoliu o que restava no seu cálice e, a arder de impaciência, espreitou mais uma vez o alpendre. Dessa feita, e com alívio, viu Lobo aparecer. Vinha acompanhado por uma euro-asiática vistosa e elegantemente vestida, mas isso não lhe interessava. Pousou de imediato o copo na mesa onde se encontravam as garrafas com o vinho do Porto para degustação e esboçou uma curta vénia com a cabeça.

“Se me dão licença, acabou de chegar mais um casal convidado”,

desculpou-se. “Vou fazer as honras da casa.”

Saiu do mirante circular instalado sobre a Avenida da Praia Grande e encaminhou-se em passo lesto para os recém-chegados, que haviam já descido do alpendre para o jardim. Lobo mostrava-se embaraçado com o atraso e Artur reparou que a rapariga que o acompanhava, jovem e bela, parecia intimidada por se encontrar naquele espaço.

“Senhor governador, peço desculpa por...”

“Temos de falar”, cortou o anfitrião, apressado mas não tanto que perdesse a sua educação militar. Pegou na mão da vistosa acompanhante do subordinado e beijou-a. “Minha senhora...”

“É... é a menina Maria do Carmo Assumpção”, apresentou-a Lobo. “Pertence à comunidade portuguesa que chegou de Hong Kong e teve a gentileza de aceitar fazer-me companhia nesta receção.”

“A menina veio de Hong Kong? Pois espero que seja em Macau que se sinta verdadeiramente em casa.”

A atenção que o governador lhe dedicava deixou-a lisonjeada.

“Claro que sim”, assentiu Carminho. “E, por favor, não se zangue com o Jorge por causa do atraso. A culpa foi minha.” Fez um gesto a indicar o vestido negro. “Os acertos finais destes trapos foram mais demorados do que o previsto e... sabe como são as mulheres, não sabe?”

Artur fez um floreado com a mão.

“Se o atraso se deveu a si, está perfeitamente justificado”, retorquiu. “Mas, se não se importa, vou roubar-lhe por momentos o seu Jorge porque temos um assunto urgente a tratar.”

O governador puxou o diretor dos Serviços de Economia e Finanças pelo braço e, a uma distância segura de ouvidos indiscretos, transmitiu-lhe o conteúdo da conversa que tivera com o coronel Sawa no início da receção, chamando em particular a atenção para o pormenor de o japonês se recusar a estabelecer uma relação direta entre a cedência das dragas e a livre passagem dos bens alimentares para Macau. A relação entre os dois atos ficava implícita sob a capa de uma troca de “boas vontades”, explicou Artur, mas não seria explicitada e muito menos

formalizada.

“Parece-me evidente que ele quer manter em reserva a arma do bloqueio alimentar”, opinou Lobo. “Ou seja, depois das dragas virão decerto outras exigências. Se não concordarmos com elas, o bloqueio voltará a ser imposto. E se não resultar os militares japoneses poderão mesmo entrar em Macau, dê o governo de Tóquio as garantias que der. Quem manda no Japão são os militares, não o governo.”

“É essa também a minha opinião”, assentiu o governador. “A questão é saber o que poderemos fazer para, considerando esse contexto, impedir que a ameaça do bloqueio regresse.”

“Não podemos fazer nada, senhor governador. Os militares japoneses têm a faca e o queijo na mão.”

“Eu sei. Mas, se eu lhes disser agora que aceitamos a proposta, sujeitamo-nos a que amanhã mesmo eles nos façam outra exigência e depois outra e outra ainda. Isso parece-me perigoso.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças esfregou o queixo, ponderando o problema, e estreitou as pálpebras no instante em que o gérmen de um plano lhe ocorreu.

“E se... se arranjarmos uma maneira de arrastar o negócio?”

“O que quer dizer com isso?”

Lobo mordeu o lábio inferior, avaliando melhor os contornos do plano.

“Aceitamos, mas não o concretizamos de imediato, está a ver? Isso dar-nos-ia tempo para respirar até à nova exigência. Lá diz o povo, enquanto o pau vai e vem folgam as costas.”

“Parece-me uma boa ideia. Mas como arrastaremos a coisa?”

Perante a pergunta, Lobo esboçou um esgar opaco.

“Pois, esse é que é o problema.”

O olhar de Artur desviou-se para a baía, fixando-se nas velas desfraldadas dos juncos. A tática de atrasar o negócio parecia-lhe de facto promissora, uma vez que adiaria o aparecimento de novas exigências japonesas até a questão das dragas ser resolvida, mas como poderia pô-la em prática? Na altura em que contemplava

distraidamente um dos juncos, que arriava à saída da baía a bandeira portuguesa no mastro, substituindo-a pela japonesa num esforço para evitar que a marinha nipônica o incomodasse, os seus olhos incendiaram-se.

“Já sei!”

Com Lobo no encalço, e passando diante da banda filipina e da sua assistência feminina, o governador sorriu para as duas concubinas chinesas que escutavam a música, fixando sobretudo os olhos azuis de Lian-hua como se lhe assegurasse que não estava esquecida, e regressou ao caminho estreito do jardim que conduzia ao mirante assente sobre a marginal. Na companhia do capitão Tavares e de outros oficiais portugueses em farda de gala, os dois japoneses bebericavam ainda o vinho do Porto enquanto observavam um jogo de ténis que decorria num dos três *courts* do Clube de Ténis Civil, por baixo do mirante e ao lado da Avenida da Praia Grande.

Ao ver o responsável pela Economia aproximar-se com Artur, o cônsul Fukui virou-se e acolheu-o com uma vénia e um sorriso.

“Ah. Lobo-*san*! Veio provar este magnífico porto?”

“Com certeza, senhor cônsul”, disse o recém-chegado, abeirando-se da mesa e devolvendo a vénia. “É bom?”

“Uma maravilha.” Voltou-se para Sawa. “Aqui o coronel acha o mesmo, não é verdade?”

Com um brilho nos olhos a denunciar os efeitos do álcool, o oficial do Kempeitai ergueu o cálice no ar.

“Muito bom, muito bom!”

O governador pegou na garrafa e despejou mais dois dedos de vinho no cálice do oficial.

“Então bebamos mais um bocadinho”, propôs. “Temos de celebrar o nosso acordo, não é verdade?”

O coronel Sawa estava tocado, mas não tão tocado que não percebesse que estas palavras continham uma novidade.

“Temos acordo?”

“Claro, senhor coronel!”, assentiu Artur, enchendo de seguida os

cálices dos restantes convidados e depois o seu. “Nós vamos ceder-vos as dragas e vocês irão agilizar a burocracia que está a travar o abastecimento alimentar a Macau. É esse o acordo, não é?”

“Bem... sim, haverá uma troca de gestos de boa vontade”, disse o chefe do Kempeitai, reformulando os termos do entendimento. “Estamos então assentes quanto a isso?”

“Sem dúvida. Brindamos ao acordo?”

Os quatro tocaram os cálices, selando o entendimento com um concerto de cristal, e engoliram o vinho do Porto de uma só vez.

“*Kempai!*”, entoaram os japoneses.

“Saúde!”, devolveram os portugueses.

Os olhos de Sawa embaciavam-se com os efeitos do álcool e um súbito soluço confirmou que o oficial nipónico já tinha ido para além do razoável. Vendo a mente do adversário devidamente entorpecida, Artur percebeu que chegara o momento adequado para o ludibriar.

“Quando pensa o senhor coronel que os alimentos poderão começar a entrar em Macau?”

Sawa soltou um novo soluço antes de responder.

“Logo que saia daqui vou dar ordens para que a situação seja de imediato desbloqueada”, garantiu. “Amanhã de manhã deverão começar a passar pela fronteira as primeiras carroças com comida.”

“Excelente!”

“E quando poderemos ter as dragas em nosso poder?”, quis saber o japonês, mais interessado na contrapartida. “Já amanhã?”

O governador levantou a mão, como se o quisesse travar.

“Calma, isso não é assim tão simples”, devolveu. “Será preciso resolver primeiro algumas formalidades. Há que encontrar um enquadramento legal adequado e só depois de tudo regularizado poderemos concretizar a operação.”

“Que enquadramento legal?”, admirou-se o militar japonês. “Qual é o problema?”

“Não há problema nenhum, fique descansado”, tranquilizou-o Artur com voz macia. “Estou a falar apenas de pequenas questões

burocráticas que teremos de resolver.”

“Que questões?”

“Enfim, coisinhas menores. Repare que as dragas não pertencem ao governo de Macau e parece-me um pouco complicado estarmos a oferecer o que não é nosso. Primeiro temos de ir falar com os legítimos proprietários, a Nederland Harbour Works, e acertar as coisas para que tudo decorra na mais perfeita legalidade.”

Desconcertado, o coronel Sawa coçou a cabeça.

“Pois, de facto...”

“Mas não se preocupe, senhor coronel, que encontraremos uma solução satisfatória para todas as partes. Iremos convencer os proprietários da draga portuguesa a alugar-vos a embarcação e apenas lhe peço que ofereça um preço justo.”

O chefe do Kempeitai alçou uma sobrancelha.

“O quê? Teremos de pagar?”

“Bem... com certeza”, devolveu Artur com ar de quem expunha uma evidência. “O Japão é um estado de direito, presumo eu. Vocês não tencionam apropriar-se dos bens de outros sem pagar, pois não?”

“Com certeza que não!”, exclamou o coronel Sawa, empertigado perante a sugestão. “Não somos ladrões!”

“Não tenho, creia-me, a menor dúvida em relação às boas práticas do Exército Imperial japonês. Consequentemente, amanhã começaremos a falar com os proprietários e tratar do arrendamento da draga.”

“Quanto tempo vai isso levar?”

“Uns três meses.”

O japonês arregalou os olhos, scandalizado, o corpo de repente tenso e a voz a enrouquecer .

“O quê?”, vociferou. “*Yare yare!* Isso não pode ser!”

Percebendo que tinha ido longe de mais, e sabendo que havia ainda um trunfo mais forte a jogar, o governador ensaiou um recuo tático.

“Também acho”, anuiu, conciliador. “Vou falar eu mesmo com os proprietários e acelerar o processo. Estou certo de que vocês terão a draga nas vossas mãos daqui a... digamos, dois meses.”

O coronel balançou o corpo, quase perdendo o equilíbrio por causa do vinho do Porto, mas conseguiu manter-se de pé.

“Pois... está bem”, aceitou. “E a outra?”

Artur respirou fundo, ganhando balanço para se lançar sobre a questão mais espinhosa.

“A outra é... enfim, um problema.”

“Por ser holandesa?”

“Justamente.”

O oficial do Kempeitai fez um gesto a desvalorizar a questão.

“A Holanda está sob ocupação dos nossos aliados alemães e nós controlamos as Índias Orientais holandesas”, lembrou. “Consequentemente, o que pertence aos holandeses pertence-nos a nós.”

Artur conhecia o argumento, pois já o ouvira ao adjunto de Sawa.

“Eu sei que vocês têm esse entendimento. Acontece que não atuamos dessa maneira nem o direito internacional reconhece tal coisa. Mesmo que a Holanda esteja ocupada, o país ainda existe. Consequentemente, e segundo me informaram os advogados peritos em direito internacional, juridicamente a draga pertence à empresa holandesa Nederland Harbour Works, pelo que não vos podemos entregar o que não é nosso.”

O coronel Sawa cortou o ar com o braço, enervado, derrubando inadvertidamente a garrafa de *Graham's* sobre a relva do mirante, e apontou o dedo trémulo ao anfitrião.

“Oye, que conversa é essa?” rugiu. “Se vocês não nos entregam essa draga, nenhum alimento entrará em Macau!”

“Claro que vos vamos entregar a draga”, devolveu o governador em tom tranquilo, ignorando a exaltação do interlocutor. “O compromisso está assumido e será honrado. Sobre isso não há sombra de dúvida. Vamos entregar a draga holandesa.”

O japonês encarou-o com uma expressão baralhada.

“Então porque está a... a...”

“O governo de Macau é uma entidade de bem e cumprirá

escrupulosamente os seus compromissos, fique descansado. Conforme combinado, a draga holandesa passará para as vossas mãos.”

“Mas como pode o senhor governador garantir isso se acabou justamente de me dizer que não pode entregar-nos o que não é vosso?”

“Vamos comprá-la.”

O rosto do coronel Sawa ficou por momentos paralisado enquanto o cérebro entorpecido se esforçava por raciocinar. Quando ao fim de dois longos segundos percebeu o que acabava de escutar, o rosto abriu-se-lhe num sorriso de satisfação.

“Isso é uma excelente ideia!”

“É, não é?”, devolveu Artur com um sorriso igual. “Ainda esta noite entrarei em contacto com o meu governo em Lisboa para explicar a situação e pedir que dê início imediato a negociações com o governo holandês e com a Nederland Harbour Works no sentido de adquirir a draga. Estou confiante de que a nossa iniciativa terá sucesso e poderemos entregar-vos a embarcação.”

Após uma nova pausa para decifrar estas palavras, o chefe do Kempeitai atirou-lhe um olhar desconfiado.

“Quanto tempo vai demorar isso?”

O governador esforçou-se por parecer perfeitamente tranquilo ao dar a estimativa.

“Seis meses.”

Se fosse minutos antes, Sawa teria tido decerto uma explosão de fúria, mas os efeitos do vinho do Porto, mais o facto de já ter concedido dois meses para a entrega da primeira draga, acabaram por levar a melhor. O japonês esboçou um gesto resignado e agarrou a garrafa caída na relva para voltar a encher o cálice.

“Seja.”

Quase instintivamente, Artur trocou com Lobo um olhar de alívio. Graças ao vinho e à astúcia, haviam acabado de garantir seis meses de abastecimento alimentar a Macau. Não resolviam o problema de fundo, mas ganhavam tempo.

XXV

A segregação informal das mulheres e dos homens era quase uma tradição nos encontros sociais, do convívio habitual no Clube de Ténis ao final de cada dia de trabalho ou aos fins de semana às grandes receções de gala oferecidas ocasionalmente pelo governador no Palácio de Santa Sancha. Enquanto os homens circulavam de copo de *whisky* na mão e no meio de uma densa nuvem de tabaco a discutir os seus importantes assuntos, que iam das novidades relativas à guerra ou ao comportamento provocatório dos militares japoneses nas ruas de Macau às notícias da “cabazada” que o Benfica dera ao Barreirense, elas juntavam-se numa salinha a tagarelar e a bebericar chá enquanto faziam malha ou jogavam à canasta ou ao brídege por entre comentários sobre o escândalo que era as portuguesas de Hong Kong, “essas pindéricas desavergonhadas”, andarem a pavonear-se diante dos homens com vestidos que, cúmulo da indecência, mostravam despudoradamente os joelhos.

Naquela receção dada pelo governador, porém, as próprias senhoras haviam-se separado em dois grupos divididos pela língua e pela cultura. As mulheres dos oficiais portugueses, às quais se juntara Carminho, jogavam ainda às cartas numa mesinha instalada no alpendre que dava acesso ao jardim, mas as duas concubinas chinesas mantinham-se afastadas, ambas sentadas nas cadeiras do relvado a escutar os sucessivos *swings* da banda de Pinky Peneda, quase como duas colegas que tivessem sido postas de castigo.

Ainda no mirante onde se juntavam os dois japoneses e os restantes oficiais portugueses, e agora que tinha superado o problema dos abastecimentos alimentares que tanto atormentava a colônia, Artur não conseguia deixar de atirar sucessivas espreitadelas na direção da figura fascinante de Lian-hua. Como havia já algum tempo não a via, quase se esquecera de quanto ela mexia com ele. Agora que a chinesa ali estava, todavia, a atração voltara, talvez mais poderosa do que antes. Os olhares de ambos já se haviam cruzado três vezes; ao português pareceram poucas, mas as suficientes para confirmar que, apesar do recato que se exigia das mulheres e que a obrigava à discrição, ele de facto não lhe era indiferente.

Tinha de lhe falar. No fim de contas, fora verdadeiramente por isso que convencera os convidados a trazerem as mulheres. Desde o início que pretendia arranjar um pretexto para rever a concubina chinesa dos olhos azuis. Fechado o negócio com o coronel Sawa, teria de lhe dedicar a sua atenção. A questão era saber como chegar a Lian-hua sem despertar suspeitas.

Quando se pôs a conceber um estratagema, todavia, apercebeu-se de que mais um convidado chegara ao palácio. Tratava-se de um euro-asiático idoso de barba longa e branca. Parecia trazer farrapos de algodão pendurados no bigode e no queixo, embora o mais surpreendente nele fossem os olhos; eram de um azul tão brilhante como os de Lian-hua, herança do seu pai flamengo. Vinha vestido com trajes chineses debruados a ouro, segurava um charuto entre os dedos cobertos de anéis e atravessava o jardim apoiado numa bengala e na companhia de um rapaz bem-parecido, também ele euro-asiático.

“*Sir Robert!*”, exclamou Artur, abrindo os braços para acolher o recém-chegado. “Estava a pensar que o senhor já não vinha!”

“Excelência, podia lá faltar à sua receção...”

Depois de abraçar o visitante, Artur voltou-se para Fukui e Lobo e apresentou o novo convidado.

“*Sir Robert Ho Tung*, presumo que conheçam.”

O cônsul japonês e o responsável pela Economia de Macau apertaram

a mão ao recém-chegado.

“Quem não conhece?”, sorriu Fukui, completando o cumprimento com uma vénia. “A sua fama precede-o, honorável *Sir Robert*.”

De facto, quem não o conhecia por toda a Ásia? *Sir Robert* era o homem mais rico de Hong Kong, suspeitava-se mesmo que rivalizava com Rockefeller, Gulbenkian e Carnegie no título de mais rico do mundo, e tinha inclusivamente financiado a campanha do primeiro presidente da China, Sun Yat-tsen, para implantar a república no país. Devidamente alertado pelo cônsul japonês em Hong Kong, chegara a Macau apenas uns dias antes do ataque à colónia britânica. O governador português alimentava a esperança de que o multimilionário, com os seus contactos, experiência e fortuna, viesse a revelar-se útil.

“Espero, *Sir Robert*”, disse o anfitrião, “que esteja a adaptar-se bem à vida na nossa colónia.”

“Tirando as dificuldades naturais que decorrem da infeliz situação que vivemos, e que agora se traduzem nesta dramática carência de alimentos, diria, excelência, que me adaptei esplendidamente. Olhe, pelo menos não existem por estas bandas instituições como o Hong Kong Club ou o Royal Hong Kong Yacht Club, ou o Matilda Hospital, ou o Jardim Botânico, que só aceitam a entrada de brancos puros.”

Os portugueses sorriram.

“Pois, não temos nada disso.”

Sir Robert virou-se de modo a mostrar o jovem que o acompanhava.

“O meu sobrinho-neto Stan Li Ho”, apresentou-o. “É um moço de vinte anos cheio de dinâmica e desejoso de se iniciar nos negócios.” Baixou a voz e inclinou-se sobre o governador, como se partilhasse uma confidência. “Garanto-lhe, excelência, que este rapaz tem o meu talento para os negócios. Sabia que, com a idade dele, me tornei o *chief comprador* da Jardine Matheson?” Retomou o tom normal. “Pergunto-me se vossa excelência não terá alguma coisinha para o moço?”

Artur olhou para Lobo.

“Se o rapaz tem dedo para o negócio, talvez aqui o senhor diretor dos

Serviços de Economia possa ser útil...”

A conversa desviou-se para o sobrinho-neto de *Sir Robert* e para as dificuldades em encontrar oportunidades de negócio num período tão crítico. O governador quis acompanhar a conversa, mas quase instintivamente desviou a atenção para as concubinas chinesas, como fazia a intervalos regulares, e quase ficou de respiração suspensa quando surpreendeu os olhos azuis de Lian-hua presos aos seus.

Não havia dúvidas, tinha de ir ter com ela.

A oportunidade surgiu quinze minutos mais tarde, no momento em que Artur se voltou para Sawa e viu o japonês sentado numa cadeira, um cálice na mão e o olhar já dormente; dir-se-ia pelo ar imbecilizado do coronel que havia sido vencido pela arma secreta dos portugueses, o vinho do Porto.

“Senhor coronel”, disse, mais para benefício dos presentes que do próprio chefe do Kempeitai. “Os meus deveres de anfitrião, para mais tendo em conta a especial hospitalidade que lhe devo por termos alcançado com sucesso um acordo mutuamente vantajoso, compelem-me a levar as suas duas senhoras a dar uma volta para conhecer o Palácio de Santa Sancha. Não quer juntar-se a mim num périplo pelo palacete?”

Percebendo vagamente que fora interpelado, Sawa voltou-se para o anfitrião com uma expressão de incompreensão, os olhos miudinhos a ganharem uma ténue centelha de vida.

“Hã?”

“Pergunto-lhe se deseja acompanhar-me, a mim e às suas duas senhoras, num passeio pelo palacete.”

Com ar aparvalhado, o oficial nipónico ergueu o cálice no ar.

“*Kampai!*”

O governador simulou um sorriso embaraçado.

“Já vi que prefere continuar a deleitar-se com os néctares do vinho”, observou, ainda a falar mais para as testemunhas do que para o coronel. “Por favor, não se incomode, eu farei as honras da casa. Esteja

à sua vontade.” Fez um movimento com a cabeça na direção de Fukui, de Lobo, de *Sir Robert* e do seu sobrinho-neto e ainda dos oficiais portugueses. “Meus senhores, com a vossa licença.”

Uma vez as aparências convenientemente salvaguardadas, Artur largou sobre a mesa o seu cálice e abandonou o mirante, encaminhando-se para as chinesas acomodadas diante da banda filipina.

A primeira a notar a aproximação do anfitrião, ou não estivesse ela discretamente atenta aos movimentos do português, foi Lian-hua. Quando o viu sorrir-lhe, contudo, desviou o olhar assustado para o oficial do Kempeitai, receando que o seu senhor os observasse e entendesse que nem tudo ali era inocente, mas percebeu que o japonês estava fora de combate e, exalando de alívio, descontraíu.

“*Ladies*, com a aprovação do coronel Sawa venho convidar-vos para vos mostrar o palacete”, disse ele em inglês ao abeirar-se das chinesas. Fez com a mão um floreado no ar. “Caso a visita seja do vosso interesse, é claro, queiram fazer o favor de se juntar a mim.”

Percebendo que não haveria problema em acompanhar o português desde que Ching-lan viesse com eles, Lian-hua voltou-se para a Primeira Concubina e traduziu-lhe o convite do anfitrião. Ching-lan deu um salto excitado e abriu-se num grande sorriso, evidentemente desejosa de abandonar o marasmo e o isolamento a que haviam sido votadas pelas senhoras portuguesas e aproveitar para espreitar as entranhas do edifício cor-de-rosa.

“Com muito gosto, senhor governador”, anuiu Lian-hua. “A sua senhora não vem?”

“Não tenho senhora”, disse Artur, sem querer desenvolver o assunto. “Talvez um dia arranje uma”, acrescentou, cravando os olhos na rapariga. “Quem sabe se não haverá por aí uma chinesa encantadora capaz de me arrebatat o coração...”

Percebendo que o piropo lhe era endereçado, Lian-hua corou e baixou o rosto.

“Sim, quem sabe?”

O governador desviou os olhos para a Primeira Concubina.

“Ela entende inglês?”

“Receio bem que não”, devolveu Lian-hua. “Mas o senhor tem de ter cuidado, pois a Primeira Concubina capta os ambientes, os olhares e o tom das palavras.”

“Não se preocupe. Serei mais discreto que uma sombra.”

Entraram no Palácio de Santa Sancha pelo alpendre onde as senhoras portuguesas jogavam às cartas e tomavam a sua tisana. Depois de as cumprimentar e gabar os vestidos ou os penteados de cada uma delas, o anfitrião pediu licença e conduziu as chinesas para o interior do edifício. O mobiliário, os tapetes, os candelabros e os quadros eram europeus. As únicas peças chinesas de decoração que viram foram alguns vasos brancos decorados a azul com imagens de flores e dragões.

“Lembra a casa de alguns dos colegas americanos do meu pai na universidade em Pequim”, notou a chinesa dos olhos azuis. “Só que aqui há muito mais bom gosto, claro.”

“Porque não apareceu no Mercado Vermelho?”

A pergunta de Artur, tão inesperada quanto previsível, foi formulada quase de passagem, como se se tratasse de um simples comentário, embora na verdade o tom tivesse sido escolhido para não despertar a atenção da Primeira Concubina, que, não falando inglês, decerto não seria estúpida e perceberia qualquer mudança emocional na intensidade das palavras.

“Eu... tive medo.”

“Medo?”

“Sim, medo. Se o coronel descobrisse, a vida do meu pai correria imenso perigo. Eu própria não escaparia à fúria. Por isso achei melhor não correr riscos.”

“Quer dizer que está resignada à sua condição de concubina?”

“Estas são as minhas circunstâncias”, conformou-se ela. “Como diz o velho ditado chinês, não podemos fugir ao nosso destino.”

“Pois, mas os chineses dizem igualmente que, tal como os ventos dos céus mudam de repente, também o destino humano sofre mudanças

bruscas. É verdade que há uma parte da vida que não controlamos, mas certas coisas dependem de nós. Ou nos resignamos ao destino, ou o combatemos e mudamos.”

“Mas como posso eu combatê-lo? O que acontecerá se for ter consigo e o coronel vier a descobrir? Ele tem espiões por toda a parte, até entre os chineses, se calhar mesmo entre o pessoal que trabalha no seu palacete. Ainda que o senhor me proteja, terei o direito de pôr a vida do meu pai em risco?” Esboçou um esgar resignado. “Os meus deveres de filha impõem-me o sacrifício.”

Até ali em silêncio, a Primeira Concubina impacientou-se.

“*Ni zai shuo shenme?*”

“Quer saber o que estamos nós a dizer.”

O governador olhou para Ching-lan; tinha-se esquecido dela. A verdade, percebeu, é que se queria falar à vontade com Lian-hua precisava de pôr a Primeira Concubina fora de combate. O problema era encontrar uma maneira de o fazer.

“Diga-lhe que estou a dar uma explicação muito chata sobre os estilos do mobiliário europeu do palacete.”

A Segunda Concubina fez a respetiva tradução e acrescentou até alguns pormenores adicionais que quase arrancaram um bocejo a Ching-lan. A Primeira Concubina fez-lhe uma pergunta em mandarim e trocaram ambas algumas palavras até Lian-hua se voltar para o anfitrião.

“A Ching-lan adora cozinhar e pergunta se haverá aqui no palacete algum livrinho com receitas portuguesas.”

O olhar de Artur ateou-se. Ali estava a oportunidade para se ver livre do pau de cabeleira.

“Claro que sim!”, exclamou, fazendo sinal às duas chinesas de que o seguissem. “Venham daí comigo, está ali a pessoa certa para ajudar a sua amiguinha.”

Atravessaram a sala de estar e a sala de jantar e o governador abriu uma porta lateral, revelando uma divisão coberta por azulejos e onde se encontravam três pessoas de avental a lavar tachos e a preparar

acepipes.

“Senhor governador”, surpreendeu-se uma mulher portuguesa, volumosa e de faces rosadas. “Precisa de alguma coisa?”

Artur indicou a Primeira Concubina.

“Ó dona Alzira, esta menina tem interesse em conhecer receitas portuguesas”, disse. “Será que a pode ensinar a fazer bacalhau à Brás, cozido à portuguesa, arroz-doce e pastéis de nata?”

“Mas, senhor governador, onde vou eu arranjar bacalhau?”

Boa pergunta naqueles tempos de crise.

“Deixe lá o bacalhau. Olhe, ensine-a a fazer arroz de polvo ou feijoada de chocos ou o que quer que seja. Nem sequer precisa de ter os ingredientes, basta a explicação. Mas faça uma coisa pormenorizada, ouviu? Ela que fique aqui uma boa horita a aprender.”

A cozinheira fez um gesto para os acepipes.

“Então e a receção, senhor governador?”

“Deixe lá a receção para o pessoal do Grande Hotel. É para isso que lhes pagamos. A sua missão na próxima hora é ensinar esta menina a confeccionar pratos portugueses, entendeu?”

Dona Alzira não parecia muito satisfeita com a missão, mas ordens eram ordens e não teve outro remédio que não fosse conformar-se. Respirou fundo e, com a mão sapuda e ainda molhada, fez um gesto a Ching-lan para que se aproximasse.

“Anda cá, minha linda.”

A pequena biblioteca no primeiro andar era o local favorito de Artur em todo o palacete, e foi justamente para ali que levou Lian-hua mal se desfez da Primeira Concubina. A chinesa dos olhos azuis parecia hesitar, dividida entre o receio de ser vista sozinha com o português e o estranho anseio de com ele estar, mas o desejo acabou por se impor ao dever e, embora acoçada por mil dúvidas e medos, deixou-se arrastar para o piso residencial do Palácio de Santa Sancha.

“Se calhar é melhor voltarmos lá para baixo”, sugeriu, intimidada. “Se o coronel sabe que estamos aqui a sós, acho que...”

“A esta hora o homem já está mais para lá do que para cá”, tranquilizou-a Artur. “Deve achar que o vinho do Porto é um vinho como outro qualquer, mas vai descobrir o erro.”

“Mesmo que o coronel não me veja, qualquer outra pessoa pode ver-nos e denunciar-nos.”

“Quem? Os oficiais portugueses? Que disparate!”

“Não digo os portugueses, mas... olhe, o cônsul japonês.”

O governador esboçou uma careta carregada de ceticismo.

“Parece-lhe mesmo que o cônsul Fukui nos iria denunciar? Ele dá-se assim tão bem com o coronel?”

Não foi preciso Lian-hua dizê-lo para se perceber que a concubina tinha perfeita consciência das relações tensas entre o diplomata e os militares japoneses, em particular o coronel Sawa.

“Mesmo assim acho que temos de descer”, insistiu, voltando-se para se dirigir para as escadas em mármore branco. “Não me sinto nada confortável por...”

Artur travou-a com a mão e, com um movimento brusco mas não brutal, puxou-a para si.

“Por favor, fique.”

Falou num sussurro encharcado de desejo e viram-se ambos cara a cara, os olhos surpreendidos dela arregalados para os olhos de predador dele, o azul de expectativa colado ao castanho felino, o suave perfume de chinesa a fundir-se com o forte odor português. As respirações primeiro suspensas e depois arfadas, os corações a baterem quase desordenadamente, ela não queria e queria, ele ardia de desejo e tinha já dificuldade em controlar-se. Um instante mais tarde deixou mesmo de ser capaz de o fazer e, como se cedesse à vertigem suicida e tombasse num precipício, caiu-lhe sobre os lábios entreabertos. Ela tentou evitá-lo e escapar-se mas ao sentir-lhe a boca quente e sedosa e sequiosa e deliciosa deixou-se ficar e, com um longo gemido de rendição, entregou-se enfim ao homem que a beijava com tanta paixão e que, com mãos fortes mas trémulas e gestos apressados e impacientes, lhe desfazia já o *chi pao* florido e retirava às cegas a sua própria farda de gala e

espalhava desordenadamente a roupa pelo chão da biblioteca enquanto as mãos exploravam a pele nívea, ardente e palpitante da chinesa, que sem cessar murmurava “não” mas na verdade queria gritar “sim”.

Sim.

XXVI

Uma verdadeira algazarra animava a plateia repleta de chineses do Cinema Império. Faltavam alguns minutos para a sessão começar e a animação na sala era grande, cruzando-se as conversas soltas e as risadas dos espectadores. Algumas crianças e adolescentes juntavam-se em grupos ou saltavam e pulavam das cadeiras ou até corriam pelos corredores; no fim de contas fora para se divertirem em folia despreocupada que tinham vindo à *matinée* de domingo ver as fitas. A comida recomeçara a entrar em Macau, as rações melhoradas, embora continuassem assustadoramente magras, e todos queriam esquecer as dificuldades e refugiar-se na fantasia do cinema.

Instalados num camarote lateral do piso superior, Lobo e Carminho observavam a animação lá em baixo com olhos diferentes, ele de enfado resignado, ela de alegria mal contida.

“Oh, que pena não termos ido para a plateia!”, observou a rapariga num queixume, simulando fazer beicinho. “Parece bem divertido, e nós aqui a vê-los.”

“Olhe que eu acho que não iria gostar...”

“Ora essa! Porquê?”, admirou-se ela. “Isto está tão animado!...”

“Lá isso está”, admitiu o acompanhante. “Mas se fossemos lá para baixo seria conveniente levarmos um guarda-chuva.”

O olhar de Carminho levantou-se para o teto do cinema, à procura de fendas por onde a água pudesse penetrar.

“Porquê? Pinga cá dentro?”

“Pingam escarros.”

“Perdão?”

Lobo apontou para os espectadores que enchiam o balcão do primeiro piso, muitos deles inclinados sobre balaustradas a observarem os que enchiam a plateia.

“Está a ver esta gente cá em cima?”, perguntou. “Diz-se que têm o hábito de, a meio dos filmes, atirar escarros lá para baixo.”

A rapariga reagiu com um esgar de repugnância, as mãos à frente da boca e a cara a contorcer-se numa expressão de náusea.

“Ai que nooojo!”, exclamou. Virou-se para ele e, numa segunda reação, duvidou. “É mesmo verdade?”

“Eu nunca vi, mas dizem que é costume”, precisou ele. “É por isso que, quando venho ao cinema aqui em Macau, compro bilhetes para o balcão ou para os camarotes. Só iria lá para baixo de guarda-chuva.”

Uma voz encheu nesse momento os altifalantes a anunciar em cantonense que o filme ia começar dentro de um minuto. A multidão aplaudiu e a algazarra tornou-se momentaneamente maior, com crianças e adolescentes a correrem em direção aos seus lugares para não perderem nada.

“Tem piada, ele não disse Cinema Império, mas Pak Lou Vui”, reparou Carminho. Olhou em redor. “Não nos teremos enganado no cinema?”

O acompanhante riu-se.

“Estamos no cinema certo”, asseverou. “Não viu os cartazes lá fora a anunciar o *Dumbo*?”

“Mas o *Dumbo* passa no Império e o locutor disse que estamos no cinema Pak Lou Vui...”

“Isso é uma história do arco-da-velha. Sabe, aqui há uns anos este cinema foi estreado como o mais moderno da colónia e os proprietários quiseram chamar-lhe Cinema Broadway. Acontece que o governador da altura não achou piada e não aceitou o nome. Disse que Broadway era uma palavra estrangeira e mais não sei quê. Tiveram de mudar o nome para Império.”

“Pois, mas em chinês chama-se Pak Lou Vui”, insistiu ela. “*Pak lou vui* é, como deve saber, a palavra cantonense para *Broadway*...”

“Essa é que é a graça, não vê? Quando disseram ao governador que em cantonense o cinema seria o Pak Lou Vui, ele pensou que se tratava da palavra chinesa que significa *império* e aprovou-a. Ou seja, em português chama-se patrioticamente Império, mas em cantonense é na mesma Broadway! Os chineses deram-lhe a volta!”

Carminho soltou uma gargalhada; para quem estava familiarizado com as diferenças de mentalidade entre os portugueses e os chineses, o episódio tinha de facto o seu quê de divertido.

“Que tonho, esse governador!”

“Pois é, os chineses arranjam sempre maneira de levar a água ao moinho deles, hem? Os portugueses ficaram todos contentes por se julgarem respeitados e os chineses acabaram a rir-se às escondidas!”

As luzes da sala apagaram-se nesse instante e o projetor encheu o grande ecrã de luz.

“Chiu!”, soprou Carminho, acomodando-se no seu lugar como uma menina bem-comportada. “Catita, vai começar!”

As primeiras imagens, no entanto, não foram de desenhos animados, mas de soldados japoneses a avançarem por praias e selvas de espingarda e baioneta calada, apoiados por tanques, por canhões e por um enxame de aviões. Uma voz solene em cantonense e as legendas em português davam conta de uma sucessão de conquistas e avanços do Exército Imperial nessa primeira metade de 1942 por todo o Pacífico, enquanto as imagens ilustravam as sucessivas quedas das Índias Orientais holandesas e de Bornéu, das ilhas Salomão e de Singapura, os avanços japoneses na Malásia e na Birmânia e a evacuação britânica de Rangum, as rendições americanas em Bataan e Corregidor, com a consequente queda das Filipinas, o ataque japonês à cidade australiana de Darwin, a entrada japonesa em território indiano pela fronteira birmanesa e a vitória naval japonesa sobre a esquadra aliada na batalha do mar de Java.

Apesar da presença das crianças, de resto prontamente silenciadas

pelos adultos que as acompanhavam, a sala seguiu num silêncio taciturno o documentário com as notícias e a evolução do conflito. O mutismo foi contudo quebrado quando a sequência de imagens terminou com uma referência a um embate naval que terminara empatado no mar do Coral, altura em que muitos espectadores se levantaram a aplaudir, quase como se um mero empate pudesse vingar todas as derrotas.

“Já viu isto?”, perguntou Lobo num sussurro. “Os japoneses não são muito populares por aqui...”

“Bem feita!”, exclamou Carminho, que nada tinha esquecido do que vivera em Hong Kong. “Espero que os americanos os façam pagar!”

O nome de Walt Disney encheu de repente o grande ecrã do Cinema Império para excitação da plateia juvenil. Quando o título do filme, *Dumbo*, apareceu a cheio em letras garrafais, toda a sala regressou a um silêncio já não tumular, como acontecera durante a exibição do documentário, mas carregado de expectativa.

Desinteressado da película de animação, Lobo reprimiu um bocejo e perguntou a si mesmo como era possível que andasse a sair com uma rapariga que se entusiasmava com filmes de desenhos animados. A verdade é que já estava em idade de assentar e Carminho, moça bonita e muito cortejada, com educação e de boas famílias, preenchia todos os requisitos para ser sua mulher. Varreu por isso as dúvidas que o assaltaram e resolveu prestar antes atenção aos ruídos feito pelos espectadores empoleirados no balcão do primeiro piso.

Podia ser que dessa feita ouvisse os famosos escarros.

O som de uma fungadela foi o primeiro sinal que Lobo registou de que Carminho não estava bem. Nesse instante, e sempre alheio ao filme que decorria na sala, pensava no reatamento dos abastecimentos alimentares ocorrido no princípio dessa semana e no facto de os bens permanecerem escassos e estarem a chegar a preços in comportáveis, o que fazia que o custo da comida se tivesse tornado astronómico e a fome continuasse a grassar pela colónia.

A fungadela despertou-o dessas preocupações e, na dúvida sobre o seu significado, voltou-se para o vulto sentado ao lado dele e fixou-o com atenção. Ao vê-la passar a mão pelos olhos, como se os secasse, sentiu-se alarmado.

“O que aconteceu?”, perguntou, inquieto. “Está... está a chorar? Passa-se alguma coisa?”

“É.. é o Dumbo.”

Virou-se para o grande ecrã e tentou perceber o que se passava no filme. Dumbo tinha ido ter com a mãe à jaula onde ela se encontrava presa e a mãe tentava nesse instante confortá-lo por ter sido transformado no palhaço do circo onde trabalhavam.

“Está a chorar por causa do filme?”

O vulto balançou a cabeça afirmativamente.

“Ah, é tão triste, não acha?”, perguntou ela, a assoar-se. “Já viu? A mãe foi enjaulada mas mesmo assim está a dar-lhe mimos. Que querida...”

As imagens no ecrã mostravam Dumbo a chorar e, sentado no seu lugar, Lobo abanou a cabeça e revirou os olhos, questionando-se sobre o que estava ali a fazer.

“Oh, não.”

Soltou o murmúrio como um desabafo e, quando se preparava para se levantar e ir dar uma volta com o pretexto de que precisava de ir ao quarto de banho, sentiu Carminho encostar-se a ele.

“Ah, Jorge. Você é tão sensível...”

A rapariga interpretara-o mal, percebeu com assombro. Carminho pensara que a sua interjeição tão espontânea refletia a comoção com o drama que decorria em desenhos animados no moderno ecrã do Cinema Império, não o enfado que o roía por se ver obrigado a desperdiçar ali uma hora do seu precioso tempo a ver um filme para crianças sobre um pequeno elefante com orelhas tão grandes que, coisa perfeitamente risível!, era até capaz de voar.

“Oiça, eu não...”

“Chiu.”

A ideia de se desculpar com a necessidade urgente de ir ao quarto de banho e sair dali para espairecer desvaneceu-se como que por encanto. O corpo de Carminho era quente e sedoso, perfumado com essências florais e sensual em toda a sua fingida inocência, despertando em Lobo um ardor que não experimentava desde que dormira no canil do consulado de Hong Kong ao lado de Nadezhda. Quando se viu colado a Carminho e a sentiu buscar-lhe o abraço de aconchego, esqueceu o filme e o enfado e tudo mais. Foi como se só aquele momento importasse. Pôs-lhe o braço sobre os ombros e puxou-a ainda mais para ele, aproximando a cabeça da cabeça dela.

“Carminho...”

Ela parecia compenetrada no filme, mas no momento em que Lobo chegou a cara aos seus cabelos negros e lisos a rapariga virou-se de repente e recebeu-o com os lábios. Foi um beijo súbito, longo, e quente e sensual. E revelador. Revelou que nessa altura ela estava tudo menos interessada nas aventuras de Dumbo. E mais Carminho revelou quando, depois do primeiro beijo, deslizou a mão marota pela perna dele, lhe abriu a braguilha e introduziu os dedos pela abertura, apalpando a sua força e rigidez de homem enquanto, num bafo de fêmea em cio, exalou um longo suspiro de desejo.

“Leva-me, Jorge”, murmurou. “Leva-me daqui...”

Abandonaram o camarote da sala de cinema agarrados um ao outro, ambos a ferver de lascívia e cegos pela volúpia. Voltaram as costas à cena em que Dumbo e o amigo, o rato Timothy, bebiam água de um alguidar sem saber que uma garrafa de *champagne* havia sido aí despejada, e saíram do Império quase aos tropeções, como se os bêbados fossem eles e não Dumbo e Timothy, por instantes indiferentes aos olhares de reprovação que algumas mães de jovens espectadores lhes atiravam como balas chispantes.

“Parece impossível!”

Quase sem olhar para a rua tal era a atenção que dedicava a Carminho, Lobo chamou um riquexó e deu ao cule o seu endereço.

Fizeram a viagem agarrados um ao outro, tentados a beijar-se com a sofreguidão com que o haviam feito ao abrigo da escuridão do Cinema Império mas sabendo que se tratava de um limite que não podiam cruzar; no fim de contas ele era um governante e ela uma rapariga de bem, ambos respeitadores da moral católica e dos bons costumes, pelo menos em público, e havia certas coisas, como os beijos e certos toques, que só longe dos olhares alheios.

“Espera”, murmurou ele, dominando-se na única vez durante o percurso em que Carminho aproximou os lábios entreabertos. “Daqui a um bocadinho estamos em minha casa...”

Esforçaram-se por isso por dominar os instintos e, numa tentativa de arrefecerem o entusiasmo durante a viagem, viraram os olhos para os passeios e tentaram distrair-se com as filas gigantescas que se formavam por toda a parte de gente com senhas nas mãos para os escassos bens que durante a semana haviam entrado na colónia. Aqui a bicha para o pão, ali para os ovos, acolá para os legumes, tudo a preços inacreditáveis apesar dos esforços para combater a especulação.

O mais penoso era ver a multidão andrajosa e de uma magreza cadavérica que se arrastava lentamente de um lado para o outro ou se encostava às soleiras das portas com olhar mortiço, os famintos indiferentes já às moscas que lhes esvoaçavam em torno dos olhos protuberantes. A visão dos esqueléticos tornara-se tão comum em Macau que já ninguém parecia importar-se. O escândalo de ontem tornara-se a rotina de hoje; todos os dias era aquilo. Os famintos cambaleavam pelas ruas e morriam nos becos e pela manhã a carrinha dos Correios levava os cadáveres para o batelão. Ainda na terça-feira tinham sido novecentos corpos na ronda da manhã, e não parecia haver solução nem fim para todo aquele drama.

Lobo, contudo, era daqueles que não se acostumaram, talvez devido à sua sensibilidade, se calhar por causa da responsabilidade que tinha e da impotência que sentia. Afinal desempenhava funções de governante e, apesar disso, e por mais que tentasse, não descobria maneira de resolver aquele problema. Sabia que em bom rigor o problema não tinha

verdadeira solução, assumia-o aliás sem subterfúgios nas reuniões do governo, mas no íntimo não se conformava. Como iria viver com a sua consciência quando tudo aquilo acabasse mas perdurassem na sua memória as terríveis imagens dos que morriam como insetos pelas ruas de Macau sem que ele, governante e responsável pela Economia, tivesse conseguido arranjar-lhes de comer?

O riquexó entrou na Avenida da Praia Grande e, apesar de todo aquele espetáculo deprimente já ter ficado para trás, as más sensações subsistiram por alguns minutos mais. Trocou um olhar triste com Carminho e descobriu que ela não se sentia afetada como ele. Embora na verdade poucos por esses dias se mostrassem perturbados com a já repetitiva imagem dos famintos, isso deixou-o algo desiludido. Não deveria ela ser um anjo? Mas logo um sorriso da rapariga fez Lobo pensar que talvez ela estivesse certa. Para quê atormentarmo-nos com o que está fora do nosso alcance? Não seria essa tortura mera autoflagelação? Tinha a sensação de que Carminho não deixara que a miséria da guerra lhe manchasse a inocência. Vivia no mundo ingênuo e simples dos que estavam ainda a abandonar a adolescência e acreditavam que a dor em torno deles era natural, fazia parte do cenário, não os tocava. O sofrimento não passava do resultado de situações transitórias, e com eles tudo seria diferente. O futuro estava escrito em linhas radiosas.

De uma estranha forma esse sentimento positivo deu-lhe um certo alento. Talvez fosse apenas a juventude e a inocência dela que o contagiavam, ou se calhar era já o desejo que regressava, aquela volúpia que o cegara no cinema e o entorpecia agora que se aproximavam de casa. O palácio do governo ficara para trás e abeiravam-se da Meia Laranja. O corpo dele voltava a incendiar-se de mil sensações por saber que estava tão próximo do momento em que se soltaria das amarras das convenções a que estava obrigado em lugares públicos mas que deixariam de valer quando finalmente se encontrassem a sós.

O riquexó parou e, com dois ou três palavrões e uma referência a “burgueses com cio”, o cule exigiu-lhes o pagamento de cinco patacas

pela viagem; era muito dinheiro para tão curta viagem e para tantos e tão despropositados palavrões, mas Lobo não se importou e largou as moedas quase como se sacudisse poeira.

“Vamos...”

Deu a mão a Carminho e saltaram do riquexó. Quase correram para o edifício. Já só tinham mãos e olhos e boca e sensações um para o outro na altura em que subiram as escadas. Com os dedos trémulos de expectativa, Lobo introduzia a chave na fechadura do apartamento. Uma vez lá dentro deixou a porta fechar-se nas costas e, enfim sós, a rapariga voltou a desfazer-lhe a ilusão de inocência pois a primeira coisa que fez, ainda em pleno átrio, com sofreguidão e voracidade irrefreada, foi abrir-lhe desajeitadamente os botões das calças, ajoelhar-se e puxar-lhe as calças para baixo e com a boca gulosa fazer-lhe aquilo que ele pensava que uma rapariga daquelas, tão prendada e tão pura e de tão boas famílias, não deveria sequer imaginar nos seus mais secretos sonhos.

XXVII

Foi logo na casamata do portão do Quartel de São Francisco que Artur detetou o primeiro sinal de que algo de anormal se passava. O capitão Tavares abriu a porta traseira do automóvel e o governador apeou-se devagar, esquadrinhando com atenção os muros do local onde no século xvi se erguera um convento e que era agora ocupado pelo Exército para, daquele ponto estratégico, controlar a navegação para a Taipa e o acesso à baía da Praia Grande. Não se via vivalma. Dava até a impressão que as instalações militares haviam sido abandonadas.

“Já reparou na casamata, capitão?”

O ajudante de campo assentiu, apreensivo.

“Sim, senhor governador. Não tem sentinela.”

Depois de verificar se a farda e os galões de general estavam impecáveis, como a delicadeza da situação requeria, Artur cruzou o portão deserto e entrou no quartel. Varreu a parada com o olhar e vislumbrou soldados deitados à sombra dos muros; parecia que estavam num piquenique. Bufou, a irritação a trepar-lhe pelo estômago.

“Isto está bonito, sim senhor”, murmurou, falando mais para si do que para o ajudante. Fez um gesto a indicar o edifício à esquerda. “Vá-me chamar o tenente Vieira.”

“Sim, meu general.”

O capitão Tavares estugou o passo e entrou no edifício, onde se situava o comando do quartel. Excecionalmente referira-se ao seu superior hierárquico como “meu general” e não “senhor governador”,

como habitualmente fazia, o que não era inocente. O que estava ali em jogo não requeria da autoridade máxima da colônia a atuação enquanto governante, como em geral acontecia em Macau, mas enquanto puro chefe militar.

Artur voltou a assentar os olhos nos soldados que descontraíam junto aos muros e sentiu ganas de ir até lá para os pontapear, mas dominou-se. Tudo a seu tempo. Sentiu movimento atrás dele e de imediato rodou sobre os calcanhares, encarando com as mãos atrás das costas o comandante do quartel, que se aproximava na companhia do capitão Tavares. O oficial que chefiava a companhia de Metralhadoras, um homem magro e com um tique nervoso a arrebitar-lhe os cantos da boca, pôs-se em sentido diante dele e fez continência.

“Bom dia, meu general!”

Com a evidente intenção de sublinhar o seu desagrado, Artur não devolveu a saudação.

“O que se passa aqui, tenente?”, perguntou com rispidez. “Ainda mal acredito no que o senhor me disse quando me telefonou há meia hora!”

O comandante do quartel tinha os ombros descaídos, evidentemente combalido com os acontecimentos.

“Infelizmente é como lhe comuniquei ao telefone, meu general. Os praças recusaram-se esta manhã a formar para a rendição da guarda.”

“E o senhor tenente não os pôs na ordem?”

O tenente Vieira baixou os olhos. Parecia um fedelho apanhado em falta no pomar do vizinho.

“Dei-lhes ordem de detenção mas... mas os camaradas deles recusaram-se a cumpri-la.”

O governador virou a cabeça e voltou a fixar os soldados estendidos à sombra dos muros, como se os estudasse.

“Estamos pois perante uma revolta, não é assim?”

“Receio bem que sim, meu general.”

“Tem consciência de que este ato de insubordinação está a contaminar outras unidades, tenente? Quando vinha para aqui comunicaram-me que os soldados de Artilharia já se disseram solidários com os

camaradas de São Francisco. Isto não pode continuar, como deve calcular, porque senão perdemos por completo o controlo da situação. Se isso acontecer, perdemos também o respeito dos militares japoneses e até da população chinesa. O major tem consciência de como seria grave uma coisa dessas?”

“Sim, meu general.”

A resposta do comandante do quartel foi dada num fio de voz. Percebendo que daquele oficial não viriam quaisquer soluções, Artur fez um trejeito impaciente com a boca.

“Quem são os cabecilhas?”

“O sargento Lopes e o sargento Gomes, meu general.”

“Leve-me a eles.”

Os três oficiais cruzaram o grande espaço vazio da parada, onde apenas a sombra da bandeira no topo do mastro se mexia ao ritmo da brisa que descia do rio das Pérolas, e aproximaram-se dos soldados. Os praças encontravam-se em tronco nu ou em camisola interior e puseram-se de pé logo que, com ar surpreendido, perceberam que um dos oficiais que deles se abeirava era o próprio governador.

“Sargento Lopes!”, chamou o tenente Vieira. “Sargento Gomes! Apresentem-se ao nosso general!”

Dois homens em tronco nu, os pelos do peito molhados de suor, deram três passos em frente e, com ar algo acabrunhado, enfrentaram o governador e fizeram continência.

“Meu general!”

Com uma expressão severa e a boca curvada em desdém, Artur examinou-os de cima a baixo mas nada disse; nesta fase preferia observar a intervir diretamente. Deixou por isso as despesas da primeira intervenção ao seu ajudante de campo.

O capitão Tavares aproximou-se dos dois insurretos e colou o seu rosto ao do sargento Gomes.

“Isso são maneiras de se apresentarem perante o nosso general?”, berrou, lançando uma chuva de perdigotos à cara do subalterno. “Onde

está o aprumo que se exige de um soldado português?”

Embora pestanejando, o sargento Gomes manteve-se firme e susteve-lhe o olhar reprovador.

“Esvaiu-se no pré, meu capitão.”

“Qual pré? Desde quando o pré impede um soldado de se fardar? E que maneira é essa de se dirigir ao seu oficial? Onde é que já chegámos?”

O sargento ia responder, mas Artur levantou a mão e fez um sinal ao ajudante de campo.

“Deixe estar, capitão”, disse num tom sereno. “Eu encarrego-me deste assunto.”

“Sim, meu general.”

O capitão Tavares recuou para trás do governador, embora de mão pousada ostensivamente sobre a coronha da pistola e mantendo os homens sob vigilância apertada, a indicar prontidão para intervir ao primeiro sinal. Sabendo que lhe cabia a responsabilidade de resolver o assunto, e de uma forma que não pusesse em causa a sua autoridade nem a coesão das forças militares portuguesas, o governador cravou alternadamente os olhos em cada um dos sargentos, tentando perceber qual deles era o verdadeiro cabecilha.

“Qual é o problema do pré?”, quis saber, falando numa voz traiçoeiramente suave. “Porventura não recebem o pré no dia em que deviam recebê-lo? Ou recebem menos do que aquilo a que têm direito? O que se passa? De que se queixam exatamente?”

Os dois sargentos trocaram um olhar breve, quase como se se consultassem, antes de voltarem a encarar Artur.

“Dá licença que fale à vontade, meu general?”

“Licença concedida.”

Quem falara fora o sargento Lopes, assumindo-se assim implicitamente, pelo menos aos olhos de Artur, como o verdadeiro chefe da revolta.

“O pré é pago a horas e no valor estabelecido, meu general”, reconheceu o sargento. “O problema é que os preços dos produtos estão

a aumentar muito e com este pré não se consegue comprar nada.”

“Compreendo que se sintam desagradados, no fim de contas as coisas andam realmente muito difíceis. Mas não veem que nada disto depende de nós? Não percebem que estamos cercados pelos japoneses, que há uma guerra a alastrar pela Europa e pela Ásia, que Hong Kong foi tomada e que ficámos isolados do resto do mundo, e que aqui em Macau temos de albergar quase um milhão de pessoas sem capacidade de as alimentar a todas? Vocês não têm consciência da gravidade da situação que estamos a viver e da sorte que temos por não estar a sofrer como os chineses ou os ingleses, por exemplo?”

“Claro que temos, meu general.”

“Folgo em saber que têm noção disso. Espero que percebam também que, apesar das dificuldades, a vossa situação é mesmo assim muito melhor do que a da esmagadora maioria das pessoas.”

O sargento Lopes olhou de esguelha para o sargento Gomes e depois para os soldados que acompanhavam a conversa antes de se voltar de novo para o governador.

“Com o devido respeito, meu general, estamos melhor em quê?”

Artur esboçou uma careta de perplexidade.

“Melhor em quê?”, exclamou, repetindo a pergunta do sargento. “O nosso sargento não tem porventura visto os famintos que deambulam pela cidade? Não foi já ao asilo da Ilha Verde ou ao canídroso verificar o estado daquela gente? Não se cruzou ainda pela manhã com a camioneta dos Correios que anda a apanhar os corpos espalhados pelos passeios ou com o batelão que todas as tardes vai para a Taipa apinhado de cadáveres?”

“Sim, meu general.”

“E, no meio de toda esta desgraça, não recebem vocês o pré a tempo e horas e não têm alojamento e alimentação garantidos? Não é isso melhor do que toda a desgraça que se vê por aí?”

O sargento espreitou mais uma vez os camaradas atrás dele antes de responder, como se ganhasse coragem para exprimir diante do governador o que os soldados diziam entre eles.

“Tudo isso pode ser verdade, meu general, mas já que fala na alimentação não posso deixar de dizer que o pessoal tem queixas sobre a qualidade e a quantidade do rancho. A comida é uma porcaria, muitas vezes não passa de uma mão-cheia de arroz intragável. E o pão, meu general, o pão é uma codeazinha miserável que quase nem se consegue mastigar. O meu general havia de ver o que é esse pão.”

“Já o vi porque também o como, sargento. A codeazinha de que tanto se queixa pode ser miserável, mas é melhor do que tem muita gente que anda por aí sem nada para comer.”

“Pois, mas nós vemos restaurantes com comida exposta nas vitrinas e os burgueses vão lá comer, apesar de a classe trabalhadora estar a morrer de fome. Se há alimentos para uns, porque não haverá para outros?”

Artur coçou o queixo, tirando finalmente as verdadeiras medidas ao cabecilha dos revoltosos.

“Os poucos alimentos que conseguimos comprar são distribuídos equitativamente a portugueses e chineses residentes em Macau, sargento. Mas não posso impedir que quem tenha dinheiro consiga arranjar qualquer coisa melhor para comer, não lhe parece?”

Vendo que o governador respondia a tudo, o sargento Lopes pareceu ter concluído que nada lhe aconteceria se fosse mais longe e isso fê-lo ganhar algum atrevimento.

“Meu general, já toda a gente percebeu que quem manda aqui na cidade são os japoneses. Os tipos andam armados, fazem as maiores patifarias e ninguém lhes pode tocar. Mas Macau não é uma terra portuguesa? Por que razão temos de tratar os japoneses com paninhos quentes?”

“Quem manda em Macau somos nós, sargento.”

“Então porque deixamos essa gente fazer o que quer, meu general?”

O governador abanou a cabeça, ciente de que o vencedor daquele duelo de palavras decidiria o comportamento da soldadesca.

“O senhor está enganado, sargento. Os japoneses não fazem o que querem. É, contudo, verdade que lhes concedemos uma certa liberdade.

E sabe porquê, sargento?”

“Porque eles mandam em nós.”

“Não, sargento”, retorquiu com grande firmeza, a voz a ganhar balanço e determinação, como ouvira a Hitler nos seus discursos nos tempos em que ocupara o lugar de adido militar em Berlim. “Damos-lhes uma certa liberdade para que vocês tenham ao menos uma codeazinha miserável para comer, e ainda tenham cama e roupa lavada nas camaratas e um pré para receber, percebeu? Porque, se nos pusermos a confrontar abertamente os japoneses e o Exército Imperial, acabamos como os bifes em Hong Kong.” Colou o indicador à cara do subordinado. “Se isso acontecer, sargento, quero vê-lo a fazer queixinhas ao coronel Sawa sobre o pré e a qualidade do rancho e os privilégios da burguesia e a exploração da classe trabalhadora. E, já agora, quero ouvi-lo também queixar-se ao coronel Sawa sobre as condições no campo de concentração onde você e toda a gente será metida, porque lhe garanto que é para lá que os sobreviventes da invasão japonesa serão enviados. Nessa altura, sargento, ainda o verei a implorar pela mesma codeazinha que agora diz ser intragável! Compreendeu?”

“Eu...”

Sem esperar pela resposta, Artur voltou-se para o ajudante de campo e apontou para os dois sargentos.

“Capitão, detenha estes dois homens!”

“Imediatamente, meu general.”

Retirando a pistola da cintura e voltando-a para os sargentos, o capitão Tavares agarrou um deles pelo braço e intimou o outro a acompanhá-lo. Apanhados de surpresa, os dois não ofereceram resistência e seguiram pela parada até ao edifício onde se encontravam os calabouços do quartel. Estupefactos com a forma como os acontecimentos se precipitavam, os soldados não souberam o que fazer. Deveriam ir em socorro dos sargentos ou seria melhor acatarem as ordens do governador?

“Tu aí!”, disse Artur, apontando para um dos homens. “Anda cá.”

Temeroso, o soldado em camisola interior avançou uns passos trémulos e, cheio de dúvidas, fez continência, exibindo uma grande mancha de transpiração nos sovacos.

“Meu general...”

“Recita-me o teu juramento de bandeira.”

O homem hesitou antes de responder.

“O juramento, meu general? O juramento é... é...”

O governador virou-se para a bandeira içada no mastro situado do outro lado da parada.

“Faz o juramento de bandeira como fizeste no primeiro dia!”

O soldado olhou para a bandeira que o vento sacudia em lufadas sucessivas, o verde e o vermelho a saracotearem diante do céu de cinza.

“Juro ser fiel à minha pátria e estar pronto a lutar e a dar a vida por ela”, disse o soldado, recitando de memória e de peito cheio o juramento de bandeira. “Juro defender a bandeira até à última gota de sangue, respeitar, obedecer cegamente aos meus chefes e honrar as tradições gloriosas do Exército português.”

O olhar de Artur manteve-se cravado no soldado.

“Tens sido fiel à tua pátria?” Desviou a atenção para os restantes soldados, encarando-os um a um. “Cada um de vós tem sido fiel à vossa pátria? Estão porventura a respeitar e a obedecer cegamente aos vossos chefes? Será que com o vosso ato honram as tradições gloriosas do Exército português? Têm a certeza de se manter fiéis ao juramento que fizeram perante a nossa bandeira no dia em que terminaram a recrutar?”

Os olhos dos soldados colaram-se todos ao chão, como se não encontrassem resposta a todas as questões com que o governador os confrontava e não se atrevessem por isso a encará-lo.

“Meu general”, disse um, quase a medo. “Nós só queremos um pré um pouco melhor...”

“Se esta brincadeira não acabar, não há pré para ninguém.” Deu um passo para o lado e encarou todos os homens. “Mandarei cercar o quartel e chamarei a aviação para vos metralhar e bombardear. Não admitirei insurreições sob o meu comando e muito menos quando

estamos rodeados pelo inimigo e há gente nas ruas a morrer à fome enquanto vocês choramingam por causa de uma codeazinha. Está claro?”

Os soldados mantiveram a cabeça baixa.

“Sim, meu general.”

O fantasma de um sorriso de satisfação desenhou-se nos lábios de Artur. Não tinha, todavia, ilusões quanto à eficácia da ameaça se ela não fosse acompanhada de uma medida conciliatória. Com passos calculados e um mutismo medido, percorreu o espaço diante dos soldados quase como se fizesse a revista às tropas em parada, fitando os rostos macilentos e por barbear dos homens da unidade do Quartel de São Francisco, os malares um pouco mais salientes que o normal a testemunharem as provações alimentares por que passavam desde que se tornara difícil trazer alimentos para a colónia.

“Homens da Companhia de Metralhadoras”, disse por fim o governador. “Nesta hora grave que vivemos, o Exército é tudo o que nos separa da barbárie. Sem vós, a situação em Macau irá degenerar no caos. Isso não pode ser. O soldado português tem de manter o aprumo e a disciplina, seja em que condições for. É evidente, no entanto, que só um salário digno e prestigiante pode assegurar a dignidade e a eficácia das forças portuguesas. Ninguém respeita um soldado que o salário transforma num pedinte. Assim sendo, logo que daqui a pouco chegue ao palácio irei dar ordens para que o pré da tropa seja duplicado.” Voltou-se de costas para os homens e, em sentido, encarou a bandeira no topo do mastro. “Viva Portugal!”

Os homens arregalaram os olhos quando escutaram a promessa e de imediato fizeram continência, assinalando assim a sua submissão à autoridade do governador.

“Viva!”

O trajeto do Quartel de São Francisco para o Palácio da Praia Grande não era longo, como de resto não o era nenhum caminho em Macau, mas mesmo assim foi no banco traseiro do carro oficial que o

governador tomou as decisões finais destinadas a pôr termo à revolta das guarnições.

“Acabei de ser informado de que só a Companhia de Artilharia aderiu ao protesto de Metralhadoras, senhor governador”, disse o capitão Tavares, que se mantivera em contacto telefónico com os diversos batalhões e forças de segurança. “As restantes unidades militares e militarizadas mantiveram a disciplina, apesar de a PSP ter estado, ao que parece, a um passo de se juntar aos insurretos. Mas o bom senso acabou por prevalecer e todos compreenderam a delicadeza da situação.”

“Excelente”, devolveu Artur, de olhos fixos nos passeios. “Preciso que o senhor vá a Artilharia e comunique às tropas o fim da sublevação no Quartel de São Francisco. Depois, e tal como fizemos agora com a companhia de Metralhadoras, detenha os cabecilhas e anuncie à soldadesca o aumento do pré. Isso porá fim a esta palhaçada.”

“Sim, senhor governador.”

O governador estreitou as pálpebras, meditativo.

“Não sei se o senhor reparou no que disse um dos sargentos do Quartel de São Francisco...”

O ajudante de campo fez um esforço de memória.

“Bem... ele queixou-se do pré e do rancho e...”

“Refiro-me às palavras que o tipo usou”, atalhou Artur com uma ponta de impaciência. “Não notou aquela referência aos burgueses que podem comprar a comida vedada à classe trabalhadora? As expressões *burgueses* e *classe trabalhadora* não são inocentes, capitão. Trata-se, não sei se sabe, de terminologia marxista.”

O capitão arregalou os olhos.

“O senhor governador acha que... que...”

“Os cabecilhas da revolta na companhia de Metralhadoras são comunistas, sim”, completou Artur em tom sombrio. “Suspeito que os de Artilharia também o sejam.”

O capitão Tavares coçou a nuca.

“Caramba!”

O governador descolou os olhos do cenário que estava para lá da janela do automóvel e encarou o subordinado.

“Os dois sargentos detidos em Metralhadoras e os cabecilhas que venham a ser detidos em Artilharia têm de ser separados das suas unidades, compreendeu? É preciso descontaminar os batalhões. Não quero correr o risco de uma nova sublevação.”

“Sim, senhor governador.” Entreabriu a boca para acrescentar mais alguma coisa, vacilou como se tivesse desistido, e acabou por decidir-se por fazer a pergunta. “Onde os ponho eu, senhor governador?”

“Mande-os para os calabouços de Coloane”, ordenou. “Ali não influenciarão ninguém. E quero-os despachados para Timor ou para a Metrópole na primeira oportunidade, ouviu?”

“Sim, senhor governador.”

A atenção de Artur voltou-se para o que se passava na rua. Além da habitual multidão de refugiados que se arrastava pelos passeios da cidade, havia filas por toda a parte, umas para o arroz, outras para o pão, outras ainda para a farinha. Para tudo parecia haver bicha e algumas eram tão longas que muitas pessoas tinham até trazido cadeirinhas e livros ou jornais e revistas para aguentarem as horas de espera.

“Já viu isto, capitão?”

O ajudante de campo observou as filas.

“Os japoneses não prometeram deixar entrar os alimentos, senhor governador?”

“Prometeram e cumpriram, capitão”, devolveu Artur. “O problema é que, por causa desta malfadada guerra, há falta de comida na China. A produção foi afetada e as redes de distribuição funcionam mal. Os poucos alimentos que cá chegam custam uma verdadeira fortuna. Não podemos pagar o arroz ao preço que nos pedem, receio bem.”

“Então o que faremos, senhor governador?”

A única resposta foi um longo suspiro. Artur manteve os olhos fixos nos famintos e nas múltiplas bichas, angustiado com a sua incapacidade de resolver o grave problema alimentar em Macau. Como faria para

encontrar os alimentos no mercado e pagá-los ao valor que era exigido? Embora não se conformasse com a sua impotência, a verdade era que tudo aquilo parecia encontrar-se bem para além das suas capacidades.

O automóvel abeirou-se entretanto do Palácio da Praia Grande e a porta traseira foi aberta por uma ordenança logo que a viatura se imobilizou diante do edifício. Apressado, Artur saltou de imediato para o exterior e, vendo o ajudante de campo a abrir a porta para também se apear, fez-lhe um sinal e travou-o.

“Siga de imediato para a companhia de Artilharia com as minhas ordens, capitão” ordenou. “Quero esse problema resolvido antes da hora do almoço, ouviu?”

O capitão Tavares regressou ao seu lugar e a viatura arrancou, dirigindo-se ao quartel de Artilharia. Com vários assuntos por resolver, sendo o alimentar o prioritário, Artur escalou as escadas de dois em dois degraus e, uma vez no primeiro piso do palácio, encaminhou-se diretamente para o seu gabinete.

“Chamem-me o doutor Lobo.”

XXVIII

Os algarismos datilografados na folha de papel pareciam exercer a força de atração de um íman. Artur não conseguia desprender os olhos deles. Estudou-os durante longos segundos, como se tivesse esperança de que de tanto os fixar eles acabassem por se alterar. Por fim respirou fundo e, rendendo-se à evidência, encarou o subordinado.

“Isto está assim tão mau?”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças assentiu com um movimento suave da cabeça.

“Infelizmente sim.”

“Mas... não conseguimos arranjar mais dinheiro em parte nenhuma? O que aconteceu ao que fizemos com as moedas cuja prata valia mais do que o valor nominal?”

“Onde isso já vai, senhor governador!”, exclamou. “Gastámos tudo a comprar comida.”

“E as receitas do jogo?”

“Como já uma vez tive oportunidade de lhe explicar, senhor governador, a guerra e a ocupação de Hong Kong privaram-nos de uma importantíssima fonte de rendimentos. Agora há menos pessoas a vir jogar a Macau. Logo, as nossas receitas provenientes de Hong Kong teriam forçosamente de baixar, como baixaram, apesar de eu me ter socorrido de mil manhas para que o senhor Ah Kuok pagasse mais pela concessão do jogo. O que nos vale é que muita gente desesperada aqui em Macau se pôs a jogar mais, na esperança insensata de resolver assim

os seus problemas financeiros. Isso dinamizou um pouco as coisas, não digo que não, mas infelizmente não chega.”

Pela via da receita a coisa não ia lá, percebeu Artur. Seria preciso tentar outra coisa.

“E o custo dos bens?”, inquiriu, como um cego a tatear às escuras em busca de uma base de apoio a que segurar-se. “Conseguimos controlar isso?”

Jorge Lobo abanou a cabeça.

“Receio bem que não”, retorquiu. “É a lei da oferta e da procura a funcionar, senhor governador. Por causa da guerra, a oferta de bens baixou mas a procura subiu, uma vez que a população da colónia disparou. Um par de sapatos, por exemplo, custava sete patacas antes da guerra e agora já vai nos trinta e cinco. Estamos a falar de um aumento de preço de quatrocentos por cento.”

“Quero lá saber dos sapatos”, devolveu Artur com um gesto de impaciência. “O essencial neste momento é a comida. Há maneira de controlar os preços dos bens alimentares?”

“Com a comida é o mesmo que com os sapatos e tudo o resto, como é bom de ver. Um cate de arroz, por exemplo, custava oito avos antes da guerra. Sabe quanto custa agora? Uma pataca e vinte avos. Isto é assim com tudo. Um cate de carne de vaca passou de quarenta avos antes da guerra para quatro patacas e cinquenta avos. Seja qual for o produto, o preço dos bens atingiu valores fenomenais. Até a porcaria das salsaparrilhas, senhor governador! As salsaparrilhas custam agora pataca e meia!”

Artur bufou.

“Isto é infernal!”

“E para ajudar à festa temos ainda esta proliferação descontrolada de moedas que circulam em toda a parte. Além das patacas, fazem-se negócios em dólares de Hong Kong, em dólares americanos, em *fat pai* do governo chinês que os japoneses apoiam, em *tai long* do governo do Kuomintang, em *chio hun* de prata do governo de Cantão, em ienes militares de Hong Kong, em certificados de prata *pang tan* dos

cambistas ambulantes chineses, muitas vezes sem cobertura... eu sei lá! A carência da oferta e o excesso de moedas em circulação, algumas delas de valor muito duvidoso, degenerou numa inflação galopante. Os preços estão fora de controle.”

Os olhos de Artur voltaram a fixar-se nos algarismos datilografados na folha que o diretor dos Serviços de Economia e Finanças lhe havia entregado no início da reunião.

“Isto não pode ser, doutor”, murmurou. “Precisamos de ter mão nisto, porque senão as coisas vão acabar mal. Por um lado não temos dinheiro suficiente para adquirir os abastecimentos necessários para alimentar toda a população. Por outro, a inflação está a desvalorizar os salários e já temos revoltas de guarnições, uma vez que o pré não chega para comprar o que quer que seja e os agitadores comunistas andam a aproveitar-se da situação para acicatar a soldadesca.” Fitou o interlocutor. “O que poderemos fazer, doutor?”

Lobo coçou a cabeça enquanto ponderava o problema.

“O problema do excesso de notas é o mais simples de resolver”, observou. “Basta impor a pataca como única moeda válida em Macau e proibir e apreender todas as outras notas que por aí apareçam.”

“Então faça-se.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças levantou a mão, como a travar o ímpeto da decisão.

“Atenção que a imposição da pataca como única moeda válida tem os seus inconvenientes, senhor governador. O diretor do BNU informou-me de que aquela remessa de notas no valor total de quase quatro milhões de patacas que há tempos encomendámos à Waterlow & Sons de Londres ficou retida em Lourenço Marques.”

“Ora essa! A que propósito?”

“São os riscos da navegação criados pela guerra no Pacífico, senhor governador. O Índico está infestado de submarinos e são raros os navios que se arriscam a cruzá-lo sem proteção adequada. Para resolver o problema, o BNU pôs-se a emitir cheques ao portador, mas isso não é solução. A impossibilidade de trazermos as notas que encomendámos

significa que só podemos contar com as patacas que aqui andam em circulação, e que na verdade são poucas. Se retirarmos as outras moedas, haverá poucas notas em circulação e isso significa que, de um dia para o outro, passaremos da inflação galopante para a deflação, ou seja, para a descida generalizada dos preços.”

Confrontado com o que lhe parecia afinal a solução mágica que sempre buscara, Artur esboçou um grande sorriso.

“Isso parece-me ótimo!”

“Parece, mas não é”, avisou Lobo. “O senhor governador não duplicou o valor do pré para a tropa? Se houver pouco dinheiro ao seu dispor, onde irá arranjar as patacas para pagar o pré dos soldados e ainda os salários dos funcionários públicos?”

A objeção levantada pelo diretor dos Serviços de Economia e Finanças não era pequena, percebeu Artur. Sem dinheiro não poderia haver aumento de salários para ninguém, como parecia óbvio.

“E se começarmos a imprimir localmente as patacas?”

Lobo mordeu o lábio inferior antes de responder.

“A impressão local é perigosa porque não tem a qualidade necessária para nos proteger das falsificações”, disse. “No entanto, se não houver alternativas, teremos de a considerar, claro. Se avançarmos para essa solução será preciso um contingente militar para proteger a tipografia onde as patacas forem impressas, para limitar os riscos de falsificação. Mas mesmo com esses riscos, essa solução até poderá ser menos má que a atual. No fim de contas, a circulação de todos estes dólares, ienes, *pang tans*, *tai longs* e mais não sei quê não nos livra das falsificações. Os ienes de Hong Kong, os *tai longs* e sobretudo os *pang tans* também são fáceis de falsificar.”

Com um movimento rápido, como a pancada do martelo de um juiz no momento de emitir uma sentença, o governador bateu ruidosamente com a palma da mão na mesa.

“Está então decidido”, exclamou. “Proíbam-se as moedas estrangeiras e estabeleça-se a pataca como única moeda em circulação!”

O responsável pela Economia tomou nota da decisão no seu

caderninho.

“Isto vai controlar o problema das causas internas da inflação”, reconheceu. “Mas infelizmente não resolve o problema mais sério, que é o do aumento do custo dos alimentos que consumimos. Pura e simplesmente não temos dinheiro suficiente para os comprar, até porque os japoneses estão a vasculhar todas as embarcações que entram em Macau à procura de contrabando. O próprio *Imortal* tem enormes dificuldades em trazer arroz para a colónia e anda a correr riscos cada vez maiores.”

“Eu sei. O coronel Sawa diz que essas operações são necessárias para impedir a entrada e saída de armas e munições, mas são tudo balelas. Os japoneses querem é controlar todas as entradas de alimentos para nos poderem subjugar.”

“É isso, mas não é só isso”, sublinhou Lobo. “Eles ganham dinheiro com as taxas que aplicam à passagem de produtos pela Porta do Cerco. Se os contrabandistas meterem os produtos em Macau sem passar pelos japoneses, o coronel Sawa e os seus capangas perdem dinheiro. Não foi por isso que o Kempeitai mandou o Wong Kong Kit matar o Senna Fernandes?”

“Pois, tudo isto convém aos japoneses”, assentiu o governador. Inclinou-se de repente sobre a mesa como se acabasse de ter uma ideia. “Oiça lá, e se tabelássemos os preços?”

“Não resultaria, senhor governador. Como sabe, Macau não produz alimentos, é tudo importado, por isso não temos maneira de os tabelar. Do que precisamos é de dinheiro para comprar comida aos agricultores da China, a quem, como é evidente, não podemos impor preços tabelados. Se não pagarmos o que eles pedem, venderão noutro sítio. É tão simples quanto isso.”

Um problema daqueles não se resolvia por decreto, percebeu Artur. Seria mesmo necessário gerar riqueza para poder comprar os produtos de que a colónia necessitava.

“Escute, doutor”, disse. “Não podemos morrer de fome, pois não? Temos de arranjar uma solução.”

“Sim, mas qual?”

Com um movimento rápido com as pontas dos dedos, o governador fechou as pálpebras e massajou as têmporas; por vezes conseguia assim aumentar a sua concentração e encontrar a resposta para os problemas mais complexos. Ao fim de alguns segundos parou de massajar e, abrindo os olhos, exalou um longo suspiro.

XXIX

As duas tigelas com arroz *chau chau* apareceram a fumegar na bandeja que o empregado do Fat Siu Lau equilibrava numa mão, enquanto a outra segurava uma garrafa de cerveja Tsingtao. O *chau chau* nunca era o prato principal numa mesa chinesa, mas um mero acompanhamento, embora nas circunstâncias de racionamento geral os clientes do mais famoso restaurante de comida macaense se tivessem de contentar com a magra oferta da ementa. O empregado pousou a garrafa e o arroz na mesa junto à janela e os olhos do casalinho caíram sobre as tigelas.

“Oh!”, exclamou Carminho, dececionada com o que via. “Olha-me só para este *chau chau*, Jorge!”

Em boa verdade, Lobo nunca depositara grande fé na riqueza do prato, tão informado estava sobre a gravidade da situação alimentar de Macau. A esperança de vislumbrar uma ou outra tira de carne ou mesmo uma única mancha amarela de ovo nem sequer lhe cruzara a mente. O que tinha diante dele, contudo, deixou-o surpreendido.

“Caramba! Isto tem carne!”

“E então?” protestou a namorada. “Não tem ovos nem ervilhas! Ora que eu saiba um *chau chau* sem ovos e sem ervilhas não é um verdadeiro *chau chau*!”

Os grãosinhos de arroz só não vinham totalmente brancos porque pareciam ter sido regados por um caldo e, além dos pedacinhos de fiambre, eram intercalados por pequenas rodela de verduras.

“Ouve, Carminho, o arroz ao menos tem carne!”, sublinhou Lobo. “Tu já viste como é difícil arranjar carne nos dias que correm? Se queres que te diga, até me admira que ainda a sirvam nos restaurantes. Pergunto-me mesmo onde a irão comprar.”

“Ora, à China, claro.”

“Mas... tão barata?”

“Enfim!”, suspirou ela. “O que interessa isso? A carne está aqui e há que comê-la. No fim de contas sempre é melhor do que a ração miserável que nos é distribuída na Caixa Escolar...”

“Nunca há carne nessas rações?”

“Claro que não, tonto. Se a queremos, temos de a comprar aos vendedores ambulantes. Felizmente ainda andam por aí alguns que a vendem...”

Resignada, a rapariga pegou nos *fai tchi*, os pauzinhos chineses, e pôs-se a debicar o *chau chau*, esforçando-se por trincar devagar de modo a prolongar o prazer de comer; isso dava-lhe uma certa ilusão de quantidade. Apenas um ano antes teria feito um pé de vento e até amuado se a mãe lhe apresentasse um arroz assim, tão minguido e tão pobre, sem ovos nem ervilhas. Contudo, as circunstâncias haviam mudado e, vendo bem, o caldinho e os pedaços de fiambre que coloriam o *chau chau* transformavam o prato numa das melhores coisas que tinha comido desde que os japoneses haviam invadido Hong Kong e ela e a família tinham fugido para Macau. Isto excetuando a lauta receção no Palácio de Santa Sancha, é claro.

“É pena não provares a especialidade da casa”, observou Lobo. “Chama-se Soberbo Pombo Assado Shek Ki e diz-se que a receita é secreta.” Passou a língua pelos lábios, como se saboreasse o famoso prato do Fat Siu Lau. “Hmm... uma delícia, só te digo.”

“Já não fazem?”

“Não há pombos à venda. Os poucos que aparecem no mercado custam uma verdadeira fortuna.” Sacudiu a mão no ar. “Ui, ia-se metade do meu salário neste jantar!”

Carminho levou mais arroz à boca.

“Quando a guerra acabar voltamos cá para provar esse tal pombo assado”, disse a rapariga. “A não ser que nessa altura estejamos já em Hong Kong. Não vamos ficar aqui na parvónia, pois não?”

Ele olhou-a sem compreender.

“O que queres dizer com isso?”

“Bem... tens de concordar que este meio é um pouco pequeno de mais. Não se passa aqui grande coisa e, para ser franca, não me vejo fechada contigo o resto da vida neste pedacinho de terra. Em Hong Kong sempre é outra coisa, não é verdade? Subimos ao Peak, vamos aos Novos Territórios, sei lá... há imenso espaço para nos movimentarmos. Além disso, os nossos filhos poderão entrar nas melhores escolas. Olha, poderão por exemplo frequentar o colégio das irmãs Maryknoll, ali em Kowloon Tong. Era catita, não era?”

“Os nossos filhos?”

Carminho soergueu o sobrolho.

“Sim, os nossos filhos”, confirmou. “Porquê? Tens algum problema em ter filhos?”

“Não... claro que não.”

“Então? Qual é a admiração?”

A atenção de Lobo regressou ao arroz *chau chau*.

“Nada, nada”, disse de forma pouco convincente. “É só que... enfim, não sei se estaremos a ir demasiado depressa.”

Ela pousou os *fai tchi* sobre a mesa e encarou-o fixamente com um semblante severo.

“O que estás a insinuar, Jorge?”, rugiu, mal contendo a irritação. “Que não queres casar comigo?”

“Claro que... que quero.”

A rapariga estreitou as pálpebras e os olhos escuros pareceram chispar relâmpagos.

“Não pareces muito convencido”, observou em tom tenso. “Olha que não te dei a minha virgindade para andar agora a ser desprezada, ouviste?” Ergueu-se bruscamente do lugar. “Se queres que te diga, acho que me vou embora! Não aceito que abusem de mim!”

Com um movimento quase reflexo, o namorado prendeu-lhe o braço e puxou-a de volta ao seu lugar.

“Sossega, Carminho!”, disse, a voz adocicada para a amaciar. “Desculpa se te ofendi, foi sem intenção. O que se passa é que... enfim, para quê apressarmos as coisas? Estamos tão bem, não estamos?”

“O que queres dizer é que andas bem servido e isso te chega, não é?”, devolveu ela com ironia. “Mas eu sou uma menina de bem. Se te dei a minha virgindade foi porque confiei em ti. Espero que te mostres à altura dessa confiança.”

Lobo forçou um sorriso conciliatório. Tinha perfeita noção de que os conhecimentos e o calor que a jovem namorada revelara nos momentos mais íntimos entre ambos não se encontravam com facilidade numa virgem. Pelo que ele vira ao longo da vida, uma mulher que nos momentos tórridos fazia coisas daquelas com a boca e as mãos e o ventre não podia ser propriamente descrita como inexperiente e ingénua. Houvera alturas em que tivera até ganas de lhe perguntar em que escola aprendera ela tanta coisa, mas avisadamente contivera-se.

De qualquer modo, essa não era a questão. O que de facto importava é que, em bom rigor, já tinha chegado a hora de se casar. Onde já se vira um homem da sua idade permanecer solteiro? Tendo chegado a essa conclusão, Carminho parecera-lhe a pessoa ideal. Em que outro sítio arranjaría uma rapariga que fosse ao mesmo tempo tão bonita e de tão boas famílias, afinal a pessoa certa para a conservadora sociedade macaense?

Depois de se certificar de que ninguém os olhava nesse instante, até porque havia que salvaguardar o decoro, inclinou-se para ela e assentou-lhe um beijo nos lábios.

“Claro que vamos casar, minha tonta.”

Saíram do Fat Siu Lau abraçados um ao outro e subiram a pitoresca Rua da Felicidade, pejada de cules e de senhoras de idoneidade duvidosa, até virarem para a Avenida Almeida Ribeiro. A noite era quente e abafada, pois junho tinha chegado e com a aproximação do

final da primavera viera o calor e a humidade característicos do estio no mar da China. Saíram com a ideia de apanhar um riquexó diante do Leal Senado, mas, quando chegaram à praça diante da edilidade, Carminho esboçou uma careta.

“Não me apetece nada voltar já para casa.”

A observação não era inocente, percebeu Lobo, sentindo a sua masculinidade despertar.

“Queres... queres ir para o meu apartamento?”

A rapariga espetou a ponta do indicador no nariz dele e, pressionando, espremeu-o.

“Ai que maroto que me saíste, Jorge!”, disse em tom provocatório. “Mas hoje portaste-te mal ao jantar e por isso não vais ter sobremesa.” Fingiu-se pensativa. “Se queres que te diga, nem sei mesmo se voltarás a provar a minha doçura até ao dia do casamento.”

“Estás a brincar...”

Ela pestanejou exageradamente.

“Sou uma menina muito séria, ouviste? Olha que estou reservada para a noite de núpcias e não me dou a qualquer um.”

Lobo riu-se.

“Sorte a minha!”

“Hei de deixar-te tanto tempo em banho-maria que vais ficar doidinho a arder de desejo e não terás outro remédio que não seja casares-te comigo o mais depressa possível. Vais ver.”

“Não sei se aguentaria tal coisa”, retorquiu ele. “Mas, se não queres ir para tua casa nem para o meu apartamento, onde queres tu ir?”

“Eu não disse que não queria ir para o teu apartamento...”

“Ai não disseste?!”

“O que eu disse é que se calhar não me volto a oferecer a ti enquanto não nos casarmos. Mas claro que podemos ir para o teu apartamento... jogar xadrez, por exemplo.”

“Sabes jogar xadrez?”

“Não”, riu-se ela. Percorreu a Almeida Ribeiro com o olhar e fez um gesto a indicar o lado que dava para o início do Porto Interior. “Olha

lá, e se fossemos dar um passeiozinho pela avenida? No fim de contas ainda é cedo e devíamos relaxar um pouco.”

Sempre abraçados, começaram a percorrer a grande artéria central de Macau. Havia gente estendida sobre os passeios e muitos riquexós e bicicletas a passarem pela avenida, mas o movimento era consideravelmente menos frenético do que aquele que por ali se via ao longo do dia. Quem tinha casa já se recolhera àquela hora e apenas ali permaneciam os que não dispunham de teto sob o qual passar a noite. Esses e os frequentadores dos estabelecimentos noturnos, claro.

A buzina de um automóvel chamou-lhes a atenção. Com o início da guerra e o racionamento dos combustíveis, havia poucos carros autorizados a circular pela cidade. Na verdade as únicas viaturas que o podiam fazer eram o soberbo *Dodge* negro do governador, o belo *Mercedes* 540K do cônsul Fukui, o modesto *Austin* do cônsul Reeves e os dois *Ford* V8 cor de mostarda do coronel Sawa e de uma outra alta patente do Exército Imperial japonês, e a autometralhadora da PSP, na realidade o único blindado que as forças portuguesas possuíam em Macau. De resto havia a camioneta dos Correios, Telégrafos e Telefones e alguns camiões do Exército português. Assim toda a gente na cidade sabia que a buzina só podia ser de uma destas viaturas.

O casalinho voltou-se na direção do barulho e constatou que se tratava de um *Ford* cor de mostarda com uma bandeirinha japonesa pregada ao para-lamas dianteiro.

“Será o Sawa?”

O automóvel passou por eles com os ocupantes em grande algazarra, embriagados ou à beira disso, e imobilizou-se uma centena de metros à frente diante do Grande Hotel, no final da Almeida Ribeiro e já quase à entrada do Porto Interior. Os japoneses saltaram da viatura sempre em disposição festiva, falando alto e rindo-se, mas Lobo não identificou a figura do chefe do Kempeitai e presumiu que se trataria do *Ford* da outra alta patente. Do hotel saiu então um outro grupo de militares japoneses, alguns com copos e garrafas na mão, e o alarido recrudescceu.

Um deles ergueu a sua garrafa de *whisky* no ar para fazer um brinde e soltou um berro.

“*Kampai!*”

Os camaradas de armas imitaram-no de copos e garrafas levantados bem alto e gritaram *saúde* em uníssono.

“*Kampai!*”

Engoliram todos um bom trago de álcool e desfizeram-se numa cascata de gargalhadas.

À medida que avançavam, e enquanto assistiam a tudo isto, Lobo e Carminho foram-se aproximando da entrada do hotel onde os japoneses, alguns confirmadamente ébrios, se puseram entretanto a cantar.

“O que achas, Jorge?”, perguntou ela, receando os militares. “Passamos para o outro lado da rua?”

“Ora essa! Era o que mais faltava! Estou na minha terra e não são uns bêbados que me vão intimidar.”

A rapariga encostou-se ainda mais ao namorado, como se buscasse proteção, e ambos seguiram caminho. Ao passarem à frente do Grande Hotel, quando já iam no meio dos militares, viram um deles acocorar-se e, dobrando-se para a frente, fazer um som gutural seguido do barulho de líquidos a espalharem-se no chão. O homem estava de tal modo bêbedo que vomitava.

“Ai, que nojo!”, exclamou Carminho com um esgar de náusea. “Vamos embora!”

Puxou pelo namorado e tentou apressar a caminhada, mas mantiveram ambos os olhos fixos no militar que vomitara. O japonês levantou-se e, evidentemente mal disposto, afastou-se do local aos tropeções. Foi então que Lobo e Carminho se aperceberam de dois vultos até ali invisíveis que nesse preciso instante emergiram da sombra e convergiram para a poça de vômito; eram uma criança e uma mulher, ambos chineses e de aspeto cadavérico. Os dois fantasmas, pois a impressão que os portugueses tiveram foi de estarem perante verdadeiros espetros, atiraram-se à poça de vômito e, afundando a cara

naquela mistela repugnante, puseram-se a lamber sofregamente a massa ácida e mal digerida que o oficial japonês acabava de expelir para o passeio.

“Meu Deus!”, soltou Lobo, virando a cara para o lado por se sentir incapaz de observar a cena. “Que horror!”

A rapariga teve ela própria de pôr a mão na boca para reprimir um vômito, subitamente consciente de que se não o fizesse em poucos instantes outros famintos estariam a lamber o que restava do *chau chau* que acabara de comer no Fat Siu Lau.

XXX

O aroma a incenso era ainda ativo apesar de Artur se encontrar no jardim, sentado num banco e escondido pela noite e pela folhagem densa de um arbusto. Tinha chegado vinte minutos antes ao velho templo de A-Ma e esforçara-se por ser discreto. Consultando mais uma vez o relógio, verificou que já passavam dez minutos da hora marcada. Será que ela ia faltar outra vez, tal como acontecera no Mercado Vermelho? A dúvida inquietava-o desde que ali entrara e adensara-se à medida que os minutos se esvaíam e a sua chinesa não aparecia.

“Olá, Artur.”

O olhar do governador iluminou-se no instante em que viu Lian-hua aparecer no jardim com o longo cabelo negro preso na nuca. A rapariga trazia entre os dedos um pauzinho de incenso de cuja ponta enrubescida nascia um fio baço de fumo, como uma serpente irrequieta a enrodilhar-se no ar.

“Minha flor!”, exclamou, claramente aliviado e pondo-se de pé. “Estava já com medo que não viesses.”

Lian-hua olhou de fugida para trás, quase como se receasse a própria sombra.

“Pois eu tenho medo justamente por ter vindo”, respondeu num tom inquieto. “Estou a ser totalmente irresponsável e inconsciente. O coronel foi esta noite a Zhuhai, mas se ele souber...”

“Não foste seguida?”

“Acho que não. Fiz como me disseste.” Espetou o pau de incenso

numa estrutura de oração budista. “Disse à Primeira Concubina que queria aproveitar a noite quente para ir ao templo prestar homenagem aos meus antepassados e pus-me às voltas pelas ruas de modo a certificar-me de que ninguém me seguia. Só depois apanhei um riquexó e me dirigi para aqui.”

Após uma espreitadela ao templo de modo a assegurar-se de que de facto nada havia de suspeito, Artur consultou o relógio.

“Quanto tempo temos?”

“Uma hora. Depois preciso de voltar para casa para que ninguém desconfie.”

Sem se atrever a beijá-la, por apesar de tudo se encontrarem num local público e ter receio de que alguém os surpreendesse, o governador entregou-lhe um longo lenço dourado de caxemira que trouxera consigo e a chinesa cobriu a cara, a cabeça e os ombros.

“Pareces uma indiana”, constatou ele com um sorriso. “Ninguém te reconhecerá.”

Não havia tempo a perder. Artur fez-lhe sinal de que o seguisse e meteu-se com Lian-hua por um caminho por detrás do templo, iluminando o solo com uma lanterna que trazia consigo.

O trilho aberto entre a vegetação forçou-os a escalar a colina até desaguiarem numa pradaria tranquila à luz de um candeeiro solitário, onde, como um monstro negro adormecido na treva, os aguardava o grande *Dodge* oficial. O governador abriu a porta traseira para a rapariga entrar na viatura. Instalou-se a seguir e deu um toque no vidro que os separava do assento onde se encontrava o *chauffeur*.

“Vamos.”

Com o coração aos saltos, por causa da escalada pela encosta atrás do templo de A-Ma mas também de excitação por tê-la enfim junto dele, Artur arrancou impetuosamente o lenço de caxemira com que a chinesa cobrira a cara e beijou-a com sofreguidão.

“Sonhei contigo”, murmurou ela quando os lábios se descolaram. “Andávamos a passear pelo jardim de Lou Lim Ioc.”

“Eu também sonhei contigo.” Arqueou os olhos, numa expressão traquina. “Estávamos os dois na minha cama.”

Lian-hua empurrou-lhe a cara com um gesto carinhoso.

“Parvo! Só me queres para essas coisas!”, riu-se a chinesa, espetando o lábio inferior para fora de modo a fingir que fazia beicinho. “Não tens vergonha, seu depravado? Achas que só sirvo para isso?”

O português ia responder, mas sentiu o automóvel travar. Olhou pela janela e viu o ferro do portão do Palácio de Santa Sancha abrir-se diante dos faróis da viatura.

“Já?”

A realidade é que a praceta por cima do templo de A-Ma se encontrava perto da sua casa, pelo que o percurso nem três minutos durara. Sabendo que por momentos estaria exposta aos olhares alheios, Lian-hua voltou a tapar a cara com o lenço dourado de caxemira e, quando a porta traseira do carro foi aberta, deixou-se conduzir por Artur para o interior do palacete. Sentiu pousada em si a atenção das pessoas com quem se cruzava e que trabalhavam na residência, mas evitou devolver-lhes os olhares indiscretos e, sempre preocupada com manter a cara tapada, subiu em passo rápido para o primeiro andar.

Serem vistos e até acompanhados pelos diversos empregados que estavam de serviço a Santa Sancha, neste caso o *chauffeur*, o mordomo e uma empregada de limpeza, deixava-os desconfortáveis. Teriam preferido encontrar-se sem que absolutamente ninguém os visse. Fora aliás por isso que haviam optado por aquele encontro noturno, uma vez que à noite sempre existia menos gente de serviço ao palacete, mas a realidade é que ele era o governador de Macau. Só essa circunstância tornava dolorosamente evidente que a discrição absoluta jamais seria possível. Ou se encontravam naquelas condições ou não se encontrariam sequer. As limitações da privacidade constituíam um preço que teriam de pagar se quisessem estar juntos. Mesmo assim, e por razões de segurança, Lian-hua sabia que teria sempre de ter o cuidado de manter a cara tapada perante a criadagem; era fundamental que ninguém a pudesse identificar, pois não havia modo de garantir que

nenhuma das pessoas que frequentavam o Palácio de Santa Sancha estava a soldo do Kempeitai.

O lenço dourado de caxemira caiu no momento em que a porta do quarto de Artur se fechou. Tombou o lenço e, peça a peça, tombaram as roupas, aqui as meias dele e os sapatos dela, ali a balalaica e o *chi pao*, trapos que foram sendo espalhados pelo soalho como flores a decorar um caminho. As roupas abandonadas pelo chão formaram um rasto que conduzia à cama, aos lençóis onde ambos já despidos se deitaram, agarrados como se se quisessem dissolver um no outro, os sentidos tomados pelo desejo e os corpos ligados num abraço ensopado de paixão e volúpia. Os dois moviam-se em sincronia perfeita, os impulsos controlados e incontroláveis num crescendo de gemidos e suspiros que desembocou numa eclosão exuberante de cores e sensações e eis e tudo o mais que os fundia e que, por um momento mágico, fez dos dois um único, uma entidade feita de duas pessoas. Eram Artur e Lian-hua mas naquele instante tornaram-se outra coisa, a repetição da velha união secular que ligava o Ocidente ao Oriente, o vinho ao chá, Portugal à China, a nau à sampana, a rosa à flor de lótus, o turbulento Atlântico ao tranquilo Pacífico, ele a ela; eram dois e tão diferentes mas tornaram-se um único e tão iguais, um só mundo, a reencarnação do império do amor cuja essência mais profunda o tempo cristalizara em Macau.

“Hmm”, murmurou ele. “Sinto-me flutuar...”

A flamejante explosão dos sentidos dera lugar a uma suave dormência em que os corpos foram deixados ao abandono, os braços e as pernas estendidos em renúncia como se pairassem, as mentes embotadas e imunes ao tempo e ao espaço, alheadas de tudo a não ser daquela terna sensação que lhes afrouxava o raciocínio e embalava a consciência. Pareciam vítimas do ópio mas a droga que lhes corria nas veias era feita de amor.

A ideia de que o tempo era limitado e havia que interromper aquele doce torpor em que ambos tinham caído aflorou de repente à mente de

Lian-hua. Abriu as pálpebras e abanou a cabeça, libertando-se de um só golpe da modorra que por minutos a enclausurara. A seguir apoiou-se sobre os cotovelos e, com o alarme a atear-lhe os olhos, virou-se para o amante deitado ao lado dela.

“Que horas são?”

“Hmm?”

“Artur, que horas são?”

A pergunta foi feita com urgência e obrigou-o a reagir. Respirando fundo para ganhar energia e abrindo os olhos a custo, o homem levantou o braço e consultou o relógio.

“Oito e meia.”

Não era tão tarde como Lian-hua receava, pelo que a chinesa, já mais calma, se recostou na cama e, chegando-se a Artur, entrelaçou os dedos nos dele.

“Daqui a dez minutos tenho de me vestir e ir embora”, sussurrou, quase arrependida por lhe ter perturbado o descanso. “Senão os capangas do coronel podem desconfiar.”

O português apertou a mão quente e macia da sua chinesa e, agora irreversivelmente desperto, virou-se para ela e fitou-lhe com intensidade os desconcertantes olhos azuis.

“Tens uns olhos lindos”, disse. “Onde os compraste?”

Lian-hua riu-se.

“Foi uma flor de lótus azul que mos deu.”

“O lótus azul dá olhos azuis?”

“Pelos vistos...”

A conversa era tola, mas não o eram afinal as conversas dos namorados? Artur tocou-lhe na cara com a ponta dos dedos e percorreu-lhe a pele nívea e suave, descendo pelo pescoço até aos seios e só parando no umbigo, que beijou com mansidão.

“Porque não foges comigo?”

“Não me importava nada”, murmurou a chinesa. “Mas, como sabes, não posso.”

“Só quando o teu pai estiver livre?”

“Sim.”

O português permaneceu alguns segundos em silêncio, admirando a perfeição das linhas do rosto de Lian-hua e o formato amendoado dos olhos, tão contrastante com a cor.

“És parecida com o teu pai ou com a tua mãe?”

“Com a minha avó. Também era uma chinesa de olhos claros.”

Inclinando-se sobre ela, Artur deu-lhe um beijo na face e puxou-a mais para ele.

“Não quero que te vás embora.”

Ela suspirou.

“Eu também não quero ir. Mas isto não é como queremos, pois não? É como tem de ser.”

“Pois, por causa do teu pai”, repetiu o português. “O que é preciso para que ele seja libertado?”

“Que os japoneses percam a guerra, acho eu.”

“Então temos de trabalhar para isso, não é verdade?”

Os lábios de Lian-hua formaram um sorriso.

“Assim dito até parece fácil. Mas, sendo nós insignificantes, somos totalmente impotentes para travar esta loucura.”

“Há sempre coisas que se podem fazer...”

“Tais como?”

“Olha, obter informação, por exemplo. Tu, aliás, estás numa posição privilegiada.” Fitou-a, atento à reação dela à pergunta que lhe ia fazer.

“Há alguma coisa que o coronel tenha dito sobre as operações militares japonesas que possa ser importante para o curso da guerra?”

Erguendo repentinamente a cabeça, a chinesa fixou os olhos nele e perscrutou-o com uma expressão inquisitiva, como se tentasse lê-lo para além do que lhe dizia a expressão do rosto.

“O que estás a insinuar? Queres que eu... que eu espie o coronel?”

“Se isso ajudar o Japão a perder a guerra, porque não?”

Ela estreitou as pálpebras, desconfiada.

“Olha lá, tudo isto é para fazeres de mim a tua espia?”

“Não. Tudo isto é para ficar contigo. Se para isso for preciso que o

Japão seja derrotado, então façamos o que pudermos para que esse fim se realize. Enquanto o Japão ocupar a China, tu e o teu pai estarão à mercê dos militares japoneses e nós não poderemos estar juntos.”

A explicação tranquilizou Lian-hua.

“Mas o que poderá o coronel saber que leve o Japão a perder a guerra? Ele é apenas o chefe do Kempeitai em Zhuhai, não é ninguém especialmente importante...”

“É óbvio que não deve saber nada de tremendo. Mas, como se diz na tua China, mesmo as grandes viagens começam com um primeiro passo. Uma migalha pode não valer nada, mas muitas migalhas fazem um pão. O que quero dizer é que no fundo a grande derrota do Japão se fará de milhentas pequenas derrotas.”

Lian-hua manteve o olhar desconfiado pregado nele.

“E tu? O que tens a ganhar com isso?”

“Ganho-te a ti”, devolveu ele de pronto. “Se para ficar contigo for preciso que o teu pai seja libertado e se para isso for preciso que o Japão seja derrotado, então derrotemos o Japão.”

A resposta de Artur foi dada com tanta convicção que a chinesa baixou as defesas.

“O que farás da informação que te der?”

“Depende do tipo de informação. A que disser respeito a Macau poderá ajudar-me no meu trabalho, como é evidente. A que se referir à guerra, poderei passá-la aos ingleses.”

“Quais ingleses? Hong Kong caiu e eles estão todos em campos de concentração.”

“Esqueces-te do cônsul inglês aqui em Macau, minha linda. Passar-lhe-ei a informação e ele fará dela o que entender.”

A rapariga permaneceu alguns instantes pensativa. A seguir saltou da cama e pôs-se de pé, começando a apanhar o *chi pao* e as restantes peças de roupa que espalhara pelo soalho do quarto.

“Não ouvi muito, mas ouvi alguma coisa”, revelou enquanto se começava a vestir. “Parece que os japoneses estão prestes a lançar um grande ataque contra os americanos. Numa conversa do coronel com os

capangas, ouvi-o mesmo falar de uma nova Pearl Harbor, uma operação que o Japão vai desencadear a todo o momento para pôr fim ao que resta da esquadra americana, e em particular para afundar os seus dois porta-aviões e abrir assim caminho à ocupação de todas as ilhas até ao Havai.”

“Eles acham que conseguem apanhar os americanos novamente de surpresa?”

“Isso não sei. O que sei é que o bombardeamento que os americanos fizeram há mês e meio sobre Tóquio e outras cidades do Japão deixou os japoneses paranoicos, havias de ver. Durante semanas o coronel e os amiguinhos não falaram de outra coisa, era um enjoo de conversa. Pelos vistos esse bombardeamento convenceu-os de que têm mesmo de acabar com os porta-aviões americanos. Ontem ouvi-os conversar entre eles e o coronel disse que a operação vai começar a todo o momento.”

“Onde?”

“Num atol qualquer junto do Havai.”

“Não sabes o nome?”

“Não decorei. Percebi apenas que os japoneses ainda pensaram em voltar a atacar Pearl Harbor, mas receiam que desta feita as defesas aéreas americanas não se deixem apanhar desprevenidas como da outra vez. Por isso optaram por um plano alternativo. Vão atrair a esquadra americana para o tal atol e emboscá-la lá.”

“Hmm... vou passar essa informação ao cônsul Reeves. Tenho a impressão de que só a ele será útil.”

Já com o *chi pao* vestido, Lian-hua sentou-se à borda da cama para calçar os sapatos.

“Enganas-te”, atalhou. “O que se está a passar também tem consequências para Macau. E não são poucas.”

Artur quase deu um salto na cama.

“O que queres dizer com isso?”

“Os japoneses estão a perder material mais depressa do que o repõem”, explicou ela. “Pelo que percebi, precisam urgentemente de matérias-primas, em particular de ferro e de aço, mas sobretudo de

combustíveis. O coronel é inundado de exigências para enviar para o Japão tudo o que encontrar. A pressão de Tóquio é tanta que ele às vezes parece histérico. Nesses dias não se consegue estar ao pé dele, fica insuportável. É também por isso que o coronel está a sufocar Macau, percebes? Quer obrigar-te a vender o armamento que cá tens e todo o ferro e o aço que por cá exista. Aviso-te já que, daqui para a frente, e a menos que chegues a um entendimento qualquer com eles, as coisas só vão piorar. Este ataque que os japoneses estão prestes a lançar contra os americanos vai elevar ainda mais o nível do cerco a Macau. O coronel irá apertar-vos e exigir tudo o que puder ser útil ao Japão.”

“Exigir?”, admirou-se o governador. “Exigir o quê? Não temos nada para lhes dar...”

“Então, meu querido, prevejo o pior para Macau.”

Esta sentença deixou Artur um momento quieto, os ombros caídos em desânimo, o olhar ensimesmado. O que diabo poderia dar aos japoneses que salvasse Macau? A entrega da primeira draga e o avanço no processo da compra da segunda ao governo holandês permitira-lhe ganhar algum tempo, mas o efeito daquela cartada estava já a esgotar-se. Precisava de tirar outro coelho da cartola. Mas qual?

“Isto é um inferno”, murmurou. “Atrás de uma exigência vem outra e outra ainda.”

“E vai ser pior se não te despachares”, avisou a chinesa, apontando para o relógio que ele tinha no pulso. “Já viste que horas são?”

Artur espreitou os ponteiros e, praguejando em português, deu um salto da cama e começou a vestir-se apressadamente. Quando se aprontou, foi à porta e gritou ao motorista que fosse buscar o carro. Depois voltou-se para Lian-hua e ajudou-a a assentar o lenço de caxemira sobre a cara e a cabeça de forma a torná-la irreconhecível.

“Onde queres que te deixemos?”, perguntou ele. “No templo de A-Ma?”

“Sim. Lá apanho um riquexó.”

O governador abriu a porta do quarto, fazendo-lhe sinal de que passasse à frente.

“Então vamos.”

A chinesa, no entanto, não se mexeu.

“Tu não.”

Artur encarou-a com surpresa.

“Não queres que eu vá?”

“Não. Prefiro despedir-me aqui com calma e sem pressas a beijar-te de fuga no teu carro. O motorista que me deixe depois discretamente num beco escuro e deserto perto do templo e eu cá me desembaraço.”

O português ainda pensou em insistir, fazia parte das mais elementares regras de cavalheirismo acompanhar as senhoras, mas percebeu que ela tinha razão. Se fossem ambos no automóvel tudo seria mais constrangedor, com Lian-hua tapada pelo lenço por causa do *chauffeur* sentado à frente e das pessoas que os pudessem ver na rua. O único sítio onde se sentiam livres era ali, naquele quarto, o lugar onde podiam ser eles mesmos e estar à vontade, pelo que lhe pareceu apropriado que se despedissem ali e nesse momento. Artur voltou a fechar a porta e a tirar-lhe o lenço e beijou-a com vagar, um beijo húmido e macio e doce, carregado de sentimento e saudade e de um desejo que não era feito só de carne, mas também de emoção.

Quando se apartaram, ele ajudou-a novamente a tapar a cara com o lenço dourado e reabriu a porta do quarto. A chinesa deslizou em passos suaves para o átrio do primeiro piso e começou a descer a escadaria. Ao terceiro degrau deteve-se e olhou para trás.

“Sabes, com tudo isto nem percebo o que sou realmente. A amante chinesa do governador ou a espia secreta dos portugueses?”

“Ainda não percebeste quem és para mim?”

“Diz-me.”

Plantado à porta do quarto a vê-la partir, o cabelo castanho em desalinho e a ternura a derramar-se pelo olhar, Artur esboçou um sorriso vagamente melancólico.

“A flor do meu coração.”

XXXI

Tomaram o caminho de regresso pelo outro lado da Avenida Almeida Ribeiro. É certo que havia nesse passeio mais sombras, devido sobretudo às várias arcadas e becos que aí existiam e onde o clarão amarelado dos candeeiros públicos não chegava, mas ao menos por ali Lobo e Carminho evitavam os oficiais japoneses que prosseguiram a algazarra à entrada do Grande Hotel.

“Que chatice!”, resmungou ele, esquadrinhando a avenida com o olhar. “Agora que precisávamos de apanhar um riquexó não passa nenhum. Já viste a nossa sorte?”

A rapariga permanecia agarrada a ele.

“Não percebes que os cules estão com medo dos japoneses, Jorge? Nem se atrevem a aproximar-se deste lado da avenida.”

Assim era, de facto. A presença da viatura nipónica e dos militares embriagados parecia ter assustado os puxadores dos riquexós, pois não se via um único desses veículos tradicionais a circular no troço final da Avenida Almeida Ribeiro. O casal teve de prosseguir a pé pelo passeio, sabendo que só por alturas do Leal Senado poderia apanhar transporte.

Quando seguiam já a meio da avenida, Lobo ouviu barulho e notou movimento nas arcadas sombrias por onde passavam. Intrigado, fixou nesse ponto a sua atenção.

“Está ali alguém...”

“São os refugiados, Jorge”, apressou-se Carminho a dizer, o medo a espreitar-lhe na voz. “Vamos embora!”

Os vultos imobilizaram-se à passagem do casal, o que Lobo estranhou mas não demasiado, pelo que seguiu caminho. Contudo, quando uns metros adiante o governante voltou a olhar para ali apercebeu-se de uma cintilação metálica entre as figuras escondidas pela sombra das arcadas. O seu treino de polícia veio nesse instante à superfície.

“Viste aquilo? Eles têm uma navalha!”

Lobo parou no passeio, tenso e pronto a entrar em ação. Tomando consciência de que ele se preparava para se meter naquele assunto, a namorada puxou-o.

“Vamos embora!”, repetiu em tom de súplica. “Isto não nos diz respeito, ouviste?”

Sair dali em circunstâncias daquelas não estava, porém, na natureza dele. A anterior experiência na Judiciária ajudara-o a identificar comportamentos suspeitos e o facto de os vultos se terem imobilizado à passagem do casal, e sobretudo o reflexo fugidio mas inconfundível de uma lâmina, deram-lhe a certeza de que algo de anormal, e provavelmente ilegal, se passava.

“*Pang iao!*”, chamou em cantonense, encaminhando-se em passo cauteloso para os vultos que se escondiam nas sombras das arcadas. “O que estão vocês aqui a fazer?”

Como moscas a escaparem da palma da mão que se abatia sobre elas, três figuras esquivas largaram em correria pelo passeio fora para fugirem à ameaça, dispersando-se em várias direções. É certo que não se afastavam com muita rapidez, percebia-se que se tratava de famintos com movimentos perros e uma certa dificuldade em correr, mas Lobo decidiu não os perseguir; se o fizesse teria de deixar Carminho só, o que àquela hora e num lugar daqueles lhe pareceu desaconselhável.

“Jorge, vamos embora”, implorou ela, sem querer acompanhá-lo para a sombra das arcadas mas sentindo-se incapaz de ficar sozinha no passeio, exposta às ameaças que a noite escondia na Avenida Almeida Ribeiro. “Estou cheia de medo...”

O treino de polícia, todavia, tomara já conta do namorado, que ignorou os apelos e se aproximou com movimentos cautelosos do local

onde os famintos estavam acocorados quando os detetara pela primeira vez, preparado para tudo. Como ali a escuridão era mais densa, os seus olhos levaram alguns segundos a habituar-se à treva opaca. Começou por sentir um forte odor a fezes e de seguida enxergou um vulto imóvel no chão, como um saco escuro. Pelos contornos desenhados no passeio pareceu-lhe que se tratava de uma pessoa. Não tinha porém a certeza, e assentou o pé cautelosamente à frente até sentir a ponta do sapato embater numa superfície macia; era de facto alguém que se encontrava ali deitado.

“Levanta-te!”

O vulto não respondeu nem reagiu. Inclinou-se sobre a pessoa deitada no chão e estudou-a melhor. O fedor a excrementos era aqui mais intenso até, mas ignorou o cheiro e aproximou ainda mais os olhos de modo a examinar o corpo em pormenor. Seria um cadáver?

“Jorge, por favor, vamos embora!”

Praguejou baixinho. Com uma lanterna a inspeção seria rápida, mas não a tendo precisava de proceder às apalpadelas, um processo mais moroso e difícil. Agachou-se e, gesticulando no escuro, tocou de novo no corpo imóvel. Sentiu a pele fria sobre os ossos e percebeu que a sua suspeita se confirmava. A pessoa deitada diante dele estava morta e, pela protuberância dos ossos, devia tratar-se de um faminto. Mesmo assim, e para se certificar, procurou o braço esquelético e desceu ao longo dele até ao pulso ossudo. Premiu-o para registar as pulsações e aguardou alguns segundos.

Nada.

Virou-se para trás e olhou para Carminho, que se mantinha à beira da avenida prudentemente à distância.

“Está aqui um morto.”

“Que horror!”, devolveu ela, impaciente por se escapulir dali. “Se calhar é melhor chamarmos a polícia...”

O corpo frio indicava que o óbito ocorrera pelo menos algumas horas antes. Seria uma mera vítima da fome e da cólera, ou teria sido assassinada pelos refugiados que afugentara instantes antes? Apalpou o

tronco por alturas do peito e, surpreendido, sentiu os dedos tocarem no que parecia uma cratera molhada. O cadáver tinha um enorme buraco no peito? O que diabo queria uma coisa daquelas dizer? Sempre com a ponta dos dedos, percorreu os limites do corte e percebeu que se estendia até ao abdómen, de onde vinha o fedor mais intenso a fezes; eram decerto os intestinos esventrados e expostos.

Pôs-se prontamente em pé e afastou-se para a berma do passeio, onde a luz amarelada de um candeeiro público lhe revelou que tinha as mãos molhadas de sangue.

Entraram à pressa na pequena esquadra situada numa esquina da praça do Leal Senado, a uns oitocentos metros do local onde haviam encontrado o cadáver. Quando Lobo se chegou ao balcão, os olhos do graduado de serviço fixaram-se de imediato nas suas mãos ensanguentadas. O governante tinha a noção de que, com todo aquele sangue nas mãos, parecia um açougueiro. Depois de se identificar, foi direito ao assunto.

“Encontrámos um cadáver na Almeida Ribeiro”, comunicou. “Tem um enorme buraco no peito e no abdómen e suspeito de assassinato. Há aqui algum oficial?”

“O tenente Pinto está lá dentro, doutor.”

Era uma boa novidade. Nos seus tempos na Judiciária, Lobo lidara muitas vezes com o responsável por aquela esquadra da PSP e acabara por ficar a conhecê-lo.

“Pode chamá-lo, se faz favor?”

O graduado desapareceu no interior da esquadra e voltou segundos mais tarde com o tenente Pinto. Depois de cumprimentar o agora governante e de se inteirar do sucedido, o oficial da PSP foi buscar uma lanterna e de caminho verificou as munições na pistola. A seguir deu ordens a um dos homens de que os acompanhasse e encaminharam-se os quatro para a Avenida Almeida Ribeiro.

“Isto dos mortos aqui na avenida está infelizmente a tornar-se uma rotina”, observou o tenente Pinto. “A vida hoje em dia não vale nada,

já viu? Mata-se por dá cá aquela palha.”

Apesar da escuridão e das ratazanas que ouviam e sentiam a cruzar a rua, progrediram em passo rápido e só se detiveram no local onde fora feita a descoberta macabra.

“O corpo está ali”, indicou Lobo, apontando para um canto escuro por baixo das galerias. “Se calhar era melhor ligar a luz, tenente.”

O oficial da PSP acendeu a lanterna e virou o foco para o local que Lobo lhe indicara. Primeiro a luz incidiu num pé ossudo e descalço e depois subiu ao longo da perna até expor o que parecia ser uma mulher esquelética, deitada de barriga para cima e de braços abertos como se estivesse crucificada no chão. Carminho permaneceu na berma do passeio, incapaz de observar a cena, mas os três homens convergiram para o cadáver e o foco da lanterna passou pelo abdómen aberto da vítima e fixou-se sobre o peito. Abria-se de facto no corpo uma cratera que deixava ver as entranhas. Ignorando o cheiro a fezes, o chefe da esquadra aproximou a lanterna do buraco no peito e inspecionou cuidadosamente o interior do cadáver.

“O doutor viu as pessoas que estavam à volta do morto?”

“Apenas os contornos”, esclareceu Lobo. “Quando me aproximei eles fugiram, mas pareceu-me que eram refugiados chineses. Pela maneira como corriam, é evidente que se tratava de famintos.”

“E tinham lâminas?”

“Um deles segurava uma navalha. Aliás, foi até isso que me chamou a atenção. Os outros não sei.”

O tenente Pinto afastou-se um pouco, mas deixou o foco da lanterna assente no buraco no peito do cadáver.

“Ora dê uma espreitadela, doutor.”, sugeriu. “Diga-me o que vê.”

Acedendo ao pedido, o governante abeirou-se da vítima e, vencendo a repugnância pelo fedor intenso a excrementos, examinou as entranhas iluminadas com olhar conhecedor.

“Pois, tem mesmo aqui um grande buraco”, constatou. “Parece que a mulher levou aqui uma bazucada, não parece?”

“Já viu os órgãos internos?”

Ao fim de alguns segundos Lobo sacudiu a cabeça, incrédulo, e pestanejou como se achasse que os olhos o enganavam.

“Ela... ela não tem coração! Será possível?”

“Nem fígado”, acrescentou o tenente Pinto, sempre num tom monocórdico.

“E também não encontro os rins nem o baço”, observou o governante. Levantou-se, sempre a encarar o vulto do tenente. “Será que isto é o que penso?”

O chefe da esquadra do Leal Senado manteve o foco assente no corpo e no buraco escavado no peito.

“Canibalismo.”

“Meu Deus...”

A luz desviou-se para as manchas de sangue que sujavam o pavimento em redor do corpo.

“Os famintos que o doutor viu com a navalha e que desataram a fugir estavam a comer a vítima”, disse o tenente Pinto, explicando o óbvio. “Como o cadáver quase não tem carne, uma vez que não devia comer há semanas, foram diretamente para os órgãos. A navalha servia para os cortar, está a perceber? Acontece que o doutor os surpreendeu em pleno festim e tiveram de fugir.”

Quase instintivamente, Lobo recuou um passo, os olhos horrorizados e incrédulos colados ao cadáver.

“Ao que isto chegou!” Sacudiu a cabeça com grande ênfase. “Veja só ao que isto chegou!”

O tenente Pinto fez um sinal ao homem que os acompanhara e este lançou um cobertor sobre a vítima e de seguida pegou no corpo. O chefe da esquadra apagou a lanterna e suspirou.

“Bem-vindo ao mundo dos canibais, doutor.”

O grupo percorria o caminho de regresso ao Leal Senado num estranho cortejo. Lobo seguia à conversa com o tenente Pinto e Carminho agarrada a ele, enquanto o guarda vinha atrás a carregar o corpo aos ombros, e tão leve era a vítima que lhe pareceu tratar-se de

um mero saco de vegetais.

“Como percebeu logo que isto era um caso de canibalismo?”

“Infelizmente está a tornar-se comum, doutor”, esclareceu o chefe da esquadra enquanto caminhavam. “Todos os dias encontramos corpos com o peito aberto e as entranhas removidas. Ao fim de algum tempo começámos a suspeitar de canibalismo, mas só na semana passada tivemos a confirmação. Dois dos meus homens desconfiaram de três refugiados que passaram por eles na Rua da Felicidade com um saco e puseram-se a segui-los. Os mendigos não paravam de olhar em todas as direções, como se tivessem razões para ter medo, e aperceberam-se de que havia dois polícias no seu encalço. Entraram em pânico e desataram a fugir, abandonando o saco no meio da rua.”

O governante assentiu, a experiência de antigo inspetor da Judiciária sempre presente.

“Comportamento típico de quem tem algo a esconder...”

“Enquanto um dos meus homens ia atrás dos fugitivos, o outro pegou no saco e descobriu lá dentro duas cabeças, uma de um adulto e a outra de uma criança, e ainda o tronco da criança sem pernas nem braços e com o interior limpo de vísceras.”

Lobo indicou com o polegar o corpo que o polícia atrás deles transportava aos ombros.

“De certo modo, o mesmo que encontrámos aqui.”

“Sim, doutor”, confirmou o oficial da PSP. “O suspeito que os meus homens conseguiram capturar foi levado para a esquadra e interrogado. Contou que era refugiado de Cantão e que um dia ele e os amigos acordaram numa arcada com o cadáver de uma criança deitado ao lado deles, evidentemente um miúdo que tinha morrido durante a noite de fome ou de doença. Como estavam a morrer de fome e não havia ninguém nas proximidades, arrastaram-no para um beco discreto e abriram-lhe o peito com a tampa laminada de uma lata. Depois comeram as vísceras e puseram o que sobrou no interior de uma folha de jornal. O problema é que estava muito calor e tiveram medo que as entranhas apodrecessem. Uma vez que naquele instante já não tinham

fome, do que foram os rapazes lembrar-se? De ir bater à porta de um restaurante para vender a carne.”

A informação compeliu o governante a abrir a boca de estupefação.

“O quê? Não me diga que o restaurante...”

“Comprou, pois”, anuiu o tenente Pinto. “De resto já interrogámos o dono. Disse que pensou que fosse carne de porco e admitiu que mandou cozinhá-la e que a serviu aos clientes.”

“Agh!”

“Mas o mais grave nem é isso, doutor. Parece que os refugiados concluíram que haviam descoberto ali um modo de sobrevivência e puseram-se todas as madrugadas a vasculhar as ruas da cidade e a retirar as vísceras dos cadáveres que iam encontrando antes de serem recolhidos pela camioneta dos Correios. Depois de levarem os corpos, retalhavam-nos em bocados de aspeto fresco e apetitoso. Outros refugiados aperceberam-se dessa prática e, forçados pelo desespero, começaram a imitá-los, uns simplesmente para matar a fome, outros para comer mas também para vender pela cidade. Parece que os restaurantes de Macau foram inundados de carne humana.”

Os dois namorados trocaram um olhar de pânico.

“Todos os restaurantes?”, perguntaram quase em uníssono. “Todos?”

Admirado com a intensidade da pergunta e com a estranha reação simultânea do casal, o oficial da PSP hesitou.

“Quer dizer, não posso garantir que tenham sido todos, como é evidente. Mas foram seguramente muitos os restaurantes que puseram carne humana na ementa.”

“Como por exemplo?”

“Olhem, o Golden City e o Golden Gate, no Hotel Central. Fomos lá fazer uma inspeção e tudo. Apreendemos a carne que nos pareceu suspeita.”

Lobo teve quase medo de formular a pergunta seguinte.

“O... o Fat Siu Lau também?”

“Claro que não.”

“De certeza?”

Pressionado pela insistência da pergunta, o tenente Pinto acabou por encolher os ombros.

“Sei lá!”, respondeu, ainda sem perceber onde eles queriam chegar. “Só temos registo de alguns dos restaurantes que foram clientes dos vagabundos antropófagos, não de todos. Porque querem saber?” Arregalou os olhos, entendendo por fim. “Não me digam que... que foram lá comer.”

Com um esgar de náusea e vontade de vomitar, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças assentiu.

“Ainda esta noite.”

O chefe da esquadra soltou uma gargalhada.

“E a carne? Como estava?”

“Agh! Nem nos fale nisso!”

O ar dos dois era de tal modo enfastiado que o tenente Pinto temeu que lhe vomitassem sobre a farda. À cautela, e quase inconscientemente, afastou-se um passo.

“Oiçam, para dizer a verdade o nome desse restaurante nunca foi mencionado”, assegurou-lhes. “Mas nesta altura devo dizer que não ponho as mãos no fogo por nenhuma carne que esteja à venda em Macau e que eu não tenha visto ser morta, estão a perceber? Mesmo os talhantes ambulantes que vendem carne na rua são de desconfiar.”

“E os donos dos restaurantes não acharam suspeito ver todos esses mendigos aparecer-lhes à porta com carne fresca para vender? Quer dizer... é estranho, não é?”

“Lá isso é, mas eles dizem que não suspeitaram de nada. Parece que alguns chegaram a perguntar aos refugiados onde iam eles buscar toda aquela carne, e a resposta que obtiveram foi que a comida vinha de contrabando da China. Não tendo razões para duvidar, até porque a explicação era de facto plausível, aceitaram-na.” Baixou a voz para exprimir a sua opinião. “Mas claro que podem ter desconfiado e não ter feito nada porque não eram eles que comiam a carne, não é? No fundo, mesmo desconfiando, a muitos o que interessava era servir os clientes e fazer-lhes crer que no seu estabelecimento havia sempre carne a preços

mais ou menos acessíveis. Além disso, se recusassem arriscavam-se a ser ultrapassados pela concorrência. Ninguém se podia dar ao luxo de não ter carne na ementa enquanto os restaurantes vizinhos a ofereciam à clientela. Uma coisa dessas era capaz de destruir o negócio. Portanto, foram na conversa dos mendigos e compraram a carne a acreditar, ou a querer acreditar, ou até a fingir acreditar que se tratava mesmo de porco e de vitela que vinha da China de contrabando.”

Apesar de já ter conseguido vencer as náuseas, Lobo não parava de sacudir a cabeça.

“Isto é incrível”, disse. “Absolutamente inacreditável!”

“De resto, fui verificar com o pessoal que trabalha na carrinha dos Correios e eles confirmaram que nos últimos dois meses estava a aparecer um número crescente de cadáveres com o peito aberto e sem as vísceras. O assunto começou até a gerar falatório entre eles. Os soldados pretos dizem que se trata de feitiços demoníacos.”

“Porque não foi o governo informado de nada?”

“Ainda estamos a preparar um relatório sobre o assunto, doutor. A ideia era remetê-lo ao senhor governador na próxima quarta-feira, depois de termos tudo confirmado. De qualquer modo, creio já ter sido dada uma palavra aos cozinheiros do Palácio da Praia Grande e do Palácio de Santa Sancha para que só cozinhassem carne de origem confirmada, não vá o diabo tecê-las.”

“O tenente está a insinuar que, antes de terem avisado os cozinheiros, o senhor governador pode também ter comido carne humana?”

O oficial da PSP deteve-se a meio do passeio e encarou o interlocutor com uma expressão grave.

“Todas as pessoas que nos últimos dois meses comeram carne em Macau, doutor, podem ter comido carne humana. Compreende o que lhe estou a dizer? Todas.”

O governante empalideceu ao pensar no número de vezes que tinha levado carne à boca nos meses anteriores. Não haviam sido muitas, mas alguma coisa comera de facto.

“Estou a ver...”

O grupo recomeçou a andar, entrando enfim na praça do Leal Senado. Lobo e Carminho matutavam ainda na carne que tinham comido nos últimos tempos, tentando recordar cada uma das circunstâncias em que isso acontecera e questionando-se sobre o que haviam sentido quando a tinham na boca.

“Alguma da carne que provou recentemente lhe soube mal, doutor?”

A pergunta era certa, justamente a questão que o ocupava nesse instante.

“Quer que lhe responda com sinceridade?”

“Com certeza.”

Fez-se uma pausa súbita na conversa. Lobo levou algum tempo a falar, mas quando o fez foi com um sorriso constrangido desenhado nos lábios e o olhar cheio de embaraço.

“Foi sempre uma delícia.”

XXXII

Apesar de ter visto muitas vezes aquela embarcação cruzar a baía da Praia Grande ou patrulhar as águas do Porto Interior, Artur experimentou uma sensação de estranheza quando nessa manhã entrou pela primeira vez na lancha-canhoneira *Macau*. Sempre se questionara sobre os motivos de se chamar lancha a um navio construído em aço e com quase quarenta metros de comprimento, mas, como não era da Marinha e das artes da navegação nada percebia, preferiu manter-se calado para não fazer figura de ignorante.

“Esta lancha-canhoneira foi construída em Glasgow, senhor governador”, comunicou-lhe o capitão Anselmo, o homem que capitaneava o navio e que por esse motivo lhe servia naquela ocasião de guia na visita à *Macau*. “Está equipada com dois motores alternativos de vapor de tríplice expansão com a potência total de duzentos e cinquenta cavalos, o que lhe permite navegar quase até aos doze nós. Uma verdadeira máquina!”

Disse-o como se expusesse uma proeza, pelo que Artur, que não fazia a menor ideia do que era a dita “tríplice expansão” e da velocidade medida em nós tinha apenas a mais ténue das ideias, se sentiu na obrigação de se mostrar devidamente impressionado.

“Doze nós?”, repetiu, simulando admiração. “Incrível, hem?”

“É verdade, senhor governador. É verdade!”, devolveu o capitão Anselmo, muito satisfeito com o impacto que a informação parecera produzir no chefe do governo colonial. “É claro que para isso também

contribui o facto de esta bela lancha-canhoneira dispor de uma caldeira aquatubular, não é verdade?” Levantou dois dedos. “Sem esquecer as duas hélices, cada uma a trabalhar no seu túnel!”

“Extraordinário, capitão!”, exclamou o governador, fingindo-se impressionado com a dita “caldeira aquatubular”. “Realmente assombroso!” Pousou os olhos na ferrugem que detetou nos tubos situados na ponte da embarcação. “Mas, diga-me uma coisa, este barco não está um bocado velho?”

Os ombros do capitão da *Macau* descaíram.

“Pois, esta lancha-canhoneira já tem uns bons aninhos, tem...”

“Quantos?”

O capitão Anselmo fixou os olhos no céu enquanto fazia as contas.

“Ora ela foi construída em 1909 e estamos em 1942, não é? Portanto, já tem... já tem...”

“Trinta e três anos.”

“Pois, mas ainda nos é muito útil, senhor governador”, apressou-se o oficial de marinha a acrescentar. “Não se esqueça de que esta lancha-canhoneira operou desde então nas águas da colónia e até levou a cabo operações em Cantão. Foi a *Macau* que limpou os piratas destes mares. Não sei se vossa excelência sabe, mas esta menina provocou mais de cem baixas entre os piratas que em 1910 infestavam Coloane. Com a *Macau* não se brinca, senhor governador.” Adiantou-se uns passos e conduziu o visitante até junto de uma peça de artilharia. “Está a ver esta bisarma?”

Artur avaliou a peça.

“Isto é uma *Hotchkiss*, não é?”

“Justamente, senhor governador. Temos duas peças destas a bordo. Terríveis, digo-lhe eu. Terríveis. Além disso, dispomos ainda de três metralhadoras, igualmente *Hotchkiss*, o que dá um belíssimo poder de fogo à *Macau*. Se considerarmos também que...”

Uma vozearia no cais interrompeu a conversa. Os olhares dos oficiais e dos marinheiros que se encontravam a bordo convergiram para a prancha que ligava a lancha-canhoneira à plataforma do Porto Interior,

onde Artur reconheceu o seu ajudante de campo.

“Capitão Tavares!”, chamou, abeirando-se da balaustrada do navio. “O que se passa?”

“Tenho uma comunicação urgente para vossa excelência, senhor governador”, atirou do cais o oficial. “Urgente e confidencial.”

Foi dada autorização para o capitão Tavares subir a bordo e Artur arrastou o ajudante de campo para a proa da lancha-canhoneira, onde os marinheiros receberam instruções para saírem e deixarem o governador à vontade.

“Então? O que se passa?”

“Acabámos de receber um emissário do *Imortal* com um pedido de ajuda urgente, senhor governador”, disse o capitão Tavares. “Parece que há umas lorchas cheias de refugiados chineses a ser perseguidas aqui perto neste preciso momento pela Marinha japonesa. O *Imortal* pede a nossa intervenção.”

“Isso está a acontecer nas nossas águas territoriais?”

“Não, senhor governador. Mas é perto.”

Artur esboçou um esgar de impotência.

“Então não estou a ver o que...”

“O *Imortal* diz que os japoneses vão chacinar todos os refugiados a bordo das lorchas, senhor governador. São centenas e centenas de pessoas.”

O chefe do governo franziu o sobrolho, esboçando uma expressão de ceticismo.

“Como sabe o *Imortal* que elas vão ser chacinadas?”

“Ele diz que sabe. É uma questão de acreditarmos ou não, mas parece que os japoneses já apanharam uma lorchas e... enfim, não foi bonito. O *Imortal* acha que só nós podemos valer aos refugiados.”

O governador esfregou o queixo enquanto ponderava o problema. Por um lado, a perseguição decorria fora das águas territoriais de Macau e a Marinha japonesa era muito superior à portuguesa. Além disso, as consequências políticas de um confronto entre portugueses e japoneses poderiam ser muito graves. Por outro lado, no entanto, havia um

pedido de ajuda feito pelo *Imortal* e a verdade é que estavam em causa as vidas de centenas de pessoas.

“Capitão Anselmo!”, chamou Artur. “Diz o senhor que este barco tem capacidade de combate?”

O comandante da lancha-canhoneira ficara uns metros à distância, de modo a respeitar a confidencialidade da conversa entre o governador e o ajudante de campo, embora se mantivesse atento a qualquer necessidade do chefe do governo.

“Com certeza, senhor governador”, atirou do sítio onde se encontrava. “Temos duas peças de artilharia e três metralhadoras, como viu, e podemos navegar quase até aos doze nós. Connosco ninguém se mete.”

“Nem os japoneses?”

O capitão Anselmo vacilou.

“Bem... quer dizer...”

Sem esperar pela resposta, Artur fez um gesto enfático a indicar a linha do horizonte, onde o azul-acastanhado do mar se separava do cinzento metálico do céu.

“Zarpamos em cinco minutos.”

As águas apresentavam-se nessa manhã tranquilas e o comandante da lancha-canhoneira verificou as coordenadas no mapa aberto diante dele. No percurso até ali, o capitão Anselmo dera-se ao trabalho de explicar que, apesar de as lorchas se parecerem com juncos, embora mais rápidas e um pouco maiores, na verdade não tinham sido inventadas pelos chineses, mas em Macau pelos próprios portugueses do século xvi. Nada daquilo, no entanto, era relevante naquele momento e Artur acompanhou distraidamente as explicações, os olhos colados ao horizonte e a mente focada nas implicações de um confronto com os japoneses. Teria de proceder de forma hábil e cautelosa para não pôr em causa nada de fundamental.

“Ali!”, gritou uma voz. “As lorchas estão ali!”

Os olhares de todos os que seguiam a bordo convergiram para o

ponto indicado. Três velas brancas sujas de uma lorchas erguiam-se das águas tranquilas do delta do rio das Pérolas, assinalando o local onde se encontrava uma das embarcações chinesas com refugiados. Imediatamente atrás da primeira lorchas e acima da linha de água acastanhada lobrigaram outros conjuntos de três velas. Inquieto, Artur olhou em redor.

“Onde raio estão os japoneses?”

O capitão Anselmo vasculhava o delta com os binóculos e fixou um ponto à esquerda.

“Ali ao fundo, senhor governador!”, indicou, apontando na mesma direção. “Não vê aquelas manchas acinzentadas?”

Artur virou para ali os binóculos e de facto destrinçou o que lhe pareceu um traço de cobre a aparecer e desaparecer no horizonte, por entre a ondulação.

“Sim, estou a ver.”

“São torpedeiros e têm içada a bandeira do Sol nascente.”

Por mais que se esforçasse, o governador não avistava nenhuma bandeira nos longínquos navios de guerra e acabou por desistir. Decerto o comandante da lancha-canhoneira tinha o olhar treinado para detetar esse tipo de pormenores, e se ele dizia que via as bandeiras da Marinha japonesa era porque as via de facto.

“Temos de falar com os japoneses”, disse Artur. “Podemos entrar em contacto com eles?”

“Sim, senhor governador.” Indicou um aparelho metálico guardado numa prateleira da ponte. “Temos aqui o rádio.”

“Então faça o favor de lhes comunicar que estas lorchas pertencem ao governo de Macau.”

O capitão Anselmo hesitou perante a mentira descarada. Ainda ponderou contra-argumentar, mas calou-se, pensando que no fim de contas o governador lá teria as suas razões para dizer uma coisa daquelas. Sentou-se obedientemente diante do aparelho de rádio e ligou-o. A seguir pôs os auscultadores e pegou no microfone, colando-o à boca.

“This is Charlie Tango Alpha X-ray, Portuguese warship”, identificou-se em inglês segundo as normas internacionais de navegação. “Desejo falar com o comandante da força japonesa que se aproxima das águas territoriais de Macau. *Over.*”

O rádio estralejou por alguns momentos, mas depressa a estática foi interrompida por uma voz metálica.

“Charlie Tango Alpha X-ray, this is Bravo Lima Mike Foxtrot, Japanese warship.” A resposta veio num inglês com forte sotaque japonês. *“Em que vos podemos ser úteis? Over.”*

“Bravo Lima Mike Foxtrot, é só para vos informar que as lorchas que vocês estão a perseguir pertencem ao governo de Macau. *Over.*”

Fez-se um curto silêncio em que apenas se ouvia a estática a raspar no altifalante do rádio.

“Charlie Tango Alpha X-ray, estranhamos essa comunicação porque as lorchas não têm hasteada a bandeira portuguesa. Esclareça-nos, por favor. Over.”

O olhar do capitão Anselmo desviou-se para Artur, que seguia com atenção o diálogo entre os comandantes português e japonês.

“O que lhe respondo, senhor governador?”

“O senhor capitão tem por acaso algumas bandeiras portuguesas guardadas aqui na lancha-canhoneira?”

“Sim, senhor governador. Julgo que dispomos de três.”

“Então diga aos japoneses que as bandeiras portuguesas não estão hasteadas nas lorchas porque elas se encontram ainda em águas internacionais, mas que em breve as hastearão.” Fixou com o olhar as velas das embarcações chinesas que tentavam fugir aos japoneses. “E informe-os de que o governador de Macau se encontra a bordo desta canhoneira.”

A aproximação da *Macau* às lorchas levou meia hora. O mais difícil era o passo seguinte. A ondulação e o pânico que manifestamente se vivia a bordo da primeira lorchas complicavam a operação, até porque os torpedeiros japoneses se mantinham por perto, mas o comandante

português era hábil e depois de muitos esforços e algumas manobras com certo risco, a lancha-canhoneira acabou por acostar à primeira das várias embarcações fugitivas.

“Gancho fixo!”, gritou um dos marinheiros, a voz a sobrepor-se à algazarra. “Gancho fixo!”

Os refugiados chineses recuaram, aterrorizados e equivocados quanto às intenções do navio de guerra que os interceptara e se encostara a eles, e alguns pareceram mesmo dispostos a atirar-se ao mar.

“Preparem a abordagem!”, ordenou o comandante da embarcação portuguesa, percorrendo o *deck* a bombordo para inspecionar os seus homens. “Prontos? Vamos!”

Usando ganchos e três tábuas, como piratas a lançar-se no assalto de um navio em alto mar, os marinheiros portugueses saltaram para a lancha. Os refugiados, que mais pareciam mendigos esfarrapados, gritaram de horror e esconderam-se onde puderam, mas os marinheiros ignoraram-nos e um deles trepou ao topo do mastro central da embarcação com um pano vermelho e verde enrolado debaixo do braço.

Momentos mais tarde, a bandeira de Portugal bailava no alto da primeira lancha.

O *Ford* cor de mostarda no cais do Porto Interior foi a primeira coisa que Artur notou quando a lancha-canhoneira entrou na estreita faixa de água entre Macau e a Lapa à cabeça das quatro lanchas chinesas. Na verdade o governador encontrava-se na ponte do navio no momento em que o capitão Tavares lhe chamou a atenção para a presença do veículo, tendo ambos seguido até à proa de binóculos nas mãos para o observarem.

“É o coronel Sawa”, constatou Artur depois de estudar os homens sentados no *Ford*. “Deve estar pior que uma barata!”

A lancha-canhoneira levou ainda algum tempo a acostar ao cais, uma vez que se envolveu nos trabalhos de coordenação da atracagem das lanchas e nos contactos com os chefes da comunidade chinesa para que dessem acolhimento aos refugiados prestes a desembarcar. No momento

em que o governador cruzou a prancha, contudo, a primeira pessoa que encontrou a recebê-lo na plataforma do Porto Interior foi justamente o chefe do Kempeitai. Como previra, o japonês não estava contente.

“O senhor governador tem, presumo, plena consciência de que atuou em águas internacionais...”

“Com certeza que sim, caro coronel”, devolveu Artur com jovialidade, fingindo que não notara o ressentimento que chispava das palavras do oficial nipónico. “É justamente por isso que se chamam águas internacionais, não é verdade? Os navios de todas as nações podem navegar nelas.”

“Pois, mas o senhor governador não ignora decerto que a guerra nos obrigou a tomar medidas excepcionais de segurança que envolvem a interdição de se navegar nas águas em redor de Macau e de Hong Kong sem autorização da Marinha Imperial. Na verdade, todo o mar da China está selado. Como deve calcular, o almirante Hiroyasu não ficou nada satisfeito por saber que havia um navio de guerra português neste setor, e ainda por cima a interferir com as nossas operações.”

“Desculpe, mas é habitual as operações da Marinha Imperial envolverem a perseguição a refugiados?”

“Não são simples refugiados, senhor governador. São piratas”, sublinhou o coronel Sawa. “Os chineses usam os refugiados para fazer contrabando. Isso não podemos permitir.”

“Mas qual contrabando, coronel?”, questionou Artur. Não tinha planeado aquela conversa, mas no fundo desejava-a. “Qual é o problema de os chineses transportarem alimentos para Macau? Por que razão andam vocês a bloquear toda a navegação para a colónia? Os senhores terão porventura medo que acabe a fome entre a população que aqui reside? Que sentido faz esse bloqueio?”

O chefe do Kempeitai percebeu que tinha posto um pé em falso e emendou prontamente a sua posição.

“Não queremos de modo nenhum cortar o fornecimento de alimentos a Macau, senhor governador”, apressou-se a esclarecer. “Não estão, de resto, os abastecimentos a entrar pela Porta do Cerco?”

“A preços inoportáveis, ainda por cima agravados com as taxas exorbitantes que vocês se puseram a cobrar aos comerciantes para deixar passar a comida pela fronteira.”

O coronel Sawa fez com a mão um gesto melodramático.

“Esta guerra tem um custo, senhor governador. Essas taxas são o infeliz preço a pagar pela nossa missão histórica de devolver a Ásia aos asiáticos. Nada se faz sem sacrifícios, receio bem.”

Ciente de que as taxas cobradas pelos japoneses aos alimentos que passavam pela Porta do Cerco não serviam para financiar o esforço de guerra mas os bolsos dos oficiais, Artur esboçou uma expressão carregada de sarcasmo.

“Pois, pois, estou a ver...”

Depois de olhar para os lados e verificar que ninguém se encontrava suficientemente perto para escutar a conversa, o chefe do Kempeitai afinou a garganta.

“Há, se o senhor governador me permite que lhe diga, uma maneira de fazer baixar as taxas.”

O chefe do governo arqueou as sobrancelhas, interessado.

“Sim? Qual?”

O coronel Sawa voltou a olhar em redor antes de falar de novo.

“Poderemos organizar sociedades de importação”, sugeriu em voz baixa. “Nós teremos uma fatia e vocês terão outra.” Estreitou os olhos, em busca de cumplicidade. “Será um excelente método, não acha?”

A proposta era clara. O homem-forte do Kempeitai queria meter mais dinheiro ao bolso.

“Se procedermos desse modo, o preço dos alimentos que entram em Macau irá baixar?”

“Reduziremos cinquenta por cento as taxas sobre os abastecimentos que passarem pela fronteira. O que me diz?”

O governador fez rapidamente as contas de cabeça. O que pouparia nas taxas, depressa percebeu, não compensaria o que teria de gastar a subornar os japoneses com a sua fatia na dita sociedade. Por outro lado, não esquecera as palavras de Fukui, que o avisara ser fundamental

manter satisfeitos os oficiais do Exército Imperial, nem o que Lian-hua lhe dissera na véspera sobre a pressão a que o coronel Sawa estava sujeito por parte do Alto Comando japonês. Se recusasse a proposta, teria problemas.

“Mesmo assim o arroz continuará a ficar-nos caro”, retorquiu. “O problema é que não temos dinheiro para pagar toda a comida de que necessitamos, está a perceber?”

“Isso é fácil de resolver”, disse o japonês. “Se vocês não têm dinheiro que chegue, comprem apenas os alimentos para a comunidade portuguesa e os chineses que se desembaracem. Por que razão haverá o governo português de se preocupar com alimentar a população chinesa?”

“Ainda há instantes me garantia o senhor que a missão do Japão era devolver a Ásia aos asiáticos e agora diz-me uma coisa dessas?”, admirou-se Artur. Sacudiu negativamente a cabeça. “Não, não posso aceitar a sua sugestão. Seria imoral comprarmos comida para a comunidade portuguesa e deixarmos a população chinesa da colónia morrer à fome. Isso não faremos.”

“Mas há muitos chineses a morrer de fome em Macau...”

“São refugiados, coronel, não habitantes chineses da colónia.”

“Qual a diferença, senhor governador? Que eu saiba tão chineses são uns como outros.”

“É verdade, mas a nossa responsabilidade para com a população chinesa de Macau é diferente da nossa responsabilidade para com a população chinesa que vivia na China e decidiu fugir para cá. Acolhemo-los, claro, mas o facto é que o meu governo não tem meios para os alimentar a todos.”

O coronel Sawa impacientou-se.

“*Yare yare!*, façam como quiserem, tudo isso me é indiferente”, concluiu, desinteressando-se do problema. “O meu dever é resolver os meus problemas. Como sabe, a energia é uma questão central no esforço de guerra da minha pátria e por isso temos interesse na vossa companhia de eletricidade. Desejamos por isso que ela nos seja cedida.”

“Qual companhia?”, assustou-se Artur. “A Melco?”

“Essa mesmo.”

“Mas... mas isso não é possível, coronel! A Melco é uma companhia inglesa, não a podemos ceder assim sem mais nem...”

“Justamente, é uma companhia inglesa”, cortou o homem do Kempeitai. “Nós vencemos os ingleses e temos direito aos seus despojos. Se a Melco é inglesa, passa a pertencer-nos. Para que não se diga que isto é um roubo, informo-o de que estamos dispostos a pagar para a ter.”

“Mas nós somos neutrais e temos de respeitar os ingleses como vos respeitamos a vocês. Não nos pode ser exigido que vos entreguemos propriedades dos ingleses! Isso é impensável!”

O coronel Sawa esboçou um gesto de indiferença.

“A vossa companhia de eletricidade é inglesa e terá por isso de nos ser entregue”, disse como quem expunha uma evidência. “Vocês já sabem que, se quiserem mais comida, seja apenas para a comunidade portuguesa seja também para todos os habitantes chineses de Macau, e estando nestes tempos difíceis os alimentos tão caros, terão de arranjar mais dinheiro para os pagar. Sem dinheiro, senhor governador, não haverá paparoca para ninguém. Por isso terão de nos vender a Melco.”

O problema reduzia-se à sua expressão mais crua e elementar, percebeu Artur. O dinheiro. Se queria alimentar a população da colônia, teria de resolver essa questão.

“Não posso vender propriedade dos ingleses.”

“Vocês estão a alugar-nos a draga holandesa...”

“É diferente. A Holanda foi ocupada pelos alemães e isso facilitou o acordo com a Nederland Harbour Works. Mas Inglaterra não está ocupada por ninguém e jamais aceitará vender-vos a Melco, mesmo que por nosso intermédio. Isso não vai acontecer.”

“Ai vai, vai. Os senhores terão de se arranjar para nos passarem a companhia de eletricidade inglesa para as mãos. Só com o dinheiro que vos dermos pela Melco poderão comprar-nos a comida de que precisam.”

“Não haverá outras coisas que vos interessem que vos possamos vender?”

A pergunta ficou a pairar, por alguns momentos sem resposta. O coronel Sawa pareceu alhear-se do problema e pôs-se a vaguear pelo cais com as mãos atrás das costas enquanto observava os marinheiros portugueses que, agarrados a baldes e esfregonas, faziam a limpeza da lancha-canhoneira *Macau* depois da missão da manhã. Percorreu o navio pelo caminho do cais paralelo da proa à ré, admirando a estrutura de ferro e as peças de artilharia e as metralhadoras *Hotchkiss*. Por fim voltou-se para o governador com um sorriso velhaco a rasgar-lhe o rosto.

“Este barco vale uns cinco mil sacos de arroz.”

XXXIII

Quase sem querer, o olhar de Lobo desviou-se para o relógio pregado à parede do seu gabinete; era extraordinário como, quando estava pressionado e precisava de tempo para resolver um assunto, os ponteiros pareciam acelerar com uma velocidade estonteante e tudo se atrasava. Suspirou e, tentando manter-se paciente, encarou o rapaz diante dele.

“Oiça, temos de nos despachar.”

O jovem Stan Li Ho agarrou-se nervosamente à caneta.

“É por causa dos japoneses, doutor?”

“Pior”, retorquiu o diretor dos Serviços de Economia e Finanças com um gesto de exasperação. “É por causa de uma mulher.”

O rapaz diante dele olhou-o sem entender.

“Ah.”

Talvez o sobrinho de *Sir* Robert Ho Tung fosse demasiado jovem para perceber o tipo de problemas que as mulheres suscitavam, pensou Lobo com um sorriso involuntário, mas ainda tinha tempo para aprender.

“Bem, vamos a isto”, disse, voltando à questão que os juntara naquela tarde. “O senhor governador encarregou-me de criar uma sociedade que reúna os interesses do governo de Macau, que eu representarei, e os das vizinhas autoridades japonesas. Achámos, no entanto, que seria complicado estarmos numa sociedade em que os nossos únicos parceiros fossem os militares japoneses, pelo que o senhor governador decidiu permitir que, a troco de um generoso investimento em Macau,

Sir Robert Ho Tung seja envolvido no projeto. *Sir Robert* será uma espécie de pêndulo da balança entre nós e os japoneses, está a ver?”

“O meu tio designou-me a mim para o representar.”

“Bem sei, bem sei.” Estudou o interlocutor. “Você parece-me muito jovem e nem sequer terminou o seu curso em Hong Kong. De certeza que está à altura do que é exigido que se faça?”

“Se o meu tio me enviou para o representar é porque estou preparado”, devolveu Stan Li com grande convicção. “Gostaria, no entanto, de perceber com exatidão o tipo de empresa que os senhores têm em mente.”

Lobo esfregou o queixo, dividido quanto ao que deveria dizer. Não gostaria de abrir todo o jogo, mas percebia que seria difícil convencer um parceiro a entrar no projeto se não lhe explicasse as coisas mais elementares.

“Os japoneses andam a exercer muita pressão para que lhes entreguemos armamento, ferro e aço”, disse. “Não que nos queiram desarmar, mas precisam de material para alimentar o seu esforço de guerra. Há uns meses ficaram-nos com uma draga e a segunda draga ser-lhes-á entregue em breve. Falta apenas darmos cinquenta mil patacas à mulher do representante da empresa, o qual aliás está preso em Hong Kong pelos próprios japoneses, veja lá como são as coisas. E esta manhã os japoneses já deram sinais de querer também a Melco e a nossa lancha-canhoneira *Macau*.”

“*Ayah!*”, exclamou Stan Li em cantonense. “Os tipos não fazem a coisa por menos! A Melco não é inglesa?”

“É pois.”

“Então como vai resolver isso? Os ingleses nunca aceitarão que a companhia passe para as mãos dos japoneses, como é bom de ver...”

“Já inventei uma maneira de contornar o problema”, indicou o governante português. “Vamos retirar a concessão da eletricidade à Melco. Sem essa concessão, a Melco deixa de ser interessante para os japoneses...”

O jovem sorriu.

“O doutor é diabólico...”

“Diabólica é a situação que estamos a viver”, retorquiu Lobo com agastamento. “De qualquer modo, o senhor governador está convencido de que estas exigências não vão conhecer fim e será preciso lidar com elas de uma forma satisfatória para todas as partes.”

“Explique o que quer dizer com a expressão *forma satisfatória*, por favor.”

“Para os japoneses, satisfatório é conseguirem todo o material que querem. Para nós, satisfatório será cooperarmos com os japoneses sem fazermos nada que ponha em causa a nossa política de neutralidade e, o que é igualmente muito importante, obtendo o máximo possível de contrapartidas para dar de comer à população da colónia. De resto, basta andar pelas ruas de Macau para perceber como este ponto é crucial.

“Se não houver esta cooperação com os japoneses, o que acontecerá?”, quis saber Stan Li. “Acha mesmo que eles invadirão Macau?”

“É possível. Mas primeiro vender-nos-ão os bens alimentares a um preço de tal modo exorbitante que não seremos capazes de os pagar. Aliás, de certo modo já o estão a fazer, o que significa que a opção diante de nós é muito clara. Ou os ajudamos a alimentar a sua máquina de guerra ou morremos todos à fome. É tão simples quanto isso.”

“Estou a ver...”

Lobo pegou numa resma de folhas previamente datilografadas e entregou-as ao interlocutor.

“Isto é a papelada para a constituição da empresa”, explicou. “O texto em inglês encontra-se no fim. Veja lá se está tudo como deve ser...”

Depois de folhear a resma, Stan Li localizou a tradução em inglês e leu as primeiras linhas.

“Vai chamar-se Companhia Cooperativa de Macau?”

“Isso mesmo”, assentiu o responsável pela Economia. “A ideia é muito simples. O governo de Macau entrega à CCM tudo o que possa

ter valor para os japoneses: navios, canhões, ferro-velho, equipamento de comunicações... enfim, o que se conseguir arranjar. Em troca, os japoneses fornecem-nos bens alimentares em quantidade suficiente para os distribuirmos por toda a população da colónia.”

“E qual é o meu papel neste negócio?”

“Para salvaguardar as aparências e esconder que as autoridades portuguesas estão a cooperar diretamente com as japonesas, precisamos de alguém que faça de intermediário entre as duas partes, está a entender? Foi por isso que pensámos em vocês. Pelo papel que os senhores irão desempenhar, terão direito a uma comissão.”

“Estou a ver”, murmurou o rapaz. “O que quer começar por vender?”

“A lancha-canhoneira *Macau*. O coronel Sawa já anda de olho nela e mais vale despacharmos o negócio. Ele oferece cinco mil sacos de arroz pela embarcação, mas gostaria que vocês elevassem o preço para o dobro.”

Stan Li Ho voltou a percorrer com os olhos o texto que formalizava a criação da CCM, só que desta vez a prestar atenção aos detalhes. Pressentindo que o processo ia prolongar-se, Lobo consultou de novo o relógio. Ou muito se enganava, ou iria atrasar-se para o encontro com Carminho. Esboçou uma careta dorida. A namorada gostava de se fazer esperar, mas não apreciava esperar. Como iria ela...

“Falta aqui uma coisa.”

A observação trouxe o governante de regresso ao presente.

“Perdão?”

“Na lista dos bens para transacionar não vejo qualquer referência aos combustíveis”, disse o rapaz. “Como decerto é do seu conhecimento, o principal bem de que os japoneses precisam neste momento é justamente o petróleo. Foi aliás por isso que atacaram Pearl Harbor e invadiram as Índias Orientais holandesas. O bloqueio petrolífero americano deixou-os desesperados e precisam de combustíveis a todo o custo. Assim sendo, porque não lhes vendemos o nosso petróleo?”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças encarou Stan Li Ho com uma expressão de perplexidade. Em que diabo estaria *Sir Robert*

Ho Tung a pensar quando escolhera o seu sobrinho para o representar na Companhia Cooperativa de Macau? O rapaz pelos vistos nem os factos mais elementares parecia dominar. Assim se provava que de facto era má ideia misturar família e negócios.

“Sabe, Stan Li”, disse Lobo com condescendência e fazendo uso da maior paciência que foi capaz de reunir. “Infelizmente Macau ainda não dispõe de poços de petróleo. Portanto será difícil vender aos japoneses o que não possuímos, não lhe parece?”

“Onde vai Macau abastecer-se de petróleo, doutor?”

Pelos vistos, o erro que o rapaz acabara de cometer não o intimidara. Não teria ele notado a evidente ironia nas palavras que acabavam de lhe ser endereçadas? Ou seria burro ao ponto de nem isso perceber?

“Nós vamos abastecer-nos aos produtores de petróleo, como é evidente. Mas isso acabou, receio bem. A guerra e o bloqueio naval japonês no mar da China impedem a navegação por estas bandas. Os petroleiros não podem, por isso, navegar até aqui.”

“Qual é o produtor de petróleo que tradicionalmente abastece Macau?”

Stan Li Ho falava com grande segurança, como se tivesse uma certeza em mente, o que intrigou o governante.

“Bem... Timor, claro.”

O rapaz de Hong Kong fitou longa e intensamente o português antes de voltar a falar.

“Tem aí a sua resposta, doutor.”

A observação obrigou Lobo a recostar-se e a tentar compreender o raciocínio do sobrinho de *Sir* Robert Ho Tung. Timor era a resposta? A resposta a quê? Arregalou de repente os olhos, percebendo enfim a ideia.

“Está a sugerir que... que...”

“Que o governo de Macau mande vir petróleo de Timor e depois o entregue aos japoneses”, completou Stan Li. “O pretexto oficial é que serve para abastecer a colónia... o que, aliás, não constitui mentira nenhuma. Assim os Aliados deixá-lo-ão sair de Timor e seguir para

Macau e os japoneses permitirão que o petroleiro entre no mar da China. Depois, e uma vez em Macau, esse petróleo será entregue à CCM e transferido às escondidas para os japoneses, que pagarão em gêneros alimentares. Em troca de uma comissãozita, eu próprio me encarregarei da operação de transferência e assim as aparências ficarão salvas.

O governante português contemplou as possibilidades que uma tal transação encerrava.

“Isso tem até uma importantíssima vantagem acrescida”, considerou. “Se Macau se transformar num posto fornecedor de petróleo para o Japão, os japoneses nunca se atreverão a invadir a colônia. Se o fizerem, perderão acesso ao petróleo de Timor. Consequentemente, ficarão atados a nós.”

“É o negócio perfeito, doutor”, concluiu o sobrinho de *Sir Robert Ho Tung*. “Todos ficam satisfeitos.”

Levantando-se, Lobo foi à janela do gabinete e contemplou o céu de chumbo, uma marca do verão em Macau, e a baía da Praia Grande, fixando depois os riquexós que passavam pela marginal diante do Palácio da Praia Grande, separado por um pequeno muro do edifício onde funcionavam os seus Serviços de Economia. Considerando as vantagens, raciocinou, não seria difícil convencer o governador a alinhar na operação. Os japoneses conseguiriam o petróleo de que tanto precisavam e os portugueses obteriam alimentos e um seguro contra uma sempre possível invasão japonesa da colônia. Como poderia rejeitar a ideia? Era verdade que havia a possibilidade de os Aliados descobrirem a negociata, mas nesse caso as culpas recairiam sobre os intermediários. Não era justamente para cobrir esse risco que eles iam cobrar uma comissão?

“É uma excelente ideia.”

Os olhos do rapaz cintilaram.

“E há outras coisas que poderíamos fazer”, acrescentou com entusiasmo, as ideias a fervilharem. “Soube noutro dia que os japoneses andam desesperados por volfrâmio. Ora existem reservas de volfrâmio

no interior da China. Acontece que tenho uns contactos chineses com acesso a essas reservas e estava a pensar usá-los para trazer o volfrâmio aqui para Macau e vendê-lo aos japoneses. O que acha?”

“Quer mesmo saber o que acho, meu caro Stan Li Ho?”

“Claro que sim, doutor.”

Ciente de que as ideias do jovem estudante de Hong Kong abriam um caminho importante para a sobrevivência de Macau, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças voltou-se e encarou-o, o perfil recortado pela luz metálica que enchia a janela.

“Acho que você ainda vai longe, rapaz!”

As batidas na porta do gabinete e a gritaria no corredor fizeram Lobo e Stan Li suspender as canetas no ar e entreolhar-se, interrompendo assim as emendas que ambos haviam acordado fazer ao texto de constituição da Companhia Cooperativa de Macau. Vencida a perplexidade, o governante levantou-se e foi à porta.

“O que raio se passa aqui?”, perguntou ao abri-la. “Que chinfrineira vem a ser...”

“Olha lá, Jorge, tu sabes que horas são?”, interrompeu-o Carminho, enfrentando-o do corredor com as mãos nas ancas. “Estou há quinze minutos à tua espera! Desde quando...”

“Peço desculpa, doutor Lobo”, interveio a secretária do diretor, visivelmente aflita. “Esta senhora passou à minha frente e...”

“... é que são as donzelas que esperam pelos cavalheiros? Que raio de educação te deram os...”

“... não consegui travá-la.”

“... teus pais? Não achas isto um abuso?”

“Obrigado dona Graciete, eu resolvo isto, trata-se de um assunto do foro pessoal”, disse o governante, dispensando a secretária. Virou-se para a namorada e amaciou a voz. “Ouve, meu repolho, só estou um bocadinho atrasado, mas prometo...”

“Um bocadinho? Achas vinte minutos um bocadinho?”

“... que daqui a cinco minutos está tudo terminado, está bem?”

“O quê? Não te chega o atraso que já levas? Ainda por cima o baile no Clube Argonauta vai começar daqui a pouco e não quero perder o início. Sabes que vai lá estar o Art Carneiro e a banda dele, não sabes?”

“São só mais cinco minutos, meu querubim encantado.”

“Quer dizer que eu estou aqui há meia hora à espera e o menino anda reunido com os amigos e mais não sei quê e ainda quer que eu aguarde outra meia hora aqui sozinha enquanto o pessoal se diverte no Argonauta?”

“São só cinco minutinhos...”

Enrubescida e irritada, Carminho respirou fundo e deu meia volta, sentando-se com aparato numa cadeira do corredor. Cruzou os braços, mas manteve os olhos carregados e fixos nele.

“Estou à tua espera há quase uma hora e cheguei ao limite. Cinco minutos e nem mais um segundo, ouviste?”

De volta ao gabinete, Lobo agarrou-se ao texto que trabalhara com Stan Li Ho. A verdade era que as emendas estavam quase todas feitas. Bastou-lhes introduzir as derradeiras retificações e por fim assinar o texto.

“O que fazemos agora?”, quis saber o sobrinho de *Sir* Robert Ho Tung. “Levamos a papelada para o Registo Comercial de modo a formalizar a criação da CCM?”

“Antes disso preciso de fazer outra coisa.”

“O quê?”

Quase a medo, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças desviou os olhos para a porta do gabinete e suspirou, resignando-se aos inevitáveis protestos que dentro de instantes teria de suportar da namorada, quando ela soubesse que teriam de fazer um desvio antes de seguirem para o Clube Argonauta e para o bailarico ao ritmo da banda de Artur Carneiro, o pianista e maestro da comunidade portuguesa de Xangai que por esses dias fazia furor no Hotel Riviera de Macau.

“Tenho de levar este documento aos japoneses.”

XXXIV

O guarda indiano sique, de grandes barbas negras e turbante vermelho, franziu o sobrolho no momento em que viu o casal entrar no Hotel Central. Tinha ordens para não permitir o acesso a arruaceiros e a exaltação da rapariga que por ele passou permitiria facilmente incluí-la nessa categoria, mas o que o travou foi o casal ser português. Isso e a identidade do acompanhante dela. Como poderia o sique impedir a entrada no estabelecimento da moça de sangue quente se o homem que com ela ia era nem mais nem menos que o eminente doutor Jorge Lobo?

“... absolutamente incrível que me obrigues a vir a este antro de perdição para tratar de um assunto qualquer com os teus amiguinhos japoneses, esses facínoras que nos matam à fome”, protestava Carminho. Quando entraram no *lobby*, olhou em redor. “Olha lá, não é neste hotel que servem criancinhas ao jantar?”

“Pronto, amorzinho, tem calma”, suplicou Lobo, segurando numa mão uma garrafa de *Porto Ferreira* e na outra a resma de papéis que ele e Stan Li Ho haviam assinado pouco antes. “Vou apenas num minuto entregar este documento ao coronel Sawa e seguimos logo para o Clube Argonauta, está bem?”

“Não está nada bem”, insistiu ela, batendo o pé para descarregar a frustração. “E o que faço eu enquanto estás metido com esses bandidos? Encomendo *chau min* de fígado de bebé?”

O namorado olhou para um cartaz no *lobby* a anunciar a orquestra dos The South Serenaders no Salão de Dança Grand Central.

“Porque não vais ouvir a orquestra havaiana?”, sugeriu. “Dizem que são uns ases a tocar o ukelele.”

“Ukelele? Para que quero eu ouvir batucadas dos selvagens?”

“Quais selvagens? Não sei se sabes, mas o ukelele é na verdade o cavaquinho português! Foi introduzido no Havaí pelos portugueses, minha fofinha.”

Ela pareceu interessar-se.

“Onde é isso?”

“No salão do chá dançante aqui do hotel, meu anjo”, disse ele, indicando o cartaz exposto no *lobby*. “Começa daqui a...”

Carminho esboçou uma expressão escandalizada.

“Eu? No salão do chá dançante desta espelunca? Por quem me tomas tu? Achas-me com cara de galdéria?”

“O Hotel Central é um dos melhores hotéis de Macau, minha flor...”

“Aqui só dançam mulheres da má vida, Jorge!” Apontou para o lado. “Olha, rameiras como esta!”

Quase automaticamente, Lobo virou-se para ver para quem a namorada apontava e deparou-se com uma loira de olhos azuis, *coquette* e adorável, que o fitava com uma expressão em que parecia misturar-se surpresa e expectativa. Sentiu um baque ao perceber que se tratava de Nadezhda, a russa que o ajudara em Hong Kong e ao lado de quem dormira uma noite no canil do consulado português.

“Hello, Jorge.”

A saudação de Nadezhda gelou Carminho. Por momentos Lobo não soube o que fazer. Deveria retribuir o cumprimento e conversar com ela, e desse modo provocar uma crise com a namorada? Ou seria melhor ignorar a russa e minorar os estragos? Apetecia-lhe a primeira opção, embora soubesse que a segunda era a mais avisada. Acabou por escolher uma espécie de solução intermédia.

“Como está, minha senhora?”, cumprimentou-a em tom formal. “Espero que, depois da situação dramática que viveu em Hong Kong, se tenha readaptado à vida aqui em Macau.”

A expressão de surpresa manteve-se no rosto de Nadezhda, mas o

brilho de expectativa deu lugar a uma sombra de decepção.

“Eu... sim, claro que me readaptei...”

“Folgo em saber.” Fez com a cabeça um gesto de despedida. “Então se me dá licença...”

Sem dar à russa tempo de responder, Lobo afastou-se em passos rápidos, arrastando Carminho com ele. A namorada não estava refeita do espanto e parecia não saber ainda se devia reagir com indignação ou encarar com naturalidade o que acabava de testemunhar.

“Tu... tu conheces aquela mulher?”

“Com certeza que sim”, devolveu ele com grande à vontade. “Cruzei-me com ela em Hong Kong, uma vez que fazia parte do lote de refugiados que retirei quando os japoneses atacaram os ingleses. Porquê?”

A rapariga hesitou.

“Bem... é uma rameira, não é?”

A expressão, assim aplicada a Nadezhda, não caiu bem em Lobo.

“É um ser humano que em Hong Kong se encontrava numa situação difícil e que muito nos ajudou nos contactos com os japoneses”, disse, contendo a irritação. “Se não fosse aquela rapariga, duvido que tivéssemos tido tanto sucesso nos esforços para te retirar a ti e a toda a comunidade portuguesa. Os refugiados de Hong Kong devem-lhe muito, ficas já a saber. O que significa que, se estás aqui em Macau, também a ela o deves.”

A forma como Lobo lidou com a questão de ter sido interpelado pela russa foi de tal modo inexpugnável que Carminho optou por deixar cair o assunto. Se a loira o ajudara na operação de resgate dos portugueses de Hong Kong, parecia perfeitamente natural que falasse com ele. Desistindo de o travar, e vendo-o encaminhar-se para o elevador em passos determinados, lançou-lhe uma última recomendação.

“Vê se te despachas com os japoneses”, disse. “Quando acabares, vem logo buscar-me.”

Ele lançou um breve olhar para trás.

“Onde estarás tu?”

A rapariga imobilizara-se diante do cartaz que anunciava os The South Serenaders no Salão de Dança Grand Central, o local onde habitualmente decorriam as sessões de chá dançante do hotel, a curiosidade a levar a melhor.

“A ouvir cavaquinho.”

Um turbilhão de sensações invadiu Lobo no instante em que se fechou no elegante elevador do Hotel Central e o sique de serviço ao ascensor carregou no botão do quinto andar. Tentara esquecer Nadezhda, ou simplesmente arrumá-la num canto perdido da mente, mas agora que a revira era como se de repente fosse atingido por uma vaga gigante que, brutal e inesperada, se erguera dentro de si. Sentira em Hong Kong que algo de indefinível o unia à russa. Talvez se tratasse de uma compatibilidade de temperamentos, ou se calhar seria alguma coisa mais, mas sublimara esse sentimento na convicção de que, dadas as circunstâncias de ambos, ela uma rapariga de *cabaret* e ele um governante, nada seria possível entre os dois. Muitas vezes reprimira o desejo de voltar a vê-la, mas isso acontecera e era como se todo aquele tempo de separação estivesse a ser pago com juro, pois o sentimento voltara mais forte do que nunca. Parecia que o tempo, em vez de o apagar, o tinha até reforçado. Como era uma coisa dessas possível? E o que queria aquilo dizer? Que não havia outro futuro para ele que não passasse por Nadezhda? Sendo ela quem era, seria tal futuro sequer possível? Para que persistia ele naquela obsessão?

O elevador deu um solavanco final.

“Quinto andar”, anunciou o sique ao correr a porta gradeada do ascensor. “Restaurante Golden City.”

Saiu para o restaurante do quinto piso do Hotel Central ainda com a mente em Nadezhda. O que pensaria a russa da reação dele quando se tinham encontrado momentos antes? Seria capaz de compreender a frieza que ele manifestara? Aceitá-la-ia alguma vez? Pensando nisso, Lobo deu-se conta de que sempre alimentara a esperança secreta de a reencontrar, mas a forma como o reencontro ocorrera destruíra

qualquer futuro entre ambos. Futuro?, interrogou-se logo a seguir, como se uma segunda voz o questionasse. Que futuro poderia haver entre ele, o distinto diretor dos Serviços de Economia e Finanças do governo de Macau, e uma mulher daquelas? Isso não passava de fantasia, repetiu-lhe a segunda voz ao ouvido.

O sentimento, porém, estava lá. Era uma angústia enorme pelo desencontro com Nadezhda e um desejo quase incontrollável de virar as costas, meter-se no elevador e correr até ela, pedir-lhe desculpa pela frieza com que a tratara e suplicar-lhe que o aceitasse, que o...

“Lobo-san!”, exclamou uma voz familiar, arrancando-o aos seus pensamentos. “Estava a ver que o senhor não chegava!”

Ainda atordoado, Lobo voltou-se na direção da voz e deparou-se com um grupo de homens sentados à volta de uma mesa redonda repleta de comida e garrafas de cerveja. Entre eles descortinou o rosto familiar do coronel Sawa. O chefe do Kempeitai estava rodeado por vários homens, evidentemente os seus subordinados.

“Coronel, como está?”, cumprimentou-o Lobo com uma vénia. “Lamento o meu atraso, mas estive a tratar dos documentos para a constituição da nossa sociedade.”

Os japoneses levantaram-se em bloco e devolveram a vénia, tendo Sawa puxado de uma cadeira vazia e feito sinal ao português de que se instalasse.

“Sente-se, Lobo-san!”, exclamou o coronel com manifesta boa disposição. “Celebre connosco a nossa última grande vitória!”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças acomodou-se no lugar indicado.

“Mais uma, coronel?”

“Uma grande vitória, digo-lhe eu! Derrotámos novamente a esquadra americana! Agora somos os senhores absolutos do Pacífico!” Pegou no copo de cerveja e, pondo-se de novo de pé, ergueu-o bem alto para fazer um brinde. “*Kampai!*”

Como se fossem impulsionados por molas, os seus homens puseram-se de imediato de pé e imitaram-no.

“*Kampai!*”

O ambiente era de tal modo festivo que Lobo sentiu que não podia ir diretamente ao assunto que ali o trouxera. Depois de também ele fazer um simulacro de brinde, fingiu entusiasmo pelo assunto.

“Então e em que consistiu exatamente essa vitória? Afundaram o que restava da esquadra americana?”

Apesar dos sorrisos triunfais, o chefe do Kempeitai devolveu uma expressão de ignorância.

“Bem... a informação é ainda um pouco vaga. A nossa rádio está apenas a anunciar uma grande vitória sobre os americanos e o domínio do Pacífico.”

“Mas quantos porta-aviões afundaram realmente?”

O japonês hesitou.

“Bem... não há muitos pormenores.”

“É normal que assim seja?”, interessou-se o português. “Quando foi Pearl Harbor, a vossa rádio também não deu detalhes?”

O coronel Sawa franziu o sobrolho.

“*Oya!* Se bem me lembro, quando bombardeámos Pearl Harbor foram de facto dados muitos pormenores.” Uma sombra de estranheza abateu-se sobre o seu rosto. “Tem piada, agora é diferente.”

“Há alguma razão para isso?”

O oficial japonês vacilou por um instante, mas depressa agarrou numa garrafa de *Barley* e despejou cerveja no seu copo.

“Ora! Os pormenores virão depois”, disse com um encolher de ombros. Ergueu o copo alto. “*Kampai!*”

Os restantes militares responderam em coro, engolindo também as suas cervejas.

“*Kampai!*”

Depois de esperar que os japoneses terminassem uma nova sucessão de brindes e se acalmassem, Lobo estendeu ao coronel Sawa a documentação que trouxera.

“Bem, nada melhor para celebrar a vossa grande vitória do que formalizar a constituição da nossa empresa”, disse. “Pois está tudo

aqui.” Apontou para a parte final da resma. “O texto em inglês encontra-se nestas dez últimas páginas.”

O chefe do Kempeitai esfregou as mãos de satisfação, preparando-se para pegar na papelada.

“Excelente! Excelente!”

“Trouxe-lhe também uma prendinha”, apressou-se o português a acrescentar, estendendo ao homem do Kempeitai o *Porto Ferreira*. “Já vi que aprecia o nosso vinho do Porto e tomei a liberdade de lhe trazer esta garrafinha.”

Os olhos do coronel Sawa cintilaram e os seus lábios abriram-se num sorriso imenso, deixando ver os caninos de ouro.

“Ah, Lobo-san! Você é que me compreende!”, exclamou, evidentemente encantado. “Que maravilha, uma garrafa de vinho do Porto!” Piscou o olho para o português. “Vamos abri-la, doutor?”

“Com certeza. Mas só depois de o senhor assinar a papelada.”

“Acho bem”, concordou o chefe do Kempeitai. “Enquanto espera, não quer uma cervejinha? Temos *Lion* e *Barley*.”

O olhar de Lobo percorreu as garrafas de cerveja pousadas sobre a mesa, mas o que mais o impressionou foi ver os pratos com sopa de barbatana de tubarão, pato à Pequim, *chop suey* de porco, porco agri-doce e os fios amarelados do *chau min* à moda de Singapura. Com tanta falta de comida na cidade, chocava a opulência da mesa dos militares japoneses no restaurante Golden City. A não ser que alguma daquela carne fosse humana, considerou o governante, afastando rapidamente a ideia. A menos que tivessem tendências suicidas, os cozinheiros jamais de atreveriam a fornecer tal iguaria aos militares japoneses.

“Prefiro um *whisky* com gelo.”

O empregado chinês foi buscar uma garrafa do *whisky* mais popular dos trópicos, um *Johnnie Walker* que o coronel Sawa esclareceu ser *black label* antes de mergulhar na leitura do texto enquanto a sua mão acariciava a garrafa de vinho do Porto. Fez-se silêncio à mesa e os restantes homens do Kempeitai puseram-se a trocar entre eles algumas

palavras em japonês. Sentindo-se um corpo estranho, Lobo deixou o olhar desviar-se para a paisagem de Macau que se estendia para lá das janelas do Hotel Central.

Estavam no quinto andar e a vista era privilegiada. Preferiria encontrar-se diante de uma janela do outro lado do restaurante, com vista para a baía da Praia Grande e a elegante colina da Penha, mas do seu lado a panorâmica também não era má. Via-se lá em baixo a praça do Leal Senado, dominada pela estátua do coronel Mesquita, e um mar de telhados a perder de vista. À esquerda, ao fundo, estava o Porto Interior com a sua procissão de juncos e sampanas, em frente avistava com nitidez as ruínas de São Paulo e adiante a fortaleza do Monte. À direita via-se a colina da Guia, em cujas encostas verdejantes se escondiam as casas dos cônsules do Japão e de Inglaterra e o Hospital Conde de São Januário. A vista do quinto andar do Hotel Central era realmente extraordinária, constatou Lobo, fazendo uma nota mental para ali voltar.

“Kakka-dono! Kakka-dono!”

A aparição brusca e excitada de um militar japonês no restaurante Golden City a chamar pelo coronel Sawa interrompeu a divagação paisagística de Lobo e a leitura do chefe do Kempeitai.

“Nani ga okotta no ka?”, perguntou o coronel, agastado com a interrupção. *“O que aconteceu?”*

O recém-chegado pôs-se em sentido e fez continência antes de estender um papel ao superior hierárquico.

“Kinkyu nyusu!”, anunciou. *“Notícias urgentes! Veja o que diz a rádio americana!”*

O coronel Sawa pegou no papel, um relatório feito pelos seus serviços de escuta, e leu-o de uma assentada, o semblante arreliado a metamorfosear-se numa expressão de perplexidade. As conversas mantiveram-se suspensas, com todos os olhares pousados no chefe, e de repente o rosto do responsável do Kempeitai explodiu numa gargalhada sonora.

“Estes americanos são uma anedota!”, exclamou em inglês,

estendendo o papel aos subordinados que se encontravam à mesa. “Só eles para transformar uma derrota numa vitória!”

“Porquê?”, quis saber Lobo. “O que aconteceu?”

“Dizem que conseguiram uma grande vitória naval sobre o Japão e outras baboseiras do género, quando na verdade o que sucedeu foi o contrário. Tudo propaganda!” Suspirou quase com melancolia. “*Yare yare!* E ainda há tolos que acreditam nessa gente!”

A atenção do português concentrou-se na folha que passava de mão em mão entre os homens que se encontravam à mesa e ia provocando sucessivas casquinadas.

“Os americanos dão pormenores?”

Era uma boa pergunta. O oficial arrancou o relatório das mãos dos subordinados e leu o texto uma segunda vez, desta feita mais devagar e com atenção aos detalhes.

“Ah!”, exclamou com uma interjeição de desdém. “Dizem que deram cabo de quatro porta-aviões nossos.” Soltou uma nova risada, embora esta claramente forçada. “Que disparate! Vê-se logo que isto é tudo inventado!”

“Há detalhes sobre esses porta-aviões?”

Os olhos do japonês regressaram ao texto.

“Bem... por acaso até há”, constatou, a fronte a vincar-se com os primeiros sinais de preocupação. “Falam no... no *Kaga*, no *Soryu*, no *Akagi* e no *Hiryu*. Está também aqui escrito que o cruzador *Mikuma* foi afundado e que o *Mogami* está muito danificado.” Abanou a cabeça. “Tolices!”

A coçar meditativamente o queixo, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças não parecia tão certo da conclusão do seu interlocutor.

“O senhor coronel não acha estranho que a rádio japonesa tenha sido tão vaga a dar pormenores sobre a vossa vitória nessa batalha naval, enquanto a rádio americana até se dá ao trabalho de nomear os porta-aviões e os cruzadores afundados?”

O oficial hesitou.

“Quer dizer... enfim...”

As palavras do japonês perderam-se a meio da frase e Sawa ficou pensativo, duas rugas de preocupação agora profundamente gravadas a meio da testa.

“Onde foi essa batalha, coronel?”

“Num atol qualquer à entrada do Havai, creio eu.”

“Esse atol tem nome, por acaso?”

O chefe do Kempeitai amarfanhou o telegrama e, num gesto de irritação e frustração, atirou-o ao chão. A seguir deu uma palmada ruidosa na mesa do restaurante, fazendo pratos e copos tilintarem, e o corpo pareceu definhar como um balão que se esvaziava.

“Midway.”

PARTE TRÊS

A Porta do Coração

*Quem se bate por amor triunfa;
Quem se defende por amor mantém-se firme;
O céu socorre-o e protege-o com amor.*

LAO-TSU

I

Os traços de ferrugem eram ainda visíveis na parte inferior do velho canhão setecentista, mas a peça estava em geral limpa. Depois de a analisar com atenção meticulosa e de lhe afagar o cano como se dela se despedisse, Artur pôs-se de pé e, esticando-se para descomprimir a região lombar, encarou o ajudante de campo com uma expressão de resignação.

“Parece-me que está bem”, disse. “E as outras peças?”

O capitão Tavares apontou para uma parede erguida aos pés da colina da Guia, junto ao caminho atrás do Grémio Militar que ascendia até ao Hospital Conde de São Januário.

“Estão ali, senhor governador. Deseja inspecioná-las também?”

Com um movimento subtil da cabeça, Artur assentiu e encaminharam-se ambos para o local. Atravessaram a praça do Quartel de São Francisco e depararam-se com cinco outros canhões setecentistas alinhados ao longo da parede como soldados em formatura à espera da revista, todos eles provenientes das fortalezas da Guia ou do Monte. O governador percorreu com os olhos as várias peças e abanou a cabeça.

“É uma pena entregarmos estes canhões aos japoneses”, lamentou-se, uma centelha de revolta a incendiar-lhe a alma; era como se se preparasse para vender um pedaço da história de Portugal. Um crime contra a pátria. Respirou fundo, esforçando-se por se conformar. “Mas... enfim, precisamos do dinheiro, não é verdade? Temos mesmo

de as entregar.”

Estas palavras arrancaram uma careta dorida ao capitão Tavares, habitualmente um homem circunspecto e inexpressivo.

“Se o senhor governador me permite, há uma coisa que não percebo”, interpôs o oficial, incapaz de se conter mais. “Estes canhões são do século xviii e deviam estar num museu. Para que raio os querem os japoneses? Não será com certeza com estas velharias que vão travar os americanos, pois não?”

“Eles não querem os canhões, capitão”, devolveu Artur. “Querem o ferro, percebe? O ferro.”

“Vão fundir os canhões?”

“Isso mesmo.”

“Mas estão assim tão desesperados?”

O governador inclinou a cabeça de lado, como se a pergunta fosse desnecessária.

“Ó capitão, o que acha o senhor? Repare, os americanos preparam-se para tomar Iwo Jima e Okinawa, os primeiros pedaços de território japonês que vão conquistar, e Tóquio foi outra vez bombardeada. Os bombardeamentos sobre o Japão ameaçam aliás tornar-se diários. Como quer que os tipos estejam? Desvairados, claro. Encontram-se totalmente na defensiva, não têm matérias-primas e precisam urgentemente de ferro para fabricar mais armamento. Daí que o coronel Sawa nos tenha exigido os canhões.”

“Mas fundir canhões setecentistas só por causa do ferro é um... um crime, senhor governador! Um crime! Isto são peças de museu, fazem parte da nossa história! Como podem os japoneses fundi-las?”

“É horrível, eu sei.”

O capitão Tavares atirou um olhar de súplica na direção do chefe do governo.

“Não podemos mesmo evitar a entrega dos canhões, senhor governador?”

“Receio bem que não”, foi a resposta. “Estas vendas são cruciais. Como sabe, conseguimos nestes últimos anos, e graças às vendas

intermediadas pelo Stan Li Ho e pela Companhia Cooperativa de Macau, reduzir fortemente a fome na colónia.”

“Sim, a mortalidade por doença e por falta de alimentos desceu muito, é um facto. Mas, senhor governador...”

“O fim da fome é uma grande vitória para nós”, sublinhou Artur, tornando claro que era essa a questão central. Fez um gesto a indicar as peças setecentistas. “O preço a pagar, receio bem, é vendermos aos japoneses tudo o que eles querem. O nosso azar foi que o coronel Sawa viu os nossos canhões antigos e se interessou por eles. Agora não há nada que possamos fazer, a menos que queiramos ver o regresso da fome a Macau. O senhor não deseja isso, pois não?”

O oficial baixou a cabeça, derrotado.

“Eu compreendo, senhor governador.”

Depois de atirar um derradeiro olhar às velhas peças de artilharia, Artur virou as costas para não as ver mais e, sentindo o coração apertado, começou a afastar-se. Parou a meio do caminho e voltou-se para o ajudante de campo.

“Está a ver os canhões seiscentistas e oitocentistas que temos na fortaleza de Mong Ha e nos postos da Taipa e de Coloane? É imperativo que os japoneses não lhes ponham os olhos em cima, caso contrário ainda os vão exigir. Por isso, mande retirá-los, se faz favor.”

“Sim, senhor governador. Mas o que faremos deles?”

“Enterre-os.”

O capitão Tavares arqueou as sobrancelhas e sacudiu a cabeça, pensando ter ouvido mal.

“Perdão?”

O chefe do governo recomeçou a caminhar, afastando-se do ajudante de campo, e foi já de costas voltadas que repetiu a ordem.

“Enterre-os onde ninguém os veja.”

A inspeção matinal ao Quartel de São Francisco, e em particular aos canhões setecentistas que iam ser entregues à CCM para venda aos japoneses a troco de alimentos, já terminara e Artur dirigiu-se a pé para

a rampa de saída. Eram quase nove e meia da manhã e um soldado apareceu de uma porta à esquerda e ajeitou a *Mauser Vergueiro* que trazia a tiracolo.

“Ó cinquenta e três!”, lançou o soldado, encaminhando-se para a porta d’armas. “Está na hora.”

Chegara o momento de substituir a sentinela. Observando distraidamente o render da guarda junto da porta d’armas, o governador desceu a rampa com a ideia de dar um salto ao Grémio Militar, mesmo ali ao lado. Embora o edifício estivesse entregue aos refugiados de Hong Kong, sabia que o bar ainda funcionava e, apesar da hora, precisava de tomar um copo de vinho do Porto para descontraír. Um vinho do Porto não, reconsiderou. Uma venda daquela magnitude emocional, e embora fosse ainda manhã cedo, requeria aguardente, e da forte; só assim se refaria do rombo no moral que constituía a operação para se desfazer dos velhos canhões. No fim de contas, o capitão Tavares tinha razão, refletiu, agastado e frustrado. Fundir peças com tanta história como aquelas era um verdadeiro crime. Porém, o que poderia fazer? Os japoneses haviam exigido os canhões e, se queria que o abastecimento alimentar não fosse interrompido, tinha mesmo de ceder.

Um zumbido rompeu pela consciência do governador e quebrou-lhe a cadeia de pensamentos. Ergueu a cabeça para o céu, ainda a tempo de observar vários aviões a passarem muito baixo e com fragor sobre a cidade.

“Que raio!?”

Por momentos teve a impressão que os aparelhos se sumiam em direção ao seu objetivo, algures para além da colónia, mas depressa os rancos voltaram e eles puseram-se a executar círculos sobre Macau. Todos os homens no Quartel de São Francisco, incluindo o governador, ficaram plantados a olhar para o céu a contemplar aqueles estranhos movimentos a baixa altitude. Algumas janelas e portas abriram-se no quartel e mais homens vieram para o exterior observar os aviões. A esquadrilha era composta por seis aparelhos e todos os militares no

quartel tentavam adivinhar o que se passava.

“São os japoneses outra vez!”

“Vão bombardear os chineses? Só pode ser isso...”

Os aviões iam e vinham, sempre aos círculos sobre Macau a baixa altitude, e aquele comportamento constituía uma novidade. Era um facto que por vezes a aviação japonesa passava sobre o espaço aéreo de Macau a caminho da China ou de Hong Kong ou até de outro destino qualquer no Pacífico, o que gerara sucessivos protestos do governo colonial e os correspondentes pedidos de desculpa das autoridades militares nipónicas, mas nunca acontecera os *Zero* porem-se a voar aos círculos sobre a colónia, ainda por cima tão baixo.

Artur via-os e sentia a irritação ferver-lhe nas veias; tudo aquilo lhe parecia provocação gratuita. A que jogo se dedicavam os japoneses nesse momento?

“Isto não pode ser”, rosnou entre dentes. “É inaceitável este comportamento.”

A esquadrilha fez mais uma passagem e de repente dois dos aviões apartaram-se da formação e, como falcões à caça, convergiram ameaçadoramente para um ponto à esquerda; dir-se-ia que atacavam.

A estrutura do hangar dominava a paisagem plana dos aterros do Porto Exterior. Ao chegar à última curva, Lobo virou o volante do automóvel e acelerou naquela direção. O hangar pertencia ao Centro de Aviação Naval, transferido anos antes da Taipa para o Porto Exterior, mas entretanto desativado; já só era usado o reservatório de gasolina que na década anterior havia sido construído para apoiar o *Clipper* da Pan Am. Apesar de fazer frio nesse dia de janeiro de 1945, o céu estava aberto e o sol aquecia os dois ocupantes da viatura.

“Espero que o arroz entre em Macau ainda hoje”, disse o governante. “Quando entregarmos a gasolina ao Sawa essa questão tem de ficar clara. Caso contrário, não há gasolina para ninguém.”

“Fique descansado, doutor”, devolveu Stan Li Ho ao seu lado. “Está tudo tratado com o coronel. Logo que ele tenha a gasolina, dará ordens

para o arroz entrar na colónia. Mas é importante que cumpramos os horários combinados, caso contrário tudo pode atrasar-se.”

“Que horas são?”

O companheiro consultou o relógio.

“Não temos muito tempo”, constatou. “Se bem o conheço, o coronel Sawa deve estar a aparecer.”

“Já são onze da manhã?”

“Não. Nove e meia.”

“Então qual é a pressa? O encontro ficou combinado para as onze, não ficou?”

“O coronel faz questão de aparecer sempre mais cedo, doutor. Isto é uma mania dos japoneses. Como sabe, comecei agora a aprender a língua deles e o meu professor disse-me que chegar antes da hora é uma coisa importante na cultura do Japão.”

“Pois é”, assentiu Lobo. “Isso aliás explica por que razão, quando marco um encontro com o cônsul Fukui, o diabo do homem aparece sempre um pouco mais...”

Não chegou a terminar a frase porque nesse instante uma sucessão de penachos de terra ergueu-se na estrada, diante deles, e em redor do hangar do antigo Centro de Aviação Naval, seguida de um estranho tricotar e de um brutal rugido proveniente do céu. Quase instintivamente, Lobo carregou com toda a força no travão e o automóvel guinchou e derrapou até se imobilizar no meio de uma nuvem de poeira.

“Porra!”

Stan Li Ho tinha a atenção posta no céu.

“*Wah!*”, exclamou, estupefacto. “Aviões!”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças virou os olhos na mesma direção, sem perceber o que se passava.

“Mas... mas... o que diabo estão eles a fazer?”

O olhar do seu jovem companheiro mantinha-se preso aos aparelhos. Eram dois e nesse momento faziam uma curva ao largo do Porto Exterior.

“Deve ser um *dogfight*.”

“Um quê?”

“Um combate aéreo. Japonês contra americano.”

Aguçando o olhar, Lobo analisou os dois aparelhos.

“Qual deles é o americano?”

“Não sei. Estou a tentar perceber as diferenças, mas os *Zero* devem ser muito parecidos com os *Hellcats*. Daqui não se consegue fazer bem a distinção. De longe são todos iguais, já reparou?”

Ainda concentrado nas silhuetas que evoluíam pelo firmamento como vespas zangadas, Lobo constatou que só dificilmente os dois aparelhos se distinguiam um do outro; embora inimigos, dir-se-iam gémeos.

“De facto.”

Vários homens apareceram num alvoroço à porta do hangar, uns fardados e outros em trajos menores, todos a tentarem perceber o que acontecia, a atenção fixa nos aviões que, lá no alto, já haviam completado a meia volta e de novo caíam, um ao lado do outro, sobre o antigo Centro de Aviação Naval.

Ainda sentado ao volante do carro imobilizado, e sem descolar a atenção dos aparelhos que se aproximavam de novo em grande velocidade, Lobo esboçou um esgar intrigado.

“O que diabo estão eles a fazer?”

A resposta veio de imediato, pois os dois aviões voltaram a abrir fogo de metralhadora, cortando mais uma vez a estrada com sucessivos penachos de terra e salpicando de buracos o telhado do hangar.

“Fujam!”

II

O matraquear das metralhadoras, embora distante, era claramente audível no Quartel de São Francisco. Artur teve dificuldade em acreditar nos seus ouvidos quando escutou as primeiras rajadas; pareceram-lhe uma ilusão auditiva. Pareceu-lhe, no entanto, que o melhor seria testemunhar os acontecimentos e só depois tirar conclusões.

“Capitão Tavares!”, chamou. “Qual é o melhor ponto de observação aqui no quartel?”

“É o terraço, senhor governador.”

O ajudante de campo indicou-lhe uma porta e ambos entraram no edifício e em corrida galgaram umas escadas estreitas até desaguarem no terraço; havia sacos de areia instalados nos cantos, uma medida de prevenção decidida anos antes, mas os dois homens ignoraram-nos e encaminharam-se para o ponto mais adequado para observar o que se passava no Porto Exterior.

“O que raio estão os japoneses a tentar fazer?”

“Se calhar é um combate aéreo, senhor governador”, alvitrou o capitão. “A *Voz da América* diz que os americanos desembarcaram nas Filipinas. É natural que já aqui tenham chegado e estejam a...”

Calou-se porque nesse instante os aviões voltaram a metralhar, lá ao fundo, o antigo Centro da Aviação Naval. A reincidência tornou claro o que realmente se passava.

“Os cabrões... os cabrões estão a atacar-nos!”

“Meu Deus!”

O governador correu de imediato para o outro lado do terraço, com vista para o pátio onde os vários soldados da guarnição se haviam juntado para acompanhar as evoluções dos aparelhos que sobrevoavam Macau.

“Toda a gente nas suas posições de combate!”, ordenou com a voz incendiada de urgência. “Vão buscar as armas e as munições!” Apontou para as posições adequadas. “Montem-me as antiaéreas aí no pátio e aqui no terraço! Depressa! Depressa!”

Impulsionados pelas ordens do governador, os soldados da Companhia de Metralhadoras dispersaram num ápice, cada um a correr num sentido para cumprir a sua função. Os poucos que já estavam armados enfiaram-se nas casamatas de modo a assegurarem a proteção do perímetro, outros foram ao arsenal buscar as armas e as munições. Um primeiro grupo começou de imediato a montar a estrutura de suporte às antiaéreas no pátio e um segundo correu para o terraço para fazer o mesmo.

“Senhor governador”, disse o capitão Tavares, visivelmente preocupado com a evolução dos acontecimentos. “Por que razão estão os japoneses a bombardear-nos? O que fizemos nós agora?”

“Não faço a mínima ideia. Se calhar Portugal entrou na guerra, quem sabe? Ou talvez tenham sido os japoneses que decidiram atacar Macau. Impossível perceber.”

Os homens montavam já duas antiaéreas no terraço do quartel e era evidente que, se as armas viessem a abrir fogo, aquele local se tornaria em breve muito perigoso.

“Talvez fosse melhor vossa excelência recolher aos abrigos e...”

“Não saio daqui.”

“Mas, senhor governador, além de ser escusado, é demasiado perigoso permanecer exposto a...”

Agastado com a insistência, Artur girou sobre os calcanhares e encarou o subordinado com os olhos carregados, o ar de quem não admitia que a decisão fosse discutida.

“Não saio daqui.”

Virou as costas e fixou o olhar nos aviões que mais uma vez picavam sobre o Porto Exterior.

Os elementos da Marinha já tinham abandonado com as respetivas famílias o hangar do antigo Centro de Aviação Naval. As mulheres e as crianças gritavam em pânico e os homens tentavam acalmá-las, mas todos corriam pela estrada em direção ao local onde se encontrava imobilizado o automóvel de Jorge Lobo; havia-se tornado claro que por algum motivo os japoneses tinham decidido atacar Macau e urgia procurar refúgio em qualquer lugar.

“E agora?”, perguntou Stan Li Ho, pálido no assento do passageiro. “O que fazemos?”

O governante inclinou-se sobre o volante e ligou a ignição do carro, pondo-o de novo a trabalhar.

“Temos de os ajudar.”

Antes de carregar no pedal para arrancar, Lobo espreitou o céu e apercebeu-se de que os dois aviões desciam a grande velocidade para uma terceira passagem sobre o Porto Exterior. Uma possibilidade incrível ganhou forma na sua mente. Iriam os japoneses metralhar os militares portugueses e as suas famílias que corriam pela estrada?

“Qual é a sua ideia, doutor?”

Nesse momento os dois aviões passaram em voo rasante sobre as instalações militares e dos aparelhos desprenderam-se dois objetos metálicos que rolaram pelo ar e acertaram em cheio no hangar. Ato contínuo, uma bola de fogo vermelha, amarela e roxa ergueu-se do antigo Centro de Aviação Naval e, meio segundo mais tarde, ouviu-se uma detonação inaudita e o ar reverberou com violência; parecia que todo o espaço em redor se dilatara e se agitava como se tivesse ganho vida.

Preparando-se para o embate, os dois homens encolheram-se dentro do carro em posição fetal, os corpos enrolados e os braços a protegerem as cabeças. De imediato sentiram os vidros tilintar e a viatura abanar ao

ritmo do impacto das ondas de choque.

“Porra!”

Quando por fim se atreveu a erguer a cabeça, Lobo viu uma grande coluna de fumo erguer-se sobre o hangar e as chamas a lavrarem pelo perímetro do antigo Centro de Aviação Naval. Os militares e respetivas famílias, que dali haviam fugido quando o ataque começara, encontravam-se deitados por terra, protegendo-se das pedras e dos pedaços de madeira e metal que tombavam por toda a parte como chuva sólida. O governante ouviu então o som em crescendo de sirenes a uivarem e percebeu que os bombeiros vinham já aí.

“A ajuda está a chegar”, confirmou Stan Li Ho, levantando também a cabeça para contemplar o cenário de destruição e a viatura dos bombeiros que se aproximava. “É melhor irmos embora.”

O governante meteu a primeira.

“Sim”, decidiu, os olhos fixos nas figuras minúsculas que choravam na estrada e que os pais não pareciam capazes de consolar. “Mas primeiro vamos buscar as crianças.”

Carregou no pedal e o automóvel arrancou. Depois de percorrer apenas cem metros, no entanto, Lobo apercebeu-se de dois aviões, os mesmos ou outros pertencentes à esquadrilha, que se aproximavam em voo rasante pela direita, lado a lado e provenientes da baía da Praia Grande. Os aparelhos pareciam dirigir-se diretamente a eles e vinham com intenções hostis.

“Cuidado!”, avisou o companheiro, alarmado com a postura agressiva dos aviões. “Eles vêm aí outra vez!”

Como a confirmar o aviso, começaram a refulgir pequenos relâmpagos intermitentemente nas asas; eram os aviões que abriam fogo sobre as viaturas, a deles e a dos bombeiros.

Um sentimento de frustração apossou-se de Artur enquanto via os homens a montarem as metralhadoras antiaéreas no pátio e no terraço. As peças das *Vickers* eram trazidas em mãos do arsenal, mas primeiro tinha de ser erguida a estrutura de suporte sobre a qual a arma

assentaria e só depois poderiam ser encaixadas as metralhadoras. Por mais que os homens se apressassem, e era evidente que tentavam despachar as coisas o mais possível, o processo revelava-se demasiado moroso para o seu gosto.

“Como é possível que as antiaéreas não estivessem já montadas?”, explodiu em frustração, exasperado com o tempo que se perdia. “Para que serve guardar as armas no arsenal em tempo de guerra?” Fez um gesto irritado na direção do céu. “Por este andar, só estarão prontas quando aqueles... aqueles energúmenos se forem embora! Acha isto normal?”

O capitão Tavares não sabia o que dizer.

“Tem... tem razão, senhor governador.”

Artur queria dizer mais, muito mais; tinha ganas de gritar e exteriorizar toda a sua irritação e frustração, culpar este e aquele pela forma absurda como as forças da colónia haviam sido apanhadas de surpresa e totalmente impreparadas, mas mordeu o lábio inferior e conteve-se. Em última instância, só se podia culpar a si próprio. No fim de contas era ele o responsável máximo. Poderia perfeitamente ter ordenado em tempo útil que todas as unidades estivessem sempre em prontidão e talvez uma coisa destas não acontecesse. Por outro lado, e se bem se lembrava, logo que começara a guerra no Pacífico, em particular após o ataque a Hong Kong, havia ordenado a todos os comandantes que estivessem sempre a postos. Não podiam ignorar que, a qualquer momento, a permanente tensão com os militares japoneses poderia degenerar em confrontos alargados. Não tinha o Exército Imperial na última década desobedecido persistentemente às ordens de Tóquio e confrontado o governo japonês com factos consumados? O que os impediria, se assim o quisessem, de bombardear Macau, como pelos vistos estavam a fazer, ou até de invadir a colónia? No desespero de se verem a recuar em todas as frentes do Pacífico, os japoneses começavam a tornar-se imprevisíveis, um fator que ninguém podia negligenciar.

O olhar agastado de Artur ascendeu para a colina sobre o Quartel de

São Francisco.

“Porque não dispararam os tipos da Guia?”, interrogou-se, perplexo com o silêncio das peças instaladas na fortaleza lá em cima, onde se cruzavam linhas subterrâneas e *bunkers*. “De que precisam eles para abrir fogo?”

“São... são os aviões, senhor governador.”

“O que têm os aviões?”

“A fortaleza da Guia está apetrechada com artilharia para enfrentar todas as forças terrestres e navais que nos ataquem, senhor governador. Mas não há antiaéreas.”

“O quê?”

O capitão Tavares fez um gesto em redor.

“As antiaéreas estão todas aqui no Quartel de São Francisco, senhor governador.”

Artur quase bufou de fúria. Seria possível uma falha daquelas no sistema defensivo da colónia? Virou a cara para o Porto Exterior e, impotente, contemplou o denso rolo de fumo negro que se erguia do antigo Centro de Aviação Naval; parecia que um vulcão entrara ali em erupção. A seguir, e acompanhando os roncos de motores que cruzavam incessantemente os céus, espreitou os quatro aviões da esquadrilha que continuavam a formar círculos sobre Macau, como aves de rapina em busca de presas. Só lhes poderia dar luta quando as antiaéreas estivessem a postos, o que levaria pelo menos mais quinze minutos. Até isso acontecer, nada havia a fazer.

“É preciso levar as *Vickers* para a Guia.”

“Sim, senhor governador.”

“E, já agora, também para a Penha e para Mong Ha. As elevações da colónia têm de estar todas preparadas para enfrentar ataques da aviação. Logo que seja possível, veja se...”

“Oh!”

A exclamação do seu ajudante de campo, que se mantivera sempre atento à esquadrilha, levou-o a virar-se para o sítio no firmamento que ele vigiava para perceber a razão de tanto alarme. Constatou que dois

dos aparelhos atacantes haviam largado a formação e picavam nesse instante sobre a posição onde eles próprios se encontravam, como se aquelas aves tivessem enfim escolhido a sua presa.

“Cuidado!”

Os homens, que se afadigavam em torno das peças das antiaéreas, atiraram-se para trás dos sacos de areia ou, os que podiam, para o interior do quartel, preparando-se para o impacto do ataque. Iriam os aviões largar uma bomba?

“Senhor governador!”, chamou o capitão Tavares, puxando-o pelo braço. “Por aqui!”

O ajudante de campo empurrou Artur para trás da estrutura dos sacos de areia e cobriu-lhe parcialmente o corpo, no intuito evidente de o proteger. Nesse momento, e por entre o rugido crescente dos aviões em aproximação rápida, soou um tiquetaquear nutrido e uma saraivada de balas cortou o pátio e o terraço.

“Cuidado! Estão a disparar sobre nós!”

Ouviram-se estalidos sobre as lajes e o tilintar cacofónico de janelas a estilhaçarem-se. Os homens encolheram-se todos por detrás dos sacos de areia, sentindo pedaços de tijolos e fragmentos de vidro a embaterem-lhes nas costas e a tombarem em redor como uma saraivada mortal. O ronco dos aviões tornou-se um rugido medonho quando eles passaram mesmo sobre as suas cabeças, talvez uns meros cem metros acima do terraço do Quartel de São Francisco, e começou a diminuir à medida que se afastavam.

Percebendo que o perigo passara, Artur ergueu a cabeça e viu uma nuvem de poeira encher o terraço e o pátio lá em baixo; assim era impossível avaliar os estragos.

“Está tudo bem?”

Os homens encontravam-se ainda atordoados pela violência e pela rapidez do ataque e a resposta tardou alguns segundos.

“Temos dois feridos!”

As sucessivas rajadas disparadas pelos aviões fizeram Jorge Lobo

perceber que estava fora de questão aproximar-se dos militares e das famílias que haviam escapado do antigo Centro de Aviação Naval e se encontravam deitados na estrada, mais adiante. Abeirar-se deles seria pôr em perigo as suas vidas.

“O que vai fazer, doutor?”, quis saber Stan Li Ho, encolhido ao lado do condutor. “Temos de sair daqui!”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças acompanhou o movimento dos aviões, que nesse instante descreviam uma nova curva no céu para, ao que tudo indicava, se posicionarem para um novo ataque.

“Eu sei.”

Virou o volante e cortou a estrada a meio. Fez marcha atrás para ganhar espaço e voltou a arrancar, completando assim a meia volta e afastando-se nesse momento do antigo Centro de Aviação Naval, cuja estrutura era pasto de chamas descontroladas, e dirigindo-se de novo para o centro da cidade. Ao lado, Stan Li Ho ia verificando a posição dos aviões.

“Eles vêm aí.”

O aviso levou Lobo a espreitar pelo espelho retrovisor. Os dois aviões haviam de facto estabilizado a sua linha de voo e aproximavam-se, velozes e em baixa altitude, pela retaguarda.

“Estou a vê-los.”

Carregou a fundo no acelerador, consciente de que urgia sair dali. Devido às restrições na venda de combustíveis havia poucos automóveis a circular em Macau e tornava-se evidente que os atacantes sabiam que só pessoas de responsabilidade circulavam de viatura. Isso queria dizer que, estando ele e o seu acompanhante dentro de um carro, se haviam tornado um alvo prioritário da esquadrilha.

“Eles vêm aí!”

A voz de Stan Li Ho pingava já pânico, e não era razão para menos. Pelo retrovisor o governante português constatou que os aviões se aproximavam a grande velocidade. O ronco crescia e quase se tornava ensurdecador; em breves instantes os aparelhos estariam em cima deles.

“Cuidado!”

Sentiram uma saraivada de balas abater-se sobre a estrada em redor e erguer sucessivas nuvens de pó. Quando pensavam que haviam escapado, alguns estalidos metálicos atrás deles indicaram-lhes que o automóvel tinha sido alvejado. Um rugido encheu o ar e o avião passou por cima deles, talvez a apenas trinta metros, ganhando altitude para fazer uma nova curva.

“Vem aí o outro!”

Lobo voltou a espreitar pelo retrovisor e constatou que o companheiro tinha razão; o segundo aparelho atacava por trás e tinha o automóvel em pleno na mira.

“Atenção...”

“Cuidado!”

As balas recomeçaram nesse instante a chover sobre o automóvel e os dois ocupantes tiveram a distinta impressão de que dessa vez não escapariam. Em desespero de causa, Lobo guinou para a esquerda e, carregando com toda a força no travão, afocinhou a viatura na lama à beira da estrada.

“Fuja!”

Os dois homens escancararam as portas a pontapé e saltaram para fora, mergulhando na lama no preciso momento em que uma última e certa rajada do segundo avião cortou o automóvel em dois.

As portas do Quartel de São Francisco abriram-se e, do terraço, Artur viu os soldados da companhia arrastarem para o exterior dois camaradas combalidos; um deles parecia sangrar profusamente da cabeça, enquanto o outro vinha amparado pelos companheiros e gemia ao mesmo tempo que coxeava.

“O que lhes aconteceu?”, quis saber o governador. “Foram baleados?”

“Os estilhaços atingiram-nos, senhor governador”, respondeu do pátio um alferes. “O Reinaldo tem um arranhão na nuca e o João ficou com um vidro cravado na perna.”

“Levem-nos para o hospital!”

Os homens entreolharam-se, aparentemente desorientados.

“Eles... eles não conseguem subir até lá a cima, senhor governador.”

“Metam-nos num carro, ora essa!”

Os soldados não souberam o que dizer e teve de ser o capitão Tavares, que ainda sacudia o pó da farda, a dar a resposta.

“Por causa das restrições ao consumo de combustíveis, a Companhia de Metralhadoras não dispõe de viatura própria, senhor governador”, esclareceu. “Eles têm de carregar os feridos até lá a cima.”

Artur suspirou, rendendo-se à evidência de que a carência de meios tudo agravava.

“Metam-nos no meu carro”, ordenou, indicando o *Dodge* negro parqueado diante do Grémio Militar, por baixo do quartel. “E, já agora, ponham-me uma antiaérea na bagageira. Eu próprio a irei levar à fortaleza da Guia.”

As ordens alarmaram o ajudante de campo.

“Mas, senhor governador”, argumentou o capitão Tavares, “é muito arriscado usarmos o carro para transportar os...”

“Vamos!”

Sem perder tempo, Artur desceu apressadamente do terraço e ajudou a encaminhar os feridos pela rampa até ao automóvel. Vários homens apareceram instantes mais tarde diante do Grémio Militar com as peças desmontadas de uma metralhadora antiaérea *Vickers* e meteram-nas na bagageira. As peças eram no entanto demasiado grandes e a bagageira não fechou, problema que resolveram com cordas que ataram à portinhola para a prender.

O ajudante de campo permanecia muito preocupado. A esquadrilha continuava a fazer círculos no céu. A qualquer momento os aviões poderiam atacar o quartel outra vez.

“Senhor governador, não me parece prudente usar o carro para levar os feridos e a antiaérea.”

“Claro que não é prudente”, cortou Artur, abrindo a porta do automóvel. “Estar vivo também não é prudente, senhor capitão.”

“Mas, senhor governador...”

Ignorando as constantes objeções do capitão Tavares, o governador fez um sinal na direção do motorista e meteu-se no *Dodge*, deixando o ajudante de campo plantado no passeio, e a viatura arrancou.

Quando se levantou do lamaçal onde mergulhara e contemplou o vulto de Stan Li Ho a erguer-se do pântano lodoso situado do outro lado da estrada, Jorge Lobo não soube se deveria rir-se. Pela figura do seu companheiro de infortúnio, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças via a sua própria. Estavam ambos ridículos.

“Já viu como ficámos?”

“Vivos, doutor.”

A vontade de se rir, porém, desvaneceu-se quando contemplou o seu automóvel e o viu a fumegar, todos os vidros partidos e uma sucessão de buracos alinhados do tejadilho ao *capot*. Uma roda estava voltada para cima, o que queria dizer que o eixo se quebrara, e um fio de óleo escorria do radiador. O carro ficara inutilizado.

Olhou em redor e percebeu que se encontravam perto da Rotunda Ferreira do Amaral, a zona onde os aterros começavam, e que ao fundo uma multidão de mirones os observava com expectativa.

“É melhor sairmos daqui.”

Encaminharam-se em passo rápido para a multidão concentrada na rotunda, a atenção sempre presa às evoluções da esquadrilha que sobrevoava Macau, prontos a voltar a atirar-se para o lodo da berma em caso de novo ataque, mas os aviões concentravam nessa altura o bombardeamento noutros locais da cidade. Lobo viu dois aparelhos sobrevoarem o Quartel de São Francisco e apercebeu-se de que também havia ação para lá da Penha, provavelmente no Porto Interior, embora àquela distância fosse difícil ter certezas.

“Por que diabo fizeram os japoneses isto?”, questionou-se Stan Li Ho, a abanar a cabeça. “Os tipos enlouqueceram ou quê?”

A pergunta era muito pertinente, como o diretor dos Serviços de Economia e Finanças sabia. O que justificaria o ataque? E sobretudo

qual o seu significado? Seria o prelúdio da eternamente temida invasão nipónica?

“Cá para mim, estão desesperados”, observou. “O ataque americano às Filipinas, e sobretudo o cerco às ilhas japonesas, está a deixá-los desorientados. Não reparou como os tipos do Kempeitai andam nervosos?”

“Claro que reparei. Mas este ataque não é do interesse deles...”

Lobo suspirou.

“Quando se está desesperado fazem-se as coisas mais absurdas...”

A viatura negra do governador de Macau deu meia volta na Rua do Grémio Militar e, com um guincho, arrancou e meteu pela Calçada de São Francisco, a estrada que subia até à Guia. O Porto Exterior era dali claramente visível à direita, nas margens dos aterros que entravam pelo mar, pelo que os ocupantes do *Dodge* se aperceberam melhor da devastação provocada pelo bombardeamento aéreo.

“Co’a breca!”, murmurou Artur, pasmado com a visão do hangar do Centro de Aviação Naval engolido pelas chamas e pela enorme e densa coluna de fumo negro que se erguia dos velhos depósitos de combustível da Pan Am. “Os tipos espatifaram aquilo tudo...”

Os feridos que seguiam no banco de trás gemiam, aparentemente alheados do espetáculo, mas o grito de um deles mostrou que não estavam tão desatentos como isso.

“Os aviões!”

O governador girou os olhos pelo céu e avistou um aparelho que surgia atrás deles, aparentemente proveniente da colina da Penha ou da baía da Praia Grande, e se posicionava para o ataque.

“Vira!”

O *chauffeur*, igualmente atento ao que se passava atrás da viatura, deu duas guinadas ao volante e o carro ziguezagueou o suficiente para escapar à saraivada de projéteis que salpicaram a estrada em sucessão. O avião passou por cima deles com grande fragor e em voo rasante. O perigo parecia ter passado e todos suspiraram de alívio.

“Ufa!”

Instantes mais tarde, no entanto, perceberam que era cedo para celebrações. Ascendendo sobre a Guia, o aparelho fletiu para a direita e sobrevoou o Porto Exterior, iniciando uma curva apertada com um propósito que se tornou gradualmente mais claro; tencionava posicionar-se para fazer uma segunda passagem sobre o automóvel.

“Ele... ele vai voltar, senhor governador.”

As intenções do avião eram de facto muito claras.

“Depressa!”, insistiu Artur. “Temos de chegar ao hospital antes que ele nos caia em cima!”

Tal como Lobo minutos antes, o governador percebeu enfim o enorme risco que corriam por circularem de carro no meio de um bombardeamento aéreo.

“Atenção!”, avisou do banco traseiro um dos feridos, o da perna. “Ele vem aí!”

Sem nunca descolar a atenção da evolução do aparelho que os atacava, Artur confirmou que de facto o avião já completara a curva no céu e se posicionara atrás deles para uma segunda passagem.

“Acelera!”, ordenou. “Acelera!”

O motorista carregava a fundo no acelerador e o automóvel estremecia e rugia, mas tornou-se evidente que não era possível irem mais depressa, até porque a subida à Guia era íngreme.

“Não dá mais, senhor governador.”

Esforçando-se por manter a calma, o governador verificou de novo a posição do avião. O aparelho aproximava-se rapidamente pelas costas e a todo o momento voltaria a abrir fogo.

“Depressa!”

“Está quase...”

O carro atingiu o alto da Guia e virou de repente à esquerda, derrapando na estrada e libertando uma nuvem de poeira, justamente na altura em que o avião voltou a abrir fogo. As balas cortaram a estrada, mas a súbita mudança de direcção salvara-os. Na aflicção do momento, o *chauffeur* falhou uma mudança e o motor morreu. Foi o

pânico no interior do *Dodge*. Os feridos gritavam e Artur perdeu a calma.

“Saia daqui, homem!”

Com gotas de transpiração a nascerem-lhe do couro cabeludo e a deslizarem-lhe pelas faces, o motorista voltou a ligar a ignição e meteu a primeira. Sentia-se de tal modo ansioso que carregou no acelerador com demasiada força e as rodas traseiras patinaram e levantaram mais uma nuvem de poeira antes de o carro saltar com um solavanco e arrancar disparado pela rampa até travar a fundo alguns metros adiante e por fim se imobilizar diante do Hospital Conde de São Januário.

Estavam salvos.

III

A fúria que ardia em Artur amainou um tudo-nada quando a porta da residência do cônsul do Japão se abriu e o governador se deparou com Fukui de cabelos desgrenhados, o colarinho torto e o nó da gravata de lado, como se tivesse sido feito à pressa. Chegara à casa da Calçada do Gaio a encarar o diplomata como o inimigo do país que acabara de os atacar, mas quando o viu à sua frente reconheceu-o como o amigo que nunca deixara de ser.

“Está tudo bem?”

“Não, não está nada bem, Artur-*san*”, retorquiu Fukui, fazendo um gesto a indicar-lhe que entrasse. “Não consigo perceber o que se passa.”

O governador entrou na casa e seguiu o cônsul até à sala de estar. O interior apresentava-se simples e estava muito arrumado, como era característico da casa dos japoneses, e o som de um rádio em inglês jorrava de um aparelho do tamanho de um móvel; pelo tom nasalado tratava-se evidentemente de um locutor americano, o que significava que Fukui ouvia a *Voz da América*. Surpreendido com a forma ostensiva como o amigo escutava uma emissão inimiga do seu próprio país, o visitante acomodou-se no *tatami*, a esteira onde os japoneses se sentavam. De pé diante do bar, o anfitrião deitava em dois cálices um vinho do Porto que Lobo lhe oferecera meses antes para celebrar uma qualquer transação bem sucedida.

“Por que razão nos atacaram as vossas forças?”

O cônsul abeirou-se dele, estendeu-lhe o cálice e deixou-se cair no

tatami diante do amigo.

“Não faço a mínima ideia”, disse com evidente sinceridade. “Isto não faz sentido nenhum.”

“Não há ordens de Tóquio?”

“Claro que não.”

“Já verificou?”

“Verifiquei e voltei a verificar. Passei aliás as últimas duas horas em contactos com Tóquio. O meu ministério informou-me de que em relação a Portugal, e a Macau em particular, nada se alterou.”

“E os vossos militares?”

“A Marinha Imperial assegurou-me que nada foi feito e eu acredito. O pessoal da nossa Marinha é de confiança.”

“Então e o Exército Imperial?”

Como em resposta, Fukui engoliu de uma vez metade do seu cálice e no final bufou, como se exalasse o ardor do álcool.

“Pois, esse é que é o problema. O coronel Sawa garantiu-me que o Exército nada fez, mas já se sabe como é o coronel, não é verdade? Não tenho meios de me assegurar de que disse a verdade. O Exército Imperial é pródigo em ações de *gekokujo*, ou insubordinação. Foi aliás à custa do *gekokujo* militar que nos metemos nesta maldita guerra.”

“Portanto o senhor desconfia do coronel Sawa...”

“Não disse tal coisa, meu honorável amigo”, apressou-se o japonês a retificar. “O que eu disse é que não tenho maneira de determinar se ele diz a verdade, o que é inteiramente diferente.”

“Que motivações teria o coronel Sawa para ordenar este bombardeamento?”

O cônsul fez um gesto com o polegar a indicar o suplemento em inglês de *A Voz de Macau*, que se encontrava na sala pousado sobre uma mesinha ao lado do *tatami*.

“A publicação, pelo vosso jornal, da notícia de que o nosso imperador pode ser exilado depois da guerra, por exemplo.”

“O senhor não está a insinuar que foi por causa de uma coisa dessas que os vossos aviões atacaram a cidade...”

“Não conheço os motivos pelos quais este bombardeamento foi ordenado, mas é meu dever chamar-lhe a atenção para os danos que a publicação de notícias sobre sua majestade imperial podem provocar. Não se esqueça de que, na mitologia xinto, sua majestade é descendente direto da deusa do Sol e do universo, Amaterasu-omikami. Os nossos militares consideram por isso a publicação deste tipo de notícias altamente ofensiva da dignidade nacional e eu já vi os ultranacionalistas matarem pessoas por muito menos. Acontece que *A Voz de Macau* é vendida ao pé do Hotel Central, o qual, como o meu honorável amigo bem sabe, é frequentado por muitos dos nossos oficiais. Eles compraram o jornal e leram esse artigo. Não imagina a reação que tiveram. O coronel Sawa ficou fora de si e foi precisa a minha melhor influência para travar represálias imediatas e violentas, mas não me admiraria que ele tivesse atuado de modo que, em retaliação pelo artigo, fosse lançado este ataque. Aliás, sempre suspeitei que, apesar da minha oposição, o coronel iria fazer alguma coisa de violento. Rogo-lhe por isso, Artur-san, que a imprensa portuguesa tenha doravante o maior cuidado na publicação de notícias que envolvam o nosso imperador. Trata-se de uma questão de extrema sensibilidade entre os nossos militares. Sua majestade imperial é sagrada e qualquer referência menos abonatória pode provocar reações desproporcionadas e trágicas.”

Artur manteve o esgar de incredulidade.

“Ao ponto de nos bombardearem?”

“Não duvide.”

“Mas, repare, meu caro amigo, não era o coronel Sawa que ia ter com o doutor Lobo ao Porto Exterior para concluir a compra do nosso combustível? Por que razão haveria ele de mandar destruir precisamente o hangar e o depósito de combustível? Isso não faz sentido nenhum!”

“Pois, tem razão”, assentiu Fukui. “É no entanto importante sublinhar que a lógica não tem nada a ver com a forma de raciocinar de alguns dos nossos oficiais. Além do mais, não se esqueça de que, com a evolução negativa da guerra, o comportamento dos militares pode

adquirir laivos de irracionalidade. Não sei se sabe, mas os americanos começaram a bombardear o Japão.”

O visitante indicou com a cabeça o móvel de rádio.

“Também oiço a *Voz da América*.”

“É uma evolução muito grave para o meu país, meu honorável amigo”, disse Fukui com voz pesada. “Os recentes raids dos B-29 não provocaram grande estrago material, até porque o céu estava nublado e eles não conseguiram ver os alvos, mas o impacto psicológico foi tremendo. Os nossos militares andam muito afetados com o sucedido, de resto como toda a população, e daí até lançarem atos irrefletidos é apenas um passo.”

“Estou certo de que vocês se podem defender muito bem dos B-29...”

“Engana-se, Artur-san. A terrível verdade é que não dispomos de uma defesa eficaz contra esses aviões e as nossas fábricas encontram-se agora expostas ao inimigo. Basta os bombardeiros americanos apanharem um dia de céu limpo e em vinte e quatro horas arrasam a nossa indústria, já de si muito depauperada pelo esforço de guerra e pelo embargo inimigo. As refinarias quase pararam por falta de crude para refinar e os nossos fornos já produzem pouco aço, por falta de matéria-prima. Estamos sem aço nem alumínio para as munições. Já viu o problema? Além do mais, a nossa Marinha foi dizimada na grande batalha naval do golfo de Leyte, há três meses, pelo que o mar é já totalmente dominado pelos nossos inimigos.”

“Sim, mas seja como for os B-29 estão desprotegidos quando vos sobrevoam. Vocês podem abatê-los com os vossos *Zero*.”

Como em resposta, Fukui levantou-se e foi à escrivaninha buscar o que parecia uma folha gigante. Voltou para junto do amigo e abriu a folha no chão diante do *tatami*; tratava-se de um mapa do Pacífico com as ilhas japonesas no centro. Inclinarão-se ambos sobre o mapa e o cônsul apontou para uma ilha a sul de Tóquio, no meio de um triângulo formado pelo Japão, pelas Filipinas e pelo arquipélago das Marianas.

“Está a ver esta ilha? Chama-se Iwo Jima. Os americanos começaram a bombardeá-la há pouco mais de um mês. Pensamos que a qualquer

momento a vão invadir. Se a tomarem, como me parece inevitável que venha a acontecer, ficarão a umas meras seiscentas milhas de Tóquio. Sabe o que isso quer dizer?”

De olhar fixo no mapa a examinar a posição de Iwo Jima em relação ao Japão e às bases americanas, Artur fez as contas de cabeça.

“Seiscentas milhas? Hmm... isso permitirá aos caças P-51 escoltarem os bombardeiros B-29 até Tóquio e assim protegê-los dos *Zero*.”

“Está a ver a catástrofe que nos espera, Artur-san? É só uma questão de tempo até os americanos tomarem Iwo Jima. Quando isso acontecer, os B-29 estarão protegidos pelos caças e vão arrasar o meu país.”

O governador esfregou o queixo. Não era difícil ver a dimensão do problema que os japoneses enfrentavam.

“E a sua família? Como estão a sua mulher e os seus filhos?”

A pergunta atingia as maiores preocupações do cônsul. Fukui bebeu de um só gole o que lhe restava no cálice, como se esperasse que o vinho do Porto o ajudasse a enfrentar aquela realidade.

“Ren encontra-se em Quioto com os garotos. Mas a família dela está a enfrentar muitas dificuldades e já escrevi à minha mulher a dizer-lhe que, se precisar de ajuda, vá ter com a minha mãe, que já saiu de Tóquio para fugir aos bombardeamentos e se refugiou em Nagasáqui. É aí que vivem as minhas tias. Estou a tentar convencer Ren a ir para lá, uma vez que na terra da minha mãe estará toda a gente mais segura.”

O visitante localizou Nagasáqui na costa sul japonesa e estreitou as pálpebras, inquieto.

“Olhe que Nagasáqui é um porto e os portos são, pela sua natureza estratégica, alvos militares...”

“Pois, mas é uma cidade construída pelos cristãos. Estou convencido de que os americanos saberão respeitar isso.”

Artur esboçou uma careta.

“Não sei se o Alto Comando Aliado levará em conta uma coisa dessas. Repare, a prioridade dos...”

O som da palavra *Macao*, pronunciada com sotaque americano, levou-os a calarem-se e a voltarem as atenções para o aparelho de rádio.

O noticiário da *Voz da América* havia começado quando estavam embrenhados na conversa e a referência à minúscula colônia portuguesa, absolutamente inesperada, deixou-os em suspenso.

“... dos porta-aviões *Enterprise e Independence*”, disse o locutor americano num tom monocórdico. “Os *Hellicats da Task Force 38* bombardearam em *Macau* posições de suporte ao esforço de guerra japonês e regressaram sem terem sofrido qualquer perda. Entretanto, o comandante supremo de todas as forças terrestres americanas no Pacífico, general *Douglas McArthur*, e o comandante supremo das forças navais americanas na mesma área operacional, almirante *Chester Nimitz*, reuniram-se para preparar a...”

Os dois homens trocaram um olhar incrédulo, surpreendidos pela identificação dos aviões que nessa manhã haviam bombardeado Macau.

“*Oya!*”, exclamou Fukui. “Foram os *yankees!*”

IV

Após ter considerado a possibilidade de ir a casa tomar banho e mudar de roupa, Lobo decidiu que isso teria de esperar. O bombardeamento dessa manhã deixara toda a gente em estado de choque, até porque, além dos dois soldados da Companhia de Metralhadoras feridos no Quartel de São Francisco e dos três elementos da Marinha atingidos no antigo Centro da Aviação Naval, havia ainda cinco mortos e outros dez feridos entre a população chinesa. Imaginou que os refugiados que tinham fugido de Hong Kong, e em particular Carminho, receassem o regresso do pesadelo que haviam vivido anos antes, quando da invasão japonesa da colónia britânica, e, considerando que fora ele quem quatro anos antes os resgatara para Macau, sentiu ser seu dever ir aos locais onde os refugiados se encontravam alojados e tranquilizá-los. A começar, claro, pela namorada.

Depois de se secar com uma toalha no quarto de banho anexo ao seu gabinete, saiu do edifício da Direção de Economia e Finanças e fez sinal a um cule sentado sobre um riquexó.

“Leva-me à Caixa Escolar.”

A viagem demorou uns meros dez minutos. Apesar do excesso de população, pois calculava-se que havia já mais de um milhão de pessoas em Macau, as ruas pareciam tranquilas. Mas o governante não se deixava enganar. As fachadas dos edifícios escondiam a tensão que se vivia na colónia, com múltiplos rumores sobre uma invasão iminente.

Uns diziam que os japoneses se preparavam para avançar pela Porta do Cerco, outros afirmavam que a esquadra americana estava prestes a desembarcar.

“*Leong ko, si san.*”

Olhou para o cule e percebeu que haviam chegado ao campo de hóquei da Rua do Campo. Pagou os vinte avos que o cule lhe pedira em cantonense e encaminhou-se para a Caixa Escolar.

“Doutor Lobo!”, exclamou um dos refugiados de Hong Kong ao vê-lo por ali. “É verdade que Portugal entrou na guerra?”

“Que eu saiba, continuamos neutrais.”

Outros refugiados convergiram para o local, todos ansiosos e todos sedentos de notícias e explicações.

“Mas... e o bombardeamento, doutor Lobo? Como se explica este bombardeamento, valha-me Deus?”

“Não sei. A *Voz da América* diz que foram os americanos. Eles que expliquem o que fizeram.”

“Isso é que não compreendemos. Por que razão nos bombardearam os americanos? Eles não sabem que Macau é português?”

O governante encolheu os ombros. Não lhe apetecia alimentar aquela conversa, ainda por cima com a preocupação a morder-lhe o espírito, mas não podia deixar de dar conforto àquela gente.

“Oiçam, estejam tranquilos”, recomendou. “A situação está controlada e nós vamos continuar a...”

A aproximação de múltiplos motores barulhentos encheu o ar e todos se voltaram para a fonte do ruído. O céu encheu-se de repente de grandes aviões; não eram os caças *Hellcats* dessa manhã, mas dezenas de superfortalezas voadoras, os temíveis B-29, a voarem lá bem no alto em formação sobre Macau, provenientes dos mares do Sul. Por momentos toda a gente ficou estarrecida, pensando que os enormes bombardeiros iriam a todo o instante abrir as comportas e largar sobre a colónia o seu carregamento de morte, mas os B-29 seguiram imperturbáveis o seu caminho em direção a norte e momentos mais tarde desapareceram, deixando atrás de si um rasto de linhas de vapor

branco e um zumbido que foi diminuindo à medida que se afastavam.

“Vão bombardear Cantão.”

Aproveitando a inesperada mas oportuna distração, que dispersara os refugiados pela Caixa Escolar, Lobo retomou o caminho e mergulhou no interior do edifício.

A maior parte das portas do segundo andar estavam abertas para deixar o ar circular, mas não a do compartimento entregue à família Assumpção. O visitante sabia que o mais provável era a namorada encontrar-se nesse momento no Colégio de Santa Rosa de Lima, onde ainda dava aulas de Inglês, embora valesse a pena tentar. Bateu na madeira e a porta abriu-se quase de imediato.

“Jorge!”

Foi Carminho que veio atender.

“Está tudo bem?”

“Ai, foi um susto!”, disse ela, dando saltinhos e puxando-o para o interior do compartimento. “Estava no colégio a preparar-me para dar a minha aula quando os aviões apareceram. Havia de ter visto a excitação. Foi o má-xi-mo! Parece que atingiram umas casas no bairro Tamagnini Barbosa e os geradores da Melco e... e... um relógio no arco da Porta do Cerco. O problema é que o colégio teve de fechar e agora... ó p’ra mim, estou aqui sem nada para fazer!” Fez beicinho. “Não é um tédio?”

Sentaram-se ambos junto à janela. A forma como ela descrevia os acontecimentos da manhã era tão desconcertante que Lobo não soube o que dizer.

“Bem... não me parece que se possa descrever o bombardeamento como o máximo...”

A rapariga não pareceu ouvi-lo. Em vez disso, e agora que estavam ambos sentados, inspecionava-o dos pés à cabeça com uma expressão perscrutadora que depressa se tornou reprovadora.

“Olha lá, já viste a tua figura? Pareces um... um cule. Olha-me só para essa lama na roupa! Estás feito um cule, Jorge! Isto é maneira de

andares por aí, todo apatrajonado?”

“Os aviões atacaram-me no Porto Exterior e destruíram-me o carro. Tive de saltar para o lodo e...”

“Ah, pois. Isto é lodo”, confirmou ela com um esgar enojado, tateando a sujidade na roupa. “Não tens vergonha de andar a chafurdar na porcaria? Se as minhas amigas te virem nesse estado põem-se logo a gozar-me. Não estou para ser troçada, ouviste?” Fez um gesto a indicar a bacia pousada no centro do alojamento improvisado. “Vá, toca a tomar banho!”

“Mas tu ouviste o que te disse? Os aviões atacaram-me quando eu estava no carro e só me salvei porque... porque...”

“Pois, pois, mas podias ao menos ter evitado o lodo, não podias? Vocês os homens são todos iguais. Uns porcos, é o que é! Onde já se viu uma pessoa decente atirar-se assim sem mais nem menos para a imundice? Já não há maneiras? Vocês os homens não têm juízo nenhum! Achas que quero ser vista com um fulano que se anda a pavonear por aí com a roupa toda suja de...”

Estas palavras perderam-se no meio do turbilhão de pensamentos em que nesse instante mergulhou o governante. Havia ali alguma coisa perturbadoramente errada, sentiu Lobo. Então ele escapara à morte por uma unha negra e Carminho apenas se preocupava com o lodo que ele tinha na roupa e com o que as amigas iriam pensar por vê-lo sujo? Como podia ele casar com alguém assim? Carminho, pensou pela enésima vez, não passava de uma adolescente imatura para quem tudo era excitação e novidade. Não havia dúvidas de que se tratava de rapariga bonita e de boas famílias, o que decerto faria maravilhas pela carreira dele, mas, vendo bem, nada de profundo existia entre ambos e nada de verdadeiro o unia a ela. Se assim era, para quê continuar num caminho que não os levaria a sítio nenhum?

Olhou em redor.

“Os teus pais?”

“Foram ao Hotel Belavista ter com uns amigos de Hong Kong. Vai um burburinho enorme por causa dos aviões desta manhã, nem te passa

pela cabeça! Agora juntaram-se todos para falar nisso. Ufa, nem sei como não se cansam!” Pestanejou, insinuando-se. “Estamos sozinhos aqui, já reparaste? Não achas que era de aproveitar?”

Noutras ocasiões ele não teria hesitado. Mas não naquele dia, não depois do que tinha passado nessa manhã sob o ataque aéreo, não no estado de espírito em que os acontecimentos o haviam deixado. Não era impunemente que se escapava daquela maneira à morte. As perspetivas e as prioridades mudavam, coisas a que habitualmente dava importância tornavam-se insignificantes e outras a que por norma não prestava atenção revelavam-se de repente preciosas. Tudo isso contribuiu para que naquele momento, e justamente naquele momento, tomasse a decisão que andava há algum tempo a remoer.

“Ouve, Carminho, és uma rapariga formidável, que sem dúvida merece o melhor”, disse. “Receio bem que... que eu não seja o melhor para ti.”

A observação extraiu dela uma expressão de incompreensão.

“Estás a falar de quê?”

Sentindo a resolução tomar conta dele, Lobo ergueu-se do seu lugar. A decisão estava de facto tomada e já não havia caminho de retorno.

“Estou a falar de nós os dois, Carminho. Não estamos destinados um ao outro. É tão simples quanto isso.”

Ela sorriu.

“Lá estás tu com as tuas brincadeiras”, disse. Empurrou-o na direção da bacia do banho. “Vai mas é lavar-te e depois, quando estiveres nuzinho e limpinho, eu mostro-te o que é brincar.”

“Não estou a brincar. Acho que precisas de um homem diferente de mim e, para ser sincero, eu também preciso de uma mulher diferente de ti. As coisas entre nós não vão funcionar, Carminho. Isso tornou-se muito claro para mim. O teu mundo é diferente do meu, interessas-te por coisas que eu considero irrelevantes e eu interesse-me por coisas que tu achas uma estopada. Assim não é possível, compreendes? Depois do que se passou hoje, vejo as coisas com uma clareza com que nunca tinha visto. Não há futuro para nós.”

Compreendendo que ele falava a sério, a rapariga fitou-o com intensidade. Ao fim de alguns instantes, o queixo começou a tremer-lhe e os olhos humedeceram.

“Estás... estás a acabar comigo?”

Terminar uma relação era sempre mais difícil para os homens do que para as mulheres, pensava Lobo, pois sabia-os emocionalmente cobardes. Porém, o que precisava de fazer tinha de ser feito. Não gostava dela, percebia por fim, e a prova era que a rotura não estava a ser tão difícil quanto isso. O seu dever nesse momento era assumir a realidade sem tergiversações nem subterfúgios.

“Digamos que cada um de nós segue o seu caminho, mas continuaremos amigos...”

Duas grossas lágrimas nasceram das pálpebras dela e deslizaram-lhe pelo rosto níveo.

“Tu estás a acabar comigo?”

Sentindo uma vontade imperativa de correr para a rua, quase como se aquele compartimento o sufocasse e precisasse de sair dali para poder respirar, Lobo virou costas e encaminhou-se com passos decididos para a porta. Ao cruzá-la nem sequer se virou para trás, não porque controlasse o desejo de o fazer, mas simplesmente porque não tinha qualquer desejo disso. Os homens eram de facto uns cobardes nas coisas do coração e, no fim de contas, que maior cobardia poderia haver que a fuga?

“Adeus, Carminho.”

V

O buraco no chão não era profundo, mas havia sinais de destruição num raio de duzentos metros em redor, com entulho formado por pedaços de tijolo e de vidro. Artur franqueou as barreiras que a polícia erguera para impedir a aproximação dos curiosos e examinou os estragos no passeio e na fachada, em particular nas janelas; todos os vidros daquele edifício, e dos vizinhos, estavam partidos.

Ao constatar que o governador se encontrava no local, o oficial da PSP veio de imediato ter com ele e, pondo-se em sentido, fez continência; tratava-se do capitão Ribeiro da Cunha.

“Como está, senhor capitão?”, cumprimentou-o Artur. “Há vítimas?”

“Felizmente não, senhor governador. Todo o pessoal de *A Voz de Macau* estava reunido numa sala das traseiras e por isso a detonação não atingiu ninguém.”

“Acha que foi um acidente?”

O capitão Ribeiro da Cunha acorcorou-se e apanhou do chão uma peça metálica contorcida.

“Está a ver isto, senhor governador? É um mecanismo usado no fabrico de bombas. Significa que estamos perante um atentado. E permita-me chamar a atenção para a qualidade do material. O engenho usado não foi uma bomba artesanal, mas algo bem mais sofisticado.”

“O que está a insinuar?”

“Que a bomba era de fabrico militar.”

O chefe do governo colonial pegou na peça metálica e estudou-a com

cuidado. Tratava-se de facto de um mecanismo de produção industrial. Isso só podia significar que aquele atentado constituía uma mensagem. Uma vez que o alvo fora a redação de *A Voz de Macau*, não eram precisos grandes poderes dedutivos para perceber que o ataque tinha a assinatura do coronel Sawa e estava relacionado com a recente notícia sobre o imperador do Japão. Fukui tinha razão; urgia atuar com firmeza para impedir que os militares japoneses ficassem fora de controlo.

Um carro estacionou atrás do *Dodge* oficial do governo de Macau e Artur viu o cônsul Reeves sair do veículo e dirigir-se, esbaforido e em passo apressado, para o edifício; o diplomata britânico era o principal apoiante financeiro do jornal português e do seu suplemento em inglês, pelo que a sua presença ali não podia ser descrita como surpreendente.

“Senhor governador, é preciso atuar contra os autores deste miserável ataque!”, declarou. “Foram os japoneses, não tenha dúvidas! É preciso deter essa gente, a começar por aquele coronel Sawa!”

“Cônsul Reeves, como está?”

Cumprimentou-o de forma seca, sem um sorriso nem um gesto de simpatia. Surpreendido pela hostilidade latente, o inglês hesitou.

“Muito bem, senhor governador”, disse num tom mais controlado. “Posso saber o que vossa excelência tenciona fazer a propósito deste atentado?”

Com um gesto brusco e carregado de frieza, Artur indicou o interior do edifício.

“Faça o favor.”

Em condições normais, o governador teria acolhido o diplomata com afabilidade e, rodeando-o de mil sorrisos, convidá-lo-ia para tomar um copo e falariam sobre o tempo ou qualquer assunto agradável antes de entrarem nas questões sérias. De resto, os encontros entre ambos, os públicos no Palácio da Praia Grande ou os clandestinos que ocorriam anos antes na câmara subterrânea da Calçada do Gaio, haviam sido sempre descontraídos e amigáveis. Aquela ocasião, porém, não era normal, e a prova estava na tensão que pela primeira vez se instalara

entre os dois.

Uma vez dentro do edifício, o governador conduziu-o a um compartimento deserto e fechou a porta com o intuito evidente de ter com ele uma conversa confidencial.

“Pode vossa excelência esclarecer-me quanto às medidas que planeia tomar para punir os responsáveis por este atentado intolerável?”, insistiu o diplomata britânico. “Decerto o senhor governador não ignora que há mão japonesa por detrás do incidente...”

“O que não ignoro, senhor cônsul, é o meu dever de manter a paz e a tranquilidade aqui em Macau. Como compreenderá, este atentado constitui um sinal muito grave e outros incidentes se seguirão, provavelmente mais sérios, se não tomarmos medidas. Em virtude disso, tomei a decisão de suspender *A Voz de Macau* e o seu suplemento em inglês. Como sei que o seu consulado financia a publicação deste pasquim, achei por bem comunicar-lhe diretamente esta decisão para que dela não tome conhecimento por outras vias.”

O cônsul Reeves comprimiu os lábios.

“*I say*, protesto da forma mais veemente contra essa medida totalmente desadequada”, retorquiu, o semblante impassível como uma máscara. “Eu esperaria que vossa excelência mandasse emitir um mandado de captura dos militares japoneses, em vez de optar pela punição das vítimas.”

“O senhor acha que deveria mandar deter os militares japoneses?”, questionou o governador. “E que forças põe a Grã-Bretanha à nossa disposição para esse efeito? Os vossos soldados que se encontram nos campos de prisioneiros em Hong Kong?”

“Pois, mas a suspensão do jornal constitui um grave ato de censura exercido para agradar aos japoneses.”

“Tem piada que o senhor diga isso, pois não foi o democrático governo britânico de Hong Kong que, antes de a vossa colônia ser invadida, aceitou censurar notícias que fossem incômodas para os japoneses?”

A pergunta deixou o diplomata embaraçado por momentos; era um

facto que as notícias antijaponesas haviam sido interditadas anos antes pelo governo colonial britânico.

“Bem... uh, enfim... isso... isso foi diferente”, titubeou. “Gostaria, se não for pedir muito, de conhecer os fundamentos dessa decisão de suspender o jornal, que reputo extemporânea e injusta.”

“O senhor sabe muito bem quais são esses fundamentos. A publicação da notícia do exílio do imperador do Japão feriu os deveres de neutralidade a que o governo de Macau está obrigado.”

“Não vejo porquê”, rebateu prontamente o diplomata. “*A Voz de Macau* limitou-se a publicar um despacho da agência Reuters.”

“Que, por sinal, é inglesa.”

“Se vossa excelência me permite, o senhor Reuters, fundador da agência, era alemão. De qualquer modo, isso é irrelevante para o caso. O que interessa é que a Reuters emitiu um despacho a dar conta da decisão tomada na conferência de Hotsprings sobre a possibilidade de se exilar o imperador japonês no final da guerra. Nós publicámos o despacho. Tão simples quanto isso.”

“Nós, senhor cônsul?”

Apanhado em falso, o britânico enrubesceu.

“Nós... quer dizer, a redação de *A Voz de Macau*, bem entendido.”

“Entendi-o bem à primeira, senhor cônsul”, sublinhou Artur com mal disfarçado sarcasmo. “Acontece que, como o senhor não ignora, Portugal tem deveres de neutralidade. Já imaginou o que sentiriam os ingleses se os nossos jornais se pusessem a especular sobre um exílio forçado do vosso rei depois da guerra?”

“Nós não publicámos nenhuma especulação, senhor governador. O que nós publicámos... quer dizer, o que *A Voz de Macau* publicou foi uma notícia. O que é preciso é saber se essa notícia é ou não verdadeira, mais nada. Se é falsa, corrige-se. Se é verdadeira... qual é o problema?”

“Mesmo que seja verdadeira, há verdades que são ofensivas.”

O cônsul soltou uma gargalhada.

“Oh, senhor governador! Francamente! Desde quando há verdades ofensivas?”

“Sem querer faltar ao respeito a ninguém, e a mero título de exemplo, imagine o senhor que *A Voz de Macau* tinha acesso ao relatório clínico da gaguez do vosso rei ou ao boletim ginecológico da vossa rainha. Mesmo sendo esse relatório e esse boletim verdadeiros, não acha que seria ofensivo publicá-los?”

“São coisas diferentes, senhor governador.”

“É a mesma coisa, senhor cônsul. Para os japoneses, o imperador é uma espécie de deus em forma humana. A discussão do exílio do seu deus é profundamente ofensiva para eles. Se estivermos a falar do primeiro-ministro Tojo, por exemplo, não há problema nenhum. Mas... o deus dos japoneses? Os deveres de neutralidade obrigam-nos a respeitar as figuras sagradas de cada cultura e religião. Da mesma maneira que vocês não admitiriam que se achincalhasse o vosso rei e a vossa rainha, os japoneses não admitem que se achincalhe o seu imperador. Isso é algo que nós, no estrito cumprimento dos nossos deveres de neutralidade, somos obrigados a respeitar, como decerto compreenderá.”

“Mas, se não queriam que essa notícia fosse publicada, bastaria tê-la censurado. Como vossa excelência decerto não ignora, antes de irem para a tipografia todas as nossas notícias são submetidas à vossa Comissão de Censura. Nada é publicado no nosso jornal que não seja visado pela censura. Se não queriam ver essa notícia publicada, porque não a censuraram?”

Mais que pertinente, a observação era muito certa.

“Foi um erro”, admitiu Artur. “De resto, já demiti o capitão Silva Costa da chefia da Comissão de Censura. Para evitar mais confusões, ficam doravante proibidas todas as notícias sobre o imperador japonês.”

“Pois, mas o facto é que *A Voz de Macau* não tem culpa dos erros da vossa Comissão de Censura, como é evidente. Porque haverá o senhor de proibir a publicação do jornal?”

“Por causa da outra notícia.”

O diplomata soergueu um sobrolho, fingindo que não sabia do que o

seu anfitrião falava.

“Qual notícia?”

“Não se faça despercebido. Sabe muito bem que estou a referir-me ao bombardeamento dos americanos contra Macau.”

“Ora essa! Publicámos um texto muito factual. Qual é o problema? Haveria ali outra verdade ofensiva?”

“Os senhores não condenaram o ataque à colónia.”

“Não sabíamos que éramos obrigados a publicar condenações às ações militares das forças das Nações Unidas”, retorquiu o inglês com a voz pejada de ironia. “Pode vossa excelência indicar-me qual a lei portuguesa que nos força a tal?”

“É a lei do decoro, senhor cônsul. Macau tem sido, ao longo da guerra, um porto de abrigo para milhares e milhares de refugiados de todas as nacionalidades, incluindo ingleses e americanos. A todos acolhemos com dignidade e, não duvide, grande esforço. O senhor não ignora decerto que a nossa colónia só tem capacidade para albergar uma população de duzentas mil almas, mas mesmo assim acolheu mais de um milhão de pessoas. Isto não é um feito de menor importância nem se presta a gracejos irónicos. Recebemos toda a gente de igual modo e de todos a única coisa que esperamos é o respeito pela nossa neutralidade. Ora o que fizeram as Nações Unidas? Mandaram aviões para nos bombardear! Acha isso aceitável?”

“O Alto Comando Aliado já esclareceu que se tratou de um erro de navegação de uma das nossas esquadrilhas.”

“Erro de navegação uma ova! Como sabe sou militar e far-me-á a justiça de reconhecer que sei muito bem distinguir um erro operacional de um ato bélico propositado. Os aviões andaram toda a manhã a sobrevoar Macau e lançaram bombardeamentos de precisão contra o Quartel de São Francisco e o antigo Centro da Aviação Naval. Chegaram a metralhar o hangar antes de largarem as bombas, o que mostra que queriam expulsar os ocupantes antes de arrasarem o local. Isso significa que os pilotos haviam estudado previamente os alvos e tinham uma tática já preparada. Este ataque não foi erro nenhum.”

“Limito-me a repetir o que declarou o Alto Comando Aliado. Foi um erro de navegação.”

“Olhe se nós tivéssemos ripostado e abatido um avião?”

“Porque não o fez?”

“Porque... porque nunca pensámos que nos atacassem pelo ar. Mas olhe que agora já temos as antiaéreas a postos!”

“Vossa excelência está a sugerir que irá tentar abater aviões das Nações Unidas que por acidente sobrevoem Macau?”

Tinha ido longe de mais na sua insinuação, percebeu o governador. Não havia sido o ministro das Colónias que acabara de lhe enviar um telegrama a recomendar a maior prudência na forma como lidava com as forças aliadas? O telegrama de Marcelo Caetano fora muito claro em instá-lo a não tomar nenhuma atitude que pudesse ser “interpretada como represália contra as Nações Unidas ou de simpatia e apoio aos japoneses.” Por causa desse telegrama dera ordens aos soldados que manejavam as antiaéreas para que não abrissem fogo em caso nenhum, o que significava que se encontrava de mãos e pernas atadas. Era verdade que situações semelhantes já haviam ocorrido desde que assumira as funções de governador, mas gostaria de, ao menos uma vez, ripostar em defesa da honra. Porém, nem isso lhe era permitido.

“Bem... se verificarmos que se trata de aviões aliados, com certeza que nada faremos.”

Perante esta concessão, arrancada muito a custo, o cônsul Reeves esboçou um sorriso vitorioso.

“Nem eu esperava outra coisa de vossa excelência”, disse, talvez conhecedor das ordens do ministro das Colónias. “De qualquer modo, em tempo oportuno serão pagas as devidas indemnizações ao governo de Macau e às famílias das vítimas.”

“Não é isso com certeza que irá devolver a vida aos cinco chineses que os vossos aviões mataram”, retorquiu Artur entre dentes. “Nem será isso que me irá impedir de punir *A Voz de Macau* pelo desplane de encarar com normalidade este ato de agressão injustificada.”

“Não há dúvida de que foi um acidente infeliz”, insistiu o cônsul

britânico, repetindo a argumentação oficial. “Mas, cá entre nós, vossa excelência acha mesmo que não havia a menor justificação para o raide, como pretende? Vossa excelência está em condições de me garantir que não existia no antigo Centro da Aviação Naval um depósito de combustível que a todo o momento poderia ir parar às mãos do nosso inimigo ou que não havia no Quartel de São Francisco alguns canhões, obsoletos é certo, que a qualquer altura poderiam ser apropriados pelos japoneses e fundidos para fabricar novas armas?”

A pergunta era sibilina e certa, como sabia o governador. Mais ainda, permitia a suspeita de que os alvos do ataque haviam sido fornecidos pelo próprio consulado britânico.

“Não sei do que está o senhor a falar”, retorquiu Artur com a voz gelada. “Como lhe disse, senhor cônsul, há neste momento mais de um milhão de refugiados a viver em Macau e é minha responsabilidade e dever mantê-los vivos. Isso obriga por vezes a certos compromissos, que estou disposto a fazer em nome de um bem maior do que todos nós. Será o senhor capaz de compreender isso?”

“Compreendo perfeitamente. Mas entenda vossa excelência também que estamos em guerra e que nestas circunstâncias por vezes é necessário fazer coisas desagradáveis em nome de um bem ainda maior.”

Um jogo de xadrez, pensou Artur. Aquela conversa era um jogo em que as palavras desempenhavam o papel de peões e bispos e torres, mas só quem tinha a força ou o engenho poderia fazer xeque-mate.

“Com certeza”, anuiu. “Razão pela qual me vejo compelido a proibir *A Voz de Macau* e também o seu suplemento em língua inglesa. É uma atitude desagradável a que sou obrigado, porém necessária nos tempos difíceis que atravessamos. Tenho a certeza de que o senhor cônsul entenderá.”

“Protesto nos mais veementes termos”, disse o diplomata britânico. “Toda a atuação de vossa excelência vai no sentido de beneficiar os japoneses.”

“O senhor sabe bem que isso não é assim. Mais, não ignora decerto a

simpatia com que acolhemos as vossas preocupações em relação a outros assuntos de grande sensibilidade para as forças aliadas.”

“Estará vossa excelência a referir-se ao apoio que solicitámos para os nossos pilotos?”

“Sobre essa questão, senhor cônsul, e dada a sua extrema delicadeza, como compreenderá não posso ter conhecimento oficial”, retorquiu Artur. “Trate dos pormenores com o doutor Lobo e ele saberá dar seguimento ao assunto. De resto, já lhe dei instruções no sentido de...”

Uma detonação suspendeu a conversa. Os dois homens voltaram-se instintivamente para a janela do compartimento onde se tinham fechado e viram uma coluna de fumo erguer-se para os lados do Porto Exterior e formar um cogumelo em miniatura sobre os escombros do antigo Centro de Aviação Naval. Ato contínuo, escutaram o ronco de motores que passavam sobre o edifício onde se encontravam e viram um punhado de *Hellcats* cruzar de novo os céus de Macau.

“*Oopsey daisy!*”, soltou o inglês. “Mais um erro de navegação!”

VI

As águas lambiam as rochas, lânguidas e adormecidas, rumorejando com brandura no seu abraço à linha de costa. Estava escuro, até porque a iluminação noturna fora interdita em Macau por razões de segurança, mas a Lua brilhava forte sobre o horizonte e o seu fio de luz prateada bailava, trémulo e irrequieto, na crista desassossegada das ondas, deixando vislumbrar o suave movimento da grande massa escura que cercava a colónia. Dir-se-ia um abismo mas era afinal, e simplesmente, o mar imenso.

Acendendo por momentos o isqueiro para que a chama lhe iluminasse os ponteiros, Lobo consultou o relógio.

“Já está atrasado...”

Apagou o isqueiro e aguardou. A ponta da Penha, junto à Meia Laranja, era um dos cantos mais tipicamente portugueses de Macau, com a marginal e as casas a espreitarem no meio da vegetação. Mais que isso, no entanto, constituía um ponto estratégico, pois o cabo controlava simultaneamente o acesso ao Porto Interior e à baía da Praia Grande. Tratava-se também de um dos raros espaços verdejantes da colónia, embora naquelas circunstâncias, sob o manto da noite, nada disso fosse perceptível. Esse canto da cidade estava nesse momento deserto. No troço da Avenida da Praia Grande onde se encontrava não circulava ninguém nem se via viva alma. Apenas se escutava o suave marulhar das águas a acariciarem os rochedos, como o murmúrio mole de um amante a resvalar para o sono.

“*Pang iao?*”

Apanhado de surpresa, o governante deu um salto e, inquieto, olhou na direção da voz que acabava de falar.

“Quem está aí?”

“Ngo”, disse a voz. “Eu.”

“*Imortal?*”

“Sim. O caminho está livre?”

“Claro”, confirmou Lobo. “Sobe.”

Ouviram-se movimentos, pés que raspavam nas rochas, e algumas pedrinhas resvalaram pela encosta e tombaram na água em pequenos *plocs*, até que o vulto do contrabandista chinês se recortou na noite sob o halo pálido do luar prateado.

“*Pang iao* Lobo”, interpelou-o o vulto, tratando-o por *amigo*. Abeirou-se dele. “O carro? Está aí?”

“Está, mas não pode ser usado. Falei com o cônsul inglês e ele tem outras instruções para vocês.”

“*Ayah!*”, exclamou o *Imortal*, contrariado. “Não posso andar com eles de um lado para o outro. Vou deixá-los aqui e vocês tratam do resto.”

“Não pode ser. Se os japoneses descobrem que os portugueses estão envolvidos neste assunto, será uma grande chatice. Temos de usar a máxima prudência e proceder de outra forma, percebes?”

“O que quer isso dizer?”, inquietou-se o contrabandista. “Que continuo com a responsabilidade de... de...”

“Sim.”

“*Ayah*, isso não pode ser!”, protestou. “O perigo é demasiado grande! Não vê que já estou a correr muitos riscos? A coisa não pode continuar assim, os japoneses vão apanhar-me!”

“Eu sei que é perigoso, mas não há outra maneira.” Inclinou-se e olhou para trás do seu interlocutor. “Onde está a tua encomenda?”

Resignado aos acontecimentos que não controlava, o *Imortal* suspirou longamente e, retomando a iniciativa, fez um gesto a indicar ao governante que o seguisse.

“Venha comigo.”

A escuridão era cerrada, mas não total. A claridade ténue do luar deixava adivinhar vagamente as formas dos objetos. Embora com a maior prudência, Lobo seguiu o contrabandista e desceu devagar pelos rochedos que contornavam a ponta da Penha. Mediu cada passo e cada gesto, sentindo a solidez do solo que pisava à medida que descia e testando a segurança de tudo o que tocava; não queria surpresas, e muito menos cair ao mar.

A certa altura percebeu que estava já junto à água.

“Cheguei.”

A voz do *Imortal* soou uns passos mais adiante.

“Por aqui!”

Perscrutou o espaço sombrio em volta dele e, para sua surpresa, apercebeu-se de que havia duas sampanas encostadas às rochas, alguns metros à frente. Como era possível que o *Imortal* as tivesse trazido para ali sem que ele notasse do murete da marginal? Não havia dúvidas, o homem era de facto um ás da navegação; só um grande marinheiro seria capaz de navegar às escuras daquela maneira silenciosa e invisível.

Avançou mais um pouco, sempre a testar cada passo, e chegou por fim junto ao vulto comprido da primeira sampana, ao pé da qual se encontrava o *Imortal*.

“Os passageiros estão aqui?”

“Sim. Fale com eles.”

Lobo fez um esforço com os olhos e com efeito constatou que havia homens sentados na sampana.

“*Hello, boys*”, saudou em inglês. “Olá, rapazes.”

Várias vozes responderam em simultâneo, umas por cima das outras.

“*Oh, hi!*”

“*Gee! Are we off the hook?*”

As respostas, todas elas com forte sotaque americano, eram entusiásticas; parecia evidente que os homens que a sampana trouxera estavam contentes por ouvir alguém falar inglês e ansiosos por sair dali

e pisar terra firme.

“O meu nome é Jorge Lobo e estou em articulação com o cônsul britânico em Macau, que tutela a rede local do MI9. O que vos aconteceu?”

“Fomos abatidos pelos *Japs* na semana passada durante uma missão sobre Cantão”, disse um dos homens, evidentemente o que chefiava o grupo. “Os agricultores chineses acolheram-nos num arrozal onde caímos de paraquedas e esconderam-nos numa pocilga. Depois vieram buscar-nos à noite e trouxeram-nos para a costa. E aqui estamos nós.”

O português tirou do bolso o bloco de notas e, mesmo às escuras, fez as anotações que o cônsul Reeves lhe pedira.

“Vocês pertencem à esquadrilha dos B-29?”

“*Aye aye, sir*”, confirmou o mais graduado. “Somos do 679.º Esquadrão do 444.º Grupo Bombardeiro, pertencente ao 20.º Comando Bombardeiro da Força Aérea americana.”

“Estão no Pacífico?”

“Não. A nossa base é em Charra, na Índia, mas parece que vamos em breve ser transferidos para as Marianas.” Conteve uma risada baixa. “Fica mais perto do Japão...”

“*Look, pal*”, protestou um outro americano, impacientando-se. “Você é da Gestapo ou quê? *Goddam it!*, para quê tantas perguntas?”

“Faz parte do protocolo de evacuação”, explicou Lobo, imperturbável. “Quais são os vossos nomes?”

Os pilotos responderam à vez.

“George W. Clarke.”

“Don E. Mize.”

“Charles Meyers.”

O governante português registou tudo.

“Meyers é com y, correto?”

“Sim. Oiça, já podemos sair daqui?”

“Não, fiquem na sampana. Serão transferidos para uma ilha aqui perto e será daí que se procederá à vossa retirada.”

A notícia suscitou um coro de protestos.

“*Fuck! Fuck!*”

“Oh, não!”

“*Gee, man!* Vamos continuar enfiados nesta maldita casca de noz?”

“Tem de ser, rapazes”, respondeu Lobo. “Os japoneses podem invadir Macau se souberem que vos estamos a ajudar. Além do mais, há aqui muita gente a precisar de dinheiro e vocês acabariam de certeza por ser avistados e denunciados. Como os japoneses oferecem vinte mil ienes por cada piloto aliado que lhes seja entregue, o perigo é demasiado elevado. Temos de vos levar para um sítio mais seguro.”

“*I’m sick of this shit!*”, um dos americanos voltou a queixar-se. “Estou farto disto!”

“*Fuck the Japs!*”

“Quero comer num restaurante! Não há *hot dogs* por aqui?”

Percebendo que não conseguiria travar os intermináveis protestos dos pilotos das superfortalezas voadoras, Lobo reverteu para o cantonense para dar as últimas instruções ao *Imortal*.

“Leva os americanos para a ilha de San Jiao.”

“Qual? A ilha de montanha entre Macau e Hong Kong?”

“Essa mesmo. Amanhã à noite um submarino americano vai aparecer na costa sul da ilha e retirá-los.”

“Mas eu não posso ficar em San Jiao até amanhã à noite, *si san* Lobo. Tenho carregamentos de arroz para trazer para Macau.”

“Então deixa-os em San Jiao com comida e um rádio que lhes permita contactar a base deles na Índia ou falar contigo caso o submarino não apareça. Se houver novidades, diz-me alguma coisa e eu dou-te novas instruções. Compreendeste?”

“Sim, *pang iao*. O problema é que estamos a retirar mais pilotos da China. Já fui informado de que vêm aí dois juncos com outros americanos que saltaram das superfortalezas nos arredores de Cantão e disseram-me que é preciso trazê-los para cá. O que lhes faço?”

“O procedimento será doravante sempre o mesmo. Informas-me do facto e metes os tipos em San Jiao para serem recolhidos pelo submarino. Tudo com a máxima discrição, ouviste?”

“Fique descansado, *pang iao* Lobo.”

O contrabandista chinês ia acrescentar qualquer coisa mas calou-se, subitamente alerta. Lobo e os americanos assustaram-se. Viria aí alguém? Teriam sido descobertos pelos japoneses? Instantes depois escutaram um zumbido longínquo que se foi aproximando. Aguçaram os ouvidos e perceberam que se tratava do som de motores. Viraram os olhos para aquela direção e, sob a luz fosca do luar, vislumbraram um avião a passar rente ao horizonte, da direita para a esquerda, e a largar objetos diante da ilha da Taipa, desaparecendo a seguir tão depressa quanto surgira.

“*Attaboy!*”, exclamou um dos pilotos, entusiasmado. “É um *Catalina* a minar as águas!”

“*Gee!*”, riu-se outro. “Os *Japs* não vão gostar!”

Lobo já tinha ouvido alguém dizer que os *Catalinas* estavam nos últimos tempos a fazer voos noturnos rasantes em torno de Macau, mas era a primeira vez que via um deles em ação. Não havia dúvidas, o cerco das Nações Unidas aos japoneses apertava-se.

“*Ayah!*”, exclamou o *Imortal*, preocupado com a súbita agitação. “O avião pode atrair atenções indesejadas, é melhor ir andando. Vamos *fai ti fai ti*, antes que os bebedores de *saké* apareçam por aí.”

O contrabandista ladrou uma ordem à outra sampana, que parecia vazia, e ouviu-se um motor ser ligado. Ato contínuo, a sampana motorizada começou a afastar-se.

“Isto não é demasiado arriscado?”, admirou-se Lobo. “Aquela sampana está a fazer muito barulho.”

“É de propósito”, esclareceu o *Imortal*. “Se aparecer alguma patrulha japonesa, vai atrás da sampana motorizada e deixa-nos em paz. Uma velha tática de contrabandista, *si san*.”

“*Tai ko!*”, sorriu o português. “És o maior!”

Quando achou que a sampana motorizada já se distanciara o suficiente, o *Imortal* pegou no remo e assentou-o sobre um rochedo, empurrando para que a sua sampana se afastasse igualmente.

“Adeus, *si san*.”

“Faz boa viagem, *Imortal*”, despediu-se Lobo, pondo-se de pé. Reverteu para inglês e, apesar da escuridão, acenou com a mão a dizer adeus aos pilotos. “*So long, chaps*. Bom regresso a casa!”

A sampana afastou-se devagar da costa, deslizando pelas águas em silêncio. Jorge Lobo deixou-se ficar alguns momentos a contemplar a sombra que mergulhava na treva até se fundir na escuridão como um fantasma que se esfumava na noite.

VII

A porta traseira do *Dodge* abriu-se e um vulto vestido de roxo, com um longo lenço de caxemira a ocultar-lhe a cara, saltou de lá. Plantado na janela do quarto a espreitar entre as cortinas, Artur viu a forma esguia mergulhar pela porta de entrada e desaparecer no interior do Palácio de Santa Sancha. O governador afastou-se por fim da janela e abriu a porta do quarto, de onde seguiu com o olhar a figura feminina que escalava os últimos degraus da escadaria interior e quase corria até ele.

“Lian-hua!”, exclamou no momento em que a acolheu entre os braços. “Estava a ver que hoje não vinhas!”

Fechou a porta e beijou-a com saudade. A chinesa apertou-o com força, impetuosa e carinhosa.

“Desculpa o atraso”, murmurou, ofegante. “Aconteceram coisas importantes e só há pouco consegui sair.”

“Então? O que se passa?”

A rapariga retirou o lenço e atirou-o para cima da cama.

“Foi o coronel. Apareceu muito excitado. Parece que apanharam um figurão qualquer chinês que andava por toda a província a infernizar a vida aos japoneses e andam todos excitados. Ele e os capangas fizeram lá em casa uma reunião de urgência e estava a ver que nunca mais acabavam. *Ayah!* Só há bocadinho partiram e pude finalmente sair. Foi por isso que me atrasei tanto.”

Artur pegou na ponta da peça roxa que a envolvia e retirou-a,

deixando-a de *chi pao* amarelo.

“Quanto tempo tens?”

“O normal. O coronel foi ver o preso e a seguir irá a Cantão apresentar um relatório, mas a Primeira Concubina já anda a desconfiar destas minhas saídas todas e tenho de ter cuidado. Não me posso demorar.”

“Como se chama o desgraçado?”

“Quem? O preso?”

“Sim.”

“Siu Keng Siu.”

O governador esboçou uma careta.

“Não conheço.”

“Escutei o nome e fixei, porque é chinês. Mas os esbirros do coronel chamavam-lhe outra coisa, acho que era uma alcunha. *Mortal* ou coisa que o valha.”

Ao ouvir a alcunha, Artur sentiu um baque no peito e arregalou os olhos, horrorizado.

“*Imortal?*”

“Pois, isso.”

Transfigurado, e sobretudo alarmado com a novidade, o amante português agarrou-a pelos ombros e sacudiu-a, quase como se esperasse que ela se desmentisse.

“Os japoneses prenderam o *Imortal?*”

“Que bicho te mordeu?”, protestou ela com um trejeito dorido.
“Larga-me, estás a magoar-me!”

“Prenderam o *Imortal?* Sim ou não?”

“Sim, já disse que sim! Apanharam-no ontem no rio das Pérolas.” Sacudiu-se, tentando libertar-se das mãos que a apertavam. “Agora deixa-me, estás a magoar-me!”

O amante largou-a e, cambaleando, recuou um passo, abalado com a notícia e ainda a esforçar-se por digeri-la, as consequências do acontecimento instantaneamente assimiladas.

“Meu Deus!”, murmurou, consternado. “Isso é... é terrível.”

Vendo-o tão pálido, Lian-hua tomou consciência de que a novidade que acabara de dar quase casualmente tinha afinal implicações inesperadas.

“Conhece-lo?”

“É um desastre! Um desastre!”

“Porquê? O que foi?”

Artur recuou até à cama e deixou-se tombar pesadamente, a mão sobre a boca e os olhos perdidos num ponto infinito enquanto contemplava as graves ramificações daquela detenção.

“Ele sabe tudo.”

“Quem? O contrabandista?”

“Sim. Sabe tudo.”

“Tudo o quê?”

O olhar do governador focou-se nela.

“Tudo”, repetiu. “O apoio logístico que concedemos à resistência chinesa em troca do contrabando de arroz, o nosso envolvimento na emboscada de Zhuhai aos homens do Kempeitai em represália pelo assassinato do Senna Fernandes, a operação de evacuação dos pilotos dos aviões americanos abatidos sobre a China... tudo.”

Ao ouvir estas palavras, Lian-hua caiu em si.

“Este contrabandista sabe isso tudo?”

“Tudo.”

“*Wah!*”

“O *Imortal* é o nosso principal contacto com a resistência chinesa e está a par de tudo o que fazemos em segredo contra os interesses japoneses”, confirmou ele. “Se o coronel Sawa o faz falar é uma catástrofe. Está toda a gente comprometida.”

A chinesa deslizou igualmente para a cama e sentou-se ao lado dele, enfim ciente da verdadeira dimensão do problema.

“*Wah!*”, repetiu, siderada. “E agora?”

Mergulhado nos seus pensamentos, Artur percebeu que teria de manter o sangue frio e ponderar a situação com cuidado de modo a prever os acontecimentos e a preparar as respostas adequadas. Partindo

do princípio de que o *Imortal*, submetido a métodos musculados de interrogatório, acabaria por revelar tudo, o que se passaria a seguir? Em boa verdade, a pessoa certa para avaliar o comportamento do chefe local do Kempeitai naquelas circunstâncias estava mesmo ali ao lado dele.

“Como achas que reagirá o coronel Sawa quando souber que fomos nós que encomendámos ao *Imortal* a emboscada de Zhuhai, em que ele quase ia morrendo? Além disso, como reagirá no momento em que perceber que estamos a dar apoio logístico à resistência chinesa e à fuga dos pilotos aliados?”

“Não vai reagir nada bem.”

“Claro que não. Mas o que achas que fará ele? Emite um protesto? Faz rebentar umas bombas na Almeida Ribeiro? Bloqueia a entrada de alimentos na colónia?”

A chinesa manteve-se um momento calada, ou a considerar a pergunta ou a hesitar em dar a resposta, mas acabou por quebrar o silêncio.

“Reunirá as tropas e entrará em Macau.”

“Tens a certeza?”

“Ele às vezes fala nisso, Artur. Acho que quer ser uma espécie de governador militar de Macau, estás a perceber? O coronel não compreende que, tendo o Exército Imperial ocupado a Manchúria e parte da China e expulsado os ocidentais de todo o Extremo Oriente, da Concessão Internacional de Xangai a Hong Kong, a Singapura, às Filipinas, à Indochina, às Índias Orientais Holandesas, à Malásia e à Birmânia, os portugueses sejam autorizados a ficar em Macau. Não compreende isso e farta-se de falar no assunto. Nem te tenho contado nada para não te preocupar ainda mais. O coronel apenas não avançou contra Macau porque o cônsul Fukui o tem travado. E porque vocês o vão enchendo de mil mordomias e de presentes, do dinheiro àquele vinho do Porto do doutor Lobo que ele adora.”

“E vendemos-lhe o combustível, não te esqueças.”

“Sim, sim. Isso é muito importante. As matérias-primas que vocês lhes vão entregando, sobretudo o combustível, são necessárias para o

esforço de guerra japonês e ajudam-no a fazer um brilharete junto dos superiores hierárquicos. Mas se esse contrabandista sabe tantas coisas comprometedoras, como tu dizes que sabe, e se der com a língua nos dentes, o que me parece inevitável porque os interrogatórios do Kempeitai podem de facto ser muito violentos, o coronel terá o pretexto de que precisa para esmagar Macau. Aviso-te já, aliás, de que ele ainda não digeriu aquele artigo no jornal português sobre o possível exílio do imperador do Japão nem que o cônsul Fukui o tenha impedido de fazer uma loucura em retaliação por essa notícia. Ordenou o atentado contra o edifício do jornal, mas a coisa pode não ficar por aí. Se o *Imortal* sabe tudo o que dizes, isto é uma bomba à espera de explodir.”

“Pois, mas se nos invadir onde irá ele depois buscar os combustíveis que agora lhe vendemos?”

“Artur, já não há combustível nenhum para vender”, lembrou-lhe Lian-hua em voz baixa, quase num sopro. “Não te esqueças que os americanos bombardearam o depósito do Porto Exterior. Com a destruição do tanque do antigo Centro de Aviação Naval, Macau perdeu o seu principal trunfo na negociação com os militares japoneses. Em boa verdade, só nos resta o cônsul Fukui. Se o contrabandista confessar tudo o que sabe, no entanto, acho que nem o cônsul conseguirá travar o coronel Sawa. De modo nenhum.”

O amante olhou para ela.

“Nesse caso...”

Lian-hua pousou a mão quente sobre a dele e encostou-lhe a cabeça ao ombro, terna e resignada.

“Estamos perdidos.”

As perspetivas eram de facto sombrias. Depois de beijar a chinesa na testa, Artur massajou pensativamente o queixo e examinou as suas opções. Em boa verdade, nada do que a rapariga lhe revelara constituía novidade para ele. As ambições do coronel Sawa sempre lhe tinham parecido claras, tal como a importância de Fukui e das vendas de combustíveis enquanto obstáculos a esses planos. O bombardeamento americano e a detenção do *Imortal*, todavia, vinham complicar tudo. A

menos que descobrisse uma forma de inverter a situação, a colônia seria em breve invadida pelo Exército Imperial. Essa era pois a questão central. Como desatar aquele nó?

Levantou-se da cama e, abeirando-se da janela do quarto, espreitou para o exterior para captar o que já lhe pareciam as derradeiras imagens de normalidade em Macau. Uma das *amahs* estendia a roupa enquanto um jardineiro podava os canteiros. Sabia que a partir desse instante os acontecimentos se podiam precipitar a qualquer altura; nada estava nas suas mãos e tudo dependia da resistência e do silêncio do *Imortal* e da capacidade do Kempeitai de lhe arrancar os seus segredos. Quando o contrabandista quebrasse, seria o fim. Quanto tempo ele aguentaria era um mistério. Umas horas, uns dias, umas semanas, dois ou três meses. Quem podia saber?

Virou-se para trás e admirou Lian-hua, sentada na borda da cama como uma menina bem-comportada, os longos cabelos negros a deslizarem-lhe pelos ombros e o olhar azul a pingar preocupação, e sentiu uma vontade imperiosa de viver até ao limite cada segundo em que podia estar com ela. Voltou para junto da amante e beijou-a suavemente na testa. Depois desceu para os lábios e, enquanto a beijava, despiu-se desajeitadamente e soltou-lhe o *chi pao*, até que por fim, com o desejo a apoderar-se de ambos, mergulharam os dois um no outro e assim esqueceram, mesmo que por apenas meia hora, a terrível ameaça que sobre todos pairava.

O que nenhum deles sabia, nem podia saber, era que nesse preciso momento um homem do Kempeitai disfarçado de cule se encontrava plantado na rua em frente ao Palácio de Santa Sancha. O japonês fingia-se distraído a aparar as unhas dos pés, mas na verdade vigiava o portão com atenção, determinado a apurar quanto tempo mais a concubina do coronel Sawa permaneceria na residência oficial do governador.

VIII

A banda filipina de Pabling Céspedes tocava uma melodia langorosa no momento em que Jorge Lobo saiu do elevador no sexto andar do Hotel Central e entrou no Cabaret Grand Central, talvez o mais conhecido estabelecimento noturno de Macau. Estava escuro no *cabaret*, apesar dos néones vermelhos e roxos que conferiam uma atmosfera futurista àquele espaço de entretenimento masculino. Alguns casais rodavam no *plateau* de dança embalados pela canção enquanto os homens conversavam animadamente em torno de mesas redondas repletas de garrafas, os fios de fumo de tabaco a erguerem-se dos dedos e a enrolarem-se para o teto como que enfeitiçados.

“Doutor Lobo!”, reconheceu-o o gerente do *cabaret*, um chinês solícito que veio acolhê-lo à porta. “É uma honra recebê-lo no nosso modesto estabelecimento. Vou chamar o senhor Ah Kuok.”

“Não, não faça nada. Venho apenas tomar um copo.”

A resposta foi tão enérgica que o gerente desistiu de chamar o proprietário do hotel. Fez um gesto a indicar um canto da sala, onde uma cortina carmesim assegurava a discrição dos visitantes mais ilustres.

“Por favor, tenho ali uma mesa especial só para si. Quer um *whisky*? Um *brandy*? *Martini*?”

Embora se sentisse desconfortável naquele meio, o governante deixou-se conduzir até ao canto indicado. A cortina abriu-se e revelou um sofá de veludo apoiado por uma mesa.

“Dê-me um cálice de vinho do Porto, por favor.”

O gerente fez um gesto para o outro lado do estabelecimento, onde numa fila de cadeiras se encontravam sentadas várias mulheres; apesar dos *chi pao*, muitas eram europeias.

“Deseja uma rapariga, doutor Lobo?”

“Não. Mas já agora dê-me cinco senhas de dança, por favor.” Deitou a mão ao bolso. “Quanto é?”

O responsável pelo *cabaret* curvou-se numa vénia.

“Para si não é nada.”

O português tirou várias moedas do bolso e manteve o olhar preso no interlocutor, tornando claro que não aceitava a oferta.

“Quanto é?”

O gerente forçou um sorriso.

“Dez avos por senha, mas cada senha só dá para uma dança, doutor. Talvez seja melhor pagar uma pataca e assim, durante uma hora, dançará as vezes que quiser.”

“Dê-me cinco senhas.”

“São cinquenta avos, doutor.”

Depois de receber o dinheiro e entregar as cinco senhas, o responsável pelo Cabaret Grand Central fez tentativas de fechar as cortinas mas Lobo esboçou um gesto a contrariá-lo.

“Deixe tudo como está.”

O chinês assentiu e, antes de se afastar, inclinou-se sobre ele.

“Se me permite o conselho, doutor, evite hoje falar com os clientes japoneses”, sussurrou, indicando as outras mesas com o polegar. “Estão muito nervosos e já houve dois incidentes desagradáveis.”

O olhar do governante desviou-se para os homens que conversavam em redor, alguns com ar buliçoso, outros aparentemente prostrados.

“O que aconteceu?”

“Houve umas rixas por... por nada. *Ayah!* Esta noite eles andam todos muito suscetíveis.”

“Porquê?”

O gerente esboçou um esgar, como se a resposta fosse evidente.

“Por causa da guerra, claro. Parece que os americanos arrasaram ontem Tóquio com bombas incendiárias. Alguns destes oficiais podem ter perdido as famílias e... enfim, se quer que lhe diga parecem-me de cabeça perdida. Se fosse a si nem lhes dirigia a palavra, doutor. Siga o meu conselho.”

O gerente afastou-se para mandar servir o vinho do Porto e o recém-chegado olhou em redor e estudou os homens sentados nas mesas mais próximas. Alguns estavam fardados e com armas à cintura, mas a maior parte encontrava-se à civil, embora lhe parecesse evidente que todos eram de facto oficiais nipónicos. No fim de contas, os japoneses quase haviam transformado o Hotel Central no seu alojamento e centro de entretenimento de eleição em Macau. Os semblantes carregados, contudo, traíam o ambiente pesado que se vivia entre eles.

Nada de admirar. Desde que semanas antes os americanos haviam conquistado Iwo Jima e transformado essa ilha numa gigantesca base aérea, os raids das superfortalezas voadoras sobre o Japão tinham-se intensificado. A emissão da BBC nessa manhã dissera que o bombardeamento da véspera transformara o centro de Tóquio num inferno de chamas e os problemas de emissão da rádio japonesa pareciam indicar que com efeito algo verdadeiramente grave se passara. Não havia dúvida, o Japão encontrava-se à beira do precipício e a guerra não iria durar muito mais. Se ele percebia isso, também os militares japoneses o percebiam. A hora da derrota aproximava-se.

“Dá licença, *si san?*”

O português voltou-se para o homem que falara e viu um empregado com uma bandeja na mão. Inclinou-se para trás e deixou-o pousar na mesa o cálice e enchê-lo de vinho do Porto. Depois de bebericar um trago, decidiu ignorar os militares japoneses e assentou os olhos nas raparigas sentadas no outro lado do *cabaret*. Perscrutou-as com cuidado, não fazendo caso dos sorrisos convidativos que algumas delas com insistência lhe lançavam à distância.

Por fim, escolheu o seu alvo.

Depois de engolir o último gole de vinho do Porto que lhe restava no cálice, como se o álcool lhe desse a coragem de que precisava, levantou-se e dirigiu-se à mulher que selecionara, uma loira sentada na fila traseira, quase como se quisesse esconder-se dos clientes. Contornou as mesas e abeirou-se dela.

“Uma dança?”

A rapariga nem olhou para ele.

“Só com senha.”

Pegou numa das senhas que o gerente lhe vendera e mostrou-a à loira.

“Está aqui.”

Com um suspiro contrariado, Nadezhda pegou na senha e, depois de verificar que o papel estava em conformidade, levantou-se e acompanhou-o ao *plateau* de dança do Cabaret Grand Central.

“É só uma dança, espero eu.”

As mãos de ambos tocaram-se e os corpos estreitaram-se, girando pelo *plateau* ao ritmo lento da melodia tocada pela banda de Pabling Céspedes. Sentindo o cabelo loiro encostado à cara, Lobo fechou as pálpebras e inspirou fundo; a russa cheirava a flores, decerto os vestígios do perfume que usava.

“Cheiras bem, Nadja.”

“O mesmo não posso dizer de ti.”

A agressividade surda de Nadezhda não o surpreendeu. O último encontro de ambos, anos antes ali no Hotel Central, não correria bem, sobretudo porque ele estava acompanhado de Carminho e mantivera bem vincada a distância em relação à russa.

“Ainda estás zangada comigo?”

“Porque haveria de estar?”, devolveu Nadezhda, fingindo desprendimento. “Não tens importância nenhuma. Só nos zangamos com quem importa.”

A dureza da resposta fez-lhe ver que teria de proceder com sensibilidade. Respeitou por isso um curto compasso de espera, deixando que a música a embalasse e suavizasse, antes de voltar a falar.

“Desculpa o meu comportamento da última vez que nos vimos.

Cruzámo-nos de surpresa, eu vinha com a minha namorada e... enfim, não pensei nem me portei bem. Desculpa.”

“Não tens nada que te desculpar”, disse ela num tom ainda ríspido, embora menos agressivo. “Tu e eu vivemos em mundos diferentes, mais nada. Tu estás no teu, eu estou no meu. Compreendo perfeitamente que não te queiras misturar com mulheres como eu.”

“Não é isso...”

Ela afastou a cara e, pela primeira vez, fitou-o nos olhos.

“Compreendo que não te queiras misturar comigo”, insistiu. “O que não compreendo é que venhas agora armar-te em sonso, a fingir que te portaste mal e a pedir desculpa e mais não sei quê. Assume-te! Sê homem e assume-te! Gostas da minha companhia, mas só neste enquadramento.” Fez um gesto a indicar o *cabaret*. “Só aqui. Lá fora tens namorada, tens vida social, és um homem importante e não podes misturar-te com mulheres como eu. Compreendo isso perfeitamente. Não me venhas é com cantigas, ouviste? Não me venhas dizer que estás muito arrependido, que queres uma oportunidade e essas balelas todas. Não sou parva.”

Por momentos ele retomou o silêncio, deixando-se transportar pelos sons melancólicos da banda filipina.

“Sabes, já não tenho namorada.”

Nadezhda riu-se sem vontade.

“*Tchort!*, agora estou a perceber o que vieste aqui fazer. Queres consolo, não é? A tua amiguinha pôs-te a andar e vieste aqui ao Central carpir as mágoas e arranjar companhia a troco de umas patacas.”

O português estreitou-a mais um pouco e, mergulhando no cabelo perfumado, encostou os lábios ao ouvido dela.

“Vim convidar-te para jantar.”

Ela voltou a olhá-lo, desconfiada.

“O Golden City está cheio de japoneses. Só se for no Golden Gate, no rés do chão. Mas aviso-te já que vou encomendar *champagne* e os pratos mais caros, incluindo caviar. Eles dão-me uma comissão em função dos gastos dos clientes e tirarei o devido partido da situação.

Quando vires a conta, não digas que não te preveni.”

“Não quero jantar contigo em nenhum dos restaurantes aqui do hotel, parvinha. Estava antes a pensar em levar-te a um sítio *chic*, um local onde toda a sociedade macaense nos possa ver e onde possamos conversar calmamente. O que achas disso?”

A russa ficou calada por alguns momentos.

“O que queres de mim?”

A pergunta não foi feita com a agressividade com que falara até ali, mas num tom diferente, quase numa súplica, como se lhe implorasse que não brincasse com ela e que a deixasse só.

“Nada.”

“Nada?”

Lobo sorriu, a cara sempre encostada ao cabelo loiro da mulher com quem dançava e com quem sonhava há muito mais tempo do que se atrevia a admitir mesmo a si próprio.

“Tudo.”

O vento soprava mais ameno que de costume nos últimos meses, sinal de que o inverno praticamente já acabara, e o casal saiu à rua ciente de que o mundo estava prestes a mudar; o deles e tudo o mais. Nadezhda ajeitou o lenço e encarou-o.

“O que queres fazer agora?”

Lobo consultou o relógio.

“É tarde”, constatou. “É melhor acompanhar-te a casa.”

A russa estreitou as pálpebras com desconfiança, vislumbrando naquelas palavras uma velha tática dos homens.

“Olha lá, arrancaste do gerente a autorização para eu sair mais cedo mas isso não te dá direitos especiais sobre mim, ouviste?”, avisou-o. “Não sei se o senhor Ah Kuok te explicou, mas não sou uma *taxi-girl* qualquer. As senhas só dão direito a dançar, mais nada. Ofereçam os homens o dinheiro que oferecerem, há coisas que só faço se...”

Ele pousou-lhe o dedo nos lábios, calando-a.

“Ainda bem que não és uma *taxi-girl* normal”, murmurou. “Não

quereria que fosses. O que quero não há dinheiro que pague.”

“Não?”

“Não quero a Nadja do Hotel Central, nunca quis. A única pessoa que procuro é a Nadja que conheci há quatro anos no consulado de Portugal em Hong Kong, lembraste? Quero aquela Nadja corajosa que enfrentou sozinha os militares japoneses para defender as portuguesas que ali se haviam refugiado. Quero aquela Nadja compassiva que me ajudou a prestar auxílio aos prisioneiros portugueses do campo de Sham Shui Po. Quero aquela Nadja adorável que conquistou o eterno direito a ser portuguesa no momento em que convenceu os japoneses a arranjam os barcos para retirar os refugiados da nossa comunidade para Macau.”

Ela alçou as sobrancelhas.

“Não estás a brincar comigo?”

Lobo aproximou-se um passo e colou-se à rapariga, os olhos castanhos fixos nos azuis trémulos.

“Quero sobretudo a Nadja a cuja mão me quis agarrar naquela noite inesquecível em que dormi no quintal do consulado.”

Estas palavras atingiram-na inesperadamente com a tremenda força de uma declaração de amor. Foram tão sentidas que os lábios de Nadezhda começaram a tremer e as pálpebras ficaram húmidas. Nunca nenhum homem havia falado assim com ela, nem mesmo o Yuliy da sua juventude em Dairen. Quanto aos outros, a começar pelo pai e a acabar na legião de homens com quem convivera nos *cabarets* desde os tempos do Majestic de Xangai até aos do Hotel Central em Macau, nem valia a pena falar. Para toda essa gente Nadezhda nunca passara de um objeto de prazer, uma exótica beldade loira das estepes cuja resistência aos convites mais insistentes para um convívio que ia muito além da atividade de *taxi-girl* apenas servia para aguçar o desejo.

“Queres... queres essa Nadja?”

“Sim. Sabes onde está ela?”

Uma lágrima grossa rolou-lhe pela cara no instante em que pousou a palma da mão no peito.

“Está aqui”, sussurrou. “Aqui dentro.”

Colaram a testa um no outro e assim ficaram um longo momento no meio do passeio, à noite, diante do Hotel Central, tão juntos como nunca na vida tinham estado com alguém. Ela rodou um tudo-nada a cabeça e ofereceu-lhe os lábios. Beijaram-se. Foi um beijo longo, um beijo quente e terno, um beijo de encontro e reencontro, um beijo dado com o ardor do desejo mas também com a dor da saudade. Um beijo de amor.

“Porque demoraste tanto tempo?”

“Talvez porque levei demasiado tempo a cair em mim.”

Trocaram as palavras num murmúrio carregado de intimidade. O mundo naquele instante eram eles e só eles. Nada mais interessava senão o outro. Toda a sua existência se resumia àquele momento de ouro, àquele encontro de pura magia, mas depressa os sons exteriores quebraram o cristal da redoma em que por momentos que se haviam encerrado e a magia desfez-se. Perceberam que havia gente em volta deles; eram militares japoneses que entravam e saíam do Hotel Central. Alguns ignoravam-nos mas outros estavam especados a observá-los. Tinham de sair dali.

“Levas-me a casa?”

Percorreram a Avenida Almeida Ribeiro abraçados um ao outro até contornarem o Hotel Central. Meteram na primeira esquina por uma ruela escura contígua ao hotel e, para lá das traseiras, chegaram a uma travessa sombria onde cheirava a urina. Indicando o caminho, a russa puxou-o para um edifício decrepito, a fachada suja iluminada por um candeeiro apodrecido cuja luz amarelada atraía uma pequena nuvem de insetos.

Antes de entrar, Nadezhda voltou-se para trás e encarou-o, como se o avisasse de que, ao atravessarem a porta daquele edifício, cruzariam uma fronteira e não haveria retorno.

“Há coisas sobre mim que não sabes”, disse. “Coisas que... enfim, que de certeza não te vão agradar.”

“O quê?”, gracejou ele. “Não me digas que me vais revelar que és uma *taxi-girl*...”

“Não tem graça, Jorge. Queres mesmo acompanhar-me até ao meu apartamento?”

O sorriso desfez-se do rosto de Lobo e o semblante assumiu gravidade.

“Sou teu se me quiseres e nada mudará essa realidade. Nada.”

A russa manteve os olhos fixos nele por um longo momento, como se medisse a sinceridade das suas palavras.

“Veremos.”

Meteram pelo velho prédio e mergulharam na sombra. Cheirava a bafio e a fritos. Incapaz de ver o que quer que fosse, o português colou-se à companheira e seguiu-a pelas escadas; embora a escuridão fosse igual para ambos, ela movimentava-se à vontade porque evidentemente conhecia bem o espaço.

Chegaram ao segundo andar e detiveram-se num átrio estreito. Lobo escutou então o som de metais a tilintarem; era Nadezhda que mexia nas chaves. Inseriu uma delas na fechadura e rodou-a. Ouviu-se o claque de um mecanismo a destrancar e a porta abriu-se.

“Mãe?”

A voz infantil veio do interior do apartamento.

“Vlad? Ainda estás acordado?”

Os dois recém-chegados entraram no apartamento e Lobo viu aparecer no corredor um menino aloirado de olhos verdes, embora com ar asiático. A criança correu para Nadezhda e abraçou-a.

“Mãe! Estava à tua espera!”

A rapariga pegou-lhe ao colo e voltou-o para o companheiro.

“Jorge, apresento-te o meu filho, Vladimir.”

Ainda mal feito do choque, o português forçou-se a sorrir e afagou a cabeça do menino.

“Olá, Vladimir. Estás bom?”

“Sou o Vlad”, corrigiu a criança. “E tu? Quem és?”

“É um amigo da mamã”, atalhou Nadezhda prontamente,

carregando-o pelo corredor. “Vá, vamos fazer oó.”

Depois de uma chinesa abandonar o apartamento, presumivelmente a *amah* que cuidava de Vlad, a russa sumiu-se por uma porta, decerto o quarto da criança, e Lobo entrou num pequeno cubículo que lhe pareceu a sala. O espaço estava arrumado com cuidado e, apesar de pobre, havia muitas plantas. Procurou fotografias, mas não se deparou com nenhuma; dava a impressão de que Nadezhda não tinha passado.

Nessa altura apercebeu-se de movimento na entrada da sala e viu-a parada a olhar para ele.

“Então? Já está a dormir?”

“Quase”, devolveu ela, perscrutando-o com atenção redobrada, quase a medo. “Surpreendido?”

O governante teve de respirar fundo antes de responder.

“Não vou dizer que não”, admitiu. “O pai dele... enfim, é...”

“Um homem de Xangai”, esclareceu Nadezhda, sentindo o constrangimento dele. “Na verdade não interessa quem é. Um rosto do meu passado, nada mais. Foi por ter engravidado que percebi que teria de abandonar a Concessão Internacional, uma vez que a situação se estava a deteriorar rapidamente e se tornou claro que em breve haveria uma guerra entre o Ocidente e o Japão. Macau foi a única porta de fuga que se abriu e... cá estou eu. O Vlad nasceu há quase cinco anos no Hospital Conde de São Januário.”

“É, portanto, o teu portuguêsinho.”

A russa não respondeu de imediato; parecia perturbada com o olhar que pressentia no rosto dele. Virou-se de costas, regressou ao corredor e abriu a porta do apartamento, como se o convidasse a sair.

“Como vê, este bilhete não é para uma viagem com uma pessoa só”, fez notar. “Compreendo por isso perfeitamente que não te queiras meter nesta aventura. Seria aliás uma loucura que o fizesses, sendo tu quem és e ocupando a posição que ocupas. Considerando as circunstâncias, o melhor é mesmo separarmo-nos aqui. Ninguém se zanga e cada um segue o seu caminho.”

Após uma hesitação, Lobo obedeceu ao convite e saiu da sala,

dirigindo-se para a porta de saída. Antes de a cruzar, porém, deteve-se no átrio e voltou-se para a enfrentar.

“É isto que queres?”

Nadezhda manteve-se impassível.

“Adeus, Jorge.”

Não parecia haver muito mais para dizer. O português suspirou derrotado e virou-se devagar, quase pesarosamente, e no momento em que parecia ir sair segurou a porta e empurrou-a, fechando-a com estrondo. A seguir girou de novo sobre os calcanhares e encarou-a mais uma vez, o olhar terno e os braços a abrirem-se para a enlaçarem.

“Porque só dizes disparates?”

IX

Do canto da vasta varanda os refugiados portugueses de Hong Kong iam espreitando o distinto visitante que dez minutos antes ali aparecera de surpresa, instalando-se numa mesa com o aparente propósito de descontrair durante uma pausa das suas importantes tarefas governativas. Em boa verdade não era a primeira vez que Artur dava um salto ao Hotel Belavista para tomar um chá e gozar uns instantes de tranquilidade. Apesar de o estabelecimento estar nesses dias entregue aos refugiados, as funções hoteleiras mantinham-se intactas e a hora da tisana era considerada das mais requintadas de Macau. A única coisa que estragava aquele momento perfeito era a bandeira a meia haste no topo do Palácio da Praia Grande, lá em baixo.

“Senhor governador”, atirou um dos refugiados, vencendo por fim a timidez. “Por que razão vossa excelência ordenou o luto? Não quero ser impertinente, mas isto faz algum sentido?”

Ai!, pensou Artur. Um coro de aprovação percorreu a varanda e o chefe do governo colonial percebeu que, por mais que quisesse, não podia fugir às explicações.

“São ordens de Lisboa. Como o senhor decerto sabe, Portugal costuma assinalar com a bandeira a meia haste a morte de todos os estadistas estrangeiros. É uma questão de respeito para com os outros países.”

“Mas... Adolfo Hitler, senhor governador? O homem era um lunático! Como podemos nós fazer luto por aquela besta?”

“Chiu, Arsénio!”, repreendeu-o a mulher. “Não vês que o senhor governador está a repousar? Não sejas inconveniente.”

O marido estava de facto a ser despropositado, mas Artur percebia a indignação dos refugiados. Ele próprio se interrogara quanto à sensatez da ordem emanada do governo da Metrópole, mas cumprira-a, como era seu dever, e teria de a defender. Apesar da vontade de permanecer no seu canto entregue aos seus pensamentos, encheu-se de paciência e forçou um sorriso na direção do homem que o interpelara.

“Como lhe disse, Portugal assinala o falecimento dos estadistas estrangeiros com a bandeira a meia haste. Não quer isto dizer que concorde ou discorde deles. Ainda há duas semanas pusemos a bandeira a meia haste em respeito pela morte do presidente Roosevelt. Agora que o chanceler Hitler morreu, e para sermos coerentes com esta postura de princípio, fizemos o mesmo. Não se esqueça de que, independentemente das nossas simpatias, Portugal é um país neutral.”

“Mas, senhor governador, quando anteontem mataram o Mussolini não foi decretado luto nenhum...”

“É verdade, mas devo lembrar-lhe que nessa altura o senhor Mussolini já não chefiava o governo italiano.”

Os argumentos pareceram amansar o refugiado.

“Pois, está bem...”, assentiu, embora não muito convencido. “Enfim, o que é importante agora é o futuro, não é verdade? O que acha o senhor governador que vai acontecer? A guerra na Europa irá acabar?”

“Não me parece que tenha condições para se prolongar muito mais tempo”, considerou. “Repare, as Nações Unidas estão a combater na Alemanha e os russos até já entraram em Berlim. Hitler morreu, Mussolini também. Que condições têm os alemães para continuar a guerra? A rendição é uma mera questão de tempo.”

“Também acho”, concordou o refugiado. “E aqui no Pacífico? O que pensa vossa excelência que vai acontecer?”

Tratava-se de uma matéria bem mais delicada, como Artur sabia. As suas responsabilidades e deveres de neutralidade aconselhavam prudência. Por outro lado, não havia ali japoneses a escutá-lo e a

realidade no teatro de operações era o que era.

“Bem, por aqui as coisas não estão muito diferentes, pois não? Repare, os americanos reocuparam Manila, estão neste momento a tomar a ilha de Okinawa e intensificaram os bombardeamentos sobre o Japão. Além disso, os ingleses reconquistaram a Birmânia. O que nos diz isto sobre o que vai acontecer a seguir? Embora, devo sublinhá-lo, conquistar uma ilha como o Japão seja uma tarefa que apresenta dificuldades muito específicas.”

“Lá isso é verdade”, reconheceu Arsénio. “Além do mais, basta ver como são os japoneses. Não andam agora a atirar os come-e-cala contra os navios americanos?”

A expressão arrancou uma gargalhada na varanda.

“*Kamikaze*, Arsénio!”, corrigiu um amigo. “*Kamikaze*!”

“Come e cala, come e casa... o que quiserem. A verdade é que os tipos são malucos, senhor governador. Não vê vossa excelência a maneira como eles às vezes se comportam aqui em Macau? Andam por aí armados a... a...”

“Cala-te, Arsénio!”, insistiu a mulher. “Que chato que tu és! Deixa o senhor governador em paz!”

Aproveitando a reprimenda da sua aliada de ocasião, Artur virou-se e contemplou a curva da baía da Praia Grande, o que pelos vistos bastou para convencer Arsénio a deixá-lo por fim tranquilo e respeitar a sua privacidade.

O sossego voltou à grande varanda. O governador percorreu com os olhos a paisagem diante dele e sentiu-se gradualmente invadido por um sentimento de paz. Talvez fosse a trégua que antecedia as grandes convulsões, pensou, a mente sempre presa à situação do *Imortal* e ao momento em que a sua inevitável confissão viesse a ocorrer. Ainda nessa manhã estivera com Lian-hua e ela dissera-lhe que o coronel Sawa até essa altura nada arrancara ao contrabandista, embora o chefe do Kempeitai estivesse convencido de que o limiar de resistência do chinês estava prestes a ser vencido. Se isso viesse a acontecer, considerou enquanto cogitava no assunto ali na varanda, aquela era mesmo a

bonança que precedia a tempestade. Tinha de aproveitar a tranquilidade enquanto podia, e que melhor sítio haveria que aquele?

O Belavista, um elegante edifício amarelo de arquitetura colonial superiormente localizado, era o hotel mais aprazível de Macau. Cravado na encosta da colina da Penha e no meio de um arvoredor frondoso, entre mangueiras carregadas de frutos e árvores de algodão de uma delicadeza desconcertante, a sua ampla varanda de pedra sobranceira ao mar abria-se para uma vista quase inigualável. O olhar de Artur percorreu a baía. Depois da curva da enseada, pontuada à esquerda pelo casario branco ao longo da margem, erguia-se a colina da Guia com o velho farol no topo. À direita estendia-se a mancha verde da Taipa, separada de Macau por um lençol de água barrenta pela qual, como peças de decoração exótica, deslizavam sampanas e juncos de grandes velas desfraldadas. Por baixo da varanda espraia-se um vasto pátio de calçada portuguesa onde os refugiados se estendiam ao sol, e logo em baixo, separada por buganvílias, anichava-se a casa do capitão do porto. Por fim, junto ao mar acocoravam-se pescadores chineses de pernas esqueléticas e chapéus de palha, todos a segurarem redes enquadadas por canas de bambu que mergulhavam nas águas na esperança de apanharem peixe.

Ali sentado a absorver todas aquelas maravilhas enquanto bebericava a sua tisana, interrogou-se sobre se haveria lugar mais mágico do que aquele em toda a colónia.

O doce feitiço do suave entardecer no Belavista foi quebrado no momento em que uma voz familiar irrompeu na varanda, carregada de tensão e urgência, como o trovejar súbito do relâmpago que prenuncia a chegada do grande tufão.

“Artur-san!”

As atenções voltaram-se todas para o recém-chegado e para o interpelado. O governador rodou a cabeça para trás e deparou-se com o cônsul japonês.

“Olá, Fukui. Por aqui?”

O japonês plantou-se ao lado do governador; vinha ofegante e agitado, com uma expressão de gravidade a pesar-lhe no semblante.

“Ainda bem que o encontrei!”

“Passa-se alguma coisa?”

“Um homem da minha confiança no Kempeitai acabou de me dar uma informação que me deixou terrivelmente apreensivo”, anunciou. Inclinou-se para a frente e baixou a voz, para que mais ninguém o escutasse. “É verdade que o meu honorável amigo tem mantido contactos... digamos, especiais, com uma das concubinas do coronel Sawa?”

Apanhado de surpresa pela pergunta, Artur abriu e fechou a boca sem qualquer som, chocado, a mente atropelada por uma multiplicidade de interrogações. Como tivera o Kempeitai conhecimento disso? O que sabiam os japoneses exatamente? O que deveria responder ao amigo? Seria melhor calar-se, deveria mentir, ou o mais aconselhável seria admitir tudo? Mais importante do que o resto, se Fukui sabia de Lian-hua, onde e como estava ela? Encontrava-se em segurança ou... ou...

“O que aconteceu?”

“Preciso primeiro de saber se é verdade o que o meu contacto do Kempeitai acabou de me contar. É fundamental que me diga tudo com rapidez e rigor, entendeu?”

Artur hesitou. Deveria mesmo pôr a nu o seu segredo? Poderia confiar uma coisa daquelas a Fukui? E, considerando o que ele acabava de lhe perguntar, continuaria a ser segredo? A verdade é que ambos eram amigos, muito amigos mesmo, mas não podia ignorar que o diplomata representava interesses diferentes dos seus, muitas vezes até antagónicos. Como poderia confiar cegamente no japonês? Por outro lado, tinha perfeita consciência de que se mentisse nada seria como dantes na relação entre ambos; a confiança pessoal quebrar-se-ia para sempre. E, o mais importante, se não lhe dissesse a verdade arriscava-se a deixar Lian-hua entregue à sua sorte, uma vez que a pergunta que o amigo lhe fazia pressupunha que a verdade já fora descoberta. Que ela corresse perigo não podia ele de modo algum aceitar.

“Sim, admito que sim”, reconheceu. “Porquê? O que aconteceu?”

Fukui manteve os olhos cravados nele um longo momento, a absorver o impacto da admissão; parecia evidente que alimentara a esperança de que o amigo desmentisse tudo, de que Artur lhe dissesse que a notícia não passava de um equívoco, um pedaço de contrainformação que Sawa tinha fabricado para minar as relações entre portugueses e japoneses. A admissão constituiu por isso um rude golpe. As implicações, não o ignorava, eram imensas. Depois de digerir a resposta, o cônsul deixou-se cair na cadeira vazia ao lado do governador e respirou fundo, em desânimo mas também como se buscasse energia para enfrentar o que aí vinha.

“O meu honorável amigo enlouqueceu?”, perguntou, abismado com o que acabava de descobrir. “*Yare yare!* Como é possível que se tenha envolvido justamente com a concubina do coronel Sawa? Artur-san, você meteu-se com a concubina do chefe do Kempeitai! Ensandeceu? Como pôde fazer uma coisa dessas?”

“Meu querido amigo, o amor não escolhe ocasiões nem conveniências”, limitou-se o português a dizer em voz baixa. “Sei que é uma loucura, mas não nos foi possível resistir. Apaixonámo-nos e... e... não houve maneira de travar as coisas. Não houve.”

“Foi para fazer dela uma espia? Diga-me a verdade, por favor. Ela era a sua espia?”

“Ela é a mulher que eu amo. Quero-a porque estou apaixonado por ela, não porque preciso de espiar o coronel Sawa. Se fosse para isso, mandava outra pessoa seduzi-la, não corria eu o risco.”

A resposta era lógica e convincente, percebeu o diplomata. De facto, se se tratasse de uma mera questão de espionagem, só se fosse imbecil é que o governador teria assumido diretamente tal trabalho; o risco era demasiado grande para que ele se dispusesse a tal. Para se fazer uma coisa tão estúpida como aquela, pois envolver-se com a concubina do chefe do Kempeitai era de facto um ato estúpido, tornava-se necessária uma profunda convicção, um empenho tão grande que só poderia vir do coração. Não se dizia que o amor levava os homens a cometerem as

maiores loucuras?

“O meu honorável amigo tem noção do que fez?”, questionou, estarecido e esmagado pela dimensão do problema. “Sabe as consequências dessa... dessa aventura insana?”

O esclarecimento estava dado. O importante agora, na ótica de Artur, era garantir a segurança de Lian-hua.

“Onde está ela?”

A pergunta pareceu surpreender Fukui.

“O senhor está preocupado com a concubina?”, questionou. “Preocupe-se consigo, Artur-san! Preocupe-se com Macau!”

O governador estreitou as pálpebras, endurecendo assim a expressão e mostrando que exigia uma resposta à pergunta.

“Onde está ela?”

“Está perdida. Mas a rapariga não interessa, agora temos de compor as coisas... embora, e para ser franco, não veja bem a maneira como possamos fazê-lo.”

Artur passou a mão pela cara, esperando que assim o pesadelo se desfizesse e a normalidade fosse retomada.

“Onde está ela?”

O cônsul olhou-o como se não compreendesse a insistência na concubina, mas intuiu que a questão era muito importante para o amigo.

“Encontra-se fechada num sítio qualquer, provavelmente em casa”, disse. “Tal como eu, o coronel Sawa acabou de ter conhecimento da notícia.”

“O que sabe ele exatamente?”

“Para já, não muito. A concubina foi ontem avistada acidentalmente por um homem do Kempeitai, que estranhou quando se apercebeu de que ela rondava o templo de A-Ma. Viu-a ser recolhida pelo seu automóvel oficial e, como achou tudo muito suspeito, foi atrás da viatura até ao Palácio de Santa Sancha. Observou-a a entrar no palácio e sair uma hora depois. Como não é parvo, tirou as suas conclusões e lançou o alerta. Logo que soube vim à sua procura.”

“E o Sawa?”

“Ele estava em Cantão a tratar do assunto de um prisioneiro que tem aqui em Macau, mas disseram-me que largou tudo e vem neste momento a correr para cá para lidar com este caso.”

A resposta incluía uma informação inesperada.

“Ele tem um prisioneiro aqui em Macau?”

“Sim, tem. Porquê?”

“Quem... quem é ele?”

“É um contrabandista qualquer que andávamos há anos a tentar apanhar. O que importa isso?”

Artur arregalou os olhos. Seria possível que o coronel Sawa tivesse mantido o *Imortal* em Macau?

“O Kempeitai não pode ter prisioneiros em Macau. O coronel Sawa não tem poderes para tal.”

Fukui revirou os olhos.

“Artur-san, o coronel tem a força e os seus poderes advêm daí. Ele faz o que muito bem entende, como decerto não ignora.”

“Mas porque tem ele esse prisioneiro aqui em Macau? Porque não o levou para Zhuhai?”

O japonês fez uma careta, sem compreender tanta insistência num assunto que lhe parecia absolutamente irrelevante.

“O que interessa isso? Estamos com uma grave crise em mãos e...”

“É muito importante”, insistiu Artur. “Responda, por favor.”

“Bem... o coronel Sawa faz os possíveis e os impossíveis por permanecer em Macau. Não sei se sabe, mas ele detesta o desconforto de Zhuhai. Como o interrogatório ao contrabandista se está a prolongar e é preciso passar o dia inteiro com o tipo, pelos vistos decidiu trazê-lo para cá. Assim poupa-se às constantes deslocações à China. É só isso.”

“Onde está esse prisioneiro?”

“Num prédio qualquer da cidade.” Fukui impacientou-se. “Porquê essas perguntas, Artur-san? Não vê que temos questões infinitamente mais urgentes para resolver?”

“Este assunto tem ligação com a concubina de formas que não lhe posso explicar”, revelou Artur. “Sabe o que planeia o coronel fazer com ela? Também vai deixá-la cá?”

“Com certeza que não. Como é mulher, decerto falará ao primeiro apertão. O mais normal é que o coronel a leve para Zhuhai para interrogatório e depois lhe dê um tiro na cabeça, sei lá. Mas o pior nem é isso, Artur-san. O pior é o que fará depois de ela confessar. Quando a concubina confirmar que mantinha uma relação consigo, tudo é possível.” Fez um gesto enfático com a mão para sublinhar a ideia. “Tudo.”

Não era só Lian-hua que poderia comprometer as autoridades portuguesas, como Artur sabia; era também o *Imortal*. O problema é que não o podia confidenciar a Fukui, sob pena de ter de lhe revelar muita coisa desagradável sobre a discreta cooperação portuguesa com a resistência chinesa e com as operações aliadas de salvamento de pilotos abatidos sobre a China. Se Lian-hua e o *Imortal* ainda se encontravam em Macau, no entanto, nem tudo estava perdido.

Essa conclusão impulsionou-o à ação.

“Não há tempo a perder.”

O tempo era de facto o bem mais precioso de que o governador dispunha nesse momento. Sem se alongar, Artur levantou-se com brusquidão e saiu a passos largos da varanda do Belavista, encaminhando-se apressadamente para a viatura que o esperava diante do velho hotel. Não compreendendo o que o amigo tencionava fazer, Fukui correu atrás dele.

“Artur-san!”, chamou. “Onde vai?”

O português abriu a porta traseira do automóvel, mas antes de entrar virou-se para trás, ciente de que o diplomata merecia uma resposta, e deixou a porta aberta como se o convidasse a ir com ele.

“Salvá-los, claro.”

X

A planta de Macau estava estendida sobre a grande mesa da sala de reuniões e os vários oficiais estudavam-na com cuidado, ponderando as diversas possibilidades. Com as chefias das várias polícias, do Exército e da Marinha ali reunidas de emergência, Artur inclinou-se sobre a planta e apontou para o istmo que ligava a península à China.

“A prioridade é a Porta do Cerco”, indicou. “É preciso informar imediatamente a guarnição e vigiar todos os veículos que saem de Macau.” Levantou os olhos e fitou o responsável pela unidade ali estacionada. “Quando digo todos, capitão Nobre, quero dizer todos.”

“Mesmo os veículos militares japoneses?”

“Todos.”

Sendo o encarregado da guarnição da Porta do Cerco, o capitão Nobre tinha noção de que a sua unidade seria a primeira a entrar em ação caso houvesse problemas na fronteira e trocou por isso um olhar apreensivo com os camaradas de armas. Aquela ordem, como os militares sabiam, encerrava grandes riscos e perigos infinitos. Como iriam reagir os oficiais nipónicos quando fossem intercetados?

“Incluindo os generais e os tipos do Kempeitai?”

“Todos, já lhe disse.”

“E... e alegamos o quê?”

“Que estamos à procura de uma perigosa espia e que é imperativo que a capturemos.”

O capitão Nobre afagou o bigode e esboçou uma careta cética.

“O senhor governador acha mesmo que eles vão nisso?”

“Isso não interessa”, impacientou-se Artur. “Precisamos de uma desculpa, e vai ser esta. O que é preciso é impedi-los de a levarem para a China, percebem? Se os japoneses a conseguirem tirar de Macau, está tudo perdido.”

O oficial mais graduado depois do governador a prestar serviço em Macau era o comandante Jesus, responsável pela Polícia Marítima. Percebendo que lhe cabia por isso a ele o dever de interpretar as preocupações dos militares, assumiu a responsabilidade de fazer a pergunta que estava na mente de todos.

“Por que razão é essa mulher assim tão importante, senhor governador?”

Tratava-se na verdade de uma questão crucial. Se queria garantir o empenho dos oficiais naquela missão, o governador era forçado a abrir o jogo. Não poderia dizer tudo, até porque o essencial constituía matéria inconfessável. Como poderia admitir que tinha uma relação com a mulher em causa? Algo, no entanto, seria forçado a revelar, até porque o destino de Macau estava de facto em jogo.

“Para controlar os tipos do Kempeitai consegui recrutar uma agente que vive com o próprio coronel Sawa”, anunciou, contando a verdade embora não toda a verdade. “Trata-se de uma das suas concubinas. Acontece que fui agora informado de que o coronel descobriu tudo e está a caminho de Macau, se é que não se encontra já aqui, para levar a concubina para Zhuhai e interrogá-la. Se ela falar, meus senhores, o risco de o Kempeitai ordenar a invasão da colónia é muito elevado. Não podemos por isso permitir que os japoneses a retirem daqui. Mais, temos de a resgatar. A nossa segurança depende do sucesso desta missão, perceberam?”

“Como sabe o senhor governador que essa espia foi desmascarada?”

Artur fez um gesto a indicar a porta da sala, ou mais exatamente a antecâmara que se encontrava para lá da porta.

“Por acaso viram com quem cheguei há pouco aqui ao palácio?”

Alguns dos oficiais, que ao entrarem na sede do governo colonial

tinham estranhado ver Fukui de saída, assentiram com um movimento sincronizado das cabeças e um coro murmurado.

“O senhor cônsul do Japão.”

“Então já sabem quem é a minha fonte.”

A fonte era boa, perceberam os militares de imediato. Mas havia outras considerações na mente do comandante Jesus.

“Mesmo que a resgatemos, o facto é que o coronel Sawa já sabe que a concubina o traiu e trabalhava para nós. Assim sendo, é irrelevante que a resgatemos. Se ele quiser invadir a colónia, invadirá.”

“Não é bem assim”, corrigiu Artur. “Quando vinha a caminho do palácio, o senhor cônsul do Japão explicou-me que eles apenas sabem que a rapariga se encontrou comigo em segredo. O coronel Sawa terá agora de apurar tudo o resto e apresentar o testemunho da rapariga aos oficiais do Exército Imperial. Só assim os convencerá a lançarem uma ação punitiva contra Macau. Se não houver rapariga, e considerando a iminente derrota do Japão na guerra, os oficiais não mexerão uma palha para avançar contra nós. Isso o cônsul já me garantiu. Os militares japoneses não querem problemas adicionais numa altura tão grave da vida do seu país e o cônsul jogará com isso para nos defender. As chefias locais do Exército Imperial só avançarão se a honra a isso as compelir. Um depoimento da rapariga a atestar que foi usada como nossa espia obrigá-las-á a atuar. Temos por isso de a resgatar antes que o coronel Sawa a transfira para Zhuhai e a interrogue.”

Os militares assentiram, convencidos.

“Essa rapariga”, disse o capitão Nobre. “Como a poderemos identificar? É que a mim as chinesas parecem-me todas iguais...”

“Há nela um traço muito distintivo”, respondeu Artur. “Embora seja chinesa, tem os olhos azuis.”

Os oficiais arregalaram as sobrancelhas.

“Perdão?”

“Verifiquem os olhos de todas as mulheres que passam a Porta do Cerco em direção à China. Se alguma chinesa tiver os olhos azuis, detenham-na e tragam-na aqui. Compreendido?”

Os militares anuíram de novo e os olhares voltaram-se para o capitão Nobre. Todos estavam cientes de que a Porta do Cerco era o ponto mais nevrálgico de todos. Foi o comandante Jesus quem lançou a pergunta.

“A fronteira ainda está aberta?”

Espreitando a janela, o capitão Nobre verificou o céu que se rasgava já com os tons avermelhados do crepúsculo.

“Ao pôr do Sol bloqueamos a estrada com uma estrutura de arame farpado e a Porta do Cerco fica assim fechada”, indicou. “Mas há sempre a possibilidade de os japoneses investirem com uma viatura e forçarem a passagem, não é verdade? Vou por isso precisar de reforçar o bloqueio e levar a autometralhadora para lá.”

A autometralhadora era a única viatura blindada ao serviço das forças de segurança de Macau e a sua presença na fronteira parecia evidentemente essencial para reforçar a capacidade de bloqueio e inspeção a quem passasse para a China.

“Então faça isso.”

O comandante da guarnição da Porta do Cerco pôs-se em sentido, bateu os calcanhares no soalho e fez continência.

“Senhor governador, dá licença que me retire para executar imediatamente as ordens?”

“À vontade.”

O capitão Nobre rodopiou e saiu em passo apressado da sala. A atenção dos restantes oficiais voltou-se então de novo para a planta da cidade e os pontos que, a seguir ao istmo fronteiriço, eram merecedores de maior atenção.

“A área mais sensível é esta”, indicou o comandante Jesus, pousando o dedo em toda a linha da costa ocidental da colónia. “O Porto Interior.”

“Acha que eles podem tirá-la por aí?”

“Quando constatar que a Porta do Cerco está bloqueada e que ninguém pode passar sem ser inspecionado, o coronel Sawa vai com toda a certeza voltar-se para aqui. As opções no Porto Interior são

imensas. Em primeiro lugar, os japoneses dispõem nestas águas de vários barcos de guerra disfarçados de barcos de recreio, com a missão de imporem o bloqueio ao porto. O Kempeitai pode usar um desses navios para retirar a rapariga.”

“É uma questão de se instalarem aí as antiaéreas *Vickers* que estão no Quartel de São Francisco e abrir fogo sobre qualquer navio não autorizado que entre nas nossas águas territoriais.”

O comandante Jesus franziu o sobrolho.

“O senhor governador quer abrir fogo sobre os navios de guerra japoneses?”

“Oficialmente, e como o senhor mesmo acabou de dizer, os japoneses alegam que não se trata de navios de guerra, mas de barcos de recreio. Portanto, tecnicamente a nossa ação não é um ato de guerra. Estaremos apenas a impedir barcos de recreio de entrarem em Macau sem autorização. É uma posição defensável.”

O comandante Jesus massajou as faces, avaliando o argumento.

“Sim, é possível fazer isso”, admitiu. “Mas o coronel Sawa tem aqui outras opções. Como o senhor governador sabe, o Porto Interior é vasto e alberga uma imensa frota de juncos e sampanas que estão atracados em todos os cais. Vivem nessas embarcações umas sessenta mil pessoas e há constantemente pescadores a tentar furar o bloqueio japonês para irem para a faina ou para fazerem contrabando. O Kempeitai pode perfeitamente meter a miúda numa dessas sampanas e retirá-la para a China.”

“Precisamos então de patrulhar as águas do Porto Interior com os meios ao dispor da Polícia Marítima.”

“Não temos muita coisa, senhor governador”, observou o oficial da Marinha. “O regresso dos avisos à Metrópole e a venda da canhoneira *Macau* aos japoneses deixou-nos muito desfalcados.”

“Mas temos as lanchas...”

“Sim, isso temos.”

“Então equipem-nas com metralhadoras e façam-nas inspecionar todas as embarcações que tentarem sair do Porto Interior. E metam

gente no porto a verificar todas as mulheres que por ali passam. Corram tudo a pente fino, não deixem nada por verificar.”

A atenção do comandante Jesus voltou à planta de Macau.

“Claro que, se o coronel Sawa vir a coisa complicada no Porto Interior, pode tentar extrair a rapariga por um outro ponto da linha de costa. Não será fácil, até porque o perímetro da colónia é pequeno, mas é possível.”

“Então há que vigiar o Porto Exterior e pôr patrulhas a circular de automóvel e de lancha ao longo de toda a linha de costa. Intercetem quem se fizer ao mar e verifiquem quem levam a bordo. Esta operação é absolutamente vital para a nossa sobrevivência.”

Depois de estudarem a planta, os oficiais entreolharam-se, esmagados pela dimensão da operação que tinham em mãos. Com mais de um milhão de almas a encherem Macau, não seria fácil levar a cabo aquela tarefa, sobretudo tendo em conta os limitados meios ao dispor das forças de segurança. Foi mais uma vez o comandante Jesus quem personificou as dúvidas de todos os militares ali presentes.

“O senhor governador tem a noção, espero, de que não nos será possível prolongar indefinidamente esta operação...”

“Com certeza que tenho. É por isso que, enquanto o Exército, a Marinha e as polícias montam a sua rede, iremos lançar um golpe de força. É que não está em causa apenas a rapariga. Há também um chinês que o Kempeitai tem nas suas mãos e que, se falar, nos pode comprometer seriamente.”

Os oficiais esboçaram um esgar inquisitivo.

“Um chinês? Que chinês?”

“O *Imortal*.”

Um burburinho percorreu os militares; quem não conhecia o mais famoso contrabandista chinês?

“O *Imortal* encontra-se aqui em Macau?”

“Segundo as nossas informações, o Kempeitai está a interrogá-lo num esconderijo na cidade. Temos de localizar a rapariga e o *Imortal* e resgatá-los o mais depressa possível. Quanto mais tempo passar, mais

fácil será o coronel Sawa encontrar uma maneira de tirar a rapariga daqui e mais oportunidade terá de fazer o *Imortal* falar. Por isso precisamos de ter tudo a postos no prazo de uma hora, não mais. Estamos entendidos?”

Compreendendo a urgência de atuarem, os oficiais murmuraram a sua anuência.

“Sim.”

Nada mais havia a acrescentar. O governador fez com as mãos um gesto conclusivo a indicar o fim da reunião.

“Meus senhores, boa caça.”

As ordens estavam dadas e a reunião terminada. Percebendo que o tempo escasseava, os oficiais fizeram continência e encaminharam-se para a porta. A operação iniciava-se de imediato. Artur acompanhou os homens até à saída e ficou a vê-los seguirem o seu caminho.

O último a abandonar a sala, como não poderia deixar de ser tratando-se do mais graduado, foi o comandante Jesus. Ao cruzar a porta, o chefe da Polícia Marítima deparou-se com o diretor dos Serviços de Economia e Finanças, Jorge Lobo, sentado na antecâmara à conversa com um militar que reconheceu como o mais destacado operacional da PSP de Macau, mas logo uma derradeira dúvida o assaltou. Deu um passo atrás e voltou-se para Artur.

“O senhor governador mencionou há instantes um golpe de força”, observou em voz baixa. “Como tenciona vossa excelência lançá-lo? E, já agora, com que unidades?”

Antes que o chefe do governo colonial retorquisse, foi Jorge Lobo que, interrompendo a sua conversa com o militar da PSP, deu a resposta.

“Essa parte, caro comandante, é comigo.”

XI

Era uma verdadeira corrida contra o tempo. Com um rugido e um guincho, os dois automóveis arrancaram do Palácio da Praia Grande e, passando momentaneamente pela Marginal, viraram à direita e começaram a escalar a colina da Penha. Sentado no banco de trás, Artur espreitou o carro que os seguia.

“É esta a brigada?”

“Sim”, confirmou Lobo. “São os tipos mais tesos da PSP.” Fez um sinal a indicar o homem corpulento que seguia à frente. “Conheço o capitão Ribeiro da Cunha desde os tempos em que trabalhei na Judiciária. Tive o prazer de fazer algumas operações conjuntas com a PSP e colaborei com ele. O capitão conhece bem estes operacionais, foi ele que os reuniu.”

O governador estava a par da reputação do homem sentado diante dele. O que precisava de saber era se os seus operacionais, que iam no carro atrás, tinham a mesma qualidade.

“Tem confiança nesses homens?”

Sentado ao lado do *chauffeur*, o capitão Ribeiro da Cunha anuiu com um movimento de cabeça.

“Absoluta, senhor governador”, assegurou. “Na hora do aperto não há melhores em Macau. Não é por acaso que nos chamam a brigada *Spitfire*.”

“Como o avião inglês?”

“Justamente, senhor governador. Somos rápidos e cirúrgicos nas

operações. E somos *Spitfire* porque, quando alguém nos enfrenta, não hesitamos em *spit fire*... se é que vossa excelência me entende.”

“Ah. Cospem fogo.”

“Os mafiosos das tríades que o digam.”

“Bem... mas agora não vamos propriamente enfrentar as tríades, pois não? O Kempeitai é outra coisa, como deve calcular.”

“Se os apanharmos de surpresa, não têm hipótese. Se vossa excelência me permite, o problema não é necessariamente a operação em si, mas o rescaldo. O que podem os japoneses fazer mais tarde? Lançar ações de retaliação? Invadir Macau? Essa é que é a questão, senhor governador. Mas presumo que, tendo dado ordem para avançarmos, vossa excelência tenha essa situação devidamente ponderada e acautelada.”

“E presume bem, capitão. Se esta operação fracassar, a colônia correrá um perigo muito grave, diria mesmo um perigo de morte. O Kempeitai tem detidos aqui em Macau dois importantíssimos aliados nossos, pessoas que sabem segredos que nos podem comprometer se forem revelados aos japoneses. É por isso imperioso que as libertemos antes que o coronel Sawa lhes consiga extrair as confissões.”

O olhar do chefe da brigada desviou-se para Lobo.

“Ali o doutor disse-me que os reféns em causa são o *Imortal* e uma chinesa de olhos azuis.”

“Correto. O *Imortal* já foi detido há algum tempo e, ao que sabemos, tem estado a resistir ao interrogatório. Mas temos razões para crer, em função de informações que nos foram fornecidas por essa rapariga chinesa, que a resistência dele estará a chegar ao fim. Acontece que o cônsul Fukui nos revelou hoje que o *Imortal* foi transferido aqui para Macau, o que nos dá uma oportunidade inesperada de o resgatarmos antes que ele comece a falar.”

“Qual é o papel do senhor cônsul?”, quis o chefe da brigada saber. “Podemos confiar nele?”

A pergunta não agradou ao governador.

“O papel do senhor cônsul não é assunto para si.”

“Com o devido respeito, excelência, se estou a conduzir esta operação

tenho de conhecer todas as variáveis que podem interferir com o seu sucesso. Acontece que vi o cônsul japonês no Palácio da Praia Grande e, como deve calcular, fiquei preocupado.”

O polícia tinha razão, como Artur sabia. Se queria que a operação fosse bem-sucedida, teria de abrir mais o jogo.

“O cônsul está do nosso lado. Tem enfrentado o coronel Sawa e resolvido muitos problemas a nosso favor.”

“Pode integrar esta operação?”

“Isso é demasiado perigoso para ele. De qualquer modo, combinámos que irá acompanhar à distância os nossos próximos passos e só intervirá em caso de absoluta necessidade.”

O capitão Ribeiro da Cunha considerou as várias informações que recebera e o quadro tático e estratégico da operação. Deteve-se num pormenor.

“Deixe-me só esclarecer uma coisa, senhor governador. Para a sobrevivência de Macau é mesmo fundamental que o *Imortal* e a tal chinesa dos olhos azuis não abram a boca?”

“É isso mesmo. Eles sabem muita coisa comprometedora sobre o nosso envolvimento com a resistência chinesa e com as operações de salvamento de pilotos aliados abatidos sobre a China. É imperioso que não falem. Seria um grave desastre para nós.”

“Então, se não os conseguirmos libertar, bastar-nos-á abatê-los, não é verdade? Desse modo não poderão falar.”

Apanhado totalmente de surpresa pela sugestão, Artur sentiu o ar faltar-lhe. O chefe dos *Spitfire* estava na verdade a sugerir que se matasse Lian-hua. De um ponto de vista estritamente operacional, a sugestão fazia todo o sentido. Mas... como poderia ele permitir uma coisa dessas?

“Bem... uh...”

“Em boa verdade, senhor governador, e se formos a pensar bem, essa seria até a solução mais expediente e politicamente mais defensável”, argumentou o capitão Ribeiro da Cunha, que não notara o choque que as suas palavras haviam produzido no chefe do governo colonial. “Se

calhar é o que devíamos fazer, não acha?”

A sugestão indignou Artur.

“Nem pensar!”

“Por favor, senhor governador, considere por momentos os dois cenários que temos diante de nós e depois diga-me o que pensa”, sugeriu o chefe da brigada da PSP. “Primeiro cenário, entramos nas instalações do Kempeitai e libertamos os dois reféns. O que fazemos depois? Como explicamos a operação aos japoneses? O coronel Sawa aceitará as nossas justificações? Não exigirá a entrega dos reféns como prova de que as nossas intenções não são esconder o nosso envolvimento com a resistência chinesa e as forças aliadas? Não será a nossa recusa de os entregar demasiado suspeita? Os japoneses não cercarão Macau enquanto não cedermos?”

“Sim, há esse perigo”, reconheceu o chefe do governo colonial. “E então? Onde quer chegar?”

“Vejam agora o segundo cenário”, propôs o capitão Ribeiro da Cunha. “Entramos lá e abatemos os dois pardais. Quando o coronel Sawa aparecer dizemos-lhe que houve um terrível engano, que queríamos prendê-los por crimes contra os japoneses e que, como eles resistiram e ameaçaram os nossos homens, fomos obrigados a liquidá-los. Caso arrumado.”

Artur começou a entender o raciocínio do chefe da brigada. Precisava de o minar.

“Isso não resultará”, disse. “O coronel Sawa irá perceber logo que os matámos intencionalmente.”

“Com certeza que perceberá”, concordou o capitão. “Mas a questão é que os japoneses já não poderão fazer nada, está a ver? Não poderão cercar Macau e exigir a entrega dos reféns, por exemplo. Se eles estão mortos! Mesmo que perceba as nossas intenções, o coronel Sawa nunca poderá saber o que eles tinham para confessar e portanto não estará em condições de nos ameaçar ou chantagear. Sobretudo se compusermos as coisas com muitos pedidos de desculpa e insistirmos que foi tudo um grande equívoco e que estamos dispostos a pagar uma indemnização

avultada.”

Fez-se um silêncio súbito dentro do automóvel.

“Detesto admiti-lo, mas ele tem razão, senhor governador”, acabou Lobo por dizer. “Sou muito amigo do *Imortal*, mas reconheço que a sua morte e a da concubina resolveriam o grave problema que se vai criar com as autoridades militares japonesas por causa desta operação. É muito provável que o coronel Sawa asfixie Macau até os entregarmos para interrogatório. Mas se eles estiverem os dois mortos o Kempeitai perderá espaço para nos pressionar. A morte de ambos solucionaria tudo.”

Um grande peso abateu-se sobre Artur. Sabia intimamente que ambos estavam certos, as mortes do *Imortal* e de Lian-hua resolveriam o problema. Mas, em consciência, como poderia ele dar a ordem para a matar? Era impensável. Matar Lian-hua? Como viveria depois com essa terrível decisão? A sua ligação amorosa à concubina chinesa era matéria secreta, apenas o capitão Tavares a conhecia, e estava fora de questão revelá-la a Lobo, pois o diretor dos Serviços de Economia e Finanças perceberia assim que havia questões de ordem pessoal a afetar o seu julgamento. Isso não podia permitir. Nessas circunstâncias, como defendê-la?

“Tenho muitas dúvidas sobre uma solução dessas...”

Pelo semblante de Lobo, contudo, tornou-se imediatamente claro que o subordinado não iria deixar cair a ideia com tanta facilidade.

“A questão é muito simples, senhor governador”, argumentou ele. “A nossa prioridade é resgatar duas pessoas ou é salvar o milhão de almas que neste momento vivem em Macau? Teremos o direito de pôr a colônia e toda a sua população em perigo para manter vivas duas pessoas ou, por muito que nos custe, não será nosso dever sacrificar a vida dessas duas pessoas para poder salvar mais de um milhão? É essa a decisão, receio bem, que o senhor governador tem de tomar.”

Ou seja, pensou Artur, o problema que o diretor dos Serviços de Economia e Finanças apresentava reduzia-se a uma e uma só questão: era ou não o governador um homem de estado? O chefe do governo

colonial tinha feito a guerra na Flandres e sabia que as batalhas se venciam com a morte de homens. Por vezes era preciso sacrificar aqueles que nos eram próximos e de quem gostávamos para alcançar um bem maior. O interesse do conjunto, havia-lhe ensinado a teoria na Escola de Guerra e a prática nas trincheiras de França, era superior ao interesse de cada um. Conhecia bem o princípio e aplicara-o vezes sem conta. Não podia esquecer que ele próprio avisara os japoneses de que, se avançassem sobre Macau, iria pessoalmente para a Porta do Cerco e tornar-se-ia a primeira pessoa que o Exército Imperial teria de matar para poder entrar na colônia. Se era capaz de pôr o seu próprio pescoço no cepo, não seria capaz de pôr o de Lian-hua?

Só a ideia já o arrepiava. Sentia-se esmagado pela enormidade do que aquelas pavorosas circunstâncias o forçavam a aceitar, mas não era esse afinal o seu dever? A salvação do coletivo estava acima da salvação do indivíduo. Por mais que amasse a chinesa, e sabia que a amava com todas as suas forças, não tinha ele obrigações que estavam para lá do amor? Sim, era verdade que ele próprio não sobreviveria à morte de Lian-hua. Teria de aceitar essa realidade e considerar-se a si próprio mais uma vítima daquela guerra. Mas apenas isso. Lian-hua morreria e ele morreria com ela, física ou espiritualmente, pois não imaginava que lhe fosse possível sobreviver depois de dar a ordem mais cruel e inconcebível que se poderia dar, a de matar a pessoa que se amava. Essa ordem, porém, e por muito que lhe custasse, correndo até o risco de pôr em causa a sua sanidade mental, tinha mesmo de ser dada.

Suspirou, derrotado e amargurado, rendendo-se ao destino que parecia rir-se dele e achando que a vida perdia todo o significado e razão de ser. Sentiu a palavra escorregar-lhe dos lábios como se fosse pronunciada por outro que não ele.

“Seja.”

XII

As moradias no alto da Penha eram as mais bonitas de Macau e todo o espaço em redor, coberto de verdura e bem ordenado, constituía a zona mais aprazível da cidade. Soprava uma brisa suave, picante com o odor salgado a mar, e as gaivotas adejavam sobre a colina com os seus grasnidos melancólicos. Uma estranha calma impusera-se no local, sobretudo desde que os motores dos automóveis se silenciaram. Sentados no interior das viaturas, os homens observavam longamente a casa do outro lado da rua em busca de sinais que revelassem presenças ameaçadoras.

“Não vejo nada de suspeito”, reconheceu por fim o capitão Ribeiro da Cunha, quase dececionado. “De certeza que é aqui, senhor governador?”

“É pelo menos aqui que vive o coronel Sawa com as suas concubinas. Não posso, no entanto, garantir que seja aqui que mantém a chinesa dos olhos azuis. Mas que eu saiba o Kempeitai não tem outros sítios onde operar em Macau, o que torna esta casa o nosso alvo principal, e para já único.”

“O que disse o cônsul Fukui sobre o paradeiro dos prisioneiros?”

“Não sabe onde estão. Apenas tem a informação de que ainda se encontram aqui na colónia.”

O capitão Ribeiro da Cunha voltou a examinar a moradia e, conhecedor das subtilezas da administração colonial, sentiu uma dúvida passar-lhe de repente pelo espírito.

“Peço desculpa, senhor governador, mas... esta casa não é nossa?”

“Pertence, com efeito, ao estado português. Cedemo-la ao coronel Sawa para o amaciar. Porquê?”

“Hmm... isso joga a nosso favor, não?”

“Com certeza”, assentiu Artur, percebendo onde o polícia queria chegar. “Poderemos invocar que recebemos a informação de que estava a ser assaltada, ou qualquer outra coisa do género, e de que fomos forçados a intervir para garantir a segurança do próprio coronel Sawa. Sendo a casa propriedade do estado, as responsabilidades relativas à sua segurança recaem sobre nós, como é evidente. Isso dá-nos uma certa cobertura legal para a operação.”

Foi tudo o que o responsável da brigada *Spitfire* precisou de ouvir. Abriu a porta do carro e fez um sinal aos ocupantes da segunda viatura, estacionada imediatamente atrás. Os outros três homens da brigada saíram e, de armas na mão, vieram ter com o seu chefe.

“Vamos tomar aquela casa”, indicou o capitão Ribeiro da Cunha, fazendo um gesto para a moradia. Apontou para os subordinados um a um, distribuindo as ordens operacionais. “Pinto e David, vocês entram comigo pela porta da frente. E tu, Alberto, vigias as traseiras. Ninguém pode fugir. Se te ameaçarem, atiras a matar. Compreendido?”

“Sim, meu capitão.”

“Os nossos alvos são dois prisioneiros, o *Imortal* e uma chinesa de olhos azuis. São ambos para liquidar.”

Os homens arregalaram os olhos.

“Perdão?”

“São ordens do senhor governador e está em causa a segurança da colónia”, esclareceu. “Serei eu quem os irá abater. Se por alguma razão não o puder fazer, fá-lo-ão vocês. Repito que a segurança de Macau depende do silenciamento destes dois prisioneiros.”

“O *Imortal* também?”

“Afirmativo.”

Os operacionais hesitaram, visivelmente consternados com a ordem.

“Mas o tipo é um herói para os chineses, meu capitão! Como acha

que irá reagir a população chinesa quando souber que nós, os portugueses, matámos o *Imortal*?”

“Isso é um problema para o senhor governador resolver”, esclareceu o capitão Ribeiro da Cunha. “Presumo que sua excelência converse depois com os líderes da comunidade chinesa e lhes explique a situação.”

Os homens não pareciam, todavia, convencidos.

“Mas... o *Imortal*? Desculpe, meu capitão, não é possível os chineses aceitarem uma coisa dessas. Não é possível. Foi o *Imortal* que andou a trazer arroz para a cidade quando todos morríamos de fome! Quem é que vai compreender que o matemos?”

O chefe da brigada respirou fundo; ninguém tinha tanta consciência quanto ele de que, se queria executar com sucesso a missão, precisava de convencer os seus homens. Mas não seria fácil, pois os seus subordinados tinham razão. O *Imortal* andara todo esse tempo a transportar arroz para a colónia, incluindo quando os japoneses tinham bloqueado a entrada de alimentos na cidade. Não fora aliás por causa disso que o Senna Fernandes havia sido assassinado? Como podia agora a polícia matar o *Imortal*?

“Oiçam, isto desagrada-me a mim tanto quanto a vocês ou ao senhor governador ou ao doutor Lobo”, disse, indicando os governantes atrás dele. “Mas tem de ser feito.”

As palavras do capitão não foram ditas num tom convincente, pelo que os olhares dos polícias portugueses se desviaram para Artur e Lobo, quase como se lhes exigissem explicações mais fundamentadas. O chefe do governo colonial percebeu que, gostasse ou não, teria de as dar.

“Tenho consciência de que vocês gostam do *Imortal*”, disse. “Também eu gosto dele. Só eu sei quanto me custou dar a ordem para... enfim, para o afastar a ele e à... à rapariga.” Engoliu em seco e os olhos brilharam-lhe de comoção. Ainda não conseguira digerir a realidade de que mandara matar a sua Lian-hua. “Mas temos de ter coragem.”

Calou-se uns segundos, consternado e esforçando-se por recuperar a compostura.

“Ele ajudou-nos, senhor governador...”

Artur suspirou pesadamente. Como era difícil defender o indefensável...

“Sei bem que o *Imortal* nos ajudou imenso com o contrabando de arroz. E não foi só nisso. Esteve envolvido noutras operações sobre as quais não tenho liberdade para falar. Mas, meus amigos, o que está neste momento em questão é a própria segurança da colónia. Embora saibamos que os chineses, tal como nós, não vão gostar nada disto, o que vamos fazer é tanto para proteção nossa como deles. E isso ser-lhes-á devidamente explicado por mim em tempo oportuno. É que, se não eliminarmos o *Imortal* e a... a...” Não conseguiu enunciar o segundo alvo da operação e teve de seguir em frente. “Enfim, se não conseguirmos fazer o que tem de ser feito, arriscamo-nos a que os japoneses cerquem a colónia e a asfixiem até que os entreguemos. Quando isso acontecer, pois acabará mesmo por acontecer, eles serão torturados e acabarão inevitavelmente por falar. No momento em que os japoneses conhecerem os nossos segredos, a invasão de Macau tornar-se-á uma inevitabilidade. No momento em que os japoneses cruzarem a Porta do Cerco e ocuparem a colónia, garanto-vos que morrerá muito mais gente, não serão apenas duas pessoas.” Sentia o coração ribombar-lhe no peito, o ar faltar e a voz fraquejar. “É por isso que, com o coração pesado e a consciência torturada muito mais do que vocês poderão alguma vez imaginar, dado que os prisioneiros em causa me são infinitamente queridos, assumi a horrível responsabilidade de conceder luz verde para que o capitão Ribeiro da Cunha os... os...”

Não teve coragem de terminar a frase. Como poderia pôr o indizível em palavras? Quis afastar-se, encerrar-se na sua solidão e abandonar-se ao remorso eterno, mas sabia que não tinha o direito de o fazer. Não ele, o governador, a meio de uma operação determinante para a segurança da colónia que governava e da população que tinha o dever de proteger. A verdade é que não podia ser uma pessoa, ser simplesmente Artur era um luxo a que não se podia dar. Não naquele instante. Os homens dependiam dele e, enquanto a operação decorresse,

e por muito que a nível pessoal lhe custassem os seus resultados, precisava de se manter forte e levar o barco a bom porto. Para o bem e para o mal, teria de ser o governador.

Percebendo que aquelas palavras eram genuínas e sentidas, e cientes da verdadeira importância da sua missão, os polícias entreolharam-se e, com um movimento submisso de cabeça, sinalizaram ao chefe da brigada o seu assentimento.

“Preparem as armas”, ordenou o capitão Ribeiro da Cunha em voz baixa. “Verifiquem as munições.”

Havia a pistola do oficial, e além disso dois homens vinham armados de *Mauser Vergueiro* e o terceiro tinha um revólver *Colt*. Tiraram as balas e premiram os gatilhos, para se certificarem de que os mecanismos se encontravam intactos. Uma sucessão de cliques metálicos confirmou-lhes que estava tudo bem. A seguir verificaram os cartuchos e as balas e, uma vez satisfeitos, carregaram as armas.

“Estamos prontos, meu capitão.”

Depois de examinar uma última vez a moradia do coronel Sawa para se certificar de que não havia focos visíveis de resistência, o chefe dos *Spitfire* virou-se para o governador e fez sinal de que aguardava a ordem final. Artur lançou um esgar para as janelas da casa, como se tentasse vislumbrar Lian-hua uma derradeira vez, e, após uma última hesitação, sentindo-se viver um pesadelo e ciente de que ia cruzar uma linha da qual não haveria retorno, deu a ordem.

“Podem avançar.”

Tudo aquilo era demasiado difícil para o governador, que recolheu ao automóvel acompanhado por Lobo, sabendo que jamais seria capaz de esquecer as cenas que se seguiriam; a decisão assombrá-lo-ia até ao fim dos seus dias.

No passeio, os polícias empunharam as armas, os dedos já colados aos gatilhos, e prepararam-se para atravessar a rua e lançar o assalto à moradia. No momento em que iam avançar, no entanto, o capitão Ribeiro da Cunha ergueu o braço esquerdo e travou-os.

“Esperem.”

O ruído de um motor em aproximação justificou a ordem. O chefe dos *Spitfire* apercebera-se de que um automóvel se aproximava e, como era evidente, convinha deixá-lo passar antes de lançarem o assalto.

Um *Ford* cor de mostarda apareceu na rua e, para choque dos elementos da brigada, tinha a bandeira japonesa pregada ao para-lamas. A viatura estacionou mesmo em frente da casa e os seus quatro ocupantes, todos armados e dois deles com metralhadoras, apearam-se e encararam os polícias portugueses com uma expressão de surpresa. Observando-os do interior do seu *Dodge*, Artur percebeu que estava tudo perdido.

Era o coronel Sawa e os seus capangas.

XIII

As forças dos dois lados do passeio permaneceram um longo momento em silêncio tenso, as armas preparadas para dispararem, os olhares perscrutadores de homens que se mediam mutuamente. De um lado do passeio estavam os polícias portugueses e do outro os militares japoneses, quatro contra quatro, as tensões acumuladas ao longo dos últimos anos prestes a libertarem-se numa orgia final de fogo e morte.

A primeira coisa que o capitão Ribeiro da Cunha tentou destrinçar foi o estado de espírito dos adversários. Depressa tirou as dúvidas. Apesar de expectantes, os homens do Kempeitai mostravam-se determinados. Como eram quatro de cada lado, as forças portuguesas não se encontravam em desvantagem numérica, mas tinham dois elementos fundamentais contra elas. O primeiro é que haviam perdido o fator surpresa, determinante para o sucesso de uma operação como aquela. O segundo é que estavam muito menos bem armadas. Às duas modernas metralhadoras ligeiras japonesas, os *Spitfire* apenas contrapunham duas espingardas *Mauser Vergueiro* dos tempos da Grande Guerra e um *Colt* ultrapassado, além da pistola do oficial de polícia. Como poderiam vencer naquelas condições?

“O que fazemos, meu capitão?”, perguntou um dos homens da PSP. “Avançamos?”

Os *Spitfire* não estavam habituados a recuar, mas o chefe da brigada não tinha dúvidas de que o resultado do confronto era muito incerto, para não dizer provavelmente desfavorável. E, mesmo que vencessem,

alguns dos polícias portugueses iriam com certeza morrer. Por outro lado, havia uma coisa que não podia ignorar. Não fora o governador que sublinhara a importância crucial daquela missão para a sobrevivência de Macau? Se assim era, como poderia recuar e evitar o combate? Não teria o dever de arriscar tudo?

A porta do *Dodge* abriu-se nesse momento e o governador apeou-se, tornando assim claro que assumia ele próprio a condução dos acontecimentos. Foi o que bastou para o capitão Ribeiro da Cunha fazer um sinal para conter os seus homens.

“Esperem”, ordenou. “Mantenham-se a postos, mas esperem.”

A atenção das duas forças voltou-se para a figura do chefe do governo colonial, que atravessou a rua com o evidente propósito de parlamentar com o responsável do Kempeitai.

“*Stop!*”, gritou o coronel Sawa. “Alto!”

A ordem foi ignorada por Artur, que continuou a caminhar até chegar ao outro passeio. Nesse instante ouviu-se o ronco de um motor e o governador virou-se para trás, surpreendido; era o seu próprio *Dodge* que arrancava e acelerava pela rua. Ficou embasbacado a ver o automóvel oficial desaparecer na primeira curva ao fundo, uma descida para a Marginal. O comportamento do diretor dos Serviços de Economia e Finanças, que tinha ficado dentro da viatura, deixou-o estupefacto. Como era possível que ele fugisse numa altura daquelas?

Apesar de a fuga de Lobo o ter perturbado, no fim de contas tratava-se do seu homem de máxima confiança, Artur sabia que tinha de se concentrar na tarefa prioritária. E naquele momento não havia dúvida de que a prioridade assentava na situação de choque que se estabelecera em plena via pública. Tinha de resolvê-la da melhor forma possível, se é que o confronto iminente entre portugueses e japoneses tinha solução sem combate.

Voltou-se de novo para o coronel Sawa.

“Senhor coronel, temos uma informação que, por razões de segurança, nos obriga a inspecionar a casa que lhe cedemos. Peço-lhe por isso que se afaste e nos deixe entrar.”

A referência à cedência da casa constituía uma forma subtil de proclamar os direitos sobre a moradia, lembrando que ela pertencia de facto ao estado português.

O chefe do Kempeitai abanou a cabeça.

“Não.”

Disse-o de uma forma tão resoluta que se tornou imediatamente claro que seria difícil, senão impossível, que viesse a ceder. Mas o governador sabia que tinha o dever de tentar; de resto, nem havia alternativa.

“A inspeção é necessária para a sua própria segurança”, insistiu. “Mas também está em causa a nossa. Afaste-se, por favor, e deixe-nos entrar. Não é de mais lembrar-lhe que a casa é propriedade nossa e temos por isso direitos sobre ela.”

“Têm direitos?”, devolveu o japonês com um esgar irónico e até vagamente trocista. “Daqui a pouco o senhor governador vai dizer-me que os seus direitos sobre a casa onde eu vivo se estendem também às minhas concubinas...”

Tratava-se da confirmação, se é que ela era necessária, de que a informação dada por Fukui era exata. O coronel Sawa fora evidentemente informado de que Lian-hua tivera um contacto clandestino com o chefe do governo colonial. Porém, talvez desconhecesse ainda a natureza dessa relação. Isso abria uma oportunidade para resolver a situação sem recurso à violência, desde que Artur jogasse bem a sua cartada.

“Está a referir-se à sua Segunda Concubina?”

O chefe do Kempeitai hesitou, admirado com a falta de surpresa do adversário. O que queria aquilo dizer?

“Pode o senhor governador explicar o encontro que teve ontem com a minha Segunda Concubina?”

Foi a vez de o chefe do governo colonial se fingir surpreendido.

“É esse o seu problema?”, questionou. “Se assim é, porque não a questionou?”

Artur falara com o ar mais natural possível, o que manteve o coronel Sawa na incerteza. Desde que fora informado do encontro entre Lian-

hua e o governador, supusera que ela se tornara espia dos portugueses, mas a reação do interlocutor deixou-o na dúvida. Estaria ele a pintar uma serpente e a acrescentar-lhe pernas?, interrogou-se, recordando o provérbio japonês sobre o exagero. Talvez existisse afinal uma explicação inocente para o tão suspeito encontro.

“Foi justamente para apurar o que aconteceu que aqui vim”, respondeu. “Qual a explicação que o senhor governador tem para o encontro com a minha Segunda Concubina?”

As palavras do chefe do Kempeitai tornavam claro que não havia ainda interrogado Lian-hua. Isso aumentava as possibilidades de um desenlace positivo. Para que tal acontecesse, no entanto, era crucial uma boa resposta. E a verdade é que não havia uma resposta sequer satisfatória. Como poderia justificar a visita da chinesa à residência oficial? Teria ido lá tomar chá? Falar sobre o estado do tempo? O que fora lá fazer? A resposta, pensou de novo, teria de ser convincente. A verdade, contudo, é que só havia duas respostas plausíveis. A primeira era que a concubina se tornara sua espia e fora fornecer-lhe informações confidenciais sobre a atividade dos japoneses, eventualmente para serem passadas aos chineses ou aos Aliados. Este parecia o pressuposto sobre o qual o coronel Sawa raciocinava desde que fora informado da visita de Lian-hua ao Palácio de Santa Sancha. De resto, o facto de ela ser filha de um alto quadro do Kuomintang credibilizava sobremaneira essa conclusão indesejável.

A segunda resposta plausível era outra. Dá-la, todavia, envolvia um imenso risco. Mas não estavam eles já em perigo? E não seria a ideia de Lian-hua como espia dos portugueses infinitamente mais perigosa do que a versão alternativa, uma vez que transformava a questão num problema de estado? Foi justamente este raciocínio que levou Artur a decidir-se por correr o risco de proclamar a verdade.

“Somos amantes.”

A revelação provocou um silêncio pesado na rua. O coronel Sawa ficou a olhar para ele, tão atónito que parecia em choque; dava a impressão de que tinha ouvido mas a informação era de tal modo

inesperada e perturbadora que ainda não conseguira registá-la.

“Perdão?”

“Eu amo Lian-hua e ela ama-me a mim”, disse em tom sereno, ciente de que já não havia retorno. “Essa é a razão pela qual nos encontramos. É tão simples como isso. Somos amantes.”

Os militares japoneses entreolharam-se, desconcertados, mas o chefe do Kempeitai manteve-se hirto. Dir-se-ia uma estátua, com a diferença de que a sua habitual palidez marmórea foi sendo gradualmente substituída por um rubor de vergonha. O governador português anunciava que tinha relações amorosas com a sua concubina e fazia-o em público; os seus próprios homens haviam escutado! Isso queria dizer que daí em diante, e pelas costas, se tornaria o alvo da chacota dos camaradas de armas. Que humilhação!

A tremer de fúria, levantou o braço e apontou a pistola à cabeça do governador.

“O senhor acha que o vou deixar viver depois de ter a desfaçatez de me revelar na cara uma coisa dessas?”

A pergunta foi feita muito devagar, como se o coronel Sawa ponderasse cada uma das palavras e as pronunciasse com raiva deliberada. Mas Artur manteve-se aparentemente imperturbável, ocultando o medo por ver o cano da pistola apontado a si.

“O senhor diz-se um herdeiro dos samurais?”, questionou. “Era aos tiros que os seus antepassados puniam o adultério?”

Não era por acaso que o governador fazia aquela pergunta. Ao longo do tempo que convivera com Lian-hua tinham ambos falado pormenorizadamente sobre a situação que viviam e ele interessara-se pelos costumes tradicionais japoneses.

“A minha honra está acima de tudo!”

“Ora, ora! O senhor coronel sabe bem que a punição tradicional no Japão por adultério não é a pena de morte. Nenhum samurai digno da sua nobre condição viola a sua honra e as regras do buxido, o caminho do guerreiro. Se o senhor coronel se entende como um verdadeiro herdeiro dos samurais, comporte-se como tal.”

O chefe do Kempeitai manteve a pistola apontada ao adversário.

“O que está aqui em causa não é o adultério”, disse em tom ameaçador. “É a traição. O senhor governador manchou a minha honra e essa mancha só se lava com sangue. O seu sangue.”

Artur teve a certeza que o coronel Sawa iria disparar. Nunca o chefe do Kempeitai permitiria ser humilhado daquela maneira. E se ao proceder assim porventura violasse o código do buxido, tanto pior. De resto, e caso o entendesse mais tarde, tinha sempre a possibilidade de se redimir através do *seppuku*, o suicídio ritual dos samurais.

“Baixe a arma!”

A ordem foi lançada do outro lado do passeio; era evidente que os polícias portugueses não estavam dispostos a permitir que o seu governador fosse ameaçado daquela maneira.

Em resposta, os subordinados do coronel Sawa puseram-se em postura de combate atrás do *Ford* cor de mostarda e apontaram as metralhadoras ligeiras à brigada *Spitfire*. As posições ficaram assim cristalizadas. Pareceu evidente a todos que o disparo do primeiro tiro iria desencadear uma fuzilaria generalizada. Poucos sobreviveriam.

O silêncio tenso foi quebrado pelo governador.

“Então como vamos resolver isto?”, perguntou. “O senhor coronel mata-me, os meus homens matam-no a si, os seus homens matam-nos a eles e nenhum japonês sairá vivo aqui de Macau porque todas as forças portuguesas da colónia vos irão dar caça. É assim que isto vai acabar? Não será preferível encontrarmos uma solução que venha a revelar-se satisfatória para todas as partes? O que escolhe o senhor coronel?”

O japonês ponderou os vários cenários diante dele.

“Se eu baixar a arma, o senhor governador e os seus homens retiram-se daqui e deixam-nos em paz?”

Era uma pergunta de resposta inconveniente.

“Não.”

A negativa deixou o responsável do Kempeitai surpreendido. Presumira que o seu alvo queria sair dali com vida, mas pelos vistos não era esse necessariamente o caso. Estreitou as pálpebras e perscrutou o

rosto do adversário.

“O que deseja afinal o senhor governador?”

“Lian-hua.”

“Não lhe pertence. É minha concubina.”

“Talvez o senhor coronel não saiba, mas a escravatura foi proibida há alguns séculos em Macau”, devolveu. “Se quiser, no entanto, sugiro um compromisso. Vamos os dois falar com ela e damos-lhe a escolher. Lian-hua prefere ficar consigo ou vir comigo? No final, respeitaremos ambos a sua decisão, seja ela qual for. Temos acordo?”

O coronel Sawa mordeu o lábio inferior enquanto pensava na proposta. Pelo seu semblante tornou-se claro que a considerava exequível, embora precisasse de ser limada.

“Concordo, mas apenas com uma condição”, devolveu. “Preciso de vinte e quatro horas com ela para a interrogar.”

“Para que quer o senhor interrogá-la?”

“Tenho de me certificar de que essa história de ela ser sua amante é verdadeira. Bem vê, há sempre a possibilidade de Hua ser na verdade sua agente e ter espiado ao seu serviço e contra nós. Pior ainda, muitas dessas informações podem ter ido parar aos nossos inimigos. Preciso de ter a certeza de que não é esse o caso.”

“E como planeia o senhor interrogá-la?”

“Nós temos os nossos métodos, fique descansado”, indicou com um sorriso carregado de subentendidos. “Depois de os aplicarmos e de eu me convencer de que a sua versão é correta, entregá-la-emos.”

Artur abanou a cabeça.

“Está fora de questão deixá-lo interrogar Lian-hua com os métodos tradicionais do Kempeitai.”

O coronel Sawa ergueu o sobrolho.

“O senhor governador terá por acaso medo de que eu venha a descobrir a verdade?”

“O que tenho medo é dos seus métodos selvagens”, devolveu o português com secura. “Julga que o vou deixar brutalizar Lian-hua? Nem pense numa coisa dessas!”

“Mas como quer o senhor governador que a interrogue? Acha que, se eu lhe perguntar muito delicadamente se estava ao seu serviço para nos espiar, ela dirá que sim? É evidente que teremos de a apertar para que Hua se ponha a cantar.”

“Mas se a brutalizar ela dirá o que achar que o senhor quer que ela diga, não necessariamente a verdade. Como é evidente, não posso aceitar isso.”

“Os nossos métodos são muito fiáveis, creia-me. Quando os aplicarmos, Hua não dirá o que pensa que eu quero ouvir, mas a verdade e toda a verdade. Isso posso garantir-lhe.”

“Está absolutamente fora de questão que se exerça violência sobre Lian-hua. Já lhe expliquei que não deixarei que sofra nem um arranhão. Fui claro?”

“Foi muito claro, mas o senhor governador tem também de compreender que preciso de ter a certeza de que ela não operou como agente vossa”, insistiu o japonês. “Só usando os nossos métodos de interrogatório poderei ter a segurança de que assim é. Nestas condições, como quer o senhor governador resolver o problema?”

Apesar do diálogo e da intensa troca de argumentos, a verdade é que a situação tinha atingido um impasse. Ambos concordavam que Lian-hua podia ser libertada, mas as condições postas por cada um dos lados para que isso acontecesse eram absolutamente inaceitáveis para o outro. As armas permaneciam por isso voltadas umas contra as outras e o confronto, para já limitado a palavras e a posturas agressivas, poderia a qualquer instante degenerar num massacre.

“É o último aviso!”, voltou o capitão Ribeiro da Cunha a vociferar do outro lado do passeio. “Baixem as armas!”

Todos estavam na mira de todos e o pior cenário tornava-se a cada segundo o mais provável. Artur não acreditava que os militares japoneses, com o seu apurado sentido de honra e dever, recuassem perante a ameaça. Por outro lado, o que estava em jogo era de tal modo importante, não apenas por causa de Lian-hua mas também devido à iminente confissão do *Imortal*, que os polícias portugueses não tinham

espaço para recuar.

“O que se passa aqui?”

A pergunta não foi feita por nenhuma das forças em contenda, mas por alguém que acabara de chegar. Japoneses e portugueses voltaram-se na direção da voz e reconheceram o recém-chegado.

O cônsul Fukui.

XIV

O pequeno diplomata japonês vinha de fato e gravata, como nele era costume, e interpôs-se entre Artur e o coronel Sawa para os separar. Como isso significava que a pistola passou a estar apontada a Fukui, o chefe do Kempeitai hesitou. Deveria manter a postura agressiva ou seria melhor recuar?

“*Toridasu!*”, ordenou o militar nipônico, agitando a arma à procura do alvo que o recém-chegado tapava. “Saia daqui!”

O cônsul cruzou os braços, mostrando que não fazia a menor tenção de obedecer.

“*What’s going on here?*”, perguntou Fukui em inglês, para que a conversa fosse entendida por todos. “O que se passa aqui?”

O coronel Sawa rendeu-se à evidência de que o conterrâneo não abandonaria o lugar onde se havia plantado e, percebendo que a sua postura não era sustentável, baixou por fim a arma.

“O governador quer levar a Segunda Concubina”, explicou. “Parece que os dois têm relações íntimas.”

O diplomata alçou o sobrolho, fingindo que era a primeira vez que ouvia falar em tal coisa.

“Como disse?”

“Um homem meu viu a minha Segunda Concubina deslocar-se à residência do governador”, pormenorizou, evidentemente sem saber que o recém-chegado estava a par dos factos. “O governador acabou de admitir que mantém uma relação amorosa com ela. É um ultraje!”

Fukui fez um compasso de espera, como se avaliasse a informação, e acabou por suspirar. Pelo seu semblante, parecia alagado de impaciência.

“O senhor coronel está a dizer-me que apontou uma arma ao chefe de um governo estrangeiro amigo do Japão por causa de... de uma questão de lençóis?”, questionou-o, a indignação a pingar-lhe da voz. “O senhor coronel enlouqueceu? O que acha que fará o honorável Kenzo Kitano quando tiver conhecimento da sua gravíssima quebra de disciplina?”

A referência a Kenzo Kitano fez o coronel Sawa empalidecer. O que o diplomata acabava de fazer fora anunciar-lhe que iria comunicar o incidente ao comandante do Kempeitai na China.

“O problema não é a relação do governador com a Segunda Concubina”, apressou-se o chefe local do Kempeitai a esclarecer, amansando o tom de voz e corrigindo o tiro. “A questão é determinar se o senhor governador usou a Segunda Concubina para lhe passar informações confidenciais. Exijo interrogá-la antes de a entregar aos portugueses, pois o que está em causa é a segurança da nossa pátria sagrada.”

O cônsul não pareceu convencido.

“Confesso que, quando o doutor Lobo me foi chamar a casa, mal acreditei no que ele me estava a contar”, disse como se permanecesse incrédulo. “O senhor coronel ameaçava com uma arma um chefe de governo amigo do Japão? Seria uma coisa dessas possível? Não podia ser! Devo dizer que tive dificuldade em acreditar, mas agora que estou aqui e vejo isto tudo...”

Ao ouvir a referência ao diretor dos Serviços de Economia e Finanças, Artur virou-se para o outro lado da rua e, com alívio mas também com vergonha, avistou Lobo entre os operacionais da brigada *Spitfire*. Afinal, percebeu com o embaraço de quem sabia ter sido injusto, o seu homem mais fiel não fugira. Lobo fora simplesmente buscar Fukui para desatar aquele nó.

O coronel Sawa não desarmou.

“O interrogatório à Segunda Concubina determinará se o governador

é ou não amigo do Japão.”

O diplomata estreitou as pálpebras e esboçou uma expressão inquisitiva, como se as palavras do interlocutor dessem pistas novas.

“O senhor coronel está a insinuar que partilhou segredos operacionais com a sua concubina?”

A pergunta voltou a pôr o chefe local do Kempeitai na defensiva.

“Uh... quer dizer... claro que não.”

“Não?”

“Com certeza que não!”, declarou, já com mais firmeza, quase indignado com a simples sugestão. “As questões operacionais e confidenciais só são discutidas com quem de direito.”

“Então que terríveis segredos receia o senhor coronel que a Segunda Concubina tenha passado ao senhor governador? A receita de um prato de *tempura*? As letras das músicas de Li Xianglan? O quê, exatamente?”

Sem saber o que responder, e vendo-se apanhado em contradição, o coronel Sawa fez um esgar de embaraço.

“Bem... uh... enfim, nunca se sabe o que ela... o que ela... enfim... poderia descobrir, não é verdade?”

“A não ser que haja alguma coisa que o senhor coronel não me esteja a contar, sugiro que ponha fim a este confronto ridículo e entregue a Segunda Concubina às autoridades portuguesas, se for essa a vontade da senhora em causa. Estou certo de que o senhor coronel não terá a menor dificuldade em arranjar outra chinesa qualquer que a substitua. O Kempeitai não gere um serviço de *jugun ianfu*?”

As *jugun ianfu* eram as “mulheres de conforto”, ou escravas sexuais, recrutadas pelo Kempeitai para servir as tropas japonesas em todo o Pacífico; fora uma medida destinada a impedir as violações em massa que haviam ocorrido após a tomada de várias cidades, incluindo Hong Kong, mas sobretudo Nanquim.

Sentindo-se sem argumentos, o coronel Sawa percebeu que não tinha espaço para manter a sua postura, mas apesar disso não parecia disposto a ceder.

“Isto não vai ficar assim!”, rosnou, ainda agarrado à pistola. “O que aqui se está a passar é uma afronta à dignidade do Exército Imperial.”

“O que é uma afronta à dignidade do Exército Imperial”, retorquiu Fukui, “é um dos seus oficiais apontar armas a governantes de países amigos do Japão por simples questões de mulheres. Isso é que é uma afronta. Faça o favor, senhor coronel, de agir com sentido de honra e de forma a prestigiar o uniforme que enverga.”

“Eu não obedeço a ordens suas!”

O desafio estava lançado. Os dois japoneses mantiveram o olhar trancado um no outro, ambos firmes nas suas posições, como se estivessem envolvidos num duelo de vontades.

De repente, o cônsul lançou um berro.

“*Banzai!*”

O grito a desejar dez mil anos de vida ao imperador foi imediatamente entendido por todos os japoneses que ali se encontravam. Fukui acabara de proclamar que era ele o representante legal de sua majestade imperial e que uma desobediência às suas ordens equivalia a uma desobediência às ordens do imperador do Japão.

Os soldados do Kempeitai baixaram de imediato as armas e puseram-se em sentido, reconhecendo no diplomata a autoridade imperial. Vendo a reação dos seus homens, e compreendendo igualmente a declaração implícita no *banzai!* do seu conterrâneo, o coronel Sawa percebeu que perdera a partida. Embora com relutância e a contragosto, guardou a pistola à cintura.

Vendo isto, do outro lado da rua os operacionais da PSP descontraíram e baixaram também os canos das *Mauser Vergueiro*. Jorge Lobo, por seu turno, atravessou a rua e encaminhou-se para junto do governador. A situação parecia resolvida.

“Onde está Lian-hua?”, quis Artur saber, quebrando o mutismo a que se remetera durante o duro diálogo entre os dois japoneses. “Espero que não lhe tenham feito mal...”

O vestígio de um sorriso enigmático e carregado de ambiguidade formou-se no rosto do oficial nipónico.

“É o que vamos ver.”

“E não é só Lian-hua que está aqui em causa”, acrescentou o governador. “Exijo também que...”

Um encontrão quase o desequilibrou. Voltou-se para o lado e constatou que tinha sido Lobo que o empurrara.

“Peço perdão, senhor governador”, desculpou-se o diretor dos Serviços de Economia e Finanças, agarrando-se a ele com o aparente propósito de o segurar, mas aproximando-se do ouvido para lhe segredar rapidamente uma mensagem. “Não diga mais nada, por favor.”

O empurrão não fora um acidente, mas um ato propositado e destinado a impedir que terminasse a sua frase, a exigência de que também o *Imortal* fosse libertado. Porque não queria Lobo que reclamasse a entrega do contrabandista chinês? Gostaria de interrogar o seu subordinado para perceber o raciocínio, mas evidentemente isso requeria discrição e aquele que não era o momento nem o lugar. Percebendo que teria de confiar no bom julgamento de Lobo, calou a exigência. De resto, não era difícil entender a cautela do diretor dos Serviços de Economia e Finanças. A verdade é que não tinha razões para abrir o jogo e mostrar ao coronel Sawa que sabia que o *Imortal* estava a ser interrogado em Macau. Além disso, havia que lidar com um problema de cada vez. Contra todas as expectativas e o pior cenário que se chegara a delinear, o facto é que Lian-hua estava salva. Isso era muito mais do que poderia esperar apenas menos de meia hora antes. A seu tempo daria o passo seguinte e tentaria resgatar o *Imortal*.

Plantado diante dele, e desconcertado com o empurrão entre os dois portugueses, Fukui não percebeu o que se passava.

“Dizia o meu honorável amigo que exigia o quê?”

Artur engoliu em seco. Se não podia exigir a libertação do contrabandista, na verdade a sua intenção original, como completaria a frase que deixara em suspenso?

“Exijo... enfim, exijo... uh... entrar na casa do coronel Sawa para me assegurar de que Lian-hua não foi nem será maltratada. A residência é

propriedade do estado português e tenho de me certificar de que não foi cometida qualquer ilegalidade no seu interior.”

Ao ouvir estas palavras, o chefe do Kempeitai dirigiu-se ao portão de entrada no perímetro da vivenda e bloqueou-o, as pernas abertas e os braços atrás das costas em posição de firmeza.

“Isso nunca.”

“Essa casa é propriedade do governo de Macau”, voltou Artur a lembrar. “Como decerto compreenderá, temos o direito de a inspecionar quando surgem dúvidas de que a lei portuguesa foi violada.”

“Na minha casa ninguém entra.”

Os confrontos pareciam não cessar e o cônsul japonês percebeu que teria de intervir novamente.

“Senhor coronel, deixe-me dar-lhe uma novidade de que acabei de tomar conhecimento quando vinha para cá”, disse no tom de um adulto a falar com infinita paciência a uma criança malcomportada. “O exército alemão prepara-se para anunciar a sua rendição incondicional às forças das Nações Unidas. Isto significa que, com a guerra terminada na Europa, os nossos inimigos se preparam para virar para nós todas as suas atenções. Acontece que Tóquio me enviou esta manhã a informação de que daqui a alguns dias o Exército Imperial começará a retirar da China para reforçar as forças de defesa do solo pátrio perante a ameaça iminente de uma invasão americana.”

O oficial do Kempeitai abriu a boca, atónito com a novidade.

“Oya!”

“Vivemos, pois, horas de suprema gravidade para o nosso país. No meio disto tudo, o senhor coronel tenciona mesmo fazer finca-pé por causa desta questão ridícula e não deixar as autoridades portuguesas verificarem se foi cometida alguma ilegalidade numa casa que, para todos os efeitos, é propriedade sua? O senhor coronel tem a certeza de que este é o mais grave problema que tem em mãos neste momento?”

O coronel Sawa concentrava toda a sua destreza nas armas, não no intelecto. Os argumentos de Fukui pareciam imbatíveis e o anúncio de

que Tóquio se preparava para dar ordens de retirada do Exército Imperial da China deixou-o profundamente abalado. Afinal sempre era verdade que a sua gloriosa nação estava prestes a ser vergada. O Japão era pequeno e batera-se com inigualável valentia por grande parte da Ásia e do Pacífico, mas a realidade impunha-se com uma dureza que nem nos piores pesadelos alguma vez previra. Como era possível que uma coisa daquelas acontecesse? Teriam os deuses *kami* abandonado o seu próprio país?

“Façam como entenderem.”

XV

O anúncio de que o Exército Imperial teria em breve de abandonar a China provocou o colapso da resistência do coronel Sawa. Cabisbaixo e vencido pelo desânimo, o chefe do Kempeitai dirigiu-se à porta de casa e meteu a mão ao bolso, extraíndo as chaves. Quando as ia a inserir na fechadura, contudo, olhou de relance para trás e não gostou de ver os homens da PSP invadirem-lhe o quintal. Suspendeu o gesto e encarou Fukui.

“Autorizo os portugueses a inspecionarem a casa”, disse. “Mas nenhum deles pode entrar armado.”

O cônsul japonês desviou o olhar para Artur com a expressão de que considerava aquela condição razoável.

“Seja”, concordou o governador, sentindo que tinha ganho a partida e não deveria forçar para além do necessário. “Apenas eu e o doutor Lobo entraremos, embora nesse caso me permita impor igualmente uma condição. O senhor cônsul vem connosco, mas também os soldados japoneses ficarão cá fora. Que não haja armas dentro da casa para que nada corra mal.”

O oficial do Kempeitai assentiu.

“*Hai.*”

O acordo ficou selado e, quando os elementos da brigada *Spitfire* e do Kempeitai voltaram para a rua, os quatro concentraram-se diante da porta da vivenda. O coronel Sawa inseriu a chave para a abrir e entrou, arrastando para o interior os acompanhantes.

“Lian-hua!”, chamou Artur. “Estou aqui!”

Ninguém respondeu. Afogado pela ansiedade, o governador varreu o interior da residência com um olhar sôfrego, em busca de traços da amante chinesa ou de sinais de violência. Tudo, no entanto, lhe pareceu normal. O ambiente era calmo, a casa estava arrumada e todos os objetos se encontravam aparentemente nos seus lugares.

“Lan!”, foi a vez de o dono da casa chamar, referindo-se aparentemente à outra concubina. “Onde estás?”

“Lian-hua!”, insistiu o português, quase como se competisse com os gritos do anfitrião. “Sou eu, Lian-hua! Podes aparecer!”

Uma rapariga surgiu ao fundo do corredor com ar assustado e o grupo dirigiu-se imediatamente para ela. A chinesa, que o governador reconheceu como a Primeira Concubina, vestia um quimono japonês e recuou dois passos ao ver todos aqueles homens acercarem-se dela.

“Lan!”, interpelou-a o coronel Sawa com voz ríspida. “Tinhas conhecimento das traições de Hua?”

A chinesa baixou os olhos e abanou a cabeça.

“Não, meu senhor.”

“Ela nunca te disse nada nem notaste o que quer que fosse?”

“Não, meu senhor.”

“A Hua saía muitas vezes de casa?”

“Poucas vezes, meu senhor. Só para ir ao Mercado Vermelho e ao... ao templo.”

“Reparaste se havia alguma coisa de estranho nessas saídas?”

A Primeira Concubina hesitou.

“As visitas ao templo eram muito demoradas, meu senhor. E... e ela vinha sempre melancólica.”

A revelação pareceu irritar o chefe do Kempeitai.

“Porque não me contaste nada?”

A rapariga encolheu-se.

“Pensei... pensei que era por causa dos pais que ficaram em Pequim, meu senhor”, apressou-se a responder numa voz sumida. “Ela dizia que passava horas a rezar por eles. Nunca imaginei que isso tivesse

importância...”

Tornou-se claro que o japonês viera a casa para interrogar a Primeira Concubina sobre o comportamento da Segunda Concubina, o que enervou o já impaciente Artur.

“Por amor de Deus!”, cortou o português. “O que interessa isto?” Fitou a chinesa. “Onde está Lian-hua? Diz-me. Onde está ela?”

A Primeira Concubina arregalou os olhos, ainda mais assustada, e espreitou o coronel Sawa como se lhe pedisse instruções.

“A Hua desapareceu e tu não sabes onde ela está, pois não?”, disse o anfitrião num tom assertivo. “Essa traidora sumiu-se, não é verdade?”

A chinesa voltou a baixar os olhos.

“Sim, meu senhor.”

Artur teve vontade de esbofetear o oficial japonês.

“Como se atreve?”, indignou-se. “O senhor está com essas palavras a dar-lhe ordens para não falar!”

O chefe do Kempeitai esboçou um sorriso desafiador.

“Limito-me a constatar a evidência”, disse. “A Hua não se encontra nesta casa e ninguém sabe por onde ela anda.”

O governador voltou-se para a Primeira Concubina.

“Onde está a Lian-hua?”

A chinesa manteve os olhos baixos e limitou-se a repetir as palavras do amo.

“Não sei. Ela não se encontra nesta casa e ninguém sabe por onde ela anda.”

“Não percebes que, se não me disseres a verdade, ela pode morrer?”

A rapariga continuou cabisbaixa.

“Não sei.”

Tornou-se evidente que a chinesa nada faria contra a vontade do coronel Sawa; recebera uma ordem camuflada para não falar e não falaria. Sentindo-se prestes a perder a cabeça, Artur largou-a e começou a percorrer a casa, vasculhando cada compartimento com Fukui e o anfitrião no seu encalço.

“Artur-san, tenha calma”, pediu-lhe o cônsul. “Esta é a casa onde o

coronel vive e o senhor tem de respeitar isso.”

“E ele respeita Lian-hua?”, questionou, os olhos a chisparem de fúria. Rodou sobre os calcanhares e enfrentou o oficial japonês. “Onde está Lian-hua? O que fez o senhor com ela?”

O chefe do Kempeitai esboçou um esgar de ignorância; dir-se-ia a inocência personificada.

“Não faço a menor ideia”, disse com ar de sonso. “Estou tão surpreendido quanto o senhor. Por onde andaré Hua? É um mistério absoluto! Não faço a mínima ideia. Se calhar fugiu.”

O chefe do governo colonial retomou a busca.

“Fugiu uma ova!”, vociferou. “Nalgum sítio ela tem de estar.”

Percorreu a casa e revistou todos os compartimentos duas vezes até se render à evidência. Lian-hua não se encontrava ali. Sentiu o chão escapar-lhe debaixo dos pés e aquilo que minutos antes era já uma certeza, a de que a salvaria, tornou-se de novo uma dúvida angustiante. Ela tinha desaparecido e não havia a menor pista sobre o seu paradeiro.

“Então?”, desafiou o coronel Sawa com uma ponta de troça na voz. “Não encontrou nada?”

Teve vontade de agarrar o oficial japonês pelo pescoço e de lhe arrancar a verdade à bofetada. Chegou a dar dois passos na direção dele, mas Lobo apareceu por trás e travou-o.

“Vamos embora, senhor governador!”

Artur agitou-se para se libertar do subordinado.

“Largue-me! Tenho de saber onde ela está!”

“Vamos embora, senhor governador!”, repetiu o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “Confie em mim, vamos embora.”

Foi a expressão “confie em mim” que conteve Artur e o levou a ceder; pressentiu que aquelas palavras escondiam alguma coisa concreta. Se Lobo lhe pedia que confiasse nele, decerto seria porque tinha boas razões para o aconselhar a irem-se embora.

Apontou o dedo ao coronel Sawa, à laia de aviso.

“Espero que nada aconteça a Lian-hua”, rosnou. “Porque se acontecer terá de prestar contas.”

Rodou sobre os calcanhares e encaminhou-se para a porta com o resto do grupo no encalço. Os dois portugueses e o cônsul japonês saíram da casa e encaminharam-se para a rua.

“O que se passa?”, perguntou Artur num sussurro. “Porquê tanta pressa de ir embora?”

“Quando o senhor governador estava a revistar a casa com os japoneses atrás, interroguei discretamente a rapariga”, revelou Lobo. “Ela deu-me uma pista importante.”

O chefe do governo colonial arregalou os olhos.

“Tem a certeza?”

Receando atrair a atenção dos japoneses, o subordinado colou o indicador aos lábios.

“Chiu.”

Chegaram à rua e, olhando para trás, constataram que o chefe do Kempeitai permanecera à porta a vê-los afastarem-se.

“Osorochi-*san*!”

Surpreendido, Fukui encarou-o. Havia muito tempo que o seu velho inimigo da juventude não lhe chamava *senhor Piegas*, uma alcunha insultuosa da sua infância; a última vez que fora usada a conversa acabara mal.

“O que me chamaste?”

O oficial japonês apontou o dedo, desta feita ao seu conterrâneo.

“Não me esqueço de que hoje ajudaste os teus amigos *gaijin* a humilharem-me”, disse com um trejeito de ressentimento. “A nossa nobre nação pode estar à beira da derrota, mas fica sabendo, Osorochi-*san*, que não me sinto vencido. Aconteça o que acontecer, quem me humilha um dia pagará. Não te esqueças do que acabei de te dizer.”

O cônsul japonês fixou-lhe o olhar.

“Estás a ameaçar-me, Sawa?”

O chefe do Kempeitai esboçou um sorriso sem humor e manteve o olhar fixo no velho inimigo. Ao fim de alguns segundos virou-lhe as costas e voltou a entrar na moradia, repetindo o que dissera como se as essas palavras fossem o rasto que deixava atrás de si.

“Quem me humilha um dia pagará.”

XVI

Os homens plantados do outro lado da Avenida Horta e Costa examinaram a vivenda diante deles. A casa cor-de-rosa sempre fora considerada um dos mais belos exemplos da arquitetura colonial portuguesa, mas desde que a guerra começara no Pacífico que a sua traça sofrera alterações, e não necessariamente para melhor. Algumas janelas haviam sido tapadas por tijolos e o murete do jardim tinha sido reforçado com arame farpado, embora o pior fossem os sacos de areia empilhados, como se a elegante moradia se tivesse transformado numa espécie de fortim improvisado.

Artur desviou os olhos da casa e encarou Lobo, que aguardava a ordem ao lado dele.

“Tem a certeza que é aqui?”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças anuiu com um leve movimento de cabeça.

“A Primeira Concubina do coronel Sawa disse-me que a Segunda Concubina foi levada pelo Wong Kong Kit”, indicou. “Esta é a casa do Wong Kong Kit. Portanto presumo que seja aqui.”

“Acha mesmo que ela está na casa do *gangster* chinês da confiança do Kempeitai?”

“É o mais provável, senhor governador. Temos todas as razões para crer que o homem que matou o Senna Fernandes pertencia a este bando. Como sabe, a proteção dada pelos militares japoneses ao Wong Kong Kit levou-nos a adotar a política de não o incomodar.”

“A força dessa proteção está a desaparecer rapidamente, doutor. Com o início da retirada do Exército Imperial da China para o Japão, o Wong Kong Kit deixa de ter as costas quentes.”

“Sim, nunca como agora tivemos condições para lhe deitar a mão”, concordou Lobo. “Vingaremos o Senna Fernandes e todas as vítimas deste facínora e dos seus capangas.” Voltou a olhar a moradia cor-de-rosa. “O que acha, senhor governador? Avançamos?”

Artur mordeu o lábio inferior. Antes de dar luz verde à operação, havia um ponto crucial a sublinhar.

“Não se esqueça de que as circunstâncias se alteraram profundamente desde o momento em que decidimos lançar o golpe de mão contra o coronel Sawa”, sublinhou. “No instante em que os militares japoneses começaram a abandonar a China, deixou de estar em questão a possibilidade de o Exército Imperial asfixiar ou até invadir Macau. As suas chefias já não têm força nem vontade para tal. Assim sendo, quero Lian-hua e o *Imortal* vivos. Está claro?”

“Claríssimo, senhor governador. Avançamos?”

A atenção do chefe do governo colonial regressou à casa que servia de quartel-general ao gangue de Wong Kong Kit. Atrás dos sacos de areia viam-se alguns chineses armados, um deles com uma metralhadora assente no tripé. Não seria simples passar por aquela linha defensiva.

“Avancem.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças e o capitão Ribeiro da Cunha atravessaram a Horta e Costa lado a lado. Um ia de fato e gravata, o outro com a sua farda de oficial da PSP. Lobo sentiu as pernas fraquejarem. Era o nervosismo de quem sabia que enfrentava o perigo, mas por nada deste mundo queria perder a oportunidade de se sentir novamente um operacional.

“Ó doutor”, interpelou-o o chefe dos *Spitfire* em voz baixa, cheio de dúvidas sobre a sensatez de o governante se expor daquela maneira. “Tem a certeza que se quer meter nisto?”

“Julguei que já tínhamos resolvido essa questão”, devolveu Lobo.

“Eles sabem que sou membro do governo e a minha presença vai enfraquecer-lhes a vigilância. Além do mais, não se esqueça que fui inspetor da Judiciária e sei o que faço. Compenetre-se da sua missão e deixe-me desempenhar o meu papel.”

O capitão Ribeiro da Cunha encolheu os ombros. Se o governante que o acompanhava queria levar aquilo até ao fim, quem era ele para o contrariar?

Apesar de a Horta e Costa ter a designação de avenida não passava na verdade de uma simples rua, pelo que depressa se viram diante do portão do quintal da moradia. Plantaram-se nesse sítio e fizeram sinal de que iam entrar.

“*Nei tei iu mat ié?*”, gritou uma voz atrás dos sacos de areia junto à porta da casa, desafiando-os em cantonense. “O que querem?”

“*Chou san, pang iao*”, saudou Lobo. “Bom dia, amigo.”

“*Nei tei iu mat ié?*”

O chinês parecia ter o disco riscado, pensou Lobo, acariciando a coronha da pistola que trazia à cintura em busca de conforto. Tinha a sensação de já não ser governante e de ter de facto voltado aos seus tempos de inspetor da Judiciária, quando se envolvia em operações policiais para capturar os elementos das tríades chinesas. Sentia-se muito inquieto, mas ao mesmo tempo excitado, com a perspetiva de voltar à ação. Ah, que saudades da adrenalina a arder-lhe nas veias! Só um polícia ou um soldado sabiam como a ação podia tornar-se um vício.

“Venho da parte de Tai Si Lok. Queremos entrar.”

Tai Si Lok era o nome cantonense que os chineses haviam atribuído ao governador Teixeira por aproximação fonética. *Tai* queria dizer *grande*, *si* era *poema* e *lok* significava *alegria*. Artur era conhecido entre os chineses por Grande Poema Alegre.

“Só podem entrar com autorização do Wong Kong Kit.”

“Então vá chamá-lo.”

“Ele não está. Voltem mais tarde.”

Havia duas posições ocupadas pelas sentinelas do gangue, perceberam

os portugueses agora que tinham mudado de ângulo. O homem que falara estava acompanhado por outro atrás dos sacos empilhados à porta da moradia e ambos cobriam o portão do quintal. No canto esquerdo do pequeno jardim havia mais duas sentinelas, uma das quais a da metralhadora com tripé, que controlavam tudo o que se passava na Avenida Horta e Costa.

O capitão Ribeiro da Cunha atirou a Lobo um olhar carregado de subentendidos.

“Já os topou, doutor?”

“Sim”, confirmou o governante. “Preparado?”

A um sinal previamente combinado, os dois portugueses pegaram nas pistolas e, segurando-as com as duas mãos, apontaram aos chineses que se encontravam na barricada diante da porta de entrada e abriram fogo, disparando sucessivamente sobre as sentinelas.

“*Ayah!*”

O grito da esquerda mostrou-lhes que as sentinelas na esquina do quintal se preparavam para reagir e, enquanto disparava para a porta, Lobo sentiu-se exposto e receou o pior. O que estaria a brigada *Spitfire* a fazer?, interrogou-se. O que esperavam os rapazes para executarem a sua parte do plano?

Como em resposta, os homens da unidade especial da PSP que se haviam posicionado disfarçadamente em redor da casa abriram fogo com as suas *Mauser Vergueiro*, alvejando sucessivamente o posto do quintal. Quase ao mesmo tempo, o carro-fantasma, como era conhecida a autometralhadora blindada, avançou pela avenida e a sua *Lewis*, manejada de um suporte giratório, abriu fogo nutrido sobre a mesma posição.

Um forte odor a pólvora enchia todo o espaço circundante. O tiroteio pareceu ter durado pelo menos cinco minutos, tão intensamente havia sido vivido cada segundo, embora na verdade tudo não tivesse ultrapassado os trinta segundos. Enquanto os homens da PSP corriam pela rua e invadiam o quintal da moradia, Lobo inclinou-se sobre os

dois chineses ensanguentados junto à porta e sentiu o pulso de um deles.

“Este ainda está vivo”, constatou. “Chamem o doutor Vargas Moniz.”

Na verdade o médico já ali estava com dois enfermeiros, pois a unidade sanitária fazia parte do contingente de prevenção para o assalto, e o ferido ficou imediatamente sob a sua responsabilidade. O outro chinês da porta estava morto, mas um dos que haviam sido posicionados na barricada do quintal, por sinal o da metralhadora, encontrava-se igualmente ferido e também foi atendido.

Com o espaço em redor da vivenda totalmente sob controlo, Artur entrou no quintal. O governador sabia muito bem que o seu lugar não era ali e que não se devia expor daquela maneira. O que aconteceria se fosse abatido? As implicações políticas eram enormes. Porém, sentia-se o homem de ação que nunca deixara de ser e achava que o seu lugar era entre os operacionais. Além do mais, ou talvez sobretudo, o que para si estava verdadeiramente em jogo naquela operação era a vida de Lian-hua e parecia-lhe inimaginável deixar a segurança dela entregue aos seus subordinados, e em particular àquele capitão dos *Spitfire* que os chegara a convencer, a Lobo e a ele próprio, de que a morte da rapariga seria a melhor solução para Macau.

A arder de impaciência, e disposto a tudo para emendar a mão, olhou para o capitão Ribeiro da Cunha e apontou para a entrada da casa.

“Abra-a!”

O oficial da PSP apontou a pistola para a fechadura e carregou no gatilho. Com estrondo, a fechadura rebentou e saltou, ficando pendurada apenas por uma ponta do mecanismo. Sem perder tempo, Artur pontapeou a porta e ela escancarou-se, deixando um buraco no lugar antes ocupado pela fechadura.

“Espere, senhor governador”, disse o comandante da brigada *Spitfire*. “Eu vou à frente.”

O capitão Ribeiro da Cunha entrou de pistola alçada e abriu fogo logo que deu dois passos no interior da vivenda. Alarmado com a facilidade com que o oficial carregava no gatilho, Artur seguiu no seu

encalço com a pistola na mão e contemplou o alvo dos disparos. Deitada no chão de barriga para baixo estava uma mulher que parecia uma *amah*, ou empregada doméstica, com uma poça de sangue a crescer ao lado do peito.

“Porque a baleou?”

O chefe da brigada *Spitfire* fungou.

“Mexeu-se, levou.”

“Mas é apenas uma *amah*...”

“Nestas situações, senhor governador, dispara-se primeiro e pergunta-se depois.”

Aquele homem era um perigo, concluiu Artur, percebendo que se em vez da empregada tivesse aparecido Lian-hua também teria apanhado o tiro. Assim não podia ser.

“O senhor capitão só volta a disparar se alguém disparar primeiro, compreendeu?”

“Mas, senhor governador, é...”

“Não há mas nem meio mas”, repreendeu-o Artur com rispidez. “Eu assumo o comando da operação. O senhor e os seus homens vêm atrás de mim e ninguém está autorizado a abrir fogo a não ser que eu o faça ou que alguém abra fogo contra nós. Isto é uma ordem.”

Dois elementos da brigada *Spitfire* entraram na casa. Com eles vinha também Lobo. O envolvimento do chefe do governo colonial na operação, não sendo coisa inédita, a todos inquietou.

“Senhor governador”, interpelou-o o diretor dos Serviços de Economia e Finanças. “Não seria mais prudente vossa excelência deixar que a PSP fizesse a limpeza da casa?”

Artur nem se dignou olhar para trás. Se queria garantir que Lian-hua sobrevivia àquela operação, já percebera que teria de ser ele a impor a disciplina e a conduzir o assalto.

“Eu sei muito bem que tipo de limpeza vocês têm em mente”, devolveu entre dentes. “Venham atrás de mim e sigam as minhas instruções.”

As ordens eram claras e os polícias compreenderam que não valia a

pena tentar dissuadir o chefe do governo colonial. Um dos homens retirou da sala o corpo sem vida da *amah* que acabava de ser abatida e os restantes passaram em revista o resto da casa sempre no encalço de Artur.

“Lian-hua!”, gritou ele antes de abrir a primeira porta que encontrou fechada, ao fundo do corredor. “Estás aí?”

Como ninguém respondeu, fez sinal ao capitão Ribeiro da Cunha de que a abrisse. Logo que o oficial rodou o manípulo e empurrou a porta, Artur entrou de pistola empunhada e procurou alvos ameaçadores na divisão. Não encontrou nada. Viam-se peças de roupa empilhadas sobre cestas, umas impecavelmente dobradas e outras amarfanhadas. Além disso, havia um alguidar com água no meio do quarto, e encostadas a uma parede estavam uma tábua de passar a ferro e dois ferros de engomar a carvão.

“Isto é a lavandaria.”

O governador baixou a arma e, constatando que naquele quarto nada existia de ameaçador, regressou ao corredor e contemplou as outras portas que também se encontravam fechadas. Teria de as abrir uma a uma. Suspirou e, fazendo um gesto aos seus homens, preparou-se para um procedimento que iria decerto ser moroso.

Foi junto da quarta porta, situada já no primeiro andar, que os portugueses registaram o primeiro movimento desde que a *amah* fora baleada. Foi um ruído abafado e pareceu-lhes que se tratava de passos leves a correrem apressadamente sobre o soalho, embora pudesse ser outra coisa. Os sons, porém, mostravam que estava ali alguém.

“Lian-hua?”

O silêncio no interior do compartimento voltou. Quem quer que tivesse feito barulho aquietara-se ao aperceber-se da aproximação dos intrusos. Repetindo os movimentos precedentes já coordenados, o capitão Ribeiro da Cunha abriu bruscamente a porta e, quando Artur se preparava para avançar, soaram dois tiros. O governador respondeu com um disparo e os homens da brigada *Spitfire*, acorrendo de

imediatamente, imitaram-no. O trovejar da fuzilaria foi intenso mas breve, pois a um sinal de Artur as armas calaram-se.

“*Moa! Moa!*”, soltou no interior uma voz feminina em cantonense. “Não! Não!”

Os portugueses espreitaram e viram uma chinesa ajoelhada a chorar sobre o corpo de um homem estendido no chão a agarrar uma pistola. Depois de se certificarem de que não havia mais ninguém no quarto, os polícias entraram de rompante e caíram sobre a mulher, prendendo-lhe os braços atrás das costas e algemando-a.

“Doutor Lobo”, chamou Artur. “Pode interrogá-la?”

Os conhecimentos de cantonense do diretor dos Serviços de Economia e Finanças e a sua anterior experiência enquanto inspetor da Judiciária tornavam-no a figura certa para questionar a chinesa. Lobo foi ter com ela e, mandando-a sentar-se de cócoras, fez-lhe várias perguntas de rajada a que ela foi respondendo aos solavancos, de olhos colados no chão e voz chorosa.

“Diz que é a mulher do homem do Wong Kong Kit que acabámos de abater”, revelou após o breve interrogatório. “Alega que não se metia nos assuntos do gangue, limitava-se a ajudar nas limpezas.”

“Acha que ela está a dizer a verdade?”

Lobo abanou a cabeça.

“Mente com todos os dentes, claro.”

“Pergunte-lhe onde se encontram os prisioneiros do Wong Kong Kit.”

O subordinado voltou a questionar a chinesa em cantonense e pôs-se de pé logo que ouviu a resposta.

“Diz que há um prisioneiro na cave, mas desconhece quem é e não sabe mais nada..”

“Ela que nos leve à cave.”

Lobo deu a ordem à prisioneira e os operacionais da brigada *Spitfire* pegaram nela e empurraram-na para o corredor. Com todo o primeiro andar já inspecionado, o grupo desceu as escadas até ao rés do chão e deixou-se conduzir para o quintal pela parte traseira.

Uma vez cá fora, a mulher indicou umas escadas que desciam para

uma porta tosca, evidentemente o acesso à cave. A um sinal do governador, o capitão Ribeiro da Cunha deu a ordem aos seus homens.

“Deitem-na abaixo.”

Os polícias destruíram a fechadura a tiro e arrombaram a porta. Estava escuro e o feixe de luz do Sol iluminou milhentas partículas de pó que pairavam como uma nuvem de pirilampos minúsculos. Com a entrada desimpedida, Artur espreitou para o interior.

“Lian-hua?”

O contraste de luz e a falta de habituação à escuridão impediam-no de ver o que se passava nas zonas de sombra, mas apercebeu-se de que havia movimento a um canto.

“Hmm...”

O gemido atraiu as atenções para esse ponto da sombra. Um operacional da PSP acendeu uma lanterna e fez incidir o foco no canto da cave, iluminando um corpo deitado no chão.

“Está ali alguém!”

Com os polícias atrás dele, Artur pegou na lanterna e explorou rapidamente o resto da cave, em busca de sinais de que estivesse ali montada uma emboscada. Não lobrigou mais ninguém. Confiante, avançou de pistola estendida para o corpo deitado no chão e, ao aproximar-se, constatou que se tratava de um chinês. Tinha o corpo lacerado, presumivelmente por chicotadas ou chibatadas, e a cara coberta de hematomas e equimoses.

“Meu Deus!”, exclamou Lobo. “É o Siu Keng Siu.”

“Quem?”

Chocado com o que via, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças ajoelhou-se e acariciou o rosto esfacelado e inchado do prisioneiro de Wong Kong Kit.

“O *Imortal*.”

XVII

O som gorgulhento da água a jorrar no lago tinha uma mansidão quase hipnótica e Fukui, sentado na relva à sombra de uma ameixeira, teve de fazer um esforço para não deixar as pálpebras fecharem-se e não resvalar para o sono. Os rouxinóis cantarolavam nos pinheiros e o perfume das flores flutuava sobre a relva, atraindo as abelhas e anestesiando-lhe os sentidos. O jardim era paradisíaco, em particular aquele canto aconchegado onde por vezes se sentava para contemplar a Ponte das Nove Curvas, que partia do Pavilhão das Flores Aromáticas em direção ao Pavilhão da Relva Primavera.

“Mas que magnífico cenário para nos encontrarmos!”

O cônsul japonês virou-se e reconheceu o homem que se abeirava dele; era o seu amigo português.

“Artur-san, seja bem-vindo ao meu canto favorito em Macau”, acolheu-o, pondo-se imediatamente de pé para o cumprimentar com uma vénia. “É um prazer encontrá-lo aqui. Sabe, é neste paraíso celestial que me recolho sempre que o mundo me parece enlouquecer e preciso de reencontrar a minha alma de oriental.”

Depois de devolver a vénia do japonês, o governador desviou o olhar para o edifício de arquitetura chinesa que espreitava entre a folhagem, e onde circulavam jovens chineses com fardas escolares.

“Já tinha ouvido falar no Jardim de Lou Lim Ioc, mas confesso que é a primeira vez que por aqui passo”, admitiu. “O que é aquilo? Uma escola?”

“É o Pavilhão da Relva Primavera”, esclareceu o diplomata nipónico. “Agora funciona ali a Escola Pui Cheng, mas conta-se que o fundador da República chinesa e do partido Kuomintang, o honorável senhor Sun Yat-tsen, se encontrou lá dentro com dignitários chineses e portugueses.” Esboçou um gesto largo a abarcar o jardim. “Não sei se está a par do assunto, mas o Lou Lim Ioc foi inspirado nos jardins clássicos de Suzhou e é uma espécie de diagrama espiritual cósmico.” Indicou o lago com o polegar. “Repare nas flores que cobrem a água. Sabe o que são?”

A atenção de Artur fixou-se nas plantas.

“Nenúfares?”

“Flores de lótus. O lótus simboliza a beleza que se ergue no meio da fealdade do mundo. Acaso o meu honorável amigo sabe como se escreve flor de lótus em japonês?”

“Não faço a mínima ideia...”

“Com o carácter Ren. O nome da minha mulher.

“Ah, que interessante! Pois em chinês mandarim é Lia-hua, veja só!”

O cônsul Fukui abandonou o seu lugar à sombra da ameixeira e fez sinal ao amigo de que o acompanhasse num passeio pelo jardim por um caminho que bordejava o lago em direção ao monte da Cascata.

“Vivemos tempos muito difíceis, meu honorável amigo”, disse quando começou a caminhar. “A situação no meu país está a tornar-se muito complicada. Os americanos estão a usar bombas incendiárias para destruir Tóquio. Não sei quanto tempo iremos resistir. O primeiro-ministro Tojo foi afastado, felizmente, mas o novo chefe do meu governo, o senhor Suzuki, declarou que o Japão irá lutar até ao seu amargo fim. Como deve calcular, tudo isto me deixa infinitamente angustiado.”

“A loucura não acaba”, assentiu o português. “Imagino que esteja mortalmente preocupado com a sua família. Tem tido notícias da sua mulher?”

“As comunicações com o Japão são cada vez mais difíceis, mas mesmo assim recebi na semana passada uma carta de Ren a dizer que ela e os

miúdos foram ter com a minha mãe a Nagasáqui, como eu lhes tinha pedido. Não imagina o meu alívio. Fico muito mais descansado por saber que a minha família está na cidade fundada pelos cristãos porque estou convencido que os americanos saberão respeitar a sua história. Ela teve até o cuidado de arranjar um apartamento perto da catedral de Nagasáqui. Assim estarão mais seguros.”

“Eu não me fiaria nisso, mas... enfim, suponho que Nagasáqui seja um sítio tão perigoso como Quioto.”

Sabendo-se impotente para travar o rumo dos acontecimentos, Fukui exalou um suspiro angustiado.

“*Sode no furuiwase mo tasho no en*”, declarou em tom melancólico. Forçou um sorriso e, perante o olhar opaco do interlocutor, traduziu o que acabava de dizer. “Até o ondular das folhas é decidido pelo destino, diz o velho provérbio japonês. Ou seja, o que tiver de acontecer acontecerá.” Voltou a suspirar com fatalismo. “Mas, Artur-san, centremo-nos antes nas coisas que dependem de nós. Já sei que o assalto à casa do Wong Kong Kit correu mal.”

“É verdade, não encontrámos Lian-hua.”

“No entanto, libertaram o tal contrabandista chinês de quem falámos no outro dia. O que vos revelou ele?”

“O *Imortal*? Estava muito maltratado, coitado. Disse-nos que uma chinesa de olhos azuis esteve duas horas presa na cave com ele mas que o Wong Kong Kit a levou para um sítio desconhecido. Temos poucas pistas e precisava da sua ajuda. Foi por isso que pedi para falar consigo. Acha que me consegue arranjar essa informação?”

“Não sei se uma coisa dessas está ao meu alcance, Artur-san. Para lhe dizer a verdade, a situação começou a deteriorar-se gravemente. Receio que o coronel Sawa esteja fora de controlo. O agravamento da situação no Japão, em vez de o amansar, tornou-o mais perigoso. Ele e os socialistas nacionalistas que seguem o caminho do xinto querem a todo o custo vingar a derrota do nosso país. Dizem que é melhor a morte do que a desonra, que é preciso pagar a dívida de sangue para com os que caíram, que vem aí a batalha decisiva que irá provocar a queda dos

bandidos chineses e dos capitalistas americanos e mais não sei quê. Ou seja, estão prisioneiros da sua própria lógica de guerra e sofrem de um bloqueio mental que os impede de verem as coisas como elas realmente são. O orgulho e a ideologia cegam-nos e recusam-se a admitir que conduziram o país à catástrofe. Temo por isso que o coronel faça uma loucura qualquer.”

“Como por exemplo?”

“Não sei. Tudo é possível. A derrota iminente do Japão é o fator mais decisivo naquela mente tortuosa, mas há outras coisas a contribuir para o alienar. A descoberta de que a Segunda Concubina era afinal sua amante feriu-lhe o orgulho, como é natural, o mesmo podendo dizer-se daquela notícia que o vosso jornal teve a infeliz ideia de publicar, sobre o possível exílio do nosso imperador.”

“Mas eu já suspendi *A Voz de Macau*!”

O diplomata lançou-lhe um esgar de relance.

“Pois sim, mas apareceu agora o *Jornal de Notícias*, composto e impresso nas antigas oficinas de *A Voz de Macau*. O meu honorável amigo pensa que o coronel Sawa é parvo? Ele percebe perfeitamente que este novo jornal é o antigo, embora com um outro nome. O Kempeitai pôs a bomba nas instalações de *A Voz de Macau* mas ainda não está satisfeito e o desejo de resgatar a honra de sua majestade imperial permanece forte. No meio disto tudo, as vossas forças, com o Artur-san à cabeça, invadiram a casa do coronel Sawa e logo a seguir atacaram a casa do homem de mão do Kempeitai e libertaram o contrabandista antijaponês que lá se encontrava enclausurado. Como acha que o coronel Sawa vai reagir a todos estes revezes e desafios à sua autoridade?”

“O senhor não o pode travar?”

“Os meus poderes não são ilimitados, receio bem. Tenho contado com a ajuda do meu governo para manter os militares em respeito e salvaguardar a vossa soberania e segurança, mas as comunicações com Tóquio tornaram-se muito difíceis e os incidentes multiplicam-se aqui em Macau. Nestas circunstâncias, creio poder dizer com segurança que

perdi toda a capacidade de influenciar o coronel Sawa. Mais ainda, agravou-se até o antagonismo entre nós dois. É por isso meu dever avisá-lo de que o coronel Sawa é um canhão à solta.”

“O que acha que ele vai fazer?”

O cônsul Fukui virou o braço para consultar o relógio.

“Para ser franco não faço a menor ideia, mas coisa boa não será de certeza”, disse. Verificou os ponteiros e estremeceu. “*Yare yare*, já se faz tarde!”

“Tarde? Mas são apenas onze da manhã...”

“Tenho de ir ao Porto Exterior despedir-me das famílias de uns amigos. Tendo em conta o agravamento da situação militar, os meus compatriotas estão a repatriar as mulheres e os filhos. Vão agora partir dezenas de famílias e preciso de estar presente, até porque...”

O dia de repente escureceu, as aves largaram em bandos das copas das árvores e desataram a voar em direções desconhecidas. Dir-se-iam desorientadas. Apanhados de surpresa, os dois homens imobilizaram-se e perscrutaram o firmamento, quase assustados. Apesar de haver poucas nuvens, uma tonalidade de chumbo pareceu de repente encerrar o céu, como se uma trovoadá súbita estivesse prestes a abater-se sobre a cidade.

“O que raio é isto?”, admirou-se Artur, inquieto. “Até parece que o Sol pestanejou.”

Examinaram o espaço sobre Macau em busca de uma esquadrilha qualquer de superfortalezas voadoras que na sua viagem de morte por momentos tivesse tapado o astro provocando aquela estranha sombra intermitente, mas não vislumbraram o menor sinal da passagem de aviões. A luz retomou entretanto a normalidade e, como não havia nuvens e não tinham explicação para o que acabara de acontecer, voltaram às suas preocupações do momento. O fenómeno, qualquer que ele fosse, interrompera-lhes a conversa e perderam o fio à meada. O importante, porém, já fora dito.

“Bem, tenho de ir”, disse Fukui. “*Sayonara*, Artur-san. Tenha cuidado com o coronel Sawa, ouviu?”

Fizeram uma vénia de despedida e, apressado, o japonês acelerou o passo em direção à saída do jardim Lou Lim Ioc. Artur ainda ponderou cirandar por ali para pensar, tinha ouvido falar dos repuxos e das cascatas do Lago dos Nenúfares e do Caminho dos Cem Passos, mas depressa abandonou a ideia; havia muita coisa a fazer e não podia perder tempo.

Virou-se e dirigiu-se à porta de saída, quase no encalço do cônsul Fukui, que caminhava uns cem metros mais à frente. Quis até chamá-lo, mas conteve-se. Para quê? O diplomata ia apressado para o seu compromisso seguinte e o que tinham a dizer já havia sido dito. Decidiu por isso seguir tranquilamente o seu caminho. Depois de cruzar o portão de saída, encaminhou-se para o seu automóvel.

Ao ver o governador aproximar-se, o capitão Tavares deitou fora o cigarro e abriu a porta traseira do *Dodge*. Nesse instante troaram dois estampidos e o ajudante de campo, numa reação quase reflexa, correu para Artur e, de pistola na mão, puxou-o para a viatura.

“Isto são tiros, senhor governador!”, exclamou, o alarme na voz. “Temos de sair daqui!”

Que aqueles sons eram de disparos já o chefe do governo colonial percebera; não fora impunemente que estivera na Flandres no tempo da Grande Guerra. O problema era perceber o que eles significavam.

“Espere”, disse ao chegar ao carro. “Quem está a disparar?”

“Senhor governador, isto é perigoso!”, insistiu o capitão Tavares, exasperado por vê-lo recusar-se a entrar no automóvel. “Temos de sair imediatamente daqui!”

No entanto, Artur manteve-se firme. Virou-se para o local onde tinham soado as detonações e, com um choque que o deixou por momentos paralisado, vislumbrou um homem armado a correr para se afastar de um corpo caído sobre o passeio. O mais grave, o que verdadeiramente o abalou, foi ter reconhecido o corpo da vítima.

Era Fukui.

XVIII

O *Dodge* travou a fundo diante das Urgências do Hospital Conde São Januário, soltando um longo guincho e largando uma nuvem de poeira atrás dos pneus. Artur escancarou a porta traseira com um pontapé e, apeando-se com um corpo ensanguentado ao colo, deu alguns passos em direção à porta e gritou a plenos pulmões.

“Médico!”, chamou, espavorido. “Tragam-me imediatamente um médico! Depressa!”

Ultrapassado o espanto por verem ali o governador a carregar um ferido nos braços, dois enfermeiros apareceram a correr, pegaram em Fukui e deitaram-no numa maca.

“Está vivo?”

“Sim, senti-lhe o pulso, mas perdeu a consciência. Despachem-se! Ele esvai-se em sangue!”

Os enfermeiros levantaram a maca e, em passo acelerado, correram para o interior do hospital com Artur no encalço.

“O que lhe aconteceu?”

“Foi baleado. Dispararam-lhe duas balas no peito. Por amor de Deus, despachem-se e chamem o médico!”

Os três pareciam voar pelo corredor do hospital e os olhares de todos os que os viam centraram-se no governador e na sua balalaica suja de sangue. Dir-se-ia um talhante. Artur tentava segurar a mão do amigo japonês, na esperança de o confortar no caso de recuperar os sentidos, mas a certa altura os enfermeiros entraram no bloco operatório e um

vulto de bata branca cortou-lhe o caminho e impediu-o de prosseguir. Desviou para ele os olhos atarantados e reconheceu o doutor Vargas Moniz.

“Vossa excelência tem de ficar aqui”, disse o médico em tom que não admitia discussão. “Agora trato eu do caso.”

“O senhor tem de o salvar, doutor!”

“Fique aqui.”

Sem perder mais tempo, o doutor Vargas Moniz virou-se de costas, entrou no bloco operatório e fechou a porta atrás de si. O governador permaneceu um longo momento imobilizado, a olhar para a porta, e só saiu dali quando o capitão Tavares apareceu e o conduziu para uma sala ao lado. Os enfermeiros vieram trazer chá e a bebida quente arrancou Artur do que parecia um estado de transe.

“Apanharam o tipo que disparou?”

O ajudante de campo abanou a cabeça.

“Fugiu.”

“Como é isso possível?”, explodiu o governador, nervoso e impaciente. “Que raio de militar é o senhor? Como é possível que tenha deixado o facínora à solta?”

“Senhor governador, o que queria que fizéssemos? Ou trazíamos o senhor cônsul aqui para o hospital e tentávamos salvá-lo ou íamos atrás do tipo que o baleou e o senhor cônsul morria. As duas coisas ao mesmo tempo é que não era possível!”

O capitão Tavares tinha razão, como Artur sabia. Salvar Fukui era infinitamente mais importante do que apanhar o homem que disparara sobre ele. Sentia-se frustrado e revoltado. Gostaria de ter podido fazer as duas coisas, salvar o amigo e capturar o atirador, mas na altura tiveram de fazer uma opção.

“Ao menos reparou no tipo que disparou contra o senhor cônsul? Viu-lhe as fuças?”

“Estava longe mas vi, senhor governador.”

“E então?”

O ajudante de campo ficou momentaneamente desorientado.

“Bem... era chinês.”

“Não poderia ser um japonês à paisana?”

A possibilidade não ocorrera ao capitão, que a ponderou por instantes.

“Poder podia. Confesso que tenho dificuldade em distinguir os chineses dos japoneses, sei que são diferentes mas aos meus olhos parecem todos iguais.” Hesitou, revisitando de memória a imagem do atacante em fuga. “Aquele homem... não sei, tinha talvez demasiado ar de cule para ser japonês, se é que me faço entender. Inclino-me por isso para que se tratasse de um chinês.”

O governador respirou fundo, considerando a indicação. Um chinês? A que chinês interessaria atacar Fukui? E com que intuito?

“Terá sido a resistência chinesa?”

“É muito possível, senhor governador”, assentiu o ajudante de campo. “Agora que os japoneses começaram a retirar da China, a resistência chinesa tem mais condições para os atacar, não é verdade? Pergunto-me, no entanto, se não faria mais sentido alvejarem um militar...”

“Qual a diferença?”

“Bem... o senhor cônsul é um civil, senhor governador. Além do mais tem-nos ajudado muito. Se virmos bem as coisas, que vantagem teria a resistência chinesa em matá-lo?”

Artur encolheu os ombros.

“Um diplomata é um alvo, capitão. Representa o governo do Japão. Nós sabemos que há diferenças importantes entre os civis, incluindo o governo e os diplomatas, e os militares. Mesmo entre os militares japoneses existem grandes diferenças, como sabe. Os tipos do Exército Imperial são uns abrutalhados, basta olhar para o tarado do coronel Sawa e ficamos logo com o retrato dessa gente, mas a malta da Marinha Imperial tem-se mostrado muito civilizada. E até no Exército Imperial existem sensibilidades diferentes, conforme as cliques a que pertencem. Isto são coisas que o Fukui me foi explicando ao longo do tempo e de que eu próprio me fui apercebendo ao lidar com eles aqui em Macau. Portanto, se entre os japoneses há tantas divisões, porque não entre os

chineses? Não estão estes divididos entre os comunistas e o Kuomintang?”

“Sim, sem dúvida!”, anuiu o capitão Tavares. “Comparar o senhor cônsul com os trogloditas do Kempeitai é como comparar... sei lá, caviar com bosta de boi, se me permite a expressão.”

“Mas repare que para os chineses, tal como para os americanos e para os ingleses, os japoneses são todos iguais. As diferenças entre eles tornam-se minudências irrelevantes que se perdem na névoa da guerra. A ninguém interessa o humanismo e a decência que o cônsul Fukui revelou, a proteção que nos deu e a forma como enfrentou os militares do seu país para impedir os excessos. O que interessa é se é ou não japonês.”

“Sim, sem dúvida”, reconheceu o ajudante de campo. “À noite todos os gatos são pardos.”

A porta do bloco operatório abriu-se nesse instante e o vulto branco do doutor Vargas Moniz materializou-se diante deles, a bata salpicada de sangue, o olhar a varrer o corredor como se procurasse alguém. Artur e o ajudante de campo levantaram-se de imediato, saíram da sala onde se encontravam e encaminharam-se para ele.

“Então, doutor?”, quis saber Artur, a ansiedade a dominar-lhe a voz. “Como está o senhor cônsul?”

O médico tirou os óculos e soprou sobre as lentes, humedecendo-as de vapor, antes de as limpar com um paninho branco de seda. Depois voltou a pôr os óculos e encarou o chefe do governo colonial com uma expressão pesada e a voz grave de quem tinha más notícias para comunicar.

“Fizemos o que pudemos, senhor governador...”

De olhos arregalados numa expressão de horror e incredulidade, Artur segurou o doutor Vargas Moniz pelos ombros e abanou-o, como se assim quisesse forçá-lo a desdizer o que acabara de sugerir.

“O senhor cônsul, doutor? Como está o senhor cônsul?”

Não eram notícias fáceis de dar a ninguém, mas não havia médico que não passasse pela experiência. Conhecendo a amizade que unia os dois

homens, o doutor Vargas Moniz pousou a mão direita no ombro do governador.

“Lamento muito.”

XIX

Um burburinho nervoso e expectante enchia a plataforma do cais sob um céu pesado de onde caíam pingas grossas, embora ainda ocasionais. Os acontecimentos haviam-se precipitado e parecia que se tinham acelerado nos últimos tempos; dava até a impressão de que a cada momento o próprio vento trazia mais novidades. O mundo fervilhava de eventos e a colónia sustinha a respiração a cada notícia posta a correr, sobretudo as que as ondas hertzianas sopravam do Japão. Dizia-se até que a qualquer altura os americanos iriam lançar a grande invasão.

Naquele instante, contudo, as atenções de Macau inteira estavam voltadas para a pequena cerimónia prestes a começar no Porto Exterior. Plantado no pequeno estrado montado no cais, Jorge Lobo inclinou-se para o chefe do governo colonial.

“O senhor governador acha mesmo que foi a resistência chinesa?”, questionou o diretor dos Serviços de Economia e Finanças em voz baixa. “Sabe, não é isso o que diz o *Imortal*.”

“O que lhe contou ele?”

“Que não houve nenhuma ordem do Kuomintang nem dos comunistas para assassinar o senhor cônsul.”

“Como pode o *Imortal* ter a certeza de uma coisa dessas?”

Lobo respondeu com um curto encolher de ombros.

“Ele sabe.”

A resposta deixou Artur pensativo. Varreu os rostos em redor e

estudou as pessoas que se encontravam presentes na cerimónia fúnebre de trasladação do corpo do cônsul Fukui para o navio ancorado ao lado do cais. Estavam ali as autoridades portuguesas, vários civis japoneses ligados às diferentes firmas que operavam na colónia, alguns líderes da comunidade chinesa que conheciam o papel desempenhado por Fukui em defesa da população da colónia e também o cônsul Reeves, cuja mulher tinha sido resgatada dos campos de prisioneiros de Hong Kong pelo seu homólogo nipónico. Havia contudo uma ausência que se fazia notar sobremaneira.

“O doutor já reparou que não está aqui nenhum representante do Exército Imperial?”

O subordinado assentiu.

“Foi a primeira coisa que notei, senhor governador.”

“Não acha isso estranho?”

“Acho suspeito.”

Artur estreitou as pálpebras, ponderando se deveria materializar em palavras os pensamentos que o dominavam.

“O doutor pensa que...”

“Penso que foi exatamente o que aconteceu, senhor governador. Só pode ter sido.”

Os dois homens calaram-se por alguns instantes.

“Custa-me acreditar numa coisa dessas!”

“No entanto, como explicar a ausência do coronel Sawa e dos outros oficiais do Exército Imperial? Mais ainda, como compreender que, após o sucedido, não nos tenham feito ameaças nem exigido o que quer que fosse? Por muito menos do que isto tivemos nós no passado problemas quase insuperáveis! E agora... agora o cônsul japonês foi assassinado em plena luz do dia e os militares do seu país parecem encarar o acontecimento como se fosse absolutamente normal. Como é possível uma coisa destas?”

O governador balançou a cabeça.

“Também pensei nisso, doutor. Em condições normais, a morte de um japonês aqui em Macau desencadearia uma barragem de ameaças e atos

de chantagem e até nos deixaria na iminência de uma invasão japonesa. Desta vez, no entanto, e apesar de se tratar da morte do próprio cônsul, ficaram quietos. Não ameaçaram, não exigiram, não fizeram nada. Aliás, nem piam. Atuam como se... como se...”

“Como se tivessem sido eles os mandantes do crime.”

A hipótese fora assim explicitada por Lobo em palavras e Artur tinha a sensação de que não andaria longe da verdade, se é que não acertara em cheio. Fukui fora assassinado por ordens do coronel Sawa. Que outra explicação poderia existir?

“Se foram eles, cometeram um grande erro”, rosnou o chefe do governo colonial, rangendo os dentes. “Um grande erro. Dei ordens para que se ofereçam vinte mil patacas por informações que conduzam à detenção do assassino. Se lhe deitarmos a mão, o coronel Sawa que se cuide.”

“Ninguém se atreverá a denunciá-lo.”

“Talvez não, mas vale a pena tentar.”

“De qualquer forma é irrelevante, uma vez que o coronel quer vingar-se a todo o custo e atingiu o alvo mais a jeito. O senhor cônsul fez-lhe frente este tempo todo e o Japão está à beira de perder a guerra, o que faz do coronel Sawa um animal encurralado. O senhor governador não ouviu as notícias desta manhã na *Voz da América*?”

“Não tive tempo para isso. Houve mais algum bombardeamento?”

“Se houve, senhor governador! Parece que os americanos lançaram ontem uma bomba qualquer no Japão. É uma coisa nova. O locutor diz que a bomba é feita de... de átomos...”

“Átomos?”

“É estranho, não é? O locutor falava de uma bomba de átomos.”

“Seria uma bomba atômica?”

“Sim, isso. O senhor governador sabe o que é?”

A novidade deixou Artur pensativo. Havia algum tempo que se dizia por portas travessas que estava a ser desenvolvida uma arma completamente revolucionária. Falava-se à boca cheia nos meios militares de uma bomba atômica, um único engenho capaz de destruir

idades inteiras, mas a ideia parecia demasiado louca para ser possível. No entanto, pelo menos a acreditar em Lobo, a *Voz da América* tinha noticiado que uma bomba dessas havia sido lançada na véspera no Japão. Artur perguntou a si mesmo se teria sido essa bomba que provocara a estranha sombra no céu que ele e Fukui haviam visto na véspera quando estavam no jardim Lou Lim Ioc, minutos antes de o seu amigo ser assassinado. Seria possível que aquele pestanejar do Sol fosse um efeito do bombardeamento atômico?

“Ele vem aí.”

O aviso interrompeu-lhe os pensamentos. A multidão agitou-se e o burburinho intensificou-se no instante em que o veículo funerário apareceu e entrou no Porto Exterior. O automóvel imobilizou-se diante do cais, perto do grupo de dignitários que ali se juntara, e os homens da Companhia de Metralhadoras avançaram em formação. No momento em que a porta traseira do carro funerário foi aberta e o caixão retirado do interior pelos soldados portugueses com luvas brancas estabeleceu-se um silêncio pesado, apenas quebrado pelo rumor distante das bombas que a aviação americana largava nesse momento sobre Hong Kong; é certo que aqueles bombardeamentos haviam começado em 1942, mas nas últimas semanas tinham-se intensificado e a antiga colônia britânica tornara-se alvo sistemático das superfortalezas voadoras, o que se podia confirmar de Macau graças àquele trovejar insistente.

Um homem da Companhia de Metralhadoras colocou o clarim à boca e fez soar o toque a silêncio. O som pungente percorreu todo o Porto Exterior como um longo lamento, uma voz solitária a uivar ao entardecer. Os militares fizeram continência e os civis mantiveram-se em sentido enquanto o caixão enfaixado com a bandeira japonesa era transportado em passo solene pelo cais. Começou a chover nesse momento. Já não eram pingos esporádicos, como até ali, mas bátegas cerradas que se abateram sobre o porto com um rumor constante; dir-se-ia que o próprio céu chorava.

De mão colada à testa em continência e a cara molhada de pingas, Artur teve dificuldade em conter as lágrimas. Como era possível que

Fukui tivesse sido assassinado? Via o caixão passar diante dele mas era como se visse o seu querido amigo sorrir-lhe. A primeira imagem que recordou foi a do momento em que se tinham conhecido, quando o japonês metera conversa com ele na festa da embaixada americana em Berlim mal percebera que estava perante um homem do distante *Porotugaru*. Seguiu-se uma sequência de outras imagens mentais que terminou na última memória que dele guardava, a despedida à saída do Lou Lim Ioc com o *sayonara* premonitório e o corpo estendido no passeio três minutos mais tarde, o mesmo corpo que o caixão diante dele aprisionava até à eternidade. Quantas coisas ambos tinham vivido juntos entre esses dois momentos! Instantes incríveis de alegria e cumplicidade, mas também de dor e desalento. Morrera Fukui e com ele fora...

“Senhor governador?”

... um pedaço de si próprio. A quem iria agora pedir conselho ou onde iria encontrar um ouvido amigo? A quem poderia daí em diante recorrer nos momentos difíceis que se adivinhavam quando...

“Senhor governador?”

A interpelação fê-lo estremecer e, como se se tivesse assustado, voltou-se para a pessoa que se lhe dirigira.

“Hã?”

Tratava-se do padre Manuel Teixeira, que o fitava com a água da chuva a escorrer-lhe pela barba.

“O defunto não era católico, pois não?”

A pergunta parecia vinda do nada, quase a despropósito, e teve de se concentrar para responder.

“O senhor cônsul Fukui tinha antepassados católicos, senhor padre, mas era budista.”

O pequeno pároco transmontano esboçou uma expressão de perplexidade.

“Então como deverei proceder?”

Boa questão. Voltou a passar os olhos pelos dignitários presentes e confirmou mais uma vez que não havia nenhum elemento do Exército

Imperial. Além de se tratar de uma ausência realmente estranha e suspeita, implicava que nada fora preparado do lado japonês para homenagear o diplomata caído. O protocolo daquelas ocasiões costumava ser entregue aos militares; não os havendo, tudo se complicava.

“Deixe estar, senhor padre. Eu mesmo trato do assunto.”

O padre Teixeira arregalou os olhos de espanto.

“O senhor governador?”

Artur mostrou um livro que tinha debaixo do braço para o proteger da chuva densa.

“O senhor cônsul Fukui ofereceu-me em tempos este livro de poemas budistas. Há uns versos que me parecem adequados à ocasião.”

O sacerdote assentiu e recuou para a sua posição original.

“Ah, excelente, senhor governador. Excelente.”

O caixão estava imobilizado aos ombros dos soldados portugueses, mesmo diante de Artur. O chefe do governo colonial avançou dois passos e, indiferente à água que caía do céu em torrentes, abriu na página marcada o livro que tinha nas mãos. Apesar das folhas ensopadas, identificou o poema budista que procurava e declamou-o em voz alta.

*Este corpo não é para mim.
Não sou limitado por esta carne.
Sou a vida sem limites,
Nunca nasci e nunca morri.
Olha para o mar e para o céu estrelado,
Manifestações da minha maravilhosa mente.
Antes de o tempo existir já eu era livre.
Nascer e morrer são apenas portas que franqueamos,
Limiares sagrados na nossa jornada.
O nascimento e a morte não passam de jogos de escondidas.
Ri-te pois comigo, meu amigo,
Segura a minha mão e diz adeus.*

*Adeus e voltaremos a ver-nos.
Encontramo-nos hoje,
Encontrar-nos-emos amanhã.
Encontrar-nos-emos na fonte a cada momento.
Encontrar-nos-emos em todas as formas de vida.*

Quando terminou a leitura do poema, Artur recuou para o seu lugar no meio do maior silêncio, apenas quebrado pelo remoto murmurar das bombas que tombavam sem cessar sobre Hong Kong, agora com fúria renovada, e pelo permanente rumorejar da chuva.

Um grupo de soldados portugueses marchou em fila para o cais e imobilizou-se perto da água e do *Fukuoka Maru*, o navio japonês que aguardava a entrega do caixão. A uma ordem do oficial que os comandava, os homens carregaram as *Mausers Vergueiro* e apontaram-nas para o céu pintado a cinzento-escuro.

“Fogo!”

Os soldados dispararam três salvas consecutivas e depois recolheram as armas e bateram com as coronhas no chão. Com uma pauta musical diante dele, o homem do clarim entoou as notas melancólicas do *Kimigayo*, o hino do Japão, e um coro de vozes levantou-se entre os civis japoneses que ali se tinham juntado para se despedirem do seu cônsul.

*“Kimigayo wa
Chiyo ni yachiyo ni
Sazare-ishi no
Iewao to narite
Koke no musu made.”*

O caixão entrou devagar no navio japonês, passou para as mãos da tripulação e desapareceu para lá de uma portinhola, engolido pelas entranhas do barco. A cerimónia estava terminada e as pessoas que ali se tinham juntado para homenagear o cônsul japonês começaram a dispersar apressadamente, todas a fugirem à chuva, que se tornara

inclemente como se o próprio céu clamasse por vingança.

XX

Depois de meter à boca o último pedaço do pastel de nata que acabara de encomendar, Jorge Lobo sentiu que alguém se aproximava por trás, em plena pastelaria As Delícias, e voltou-se. O doutor Vargas Moniz acabava de chegar; vestia bata branca, o que queria dizer que viera diretamente do hospital. O médico abeirou-se da mesa e plantou-se diante dele com um pequeno frasco de vidro na mão.

“Olá, doutor”, saudou o governante enquanto mastigava o pastel. Fez um gesto a indicar uma cadeira vazia ao seu lado. “Sente-se, por favor. Quer tomar alguma coisa?”

Em resposta, o médico depositou o frasco em cima da mesa.

“Está aqui”, disse. “Faz efeito em menos de um minuto, mas tenha cuidado que é coisa forte.”

“O doutor não toma nada?”

“Agora não, obrigado.” Indicou o invólucro. “Veja por favor se é isso que quer.”

Jorge Lobo pegou no frasco e sentiu a textura do vidro. A primeira coisa que notou foi a temperatura elevada; quase escaldava.

“Está quente...”

“Acabou de ser preparado ao lume”, explicou o recém-chegado. “Atenção que não é um opiáceo qualquer. Depois de sair do tacho, a droga só faz efeito durante uma hora, percebeu?” Espreitou o relógio. “O que quer dizer que o senhor só tem mais quarenta minutos para a usar. Quando a temperatura baixar já não terá qualquer utilidade.”

Ao ouvir isto, Lobo levantou-se de imediato.

“Então se calhar é melhor despachar-me.”

O governante guardou o invólucro quente no bolso das calças e largou uma moeda sobre a mesa.

“Não se esqueça,” atirou o doutor Vargas Moniz, agora sim a sentar-se. “Basta uma gota.”

Lobo já abrira a porta da rua para sair, mas uma última dúvida obrigou-o a voltar-se para trás.

“O que acontecerá se usar mais do que isso?”

“Pode provocar a morte de quem o tomar. Esse opiáceo tem de ser usado na dose certa, ouviu?” Ergueu o indicador para sublinhar o número. “Basta uma gota.”

O governante levantou o braço com o polegar para cima, a indicar que ouvira e entendera o aviso, e saiu de imediato para a Avenida Almeida Ribeiro. Chegara a hora.

Uma vez na rua, o calor opressivo e húmido do verão atingiu-o como um bafo do inferno. Ajeitou o chapéu sobre a cabeça e atravessou a avenida em passo rápido para se encaminhar para o prédio no passeio em frente.

O tempo urgia.

O ambiente no Hotel Central parecia o normal àquela hora do dia. Alguns militares circulavam pelo átrio a caminho dos elevadores elétricos ou saíam do edifício; como se tornara habitual naquele estabelecimento, eram japoneses, pois tratava-se do local de Macau mais frequentado pelos oficiais do Exército Imperial estacionados na vizinha Zhuhai.

Os oficiais nipónicos não vinham alegres nem isso seria de esperar, dada a forma como se apertava o cerco ao Japão e o bombardeamento atómico que acabara de ocorrer sobre a cidade de Hiroxima. Não existia ainda muita informação sobre os efeitos desse ataque, mas dizia-se na rádio que um única bomba tinha a capacidade de arrasar uma cidade e isso naturalmente deixava consternados os japoneses que

ainda se encontravam na colônia.

Em vez de prosseguir para os elevadores, Lobo virou à direita e entrou no café do Hotel Central. Um empregado puxou uma cadeira para o convidar a sentar-se a uma mesa junto à janela, mas o diretor dos Serviços de Economia e Finanças passou adiante.

“Traga-me um chá para debaixo da varanda.”

O empregado percebeu, ou julgou perceber, as intenções do cliente e assentiu com um leve gesto da cabeça.

“Imediatamente, *si san.*”

Depois de se instalar num dos lugares que ficavam por baixo da varanda do primeiro andar, Lobo levantou os olhos e fixou a atenção no *croupier* que espreitava para baixo. Percebendo que aquele olhar do freguês recém-chegado era um sinal, o funcionário do casino pegou num pequeno cesto de vime atado a uma corda e desceu-o sobre a mesa do cliente. O cestinho pousou sobre a mesa e Lobo, com um movimento casual, depositou nele uma nota de vinte patacas e ainda o frasco de vidro que o doutor Vargas Moniz acabara de lhe entregar e um papel escrevinhado, presumivelmente com a instrução para a aposta que desejava fazer. Em resposta, o *croupier* começou a puxar o pequeno cesto, como se fosse um elevador manual.

Os jogos de fortuna estavam interditado a todos os funcionários públicos, os quais haviam até sido proibidos de entrar nos casinos da colônia, pelo que o Hotel Central montara aquele esquema simples e engenhoso para contornar a interdição. Como o estabelecimento tinha um casino a funcionar no primeiro andar e uma vez que, contígua a essa sala de jogo, havia uma varanda que dava para o café, um *croupier* encontrava-se aí de plantão a vigiar os clientes lá em baixo. Quem quisesse jogar sem subir ao casino, por não lhe apetecer ou por não poder, fazia a aposta através do sistema do cestinho elevador. O esquema tornara-se aliás bem conhecido dos funcionários públicos de Macau que gostavam de contornar as regras.

O cestinho chegou entretanto lá a cima e o *croupier* recolheu o dinheiro, o frasco e o bilhete. O homem leu as instruções que o freguês

escrevinhara e lançou para baixo um esgar inquisitivo, pois achou estranho o texto que recebera.

“Faz como te digo”, disse Lobo em voz baixa, confirmando com um gesto as indicações que remetera no papel. “Vá! Vai chamá-la!”

A cabeça do *croupier* desapareceu da borda da varanda, mas Lobo manteve-se voltado para lá.

“O seu chá, *si san*.”

O empregado depositou o chá sobre a mesa, mas o cliente ignorou-o. Tudo o que lhe interessava nesse momento era o que se passava no primeiro andar. Instantes mais tarde viu a cabeça loira de Nadezhda espreitar da varanda e estender a mão direita com o polegar para cima; a rapariga fazia-lhe sinal de que estava tudo bem.

“Linda menina...”

Logo que saiu da varanda, e depois de entregar ao *croupier* a nota de vinte patacas para lhe comprar o silêncio, Nadezhda voltou a entrar no casino do Hotel Central a ler a nota de Lobo que lhe tinha sido entregue; as instruções complementavam o que com ele havia previamente combinado. Encaminhou-se de imediato para o bar.

“Um *whisky*, Chang.”

O barman encheu um copo e ela pegou nele e afastou-se. Voltando-se de maneira que ninguém visse o que fazia, virou o frasco sobre a bebida e deixou cair uma gota no líquido cor de caramelo.

Já com a droga misturada no *whisky*, procurou o alvo que havia identificado momentos antes. Ali estava ele sentado à mesa semicircular do *blackjack*; tratava-se de um asiático que permanecia de olhos fixos nas cartas e nas fichas vermelhas assentes no tapete verde da mesa. Apenas ocasionalmente o apostador levantava a cabeça, e fazia-o somente para espreitar com desconfiança os movimentos do *dealer* que distribuía cartas pelas cinco posições em redor dele.

“*Hit*”, pediu o jogador que a russa visava. “Mais uma.”

O *dealer* entregou-lhe a carta solicitada. O jogador virou-a e viu um nove de espadas.

“*Bust*”, observou o *dealer*. “Rebentou.”

O apostador deu uma palmada irritada na mesa; ultrapassara o limite de vinte e um por apenas um ponto, o que significava que estivera mesmo à beira de fazer *blackjack*.

“*Yare yare!*”

“Mais uma ronda, senhor major?”

Antes que o jogador respondesse ao desafio que o *dealer* acabara de lhe lançar, Nadezhda sentou-se ao lado dele e, ciente de que o ponteiro dos minutos avançava depressa e ela não tinha muito tempo para atuar, fez-lhe o melhor e mais convidativo sorriso de que foi capaz.

“Olha quem está aqui”, murmurou com a voz infinitamente melosa de uma gata com cio. “O senhor não é o belo e charmoso major Ishikawa, o mais bravo samurai do mar da China?”

Ao ver-se interpelado pela beldade loira que se sentara com um provocante vestido de cetim vermelho, na verdade tão escandalosamente generoso que deixava ver o rego dos seios, o oficial japonês pôs-se de pé e fez uma vénia profunda.

“Minha senhora, os meus mais respeitosos cumprimentos.”

A russa sorriu e estendeu-lhe o braço enluvado de cetim, num gesto de diva que esperava ver a mão beijada.

“O prazer é todo meu, senhor major. O senhor tem estado a perder muito dinheiro?”

Vendo a mão estendida à maneira de Greta Garbo, o oficial beijou-lhe os dedos como via fazerem nos filmes americanos.

“O que interessa isso perante a sua beleza celestial?”

“A beleza não é só para ver, seu grande galanteador!, mas também para fruir”, retorquiu a russa num tom prenhe de insinuações. “Os portugueses dizem azar ao jogo, sorte ao amor. Pois chegou a hora de interromper essa sequência azarada no jogo e ter um bocado de sorte na outra frente. Não quererá o senhor major descontrair-se uns minutinhos comigo ali na sala privada? Sabe, adoraria conhecê-lo... em profundidade.” Exibiu o copo que acabara de ir buscar ao bar. “Além disso, trouxe-lhe um whiskyzinho de arrasar...”

Alarmado por a rapariga lhe querer levar o jogador, o que era contra todos os procedimentos autorizados no casino às *taxi-girls*, o *dealer* interveio.

“Miss Nadja, talvez mais daqui a bocadinho...”

“Não sejas inconveniente, Leong”, repreendeu-o ela com um novo trejeito de diva, sabendo perfeitamente que violava as regras do Hotel Central mas consciente de que tinha de o fazer se queria cumprir a sua missão secreta. “O senhor major quer divertir-se um bocadinho para ver se muda a sorte.” Voltou a encarar o oficial com um grande sorriso e empurrou o copo de *whisky* na sua direção. “Não é verdade, senhor major?”

O major Ishikawa agarrou obedientemente no copo e confirmou com uma nova vénia.

“*Hai*. Estou ao seu serviço, minha senhora.”

Nadezhda pegou no cliente pela mão e puxou-o, arrancando-o à mesa de *blackjack* e levando-o para uma porta para lá da qual se encontrava a zona privada do casino.

O espaço reservado estava mergulhado na penumbra, como convinha num ambiente privado, e as paredes cobertas de espelhos até ao teto conferiam-lhe uma amplitude enganadora. Havia um sofá semicircular, uma pequena mesa de jogo diante dela e uma garrafa de *champagne* pousada no chão.

“Sente-se, senhor major”, ordenou a rapariga com um gesto imperial. “Ponha-se à vontade. Quer ver a sua menina fazer um stripzinho antes de passarmos às coisas mais sérias?”

Os olhos do oficial até brilhavam de prazer antecipado.

“*Hai*.”

“Mas primeiro quero ter a certeza de que o senhor é um homem a valer. Acha que consegue beber esse *whisky* de uma vez só? Ou não passa de um rapazola a fingir-se homem e afinal só consegue beber o leite da mamã? Vá lá, mostre-me o que vale!”

Não foi preciso dizer segunda vez. O japonês colou o copo à boca e

engoliu o *scotch* de uma vez só. No final estremeceu, os olhos a lacrimejarem por causa do ardor intenso do álcool e o rosto corado e inchado. Parecia que ia rebentar, mas gradualmente recuperou a compostura e o rosto abriu-se-lhe num sorriso.

“Então?”, atirou com uma expressão triunfal a bailar-lhe na cara. “Sou ou não um homem a valer?”

“Ah, estou a ver que é, sim senhor.” Pestanejou, sempre provocante. “Acha que me posso sentar ao pé de si?”

O major Ishikawa fez um gesto convidativo para o espaço ao seu lado. “*Hai.*”

A nota que Lobo escrevinhara no papel mencionava que o efeito do opiáceo se faria sentir menos de um minuto depois de a droga ser ingerida. Sabendo que não teria de esperar muito, Nadezhda acomodou-se no sofá junto do oficial.

“É verdade que o senhor major é uma alta figura do Kempeitai?”

O japonês alçou uma sobrancelha desconfiada.

“Para que quer saber?”

“Oh, porque ouvi dizer que os oficiais do Kempeitai eram uns garanhões. Há muitas raparigas aqui do Hotel Central que vos gabam imenso. Não me diga que exageram...”

O major descontraiu.

“Não, não. Com certeza que não exageram. Toda a gente sabe que homens a valer é no Kempeitai. Não é por acaso que somos nós quem põe em ordem os insurretos no Exército Imperial. O Kempeitai é formado pela fina flor dos guerreiros do Japão, minha senhora. Ninguém brinca connosco.”

“Não é o Kempeitai que é chefiado pelo lendário coronel Sawa? O senhor major conhece-o?”

“Sou o adjunto dele.”

Abrindo o rosto num esgar de encantamento, a russa bateu palmas de excitação.

“Ah, que maravilha!”, exclamou com entusiasmo fingido. “Veja lá a minha sorte! Veio-me logo calhar o chefe adjunto do Kempeitai! Que

honra! *Tchort*, o senhor deve ser um verdadeiro leão!”

O major Ishikawa pestanejou, subitamente sonolento; era o opiáceo a produzir efeito, percebeu Nadezhda, atenta aos sintomas. O oficial fez um esforço para manter os olhos abertos, embora fosse evidente que se tratava de uma batalha perdida; as pálpebras pesavam-lhe cada vez mais. Parecia que a qualquer momento se fechariam para só voltarem a abrir-se um par de horas mais tarde.

“*Oya!*”, murmurou. “Estou a ficar com... com...”

Após um derradeiro esforço, a cabeça cambaleou para o lado, vencida pelo opiáceo, mas os olhos não se fecharam; ficaram entreabertos, como se o major Ishikawa tivesse caído num transe.

“Senhor major”, chamou-o Nadezhda, sacudindo-o para verificar os efeitos da droga. “Senhor major, está a ouvir-me?”

“*Hai...*”

Apesar do aparente estado catatónico, a mente do oficial nipónico processava informação. Faltava saber se a droga da verdade, como Lobo chamava ao produto cujo segredo o doutor Vargas Moniz pelos vistos arrancara a um médico chinês, funcionaria mesmo. Para saber isso, teria agora de o testar.

“Como se chama o senhor?”

“Heijiro Ishikawa.”

Falava num tom monocórdico, quase como uma máquina; seria do opiáceo?

“Onde nasceu?”

“Em Osaka.”

“Qual é o seu posto?”

“Sou segundo comandante da unidade do Kempeitai no Sul da província de Cantão, integrado no Comando da China.”

“Quem chefia o Comando da China do Kempeitai?”

“O general Kenzo Kitano.”

Não havia dúvidas, a droga da verdade fazia mesmo efeito; o oficial respondera rigorosa e prontamente a todas as perguntas, o que significava que passara o teste. Nadezhda abriu a sua mala de mão e

extraíu um lápis e um papel com várias questões anotadas. As verdadeiras perguntas que tinha para lhe fazer eram as que estavam ali escrevinhadas.

“O senhor major conhece a Segunda Concubina do coronel Sawa?”, perguntou, indo direita ao assunto. “Estou a referir-me a uma rapariga chinesa de olhos azuis chamada Lian-hua.”

“*Hai.*”

“Sabe onde está ela?”

“O Wong levou-a.”

“Qual Wong? O Wong Kong Kit?”

“*Hai.*”

“Levou-a para onde?”

“Para Sa U Chong.”

O nome nada dizia a Nadezhda. Seria algum bairro de Macau? Ou uma terriola das redondezas? Na verdade não fazia a menor ideia do que se tratava para além de perceber que era o nome de um lugar, mas não se importou. Anotou a informação e passou às perguntas seguintes. Mesmo que a ela as respostas parecessem incompreensíveis, Jorge saberia o que fazer com tudo o que ia arrancando ao japonês.

XXI

As pinceladas violetas e roxas, rasgadas por vastas manchas de amarelo iluminado, cobriam o céu como se fosse uma tela gigante, uma obra de arte pintada pelo Sol que se deitava sobre o mar atrás deles. As próprias águas refletiam aquela orgia de cores como um espelho imenso; parecia que o firmamento se prolongava pelas profundezas. Maravilhado com o esplendor do crepúsculo asiático, Artur inclinou-se na sampana e meteu a mão no líquido barrento, sentindo-lhe a temperatura. Como podia o oceano ser assim tão quente? Na verdade não estavam no alto mar, mas na confluência entre o rio das Pérolas e o mar da China, o que explicava a cor suja da água, embora a tepidez do delta fosse realmente assombrosa.

“Continuo a pensar, senhor governador, que o envolvimento de vossa excelência nesta operação é uma grande imprudência.”

O chefe do governo colonial olhou para o homem que falara. Tratava-se do capitão Ribeiro da Cunha, que se encontrava sentado ao lado dele no meio da sampana.

“Já falámos sobre isso, senhor capitão. Não vamos reatar a discussão, pois não?”

“Mas... e se lhe acontece alguma coisa, senhor governador? Eu serei logo responsabilizado e...”

“Não diga disparates.”

“Não é disparate nenhum, senhor governador. Esta operação é arriscada e não tenho modo de garantir a segurança de vossa

excelência.”

“O senhor sabe bem que faço muita questão de vir convosco para me assegurar do sucesso desta missão. O resgate da senhora em causa é do superior interesse nacional.”

O comandante da brigada *Spitfire* calou-se por momentos, a matutar nesta resposta; o seu verdadeiro sentido situava-se nas entrelinhas e explicava a insistência do governante. O capitão sentiu-a por isso como uma reprimenda velada.

“Vossa excelência ainda não me perdoou tê-lo convencido de que... enfim, de que a eliminação da senhora em causa seria a melhor solução?”

“Pode ter a certeza que não! O senhor foi escolhido para esta missão porque a sua brigada é considerada a melhor unidade operacional de Macau, mas não pense por um minuto que não o terei debaixo de olho! Quero assegurar-me de que não será feito nenhum disparate.”

“Aquela sugestão foi dada num contexto diferente, senhor governador. Na altura o perigo de os japoneses asfixiarem Macau, ou mesmo de invadirem a colónia era, como vossa excelência sabe, muito grande. O desaparecimento do *Imortal* e da concubina eliminaria um objeto da chantagem que o coronel Sawa de certeza faria.”

“Pois, mas tudo está a mudar.”

“Felizmente, senhor governador. A opção drástica que eu tinha sugerido já não faz sentido nestas circunstâncias, com os japoneses a retirarem da China. O que me preocupa agora é, para ser sincero, a segurança de vossa excelência. Esta operação envolve muitos riscos.”

“Não se preocupe com isso, senhor capitão. Temos o fator surpresa do nosso lado.”

“Está bem, mas a força inimiga é mais numerosa.”

Artur indicou a sampana que vinha atrás deles.

“Oiça lá, a brigada *Spitfire* não é a melhor de Macau?”, perguntou, testando-lhe o orgulho. “Tenho a certeza de que estou em boas mãos.”

O oficial indicou a proa com o polegar.

“E a navegação, senhor governador? A noite está a cair e daqui a

pouco não conseguiremos ver um palmo à frente. Quem nos garante que não nos perderemos na escuridão?”

O olhar do governador voltou-se para o chinês instalado na parte dianteira da sampana; tinha a cabeça ligada e dois pensos na cara, embora parecesse perfeitamente à vontade e perscrutasse o horizonte com a familiaridade de quem se sabia em casa.

“O senhor capitão acha mesmo que o *Imortal* se vai perder aqui?”, questionou, a resposta implícita no tom. “Não sabe que ele é o melhor marinheiro do Sul da China e que conhece estas águas como a palma das mãos? Não se preocupe, levar-nos-á onde temos de ir. Depois será connosco e com os nossos homens.”

O comandante da brigada *Spitfire* calou-se, vencido pela argumentação do chefe do governo colonial. De facto, como se poderiam questionar as credenciais de marinheiro do *Imortal*? Que o contrabandista era capaz de navegar às escuras naquelas águas tratava-se de um facto indesmentível. Não havia ele enganado os japoneses anos a fio?

O crepúsculo no mar da China era de uma beleza de cortar a respiração, tantas e tão harmoniosas as cores que se cruzavam no céu sob o efeito do lusco-fusco, mas em breve a noite caiu de vez e a escuridão instalou-se no grande delta. Um clarão súbito iluminou o horizonte um pouco à frente e um rumorejar longínquo reverberou no ar, como se um tufão qualquer relampejasse e trovoasse à aproximação do grupo.

“São os americanos”, constatou o capitão Ribeiro da Cunha num sopro, como se temesse que a sua voz fosse escutada pela aviação aliada e atraísse as bombas para as duas sampanas. “Estão outra vez a bombardear Hong Kong. Já viu, senhor governador? Agora todos os dias há festarola, hem? Os tipos até têm horas certas para atacar.”

O governador assentiu.

“O fim da guerra está por dias.”

“Ah, com toda a certeza! Vossa excelência não ouviu o que aconteceu

agora no Japão? Disseram na rádio que os americanos largaram ontem uma segunda bomba, não sei se o senhor governador está a ver, é uma daquelas modernas que arrasam com uma cidade inteira.” Hesitou, voltando-se para o operacional da sua brigada sentado uns metros mais ao lado. “Ó Moraes, como se chama o sítio que agora levou com ela?”

“Não foi Nagasáqui, meu capitão?”

“Isso! Nagasáqui. Os americanos mandaram Nagasáqui para o inferno.”

Artur arregalou os olhos, chocado.

“O quê?”

“O senhor governador não ouviu? Deu na *Voz da América* mesmo antes de sairmos. Os gajos largaram sobre o Japão uma dessas bombocas novas. Nagasáqui foi para o galheto. É do camandro, hem?”

“Meu Deus!”

Abalado com a notícia, o governador cerrou as pálpebras e os seus pensamentos voltaram-se nesse instante para Fukui, para Ren e para os seus três filhos. Nagasáqui sofrera um bombardeamento atômico? Isso era uma catástrofe. Seria possível que toda a família tivesse sido dizimada em apenas três dias?

“Chíça!”, exclamou o cabo Moraes. “Imagino o que será uma bomba dessas, meu capitão.”

“O senhor governador acha mesmo possível que um único engenho acabe com uma cidade inteira?”, quis saber o capitão Ribeiro da Cunha. “Isto deve haver exagero, não deve?”

O chefe do governo colonial não respondeu. Para quê alimentar aquela conversa inútil? Tudo o que lhe interessava naquele momento era Fukui e a sua família. Nagasáqui sofrera um bombardeamento atômico!, repetia mentalmente como se estivesse ainda a digerir a informação. O amigo mandara a mulher e os filhos para a cidade dos cristãos na esperança de que se salvassem e afinal enviara-os para a morte.

Sacudiu a cabeça. A meio de uma missão tão delicada, tinha de afastar estes pensamentos. De resto, as consequências não se limitavam à

família de Fukui. E os milhares de famílias que sofriam aqueles bombardeamentos? Seria possível a guerra continuar em tais condições? Quantas mais bombas atômicas seriam lançadas até que o Japão se rendesse? E quais as consequências geoestratégicas de tudo isso? Era verdade que ele próprio tinha dificuldade em conceber uma bomba que, sozinha, tivesse o poder de pulverizar toda uma cidade, embora fosse justamente o que constava nos meios militares e se dizia na rádio. O próprio cônsul Reeves lhe confidenciara que aquela bomba era uma arma terrível, de uma força que nunca antes se tinha visto em parte alguma, e que até a Rússia, apesar de ser uma aliada das Nações Unidas, se veria forçada a vergar-se à sua incrível capacidade destrutiva. Dizia-se que a bomba atômica usava a energia do próprio Sol. Se assim era, e sendo detentores exclusivos de uma arma dessas, de uma assentada os Aliados acabavam com o nacional-socialismo, o fascismo e o comunismo. Seria o fim das ditaduras socialistas.

Que coisa surpreendente!, considerou Artur em silêncio, espantado com o volte-face forçado pelos ventos da história. Ainda alguns anos antes as diferentes versões das ditaduras socialistas pareciam irresistíveis na Europa e na Ásia e as democracias ocidentais davam a impressão de soçobrar por completo. O mundo parecera destinado à interpretação da história da humanidade como resultado da luta entre raças, como previa o socialismo nazi, entre nações, como preconizava o socialismo fascista, ou entre classes, como defendia o socialismo leninista. Mas o destino tinha destas coisas e, num abrir e fechar de olhos, tudo se invertera. As diferentes ditaduras socialistas caíam como peças de dominó e as democracias regressavam mais pujantes do que nunca. Só faltava também Estaline deitar a toalha ao chão, o que aconteceria inevitavelmente devido a esta arma nova e temível. O que pensaria o senhor presidente do Conselho de tudo isso? Iria Portugal ser igualmente varrido pelos ares da mudança? Ou adaptar-se-ia Salazar à nova realidade?

Formulou mentalmente a pergunta com a consciência de que se tratava de uma questão central na vida do seu próprio país, mas

depressa a expulsou também. Tinha muito tempo pela frente para a colocar e para ponderar a resposta. Mas afastar as considerações geoestratégicas teve como resultado o regresso da sua principal preocupação. O que verdadeiramente o perturbava naquele momento em que pensava neste segundo bombardeamento atómico era o destino da família do amigo. Fora ele próprio que lhe revelara dias antes que a mulher e os filhos tinham ido para Nagasáqui para estarem mais protegidos. E agora que a cidade foram bombardeada por um engenho destes, o que lhes teria acontecido?

Um novo clarão incendiou de repente o horizonte, acompanhado por um fragor remoto, lançando um clarão avermelhado ténue que por momentos os iluminou a todos.

“Oh!”, exclamou o capitão Ribeiro da Cunha. “Olhem para ali! Que espetáculo, hem?”

Foi apenas um instante, é certo, embora suficientemente duradouro para que os homens que iam nas duas sampanas vissem o mar que os cercava e sobretudo avistassem a língua de terra que inesperadamente se estendia diante deles, como se um fantasma se tivesse materializado do nada.

“*Imortal!*”, chamou o governador. “Que ilha é esta?”

Fez a pergunta em português, sabendo perfeitamente que o contrabandista não falava a língua, mas considerando o que todos haviam visto não seria impossível que percebesse o sentido da pergunta. Assim foi de facto, como se constatou pela resposta que o chinês de imediato lhe deu.

“Sa U Chong.”

Ao perceber que chegavam ao destino, o capitão Ribeiro da Cunha soltou um grito dirigido à embarcação atrás deles.

“Preparar armas!”

Seguiu-se uma sucessão de cliques e clagues nas duas sampanas. Os homens da brigada *Spitfire* encaixaram as munições e destravaram as espingardas e as metralhadoras que traziam para a operação.

“Senhor capitão”, chamou o governador. “Por acaso sobrou aí alguma *Lewis*?”

“Só dispomos de três metralhadoras”, respondeu o comandante da brigada. “Mas, se vossa excelência quiser, cedo-lhe a minha. Temos uma *Mauser Vergueiro* a mais e posso ficar com ela.”

“Dê-me antes essa espingarda e fique o senhor com a *Lewis*.”

Em alguns instantes, a *Mauser* foi entregue a Artur, que às escuras verificou as munições. Desde os tempos da Grande Guerra que não manejava uma espingarda daquelas, mas não tinha dúvidas de que se readaptaria com facilidade. Tal como andar de bicicleta, havia coisas que nunca se esqueciam.

Uma vez a inspeção concluída, pousou a arma no regaço e engoliu em seco, assaltado pelo nervosismo. Esticou o pescoço e esforçou-se por descortinar na escuridão a ilha que avistara momentos antes à luz espectral do clarão libertado pelos bombardeamentos sobre Hong Kong. A treva engolira-a, embora soubesse que aquele pedaço de terra se encontrava mesmo à sua frente, como um dragão que se fingia adormecido mas na verdade espreitava o momento de atacar.

XXII

O solavanco surgiu com brusquidão, embora fosse esperado a qualquer momento. A sampana imobilizou-se de imediato, presumivelmente com a proa encalhada na areia de uma praia, e Artur escutou o som de um corpo a chapinhar na água; era o *Imortal* que saltara da embarcação e se assegurava de que ela estava firme e segura.

“Vamos!”, ordenou o governador, pulando igualmente da sampana. “Mas mantenham as armas travadas!”

A segunda sampana encalhou mesmo ao lado e todos os homens da brigada *Spitfire* se apearam sem perda de tempo. Não era fácil movimentarem-se às escuras, mas não havia possibilidade de ligarem as lanternas, dado o perigo de serem detetados pelos piratas a soldo dos japoneses. Assim sendo, avançaram pela praia com mil cautelas, guiando-se pelo som da respiração dos companheiros e pelos passos que o areal abafava.

Uma voz sussurrada rompeu o silêncio.

“*Kôî tei hai co tou leng iat pin*”, disse alguém em cantonense. “*Ngo tei iu wan cos ah tan hang co hôî.*”

Fora o *Imortal* que falara. O problema é que Artur não entendera as palavras e precisava de tradução.

“Quem aqui fala chinês?”

“Ele diz que os piratas estão do outro lado da ilha”, esclareceu o cabo Morais, que era macaense. “Diz que temos de dar a volta pela praia.”

“Às escuras?”

“É mais seguro.”

Não se tratava de uma perspectiva que Artur encarasse com entusiasmo. Se na escuridão completa não vislumbrava o que se passava um centímetro à sua frente, como diabo seria ele capaz de dar uma volta inteira à ilha?

“Isso não é possível nestas condições”, constatou. “Pode haver obstáculos ou penhascos que não vejamos e a coisa vai correr mal. Se calhar o melhor era regressarmos às sampanas e darmos a volta à ilha pela água. Parece-me mais seguro.”

O cabo Morais conversou com o *Imortal* e explicou as objeções do governador e a solução que ele apontava. Percebendo a pertinência do problema, o contrabandista regressou à sampana e momentos mais tarde voltou para junto do grupo. Falou mais uma vez em cantonense, dando novas instruções ao cabo Morais.

“O *Imortal* diz que conhece a ilha muito bem”, traduziu o operacional da PSP. “Só temos de caminhar atrás dele.”

“Mas como, se não o vemos?”

Em resposta, o contrabandista chinês abeirou-se de Artur e depositou-lhe nas mãos uma estrutura áspera que o governador percebeu tratar-se de uma corda, decerto o objeto que momentos antes o *Imortal* fora buscar à sampana.

“Ele vai à frente com a corda para desbravar o caminho e guiar-nos através da escuridão”, explicou o cabo Morais. “Quanto a nós, basta-nos segurar nela e segui-lo.”

Era uma solução engenhosa, pensou o governador, até porque o *Imortal* decerto conhecia bem o terreno que pisava. Sem perda de tempo, o plano foi passado à prática. O contrabandista atou a ponta da corda à cintura e os portugueses puseram-se atrás dele para seguirem em fila indiana e agarrados à corda. Depois de se certificarem de que todos estavam em posição, o *Imortal* deu um puxão, a indicar que ia avançar, e começou a caminhar pela praia invisível.

Uma luz trémula foi o primeiro sinal de presença humana na ilha de

Sa U Chong. Caminhavam havia uma hora pela noite, por vezes a tropeçar em pedras ou em árvores tombadas; a certa altura tiveram mesmo de dar a volta porque haviam chegado a uma zona em que a praia aparentemente desembocava numa floresta de rochedos. O problema foi resolvido porque o *Imortal* depressa encontrou o caminho certo, tendo o grupo retomado a progressão ao longo do perímetro da ilha, desta feita sem grandes incidentes.

O foco brilhante que aparecera ao longe mostrava que a caminhada pelas trevas chegara ao fim. A partir desse momento, as cautelas teriam de ser redobradas. O grupo deitou-se no chão e Artur pegou nos binóculos e assentou-os sobre a luz amarelada que parecia dançar a alguma distância, procurando identificar a sua origem.

“É uma fogueira.”

“Está alguém ao pé dela?”

O governador examinou o espaço em redor das labaredas, em especial os objetos sobre os quais o clarão luminoso projetava luzes e sombras, e tentou adivinhar-lhes as formas.

“Vejo duas... três... quatro pessoas sentadas perto da fogueira. E ali há... há... parece-me alguém que está deitado. Ou será um tronco?” Estabilizou melhor os binóculos e aguçou o olhar. “Daqui é difícil, mas há alguma coisa estendida ao lado das chamas, deve ser uma pessoa.”

“Portanto”, concluiu o capitão Ribeiro da Cunha, “temos ali quatro ou cinco piratas.”

“Pelo menos.”

“O senhor governador vê mais alguém?”

A resposta não foi dada de imediato. Artur continuou a estudar o espaço que a fogueira iluminava e apercebeu-se do que lhe pareceram várias estruturas triangulares plantadas um pouco para além do fogo, já na penumbra. Examinou-as com atenção redobrada para perceber o que estava realmente a ver.

“São tendas!”, constatou ao fim de alguns instantes. “Eles têm tendas montadas perto da fogueira!”

“Tendas? Não serão antes casotas?”

“São tendas”, confirmou o governador. “E quer-me cá parecer que se trata de tendas de campanha.”

A informação fez o grupo estremecer.

“O senhor governador acha que... que são japoneses?”

“As tendas são militares, disso não há dúvida. Pertencem provavelmente ao Exército Imperial. Mas aquelas figuras... não, não me parecem soldados fardados. Não distingo capacetes. Aliás, visto daqui dá-me a sensação de que são... sei lá, dir-se-iam cules.”

O *Imortal* murmurou qualquer coisa em cantonense, provavelmente a pedir que lhe explicassem o que o governador estava a dizer, e o cabo Morais traduziu. Depois de escutar as informações, o contrabandista voltou a falar e o homem da PSP verteu as suas palavras para português.

“O *Imortal* diz que são os homens do Wong Kong Kit”, explicou o cabo. “Pede para falarmos baixinho porque identificou uma sentinela aqui perto. Se ela nos ouve...”

“Uma sentinela? Onde?”

“Ali à esquerda. O senhor governador não está a ver aquela luzinha encarnada a brilhar?”

Artur concentrou ali a sua atenção e, tal como o homem da PSP dissera, lá estava de facto uma pequena luz vermelha a pontuar a treva, talvez a uns meros duzentos metros do ponto onde se encontravam. Praguejou em voz baixa. Como pudera uma coisa daquelas escapar-lhe? Virou os binóculos na direção do ponto luminoso e identificou-o.

“É um cigarro.”

“O *Imortal* diz que é a sentinela a fumar.”

O capitão Ribeiro da Cunha quebrou o seu mutismo.

“Morais, vai lá tratar dele.”

“Sim, meu capitão.”

Deitado de barriga sobre o areal, Artur sentiu um vulto erguer-se ao lado e percebeu que era o cabo Morais que avançava às escuras para o interior da ilha em direção à luz púrpura.

Havia já quinze minutos que o homem da PSP desaparecera na vegetação escura. A luz vermelha tinha-se apagado, criando a impressão de que a sentinela havia já sido neutralizada, mas um minuto depois reacendera-se no mesmo sítio. Pelos vistos a sentinela limitara-se a apagar um cigarro e a acender outro.

“Onde diabo está o tipo?”, murmurou Artur, roído de impaciência. “Ter-se-á perdido?”

“Pois, é estranho”, consentiu o capitão Ribeiro da Cunha. “O Moraes não costuma falhar.”

“Ele vai atacar a sentinela com quê? Espero que não tenha a infeliz ideia de se pôr aos tiros...”

“Tem uma faca.”

Ficaram mais um minuto em silêncio, na expectativa de que os acontecimentos evoluíssem e o cigarro por fim desaparecesse, sinal de que a sentinela caíra, mas a luz permanecia teimosamente acesa.

“Se o Moraes falhar e a sentinela der o alarme, teremos de avançar imediatamente. As tendas estão a uns quatrocentos metros, acho que chegaremos lá em dois ou três minutos.”

“A correr na escuridão, senhor governador?”

O chefe da brigada *Spitfire* tinha razão, percebeu Artur. Em condições de visibilidade nula seria uma fantasia esperar que chegassem ao alvo em tão pouco tempo. Isso significava que a operação estava inteiramente dependente da neutralização da sentinela. Poderiam, claro, ter optado por ignorar o guarda e avançar sem perda de tempo contra o acampamento, mas era demasiado tarde para pensarem nisso. Além do mais, a sentinela podia localizá-los antes de alcançarem as tendas. Mesmo que não os localizasse, poderia alvejá-los pelas costas quando o ataque comesçasse, o que significava que seriam apanhados entre dois fogos. Não, a decisão tática do capitão Ribeiro da Cunha fora correta. A sentinela tinha primeiro de ser neutralizada e só depois poderiam lançar o assalto.

“Já está!”

A voz do cabo Moraes sobressaltou-os. O homem acabara de

regressar. Artur atirou o olhar admirado para a luz vermelha e constatou que ela permanecia acesa.

“Então e a sentinela?”

Sentiu o corpo do operacional aninhar-se ao seu lado.

“Já a neutralizei.”

“Mas o cigarro continua aceso...”

“Acendi um segundo cigarro e pu-lo na boca do cadáver, senhor governador. Foi para que os capangas não se apercebessem de nada. O caminho está livre.”

Era tudo o que precisavam de saber. Agarrado à *Mauser Vergueiro*, o governador levantou-se e os homens imitaram-no. Depois de uma derradeira verificação das armas, e em obediência ao plano previamente estabelecido, o grupo separou-se em dois, um chefiado por Artur e o outro pelo capitão Ribeiro da Cunha, e ambos começaram a avançar pela escuridão em direção à fogueira como se ela fosse um farol que os guiasse no caminho.

O assalto ia começar.

XXIII

A aproximação fora rodeada de tantas cautelas que levou meia hora a processar-se, mas por fim os homens assumiram as suas posições na orla do acampamento de Wong Kong Kit e esperaram a ordem para disparar. O número de piratas sentados ou deitados à volta da fogueira era afinal de sete. Teriam de ser os primeiros alvos, mas ninguém duvidava de que havia muito mais gente dentro das quatro tendas de campanha erguidas para lá do lume.

“Ó Moraes, o que acha você?”, perguntou Artur. “Quantas pessoas estão naquelas tendas?”

“Uma dezena em cada uma, senhor governador. Isso dá uns quarenta piratas, além destes que se encontram junto à fogueira.”

O chefe do governo colonial esboçou um esgar cético.

“Tanta gente, Moraes? Olhe que estas tendas só têm capacidade para seis pessoas...”

“Sim, mas estamos a falar de chineses, senhor governador. Eles estão habituados a dormir muito apertados uns contra os outros. Vá por mim, há uns dez em cada tenda.”

Artur mordeu o lábio inferior. A força de assalto era composta pelos oito operacionais da brigada *Spitfire*, mais o *Imortal* e ele próprio. Como metade se separara noutro grupo, o do capitão Ribeiro da Cunha, consigo estavam apenas quatro homens. A desproporção de forças era de facto enorme.

As suas únicas vantagens, percebeu, radicavam no fator surpresa e nas

três metralhadoras *Lewis*. As grandes desvantagens, além da enorme inferioridade numérica, diziam respeito ao desconhecimento da real dimensão e valor da força opositora e à ignorância das suas posições exatas e de todo o espaço envolvente. É certo que os piratas deveriam estar todos nas tendas, mas nada lhe garantia que não havia mais noutros pontos da ilha, perto ou longe. Além disso, sabia ser fundamental determinar o paradeiro de duas pessoas.

“Onde acha que estarão eles, Morais?”

“Os piratas estão aqui, senhor governador.”

“Estou a referir-me ao Wong Kong Kit e à concubina do coronel Sawa...”

Era uma boa pergunta. Tal como o governador, o cabo esquadrinhou com os olhos o acampamento, em busca de indicações que lhe permitissem identificar o local, ou locais, onde os seus alvos se encontravam, mas a verdade é que não viu maneira de apurar essa informação. Os dois poderiam estar em qualquer tenda, ou até em nenhuma. Como descobrir?

O homem da PSP murmurou qualquer coisa em cantonense, com certeza a pergunta que o chefe do governo colonial acabara de lhe fazer, e o *Imortal*, após um curto silêncio para também ele estudar o acampamento em busca de ambos os alvos, deu-lhe a resposta.

“Ele pensa que os dois se encontram na tenda mais próxima, senhor governador.”

A atenção de Artur fixou-se na tenda indicada, situada uns vinte metros para lá da fogueira.

“Esta aqui? Porquê?”

“Porque tem uma sentinela.”

A princípio o governador não percebeu a quem se estavam o *Imortal* e o cabo Morais a referir, mas depois de examinar melhor a entrada da tenda percebeu que havia realmente um vulto sentado de cócoras, com uma espingarda encostada à lona atrás dele. Embora com ar sonolento, o homem parecia de facto de plantão. Se o chefe dos piratas chineses considerava necessária uma sentinela para guardar o acesso àquela

tenda em particular, isso só poderia significar que algo, ou alguém importante, precisava de vigilância. Lian-hua, sendo prisioneira, teria forçosamente de ser vigiada, o que fazia da tenda o local onde com maior probabilidade ela se encontrava. O próprio Wong Kong Kit requeria segurança, pelo que também era possível que fosse ele quem ali estava.

“Como sabem vocês que o Wong e a concubina estão os dois ao mesmo tempo naquela tenda?”

“Não sabemos”, devolveu o cabo Moraes. “Mas se o senhor governador reparar bem é a tenda mais bem posicionada do acampamento. O Wong escolheu-la de certeza para si.”

“Pois sim, mas a concubina pode estar noutro sítio...”

“As outras tendas, se vossa excelência reparar bem, não dispõem de sentinela. Portanto, e sendo ela uma prisioneira, tem também de estar nesta. Não vejo outra possibilidade.”

O raciocínio fazia sentido. Mas, se Lian-hua partilhava aquela tenda com o Wong Kong Kit, não lhe parecia provável que houvesse muita gente no interior do espaço; o chefe dos piratas decerto não teria muitos homens a dormir consigo. A ideia não lhe agradou, uma vez que significava que a sua amante poderia estar a passar as noites sozinha com o *gangster* chinês, com todas as consequências que daí advinham, mas essa era a realidade com que se confrontava.

Havia, para compensar, uma vantagem a considerar. Se não estivesse muita gente naquela tenda, não tinha de se preocupar com os seus ocupantes enquanto ameaça. A ser assim, as suas preocupações incidiriam antes na necessidade de não se abrir fogo sobre aquele local, justamente para que não se corresse o risco de atingir Lian-hua. Seria bom avisar o grupo do capitão Ribeiro da Cunha, mas não tinha modo de o fazer. Paciência. O risco de a perder fazia parte da missão, desde o princípio que o sabia, e teria de o correr.

“Muito bem”, disse em jeito de conclusão, ajeitando a *Mauser Vergueiro*. “Estão preparados?”

O cabo Moraes verificou com os companheiros, incluindo o *Imortal*,

antes de responder.

“Sim, senhor governador.”

“Vou deitar abaixo a sentinela da tenda”, explicou Artur. “Cada um de vocês escolha o seu alvo na fogueira. Abram fogo depois do meu primeiro tiro. A seguir avançamos para a segunda tenda, mas que ninguém dispare para esta mais próxima, ouviram? Só com ordens minhas.”

O operacional da PSP traduziu as instruções e todos os homens apontaram as armas e selecionaram os seus alvos. Das três *Lewis* da brigada *Spitfire*, duas estavam com aquele grupo, uma vez que se tratava da força de choque e por isso precisava de maior poder de fogo. O cabo Moraes manejava uma das metralhadoras e a outra encontrava-se nas mãos de um segundo polícia, um português de Xangai chamado Cortiço. As miras ficaram trancadas em cada alvo, à espera do tiro inicial para começarem a vomitar fogo.

“Quando quiser, senhor governador.”

A sentinela da tenda permanecia absolutamente imóvel, o que fazia dela um alvo perfeito. Artur sabia que nenhum tiro seria mais certo do que o primeiro, uma vez que depois toda a gente entraria em movimento e seria mais difícil alvejar os piratas. Não podia errar a salva inaugural. Fixou a mira no chinês meio adormecido e, com o coração a ribombar-lhe no peito, encostou o indicador ao gatilho. Respirou fundo, certificou-se de que a mira permanecia em cima da sentinela e premiu o gatilho.

O estrondo do disparo foi seguido pelo coice da *Mauser* e por um súbito trovejar em seu redor. Guiados por este primeiro tiro, todos os homens do seu grupo abriram fogo. As *Lewis* ladravam em rajadas rápidas. A sentinela da tenda caíra para trás e tentava levantar-se, pelo que voltou a disparar sobre ela; o homem ficou enfim quieto. Olhou para o que se passava na zona da fogueira e viu repuxos sucessivos de areia a levantarem-se do chão; eram os impactos das balas que choviam sobre os chineses. Em alguns segundos todos os piratas ficaram estendidos, uns ainda a mexerem-se apesar de baleados, outros já

totalmente imóveis.

A primeira fase, constatou, estava terminada.

“Ao assalto!”

Num movimento sincronizado, os homens levantaram-se e lançaram-se em frente, buscando novos alvos. Um dos operacionais da brigada *Spitfire*, armado igualmente com uma *Mauser Vergueiro*, correu para a fogueira e, sempre em movimento e enquanto os companheiros seguiam em frente, despejou um tiro na cabeça de cada um dos piratas que ainda se mexiam, de modo a garantir que o grupo de assalto não seria alvejado pelas costas.

“Limpo!”

Cumprindo sempre o plano previamente estabelecido, Artur indicou aos homens a segunda tenda, onde já se notava alguma atividade; as luzes acenderam-se e um chinês assomara mesmo à abertura para perceber o que se passava no exterior.

“Atirem!”

Os quatro homens do seu grupo descarregaram as *Lewis* e as *Mausers* sobre essa segunda tenda, varrendo-a da direita para a esquerda e de cima para baixo antes que o inimigo saísse e se espalhasse pelo terreno em redor, o que complicaria seriamente as coisas.

“E a primeira tenda, senhor governador?”

Artur ajoelhou-se em posição de tiro e apontou a espingarda para a entrada da tenda onde suspeitava que se encontrava Lian-hua.

“Eu fico com ela. Prossigam.”

Desencadeou-se entretanto um alvoroço frenético nas outras duas tendas, de onde os piratas começaram a jorrar aos gritos, tentando organizar-se perante o ataque inesperado. Pelo seu posicionamento, estas tendas encontravam-se um pouco para lá do tiro eficaz do grupo de assalto encabeçado pelo chefe do governo colonial, mas essa possibilidade estava prevista, pelo que, logo que os homens de Wong Kong Kit se prepararam para começar a abrir fogo contra os atacantes, foram varejados por um novo foco de ataque que os apanhou de surpresa pelas costas.

“É o capitão Ribeiro da Cunha!”, constatou o cabo Moraes, aliviado com a entrada em ação do segundo grupo e com os efeitos que a abertura de uma segunda frente de ataque produzia no inimigo. “Temos de aproveitar! Fogo à vontade!”

Os homens do primeiro grupo avançaram de imediato para estas duas tendas e os seus defensores viram-se assim apanhados entre o fogo cruzado. Desencadeou-se o caos e o pânico entre os piratas; a confusão e a desorientação tornaram-se completas. Os chineses não percebiam quem eram os atacantes, quantos eram nem onde estavam. A única coisa que constataavam era que os disparos contra eles, nutridos e certos, pareciam vir de toda a parte.

Com a atenção ainda centrada na primeira tenda, Artur vislumbrou sinais de agitação no interior, incluindo luzes que se acendiam. Esperou um momento enquanto os companheiros avançavam para as outras tendas, na expectativa de que alguém saísse do espaço que estava a cobrir, mas isso não aconteceu. Começou até a suspeitar que, se Wong Kong Kit ali se encontrava, poderia tentar fugir pela parte de trás para evitar uma emboscada na porta. Só havia uma coisa a fazer.

Teria de avançar.

Sempre com a *Mauser* apontada, correu para a entrada da tenda e encostou-se à lona. Ouviu barulhos e vozes no interior. Confirmava-se que estava ali gente. Respirou fundo, ganhando coragem para o avanço final.

“Um... dois... três!”

Atirou-se pela ranhura que servia de porta para o interior. Deparou-se com quatro pessoas e a partir daí tudo se passou muito depressa mas ao mesmo tempo incrivelmente devagar, quase como se se estivesse a movimentar na água.

“*Siu sam!*”, gritou um dos piratas, apercebendo-se da entrada do intruso. “Cuidado!”

Vendo os homens voltarem as armas contra ele, Artur premiu o gatilho e abateu um deles antes de se atirar ao chão para ganhar tempo e recarregar a arma. Os piratas abriram fogo contra o atacante, mas o

mergulho salvou-o. Já com a *Mauser* recarregada, disparou do chão para um segundo alvo e este caiu para trás. Rolou de novo para ganhar mais tempo e poder recarregar a espingarda. Uma saraivada de balas, todavia, abateu-se sobre ele como chuva de aço e sentiu uma dor lancinante rasgar-lhe o ombro esquerdo.

“Agh!”

Tinha sido atingido. Sentindo-se confuso, tentou reorientar-se no chão e procurar um novo alvo, o do homem que disparava contra ele, mas constatou que largara a arma no momento em que fora alvejado. Desarmado e à mercê do inimigo, estava perdido. Levantou os olhos e viu um chinês com feições familiares apontar-lhe uma pistola à cabeça. Tratava-se, reconheceu-o das fotografias, do próprio Wong Kong Kit. O homem de mão dos japoneses também o identificou, pois vacilou um instante quando lhe fixou o rosto.

“*Wah!*”, exclamou, atônito. “O governador!”

O olhar espantado de Wong Kong Kit deu esperanças a Artur. O chefe do governo de Macau era um refém demasiado importante para se eliminar com um simples tiro na cabeça. De certeza que o *gangster* chinês, tendo-o reconhecido, o pouparia para o usar mais tarde como moeda de troca. Isso deu-lhe esperança. Com o ombro esquerdo a latejar, o português levantou o braço direito e fez um sinal de rendição.

“*Ciu ciu man man*”, disse, recorrendo a uma das poucas expressões em cantonense que conhecia. “Calma.”

Vencida a hesitação, contudo, o chefe dos piratas voltou a apontar-lhe o cano da pistola à testa.

“*Bye-bye!*”, despediu-se em inglês com um sorriso trocista. “Adeus!”

Determinado a matar o português, Wong Kong Kit premiu o gatilho. Nesse mesmo instante, porém, e vindo não se percebia de onde, um vulto escarlate caiu sobre ele e absorveu o tiro. Desequilibrando-se com o impacto, o pirata tombou para trás e Artur, aliviado e horrorizado, reconheceu a pessoa que acabara de o salvar.

Lian-hua.

A rapariga protegera-o com o corpo e fora por isso baleada à

queima-roupa. Cego pela fúria e pelo medo, o português deu um salto, ignorando a dor que lhe dilacerava o ombro, e atirou-se ao pirata, esmurrando-lhe repetidamente o nariz e, quando este estava já transformado numa massa disforme e ensanguentada, agarrando-o pelos cabelos e batendo-lhe violentamente com a cabeça no chão até o deixar inconsciente.

Sentia-se exausto quando acabou a luta. O coração ribombava, os pulmões ardiam-lhe, o corpo doía-lhe e a ferida no ombro dava-lhe pontadas insuportáveis, como se mil agulhas o espetassem. No limite das forças e da capacidade de resistência, fechou as pálpebras e deixou-se escorregar suavemente para a doce inconsciência.

“Hmm...”

O gemido da rapariga despertou-o da letargia e deu-lhe energia renovada. Precisava de se levantar. Se não o fizesse por ele próprio, raciocinou, que o fizesse por ela. Não tinha o direito de desistir. Não fora Lian-hua que dera o corpo às balas para o salvar? Não a podia abandonar. Indo buscar as derradeiras energias ao fundo de si mesmo, Artur abriu os olhos e arrastou-se para junto do corpo deitado a dois metros dele; a rapariga estava de bruços, os longos cabelos negros espalhados no chão e a figura envolta num *chi pao* vermelho com um dragão bordado a ouro.

Abanou-a.

“Lian-hua?”

A chinesa respondeu com um novo gemido.

“Aaah...”

Ao menos estava viva, considerou, agarrando-se ao menor dos sinais positivos para manter a esperança. Rastejou em torno dela e espreitou-lhe o corpo. A cor púrpura do *chi pao* camuflava o sangue, mas não havia dúvida de que fora ferida.

“Consegues ouvir-me?”

Afastou-lhe o cabelo da cara e descobriu-a de olhos abertos. Quando o reconheceu, e apesar da dor, a rapariga esboçou um leve sorriso e disse-lhe olá em mandarim.

“*Ni hao*, Artur...”

XXIV

No momento em que a voz carregada de estática começou a jorrar do aparelho de rádio instalado na longa mesa da sala azul, no primeiro andar do Palácio da Praia Grande, os comensais interromperam os movimentos e deixaram os talheres e a respiração em suspenso.

“... sofrimentos que a nossa nação vai ser sujeita a partir de agora serão certamente enormes”, disse o locutor da Voz da América, traduzindo em direto as palavras do imperador Hirohito que a rádio japonesa nesse momento emitia em onda curta. “Estamos profundamente conscientes dos sentimentos de todos vós, nossos fiéis súbditos. No entanto, é segundo os ditames do tempo e do destino que resolvemos abrir o caminho à grande paz para todas as gerações que aí virão e suportar o insuportável e sofrer o insofrível.”

Instalado à cabeceira da mesa com o braço esquerdo ainda engessado, o governador arregalou os olhos no momento em que absorveu estas últimas palavras.

“Sou eu que estou a sonhar ou ele... ou ele acabou de anunciar que o Japão se rende?”

Após um primeiro silêncio de choque, enquanto os presentes digeriam a notícia, um clamor ergueu-se da mesa. Toda a gente se pôs a festejar o anúncio do imperador japonês. Jorge Lobo agarrou-se a Nadezhda e beijou-a, o cônsul Reeves exibia um sorriso tão largo que parecia infantil e os restantes convidados para o almoço começaram a dar saltos de contentamento ou a abraçar os cônjuges ou os outros convidados.

“A guerra acabou!”, gritava alguém, eufórico. “A guerra acabou!”

“Hip hip hip... hurra!”

No meio de toda aquela alegria, Lian-hua soltou um gemido.

“Ai!”

Sentado ao lado dela, Artur inclinou-se, preocupado.

“O que foi?”

O esgar de dor da chinesa misturou-se com um sorriso.

“É a anca”, disse, referindo-se ao ferimento que sofrera quando fora resgatada. “Dei um salto na cadeira para festejar e... e doeu-me!”

“Então é melhor ficares quietinha, minha tonta”, recomendou-lhe o português. “Seria estúpido que, tendo sobrevivido à guerra, acabasses morta pela paz!”

Quase como se fosse ele próprio o anfitrião, até porque este se encontrava parcialmente incapacitado pelo ferimento no ombro, o diretor dos Serviços de Economia e Finanças levantou-se e foi buscar uma garrafa ao bar.

“Vinho do Porto para todos!”, exclamou. “Andei uma guerra inteira a emborrachar os japoneses, mas agora chegou a hora de apanharmos nós uma piela!”

Todos os copos foram regados com o vinho e, quando os convivas os erguiam para um brinde à paz, começaram a soar estampidos sucessivos no exterior. Assustaram-se por momentos, chegaram a pensar que os militares japoneses haviam desatado aos tiros, mas depressa tudo se esclareceu; eram os chineses que faziam rebentar panchões e foguetes para festejarem, eles também, o fim da guerra.

O gongo e o tambor pontuavam o ritmo da dança, mas era o som metálico dos pratos que atingia os nervos do governador. Detestava aquele espetáculo por causa do barulho, mas as suas funções institucionais obrigavam-no a manter-se estoicamente no lugar enquanto observava o grande leão amarelo aos saltos diante dele, em plena praça do Leal Senado.

O presidente da Associação dos Comerciantes Chineses, um dos

líderes da comunidade chinesa, inclinou-se para ele.

“Está a gostar, excelência?”

“Muito, senhor Ho Yu”, mentiu. “É... é muito alegre.”

Em boa verdade, o que considerava realmente desagradável naquele espetáculo era a cacofonia dos pratos, do gongo e do tambor. Já a dança do leão em si lhe parecia interessante, apesar de algo repetitiva. O leão, amarelo e vermelho, era na verdade um trajo manejado por dois dançarinos ágeis e soberbamente coordenados, um a operar a cabeça e as mandíbulas do disfarce, o outro a ocupar-se da traseira; as pernas de ambos, inquietas, faziam de patas do animal.

“*Wah!*”, espantavam-se alguns espectadores, maravilhados com os malabarismos dos dançarinos.

“*Ayah!*”, exclamavam outros, deliciados com as mesmas proezas.

Uma multidão aglomerara-se na praça do Leal Senado para assistir às celebrações do fim da guerra que a dança do leão iniciava. Na sua qualidade de chefe do governo colonial, Artur havia decretado dois dias de feriado para os funcionários públicos, mas os próprios comerciantes chineses, que detestavam encerrar os seus estabelecimentos um dia que fosse, haviam anunciado o fecho das portas das lojas durante três dias para celebrar o fim da guerra e a vitória da China sobre o Japão.

Quando a dança do leão terminou, a polícia estabeleceu um cordão na Avenida Almeida Ribeiro em preparação para o grande desfile diante do Leal Senado. Um mar de gente enchia o centro da cidade; do pódio reservado às entidades oficiais viu tantas e tantas cabeças que presumiu que estivessem por ali umas cem mil pessoas. A PSP interveio e abriu um corredor a meio da rua. Iriam desfilar as várias associações e forças vivas da cidade, além dos grupos de refugiados, mas quem abriria o cortejo seriam as crianças de várias escolas chinesas e do liceu português.

Não havia meio de o desfile começar; os alunos estavam ainda a chegar e os procedimentos pareciam atrasados. Aproveitando o compasso de espera e uma certa informalidade na zona onde se

concentravam as mais altas individualidades da colônia, um perímetro delimitado por cordões vermelhos diante da porta do Leal Senado, o cônsul Reeves quebrou o protocolo e abeirou-se de Artur.

“Como está o seu braço, senhor governador?”

“Melhor, senhor cônsul. Melhor.”

“*Jolly good!*”, exclamou o diplomata britânico com satisfação. “Naturalmente que espero que o bandido que feriu vossa excelência seja entregue às autoridades de Hong Kong para que se submeta ao devido processo de justiça. O major Cain, do Intelligence Service, contactou-me aliás a esse propósito. Parece que o *darn bastard* cometeu muitos crimes contra os súbditos de sua majestade e terá de pagar por eles.”

“Quem? O Wong Kong Kit?”, devolveu o português. “Primeiro terá de responder pelos crimes que cometeu aqui em Macau, senhor cônsul. Só depois o poderemos entregar à vossa justiça.”

“*I see*”, compreendeu Reeves. “Se não é indiscrição, senhor governador, onde está ele neste momento?”

“Encontra-se detido na esquadra da nossa brigada *Spitfire*. Porquê?”

“Gostaria de saber se já começou a dar com a língua nos dentes. O Intelligence Service faz muita questão de o ouvir. O major Cain diz que esse homem é uma verdadeira mina de informações, *I daresay*.”

Então era para isso que os britânicos o queriam, percebeu Artur. Para obter informações.

“Para dizer a verdade, o Wong Kong Kit pediu para não ser interrogado. Nós decidimos fazer-lhe a vontade.”

O diplomata britânico alçou uma sobrancelha, espantado com a novidade.

“Oh?”

“Em troca disso, propôs-se escrever um relatório sobre as suas atividades de pirataria e de colaboração com o Kempeitai. Ao que me disseram já deitou mãos à obra e o relatório pelos vistos até tem nome. Chamou-lhe *Despedida de Vida*. Ao que parece, inclui uma canção composta por ele próprio.”

“Ah, um artista...”

Artur forçou um sorriso.

“A vida tem destas surpresas.”

O cônsul Reeves fitou as crianças chinesas com farda escolar que se alinhavam no início da Almeida Ribeiro, entre o edifício do BNU e o Hotel Riviera, prestes a iniciarem o desfile da vitória.

“E o chefe dele, senhor governador? Onde está esse *good old fellow*, o coronel Sawa?”

“Isso gostava eu de saber, senhor cônsul. Depois de termos entrado em casa dele à procura de Lian-hua, não voltou a ser visto. Diz-se que anda em fuga pela China, mas... quem sabe?”

“*Pity*”, murmurou. “Que pena.”

“Pois é. Bem gostaria de lhe deitar a unha. O que esse animal fez aqui em Macau, do cerco que levou milhares de pessoas a morrerem de fome ao miserável assassinato do cônsul Fukui, não tem perdão.”

A referência ao diplomata japonês remeteu-os momentaneamente ao silêncio. Apesar de ter sido um antimilitarista convicto, Fukui teria decerto vivido estes dias com profunda tristeza. Morrera no mesmo dia em que a primeira bomba atômica fora lançada sobre Hiroxima e três dias antes da segunda bomba atômica, sobre Nagasáqui, onde se refugiara a mulher com os filhos, poupando-o assim a esse terrível choque. Nenhum homem sobreviveria com a sanidade mental intacta à notícia da obliteração de toda a sua família.

O cônsul Reeves sentiu que o seu interlocutor ficara abatido com a referência a Fukui.

“Tenho uma novidade para lhe dar”, disse, mudando de tema. “Vou ser transferido para Roma.”

“A sério?”

“É uma promoção. No fim de contas, o meu consulado teve hasteada a única bandeira inglesa em todo o Extremo Oriente durante esta guerra.”

“Parabéns, meu caro.”

“Obrigado, senhor governador.”

Artur olhou para o diplomata britânico de uma forma enigmática.

“Olhe que vou ter um pedido especial para lhe fazer.”

“O que vossa excelência quiser.”

“A seu tempo falaremos.”

A multidão agitava-se e os dois homens passaram os olhos por aquela massa de gente.

“*I say*”, disse o cônsul Reeves. “Vocês têm aqui na vossa colônia mais de um milhão de pessoas...”

“Incrível, não é? Ao longo da guerra fomos a cidade com mais habitantes de todo o império português. Sabe qual é a população de Lisboa? Umas seiscentas mil almas. Pois nós aqui albergamos muito mais do que isso. Creio até que Macau é o território com maior densidade populacional em todo o mundo.”

“Impressionante!”, exclamou o britânico. “E o que irá acontecer a estes refugiados todos que se concentraram por cá?”

“A maioria vai regressar a casa, claro. Aliás, os chineses já começaram a fazê-lo. Basta ir à Porta do Cerco e ver as filas de gente que volta para a China. Quanto aos portugueses de Xangai, sei que uns planeiam ir para a Austrália, outros para o Canadá, para o Brasil e para os Estados Unidos. Já os de Hong Kong deverão regressar às suas casas logo que possam. Presumo que estejam à espera de indicações da sua parte.”

“São nove mil, não os podemos levar de uma vez”, esclareceu o cônsul Reeves. “Temos de nos reorganizar, não é verdade? Mas fique descansado, senhor governador, pois já comecei a fazer a seleção dos que irão à frente. A prioridade, como decerto compreenderá, vai para os portugueses que trabalhavam na administração pública de Hong Kong. Aliás, virá esta semana a Macau o *HMS Parret* com a missão de levar já um primeiro grupo. Iremos começar pelas mulheres.”

“Ai sim?”, exclamou o governador com um trejeito de aprovação, impressionado com o gesto. “Vocês começam pelas mulheres? Isso é um gesto muito galante e cavalheiresco da vossa parte, sim senhor.”

O diplomata britânico tossiu de embaraço.

“Bem... uh... o problema é que a nossa administração colonial está a recompor-se e precisamos com urgência de datilógrafas. As portuguesas

têm fama de ser as melhores que existiam em Hong Kong e é por isso que... uh... que elas têm prioridade.”

Nada havia ali de cavalheiresco.

“Ah.”

“Estamos numa verdadeira corrida contra o tempo”, apressou-se Reeves a acrescentar. “Parece que o presidente Roosevelt teve a imprudência de prometer aos chineses que o fim da guerra traria o regresso de Hong Kong à soberania chinesa. Um disparate, claro, mas pelos vistos Chiang Kai-shek está a contar com isso. É por isso que temos de nos despachar. O secretário Gibson abandonou o campo de prisioneiros e declarou-se governador interino de Hong Kong justamente para se antecipar a qualquer ação dos chineses. Além disso, o contra-almirante *Sir Cecil Harcourt* segue no cruzador *HMS Swiftsure* a todo o vapor a caminho de Hong Kong para formalizar o restabelecimento da nossa soberania o mais depressa possível.” Voltou-se para o interlocutor. “E vossa excelência? Não está preocupado com os desígnios chineses sobre Macau? Parece que uma sondagem agora feita em Cantão mostra que setenta por cento da população defende que se tome Macau pela força...”

O governador fez com a mão um gesto indefinido no ar.

“Oh, quanta água vai correr ainda por baixo das pontes...”, declarou. “Um diplomata chinês contactou a nossa legação em Bruxelas e disse que, sendo a China um dos países que passarão a dirigir o mundo, não pode tolerar parcelas do seu território governadas por estrangeiros. Mas não me parece que as coisas sejam assim tão simples. A China pensa que a paz chegou? A paz não passa de uma ilusão. Acabada a guerra com os japoneses, regressa a guerra entre os chineses. Kuomintang contra comunistas outra vez. Enquanto eles andarem assim, meu caro cônsul, as nossas duas colónias podem dormir descansadas...”

Ia acrescentar algo mais, mas os clarins soaram e as crianças começaram a desfilar, o que os obrigou a calarem-se. Mesmo que a rendição japonesa não trouxesse o verdadeiro fim da guerra na China, o melhor que tinham a fazer era saborear o momento.

XXV

Os velhotes chineses que se distraíam com uma partida de *mahjong* nas amuradas do jardim, limpando as unhas dos pés ou escarrando ocasionalmente para o lado, suspenderam o jogo no momento em que o casal passou por eles. A visão deixou-os chocados e, logo que se restabeleceram da surpresa, puseram-se de imediato a trocar sussurros. Como era possível que o governador português andasse a pavonear-se daquela maneira à vista de todos, passeando de mão dada com a sua amante chinesa? Teriam os demónios brancos perdido todo o sentido do decoro?

“Sinto-me observada”, murmurou Lian-hua, desconfortável com os olhares e o bichanar mexeriqueiro que adivinhava em redor dela. “Acho que estamos a provocar um pequeno escândalo...”

Artur sorriu.

“Não lighes, minha flor. Em breve se habituarão.”

O caminho pelo jardim cortava pela vegetação e subia até uma clareira dominada por enormes estruturas de pedra. Entre elas havia uma espécie de ranhura, ocupada pelo busto de um homem com um texto inscrito em português na base.

“Para onde me levas?”

Detiveram-se diante das pedras e o governador fez um gesto a indicar a estátua.

“Isto é a gruta de Camões”, disse. “O nosso maior poeta.”

“Melhor do que Bai Juyi?”

“Bem... é difícil comparar poetas de línguas diferentes. A arte da poesia está também nas palavras, não é verdade? Certas sonoridades funcionam bem na língua em que os versos foram escritos, até por causa das rimas, mas noutra já não resultam.”

A chinesa abeirou-se da estrutura e fixou os olhos azuis no busto. Centrou a atenção nos versos esculpidos na base e acariciou as letras com a ponta dos dedos. A poesia era a arte maior da literatura chinesa, maior do que a prosa. A informação de que estava diante do maior poeta português encheu-a de respeito. Contornou a estátua, estudando a fisionomia de Camões nos seus vários ângulos, e ao voltar ao ponto de partida inspecionou mais uma vez os poemas que não compreendia.

“Não está traduzido em chinês?”

“Vou arranjar-te um exemplar, fica descansada.”

Com um suspiro langoroso, Lian-hua abandonou a estrutura da gruta de Camões, embora em bom rigor não houvesse ali nenhuma gruta mas apenas um conjunto de pedras, e voltou a dar a mão ao seu português.

“Este poeta... porque está aqui? Veio a Macau?”

“Conta-se que sim. Terá sido dos primeiros portugueses a chegar cá, aí no século xvi. Mas não há certezas.”

A chinesa derramou um último olhar sobre a estátua, como se dela se despedisse, e ambos abandonaram os rochedos e retomaram o caminho por onde tinham vindo.

“Sabias que no Cineteatro Victória vão passar imagens da rendição dos japoneses?”, perguntou ela, centrando-se no que realmente lhe interessava. “*Ayah!* Gostava tanto de ver! O problema é que aqueles ladrões estão a pedir duas patacas por cada bilhete no balcão, vê lá tu...”

Como em resposta, Artur retirou do bolso dois pequenos retângulos e exibiu-os.

“Já os tenho aqui.”

A rapariga soltou um gritinho e abraçou-o, mas a inesperada aproximação do capitão Tavares forçou-os a desprenderem-se. O ajudante de campo tinha ordens estritas para os deixar em paz, pelo que

o seu aparecimento era sinal de que havia problemas.

“Senhor governador!”, chamou o oficial, esbaforido. “Acabou de chegar um estafeta. Parece que há meia hora passaram pela Porta do Cerco dezenas de soldados chineses fardados e armados!”

O chefe do governo colonial abriu a boca, estupefacto com a novidade.

“O quê?”

“O doutor Lobo foi ter com eles”, acrescentou o capitão Tavares. “Pede que vossa excelência recolha imediatamente ao Palácio da Praia Grande. O doutor vai parlamentar com os chineses e acha que vossa excelência se deve resguardar nesta fase, para que não haja perda de face. Se a coisa correr mal, solicitará a sua intervenção.”

O primeiro instinto de Artur foi dirigir-se imediatamente ao local onde se encontrava a força chinesa e enfrentá-la sem delongas, mas conteve-se. Com o seu profundo conhecimento da psicologia oriental, Lobo era de facto a pessoa certa para conduzir o processo. De resto, o seu homem de confiança tinha razão. A posição do governador tinha de ser salvaguardada a todo o custo e só faria sentido que interviesse se não houvesse alternativas.

Preocupado, fez um gesto a Lian-hua a indicar-lhe que o passeio havia terminado; apesar do curto intervalo, a governação voltara a impor-se com os seus mil problemas.

“Vamos embora.”

Uma algazarra infernal animava o átrio do Grande Hotel no momento em que Jorge Lobo franqueou a entrada do estabelecimento, situado mesmo no final da Avenida Almeida Ribeiro, com a missão de pôr fim à inusitada expedição chinesa. Viu oficiais do Kuomintang gritarem ordens de um lado para o outro e dezenas de clientes, todos eles chineses, deitados no chão diante da receção com as espingardas apontadas à cabeça, alguns a chorarem e outros a orarem em silêncio, quase todos convencidos de que viviam os seus derradeiros momentos.

Com a baioneta atarraxada ao cano da espingarda, um soldado do

Kuomintang atravessou-se-lhe no caminho e impediu-o de avançar.

“*Tingzhi!*”

Embora não entendesse mandarim, não era difícil perceber que o homem o mandara parar.

“*Anyone speaks English?*”, perguntou em voz alta, dirigindo-se aos oficiais chineses. “Alguém fala inglês?”

Os oficiais viraram-se para a zona do bar e gritaram algumas palavras incompreensíveis, evidentemente sempre em mandarim. Parecia claro que aquelas tropas não tinham vindo de Cantão, como seria de esperar, mas de qualquer outra parte da China; talvez de Chungking, a capital escolhida por Chiang Kai-shek após a queda de Nanquim.

Um chinês de fato e gravata que estava sentado no bar, decerto um alto quadro civil, apeou-se e foi ter com eles. Os oficiais indicaram-lhe o recém-chegado e o chinês engravatado abeirou-se dele com uma expressão inquisitiva.

“*Can I help you?*”, perguntou. “Posso ajudá-lo?”

O civil chinês era um homem magro e exibia uma longa cicatriz na face esquerda; tinha um semblante impenetrável, embora uma névoa lhe ensombrasse o olhar. Lobo sentiu-se inquieto. Como lidar com uma pessoa cujas feições não conseguia ler? Talvez fosse melhor começar com a velha tática que tão bons resultados dera com os japoneses. Nas mãos do governante português materializou-se assim a garrafa que trouxera preventivamente para a ocasião.

“O meu nome é Jorge Lobo, membro do governo de Macau, e vim aqui para vos dar as boas-vindas”, anunciou, estendendo o presente ao interlocutor. “Trouxe-lhe um delicioso vinho português, chamado vinho do Porto, num gesto de amizade e boa vontade.”

O chinês aceitou a garrafa, mas manteve o semblante opaco.

“Chamo-me Yang Bang e fui enviado pelo Kuomintang em missão militar”, apresentou-se. “Em nome da 159.^a Divisão do nosso glorioso exército, agradeço a sua oferta.”

Falou num tom conclusivo, como quem dizia olá e adeus, mas Lobo era demasiado astuto e determinado para se deixar despachar daquela

maneira. Indicou com um gesto os soldados que apontavam as espingardas aos civis chineses deitados no chão.

“Poderá porventura esclarecer-me quanto ao que se passa aqui?”

Yang Bang olhou-o de alto a baixo.

“Não é da sua competência.”

“Peço desculpa, mas sou membro do governo de Macau e tenho o dever de saber o que está a acontecer no território sob a nossa jurisdição e de fazer respeitar a lei que nos rege.”

“Macau é um território chinês.”

“Nesse caso agradecia que me informasse onde está a proclamação correspondente”, retorquiu. “Não acredito que o glorioso exército chinês proceda a intervenções militares unilaterais sem ao menos tentar um acordo político com as autoridades portuguesas. Isso seria fazer-nos perder a face.”

O quadro do Kuomintang vacilou; aquele argumento era dos que a sua alma de oriental compreendia bem. Além disso, e apesar dos desígnios da China em relação a Macau e a Hong Kong, o facto é que nenhuma decisão política havia ainda sido tomada.

“A China venceu a guerra contra o Japão e estamos aqui para prender os traidores que colaboraram com o inimigo”, explicou Yang Bang num tom mais conciliatório. “Fomos informados de que essa gente se concentrava neste hotel. A seguir iremos ao Hotel Central, que nos disseram ser habitualmente frequentado pelos japoneses, para deter os inimigos que lá encontrarmos.”

A mudança de tom do quadro do Kuomintang, de repente mais dialogante, pareceu um bom sinal. Pegando na garrafa que oferecera ao interlocutor, Lobo arrancou a cobertura do gargalo e abriu-a. A um sinal seu, o empregado do bar trouxe-lhes uma bandeja com copos lavados e o governante encheu-os.

“Prove este néctar”, propôs, entregando um copo ao chinês. “Diga-me o que acha.”

Yang Bang bebericou um trago e os olhos cintilaram-lhe de agrado.

“*Ayah!* Isto é muito bom.”

Era sempre um prazer ver o rosto de alguém no momento em que descobria o vinho do Porto. Além do mais, como Lobo sabia, o álcool e o sabor adocicado do vinho tinham o condão de amaciar as vontades.

“Com o devido respeito, senhor Yang, as detenções em território de Macau não podem ser feitas à revelia das autoridades portuguesas”, disse, retomando a conversa depois da pausa para amolecer o chinês. “Temos orgulho na nossa relação secular com a China, baseada no respeito e na amizade mútuas. Se estamos em Macau é porque a China nos convidou. Ficaremos enquanto a China nos aceitar e ir-nos-emos embora quando ambos entendermos que chegou a hora de o fazer. Porém, enquanto cá estivermos, respeitaremos sempre a China e temos a certeza de que os nossos amigos chineses saberão respeitar-nos.” Indicou os soldados que enchiam o átrio. “Mandar homens armados para o território que a China confiou à jurisdição dos portugueses e fazer justiça com total desrespeito pelos acordos mútuos não é uma manifestação de amizade, mas um insulto gratuito. Estou certo de que vossa excelência, sendo um homem sábio e honrado, perceberá isso e conduzirá os seus homens de forma a não humilhar os seus amigos de Portugal. De resto, o representante em Macau do governo do Kuomintang, o senhor Ho Yu, tem-nos assegurado que a China respeita, e continuará a respeitar, a posição, a autoridade e a dignidade dos portugueses. Ou não é assim?”

Yang Bang forçou um sorriso.

“Não é nossa intenção humilhar os portugueses”, assegurou. “Mas precisamos que se faça justiça perante as iniquidades sofridas pelo povo chinês às mãos dos japoneses e dos seus esbirros, como deve compreender.”

Esta afirmação foi acolhida com um enorme sorriso de Lobo, que abriu os braços no gesto efusivo de quem achava que o problema já fora praticamente resolvido.

“Estamos ambos em absoluto acordo quanto a isso”, exclamou. “Falta-nos apenas encontrar uma maneira de pôr essa ideia em prática de forma satisfatória para ambas as partes. Os portugueses têm de

ajudar a China a fazer justiça, ao mesmo tempo que a China tem de respeitar a dignidade e a autoridade dos portugueses em Macau. Não é assim?”

A formulação era evidentemente adequada porque salvava a face de ambos os lados.

“Parece-me muito bem. Como poderemos então operacionalizar esse entendimento?”

O governante português apontou para as espingardas dos soldados chineses.

“A primeira coisa que pedimos é que nos entreguem as vossas armas. Decerto vossa excelência entenderá que a entrada de uma força militar armada em Macau sem o nosso consentimento constitui, quer queiramos quer não, uma invasão. Creio não ser o que pretendem, pois não?”

O chinês ajustou a gravata, incomodado.

“Desculpe, mas não vos podemos dar as nossas armas.”

Lobo reagiu com um ar escandalizado, como se tivesse sido mal interpretado.

“Dar? Por amor de Deus, senhor Bang, as armas são vossas! Não as queremos! Apenas lhe solicito que as confie à nossa guarda enquanto cá estiverem, nada mais. Quando os vossos homens saírem de Macau, naturalmente as espingardas e as pistolas ser-lhes-ão de imediato devolvidas. De resto, esse é o procedimento normal quando os nossos próprios militares vão à China a vosso convite. Os soldados portugueses não entram na China a apontar espingardas a ninguém, pois não? O respeito mútuo é fundamental, como estou seguro de que concordará.”

Era difícil discordar, percebeu o homem do Kuomintang, dando novos sinais conciliatórios.

“Pois bem, mas como faremos com os japoneses e os colaboracionistas? Vocês entregam-nos?”

“Com certeza, desde que se sigam os trâmites legais em vigor. O governo chinês entregar-nos-á uma lista de suspeitos e as respetivas provas incriminatórias. Em função disso, os nossos tribunais abrirão o

devido processo e decidirão em conformidade. A entrega de quaisquer suspeitos far-se-á no respeito das normais regras de extradição em vigor entre os nossos dois países.”

“Mas, se fizermos assim, a burocracia vai eternizar os processos e nunca mais se fará justiça. Isso não podemos aceitar. Há pessoas que é imprescindível punir, doa a quem doer, mesmo que isso implique entrarmos armados no território à vossa guarda.”

Lobo esboçou um sorriso oblíquo, como se tivesse um ás de trunfo guardado na manga.

“Estou a ver”, disse, deixando a última palavra arrastar-se. “Quais são as pessoas nessas condições?”

“O chefe do Kempeitai, coronel Sawa!”, devolveu Yang Bang de pronto. “É para nós impensável que esse miserável escape ileso. Eu próprio, e por arrastamento a minha família, temos razões de queixa. Entre os japoneses que estão em Macau é ele de longe o nosso principal alvo, pelo que exijo a sua entrega. Se isso não acontecer, estamos dispostos a tudo.”

“Penso que poderemos tratar disso de uma forma satisfatória”, anuiu o governante, sem revelar que nesse momento desconhecia o paradeiro do oficial nipónico. “Mais alguém?”

“Procuramos também o esbirro chinês do coronel Sawa, um tal Wong Kong Kit, que segundo fui informado se encontra detido aqui em Macau. Esses dois vermes foram responsáveis por muitas mortes na província de Cantão e têm de sofrer uma punição exemplar.”

“Como vossa excelência disse, e bem, Wong Kong Kit encontra-se com efeito sob a nossa custódia judicial. Isso dificulta enormemente o recurso a canais informais para o entregar à China.”

“Mas ele tem de nos ser entregue. Sem isso, manteremos as nossas armas e não sairemos de Macau.”

O diretor dos Serviços de Economia e Finanças passou as mãos pelo cabelo enquanto ponderava o problema. Nenhum juiz da colónia aceitaria autorizar a extradição do *gangster* para a China sem o devido processo estar formalizado e concluído.

“Qual a pena que planeiam aplicar-lhe, se não é indiscrição?”

“A morte, claro. É também por essa razão que não o podemos deixar aqui em Macau. O vosso sistema de justiça é demasiado brando e nem sequer prevê tal pena. Não podemos aceitar isso. Ou a punição desse Wong Kong Kit é exemplar, ou não há acordo. Trata-se de um ponto de honra para nós.”

Os chineses seriam inflexíveis naquela questão, percebeu Lobo. Yang Bang já havia cedido muito, mas estava a tornar-se claro que não podia ceder nesse ponto. O governante português suspirou, consciente de que vivia um daqueles momentos em que teria de violar as regras em nome de um bem maior.

“Como lhe disse, os nossos juízes nunca aceitarão violar a lei dessa maneira tão flagrante e nem eu nem o governador dispomos de poderes para interferir com o processo judicial, mas... enfim, proponho um compromisso. E se eu arranjar uma maneira informal de conseguir que o suspeito em causa sofra a punição que vocês planeiam aplicar-lhe sem ter de o entregar? Seria isso aceitável?”

O homem do Kuomintang fitou-o com intensidade, querendo assegurar-se da sinceridade do seu interlocutor.

“Deixe-me ver se compreendi bem. O senhor garante-me que Wong Kong Kit pagará os seus crimes com a vida?”

Lobo mordeu o lábio inferior, consciente de que oferecia a solução para o problema mas ao mesmo tempo assumia uma pesada responsabilidade.

“Garanto.”

O chinês pareceu ficar satisfeito, embora tivesse erguido o indicador para acrescentar algo mais.

“Tenho uma condição adicional.”

A introdução de um novo requisito exasperou Lobo. Pensara que o diferendo havia sido superado e afinal apareciam exigências suplementares. Que mais complicações viriam aí?

“Diga, por favor.”

“Quero falar com o governador de Macau.”

O português esperava que o seu interlocutor acrescentasse a estas palavras uma exigência verdadeiramente difícil, mas ao fim de dois segundos percebeu que a condição adicional era aquela e só aquela e teve de fazer um esforço para não suspirar de alívio à frente de toda a gente.

“Nada mais simples, senhor Bang!”

O homem do Kuomintang estendeu o braço e apertou-lhe a mão com vigor e um grande sorriso, o acordo enfim fechado.

“Como dizem na América, *it’s a deal!*”

XXVI

A sala dos retratos, assim designada por causa das mais de trinta pinturas com o busto de todos os governadores de Macau que se encontravam alinhadas na parte alta das paredes, era de tal modo magnífica que se tornara o palco habitual dos grandes atos que decorriam no Palácio da Praia Grande. Quando a porta se abriu, Artur levantou-se do cadeirão em estilo indo-português e foi acolher o visitante.

“Senhor Yang, é uma honra recebê-lo na sede do nosso governo.”

Estendeu a mão para cumprimentar o enviado do Kuomintang, mas Yang Bang, em vez de lha apertar, deteve-se a alguma distância e fez uma curta vénia.

“Senhor governador, agradeço a disponibilidade e a prontidão de vossa excelência para aceder ao meu pedido de um encontro.”

“Ora essa, é sempre um prazer falar com os nossos amigos chineses.” Fez um gesto a indicar os cadeirões indo-portugueses. “Não se quer sentar?”

“Estou bem em pé, obrigado.”

O facto de o representante do governo de Chungking não lhe ter apertado a mão perturbou Artur, mas não demasiado. Havia chineses que se recusavam a aderir aos hábitos ocidentais e preferiam as tradicionais vénias, embora o fato e a gravata do interlocutor indicassem que ele seria tudo menos um tradicionalista. Já a recusa de se sentar pareceu mais preocupante. Que alto dignitário chinês recusava

um convite para se sentar?

“Bem.... como queira. Então o que o traz por cá?”

“A minha missão, como creio ser do conhecimento de vossa excelência, é identificar e punir os criminosos japoneses que nesta cidade procuraram refúgio e também os seus principais esbirros e colaboradores. Eu próprio passei alguns anos na cadeia do Kempeitai e sei o que é sofrer às mãos dessa gente. Foi aliás também por isso que fui escolhido para cá vir.”

“Estou a par da sua missão”, assentiu o governador. “O doutor Lobo considerou não ser desejável que eu tenha conhecimento dos pormenores, mas assegurou-me que chegou a um entendimento consigo que permitirá salvaguardar as posições de ambas as partes. Isso para mim basta-me.”

“Folgo em saber, excelência.”

O anfitrião fez um gesto a indicar um tabuleiro com duas chávenas e um bule fumegante que se encontrava depositado sobre uma pequena mesa situada entre dois canapés chineses.

“Não quer tomar um chá?”, convidou-o. “Mandei preparar uma tisana de flor de lótus que...”

O visitante fez um gesto negativo.

“Agradeço, excelência, mas não posso aceitar. A minha visita é muito breve e destina-se, no plano formal, a fechar o tema do colaboracionismo com as autoridades japonesas.”

Artur alçou o sobrolho.

“Ai sim? Julgava que esse tema já estava fechado...”

Yang Bang pigarreou, ganhando balanço para se lançar à questão central.

“É meu dever informá-lo pessoalmente de que o meu governo instruiu o nosso embaixador em Lisboa no sentido de solicitar às autoridades portuguesas o afastamento de vossa excelência do governo de Macau.”

“Perdão?”

“O meu governo de Chungking considera que vossa excelência colaborou com as autoridades japonesas de formas que não foram

consentâneas com o estatuto de nação amiga da China, razão pela qual o seu afastamento é considerado imprescindível para o normal relacionamento entre os nossos dois países.”

Artur vacilou, chocado com a acusação que acabava de lhe ser lançada.

“Mas... mas...”

“A posição que acabei de expressar reflete a posição formal do meu governo, posição que me limito a transmitir”, interrompeu-o Yang Bang. “Como é natural, se a quiser contestar não deverá fazê-lo a mim pessoalmente, pois de certo modo não passo do fiel depositário desta mensagem, mas junto do nosso embaixador em Lisboa. Devo porém prevenir vossa excelência de que nada nem ninguém fará o meu governo recuar nesta posição, sejam quais forem os argumentos invocados.”

Ainda a digerir o que acabava de escutar, o governador quase teve vontade de expulsar o enviado do Kuomintang como anos antes expulsara do seu gabinete o número dois do Kempeitai. Como se atrevia o seu visitante a vir ali acusá-lo de colaboracionismo quando ele salvara mais de um milhão de pessoas de morrerem à fome e ajudara a resistência chinesa e os Aliados no que pudera? Quantas vezes não lhe haviam agradecido os líderes da comunidade chinesa a proteção que dera à população e aos refugiados?

Percebeu que não valia a pena. O visitante era realmente apenas um emissário, não fora ele que tomara aquela decisão; limitava-se a transmiti-la. Por outro lado, havia chegado a hora dos ajustes de contas. Iam ser punidos os autores dos crimes mas também os bodes expiatórios que fosse conveniente responsabilizar. No fim de contas, para que se ia ele ralar com isso? Já estava havia cinco anos em Macau, chefiara o governo colonial em todo o difícil período de guerra, enfrentara mil dificuldades e espezinhara princípios em nome de um bem maior. Não lhe bastava? Sim, chegara a hora de se ir embora. Pediria Lian-hua em casamento, juntariam os trapos e refariam a vida na Metrópole. Para quê ralar-se com o resto se a consciência o absolvía?

“Ficarei a aguardar as instruções do meu governo”, limitou-se Artur a

dizer. “Até lá, continuarei a desempenhar as minhas funções com toda a normalidade.”

Fez uma vénia, sinalizando assim o final do encontro, mas o chinês não se mexeu. Manteve-se plantado diante dele, uma estranha expressão a dançar-lhe nos olhos como se a coisa mais importante que ali o trouxera não fosse a que já tratara, mas outra ainda.

“Tenho um pedido adicional a fazer a vossa excelência.”

Com o jarro na mão, Lian-hua verteu a água sobre as flores que brotavam dos vasos de cerâmica chinesa pousados sobre as balaustradas do jardim. Todo o espaço verde que rodeava o Palácio de Santa Sancha lhe parecia estranho, absurdo até, pois nada tinha a ver com a sua realidade; apenas os bonsai e alguns arbustos, além daqueles vasos *shi wan*, conferiam um toque oriental ao jardim. Tudo o resto tinha a marca do Ocidente. Ah, como era diferente do Jardim das Flores Esplendorosas do seu avô Lao! Talvez ela pudesse proceder a algumas alterações, porque não? Pôs-se a matutar no assunto. E se mandasse fazer um pequeno lago na residência e o enfeitasse com flores de lótus? Não ficaria bem mais bonito?

O habitual guincho metálico correspondente à abertura dos portões do palácio interrompeu-lhe os pensamentos. Virou a cara e viu o *Dodge* oficial entrar no perímetro de Santa Sancha e encostar à porta da residência. Levantou o braço e acenou com um grande sorriso.

“Artur!”, chamou. “Estou aqui!”

Sentia-se aliviada por vê-lo regressar a casa. A crise com o contingente militar chinês que entrara em Macau deixara-a preocupada, sobretudo porque o governador fora forçado a deslocar-se apressadamente ao Palácio da Praia Grande para resolver o problema. O seu regresso a casa, no entanto, era um excelente sinal. O assunto tivera decerto o desfecho desejado.

As portas traseiras do automóvel abriram-se e, como esperava, viu Artur emergir. Voltou a acenar-lhe, mas reparou de imediato que da outra porta saía um homem que não reconheceu. Parou de agitar o

braço; havia que ser prudente diante de desconhecidos. O acompanhante do chefe do governo era um chinês, pelo que Lian-hua presumiu que tivesse alguma coisa a ver com o problema do contingente armado que nesse dia entrara ilegalmente em Macau. Teria Artur convidado o homem para tomar uns aperitivos e beber vinho do Porto? Parecia-lhe o mais provável. Não fora assim que vezes sem conta vira os portugueses resolverem os problemas com os japoneses? Ah, como eram persuasivos os poderes daquele vinho...

O chinês era um homem muito magro e começou a caminhar na direção dela enquanto Artur, surpreendentemente expectante, se mantinha quieto ao lado da viatura. Lian-hua estranhou este comportamento. Porque vinha o desconhecido ter com ela e porque não o acompanhava o governador, nem que fosse apenas para os apresentar? Estudou o chinês com maior atenção, tentando perceber o que se passava. O homem era tão magro que quase parecia cadavérico; coxeava um pouco e mantinha os olhos presos nela com intensidade. Fixando esses olhos, a chinesa apercebeu-se de algo perturbadoramente familiar no desconhecido. Não o identificava, o corpo seco e emaciado e a pele envelhecida não correspondiam a alguém com quem alguma vez se tivesse cruzado. No entanto, aqueles olhos... aqueles olhos...

O chinês parou a dois metros dela e contemplou-a, lágrimas silenciosas a correrem-lhe pelo sulco das rugas, o queixo a tremer na emoção do encontro. O rosto do homem abriu-se num sorriso de onde pingava saudade e ternura.

“Minha princesa Ming...”

O coração de Lian-hua deu um salto e pôs-se a ribombar com violência. Estupefacta, deixou o jarro cair no chão e quebrar-se em mil pedaços, embora nem o tivesse notado. Nada disso importava sequer, não havia coisa alguma que tivesse importância senão a incrível visão que diante dela se materializara. Os olhos do homem tinham-lhe dado o sinal, mas foi a voz, aquela voz que reverberava nas suas memórias mais doces e profundas, que rompeu a cortina do esquecimento e tudo desvendou. Ficou parada um longo instante, incapaz de se mexer,

abalada e chocada, quase sem respirar, a pergunta presa na garganta.

“Pai?”

Yang Bang abriu devagar os braços, abriu-os como o fazia numa outra vida, nos tempos do Jardim das Flores Esplendorosas ou da Universidade de Yenching, quando os Yang eram uma família e ela uma menina, para a acolher e proteger dos mil perigos do mundo, como o fazia agora, neste momento de reencontro em que Lian-hua lhe voltou a cair aos braços e o apertou com toda a força. Perdera-o numa cela do Kempeitai à espera de ser decapitado e ele regressara e abraçava-a de novo. A filha já era mulher mas nos seus braços não passava nem nunca passaria de uma menina.

XXVII

Os convidados alinharam-se em duas filas à saída da Sé e formaram uma guarda de honra. A cerimónia nupcial havia terminado momentos antes e todos aguardavam que os noivos assomassem à porta para os saudar condignamente. No instante em que Lobo e Nadezhda por fim apareceram, ele de *smoking* preto e ela de longo vestido branco, uma chuva de arroz acolheu-os num augúrio de felicidade.

“Chega! Chega!”, pediu ele a rir, gesticulando para que os convidados parassem de lançar o arroz. “Pronto! Já percebemos! Parem com isso!”

A chuva parou, não por causa do pedido, mas simplesmente porque o arroz se acabara. A praça enchera-se de gente, entre convidados e mirones, e o par recém-casado encaminhou-se para a figura que os aguardava diante da porta da Sé para lhes dar as felicitações.

“Parabéns, meu caro amigo!”, disse Artur, abraçando o seu homem de confiança. “Muitos parabéns! Que seja feliz!”

“Obrigado, senhor governador.”

O chefe do governo colonial voltou-se para a noiva e, com o gesto obsequioso de quem aprendera a galantear as senhoras segundo as regras de cavalheirismo da Escola de Guerra, beijou-lhe as costas da mão.

“Acho que nunca houve em Macau noiva mais bonita!”, elogiou. “Que tal a sensação de passar a ser a senhora Nadija Lobo?”

Envolta num vestido de noiva que insistira fosse branco, pois tal como a flor de lótus considerava-se pura apesar de não ser virgem, Nadezhda

sorriu e deu uma palmada no ombro do marido.

“*Tchort!* Estava a ver que este patife não se declarava!”

Os três soltaram uma gargalhada cúmplice e o governador voltou a encarar o noivo.

“É verdade, doutor, o que consta por aí? Tenciona mesmo lançar-se no mundo dos negócios?”

O ainda diretor dos Serviços de Economia e Finanças encolheu os ombros com fingida resignação.

“Se o senhor governador se vai embora, o que fico eu aqui a fazer?” Deu um passo para o lado e puxou pelo braço Stan Li Ho, outro dos convidados. “Descobri que tenho jeito para os negócios e decidi fazer uma parceria aqui com este jovem. Não é verdade, Stan?”

“Vamos fazer uma fortuna”, sorriu o rapaz. Inclinou-se para a frente, como para partilhar uma confidência. “Estou a pensar usar o dinheiro que iremos juntar num grande investimento.”

Artur ficou curioso.

“Pode-se saber em quê?”

Stan Li Ho piscou o olho.

“Um casino.”

“Ena!”, exclamou o governador. “Você pensa em grande!”

“Está a ver porque aposto no rapaz?”, interveio Lobo. “Tem faro para o negócio. Antes de começarmos a pensar em casinos, no entanto, parece-me que há uma ótima oportunidade de investimento no ouro. O senhor governador não se quer juntar a nós? Olhe que há muito dinheiro a ganhar...”

Artur abanou a cabeça.

“Não, obrigado. O meu destino é a Metrópole.”

“E aquela visitinha que o senhor governador estava a planear fazer? Vai mesmo para a frente com isso ou...?”

“Com certeza que vou!”, confirmou o chefe do governo colonial, quase escandalizado por a hipótese contrária ser considerada. Apontou para outro convidado que formava a guarda de honra dos noivos, neste caso o cônsul britânico. “Falei com o cônsul Reeves e ele teve a

gentileza de me arranjar um salvo-conduto. Logo que deixe as minhas funções aqui em Macau, essa visitinha será a primeira coisa que farei, não duvide.”

Lobo aquiesceu.

“Acho que faz muito bem. O nosso amigo Fukui merece o seu gesto. É uma pena ele não poder estar aqui.”

“Uma grande infelicidade.”

Percebendo que naquele dia não podia deixar-se dominar por pensamentos tristes, o noivo voltou-se e passou os olhos pelos convidados, como se procurasse alguém.

“E a sua senhora? Não veio?”

“Infelizmente não. A Lian-hua estava indisposta e... enfim, ficou em casa. Mas manda felicitações e disse que irá ao templo acender um pau de incenso pela vossa felicidade.”

“Enderece-lhe, por favor, os nossos melhores cumprimentos.”

Despediram-se com um último abraço, após o qual os noivos largaram o governador e mergulharam na multidão que os aclamava. O copo d’água estava marcado para o Hotel Riviera, com a animação a cargo do sempre popular Art Carneiro, artista credenciado oriundo de Xangai, e a noite de núpcias seria no Hotel Belavista. Haviam considerado a possibilidade de celebrar o casamento com uma grande cerimónia em Hong Kong, até porque fora lá que se haviam conhecido, mas a colónia britânica estava mergulhada no caos da transição da administração japonesa para a britânica e, por comparação, o paraíso encontrava-se em Macau. Para quê então trocar o paraíso pelo inferno?

Artur permaneceu um longo momento plantado no centro da praça da Sé a observá-los; invejá-los-ia se tivesse feito para isso. Por fim, e com um suspiro, virou as costas e em passos pensativos dirigiu-se ao automóvel onde, como uma sentinela, o capitão Tavares o aguardava com os olhos vigilantes e a porta traseira escancarada.

“Vamos embora.”

Depois de ter sido algemado na cela, Wong Kong Kit foi arrastado

pelo cabo Moraes pelos corredores do comando da PSP até desaguiarem ambos na Rua Central. À sua espera, encostada ao passeio, estava uma carrinha da polícia com a caixa fechada e, diante da porta da viatura, o chefe da brigada *Spitfire* aguardava-o de braços cruzados.

“Entra, malandro.”

O pirata chinês não entendia português, mas compreendeu que o capitão Ribeiro da Cunha acabara de o mandar entrar na carrinha e obedeceu. O cabo Moraes seguiu atrás dele e o chefe da brigada juntou-se a ambos. A porta foi fechada e a viatura arrancou instantes mais tarde.

Sentado com os dois policiais a fitá-lo de forma ameaçadora, o prisioneiro lançou um olhar amedrontado ao oficial antes de quebrar o silêncio e dizer qualquer coisa em cantonense que o cabo traduziu.

“Ele pergunta para onde o levam, meu capitão.”

“Diz-lhe que o estamos a transferir para a Esquadra Quatro, na Porta do Cerco.”

O cabo traduziu a resposta e Wong Kong Kit fez uma nova pergunta, sempre sem tirar os olhos do capitão Ribeiro da Cunha.

“Ele pergunta por que razão o meu capitão vem connosco na carrinha. Diz que não é habitual os oficiais acompanharem pessoalmente a transferência dos prisioneiros.”

Um leve sorriso desenhou-se no rosto do chefe da brigada *Spitfire*.

“É perspicaz, o tipo”, disse. “Pergunta-lhe onde está escondido o coronel Sawa.”

O cabo fez a pergunta em cantonense e registou a resposta.

“Diz que não sabe.”

O oficial deitou a mão à cintura e extraiu o revólver. Verificou o tambor e, como se fosse a coisa mais natural do mundo, colou a ponta do cano à testa do pirata chinês.

“Onde está o coronel Sawa?”

Wong Kong Kit arregalou os olhos e ficou lívido, à beira do pânico, e sem esperar pela tradução balbuciou uma resposta em cantonense que o cabo verteu para português.

“Ele diz que, se o matar, nunca o saberá.”

“E tu diz-lhe que alguém tem de pagar pelos crimes cometidos em Macau, a começar pelo assassinato do Senna Fernandes e a acabar no assassinato do cônsul Fukui, passando por todas as outras mortes que por aqui houve, incluindo a daqueles que morreram de fome. Alguém tem de pagar por tudo isso. Ou paga ele próprio, ou paga o coronel Sawa. O tipo agora que escolha.”

Depois de ouvir a tradução, e sempre a sentir o cano da pistola encostado à testa, o pirata gaguejou uma nova resposta.

“Ele diz que está num carro celular e que, se o meu coronel o matar, terá de explicar o sucedido.”

O capitão Ribeiro da Cunha fez um movimento com a cabeça a indicar a porta da viatura.

“Diz-lhe que me esqueci de trancar a porta e que pode perfeitamente suceder que ele tente fugir. Se isso acontecer, e para grande pena minha, terei de o abater. Matar um criminoso em fuga não é crime, sobretudo considerando que estamos junto à Porta do Cerco e que há uma grande probabilidade de ele escapar para a China. Avisa-o de que será o que vai acontecer se eu não souber onde está o seu chefe do Kempeitai. Alguém tem de pagar por todos os crimes. Paga ele ou paga o coronel Sawa? Como é?”

O argumento era brutal e persuasivo. Sabendo-se encurralado, e com abundantes gotas de transpiração a percorrerem-lhe as faces lívidas, Wong Kong Kit baixou a cabeça e, derrotado, deu a resposta que dele se esperava.

“O coronel Sawa encontra-se neste momento na ilha de Huangmao”, traduziu o cabo Morais. “Está à espera de um submarino japonês que o levará de regresso ao Japão.”

“De certeza?”

O pirata confirmou.

“Ele diz que o submarino deve passar amanhã à noite”, voltou o cabo a traduzir. “O meu capitão não vê como ele está borrado de medo? Creio que está a dizer a verdade.”

Os policiais aprendiam por experiência a cheirar as mentiras e o capitão Ribeiro da Cunha, depois de uma longa e derradeira miradela ao chinês, convenceu-se de que a informação era de facto correta. Fez um gesto ao subordinado para se afastar e premiu o gatilho.

A detonação dentro da carrinha foi brutal e a bala, abrindo um pequeno buraco na testa, saiu pela nuca e furou a caixa da viatura celular. Depois de abrir a porta da carrinha, o oficial pegou no corpo inerte de Wong Kong Kit, arrastou-o para a abertura e, fazendo sinal ao motorista de que parasse a viatura celular, atirou-o para a rua.

“Malandro, tentou fugir...”

A rapidez com que o processo decorrera impediu que o coronel Sawa tivesse tempo para assimilar tudo o que lhe estava a acontecer. Ali se encontrava ele, sentado numa cadeira de um tribunal militar em Cantão, rodeado de chineses hostis e com bandeiras e cartazes do Kuomintang pendurados nas paredes, a aguardar que o tenente chinês nomeado para a sua defesa terminasse a exposição para que o juiz, um oficial, proferisse enfim a sentença. O tradutor vertia para japonês as palavras do seu defensor mas ele não as ouvia, tinha a mente bem longe dali. Matutava sem cessar em como estivera perto de escapar. Mais uma hora e o submarino chegaria, uma horinha apenas e talvez estivesse nesse momento a navegar rumo ao Japão, derrotado é certo, no entanto livre.

O destino, porém, não quisera assim. Seria mau *karma*? Os acontecimentos haviam-se precipitado no dia em que lhe disseram que sua majestade imperial iria falar na rádio. Se lhe tivessem dito que o Sol se iria apagar não teria ficado mais surpreendido. Sua majestade imperial, que descendia dos deuses em linha direta, iria falar aos mortais? Como era tal coisa possível? Pensou de imediato que o *mikado* fosse ordenar aos japoneses que lutassem até ao fim e, quando o discurso começou, escutou-o prostrado de joelhos e com a face colada ao chão, em vénia *dogeza* de abjeta humildade, primeiro em adoração, depois em choque com o som que emanava do aparelho de rádio.

Imaginara que as palavras entoadas por sua majestade imperial fossem como o troar dos trovões, tremendas e imponentes como seria de esperar num deus vivo, mas afinal, e apesar do tom emproado e da linguagem altamente formal e ornamental, a voz revelava-se estranhamente esganiçada. Seria assim que falavam os deuses? A qualidade da emissão era fraca e havia muita estática, mas acabou por perceber, estupefacto e envergonhado, que sua majestade imperial anunciara a rendição do *Dai Nippon Teikoku*, o grande império do Japão.

A partir daí os acontecimentos haviam-se precipitado. Graças a uma informação que por pura sorte lhe viera parar às mãos, indicando que um submarino iria recolher altos oficiais em Huangmao, fugira para essa ilha. Mais de dois milhões de japoneses estavam retidos na China à mercê do inimigo, mas ele conseguiria escapar. Quando se encontrava na praia à espera do momento de embarcar, contudo, apareceram duas lorchas chinesas carregadas de soldados e, quase sem que tivesse tempo de reagir, fora feito prisioneiro, metido numa das lorchas e depois num camião e trazido para Cantão. Como teriam os chineses sabido que ele estava ali? Quem diabo o teria traído?

O interrogatório durara toda a noite e submetera-o a métodos que ele próprio vezes sem conta já aplicara a outros. Fora ameaçado, esbofeteado, esmurrado e pontapeado para dar informações sobre alguns dos seus camaradas do Kempeitai, vira-se mesmo obrigado a denunciar o paradeiro da maioria para se poupar a mais e piores sevícias, embora na verdade tivesse conseguido proteger alguns. Logo pela manhã, sem que lhe fosse dado tempo para recolher à cela e dormir, fora levado para o tribunal militar e ali estava ele, à espera que o tenente chinês nomeado para o defender se calasse e acontecesse o que tinha de acontecer.

O que aconteceu nesse instante. Terminada a sua exposição, aliás curta, o defensor sentou-se e o juiz fez uma anotação num papel e olhou para o réu. Depois de afinar a voz, falou em chinês.

“Levante-se!”, ordenou o tradutor. “O meritíssimo juiz vai ler a

sentença.”

O homem do Kempeitai obedeceu e pôs-se de pé. O juiz voltou a olhar para o papel, pegou no martelo, enunciou uma frase relativamente curta e bateu na mesa, selando o veredito. Uma ovação encheu a sala do tribunal, tornando claro que a audiência apreciara a decisão.

“Por crimes contra o povo chinês”, traduziu o intérprete, “condeno Miyamoto Sawa, responsável na província de Cantão da organização criminosa da polícia militar japonesa designada Kempeitai, à pena de morte com execução imediata. A sessão está terminada.”

Várias mãos agarraram o coronel Sawa e quase o levantaram no ar. Alvo de sucessivos insultos, bofetadas e cuspidelas lançadas por membros do público, o condenado viu-se arrastado pelos soldados chineses para fora da sala, pelos corredores e pelo átrio até sair do tribunal; dir-se-ia um boneco nas mãos da turba.

Uma multidão enchia a rua. Havia cartazes e bandeiras do Kuomintang pendurados nos postes e pregados às varandas, e os espectadores apinhados nos passeios acolheram com gritos e impropérios o aparecimento do criminoso de guerra.

Um soldado pendurou-lhe ao pescoço um cartaz em caracteres chineses e o pelotão empurrou-o para a carga de uma camioneta de caixa aberta. Ladeado por dois militares do Kuomintang, o condenado foi forçado a permanecer de pé na parte dianteira da camioneta, no lugar mais central e visível de todos.

A viatura arrancou e percorreu a rua sob os urros dos mirones, que lançavam objetos e cuspiam na direção do japonês apesar de ele se encontrar demasiado longe para o poderem atingir. O coronel Sawa sabia que fazia a sua última viagem e arrependia-se de não ter cometido *haraquiri*, como era seu dever de herdeiro dos samurais, quando vira os soldados chineses aproximarem-se para o capturar. Não teria podido levar a cabo uma cerimónia correta de *seppuku*, naquelas circunstâncias não havia tempo nem condições para isso, mas um tiro em si próprio tê-lo-ia poupado a todos aqueles vexames e à indignidade da execução

como um vulgar criminoso. Que estupidez não ter posto fim à própria vida enquanto pudera!

A camioneta chegou a um baldio, não muito longe do centro da cidade, e os dois soldados chineses, ambos com capacetes *Stahlhelm* alemães semelhantes aos da *Wehrmacht*, forçaram-no a descer da carga. O coronel Sawa foi arrastado para o baldio e um oficial do Kuomintang, um civil magro que já vira de relance no tribunal, aproximou-se dele.

“Sabes quem sou eu?”

O chinês lançara-lhe a pergunta em inglês e o homem do Kempeitai fitou-o, atarantado.

“Não.”

“Chamo-me Yang Bang”, identificou-se. “Sou o pai de Lian-hua, que tu desonraste e escravizaste sob a ignominiosa e permanente chantagem de me matares. Pois afinal, por graça especial concedida pelo tribunal, serei eu o teu carrasco. Ajoelha-te.”

Yang Bang tirou do bolso uma pistola e indicou-lhe o espaço em frente. O coronel Sawa sentia as pernas fracas, o coração acelerado e o corpo a tremer. A sua vida chegara ao fim e enfrentava nesse momento toda a eternidade. Um soldado deu-lhe um golpe nas pernas e obrigou-o a ajoelhar-se no lugar indicado. Ouviu um clique atrás dele e sentiu o cano frio da pistola encostar-se à nuca. Sempre se achara corajoso e nunca imaginara poder sentir o pavor que sentia nesse derradeiro instante. O treino e a educação tomaram conta dele. Como herdeiro dos samurais, só lhe restava cumprir o seu dever e fazer o que se esperava de um guerreiro do buxido. Morreria a desejar dez mil anos de vida a sua majestade imperial.

A hora chegara.

“*Banzai!*”

XXVIII

Depois de cruzar o portão, o governador calcorreou o pátio do templo de Kun Iam Tong. Espreitou para o interior do pavilhão dos Três Budas Preciosos e avistou Lian-hua no seu *chi pao* azul em meditação diante de um altar onde ardiam vários paus de incenso. Por que razão lhe pedira ela, numa mensagem que lhe fizera chegar uma hora antes ao seu gabinete, que se encontrassem ali com urgência? Ah, quantos mistérios encerrava a sua chinesa!

Havia já um mês, aliás, que a sentia estranhamente perturbada. Isolara-se, tornara-se uma pessoa calada e meditativa, transformara-se até numa mulher triste. Quando lhe perguntava o que tinha, esquivava-se, dizia “não é nada”, insinuava que ele imaginava coisas. O tempo, no entanto, mostrara-lhe que nada confabulara, pois aquela melancolia persistira, se é que não se adensara. Não havia dúvidas, Lian-hua tinha mudado.

Decidiu não perturbar a sua meditação, pelo que se encostou à mesa de pedra do pátio e ficou a esperá-la. Não era uma mesa qualquer, sabia. Havia sido sobre o seu tampo que no século xix fora assinado o primeiro tratado sino-americano. Quem sabe se seria também ali, naquele velho templo budista, que formalizaria o casamento com a sua chinesa? Havia algum tempo que decidira que teriam uma cerimónia cristã na Sé, tal como Lobo e Nadezhda, mas também uma cerimónia budista no templo de Kun Iam Tong, selando e renovando assim a multissecular união sino-portuguesa. Faltava apenas que Lian-hua lhe

disse que sim.

A rapariga apercebeu-se entretanto da sua presença no átrio e, depois de se deslocar rapidamente ao terceiro pavilhão para prestar homenagem a Kun Iam, a versão chinesa de *Avalokiteshvara*, o *bodhisattva* da Misericórdia, desceu as escadinhas e abeirou-se dele.

“Que templo tão bonito”, observou Artur ao acolhê-la. “Sabes que só cá tinha vindo uma vez?”

“Devias ter vindo mais.”

Recuando um passo, o português indicou as quatro árvores antigas que se erguiam junto à mesa de pedra, os ramos entrelaçados como se se abraçassem.

“Na altura fui recebido pelos monges do templo. Fizeram-me uma bela receção e contaram-me que estas árvores se chamam árvores dos amantes. Ao que parece, simbolizam a felicidade conjugal. Não achas que é auspicioso para nós?”

“Kun Iam Tong é especial”, concordou Lian-hua com uma expressão compenetrada. “Ao longo de todo este tempo vim cá sempre que podia. O *bodhisattva* ajuda-me a reencontrar-me, sabes? Mostra-me o caminho da sabedoria.”

“E agora? Descobriste o teu caminho?”

“Sim.”

A melancolia derramava-se do seu olhar e espreitava a cada palavra, embora o facto de ela sentir que se reencontrara parecesse encorajador. Animado, Artur inclinou-se para a beijar, mas ela recuou.

“O que se passa?”, quis o português saber, perturbado com a recusa. “Porque não me deixas dar-te um beijo? Não me digas que tens vergonha de o fazer à vista de toda a gente.”

“Artur...”

“Não te preocupes com as pessoas, ouviste? Daqui a umas semanas deixarei o meu cargo e a partir daí poderemos fazer o que quisermos. Não temos de...”

“Artur.”

O semblante dela assumira uma gravidade densa, confirmando que

algo realmente não estava bem.

“O que foi? Passa-se alguma coisa?”

Os olhos azuis da chinesa saltitavam por aqui e por ali, irrequietos e nervosos. Lian-hua parecia ter dificuldade em encará-lo.

“Tenho de me ir embora.”

“Queres que mande chamar o carro?”

Lian-hua fitou-o por fim.

“Não estás a perceber”, corrigiu-o. “Tenho de te deixar.” Indicou uma mala pousada sobre as escadas que separavam o pátio dos três pavilhões. “Já tirei de casa a minha roupa e vim aqui ao templo para me despedir do *bodhisattva* que me protegeu enquanto estive em Macau. Daqui a pouco volto para a China.”

O amante ficou um longo momento a olhar para ela, os lábios entreabertos numa expressão de choque. Era verdade que havia já alguns dias que intuía que algo não estava bem, a sua chinesa tornara-se introspetiva e parecia até evitá-lo, isolara-se tanto que nem sequer comparecera ao casamento de Lobo e Nadezhda, mas... nunca imaginara que a situação fosse tão grave. Sentia que ela se lhe escapava como água entre os dedos. Até ali, Artur pensara que se tratava do resultado do choque no cativeiro, a longa reclusão com o coronel Sawa e o curto sequestro levado a cabo por Wong Kong Kit, e que com o tempo e paciência tudo voltaria ao normal. O problema, qualquer que ele fosse, revelava-se afinal bem mais profundo do que alguma vez se atrevera a considerar.

“Porquê?”, acabou por perguntar, ainda a recuperar do embate. “O que se passa? Já não me amas?”

Ela voltou a baixar os olhos e respondeu num sussurro.

“Claro que te amo.”

“Então qual é o problema?”

Lian-hua suspirou profundamente.

“É o meu pai.”

A referência a Yang Bang fez Artur estreitar as pálpebras. Sabia que a amante mudara depois do reencontro com o pai, cerca de um mês antes.

Confirmava-se que isso não fora uma coincidência.

“O que aconteceu?”

“Ordenou-me que me afastasse de ti.”

“O quê?”

“Disse-me que não posso casar contigo e que tenho de voltar para casa.”

“Mas... porquê?”

A chinesa hesitou.

“O que interessa isso?”

“Desculpa, mas tem de haver uma razão e eu tenho o direito a conhecê-la, não te parece?”

Não havia dúvidas de que Artur tinha esse direito, compreendeu ela. Não era razoável, não era justo e nem sequer humano separar-se bruscamente de alguém que amava sem pelo menos explicar porquê. Isso Lian-hua não lhe podia negar.

“O meu pai contou-me que a minha mãe morreu há dois anos e que a minha irmã se casou e foi viver para Hunan. Ele saiu da cadeia do Kempeitai e reassumiu as suas funções no Kuomintang, agora como herói da resistência, mas está sozinho e precisa de mim. É meu dever cuidar dele. Não o posso abandonar.”

“Mas podes abandonar-me a mim?”

Ela voltou a baixar os olhos.

“É diferente.”

“É diferente em quê? Se dizes que me amas, e se sabes que eu te amo, porque escolhes o teu pai e me rejeitas? Isso não faz sentido.”

“Ele é meu pai.”

“E...?”

“É o meu pai, não percebes? Não o posso deixar sozinho.”

Artur considerou o problema. Vendo bem, era indiscutivelmente louvável Lian-hua não querer abandonar o pai; mostrava que era uma boa filha. Se a queria teria pois de aceitar e arranjar uma solução de compromisso.

“Pronto, está bem”, disse. “Mas tenho uma ideia. E se o teu pai vier

para a Metrópole viver connosco?”

A chinesa franziu o sobrolho, sem perceber a proposta.

“O que queres dizer com isso?”

“Que ele não ficará sozinho na China. Não te preocupes com a papelada porque eu tratarei de tudo, tenho bons contactos no governo português e não será difícil arranjar-lhe uma autorização de residência. Vamos os dois para Lisboa e o teu pai vem connosco. Ficarà a viver na nossa casa, sem problemas. Isso resolve tudo, não resolve?”

O esgar de Lian-hua tornou claro que aquela solução não tinha a menor viabilidade nem cabimento.

“O meu pai? Sair da China? Nem pensar. Ele é um herói da resistência e está comprometido com a recuperação e o desenvolvimento do país. Se eu lhe falar nessa hipótese ainda vai pensar que enlouqueci. O lugar dele é na China... e o meu também.”

O português mordeu o lábio inferior; não estava a ser fácil. Teria de encontrar outra solução. Para que a união entre ambos fosse possível, concluiu, a principal cedência teria de vir da sua parte.

“Muito bem, então vou viver para a China convosco.”

Ela arregalou os olhos, surpreendida.

“Perdão?”

“Sim, porque não? Se puxar alguns cordelinhos em Lisboa tenho a certeza que conseguirei um lugar na nossa embaixada em Chungking, nem que seja como adido militar. É de certo modo um retrocesso na minha carreira, não digo que não, mas ao menos isso permitir-nos-ia viver juntos, não te parece?”

Lian-hua abanou a cabeça.

“Não percebes, Artur. Ele não quer que eu me case contigo. O problema é esse.”

“Ora essa! Porquê? Só porque sou estrangeiro?”

“Claro que não. É verdade que a maior parte das famílias chinesas recusa que os filhos casem com estrangeiros, mas a minha família é diferente, é moderna e não tem esses preconceitos. Quando vivíamos em Pequim a minha mãe chegou até a tentar convencer-me a casar com um

americano.”

“Então qual é o problema?”

A chinesa respirou fundo. Tentara não abrir o jogo todo, mas percebera que fora encurralada e teria mesmo de lhe explicar a verdadeira causa das objeções de Yang Bang.

“O problema é que foste acusado de colaborar com os japoneses”, acabou por dizer. “Essa é que é a questão. O meu pai diz que posso casar com qualquer estrangeiro que queira, mas não com um colaboracionista e muito menos com alguém que tinha relações de cooperação com o coronel Sawa, um dos responsáveis pela destruição da nossa família. Isso ele não aceita de modo nenhum.”

A revelação era de tal modo inesperada que Artur, como se tivesse sido esbofeteado, pestanejou e teve de dar um passo para trás para manter o equilíbrio.

“Sabes bem que isso é injusto...”

“Claro que sei”, anuiu ela. “Tentei explicar-lhe que não era assim, que tu tinhas ajudado os chineses sempre que podias, que salvaste a população de Macau de morrer à fome, que permitiste as operações clandestinas para resgatar pilotos aliados, que tinhas relações com a resistência e deixaste que os guerrilheiros feridos ou doentes fossem tratados nos hospitais de Macau, como o *Imortal* e os líderes da comunidade chinesa podem testemunhar... enfim, tudo isso. Mas ele não cedeu. Disse que vendias armas aos japoneses...”

“Foram canhões do século xviii!”

“Claro, mas ele não quer saber disso. Insistiu que lhes vendias armas, que lhes vendias barcos, que lhes vendias combustível...”

“Foi tudo para arranjar dinheiro que nos permitisse comprar comida para alimentar a população!”

“Eu sei, eu sei. Expliquei-lhe isso vezes sem conta. Acho até que ele percebeu, mas... há a vergonha, percebes? A vergonha. O meu pai é um herói da resistência e deixa que a filha se case com um estrangeiro que, aos olhos da China, colaborou com os japoneses? Uma coisa dessas é impensável, percebeste? Impensável! Pedi-lhe que me desse um mês...

um mês em que eu esperava convencê-lo a deixar-me casar contigo.” Fez um gesto de desânimo. “O mês passou e ele não ficou convencido. Assim sendo, e para infinita tristeza minha, tenho de partir e ir ter com o meu pai.”

Artur abanou a cabeça. Nada daquilo o convencia. Recusava-se a resignar-se a uma decisão que lhe parecia estúpida e sem sentido.

“Desculpa, mas o que tem o teu pai a ver connosco?”

“Tudo.”

“Que disparate! O teu pai é o teu pai, tu és tu. Ele tem a sua vida, tu tens a tua. Se ele me acusa de uma coisa que tu sabes ser falsa, como podes alinhar por ele? Isso é um absurdo!”

“Não é bem assim, Artur. Tu não compreendes nem conheces a nossa cultura, mas na China as filhas obedecem aos pais, seja em que circunstância for. Confúcio ensinou-nos o princípio de *xiao*, segundo o qual o primeiro dever dos filhos em relação aos pais é o da obediência. Os filhos devem honrar os pais, incluindo garantir a salvaguarda do seu bom nome, e tratá-los com cortesia enquanto vivem e venerá-los depois de morrerem. Consequentemente, o meu dever de boa filha chinesa é obedecer ao meu pai, honrá-lo e assegurar-me de que nada do que eu faça possa comprometer o seu bom nome. Considerando as circunstâncias infelizes em que nos encontramos e as acusações que te fazem, o meu casamento contigo obrigar-me-ia a violar todos esses deveres filiais. Para infortúnio meu, não o posso fazer. Não tenho esse direito. Não o farei.”

Artur olhava-a com incredulidade.

“Mesmo que isso signifique a tua infelicidade?”

“A minha felicidade não é nada diante dos meus deveres filiais. O meu pai mandou-me voltar para casa e tenho de lhe obedecer. Nada mais importa.”

Estas palavras pareceram uma sentença, sem apelo nem revisão possível. Os dois trancaram o olhar um no outro, cientes de que já não havia o que dizer e de que tinham chegado ao fim da linha. A sua relação não passara afinal de um sonho, doce e encantador, talvez não

tão irreal quanto isso. Não fora justamente esse mesmo sonho que durante séculos unira portugueses e chineses em Macau? Aquele sonho em particular, contudo, terminara, e a realidade, amarga e cruel, acabara por se impor.

“O que fazemos agora?”

Ela forçou um sorriso.

“Levas-me à Porta do Cerco?”

Sem uma palavra, conformado com o que percebeu ser inevitável, Artur pegou na mala que ela deixara nas escadas e acompanhou-a até ao *Dodge* oficial. Depois de o *chauffeur* guardar a mala na bagageira, sentaram-se no banco traseiro e fizeram num silêncio pesado a curta viagem da Avenida do Coronel Mesquita, onde se situava o templo, à fronteira chinesa.

O português roçou-lhe os dedos pelo braço, a medo, como se lhe perguntasse se consentia em ser tocada, e a mão de Lian-hua abriu-se e enlaçou-se na dele como a flor que se destapa ao sol para acolher a luz até ao último raio antes da noite. O tumulto que lhes revolteava nos corações, brutal e agressivo, serenou nesse curto instante de magia em que se sentiram banhados por uma irresistível sensação de paz. Artur acolheu-a quente e macia, conhecia aquela mão como se fosse a sua, e deixou-se entorpecer pela estranha quietude que sobre eles se abateu, como se tocá-la fosse tudo aquilo de que precisasse na vida; estava enfim apaziguado e reconciliado com o mundo, tinha a impressão de que para lá daquela mão nada mais existia, nenhum problema nem nenhum obstáculo. Nada senão Lian-hua e a sua mão.

Chegaram à fronteira e apearam-se ainda sem pronunciar uma palavra, como se o toque das mãos tudo tivesse dito. O *chauffeur* foi à bagageira tirar a mala e Artur fez questão de a carregar até ao grande arco por onde fluía agora uma longa e lenta fila de chineses, em carroças e bicicletas e a pé, todos de trouxas e sacos e malas, desta vez para saírem de Macau e regressarem à China. A bandeira do Kuomintang flutuava já do outro lado da fronteira e, plantado diante

da sentinela moçambicana, aguardava-os Yang Bang.

Detiveram-se por baixo do grande arco, o ponto limite de Macau, e trocaram um último olhar. Artur sabia que a amava e que jamais se refaria daquela perda, e gostaria de pensar que o mesmo se passaria com ela, embora depois da decisão que Lian-hua acabava de tomar já não tivesse a certeza de nada. As coisas eram como eram e, gostasse ou não, os seus destinos seriam diferentes. A paz que sentira, aquela serenidade que lhe embalara a alma enquanto ambos davam a mão no carro, desaparecera e ele sabia que não voltaria. O desassossego agitava-lhe de novo o coração. Tinha consciência de ter seguido um caminho sem retorno. Nunca mais se voltariam a ver.

O português quis falar, dizer-lhe adeus, jurar que a amaria para sempre e que a acompanharia onde quer que ela estivesse. Abriu a boca para o dizer mas sentiu a respiração faltar-lhe e um nó na garganta, um daqueles nós que embotam o coração e extinguem a voz, travou-o.

“Artur, eu...”

Também ela tentou falar mas depois de balbuciar aquelas duas primeiras palavras emudeceu, pois o mesmo nó fechava-lhe a garganta. Com um esgar de desânimo, Lian-hua acabou por dar meia volta e, em passo lento mas irrevogável, cruzou a Porta do Cerco. Vendo-a caminhar como se carregasse às costas todo o peso do mundo, passando derrotada pela sentinela e entrando na China que a esperava com a paciência de quem sabe que os seus sempre voltam, Artur apercebeu-se de que os ombros dela tremiam e a chinesa perdera a habitual altivez.

Foi nesse momento de ansiedade e desespero, sabendo que a perdera e jamais voltaria a ser feliz, que percebeu que ela chorava. Sentiu o coração apertar-se no peito, e a angústia, mas também o alívio, encharcaram-lhe a alma como se o corpo não passasse de uma esponja. Lian-hua amava-o afinal muito mais do que alguma vez se atrevera a imaginar.

Epílogo

Foi apenas no instante em que atingiu o alto da colina que Artur Teixeira teve a verdadeira noção da amplitude da destruição que o rodeava. Desligou a motorizada que alugara perto da estação de comboios de Isahaya e que o trouxera até ali e contemplou, atônito, o vale devastado que se espalhava perante os seus olhos. Durante toda a viagem de Tóquio até ali, ao passar pelas zonas urbanas vira quarteirões e quarteirões reduzidos a cinzas pelos sucessivos bombardeamentos com incendiárias; em muitos casos apenas se mantinham em pé as chaminés de tijolo, os portões de ferro e os cofres das casas.

Nada, porém, o tinha preparado para a paisagem que se estendia diante dele. Toda aquela parte da cidade havia sido arrasada, bairros inteiros reduzidos a pó como se um gigante os tivesse espezinhado, e o pouco que restava de pé, paredes e ruínas que se equilibravam com fragilidade num mar de escombros, estava carbonizado. As próprias árvores, enegrecidas de fuligem, assemelhavam-se a estátuas de morte, os ramos nus abertos para o céu como braços a rogarem misericórdia. As colinas em redor haviam contido o maior choque da detonação e protegido assim os vales vizinhos, incluindo o centro da cidade, pelo que o impacto da grande explosão incidira sobretudo na área que agora observava. Dir-se-ia uma paisagem lunar. Se algum sítio poderia ser descrito como o inferno na terra, pensou, não havia dúvida de que era aquele.

Nagasaki.

A bomba atômica caíra ali dois meses antes e tinha-se a sensação de que o terrível acontecimento ocorrera ainda na véspera. As ruínas já não fumegavam, é certo, mas dizia-se que desde aquela manhã o Sol não voltara aos céus de Nagasáqui, e assim parecia ser, pois esse dia era toldado por uma triste luminosidade de cobre. Olhando para o vale, tornava-se claro que parte importante da grande cidade fundada séculos antes pelos portugueses praticamente deixara de existir. Como era possível que um único engenho tivesse tanto poder de destruição? E teria mesmo havido necessidade de o usar? Artur era militar e sabia que certas decisões tinham fundamentos que podiam não ser imediatamente compreensíveis, mas não ignorava também que no nevoeiro da guerra era fácil fazer opções erradas.

Um oficial da polícia de Nagasáqui, um homem de meia-idade com a pele do rosto e dos braços avermelhada por queimaduras, a cara coberta de pensos e a farda suja e de mangas esfarrapadas, apercebeu-se da presença do *gaijin* e dirigiu-se a ele.

“*Hou dei dou?*”, perguntou, fazendo uma vénia.

Artur levou um longo instante a perceber que o polícia o cumprimentara numa espécie de inglês, perguntando-lhe *how do you do?* com forte sotaque japonês.

“Estou bem. E o senhor?”

Nova vénia do oficial.

“*Well, san kyu.*” Atirou-lhe um olhar inquisitivo. “Posso perguntar se o honorável cavalheiro tem autorização para aqui vir?”

Depois de constatar que os galões do polícia eram de capitão, Artur deitou a mão ao bolso e extraiu três documentos que lhe estendeu.

“Estão aqui o meu passaporte e as autorizações, senhor capitão.”

O oficial examinou os documentos. Começou pelo livre-trânsito emitido em Tóquio pelo GHQ, ou General Headquarters, o organismo estabelecido pelas autoridades de ocupação e chefiado pelo general MacArthur, e a seguir passou ao livre-trânsito carimbado pelo Keishicho, a polícia metropolitana de Tóquio. Abençoado cônsul Reeves!, pensou o português, ciente de que devia ao diplomata britânico

a influência que lhe permitira obter aqueles preciosos documentos. Sem os livre-trânsitos das autoridades americanas e da polícia japonesa jamais teria conseguido chegar ali. Por fim o capitão da polícia de Nagasáqui estudou o passaporte. Ao aperceber-se de que o interlocutor não era um civil, apesar de estar vestido como tal, pôs-se em sentido e fez continência.

“Senhor general”, saudou-o, solene. Restituiu-lhe prontamente os documentos. “Está tudo em ordem.”

Artur devolveu a continência.

“Senhor capitão, agradeço-lhe.” Desviou o olhar para o vale devastado. “Já agora, sabe dizer-me onde é a catedral cristã?”

A pergunta ensombrou o rosto do oficial nipónico. Deu um passo para o lado, de modo a ficar mais bem posicionado no topo da colina, e apontou para a zona mais arrasada da cidade.

“Está a ver aquelas paredes cor de laranja ali em baixo?”

Os olhos de Artur fixaram-se nas ruínas de uma estrutura que deveria ter sido retangular e que nessa altura se equilibrava no meio de um monte de escombros numa elevação a meio do vale; a destruição seria completa se não fosse a fachada principal permanecer de pé com a base do que pareciam ser dois campanários amputados no topo.

“Sim...”

“É o que resta da catedral de Urakami”, indicou o capitão. Apontou para o espaço por cima das ruínas. “A bomba explodiu mais ou menos ali, a quinhentos metros do edifício.”

“Não existe outra catedral em Nagasáqui?”

“Não. Aquela era a única.”

O português colou os olhos às ruínas cor de laranja e engoliu em seco. Fukui tinha-lhe dito que a família fora viver para um apartamento perto da catedral. Se aquela era a única catedral da cidade, referia-se àquela área, justamente a mais devastada de Nagasáqui.

“Sobreviveu alguém?”

“No raio de um quilómetro em torno do epicentro da explosão não foi encontrada uma única criatura viva. Nem pessoas, nem insetos, nem

sequer plantas. Morreram todos.”

Isso significava, percebeu o português, que não havia a menor possibilidade de a família de Fukui ter sobrevivido.

“Meu Deus!”

“Esta era a zona cristã da cidade. Mas tratava-se também de uma zona de hospitais e de escolas. A Escola Primária Shiroyama, o Liceu Keiho, a Escola Nacional Yamazato, a Escola para os Surdos, a Faculdade de Medicina de Nagasáqui, a Escola de Farmácia... perdeu-se tudo. Foram destruídas dezoito escolas e universidades. Além disso, era aqui em Urakami que estavam os principais hospitais da cidade, sobretudo o Hospital da Universidade, que tinha três quartos de todas as camas hospitalares existentes em Nagasáqui, e ainda o Hospital Número Um de Urakami e o Sanatório dos Tuberculosos. Num abrir e fechar de olhos a população da cidade ficou sem sistema de saúde, justamente no momento em que mais precisava dele.”

Artur não era capaz de despregar os olhos da paisagem de absoluta desolação. De vários pontos da cidade ascendiam fios de fumo negro, produto do labor dos crematórios que sem cessar incineravam cadáveres, enquanto algumas pequenas embarcações deslizavam pela baía à procura de corpos e as ruas cobertas de entulho eram lentamente percorridas por carroças com a carga pejada de mortos. Algumas camionetas distribuíam água e alimentos por grupos de sobreviventes, enquanto aqui e ali se viam pequenas tendas com a cruz vermelha bordada na lona exterior.

“Ao menos escaparam os médicos...”

“Poucos”, retorquiu o japonês. “Quem está a trabalhar nessas tendas são sobretudo médicos voluntários vindos do resto do Japão. São eles que prestam assistência aos feridos e às vítimas das radiações.”

O português sentia-se impressionado; era notável como os japoneses se haviam organizado para enfrentar de forma ordeira uma calamidade daquela dimensão. A sua atenção regressou às ruínas da catedral.

“Havia muita gente ali quando a bomba caiu?”

“Com certeza. O ataque ocorreu no dia da Ascensão de Maria e a

nossa catedral estava cheia de fiéis para celebrar a missa.”

As lágrimas empapavam os olhos do polícia e Artur olhou-o, impressionado. Como era possível que ele conhecesse pormenores da liturgia cristã e se referisse à igreja e à catedral como “nossa”?

“Como sabe que esse era o dia da cerimónia da Ascensão de Maria?”

O capitão deitou a mão ao pescoço e mostrou um fio de prata com uma cruz que escondia debaixo da camisa.

“Sou *kirishtan*”, revelou, pronunciando *cristão* à japonesa. “Nesse dia estava de serviço no centro da cidade, a guardar os estaleiros da Mitsubishi, e só por isso não fui à missa. Mas a minha família...”

Não conseguiu terminar a frase e virou a cara de lado, escondendo a emoção que lhe embargara a voz. O português pousou-lhe a mão compassiva no ombro.

“Lamento muito.”

O polícia mordeu o lábio inferior e fungou.

“Só não percebo por que razão eles bombardearam a nossa cidade. Porquê a nossa cidade? Que objetivo militar poderia aqui haver?”

“Quando fui ao quartel-general das forças de ocupação em Tóquio levantar o salvo-conduto disseram-me que o alvo deste ataque atómico eram justamente os estaleiros da Mitsubishi.”

“*Yare yare!* Isso é ridículo. Para que iam destruir os estaleiros se eles já há muito tempo que não faziam navios? Os americanos não sabiam que já não existe aço no Japão? Além do mais, e se o alvo era esse, falharam por completo.” Apontou para sul. “Ora veja ali ao fundo. Os estaleiros ficaram praticamente intactos, não vê?” Esboçou um gesto largo que cobriu o vale em baixo. “O que eles atingiram foi o bairro onde havia mais cristãos em todo o Japão. Já viu a ironia? Os americanos não são também cristãos? Como puderam fazer isto? A bomba foi atirada muito perto da catedral. Será que, lá de cima, é possível confundir a catedral com os estaleiros?”

O que se poderia responder?

“Talvez... enfim, não sei se...”

Artur ainda tentou dizer alguma coisa, pensou em algumas palavras

que se ajustassem e dessem conforto ao polícia, mas ia-as eliminando à medida que pensava nelas. Nada lhe parecia adequado, não havia conforto algum para uma situação daquelas.

O polícia contemplou a devastação e respirou fundo, os dedos ainda a remexerem o crucifixo que tinha ao pescoço.

“Talvez Deus tenha permitido isto para que a humanidade tomasse consciência da loucura em que se meteu”, murmurou. “Foi pelo menos o que noutra dia me disse o meu médico. Nagai-san também é cristão e perdeu a mulher no dia da bomba. O facto de a segunda bomba atómica ter caído justamente no bairro cristão da mais cristã das cidades japonesas não pode ser coincidência. Tal como Jesus, Nagasáqui foi sacrificada pela humanidade. Nagasáqui é o cordeiro oferecido em sacrifício para expiar os terríveis pecados cometidos pela humanidade nesta longa guerra. Não há outra explicação.”

O japonês baixou a cabeça e virou costas, demasiado perturbado para continuar a falar, e afastou-se. Do alto da colina que se estendia a seus pés, o português lançou um derradeiro olhar ao vale de morte e ao espaço que o circundava. Seria tamanha devastação realmente obra de Deus? Haveria um sentido místico por detrás do bombardeamento atómico? Como explicar que fora justamente a devastação da cidade fundada pelos cristãos que pusera fim à guerra? Poderia haver acasos numa coisa daquelas?

Angustiado, e ao mesmo tempo perplexo, deu meia volta, montou na motorizada, ligou o motor e arrancou, descendo pela encosta em direção ao pequeno promontório onde se alteavam as ruínas da catedral. Em Tóquio haviam-no avisado de que deveria evitar Nagasáqui por causa da radiação atómica, um problema que, embora não compreendesse bem, o preocupava, pelo que fazia tenções de ficar pouco tempo.

Atravessou o bairro devastado de Urakami com a impressão de passar pelos vestígios arqueológicos de uma antiga cidade romana resgatada da terra e do esquecimento. Durante a viagem de Tóquio até ali vira por toda a parte revoadas de desalojados entre a devastação com o olhar

vazio dos *kyudatsu*, como eram descritos todos os que se encontravam em estado de prostração física ou psíquica; surpreendera famílias andrajosas aninhadas em casotas de madeira ou deitadas nos passeios, soldados desmobilizados a arrastarem-se pelas ruas, mulheres com largas calças *monpe* a varrer o entulho, grupos de crianças órfãs e imundas a dormirem junto às linhas férreas, a engraxarem sapatos ou a reciclarem e venderem beatas. Mesmo em condições de grande dureza e trauma, a vida pelos vistos prosseguia.

Não ali. O sossego e a desolação que o rodeavam eram de tal modo fortes que tinha a sensação de haver mergulhado num lugar assombrado. Ao chegar a uma centena de metros do que restava da catedral deteve-se e desligou o motor da moto.

Silêncio.

Ficou quieto a escutar o som do nada. Não havia vozes humanas, nem sons de objetos em movimento, nem pipilares de aves ou barulhos produzidos por animais domésticos, nem sequer o rumorejar suave das folhas das árvores sob a ação do vento. Nada de nada. Apenas o silêncio, pesado e opressivo, uma espécie de serenidade inquieta que parecia exalada pela paisagem como uma ameaça surda. Um arrepio, feito de medo e desconforto, percorreu-o. A única coisa que conseguia escutar era a brisa, aquele sopro sinistro que levantava dos escombros ocasionais bafos de cinzas e que naquele ambiente adquiria uma sonoridade lúgubre, quase demoníaca.

Sentiu os pelos eriçarem-se.

Havia de facto algo estranhamente místico naquele lugar, pensou, ciente de que não podia demorar-se ali muito tempo. Pegou no saco que atara à traseira da motorizada e começou a caminhar em direção ao que restava da catedral. Talvez por causa do contraste com o silêncio, ouvia com uma nitidez exagerada o som dos pés a calcorrearem o chão. Olhou para baixo e percebeu que havia entulho e cinzas e pedaços de vidro espalhados por toda a parte; aqui estava um resto calcinado do uniforme escolar de uma criança, ali uma parte contorcida de um triciclo infantil, acolá um relógio com o vidro partido e os ponteiros

eternamente fixados nas onze horas e dois minutos, justamente a hora a que a explosão atômica os avariara.

Mesmo ao lado do seu pé direito viu uma frágil *bento* escolar. Parou, inclinou-se sobre a *bento*, uma pequena caixa de alumínio usada por todas as crianças para transportarem as suas refeições para a escola, e pegou nela; estava vazia, embora os pauzinhos ainda se encontrassem no interior, quebrados e chamuscados. Jogou-a fora e recomeçou a caminhar. Apercebeu-se de que à direita se erguia um muro parcialmente despedaçado com os contornos escuros de uma figura humana impressos sobre a face; parecia que um espectro se materializara em poeira negra quando na verdade fora um corpo humano que o calor extremo desfizera em pó. As poucas paredes que se mantiveram em pé eram de tijolo, embora quase todos os escombros em redor fossem constituídos por montes de tábuas cauterizadas, pois a madeira era a matéria-prima dominante na maior parte das construções da cidade.

Subiu o pequeno promontório onde outrora se erguera a grande catedral de Urakami e passeou os olhos pelas ruínas e pela devastação do edifício. A fachada frontal mantinha-se parcialmente de pé, mas a porta oval, sobre a qual estava pregada a estatueta de um Cristo crucificado ladeado por duas figuras femininas em adoração, encontrava-se bloqueada pelos destroços; o interior do santuário tinha sido arrasado, embora algumas estátuas de pedra enegrecidas pela cinza se preservassem nos seus lugares.

Vendo que teria dificuldade em entrar, e até perante a inutilidade de o fazer, Artur acorrou-se à frente da porta da catedral e abriu o saco que trouxera de Macau. Tirou do interior uma vela e assentou-a no chão. Depois acendeu-a e, diante da chama trémula, fechou os olhos e fez uma oração silenciosa pelo amigo japonês e pela sua família, todos mortos nos dias fatídicos que tinham antecedido o final da guerra. Quando acabou, extraiu do saco uma fotografia com os rostos sorridentes de Fukui e Ren ao lado dele, os três numa *Bierhaus* de Berlim a segurarem canecas que transbordavam de espuma de cerveja,

um testemunho a preto-e-branco de antes da guerra, tempos felizes que o papel fixara e o tempo esfumara.

Enterrou a fotografia à frente da vela e, comovido, lembrou-se de um verso de Senseki que lera no livro de poemas budistas que o amigo lhe oferecera e recitou-o num murmúrio.

*Finalmente parto,
Em céus sem chuva,
Numa lua fria...
Puro é o meu coração.*

Uma súbita sensação de bem-estar invadiu-o nesse instante. Levantou-se lentamente, a homenagem terminada, a missão cumprida. Virou as costas e desceu o promontório para se afastar da catedral. Caminhou em passo reconfortado, acreditando que o calor repentino que lhe aquecera a alma e confortara a consciência não era mero fruto da sua imaginação, mas viera de um coração puro, fora o sopro da ternura que o espírito de Fukui lhe renovava em agradecimento pela amizade. A sua alma e essência pairavam sobre as ruínas onde a família desaparecera.

Montou na motorizada e, em menos de dois minutos, percorreu o vale e desapareceu para além da colina sem nunca olhar para trás.

A nuvem de cinza levantada pelas rodas do veículo ficou a pairar longamente por cima do entulho calcinado muito depois de o zumbido da moto se ter desvanecido ao longe. Artur não sabia, nem podia saber, mas essa cinza era também constituída pelos restos calcinados de Ren e dos filhos, e a nuvem que o pó da família de Fukui formava foi a adejar, flutuou e ondulou como um fantasma de poeira que a brisa ia empurrando em remoinhos para os restos da catedral, devagar, bafo a bafo, até se abater de mansinho sobre a vela acesa diante das ruínas.

Coisa estranha, a chama não se apagou.

Nota final

Ninguém sabe quem ordenou a morte do cônsul Fukui, mas todas as suspeitas apontam para o coronel Sawa, o homem-forte do Kempeitai em Macau, com quem o diplomata japonês teria uma relação tensa. Essa suspeita foi aliás explicitamente apresentada pelo próprio embaixador japonês em Lisboa, Morishima Morito, embora sem mencionar Sawa pelo nome, e era partilhada pelo cônsul britânico em Macau, segundo o qual Fukui fora abatido “por um assassino a soldo da polícia japonesa”.

Os testemunhos da época são de resto unânimes no elogio a Fukui. “Fino diplomata, era inteligente e tinha bom coração”, escreveu o padre Manuel Teixeira, chamando a atenção para o facto de que “o cônsul resolveu muitos casos a nosso favor”. Danilo Barreiros descreveu-o como “pessoa muito amável” que “sempre nos ajudou” e Leonel Barros apresentou-o como “muito conversador e amigo dos portugueses”, tendo confirmado que “através da sua mediação foi possível resolver algumas questões mais problemáticas a favor do governo português”. O próprio cônsul britânico em Macau descreveu o homólogo nipónico como um “inimigo bom”, enquanto o sucessor de Fukui em Macau comunicou a Tóquio que o governador português era amigo do diplomata assassinado. Do que não parece haver dúvidas é de que as relações entre portugueses e japoneses melhoraram muito quando Fukui chegou à colónia e se deterioraram logo que ele morreu.

Como se pode inferir do que acabei de escrever, muitos dos

acontecimentos descritos neste romance ocorreram de facto, incluindo o homicídio do cônsul japonês, e várias das personagens aqui apresentadas, embora ficcionais, foram criadas a partir de figuras históricas. Satake Fukui baseia-se em Yasumitsu Fukui, embora com traços biográficos de outras personagens que realmente existiram, enquanto Jorge Lobo é inspirado em Pedro Lobo, que depois da Segunda Guerra Mundial se tornaria o homem mais rico de Macau e figura imprescindível de apoio aos sucessivos governadores portugueses. Já o general Artur Teixeira é baseado na figura do capitão de mar e guerra Gabriel Teixeira, governador de Macau durante o difícil período do conflito no Pacífico.

Outras personagens secundárias são também inspiradas em pessoas que viveram igualmente aquele tempo, como o cônsul britânico John Reeves; o *gangster* chinês usado pelo Kempeitai, Wong Kong Kit, responsável entre outras coisas pelo assassinato do presidente da Cruz Vermelha, Fernando da Senna Fernandes; o contrabandista chinês Siu Keng Siu, celebrizado naqueles dias pela alcunha de *Imortal*; e ainda o multimilionário de Hong Kong Sir Robert Ho Tung e o seu sobrinho Stan Li Ho, uma personagem ficcional evidentemente inspirada em Stanley Ho, o futuro magnata do jogo de Macau. As próprias Lian-hua e Nadezhda são baseadas em figuras reais, apesar de as respetivas histórias serem ficcionadas no que a múltiplos aspetos da sua vida diz respeito.

Quem foram afinal estas pessoas? Escreveu o padre Manuel Teixeira sobre Pedro Lobo, o responsável pelos serviços de Economia e Finanças, que “até certo ponto se lhe deve a salvação de Macau”, opinião corroborada por outras testemunhas da época, como Leonel Barros, segundo o qual Lobo “foi uma peça essencial na resolução de alguns conflitos, nomeadamente com as forças japonesas”, e Danilo Barreiros, para quem se deve “a Pedro Lobo a salvação de Macau durante a guerra”.

O governador Teixeira é referido por Stuart Braga como alguém que “merece todo o crédito que lhe foi atribuído”, sobretudo na proteção

dos refugiados em circunstâncias muito difíceis, o que refugiados como Arnaldo de Oliveira Sales confirmam quando recordam que “o governador Gabriel Teixeira, para grande glória de Portugal, a todos recebeu da melhor maneira”. Um outro refugiado, entrevistado por Jack Braga e apresentado como sendo *mister* da Silva, refere-se ao que testemunhou quando o barco que o transportava com outros refugiados de Hong Kong que os japoneses haviam acabado de ocupar chegou à velha colónia portuguesa: “O governador de Macau estava no cais e o seu olhar de ansiedade e preocupação enquanto descíamos do navio era tal que todos nos sentimos consideravelmente confortados, pois ficámos com a certeza de que ali estava um homem que não pouparia esforços para nos ajudar, como de facto viria a acontecer.”

No final da guerra, o governador Teixeira seria afastado do cargo por exigência chinesa, acusado de ter colaborado com os japoneses, embora sejam várias as referências a episódios em que o governador protegeu os chineses, incluindo a operação que ele chefou pessoalmente de resgate às lorchas chinesas perseguidas pela Marinha Imperial ou a autorização de os guerrilheiros chineses serem tratados nos hospitais da colónia, episódios descritos nas páginas deste romance. O facto é que a governação de Macau implicou um equilíbrio impossível neste período tão exigente, em que os portugueses enfrentaram uma dinâmica complexa e contraditória. Se por um lado eram obrigados a manter a neutralidade, o facto é que não dispunham de forças de defesa credíveis perante o Exército Imperial e começaram por isso a enfrentar comportamentos provocatórios por parte dos militares japoneses, dentro e em redor da colónia. Igualmente importante foi terem de sustentar uma população superior a um milhão de pessoas, a grande maioria refugiados esfaimados, num território de apenas quinze quilómetros quadrados que, sem campos agrícolas, se encontrava cercado e sob a ameaça permanente de uma invasão nipónica.

Não será decerto por acaso que também o cônsul Reeves lhe reservou palavras de apreço. O diplomata britânico descreveu o governador português como “uma figura de grande dignidade” e de “grande

coragem pessoal”, lembrando o momento em que enfrentou, “só e desarmado”, um motim das tropas. O governador Teixeira foi de resto objeto de uma homenagem por parte das várias comunidades em Macau, e o cônsul Reeves registou o “profundo sentimento de gratidão de todos ao homem que tanto tinha feito por nós”, sublinhando que “sabia quanto [ele tinha feito], mais do que a maioria [sabia], e fiquei muito feliz por ter estado presente no tributo que lhe foi dedicado”.

O perigo representado pelas forças japonesas era sobretudo simbolizado por um homem. “O seu xogum era o frio e implacável coronel [Eisaku] Sawa”, observou João Guedes em referência a essa figura dúplice e perigosa, sob cuja “asa negra”, como disse o padre Manuel Teixeira, operavam os *gangsters* Wong Kong Kit e a mulher, que Leonel Barros disse serem conhecidos em toda a colônia como “o casal de loucos” e que só vieram a ser capturados na ilha de Sa U Chong por uma brigada especial da PSP chefiada pelo capitão Ribeiro da Cunha e alcunhada de *Spitfire*. Os relatos do comportamento do oficial do Kempeitai e dos seus homens de mão chineses chegaram a Lisboa e levaram mesmo o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Teixeira de Sampaio, a confrontar o ministro plenipotenciário do Japão. “Dos próprios agentes indicados ou utilizados por Sawa têm partido incidentes lamentáveis”, queixou-se Sampaio ao diplomata japonês, enquanto o governador Teixeira comunicava a Lisboa por telegrama já no final da guerra: “Estou a seguir política de sempre apoiar-me Marinha e cônsul contra Sawa.”

O chefe local do Kempeitai viria a ser executado na China. Já Wong Kong Kit seria abatido em Macau durante uma transferência para a esquadra da Porta do Cerco, alegadamente por tentar fugir. O médico ter-se-á recusado a assinar a autópsia que indicava que a bala tinha entrado pela nuca, alegando ser óbvio que o tiro havia sido na testa. Por causa deste incidente, os elementos da brigada *Spitfire*, incluindo o capitão Ribeiro da Cunha, viriam a ser detidos no ano seguinte e transferidos para Goa e a seguir para Lisboa. Depois de mil peripécias, que incluíram passagens por Lourenço Marques e ameaças de revelarem

toda a verdade, acabaram por ser libertados.

Uma figura igualmente relevante no complexo xadrez que se jogou na velha colónia portuguesa do mar da China durante a Segunda Guerra Mundial foi John Reeves. Stuart Braga descreve o cônsul britânico como um homem “de óculos e ar duro que ficou na memória de Macau como uma pessoa de confiança inabalável na vitória aliada”, tendo transmitido para Londres histórias de atrocidades japonesas que foram apresentadas no Parlamento e causaram indignação internacional. As relações de Reeves com o governador Teixeira foram marcadas por altos e baixos, com cooperação intensa na questão do auxílio aos refugiados e protestos sucessivos do diplomata britânico pela evidente influência japonesa na colónia portuguesa. Correu até em Macau que teria sido Reeves a fornecer os alvos aos sucessivos bombardeamentos americanos contra posições na cidade a partir de janeiro de 1945, mas na sua autobiografia o antigo cônsul desmentiu tais boatos e revelou até que esses raides o apanharam de surpresa.

Alguma bibliografia teve de ser consultada para a elaboração deste romance. As obras mais importantes foram, como é natural, as que descrevem o período da Segunda Guerra Mundial em Macau e em Hong Kong, designadamente *Macau durante a Guerra*, do padre Manuel Teixeira; *Memórias do Oriente em Guerra*, de Leonel Barros; *Macau — Os Anos da Guerra*, de João Botas; *Eu Estive em Macau durante a Guerra*, de António de Andrade e Silva; *The Lone Flag — Memoir of the British Consul in Macao During World War II*, de John Pownall Reeves; *Wartime Macao — Under the Japanese Shadow*, dirigido por Geoffrey Gunn; *Desperate Siege: The Battle of Hong Kong*, de Ted Ferguson; *The Fall of Hong Kong — Britain, China and the Japanese Occupation*, de Philip Snow; e *Hong Kong 1941-45 — First Strike in the Pacific War*, de Benjamin Lai. Destaque ainda para os estudos “Macau Durante a II Guerra Mundial — Sociedade, Educação Física e Desporto”, de Isabel Braga; “Experience, Memory and the Construction of the Past: Remembering Macau 1941-1945”, de Melania Dawn Cannon; e “World War II as a Defining Moment”, de

Roy Eric Xavier.

Revelaram-se igualmente importantes várias obras de referência cultural, como *Macau — Uma História Cultural*, de António Aresta e Celina Veiga de Oliveira; *Cem Anos Que Mudaram Macau*, de Sérgio Infante, Beltrão Coelho, Paula Alves e Cecília Jorge; *Sopa de Letras à Moda de Macau*, de Pilar Pinto de Oliveira; *Governadores de Macau*, coordenado por Jorge Santos Alves e António Vasconcelos de Saldanha; e *A Colecção dos Objectos para o Fumo do Ópio do Museu do Centro Científico e Cultural de Macau*, de Alexandrina Costa. Destaque igualmente para as biografias *Danilo — No Teatro da Vida*, de Pedro Barreiros; *Macau Que Eu Conheci — Anos 20 e 30*, de Maria do Céu Saraiva Jorge; e o artigo “Recordar é Viver — Pedro Lobo”, de Giga Robarts.

Por fim, não poderia deixar de mencionar os livros que me permitiram contextualizar a guerra no Pacífico e sobretudo perceber os pontos de vista chinês e japonês, designadamente *Forgotten Ally — China’s World War II, 1937-1945*, de Rana Mitter; *History of Modern China — The Fall and Rise of a Great Power, 1850 to the Present*, de Jonathan Fenby; *The Wars for Asia, 1911-1949*, de S. C. Paine; *The Rising Sun — The Decline and Fall of the Japanese Empire*, de John Toland; *Showa Japan — Political, Economic and Social History 1926-1989*, de Stephen Large; *The Dilemmas of Growth in Prewar Japan*, de William Morley; *Marxism and the Crisis of Development in Prewar Japan*, de Germaine Hoston; *The Pursuit of Power in Modern Japan, 1825-1995*, de Chushichi Tezuki; *Zen at War e Zen War Stories*, de Brian Victoria; *Japan’s Holy War — The Ideology of Radical Shinto Ultranationalism*, de Walter Skya; *Hiroshima Nagasaki — The Real Story of the Atomic Bombings and Their Aftermath*, de Paul Ham; e *Embracing Defeat — Japan in the Wake of World War II*, de John W. Dower.

Cabe-me por último agradecer a ajuda de várias pessoas sem as quais este romance não teria sido possível, como é o caso do general Rocha Vieira, o último governador de Macau; Jorge Rangel, uma das maiores figuras da cultura macaense; Alda Basto, testemunha dos anos da guerra

em Macau; Beatriz Basto da Silva, antiga professora de História no liceu de Macau; Luís Filipe Teixeira, filho do governador Gabriel Teixeira; Orlando Lobo e Marco Lobo, respetivamente filho e neto de Pedro Lobo; a minha prima Graça Marques, que me ajudou na pesquisa de jornais em Macau; Masumoto Sayo e Rui Monteiro, que me corrigiram as partes referentes à língua e à cultura japonesa; e os meus editores, Guilherme e Deolinda Valente, filhos do Ocidente e do Oriente para sempre unidos à terra onde se conheceram.

A última palavra, como sempre, é para a Florbela.

*Nesse poiso
De suave tristeza me acudiam
À memória as lembranças do passado,
Magoadas co'as ideias do presente,
De envolta com os receios do futuro
E acaso de esperança verdejada
Leve folha dos ventos assoprada*

CAMÕES

(Poema inscrito no Jardim de São Francisco, em Macau)